

# **A taxonomia da baleação portuguesa entre os séculos XV e XVIII: Uma história atlântica do mar, das baleias e das pessoas**

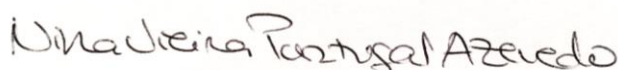
**Nina Vieira Portugal Azevedo**

**Tese de Doutoramento em História,  
Especialidade em História da Expansão**

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Handwritten signature of Mariana Portugal Azevedo in black ink.

Lisboa, 14 de Janeiro de 2020

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Handwritten signature of Alexandra Belic in black ink.

Lisboa, 14 de Janeiro de 2020

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A coorientadora,

Handwritten signature of Cristina Brito in purple ink.

Lisboa, 14 de Janeiro de 2020

**Como citar:**

Nina Vieira, *A taxonomia da baleação portuguesa entre os séculos XV e XVIII: Uma história atlântica do mar, das baleias e das pessoas*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 2020, 435 p.

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Pelúcia e co-orientação da Professora Doutora Cristina Brito.

Apoio financeiro da FCT (SFRH/BD/104932/2014).



*A ti, João*

## **AGRADECIMENTOS**

À FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela atribuição da bolsa de doutoramento (SFRH/BD/104932/2014) que permitiu o financiamento deste estudo.

Ao CHAM-Centro de Humanidades da NOVA FCSH e UAç, Direção e Staff, por todo o apoio logístico e financeiro (Projeto Estratégico da FCT UID/HIS/04666/2013) à minha investigação durante estes quatro anos, reforçado ainda pela minha integração no projeto CONCHA-The construction of early modern global Cities and oceanic networks in the Atlantic: An approach via Ocean's Cultural Heritage (N. 777998) e na rede da Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”.

À APCM-Associação Para as Ciências do Mar, pelo apoio a várias das minhas tarefas no âmbito deste estudo e pela organização de uma saída de mar para observação de golfinhos, juntando historiadores e biólogos no mar.

À OPI-Oceans Past Initiative cujo apoio, no âmbito do projeto europeu “Oceans Past Platform” (EU COST Action IS1403), permitiu a concretização da minha missão de investigação na Bahia e facilitou a minha colaboração numa grande rede internacional de História Ambiental Marinha.

Ao Professor João Paulo Oliveira e Costa, Diretor do CHAM, cujo apoio foi fundamental para a obtenção da minha bolsa e, principalmente, porque a sua curiosidade e abertura intelectual têm promovido a afirmação da História Ambiental no Centro.

À minha orientadora, Professora Alexandra Pelúcia, por me ter ensinado a ‘pensar história’ e pela total disponibilidade que teve, desde o primeiro momento, para mim e para as minhas histórias de baleias. À minha orientadora, Cristina Brito, que me resgatou para a história, quando eu menos esperava, e por todo o caminho de há mais de uma década. A ambas, pelo que me ensinaram nestes quatro anos e pelos seus diferentes contributos, que tornaram este trabalho mais rico e verdadeiramente interdisciplinar. Pelo esforço que fizeram nos últimos meses e nas últimas semanas para que se cumprisse o prazo e, acima de tudo, porque nunca duvidaram que eu fosse capaz. Muito, muito obrigada.

A Inês Carvalho, cujo apoio na escrita de um documento foi crucial para o desenrolar desta tese e por nunca me deixar esquecer que também sou bióloga.

A Catarina Garcia, pelas partilhas várias, na investigação e na vida, por termos rido e chorado juntas, por ter cuidado de mim quando precisei, pela força constante.

A Carla Alferes Pinto, pela útil assertividade com que comentou a minha escrita e porque, num almoço, sem que se tenha apercebido, me ajudou a definir a linha orientadora deste trabalho.

A Isabel Almeida por todo o carinho e pelas sugestões e apoio finais.

À Professora Inês Amorim, pelo interesse constante no tema e pelos comentários, sempre pertinentes, que contribuíram para a minha análise crítica das fontes.

Ao Professor Juan Marchena pelo entusiasmo nos assuntos dos animais do mar e pela aula de História na Praia de Porto Pim no Faial.

A Patrick Hayes e Al Mathews pelo interesse e empenho na publicação conjunta sobre caça de cachalotes no Brasil. Agradecimento especial ao Patrick pelos mapas das armações no Brasil que se apresentam neste trabalho.

A Fabiana Comerlato, Wellington Castellucci Junior e Eddie Edmunson, pela forma tão acolhedora como me receberam no Brasil e por toda a informação, fontes, obras e ideias que partilhamos desde 2017. A Urano Andrade pela ajuda valiosa no Arquivo Público do Estado da Bahia.

A Daniel Quiroz, pela forma como valoriza as baleias e as suas histórias e pelo entusiasmo com que ouve os meus assuntos. A Daniel e Gaston Carreño, por me terem recebido tão bem em Santiago do Chile.

Aos colegas do CHAM, Pedro Cardim e Roberta Stumpf, pela partilha de contactos, bibliografia e fundos documentais relativos ao Brasil; Camila Amaral e Cândido Domingues, pelas dicas e conselhos sobre os arquivos da Bahia e a cidade de Salvador.

A Catarina Simões, pela partilha de interesses, bibliografia e boas conversas sobre animais e história.

A Paulo Lopes e Gonçalo Silva, pela partilha de referências bibliográficas sobre o mar medieval.

A Francisco Henriques, pela estimulante discussão sobre as baleias do passado em várias águas do Atlântico.

A Nunziatella Alessandrini e João Teles e Cunha, pela ajuda com as medidas de óleo de baleia.

A Teresa Nobre de Carvalho, pelo interesse partilhado sobre estudos da natureza e pelas considerações sempre relevantes ao meu trabalho.

A vários colegas que não estudam baleias, mas que as foram encontrando nos seus documentos e que as partilharam: David Martín Marcos, Koldo Trápaga Monchet, Sara Pinto, Mariana Boscariol, Pedro Pinto e Cristina Joanaz de Melo.

Às colegas especiais, Ana Roque, Cecilia Veracini e Joana Gaspar de Freitas por todo o interesse na minha pesquisa e pelas discussões sobre Ambiente e Natureza.

Aos colegas do Fórum de Doutorandos do CHAM, em particular Noemi Alfieri e Joana Malta pelas conversas de coragem ao longo do percurso.

Aos colegas da 2.16, José Bettencourt, Tiago Silva, Gonçalo Lopes e Cristóvão Fonseca pelas conversas de todos os dias. Ao Cristóvão, uma dívida de gratidão eterna.

A Patrícia Carvalho e Inês Pinto Coelho, colegas agora também amigas, pelos abraços, desabafos e partilhas da vida. À Joana Baço, um agradecimento especial por me ter permitido libertar de outras tarefas e pela incrível ajuda nas revisões finais desta tese.

Às minhas grandes amigas, Inês e Adriana, por me terem aguentado de pé e serem um dos meus maiores suportes emocionais. À Cristina, porque a qualquer hora do dia ou da noite, me norteia também nos assuntos da vida.

Este longo trabalho não tinha acontecido sem o apoio de toda a minha família, fonte de energia. O maior dos agradecimentos à minha tia Sabina, porque me ajudou de uma forma única e especial que é só sua. À minha Avó que, do alto dos seus 83 anos, todos os dias se preocupa e me ajuda, e porque entre as palavras mais duras e as mais reconfortantes, tem sempre um abraço. À Mãe, minha âncora, e ao Zé, que ao longo destes anos moldaram as suas agendas em função da minha e regressaram a casa num momento crucial. Sem vocês, super-avós, não tinha conseguido. A vida é muito melhor convosco perto. Ao Rui, sempre, porque entre o peso do *metal* e o calor do *blues*, compõe comigo a mais agri-doce sinfonia. Ao meu filho João, pela força com que aguentou todas as minhas ausências e porque no seu sorriso traz a razão de tudo.

# **A TAXONOMIA DA BALEAÇÃO PORTUGUESA ENTRE OS SÉCULOS XV E XVIII: UMA HISTÓRIA ATLÂNTICA DO MAR, DAS BALEIAS E DAS PESSOAS**

**NINA VIEIRA PORTUGAL AZEVEDO**

## **RESUMO**

A presente tese tem como principal objetivo reconstruir a história da baleação no Brasil dos séculos XVII e XVIII, tendo como problemática central a importância das baleias, enquanto agentes, e da baleação, enquanto estímulo, para a construção da presença portuguesa na América.

Este estudo foi motivado por uma lacuna historiográfica relativa à captura de baleias organizada por portugueses, nomeadamente no contexto da História da Expansão Portuguesa, e ainda relativamente à problematização das relações entre as pessoas e o restante mundo natural, na época moderna. Com suporte na História Ambiental, enquanto disciplina emergente na historiografia internacional, e muito recente na academia portuguesa, pretendemos aqui analisar a influência que o ambiente marinho teve sobre as ações humanas e o simultâneo impacto das sociedades nestes ecossistemas e nos recursos naturais que aí existem e dos quais dependem.

Do nosso estudo resultam evidências claras de que a abundância de baleias no passado, e a utilidade dos produtos que delas derivam, promoveram a transferência da experiência e técnicas baleeiras bascas para o território sul-americano, estimulando o monopólio régio ibérico da baleação entre 1614 e 1801. O desenvolvimento da atividade ao longo da costa foi promovido pela Coroa e seus funcionários, acompanhando o processo de assentamento no território, clarificando-se, assim, a relação entre a apropriação do território e o estabelecimento e desenvolvimento de armações baleeiras fixas.

Com início na Bahia, por negociantes e baleeiros bascos logo em 1602, a atividade baleeira expandiu-se ao Rio de Janeiro, ainda na primeira metade de Seiscentos, e a São Paulo e Santa Catarina nas décadas de 1730 e 1740, respetivamente. Os produtos centrais com valor utilitário e comercial foram o óleo, para iluminação dos principais centros urbanos da América portuguesa, e as barbas de baleia. Mais, durante todo o período analisado, mais particularmente na segunda metade do século XVIII, foram transportadas para Lisboa milhares de pipas de óleo de baleia e fardos de barbas.

No período em que decorreu o monopólio baleeiro milhares de baleias foram caçadas, muito provavelmente das espécies baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*) e baleia-corcunda (*Megaptera novaeangliae*). Na sequência do desenvolvimento da baleação americana para águas do Atlântico Sul, já na segunda metade de Setecentos, promoveu-se nova transferência de conhecimento para o Brasil. Deste modo, integraram-

se técnicas e instrumentos específicos para a caça de cachalote (*Physeter macrocephalus*) nas armações brasileiras. Neste período específico, entre 1774 e 1777, a operação baleeira caracterizou-se simultaneamente pelo Estilo-Basco e Estilo-Americano Costeiro.

O impacto desta atividade nas populações de baleias começou a ser notado nas últimas décadas do século XVIII, quando a concorrência baleeira entre diferentes nações se intensificou nos mares do sul e, à exceção das águas costeiras adjacentes a Santa Catarina, se começou a sentir a ausência de animais.

Pela sua presença ou ausência, pelos seus comportamentos e pelos seus produtos, as baleias foram agentes na construção da presença portuguesa no Brasil e a baleação foi uma atividade com impacto nas finanças da Coroa e dos seus súbditos, na construção da sociedade colonial e da sua relação com o Reino, assim como nos espaços litorais e no ecossistema marinho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Baleias, Brasil, Expansão Portuguesa, História Ambiental

# **THE TAXONOMY OF THE PORTUGUESE WHALING BETWEEN THE 15<sup>TH</sup> AND THE 18<sup>TH</sup> CENTURIES: AN ATLANTIC HISTORY OF THE SEA, WHALES AND PEOPLE**

**NINA VIEIRA PORTUGAL AZEVEDO**

## **ABSTRACT**

The present work aims to reconstruct the history of whaling in Brazil in the seventeenth and eighteenth centuries, having as its central question the importance of whales as agents and whaling as a stimulus for the construction of the Portuguese presence in America.

This study was driven by a historiographical gap concerning the organized whale capture by the Portuguese, namely in the context of the History of Portuguese Expansion, and also dealing with the problematization of the relationship between people and the rest of the natural world in the early modern period. Grounded on Environmental History as an emerging discipline in the international scientific panorama and as with very recent developments in the Portuguese academia, we intend to analyse the influence the marine environment had on human actions and choices, and the simultaneous impact of societies on these ecosystems and on their living natural resources on which people rely on.

From our study results a clear evidence that the abundance of whales in the past, and the utility of their products, have promoted the transfer of the Basque whaling expertise and techniques to the South American territory, motivating the Iberian royal whaling monopoly between 1614 and 1801. The development of this activity along the coast was promoted by the Crown and its officials, following the settlement process in the territory, and as such clarifying the link between the appropriation of land and the establishment and development of shore whaling stations (*armações*).

Starting in Bahia by Basque traders and whalers, as early as 1602, whaling expanded to Rio de Janeiro, still in the first half of the 1600s, and to São Paulo and Santa Catarina in the 1730s and 1740s, respectively. Central products with commercial value were oil, for the illumination of the main urban centres of the Portuguese America, and baleen plates. Throughout the analysed period, particularly in the second half of the 18th century, thousands of whale oil barrels and baleen sets were transported to Lisbon.

During the whaling monopoly thousands of whales were hunted, most likely southern right whale (*Eubalaena australis*) and humpback whale (*Megaptera novaeangliae*) species. Following the offshore American whaling movements to the South Atlantic waters, in the second half of the 1700s, a new event of knowledge transference to Brazil occurred. Specific techniques and instruments for hunting sperm whales (*Physeter macrocephalus*) were introduced in Brazilian whaling stations. Between 1774 and 1777, the whaling operation was characterized simultaneously by the Basque-Style and American-Style.

The impact of this activity on whale populations started to be noted in the last decades of the eighteenth century, when whaling competition by different nations intensified in the southern seas and, except in the coastal waters next to Santa Catarina, the absence of these animals began to be felt.

Due to their presence or absence, due to their behaviour and their products, whales were agents in the construction of the Portuguese presence in Brazil and whaling as an activity impacted the Crown's finances and its subjects, the construction of the colonial society and its relations with the Crown, as well as the coastal environments and in marine ecosystem.

**KEYWORDS:** Whales, Brazil, Portuguese Expansion, Environmental History



# ÍNDICE

## INTRODUÇÃO, 1

### PARTE 1. BALEIAS DO MAR OCEANO

#### CAPÍTULO I: DAS COSTAS EUROPEIAS AO MAR ABERTO, 22

##### I. 1. A BALEAÇÃO MEDIEVAL, 22

I. 1. 1. Ibéria e Biscaia, 22

I. 1. 2. Os bancos de pesca do Norte, 39

##### I. 2. DESCRIÇÕES, PERCEÇÕES E USOS NO MAR E ALÉM, 48

I. 2. 1. Mau augúrio e o medo do mar, 48

I. 2. 2. Navegação marítima e usos a bordo, 61

I. 2. 3. Consumo e outros usos em terra, 72

#### CAPÍTULO II: “*TANTAS E TAMANHAS*” BALEIAS NAS AMÉRICAS, 88

##### II. 1. A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NAS AMÉRICAS, 88

##### II. 2. PERCEÇÕES E EXPLORAÇÕES NATIVAS E EUROPEIAS, 106

II. 2. 1. Utilizações pré-históricas e indígenas de cetáceos, 106

II. 2. 2. A abundância de baleias no Brasil e os seus usos europeus, 116

### PARTE 2. A BALEAÇÃO COMO MONOPÓLIO NO BRASIL

#### CAPÍTULO III: ESTABELECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA BALEAÇÃO NO BRASIL, 131

##### III. 1. TRANSFERÊNCIA DE TÉCNICAS IBÉRICAS PARA O ATLÂNTICO SUL, 131

##### III. 2. A EXPANSÃO DA BALEAÇÃO AO LONGO DA COSTA, 144

##### III. 3. MÉTODOS PARA A ‘PESCARIA’ DAS BALEIAS, 172

III. 3. 1. A chegada das baleias, 175

III. 3. 2. As lanchas e os apetrechos, 183

III. 3. 3. A captura da baleia, 188

III. 3. 4. O desmanche da baleia, 199

III. 3. 5. Os trabalhos e as pessoas, 206

## **CAPÍTULO IV: OS PRODUTOS DA BALEIA, SEUS USOS E IMPORTÂNCIA, 213**

### **IV. 1. O AZEITE DE PEIXE, OU ÓLEO DE BALEIA, 213**

IV. 1. 1. A produção e o desperdício dos azeites, 213

IV. 1. 2. O consumo de óleo de baleia, 217

IV. 1. 3. Cargas de óleo de baleia enviadas para Lisboa, 234

### **IV. 2. AS BARBAS DA BALEIA E CARGAS PARA LISBOA , 243**

### **IV. 3. PRODUTOS DE UTILIZAÇÃO ACESSÓRIA, 248**

### **IV. 4. A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DA BALEAÇÃO DO BRASIL, 253**

### **IV. 5. DESPOJOS DE BALEIAS E OS ESPAÇOS LITORAIS, 270**

## **CAPÍTULO V. A BALEAÇÃO NOS MARES DO SUL: IMPACTOS NAS POPULAÇÕES DE BALEIAS E NA ATIVIDADE BALEEIRA DO BRASIL, 283**

### **V. 1. UMA ÉPOCA DE MUDANÇA NA ‘PESCARIA’ DE BALEIAS DO BRASIL COLONIAL, 283**

V. 1. 1. Em busca das ‘drogas’ do cachalote, 285

V. 1. 2. Notícias dos portos insulares portugueses sobre a baleação americana, 295

V. 1. 3. Um momento de contacto entre baleeiros e a breve caça de cachalotes no Brasil de Setecentos, 304

### **V. 2. *BALEAS, GIBARTES E ESPERMACETES*, PRINCIPAIS ESPÉCIES-ALVO, 312**

### **V. 3. BALEIAS CAPTURADAS NOS MARES DO BRASIL E O IMPACTO DA BALEAÇÃO, 336**

V. 3. 1. Uma primeira estimativa do número de animais capturados, 336

V. 3. 2. Os primórdios da gestão de recursos naturais e das populações de baleias, 351

## **CONCLUSÃO: A TAXONOMIA DA BALEAÇÃO PORTUGUESA, 369**

## **FONTES E BIBLOGRAFIA, 377**

### **1. FONTES MANUSCRITAS E CARTOGRÁFICAS, 377**

### **2. FONTES IMPRESSAS, 378**

#### **2.1. Coletâneas documentais, 378**

**2.2. Fontes, 380**

**3. ESTUDOS, 392**

**4. RECURSOS EM LINHA, 424**

**LISTA DE FIGURAS, 427**

**LISTA DE TABELAS, 435**

**ANEXOS**

**ANEXO A**

**ANEXO B**

**ANEXO C**

**ANEXO D**

**ANEXO E**

**INVENTÁRIO AHU\_BALEIAS\_BRASIL: BAHIA, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, SANTA CATARINA E PERNAMBUCO**

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ADB** - Arquivo Distrital de Braga

**ADF** - Arquivo Distrital de Faro

**AHU** - Arquivo Histórico Ultramarino

**ANTT** - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

**APEB** - Arquivo Público do Estado da Bahia

**IUCN** - International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources

## INTRODUÇÃO

No dia 21 de julho de 2018 entrei, pela primeira e única vez, num bote baleeiro. Levava comigo uma longa experiência, de centenas de horas a bordo, a observar e registrar cetáceos no mar. Amanhecia, quando os cinco botes da Regata foram rebocados pelo ‘gasolina’ *Valquíria*, desde o porto do Faial até ao Porto do Comprido, antiga enseada baleeira. Chuviscava, mas o vento arrastou as nuvens pesadas, os raios de sol tocaram o cinzento do mar e o verde da terra, e o arco-íris surgiu, qual prenúncio de ‘ruim viagem’. Uma tripulação inexperiente, onde me incluía, rapidamente compreendeu as parcas palavras de comando para concretizar as tarefas a bordo. A vela foi içada, mas, mal dados os nós, mal presos os cabos, apercebeu-se o mestre da embarcação que a lona não iria suportar o vento que fustigava, agora com vigor, o nosso bote de madeira. À primeira tentativa de mudança de direção, a quilha elevou-se da superfície, como se sacudida pela barbatana caudal de uma baleia. E, apesar da força e do peso de toda a equipagem, que contrariava o movimento das ondas e do bote, caímos ao mar. No meu desespero - sempre, o medo do mar - nadei até ao semirrígido de apoio. Minutos depois, ainda eu ofegante, passaram por nós três golfinhos-de-Risso (*Grampus griseus*).

Aqui se encontraram memória, património, cultura, história, ambiente e natureza. Aqui se reavivou o papel desempenhado pelas baleias, caçadas no passado, e pelos baleeiros, que as arpoaram, naquelas mesmas águas, para que chegássemos àquele momento, naquele dia.

É precisamente sobre a relação, no passado, das pessoas com as baleias e a importância destes animais e da sua exploração histórica que trata esta tese.

Nos ambientes marinhos que ocupam, as baleias desempenham um papel ecológico crucial e único na regulação dos ecossistemas naturais. Enquanto predadores de topo, influenciam as dinâmicas ecológicas das suas presas, com efeitos que se propagam através da cadeia alimentar e dos ciclos bioquímicos dos ecossistemas marinhos, com consequências na disponibilidade e diversidade de alimento, também para outros animais. Porque mergulham e se movem ao longo da coluna de água, contribuem para a mistura e reciclagem de nutrientes das águas. Quando mortas, a descida das suas carcaças, da superfície até ao fundo do mar, aumenta a disponibilidade de comida e de

habitat de espécies que vivem em profundidade, e promovem, através da decomposição da sua carne e pelos seus ossos, inúmeras associações bióticas<sup>1</sup>.

Para os humanos, as baleias desempenharam, desde sempre, várias funções e papéis, numa história intemporal de interação entre as comunidades humanas e populações de baleias, numa multitude de sentidos, simbolismos e significados<sup>2</sup>. Entre os vários valores atribuídos à baleia, a baleação - a caça ativa de baleias - terá sido, no mundo ocidental, a mais impactante para os animais e para as pessoas. Esta, foi - e continua a ser - a forma de exploração mais extensa e intensiva de um recurso vivo marinho no seu meio natural, a par com a pesca de algumas espécies de peixes com valor comercial; por isso, a baleação tem sido uma das atividades com mais impacto na vida das pessoas, das baleias e do mar<sup>3</sup>.

Tal como os humanos, as baleias são mamíferos, neste caso marinhos, pertencentes à Ordem *Cetacea*. Os cetáceos, em geral, e as baleias, em particular, são dotados de capacidades cognitivas altamente desenvolvidas e uma complexa estrutura social e comportamental. Taxonomicamente dividem-se em duas Subordens: *Mysticeti* (do grego, *mystakos*, bigode; do latim *cetus*, baleia) e *Odontoceti* (do grego, *odous*, dentes). As baleias Mysticetes caracterizam-se pelo seu aparo bucal composto por barbas, estruturas de origem dérmica que servem a filtração de plâncton da água, do qual se alimentam, enquanto os Odontocetes possuem dentes<sup>4</sup>. As baleias de barbas são grandes migradores oceânicos que se deslocam entre áreas de alimentação, a altas latitudes, e áreas de reprodução, a baixas latitudes, praticando uma das maiores migrações do mundo

---

<sup>1</sup> Joe ROMAN, James A. ESTES, Lyne MORISSETTE, et al., "Whales as marine ecosystem engineers", *Frontiers in Ecology and the Environment*, 2014.

<sup>2</sup> Richard ELLIS, *Men and Whales*, Nova Iorque, Lyon Press, 1991; Vicky SZABO, *Monstrous Fishes and the Mead-Dark Sea. Whaling in the Medieval North Atlantic*, Leiden/ Boston, Brill, 2008; Rui PRIETO, "A relação do Homem com os cetáceos nos Açores", in J. PENJON & C. PEREIRA (eds.), *L'animal dans le monde lusophone. Du réel à l'imaginaire*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2015, pp. 49-60; Cristina BRITO, Nina VIEIRA & Joana Gaspar FREITAS, "The Wonder Whale: A commodity, a monster, a show and an icon", *Anthropozoologica*, vol. 54, n. 3, 2019, pp. 13-27; Jakobina K. ARCH, *Bringing Whales Ashore: Oceans and the Environment in Early Modern Japan*, Seattle, University of Washington Press, 2018; Ryan Tucker JONES & Angela WANHALLA (eds), *New Histories of Pacific Whaling*, RCC Perspectives. Transformations in Environment and Society, 2019.

<sup>3</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1991; Randal R. REEVES & Tim D. SMITH, "A taxonomy of world whaling: Operations and eras", in James A. ESTES, Douglas P. DEMASTER, Daniel F. DOAK, Terrie M. WILLIAMS & Robert L. BROWNELL, Jr. (eds.), *Whales, whaling, and ocean ecosystems*. University of California Press, London, 2006; Poul HOLM, "History of marine populations: a global research program of the Census of marine life", *Oceanologica Acta*, vol. 25, 2003, pp. 207-211.

<sup>4</sup> Pierre-Henry FONTAINE, *Whales and Seals: Biology and Ecology*, Schiffer, Atglen, 2007, pp. 292-293, 335.

animal e o maior movimento anual entre os mamíferos<sup>5</sup>. A sua migração caracteriza-se por padrão sazonais, repetidos anualmente, de circulação entre zonas polares frias para zonas tropicais quentes, podendo efetuar migrações de cerca de 4000 km em média<sup>6</sup>. Tipicamente, as fêmeas regressam à mesma zona de reprodução, podendo haver mais dispersão entre diferentes zonas de reprodução por parte dos machos. Nestas zonas encontram-se fêmeas sozinhas, pares de fêmeas e crias e grupos formados por vários adultos (machos e fêmeas) e crias e juvenis de primeiro ano<sup>7</sup>.

À escala global, a captura de baleias aconteceu desde a instalação das primeiras populações humanas nos espaços costeiros, sendo praticada ao longo do tempo, em diferentes ecossistemas, desde baías e golfos, zonas costeiras continentais e ilhas, até ao oceano aberto. Diferentes sociedades marítimas, de todos os continentes e ilhas oceânicas, estiveram, em algum momento, envolvidas na baleação<sup>8</sup>. Através de técnicas indígenas ou artesanais para fins de subsistência, ou pelo desenvolvimento de práticas baleeiras suportadas pelo valor comercial destes animais e dos seus produtos, a história da caça de baleias faz parte da história humana. Na relação dos humanos com os outros animais, matar é a manifestação extrema de domínio e de controlo, num ato que envolve um conjunto de práticas culturais, atitudes, ideias, perceções e pressupostos<sup>9</sup>. É neste contexto que a história da baleação - enquanto história das pessoas, mas também das baleias - se apresenta como um caso de estudo que permite compreender as implicações que estes animais têm na construção de uma narrativa sobre a relação das pessoas com os animais e com o(s) oceano(s).

---

<sup>5</sup> S. Jonathan STERN, "Migration and Movement Patterns", in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 962-972.

<sup>6</sup> Leonardo L. WEDEKIN, Mariana C. NEVES, Milton C.C. MARCONDES, Clarêncio BARACHO, Marcos R. ROSSI-SANTOS & Márcia H. ENGEL, "Site fidelity and movements of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) on the Brazilian breeding ground, southwestern Atlantic", *Marine Mammal Science*, vol. 26, n. 4, 2010, pp. 787-802; J. BARENDSE, P.B. BEST, M. THORNTON, C. POMILLA, I. CARVALHO & H.C. ROSENBAUM, "Migration redefined? Seasonality, movements and group composition of humpback whales *Megaptera novaeangliae* off the west coast of South Africa", *African Journal of Marine Science*, vol. 32, n. 1, 2010, pp.1-22.

<sup>7</sup> Para mais informação ver, por exemplo, Randall R. REEVES, Brent S. STEWART, Phillip J. CLAPHAM & James A. POWELL, *Guide to Marine Mammals of the World*, Nova Iorque, National Audubon Society, 2008.

<sup>8</sup> REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2006.

<sup>9</sup> THE ANIMAL STUDIES GROUP (ed.), *Killing Animals*, Urbana/Chicago, University of Illinois Press, 2006, p. 4.

A história da baleação é um exemplo clássico da sobre-exploração de um recurso natural não-renovável<sup>10</sup> que é essencial discutir quando tentamos compreender como a ação humana afetou os ecossistemas marinhos<sup>11</sup> e, simultaneamente, a forma como a abundância, a ecologia, o comportamento e os ciclos de vida dos animais marinhos, influenciaram as atividades e, consequentemente, a história humana.

As grandes baleias, grupo não taxonómico que inclui as baleias de barbas e o cachalote, tanto pelas suas enormes dimensões como por possuírem uma grande camada de gordura, passível de ser reduzida a óleo, foram caçadas até à depleção das suas populações, em todos os oceanos. O óleo de baleia foi um dos principais combustíveis da época moderna. Também as barbas das baleias, enquanto matéria-prima, tiveram inúmeras utilizações, pela sua flexibilidade e rigidez, incluindo a confecção de vestuário e a armação dos espantalhos, e compuseram inúmeros objetos de uso quotidiano do mundo ocidental. Fornecedoras de alimento e de matérias-primas, chegaram hoje a símbolos de conservação ambiental, mesmo continuando a ser capturadas<sup>12</sup>.

A diferentes ritmos e com diferentes impactos, nas pessoas e no ambiente, a evolução da população humana tem sido definida pela ligação entre os limites da natureza e por dinâmicas sociais, políticas e económicas. Esta relação tem dependido dos padrões culturais e do avanço tecnológico de cada época, apresentando um carácter marcadamente predatório, uma produção excedentária e uma utilização exaustiva de recursos, visando a satisfação das necessidades materiais das populações humanas<sup>13</sup>.

Na construção da história da humanidade, no desenvolvimento de civilizações, impérios, reinos e estados, o domínio da natureza foi - e continua a ser - uma fonte de poder. Sem a natureza, todos os esforços humanos são impotentes, e é a procura, o acesso, a utilização e a troca de recursos naturais que determinam a força dos estados e os limites das suas dinâmicas de atuação, no tempo e no espaço<sup>14</sup>. As ações humanas não surgem em contextos isolados, mas como consequência dos estímulos dos ecossistemas naturais

---

<sup>10</sup> Bo POULSEN, "Marine Environmental History", in M. AGNOLETTI, E. JOHANN & S. N. SERNER (eds.), *World Environmental History*. EOLSS Publishers, Oxford, 2012.

<sup>11</sup> REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2006.

<sup>12</sup> Virginia RICHTER, "Where things meet in the world between sea and land": Human-Whale encounters in Littoral Space", in Ursula KLUWICK & Virginia RICHTER (eds.), *The beach in Anglophone literatures and cultures*, Ashgate, 2015, pp. 155-173; BRITO, VIEIRA & FREITAS, *Op. cit.*, 2018.

<sup>13</sup> Sing CHEW, *World ecological degradation: accumulation, urbanization, and deforestation, 3000 B.C. - 2000 A.D.* Oxford, AltaMira Press, 2001, p. 2.

<sup>14</sup> CHEW, *Op. cit.*, 2001; J. Donald HUGHES, *What is environmental history?*, Cambridge, Polity Press, 2006.



em que os atores históricos estão inseridos e pelos quais são afetados, de formas muito distintas ao longo do tempo<sup>15</sup>. A construção das sociedades e da cultura humana tem provocado a transformação dos ecossistemas e, simultaneamente, os sistemas naturais têm influenciado e moldado as ações e intenções humanas<sup>16</sup>. De facto, o mundo natural providenciou todos os recursos que conduzem e suportam práticas e assuntos humanos, num processo contínuo e com dois sentidos. Por isso os ambientes naturais, que moldamos e que nos moldam, são fundamentalmente históricos<sup>17</sup>.

Esta relação transformativa e predatória da natureza levou a que, pelo menos nos últimos quinhentos anos, a história do desenvolvimento das sociedades humanas seja também a história da degradação e crise ecológica<sup>18</sup>. As expansões europeias do período moderno e, no que aqui importa focar, as Descobertas<sup>19</sup> e a Expansão portuguesa alteraram de forma profunda a ligação de povos e pessoas com a natureza, reforçando a mútua e indissociável relação das sociedades humanas com o mundo natural não-humano. Efetivamente, entre o século XV e o século XIX, o ritmo e a intensidade das mudanças que ocorreram nas sociedades humanas aumentou exponencialmente por todo o mundo. Para além de muitos outros aspetos, as necessidades das sociedades modernas deram início a uma atitude voraz e sistemática de apropriação da natureza e de extração de recursos naturais, processamento, transporte, circulação e venda de produtos e animais, domésticos e selvagens<sup>20</sup>. Todas estas transformações, muito marcadas com a presença

---

<sup>15</sup> Richard C. FOLTZ, "Does Nature Have Historical Agency? World History, Environmental History, and How Historians Can Help Save the Planet", *The History Teacher*, vol. 37, n. 1, 2003, p. 10.

<sup>16</sup> CHEW, *Op. cit.*, 2001; Linda NASH, "The Agency of Nature or the Nature of Agency?", *Environmental History*, vol. 10, 2005, pp. 67-69; Poul HOLM & Ruth BRENNAN, "Humanities for the Environment 2018 Report-Ways to Here, Ways Forward", *Humanities*, vol. 7, 2018, 3 p.

<sup>17</sup> Tim INGOLD, "From trust to domination: an alternative history of human-animal relations", in *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*, Routledge, Londres, 2000, p. 20.

<sup>18</sup> CHEW, *Op. cit.*, 2001, p. 2; Christoph MAUCH, *Slow Hope. Rethinking Ecologies of Crisis and Fear*. RCC Perspectives. Transformation in Environment and Society, 2019, p. 12.

<sup>19</sup> Assume-se aqui a ideia de 'Descobertas Portuguesas' segundo Russell-Wood, de que os primeiros avistamentos eram novas terras desconhecidas para os portugueses, ou de Onésimo Teotónio de Almeida, que considera a expressão 'Descobrimientos' do ponto de vista europeu, no sentido em que a Europa ocidental descobriu que havia mais mundos para além dela. Consultar A.J.R. RUSSELL-WOOD, *O Império Português, 1415-1808 - O mundo em movimento*, Tradução de Isabel Jardim, Lisboa, Clube do Autor, 2016, p. 37; Onésimo Teotónio ALMEIDA, *O Século dos Prodígios. A Ciência no Portugal da Expansão*, Lisboa, Quetzal, 2018, p. 29.

<sup>20</sup> John F. RICHARDS, *The Unending Frontier: An Environmental History of the Early Modern World*, Berkley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 2003, p. 2. Sobre o impacto da domesticação de animais e, acima de tudo, as consequências que resultaram nos ambientes naturais a movimentação de animais da Europa para o novo mundo ver, entre outros, Alfred CROSBY, *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 319 p.

dos europeus nas Américas, foram definidas por Alfred Crosby definiu como “columbian exchange”<sup>21</sup> - em português na expressão ainda pouco utilizada de “intercâmbio colombino”.

Estas mudanças, influenciaram profundamente o ambiente, muito antes da revolução industrial, e deixaram a sua marca para os séculos seguintes<sup>22</sup>. Estabeleceram-se novos padrões de consumo de recursos naturais e promoveu-se a sua transformação em produtos com valor comercial. Para isto foi necessário um investimento bruto em mão-de-obra que promoveu a deslocação - forçada - de milhões de pessoas. Estas novas redes de comércio e de produção intensificaram a capacidade de exploração humana dos recursos naturais, a qual resultou num profundo impacto nas sociedades e povos envolvidos assim como nas populações e ecossistemas naturais. A exploração do ambiente e dos seus recursos, na época moderna, foi crucial para suportar o imperialismo europeu, fazendo com que a sua história seja inseparável da história das mudanças ambientais globais<sup>23</sup>.

Os principais países europeus colonizadores procuraram novas e valiosas matérias-primas de todos os tipos, apropriando-se e explorando todos os ambientes que foram conquistando. Estabeleceram plantações, introduziram novos métodos de produção agrícola e animal, provocando uma alteração repentina e definitiva nas formas locais e indígenas de cultivo e do uso da terra<sup>24</sup>. À medida que foram ocupando os espaços, os primeiros colonizadores europeus, e os que os seguiram, alteraram a ecologia das regiões e desse processo fez parte a limpeza dos solos e o desmatamento, a drenagem das zonas húmidas, a irrigação de terras áridas, e a predação da vida selvagem, que se estendeu também aos oceanos<sup>25</sup>. De facto, entre 1500 e 1800, os europeus não só cruzaram os oceanos para a construção dos seus impérios, como dependeram dos produtos e dos

---

<sup>21</sup> Alfred CROSBY, *The Columbian Exchange. Biological and Cultural Consequences of 1492*, Westport, Praeger Publishers, 2003, 283 p. Ver também CROSBY, *Op. cit.*, 1993; Robert B. MARKS, ““Exhausting the Earth”: environmental and history in the early modern world”, in Jerry H. BENTELEY, Sanjay SUBRAHMANYAM & Merry E. WIESNER-HANKS (eds.) *The Cambridge World History, Volume VI, The Construction of a Global World, 1400–1800 CE, Part 1: Foundations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015, pp. 40-41.

<sup>22</sup> RICHARDS, *Op. cit.*, 2003, p. 2.

<sup>23</sup> William BEINART & Lotte HUGHES, *Environment and Empire*, Oxford, Oxford University Press, 2007, pp. 1-2.

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>25</sup> RICHARDS, *Op. cit.*, 2003, p. 5, 9.

serviços do mar como nunca antes. Ou, como escreveu John Gillis, a descoberta inicial do mundo foi a descoberta dos mares<sup>26</sup>.

As ligações que se estabeleceram não foram promovidas apenas através dos oceanos, mas também entre as pessoas e o mar, num fenómeno marítimo que não foi limitado à superfície das águas<sup>27</sup>. Do oceano aberto e profundo aos ambientes costeiros, os ecossistemas marinhos têm sido profundamente alterados pelas atividades humanas ao longo do tempo, influenciando simultaneamente a produção económica e as culturas humanas<sup>28</sup>. Cobrindo 70% da Terra, nos oceanos surgiu a vida, o povoamento das ilhas, os caminhos para novas descobertas<sup>29</sup>. Mas, mais do que espaços onde a ação humana aconteceu, os oceanos têm a sua própria história e é a sua natureza dinâmica, assim como dos recursos que dele se extraem, que está na base do sucesso dos povos indígenas, costeiros e insulares, e dos colonizadores<sup>30</sup>. Inúmeros são os exemplos, na História da Expansão Portuguesa e Europeia, que nos apelam a uma mudança de paradigma na historiografia, determinante para considerar os oceanos como elementos vivos e atores dinâmicos na história humana, permitindo igualmente aprofundar o papel das pessoas enquanto atores ecológicos. O oceano, encarado até recentemente como instrumento da narrativa, cenário da ação, desprovido de dinâmicas próprias e de capacidade de mudança, é geralmente relegado, pelas abordagens históricas mais tradicionais, para uma zona de operações de navios e um meio de interações culturais. Nas novas abordagens que se têm vindo a propor e a consolidar nas últimas décadas, os oceanos deixam de ser considerados mortos ou sem história<sup>31</sup> e são “mais, muito mais do que uma simples e tradicional via de comunicação e transporte”<sup>32</sup>.

Na análise das relações históricas entre pessoas e o oceano, a bacia atlântica pode ser considerada como uma unidade de discussão das relações demográficas, económicas,

---

<sup>26</sup> John R. GILLIS, *The Human Shore: seacosts in history*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 2012, p. 83.

<sup>27</sup> W. Jeffrey BOLSTER, “Putting the Ocean in Atlantic History”, *The American Historical Review*, vol. 113, n. 1, 2008, p. 3, 4.

<sup>28</sup> John MACK, *Sea: A cultural history*, Reaktion Books, 2001, 272 p.

<sup>29</sup> HUGHES, *Op. cit.*, 2006; Rachel CARSON, *The Sea Around Us*, Unicorn Publishing Group, Londres, 2014.

<sup>30</sup> BOLSTER, *Op. cit.*, 2008, p. 23.

<sup>31</sup> W. Jeffrey BOLSTER, “Opportunities in Marine Environmental History”, *Environmental History*, vol. 11, n. 3, 2006, p. 569; Sujit SIVASUNDARAM, Alison BASHFORD & David ARMITAGE, “Introduction: Writing World Oceans Histories”, in David ARMITAGE, Alison BASHFORD & Sujit SIVASUNDARAM (eds.), *Oceanic Histories*, Cambridge, Cambridge University Press, 2017, p. 20.

<sup>32</sup> José Pinheiro da SILVA, *A Capitania da Baía (Subsídios para a história da sua colonização na segunda metade do século XVII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1964, p. 213.

sociais e culturais, num conceito suportado por processos profundos de ligação das costas atlânticas e das ilhas atlânticas, enquanto espaços de confluências várias, e que estrutura uma história dinâmica global da Europa, Américas e África<sup>33</sup>. Para além de pessoas, doenças e ideias, nesta bacia circularam e cruzaram-se matérias-primas, curiosidades, animais, espécimes naturais e científicos<sup>34</sup>. Sugere-se, portanto, uma nova geografia do mundo moderno onde se incluem as regiões oceânicas, uma releitura das narrativas sobre o mar, e um compromisso com a biologia e a ecologia marinha como uma componente essencial à história do Atlântico, e uma visão do oceano e dos seus exploradores na longa duração<sup>35</sup>.

Mais ainda, o mar é um espaço com forma, estrutura e carácter material, que não deve ser conceptualizado como marginal ao espaço terrestre<sup>36</sup>. Consequentemente, os elementos e os recursos do mar bem como as atividades humanas que dele diretamente dependeram, não devem ser relegadas para segundo plano em relação aos produtos e às atividades da terra. Reconhecer que o oceano tem uma história na qual as pessoas estão intrinsecamente envolvidas, permitirá repensar e reescrever a história dos oceanos, anteriormente ignorada, e refletir sobre estes espaços como verdadeiras “concatenações dos humanos e dos não-humanos”<sup>37</sup>, quebrando-se a tendência de pensar a natureza como externa, não só à humanidade, como também à história.

Estas novas construções historiográficas permitem-nos demonstrar que o mar não é, e não foi, no contexto da Expansão do Império Português, um vazio material ou metafórico. Mais do que um espaço vazio para desenhar monstros nos mapas ocidentais, o mar é um elemento vivo onde se incorporam experiências humanas e a agência dos seus elementos naturais<sup>38</sup>, como são os animais e, portanto, as baleias.

---

<sup>33</sup> Bernard BAILYN, *Atlantic History. Concepts and Contours*, Cambridge/Londres, Harvard University Press, 2005, p. 52; Juan Manuel SANTANA-PÉREZ, “The African Atlantic islands in maritime history during the Ancient Régime”, *The International Journal of Maritime History*, vol. 30, n. 4, 2018, p. 637.

<sup>34</sup> Philip D. MORGAN & Jack P. GREENE, “Introduction: The present state of Atlantic history”, in Jack P. GREENE & Philip D. MORGAN (eds.), *Atlantic history: a critical appraisal*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2009, p. 3.

<sup>35</sup> W. Jeffrey BOLSTER, *The Mortal Sea. Fishing the Atlantic in the Age of Sail*, Cambridge, Massachusetts/Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 2012, p. 3.

<sup>36</sup> Jon ANDERSON & Kimberley PETERS, *Water Worlds: Human Geographies of the Ocean*, Surrey, Ashgate, 2014, p. 4.

<sup>37</sup> BOLSTER, *Op. cit.*, 2006; Ryan Tucker JONES, “Running into whales: The history of the North Pacific from below the waves”, *American Historical Review*, vol. 118, n. 2, 2013, pp. 349-377; SIVASUNDARAM et al., *Op. cit.*, 2017, p. 19.

<sup>38</sup> ANDERSON & PETERS, *Op. cit.*, 2014.

Tanto enquanto recursos alimentares, medicinais ou com propriedades mágicas, produtos de comércio, ofertas diplomáticas ou elementos de construção do conhecimento natural, os animais são, geralmente, encarados apenas como elementos acessórios à construção da história. Povoando as histórias da Expansão Portuguesa, desde a navegação até à subsistência em regiões extraeuropeias, os animais encontram-se nas fontes escritas, iconográficas e cartográficas, em vestígios arqueológicos, na literatura e na arte. Nestas histórias partilhadas, considerar o papel dos animais marinhos na história contribui para uma mudança sobre a nossa visão dos eventos, reconfigura as geografias tradicionais, e complexifica velhas histórias do oceano como lugar de projeção de poder imperial e comercial<sup>39</sup>. Peixes, conchas e cetáceos, entre outros animais aquáticos, quer de água doce ou oceânicos, constituíram sempre importantes fontes de subsistência e de riqueza para as comunidades litorais. É nesta interação entre os vários agentes - pessoas, animais e o próprio mar - e de atividades consequentes - pesca, baleação, recreação, navegação, *storytelling* e tradição oral, entre outras - que se desenvolvem as zonas costeiras, com a ocupação e modificação desses espaços e com consequentes alterações nas populações naturais que sustentam aquelas comunidades<sup>40</sup>.

Esta apropriação da natureza, através da caça e da pesca, em conjunto com os propósitos comerciais da Expansão e do estabelecimento das pessoas em locais anteriormente não explorados - ou pelo menos não com esta nova complexidade e intensidade - alterou profundamente os habitats naturais e, em vários casos levou à extirpação de espécies selvagens. A colonização europeia esteve, de facto, na origem da extinção do dodó na Ilha Maurício, a vaca-marinha de Steller no mar de Bering, ou a foca-monge das Caraíbas e provocou o declínio de inúmeras populações naturais que, ainda hoje, não voltaram a recuperar, ou que recuperam lentamente aqueles que se estimam ter sido os seus efetivos populacionais anteriores a este intenso impacto humano. Exemplos destas populações são a baleia-franca-do-Atlântico-Norte, a baleia-franca-austral no Atlântico Sul, as três espécies de manatins que habitam a costa ocidental africana e as costas atlânticas da América Central e do Sul, ou a foca-monge do Mediterrâneo com ocupação também na Madeira e na costa da Mauritânia, apenas para enumerar algumas<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> JONES, *Op. cit.*, 2013, p. 350.

<sup>40</sup> RICHTER, *Op. cit.*, 2015.

<sup>41</sup> Informação sobre o estatuto de conservação destas espécies pode ser encontrada em IUCN. 2018. The IUCN Red List of Threatened Species. Disponível em [www.iucnredlist.org](http://www.iucnredlist.org).

Neste sentido, a análise da história do ambiente e dos animais, considerando a dependência e o impacto da sociedade humana sobre o mundo natural, deve ser abordada com uma preocupação social, económica e política<sup>42</sup>. Aqui, as Humanidades dão um contributo científico ímpar ao facilitar a compreensão do que foi criado, transformado, perdido, preservado e do que pode ser reconquistado a nível ambiental, fornecendo dados, criticando e construindo conhecimento e formas de pensar. No caso concreto da História, a análise crítica de fontes escritas, e não só, pode contribuir para a construção de narrativas alternativas que considerem estas problemáticas e modos de pensar.

A História, enquanto disciplina, dedica-se geralmente ao estudo das interações humanas, ao longo do tempo, mas cabe ao historiador detetar mudanças, tendências e padrões de comportamento perante a ocorrência de eventos, únicos e diversos, no passado<sup>43</sup>. E a História pode considerar que a relação das pessoas com a natureza é indissociável das relações que as pessoas têm entre si<sup>44</sup>. Tomando emprestadas as palavras de Braudel, “história é o homem e tudo o resto”<sup>45</sup> e “discutir a civilização é discutir o espaço, a terra e os seus contornos, o clima, a vegetação, as espécies animais (...) e também discutir o que a humanidade tem feito destas condições básicas: agricultura, reprodução de stocks, alimentação, abrigo, vestuário, comunicações, indústria, e assim por diante”<sup>46</sup>.

De facto, logo no prefácio da primeira edição de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, o autor avisa não pretender descurar a história “do homem nas suas relações com o meio que o rodeia”<sup>47</sup>, nem cingir-se a tradicionais descrições geográficas “como se as flores não regressassem todas as Primaveras, como se os rebanhos parassem as suas migrações, como se os navios não navegassem num mar

---

<sup>42</sup> Poul HOLM, Anne Husum MARBOE, Bo POULSEN & Brian R. MACKENZIE, “Marine Animal Populations: A new look back in time”, in Alasdair D. MCINTYRE (ed.) *Life in the World's Oceans: Diversity, Distribution, and Abundance*, Blackwell Publishing, 2010, p. 4.

<sup>43</sup> HOLM et al., *Op. cit.*, 2010, p. 4; HOLM & BRENNAN, *Op.cit.*, 2018, p. 8.

<sup>44</sup> Regina Horta DUARTE, “Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil”, *Luso-Brazilian Review*, vol. 41, n. 2, 2005, pp. 144-161.

<sup>45</sup> Fernand Braudel, “Une vie pour l’histoire (interview with F. Ewald and J. J. Brochier)”, *Magazine Littéraire*, vol. 212, 1984, pp. 18-24, in Jason W. MOORE, “Capitalism as world-ecology. Braudel and Marx on Environmental History”, *Organization & Environment*, vol. 16, n. 4, 2003, p. 431.

<sup>46</sup> Fernand Braudel, *A history of civilizations* (R. Mayne, Trans.), Nova Iorque, Penguin, 1993, in MOORE, *Op.cit.*, 2003, p. 431.

<sup>47</sup> Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. 1º volume. 2ª edição. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, p. 25.

real, que muda com as estações do ano”<sup>48</sup>. Também Vitorino Magalhães Godinho, ao referir-se às iniciativas económicas dos portugueses que fizeram a expansão, não deixou de apontar o abate das florestas para a construção naval ou a plantação da cana-de-açúcar, a apropriação de peles de foca e conchas de África, ou a pesca de bacalhau na Terra Nova, afirmando que “em cada época a economia é um complexo, ou mesmo um conjunto de complexos geograficamente definidos e que também o são cronologicamente, e é a estrutura de cada complexo que temos de deslindar”<sup>49</sup>. Ou seja, a ambos os autores interessaram as relações entre o ambiente, físico e biológico, e a política, a cultura e a economia das sociedades humanas<sup>50</sup>.

É neste enquadramento que surge a História Ambiental tendo como problemática de fundo questionar o papel e o lugar da natureza na vida humana e as suas interligações ao longo do tempo. Os estudos em História Ambiental analisam e discutem a forma como os humanos foram afetados pelos ambientes naturais ao longo do tempo e, inversamente, como afetaram o ambiente e quais as consequências daí resultantes<sup>51</sup>. Perante a crise ambiental global que se vive, o momento presente exige a atenção de várias ciências, áreas e temáticas de investigação, nomeadamente das Humanidades e das Ciências Sociais, com a colocação de novas perguntas e abordagens que privilegiem as metodologias destas áreas do saber suscitando dar resposta aos desafios ambientais, que se relacionam intimamente com as escolhas, preferências, motivações e padrões de comportamento humanos<sup>52</sup>.

Se é certo que a História já havia manifestado interesse na análise da relação entre a humanidade e a natureza, é o surgimento da História Ambiental que, nas últimas décadas, tem apelado a uma nova abordagem metodológica e conceptual, com foco nas interações entre a natureza e as sociedades humanas do passado, reconhecendo a agência dos espaços e dos elementos, relacionando a história humana com os sistemas naturais, e tornando o ambiente uma dimensão relevante no pensamento histórico<sup>53</sup>. Também em

---

<sup>48</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>49</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Volume I. Lisboa, Editorial Presença, 1981, p. 50.

<sup>50</sup> Paulo GUIMARÃES & Inês AMORIM, “A História Ambiental em Portugal: A emergência de um novo campo historiográfico”, *Revista Internacional de Ciências Sociais*, vol. 35, 2016, p. 50.

<sup>51</sup> Donald WORSTER, *The Ends of the Earth*, Cambridge, Cambridge University Press, 2012 p. 290-291.

<sup>52</sup> HOLM et al., *Op. cit.*, 2015.

<sup>53</sup> Verena WINIWARTER, “Approaches to Environmental History: A Field Guide to its concepts”, in Péter SZABÓ & József LASZLOVSKY (eds.) *People and Nature in Historical Perspective*. Budapest, Central European University, 2003, p. 17; HOLM et al., *Op. cit.*, 2010, p. 4.

Portugal esta é uma disciplina emergente que tem dado, na última década, importantíssimos passos no seu desenvolvimento e na sua afirmação nas universidades e centros de investigação portugueses. Exemplos disso são os dois volumes de *Environmental History in the Making*, em 2017,<sup>54</sup>, a publicação *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*, em 2019<sup>55</sup>, ou o mais recente livro publicado em 2020, *Peoples, Nature and Environments: Learning to live together*<sup>56</sup>, apenas para elencar algumas publicações de destaque. Algumas destas edições têm surgido no âmbito de redes dedicadas à temática, nomeadamente a Rede REPORT(H)A-Rede Portuguesa de História Ambiental, e que têm promovido o encontro e debate de investigadores nacionais e internacionais<sup>57</sup>.

A História Ambiental propõe, portanto, uma análise integrada na longa duração dos ecossistemas e das sociedades humanas e posiciona, assim, a humanidade como mais um fator interveniente nas inúmeras e complexas interações da rede ecológica, reconhecendo os humanos como parte integrante da natureza<sup>58</sup>. Pelo seu carácter trans- e pluridisciplinar, a História Ambiental, ao requerer alguma familiaridade com as ciências naturais como a ecologia, aliando ainda aspetos da história da ciência e tecnologia, geografia, entre outros, complementa análises mais formais como a história económica, social e política<sup>59</sup>. O conhecimento sobre padrões e processos históricos, e sobre as mudanças geradas pelos humanos na natureza, permite uma maior compreensão sobre os limites funcionais, históricos e evolutivos dos ecossistemas. Aqui, os dados históricos podem (e devem) orientar as medidas de gestão e conservação, considerando esses mesmos limites e tolerâncias das espécies e das comunidades biológicas, não ignorando

---

<sup>54</sup> Cristina Joanaz de MELO, Estelita VAZ & Lígia M. Costa PINTO (eds), *Environmental History in the Making*. Volume I: Explaining, Springer International Publishing, 2017, 357 p; Cristina Joanaz de MELO, Estelita VAZ & Lígia M. Costa PINTO (eds), *Environmental History in the Making*. Volume II: Acting, Springer International Publishing, 2017, 376 p.

<sup>55</sup> Ana Cristina ROQUE, Cristina Joanaz de MELO, Inês AMORIM, Joana Gaspar de FREITAS & Maria Manuel TORRÃO (coord.), *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*, Porto, CITCEM, 2019, 225 p.

<sup>56</sup> Ana Cristina ROQUE, Cristina BRITO & Cecilia VERACINI (eds.), *Peoples, Nature and Environments: Learning to live together*, Cambridge Scholar Publishing, 2020, 304 p.

<sup>57</sup> Mais sobre a REPORT(H)A em <http://www.reportha.org/pt/>.

<sup>58</sup> Poul HOLM, David J. STARKEY & Tim SMITH, "Introduction", in Poul HOLM, Tim D. SMITH & David J. STARKEY (eds.) *The Exploited Seas: New Directions for Marine Environmental History*. International Maritime Economic History Association, St. John's, 2001; WINIWARTER, *Op. cit.*, 2003; HUGHES, *Op. cit.*, 2006; Robert BOSCHMAN & Mario TRONO (eds.), *On Active Grounds: Agency and Time in the Environmental Humanities*, Wilfrid Laurier University Press, 2019.

<sup>59</sup> WINIWARTER, *Op. cit.*, 2003; HUGHES, *Op. cit.*, 2006, p. 9.



que a natureza os processos biológicos naturais e de que as mudanças das sociedades humanas têm que se restringir a esses limites<sup>60</sup>.

Simultaneamente, assistimos a uma integração dos animais na História e na problematização das relações entre pessoas e o mundo não-humano. Como defendeu o antropólogo social Tim Ingold, “tal como os humanos têm uma história das suas relações com os animais, os animais também têm uma história das suas relações com os humanos”<sup>61</sup>. Esta é uma nova abordagem que se abre para incluir os animais como atores, muitas vezes centrais, da História e discutir em que medida os animais afetaram os eventos históricos<sup>62</sup>. Os animais têm um papel muito significativo no presente e no passado das pessoas, quer seja pelos sentimentos, percepções e atitudes que originam e desencadeiam nos humanos - que os exploram ou admiram -, quer por limitarem os seus atos e tomadas de decisão e moldam as suas intenções<sup>63</sup>.

Aqui entram então as baleias que se movem, transformam o espaço material, promovem a relação das pessoas com o mar, a construção de narrativas e da percepção humana perante os animais marinhos, os espaços litorais e os oceanos<sup>64</sup>. Mais, sabemos já que as baleias, no contexto da Expansão Europeia, nomeadamente da britânica na América do Norte, condicionaram e moldaram a apropriação e colonização de territórios, o assentamento das primeiras populações e as atividades humanas nesses espaços<sup>65</sup>. Foi a presença e a ausência dos animais, os seus comportamentos e a sua ecologia que ditaram os parâmetros das atividades extrativas que neles se sustentaram.

A história da baleação problematiza, assim, as relações das pessoas com os baleias e com o ambiente costeiro e marinho, e confere a estes animais uma agência, enquanto seres que impactam e condicionam práticas e a vida humanas.

---

<sup>60</sup> Thomas W. SWETNAM, Craig D. ALLEN & Julio L. BETANCOURT, “Applied historical ecology: Using the past to manage for the future”, *Ecological Applications*, vol. 9, n. 4, 1999, p. 1202.

<sup>61</sup> INGOLD, *Op. cit.*, 2000, p. 61.

<sup>62</sup> Aline STEINBRECHER & Gesine KRÜGER, “Animals”, in *European History Online* (EGO), published by the Leibniz Institute of European History (IEG), Mainz 2016-09-06. URL: <http://www.ieg-ego.eu/steinbrechera-kruegerg-2015-en> URN: urn:nbn:de:0159-2016082501.

<sup>63</sup> NASH, *Op. cit.*, 2005, pp. 67-69; S. JOHNSON, “Publisher’s Introduction”, in S. JOHNSON (pubs.), *Animals (Themes in Environmental History)*, Cambridge, The White Horse Press, 2014, 14 pp.

<sup>64</sup> RICHTER, *Op. Cit.*, 2015; Cristina BRITO, “The Voice of Skogula in ‘Beasts Royal’ and a Story of the Tagus Estuary (Lisbon, Portugal) as Seen through a Whale’s-Eye View”, *Humanities*, vol. 8, n. 47, 2019a, p. 12.

<sup>65</sup> STEINBRECHER & KRÜGER, *Op. cit.* 2016; RICHTER, *Op. cit.*, 2015.

Philip Hoare escreveu que “o mundo moderno foi erigido no dorso das baleias”<sup>66</sup>. Se foi, o autor está a referir-se somente ao Império Britânico e à construção da territorialidade e da nacionalidade dos Estados Unidos da América. De facto, a historiografia da baleação na época moderna é praticamente resumida à história da baleação americana, tendência comum na historiografia dos Impérios Europeus. Indagar sobre a atividade baleeira noutros territórios, nomeadamente ibero-americanos, promovida por outras forças imperiais, pode abrir novas análises e interpretações historiográficas sobre a participação, neste caso portuguesa, numa atividade que marcou a construção do mundo ocidental moderno.

Se, na historiografia da Expansão Portuguesa, as relações com o ambiente e a natureza são escassas, a história da baleação e das baleias é praticamente inexistente. A caça de baleias realizada em Portugal ou promovida por Portugueses em territórios de antiga administração portuguesa, no contexto da Expansão Marítima, nomeadamente no Atlântico, tem merecido muito pouca atenção, sem existir até à data um único trabalho dedicado que explore aprofundadamente esta atividade.

Encontramos, de uma forma pontual e dispersa, referências à exploração e uso de baleias, e outros animais marinhos, ou a produtos derivados desses animais, nos trabalhos de Iria Gonçalves, Armando Castro ou Inês Amorim, como exemplos para o período medieval. João Adriano Ribeiro, João Roberto do Amaral, Joaquim Veríssimo Serrão, Margarida Vaz do Rego Machado ou Fernando Gomes Pedrosa são igualmente alguns exemplos de autores que incluem, nas suas obras, algum tipo de referência, mais ou menos profunda ou detalhada, sobre a baleação no contexto da expansão e colonização do Brasil e ilhas atlânticas portuguesas. Também Russell-Wood<sup>67</sup> afirmou que nas águas que circundavam cada arquipélago português atlântico, tal como ao largo da costa continental africana, abundavam peixes, baleias e focas, e que, no século XVI, a baleação e a pesca eram centrais na vida dos colonos das ilhas açorianas. Mas a baleação portuguesa não se resume à caça de baleias nos Açores que, efetivamente, teve o seu início em meados do século XIX<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> Philip HOARE, *Leviatã - Em busca dos gigantes do mar*, Lisboa, Cavalo de Ferro, 2015, p. 46.

<sup>67</sup> A.J.R. RUSSELL-WOOD, “The Portuguese Atlantic, 1415-1808”, in Jack P. GREENE & Philip D. MORGAN (eds.), *Atlantic history: a critical appraisal*. Oxford University Press, Nova Iorque, 2009, p. 84.

<sup>68</sup> Robert CLARKE, *Baleação em Botes de Boca Aberta nos Mares dos Açores. História e Métodos Actuais de uma Indústria-Relíquia*, Ponta Delgada, 2001 (1954), p. 16; REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2006, p. 90, 99.

Nos três volumes dedicados ao Império Luso-Brasileiro, da *Nova História da Expansão Portuguesa*, encontram-se algumas menções ao assunto. Naquele coordenado por Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, que abarca os anos entre 1500 a 1620, afirma-se, sobre o progresso económico do território, que a ‘pesca’ da baleia tinha uma importância crescente nas rendas do Brasil, consequente da expansão da atividade<sup>69</sup>, sem, contudo, serem fornecidos detalhes sobre o período ou os locais desse desenvolvimento. No volume coordenado por Frédéric Mauro, e que contempla os anos entre 1620 e 1750, sugere-se que as barbas de baleia eram um dos produtos do Brasil e que o quadro de exportações para a metrópole não estaria completo sem o óleo e as barbas de baleias<sup>70</sup>. Não são, no entanto, fornecidos quaisquer números que nos deem indicação sobre o volume dessa exportação. Noutro, que corresponde aos anos entre 1750 e 1822, coordenado por Maria Beatriz Nizza da Silva, a caça de baleias no Brasil colonial é referida enquanto produção extrativa de exportação, sendo sintetizada em cinco parágrafos. Aqui pode ler-se que a atividade ocorreu em três regiões (Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina)<sup>71</sup>, excluindo-se assim a região de São Paulo onde, como veremos, a atividade também foi praticada.

Noutra obra, *A Capitania da Baía*, de José Pinheiro da Silva, verificamos que o capítulo VI sobre a “A utilização do mar” se inicia com o subcapítulo “A pesca da baleia. Seu significado econômico e colonizador”, no qual o autor afirma que “na esfera da actividade piscatória, a pesca da baleia ocupa lugar cimeiro”<sup>72</sup>. Em apenas onze páginas, o autor destaca a importância que a baleação terá tido no Brasil colonial, “não só como fomentadora de riqueza e fixadora de capitais, mas também como factor de desenvolvimento material da Capitania [da Bahia], e, consequentemente, do Brasil”<sup>73</sup>.

A obra de José Pinheiro da Silva antecede em quatro anos o livro de Myriam Ellis *A Baleia no Brasil colonial*<sup>74</sup>, referência maior na temática em estudo. Ainda hoje referida

---

<sup>69</sup> Harold JOHNSON & Maria Beatriz Nizza da SILVA (coord.), Joel SERRÃO & A.H. de Oliveira MARQUES (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Luso-Brasileiro (1500-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 187.

<sup>70</sup> Frédéric MAURO (coord.), Joel SERRÃO & A.H. de Oliveira MARQUES (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 66, 231.

<sup>71</sup> Maria Beatriz Nizza da SILVA (coord.), Joel SERRÃO & A.H. Oliveira MARQUES (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, p. 122.

<sup>72</sup> SILVA, *Op. cit.*, 1964, p. 213.

<sup>73</sup> *Idem*, p. 224.

<sup>74</sup> Myriam ELLIS, *A baleia no Brasil colonial: feitorias, baleeiros, técnicas, monopólio, comércio, iluminação*, São Paulo, Edições Melhoramento, 1969, 235 p.

por todos os investigadores que se dedicam ao estudo da baleação no Brasil, passado mais de meio século da sua publicação, o livro de Myriam Ellis continua a ser a obra mais exhaustiva sobre a baleação no Brasil, entre o início do século XVII e o século XVIII. A autora explora algumas características do funcionamento da atividade, a que a própria poderá ter assistido em meados do século XX, quando a atividade baleeira se praticava ainda no Brasil. Outras obras sobre a caça de baleia no Brasil têm surgido recentemente e de modo pontual em diferentes formatos, destacando-se o trabalho de investigação de Wellington Castellucci Junior, fortemente dedicado às questões sociais e culturais da atividade, nomeadamente à mão de obra escrava empregue na atividade<sup>75</sup>; o livro de William Edmundson e Ian Hart, *A História da caça de baleias no Brasil*<sup>76</sup>; ou a pesquisa desenvolvida por Fabiana Comerlato, com base em vestígios arqueológicos<sup>77</sup> e fontes históricas<sup>78</sup>. Mais recentemente foi criada a *Rede Cultura Baleeira*<sup>79</sup>. Paralelamente têm sido desenvolvidas, na sua maioria por alunos brasileiros, teses de licenciatura, mestrado ou doutoramento e alguns artigos científicos sobre a matéria vão sendo publicados, muitas vezes em Português dificultando a sua disseminação a investigadores de outros idiomas.

As poucas referências e obras dedicadas ao assunto suscitam, no entanto, a curiosidade para explorar e analisar uma atividade que foi desenvolvida no reino desde a Idade Média e depois no Brasil, sob o auspício da Coroa portuguesa, durante dois séculos (1614-1801), permitindo antever a importância que este “peixe real” imprimiu na exploração do Atlântico e, ao que nesta tese importa destacar, na construção da territorialidade portuguesa no Brasil.

No prefácio da obra de Myriam Ellis, Sérgio Buarque de Holanda admitia que o assunto da baleação podia merecer pouca atenção pelo seu “aspecto aparentemente humilde” na economia colonial em relação aos géneros de exportação com maior valor,

---

<sup>75</sup> Ver por exemplo Wellington CASTELLUCCI JUNIOR, *Caçadores de baleia: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil*, São Paulo, Annablume, 2009, 201 p.

<sup>76</sup> William EDMUNSON & Ian HART, *A história da caça das baleias no Brasil: de peixe real a iguaria japonesa*, Barueri, Disal, 2014, 311 p.

<sup>77</sup> Ver por exemplo Fabiana COMERLATO, “Arqueologia e patrimônio nas armações baleeiras catarinenses”, *Tempos Acadêmicos*, vol. 10, 2012, pp. 101-115.

<sup>78</sup> Fabiana COMERLATO, “A baleia como recurso energético no Brasil”, *Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações*, Florianópolis SC, Brasil, 2010, pp. 1119-1138.

<sup>79</sup> Esta rede tem como objetivo reunir investigadores dedicados ao estudo da cultura baleeira na América do Sul e contribuir para a diminuição da natureza fragmentária da pesquisa sobre esta matéria. Mais informação sobre esta Rede em <http://culturaballenera.wixsite.com/redinvestigadores>.

como o açúcar, o ouro, o algodão e o café<sup>80</sup>. A baleação, enquanto problemática da História Portuguesa e da Expansão, foi suscitada na tese de doutoramento de Cristina Brito<sup>81</sup> e suas obras seguintes, consolidando a importância e a agência dos animais marinhos e abrindo caminho ao presente estudo<sup>82</sup>. Passados cinquenta anos sobre a publicação da obra de Myriam Ellis, tentaremos aqui demonstrar, pelas narrativas coevas e uma análise crítica das ações humanas sobre o ambiente, a importância das baleias e da baleação na História da Expansão Portuguesa.

A presente investigação teve como principal objetivo reconstruir a história da baleação no Brasil dos séculos XVII e XVIII, de forma a responder à nossa questão central - qual foi a importância das baleias, enquanto agentes, e da baleação, enquanto estímulo, para a construção da presença portuguesa no Brasil?

Em torno do objetivo principal, foram levantadas as seguintes questões científicas:

- De que forma eram as baleias percebidas e identificadas enquanto recursos;
- Quem foram os promotores da atividade e quais as técnicas, métodos e estruturas utilizadas para a exploração das baleias;
- Quais as utilidades e o valor económico da baleia e produtos derivados para Portugal e territórios portugueses e nas redes mercantis da Expansão Portuguesa;
- Quais foram as principais espécies-alvo e em que números foram capturadas;
- Como surgiram as primeiras “preocupações conservacionistas” consequentes ao início da queda dos rendimentos baleeiros.

Metodologicamente, para problematizar e caracterizar a atividade, recorreu-se ao conceito de taxonomia da baleação, proposto por Randall Reeves e Tim Smith<sup>83</sup>. Esta é

---

<sup>80</sup> Sérgio Buarque de Holanda, 1968, “Prefácio”, in ELLIS, *Op. cit.*, 1969.

<sup>81</sup> Cristina BRITO, *Os Mamíferos Marinhos nas Viagens Marítimas pelo Atlântico entre os Séculos XV e XVIII. A Evolução da Ciência e do Conhecimento*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humana, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

<sup>82</sup> Cristina BRITO, “Medieval and early modern whaling in Portugal”, *Anthrozoos*, vol. 3, n. 24, 2011, pp. 287-300; Cristina BRITO, *New Science from Old News. Sea monsters in the early modern Portuguese production and transfer of knowledge about the natural world*, Lisboa, Escola de Mar, 2016b, 119 p.; Cristina BRITO, VIEIRA & FREITAS, *Op. cit.*, 2019.

<sup>83</sup> REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2006, p. 83.

uma visão conceptual organizada em ‘operações’ e ‘eras’ e que serve como ferramenta heurística para estudar a baleação em qualquer escala de tempo ou espaço.

As ‘operações’ caracterizam-se pela identificação da nação dos atores envolvidos na atividade; as espécies-alvo; a localização geográfica da atividade e a sua distância do ponto de residência dos baleeiros; os produtos da atividade e os incentivos que a promovem; os anos ou décadas nos quais a atividade ocorreu e a sua sazonalidade; o equipamento, os métodos e técnicas para o processo de caça e processamento dos animais. As ‘eras’ organizam os dados cronologicamente, com base em padrões ou tendências, e em características como a geografia (clima temperado vs. tropical), o modo (baleação costeira vs. baleação pelágica), e os métodos e tecnologia (baleação basca vs. baleação americana, por exemplo).

Para implementar esta metodologia, recorremos a fontes maioritariamente documentais, mas também iconográficas, provenientes dos principais arquivos portugueses, nomeadamente do Arquivo Nacional Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo Histórico Ultramarino (em Lisboa), bem como de arquivos brasileiros, nomeadamente, o Arquivo Público do Estado da Bahia e o Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Para além do acesso aos arquivos e fundos físicos, recorreram-se a acervos digitais, que estão devidamente referidos nas notas e referências bibliográficas, e que permitiram um acesso amplo a documentos, principalmente visuais, em outros arquivos do Brasil.

Contudo, o maior acervo utilizado neste estudo foi o do Arquivo Histórico Ultramarino, através do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Neste volumoso corpo documental, disponível em linha<sup>84</sup>, conseguimos aceder a todos os documentos digitalizados daquele Arquivo, referentes ao Brasil, organizados por capitanias, para além de documentos avulsos, referentes à Secretaria do Conselho Ultramarino e Códices.

Aqui, identificámos um total de 444 documentos, maioritariamente manuscritos, com referência a baleias e/ou à baleação, e que incluem consultas do Conselho Ultramarino, correspondência, ofícios, petições, ordens régias, entre outros. Abarcam o período entre 1613 e 1821 e incluem-se nos acervos referentes às antigas capitanias de

---

<sup>84</sup> Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, disponível em <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>.

Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, e ainda no acervo Brasil Geral, Colônia de Sacramento e Rio da Prata, e Códices. Daqui produzimos um Inventário, que designámos por **Inventário AHU\_Baleias\_Brasil**<sup>85</sup>, que nos permitiu uma sistematização deste corpo documental e que constitui um produto resultante deste trabalho, e que pode servir como base útil para investigações futuras sobre a temática.

O nosso estudo abarca uma escala temporal bastante alargada, que assumimos ser a abordagem que fornecerá uma visão mais completa dos acontecimentos e dinâmicas, tendo em conta a lacuna de conhecimento sobre a matéria para o período moderno. Apesar do possível risco de omitir determinadas especificidades de um particular momento e/ ou região geográfica, esta análise no longo termo permitiu caracterizar globalmente a atividade e detetar mudanças de trajetórias e diferentes conexões entre pessoas e entre pessoas e os animais, ao longo de dois séculos de baleação e que, de outra forma, poderiam não serem detetadas.

Este estudo está organizado em duas partes, sendo que a primeira enquadra a história da baleação e o conhecimento sobre baleias na Europa medieval e no início das explorações oceânicas. A segunda parte dedica-se exclusivamente à baleação no Brasil, constituindo o corpo de análise histórica deste trabalho e permitindo obter respostas às questões científicas levantadas e ao objetivo central que discutido. Ao corpo desta tese acrescentam-se ainda os Anexos A, B, C, D e E que incluem informação complementar aos capítulos I, II, III, IV e IV, respetivamente.

A Parte I, intitulada “Baleias do Mar Oceano” inclui os capítulos I e II. Aqui, o Capítulo I serve, primeiramente, um propósito de contextualização da baleação na Ibéria e da expansão da atividade baleeira para o Atlântico Norte, no período medieval e moderno, e, de seguida, uma discussão sobre o vários usos atribuídos às baleias durante as viagens marítimas. O Capítulo II inaugura a chegada europeia à América Central e do Sul e explora perceções e usos de populações nativas e europeias, com especial foco nas ações de portugueses e castelhanos, que ali chegaram e se instalaram.

A Parte II, “A baleação como monopólio no Brasil”, compõe-se pelos capítulos III, IV e V. Aqui, é feita uma análise crítica profunda sobre o desenvolvimento e

---

<sup>85</sup> O inventário AHU\_Baleias\_Brasil encontra-se anexo a esta tese e nele estão compilados todos os documentos identificados, organizados por capitanias e por ordem cronológica.

caracterização da atividade, bem como de eventos e momentos-chave que moldaram os dois séculos de monopólio baleeiro. Em detalhe, o Capítulo III remete para as transferências de técnicas baleeiras do Atlântico Norte para o Atlântico Sul, motivações e formas. De grande relevância neste Capítulo é a expansão da baleação em diferentes áreas ao longo da costa brasileira e a relação desse desenvolvimento com a ocupação portuguesa do território. No Capítulo IV a atenção está nos principais produtos resultantes, do animal e da atividade, em particular óleo e barbas de baleia, que serviram funções específicas nas sociedades coloniais e europeias; a relação das pessoas com o espaço litoral associado à baleação será aqui também mencionado. Por fim, no Capítulo V focamo-nos em determinados momentos de contacto entre pessoas, transferências de técnicas e experiências que redundam em novas formas de caçar baleias; chegamos assim às espécies-alvo da atividade baleeira no Brasil, aos números de captura e às chamadas primeiras “preocupações conservacionistas”. A baleia-animal e a baleia-recurso estão presentes ao longo de todo o trabalho e encontram-se na conclusão, onde se apresenta uma visão geral dos principais resultados obtidos, as considerações e implicações finais deste trabalho para a História da Expansão Portuguesa e para a História Ambiental na época moderna.

Acredita-se, assim, que o contributo desta tese tenha reflexo numa compreensão ampla sobre a baleação enquanto atividade comercial no Império Português, onde a influência portuguesa também se estendeu ao uso do mar e dos seus recursos. De notar também que os estudos de História Ambiental Marinha, de uma forma generalizada, têm sido dirigidos à Europa setentrional e à América do Norte, existindo relativamente pouca produção historiográfica dedicada às regiões costeiras e marinhas da América do Sul e de África<sup>86</sup>, ou ainda produzido por investigadores destas regiões, pelo que esta tese pretende contribuir para o enriquecimento do conhecimento sobre estas temáticas referentes ao hemisfério sul e abrir portas a possibilidades futuras de investigação. Espera-se igualmente que este estudo, marcadamente centrado na História Ambiental, possa contribuir para a afirmação de novas abordagens metodológicas e das problematizações

---

<sup>86</sup> POULSEN, *Op. cit.*, 2012, p. 21; Kathleen SCHWERTNER MÁÑEZ, Poul HOLM, Louise BLIGHT, Marta COLL, Alison MACDIARMID, Henn OJAVEER, Bo POULSEN & Malcolm TULL, “The Future of the Oceans Past: Towards a Global Marine Historical Research Initiative”, *PLoS ONE*, vol. 9, n. 7, 2014, p. 7.



em torno das relações históricas das pessoas com o resto da natureza e, em particular, com os animais do mar.

Esta investigação foi motivada por uma clara lacuna na historiografia para cuja superação pretendemos contribuir, mantendo as problemáticas aqui discutidas à superfície na investigação histórica. É um estudo de carácter multidisciplinar, inovador, e que se espera forneça novos dados e reflexões sobre o significado, impacto e importância que a exploração dos oceanos, e neste caso concreto das baleias, teve para o estabelecimento dos portugueses no Brasil. E que desta forma, interdisciplinar e abrangente, permita trazer a história das baleias, de forma definitiva, à discussão académica e científica.

## PARTE 1. BALEIAS DO MAR OCEANO

### CAPÍTULO I: DAS COSTAS EUROPEIAS AO MAR ABERTO

#### I. 1. A BALEAÇÃO MEDIEVAL

##### I. 1. 1. Ibéria e Biscaia

Nos oceanos do passado, onde a abundância de espécies e a biodiversidade dos ecossistemas seria muito diferente da atual, fornecendo uma maior quantidade de recursos haliêuticos, não é de espantar que, em Portugal, “a baleação [tenha sido] uma atividade de grande importância na Idade Média”, nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho<sup>87</sup>. Sendo verdade, e apesar das inúmeras evidências do uso de cetáceos enquanto recursos marinhos no período medieval, o nosso conhecimento do processo e quantificação da baleação é limitado<sup>88</sup>.

Sobre a ‘pesca’ da baleia, como assim vem sendo referida ao longo da historiografia, escreveram vários historiadores portugueses, de forma mais ou menos extensa, focando a sua importância no período medieval, nomeadamente como vetor da formação e desenvolvimento da economia marítima neste período<sup>89</sup>. O consumo de recursos marinhos pelas populações da Europa Ocidental aumentou significativamente, no início do primeiro milénio, marcando a partir daqui uma viragem na sua relação com o mar. Nesse momento de transformação do Atlântico, que se vai tornando num recurso vital para alimentar uma população ‘europeia’ em rápido crescimento, peixes, focas e baleias constituem importantes recursos de proteína animal e os seus diferentes padrões de distribuição e abundância são refletidos nos hábitos alimentares das comunidades costeiras<sup>90</sup>.

---

<sup>87</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Os descobrimentos e a Economia Mundial*, Volume IV, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 136.

<sup>88</sup> SZABO, *Op. cit.*, 2008, p. 3.

<sup>89</sup> GODINHO, *Op. cit.*, 1983, p. 122.

<sup>90</sup> Benjamin HUDSON, “Prologue”, in Benjamin HUDSON (ed.), *Studies in the medieval Atlantic*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan, 2012, p. 18; BOLSTER, *Op. cit.*, 2012, p. 23.

Desde a tomada cristã da linha do Tejo que se começa a definir a fisionomia marítima do território português e a exploração do sal e a pesca são atividades basilares da nacionalidade, que se estenderam ao estrangeiro<sup>91</sup>, com um predomínio na “exploração direta da natureza”<sup>92</sup>. Portugal medieval vivia principalmente da agricultura, e nas zonas litorais a pesca e a extração de sal eram muito relevantes, quer para consumo quer para a prática do comércio<sup>93</sup>. Para as classes mais pobres, o peixe era base de alimentação, e para a nobreza e clero era o alimento das abstinências e prescrições religiosas<sup>94</sup>.

Oliveira Marques interrogou se, no período medieval, existiria maior riqueza de recursos haliêuticos na plataforma continental portuguesa ou quais as espécies mais comuns, questionando “até que ponto os portugueses dos séculos XII a XV aproveitaram integralmente o peixe e os cetáceos, extraíndo óleos, pele e outros derivados”<sup>95</sup>. O aproveitamento de cetáceos remonta muito possivelmente a uma época anterior ao século XII, quer fosse de animais arrojados na costa ou de animais capturados ativamente no mar como veremos adiante, em várias regiões da costa continental portuguesa nomeadamente na costa algarvia, costa de Setúbal e Sesimbra, Atouguia da Baleia e Baleal, Póvoa do Varzim e litoral minhoto<sup>96</sup>.

Através de estudos arqueológicos, com uma forte componente da zoo-arqueologia, cada vez estamos mais certos sobre a utilização de baleias em diferentes zonas do Mediterrâneo e no atual território português, desde a Antiguidade e pela Idade Média. Através da análise de vestígios osteológicos, e apesar dos resultados por vezes inconclusivos que são fornecidos por este tipo de materiais, é possível discutir a utilização de cetáceos, de formas distintas, em diferentes regiões e por diferentes comunidades

---

<sup>91</sup> GODINHO, *Op. cit.*, 1983, p. 119.

<sup>92</sup> Jaime Cortesão in GODINHO, *Op. cit.*, 1983, p. 119.

<sup>93</sup> A.H. de OLIVEIRA MARQUES, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971, p. 2; Inês AMORIM, “The evolution of Portuguese fisheries in the medieval and early modern period. A fiscal approach”, in Louis SICKING & Darlene ABREU-FERREIRA (eds.), *Beyond the Catch. Fisheries of the North Atlantic, the North Sea and the Baltic, 900-1850*, Brill, 2009, p. 250; Inês AMORIM, “Portuguese Fisheries, c.1100-1830”, in David J. STARKEY, Jón Th. THÓR & Ingo HEIDBRINK (eds.), *A History of the North Atlantic Fisheries. Vol 1: From Early Times to the Mid-Nineteenth Century*, Bremen, Verlag H. M. Hauschild GmbH, 2010, pp. 279-298.

<sup>94</sup> OLIVEIRA MARQUES, *Op. cit.*, 1971, p. 9.

<sup>95</sup> A.H. de OLIVEIRA MARQUES, *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Veja, 1980, p. 31.

<sup>96</sup> Armando CASTRO, *A evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*, Volume IV, Lisboa, Portugalia, 1966; BRITO, *Op. cit.*, 2011; Cristina BRITO & Vera JORDÃO, “A Baleação medieval e no início da era moderna em Portugal: Que nos din as fontes históricas?”, *Eubalaena*, vol. 14, 2014, p. 28-40.

litorais<sup>97</sup>. A título de exemplo, mencionamos duas vértebras de baleias em Monte Molião (Lagos), datadas em 400 A.C.-D.C. 1 e D.C. 1-200, e um disco intervertebral em Boca do Rio (Vila do Bispo), datada de D.C. 1-400<sup>98</sup>. Em diferentes cronologias destacam-se ainda um fragmento de vértebra de baleia (Família *Balaenidae*), encontrada em contexto rural algarvio (concelho de Faro) e datado entre o século X e o século XIII, apresentando inúmeras marcas de corte fino e de cutelo, aparentando um uso similar a uma tábua de corte<sup>99</sup>; uma vértebra de baleia igualmente com cortes, datada entre o século XI e XII, em Almancil (concelho de Loulé) (Figura I.1.1), ou ainda vários fragmentos de grandes ossos de baleia, muito provavelmente também de vértebras, igualmente com cortes aparentando ser usado como utensílio de corte, no concelho de Silves<sup>100</sup>.



**Figura I.1.1.** Vértebra de baleia com marcas de corte, proveniente da Quinta do Lago/ Tejo do Praio, Almancil, datada entre os séculos XI e XII. Peça do Museu Municipal de Loulé, em exposição

<sup>97</sup> Darío BERNAL-CASASOLA, Armelle GARDEISEN, Peggy MORGENSTERN, Liora Kolska HORWITZ, Gäel PIQUÉS, Tatiana THEODOROPOULOU & Barbara WILKENS, “Ancient whale exploitation in the Mediterranean: the archaeological record”, *Antiquity*, vol. 90, 2016, p. 925.

<sup>98</sup> BERNAL-CASASOLA et al., *Op. cit.*, 2016, p. 917.

<sup>99</sup> Vera PEREIRA, “Evidências zooarqueológicas do mundo rural islâmico - O caso de Portela 3 (S.B. de Messines)”, *VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aroche-Serpa, 29 de novembro-1 de dezembro, 2013, p. 1106.

<sup>100</sup> Simon J.M. DAVIS, Maria José GONÇALVES & Sónia GABRIEL, “Animal remains from a Moslem period (12<sup>th</sup>/13<sup>th</sup> century AD) *lixreira* (garbage dump) in Silves, Algarve, Portugal”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, n. 1, 2008, p. 206.

no Museu Nacional de Arqueologia, integrada na exposição “Loulé. Territórios, Memórias, Identidades”, Lisboa. Fotografia da autora a 29 de novembro de 2018.

Estas evidências materiais permitem compreender melhor a utilização de grandes cetáceos desde o início da Idade Média, atividade que se vai acentuar com a definição da linha de costa e a aproximação das pessoas ao mar.

Tal como em tantas outras regiões costeiras do globo, também pela costa da Península Ibérica, banhada pelo Oceano Atlântico a oeste e sul, marcada pelo golfo da Biscaia a norte e o estreito de Gibraltar a cruzar a entrada no Mediterrâneo, chegavam (e chegam) baleias mortas ou moribundas. Estas situações de arrojamento de animais marinhos devem-se à morte ou enfraquecimento dos animais, que são transportados pelos ventos e ondas até rochas e areais onde permanecem involuntariamente imobilizados<sup>101</sup>. Foram estes acontecimentos que permitiram os primeiros contactos entre os grandes animais marinhos e as populações humanas que residiam nas zonas costeiras. Estiveram na base da construção de mitos e lendas sobre animais muito pouco conhecidos e, simultaneamente, promoveram o conhecimento sobre estas criaturas do mar, potenciando o seu aproveitamento enquanto recurso, como é o caso das baleias e da baleação.

As sociedades medievais olhavam as baleias como um grande recurso, e ao mesmo tempo, com temor, numa dualidade de sentimentos e perceções na qual o mesmo animal se afigurava simultaneamente “maravilhoso e mundano”<sup>102</sup>. Esta multiplicidade por detrás das perceções perante as baleias deve ser reconhecida e considerada em qualquer análise sobre o seu uso no passado e na reconstrução das populações históricas destes animais, tão diferentes das atuais em número, tamanho e eventualmente até no seu comportamento<sup>103</sup>. As baleias, tal como os próprios mares medievais, eram familiares para alguns, desconhecidas para outros, e as duas categorias - o monstruoso e o mundano - não eram incompatíveis; as mesmas baleias recurso eram monstros, e assim criaturas para temer e desejar<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup> FONTAINE, *Op. cit.*, 2007, p. 95.

<sup>102</sup> SZABO, *Op. cit.*, 2008, p. 3.

<sup>103</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>104</sup> *Idem*, pp. 29-30.

Sobre a definição da prática da baleação, explicou Joaquim de Santa Rosa de Viterbo no seu *Elucidário*:

*“BALASIÃO, OU BALEAÇÃO. Péscia de balêas, ou azeite, que d’ellas se tira. “Tam de balasione, quam de aliis causis. – It: Proeterquam de piscaria quam vobis integre concedimus, non de balenatione, quam nobis, et nostris Sucessoribus reservamus.” Doc. de Grijó do século XII, e XIII”*<sup>105</sup>.

Tal definição permite-nos destacar dois pontos relevantes. De forma mais imediata, remete-nos para um documento do Mosteiro de Grijó, de paradeiro e conteúdo desconhecidos, sendo esta eventualmente a primeira fonte escrita a referir a atividade de baleação. Por outro lado, a própria definição. Seria então a baleação tanto a captura do animal como o seu processamento? Cristina Brito afirma, recorrendo à definição de Viterbo, que as referências a “baleações” poderão efetivamente corresponder a locais na praia onde se procedesse ao retalhamento e extração do óleo de baleias arrojadas<sup>106</sup>.

Os trabalhos realizados até à data sobre este assunto, quer sejam de análise crítica histórica ou de cariz arqueológico, não conseguiram, ainda, responder a algumas perguntas, nomeadamente aquelas relacionadas com os métodos de captura, as espécies capturadas e o processamento dos animais. De facto, a discussão entre uma ‘verdadeira’ baleação medieval - com a perseguição dirigida e ativa dos animais no mar - e uma utilização passiva das baleias, continua em foco para compreender a história das baleias medieval na Europa e também em Portugal.

São várias as referências, pelo menos a partir de Duzentos, ao pagamento de rendas e taxas à Coroa pela captura e produtos derivados da pesca da baleia que se encontram, por exemplo, em diferentes forais dos séculos XII, XIII e XIV que taxam o pagamento pela entrada de cargas de peixes, onde se incluem golfinhos e baleias<sup>107</sup>.

O consumo de cetáceos é, desde logo, confirmado nos costumes de Torres Novas, da época de Sancho I (na versão atribuída a finais do século XIII ou inícios do XIV), onde se pode ler que *“he costume, que se veer pescado em carregas cavallares, ou asnares de*

---

<sup>105</sup> Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...*, Tomo I, Lisboa, A. J. Fernandes Lopes, 1865, p. 117.

<sup>106</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2009, p. 133. Ver ainda VITERBO, *Op. cit.*, 1865, nota 16.

<sup>107</sup> CASTRO, *Op. cit.*, 1966; AMORIM, *Op. cit.*, 2009; BRITO, *Op. cit.*, 2011; BRITO & JORDÃO, *Op. cit.*, 2014.

*homem de fora da terra; convem a saber, congros, ou cações, ou baleia, ou toninha, ou outros pescados que nom seiã de scama, o senhorio levará da carrega asnal seus dinheyros e da cavalhar huũ solo dos que tragem as ditas carregas*”<sup>108</sup>. De notar aqui a linguagem popular medieval, classificando-se as espécies marinhas genericamente em peixes e mariscos distinguindo-se, contudo, os “peixes de escamas” dos “peixes sem escamas”. Não existindo à época uma classificação taxonómica dos animais, ainda assim a observação empírica permitia a discriminação de uns e outros, com base nas suas características biológicas, nomeadamente as baleias<sup>109</sup>.

Por cada baleia capturada, estabelecia o foral da Ericeira (1229) a cobrança pela Ordem de Avis de um vigésimo, vedando ainda que ali se fizesse a “*baleação doutros lugares até ao fim*”<sup>110</sup>. Esta expressão, na opinião de Armando Castro, certifica a distinção que se fazia entre a atividade da pesca em si e as operações destinadas ao aproveitamento dos animais, indo ao encontro da definição de “baleação”, enunciada acima, de Viterbo.

Na região do Porto, as Inquirições de 1258 dizem que os pescadores de Lordelo exerciam a sua faina no rio Douro e no mar, só pagando renda ao monarca pela pesca da baleia e doutros cetáceos, atingindo esta renda metade da produção. As mesmas Inquirições acrescentam que sucedia já assim no tempo de Sancho I, demonstrando que esta atividade remonta, se não antes, pelo menos ao último quartel do século XII.

Também os forais de várias regiões do Reino do Algarve, como Silves, Loulé, Faro, Tavira, Castro Marim, Aljezur (12-VI-1280), Cacela (17-VII-1283) e Porches (20-VIII-1286), indicam que a Coroa retinha para si, entre outros direitos, os da baleação - *ballenationem*<sup>111</sup>. Os forais de Gaia, Ericeira, Silves, Loulé, Faro, Tavira e Castro Marim, todos eles do século XIII, referem já esta atividade e, aproximadamente pela mesma época, sabemos da existência de baleeiros que exerciam a atividade no “baleal” junto da Atouguia<sup>112</sup>. De facto, o rei tinha o seu baleal na atual península do Baleal, no concelho

---

<sup>108</sup> CASTRO, *Op. cit.*, 1966, p. 107.

<sup>109</sup> *Idem, ibidem*; BRITO & JORDÃO, *Op. cit.*, 2014, pp. 29-30.

<sup>110</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2009, p. 134.

<sup>111</sup> CASTRO, *Op. cit.*, 1966, p. 120; IRIA, *Op. cit.*, 1998, p. 209.

<sup>112</sup> Maria Fernanda Espinosa Gomes da SILVA, “Baleia, Pesca da”, in Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Volume I, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 282.

de Peniche, que à época era uma ilha<sup>113</sup>. Numa breve incursão pela toponímia deste local, a mais comum definição de dicionário indica que “a designação de Baleal resulta do facto de os seus rochedos terem sido no passado o local de corte e talhe das baleias que, na sua rota migratória, eram caçadas pelos pescadores da vila de Atouguia da Baleia. Este sítio oferecia as condições ideais para a referida atividade, desenvolvida no século XVI”<sup>114</sup>.

Aqui, a própria toponímia - da Baleia - faz adivinhar a importância do animal, senão pela prática da sua captura:

*“por differença de outra terra do mesmo nome em o termo de Alenquer, ou pelo muyto deste pescado monstruoso que vive naqueles mares. Hũa deu à costa no anno de 1526. no lugar, & sitio aonde chamão a Area brãca, a qual tinha de comprimento trinta covados, (assi o achamos escrito) & a corpulência fazia vulto de hum navio de oytenta toneladas. A espadana da cauda tinha vinte palmos de largura, & na bocca lhe cabião dous homens de pé, & muy o à sua vôtade”*<sup>115</sup>. A propósito deste evento acrescentou-se ainda que “*nestas partes aparece algũas veses ambar pela praya, ou seja herva, ou fruto, ou betume que o mar cria nas suas concavidades para alimento destas feras; o que se infere, por~q a sua evidencia he noticia certa da visinhança daquelles monstros. Não foram poucas as pessoas, que achando-o nas areas, o atiràraõ ao mar como se fora pedra, ficando-lhes depois nas mãos a fragancia, & nos corações o arrependimêto. Tanto póde a ignorancia, & pouca fortuna, que leva das mãos a dita, deyxando o conhecimento della para averiguar a magoa*”.

Neste baleal régio, os mareantes da região prestavam serviço e sabiam preparar um cetáceo, salgá-lo e aproveitá-lo e, segundo Iria Gonçalves, das baleias que chegavam

---

<sup>113</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2009, p. 135. Sobre as transformações geomorfológicas da linha de costa nesta região e sobre a influência dessas mudanças nas atividades, incluindo a baleação, consultar Cristina BRITO, Catarina GARCIA, Nina VIEIRA, Tânia FERREIRA & Celso Aleixo PINTO, “Coastal geomorphological environmental changes as drivers oh historical shifts in maritime activities”, in Ana Cristina ROQUE, Cristina Joanaz de MELO, Inês AMORIM, Joana Gaspar de FREITAS & Maria Manuel TORRÃO (coord.), *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*, Porto, CITCEM, 2019, pp. 215-217.

<sup>114</sup> *Baleal* in Artigos de apoio Infopédia (em linha), Porto, Porto Editora, 2003-2019. Disponível em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$baleal](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$baleal) (consultado a 20.02.2019)

<sup>115</sup> Fernando SOLEDADE, *Historia Serafica Cronológica da ordem de S. Francisco da Província de Portugal*, Tomo III. Lisboa, Na Officina de Manoel Joseph Lopes Ferreyra, 1705, p. 78.



à Pederneira, pertenciam apenas ao mosteiro de Alcobaça as que chegavam mortas<sup>116</sup>. Esta questão particular levanta mais dúvidas sobre as técnicas utilizadas. Não foi até agora possível esclarecer efetivamente o que significa algumas baleias chegarem mortas. Querirá dizer que alguns animais chegavam à costa ainda vivos e que esses não eram aproveitados pelo mosteiro? Poderá esta informação fornecer pistas que indiquem o arpoamento dos animais no mar para que viessem depois dar à costa enfraquecidos? Esta será uma possibilidade, em conformidade com a prática desempenhada no mesmo período, por comunidades humanas do norte da Europa e também do Mediterrâneo, e designada por ‘drive whaling’. Sem designação em português, esta era uma ‘baleação conduzida’, se assim lhe quisermos chamar, já que os animais eram forçados a aproximarem-se de costa e aí arpoados<sup>117</sup>.

Efetivamente, pouco sabemos ainda sobre a baleação portuguesa medieval, e a análise aprofundada das fontes e obras de referência permitirá de futuro esclarecer algumas questões.

Entre vários recursos marinhos, carne de baleia e de golfinho constavam nas refeições medievais. Num recibo datado de 1279, passado por D. Afonso III aos seus uchões<sup>118</sup>, podemos encontrar a dar entrada na régia ucharia, entre 1257 e 1270, 2.658 postas (talhos) de baleia<sup>119</sup>. Um contrato celebrado entre o rei D. Dinis e dois moradores de Setúbal indica que o monarca lhes emprestaria 1500 libras para a construção de uma almadrava<sup>120</sup> entre Setúbal e Sines, destinada à pesca de atuns, golfinho, toninhas e espadartes<sup>121</sup>.

Estendendo-se a baleação a toda a costa continental lusitana, em 1340, D. Afonso IV arrendou ao mercador Afonso Domingues todas as baleações do reino, por seis anos,

---

<sup>116</sup> Iria GONÇALVES, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, p. 273.

<sup>117</sup> Vicky SZABO, “Subsistence whaling and the Norse diaspora: Norsemen, Basques, and whale use in the Western North Atlantic, ca. AD 900-1640”, in Benjamin HUDSON (ed.) *Studies in the medieval Atlantic*, New York, Palgrave MacMillan, 2012, pp. 65-99; BERNAL-CASALOLA et al., *Op. cit.*, 2016; David W. LAIST, *North Atlantic right whales: from hunted leviathan to conservation icon*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2017, p. 95.

<sup>118</sup> Era designado por uchão ou despenseiro o responsável pela ucharia ou despesa da casa real.

<sup>119</sup> OLIVEIRA MARQUES, *Op. cit.*, 1971, pp. 10-11.

<sup>120</sup> A almadrava é um conjunto de redes de grande dimensão, articuladas entre si, fixas ao fundo do mar e suspensas até à superfície, utilizada especificamente para a pesca de atum mas que poderia ser empregue para a captura de outras espécies marinhas., conforme BRITO & JORDÃO, *Op. cit.*, 2014, p. 29.

<sup>121</sup> CASTRO, *Op. cit.*, 1966, p. 107.

desde a foz do rio Minho à do Guadiana<sup>122</sup>. De relembrar que, ao período medieval, o mar, os rios e os lagos eram como extensões da terra e os direitos sobre as suas receitas podiam ser arrendadas. Senhores de terra podiam arrendar, doar, transferir ou ceder os seus direitos a partes terceiras, quer por favor, por dádiva real ou por herança, fazendo assim das áreas de ‘pesca’ “um tipo de reserva na sua esfera de jurisdição ou propriedade”<sup>123</sup>. Este “arrendamento das baleações” significou então um regime de contratos promovidos pela Coroa, que estabeleciam a exploração de todas as baleias capturadas de norte a sul do território continental português<sup>124</sup>. Este contrato regulava a captura de “*todolas balêas. Cocas. Busaranhas Roazes Serêas. e todos os outros peixes semelhauijs a estes que os Baleeiros matarem*”<sup>125</sup>.

Se anteriormente questionámos acerca das baleias chegarem mortas ou vivas, aqui a menção a matar os animais pode efetivamente indicar uma caça ativa no mar, que poderá ser suportada pelos utensílios necessários à atividade. Para a palamenta<sup>126</sup> os mercadores deveriam “*comprar cordas e armas e outras cousas que ouuuer mester pera essas Baleações*”<sup>127</sup>. Ainda neste documento, voltamos a encontrar a zona de Peniche com destaque, onde o mercador Afonso Domingues deveria “*a auer duas Casas primeyras de penechi em que pouse e en que tenha a madeira e o Sal*”, bem como a região do Algarve, para cujas baleações daria o rei o sal necessário<sup>128</sup>. Em 1352, uma carta de desagravo de D. Afonso IV dirigida ao Conselho de Tavira, atesta que as baleias que morriam em Porto Novo eram carregadas por almocreves para fora a troco de trigo<sup>129</sup>. Pouco mais tarde, D. Pedro I confirmará os privilégios aos maiores da baleação (*baleaçom*) de Lagos em

---

<sup>122</sup> Arrendamento (Carta de) de tôdas as baleações do reino, desde a foz do Minho à do Guadiana, a Afonso Domingues, dito Donzel, mercador, pelo tempo de 6 anos, e pela renda e condições nela especificadas, Doc. 63, in Alberto IRIA, *Os Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1944, p. 65.

<sup>123</sup> AMORIM, *Op. cit.*, 2009, p. 245-246.

<sup>124</sup> Inês AMORIM, “A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal - entre a Ilustração e o Liberalismo”, in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 150.

<sup>125</sup> Arrendamento (Carta de) de tôdas as baleações do reino..., in IRIA, *Op. cit.*, 1944, p. 65.

<sup>126</sup> Designa-se por palamenta o conjunto de utensílios necessários a uma determinada atividade.

<sup>127</sup> Arrendamento (Carta de) de tôdas as baleações do reino..., in IRIA, *Op. cit.*, 1944, p. 64

<sup>128</sup> *Idem*, p. 65. Sobre vestígios de ossos de baleia na região de Peniche consultar António TEIXEIRA, Rui VENÂNCIO & Cristina BRITO, “Archaeological remains accounting for the presence and exploitation of the North Atlantic right whale *Eubalaena glacialis* on the Portuguese coast (Peniche, West Iberia), 16th to 17th century”, *PLoS ONE*, vol. 9, n. 2, 2014.

<sup>129</sup> Constantino Botelho de Lacerda LOBO, “Memoria sobre a decadência das pescarias em Portugal”, in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal, e suas conquistas*, Tomo IV, Lisboa, Na Typografia da mesma Academia, 1812, p. 330.

março de 1359 e D. João I fará mercê da renda da mesma, a Estêvão Vasques Filipe, por carta de 15 de maio de 1386<sup>130</sup>.

De entre diferentes fontes e diferentes obras, podemos então encontrar menções a baleeiros, remadores, até ao ato de arpoar os animais, mas para todos estes casos existem várias hipóteses de práticas para aceder ao animal. Segundo John Richards, antes de 1500 algumas comunidades humanas costeiras mataram e consumiram baleias de uma forma maioritariamente passiva e oportunista<sup>131</sup>. Questionamos assim se as comunidades costeiras lusitanas poderão ter sido efetivamente baleeiras. Não apenas aproveitando os animais arrojados, mas procedendo a estratégias de captura alternativas, por exemplo, ferindo primeiramente os animais com lanças para os enfraquecer e posteriormente rebocando os animais, ou mesmo aguardando a sua captura e morte final já em águas do litoral.

Nem sempre é possível distinguir as diferentes formas de utilização dos animais, não sendo por vezes possível discernir entre uma utilização casual e oportunista, da exploração de animais arrojados, ou de uma baleação ativa e intencional, quer seja por forçar os animais a arrojar, ou a perseguição e captura no mar. Estudos recentes sugerem, contudo, que a baleação medieval portuguesa era desenvolvida por métodos simples, com observações eventuais em zonas altas de costa, perseguição dos animais em pequenos botes e utilização de arpões e lanças manuais, à semelhança da técnica baleeira basca<sup>132</sup>. Os animais seriam processados em zonas da costa preparadas para o efeito e, para além do consumo local, podiam ser transportados e comercializados noutras zonas do país. O transporte de recursos marinhos, entre peixes e cetáceos, poderia fazer-se por via marítima ou fluvial e mercadorias, como baleias e golfinhos, originárias de Lisboa chegavam a Santarém e Torres Novas pelo rio Tejo, e daí através de animais de carga<sup>133</sup>. Tanto o pescado como os cetáceos entravam nos circuitos comerciais internacionais e as baleias – não sabemos se em talhas ou em barris de óleo - eram exportadas para a Flandres<sup>134</sup>, uma das poucas regiões estrangeiras que justificou a fundação de uma feitoria

---

<sup>130</sup> SILVA, *Op. cit.*, s.d, p. 282.; Privilégios (Carta de confirmação dos) dos maiores da baleação de Lagos, Doc. 91, in Alberto IRIA, *Op. cit.*, 1944, p. 110.

<sup>131</sup> RICHARDS, *Op. cit.*, 2003, p. 574.

<sup>132</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2011, p. 291.

<sup>133</sup> Alice TAVARES, “La fauna marina en Portugal (siglos XIII-XVI): Aportación para su estudio a través de la documentación jurídica y de la literatura”, *INTUS-LEGERE HISTORIA*, vol. 12, n. 2, 2018, p. 354.

<sup>134</sup> *Idem*, p. 359.

portuguesa nos finais do século XIV, dada a intensidade dos contactos comerciais<sup>135</sup>. Quanto à utilidade dos produtos das baleias, sem dúvida que a sua carne, como já vimos, providenciava uma iguaria nas refeições nobres e da realeza.

A atividade baleeira medieval portuguesa parece não ter emergido cronologicamente como um prolongamento da baleação basca que se fazia já desde o século XI, pelo Golfo da Biscaia, como esclareceu Cristina Brito<sup>136</sup>. Com características específicas, a atividade baleeira basca, designada segundo Reeves e Smith por Estilo-Basco (*Basque-Style*)<sup>137</sup>, marcou uma nova era na captura de cetáceos no Atlântico Norte - e com um único caso conhecido no Atlântico Sul, a que se dedicará esta dissertação. E de facto, os “*valientes y arrojados marineros [bascos] fueron los maestros de los holandeses y demás balleneros, habiendo sido también los primeros que con tal fin emprendieron largas navegaciones por el mar del Norte*”<sup>138</sup>. Foram estes os primeiros ocidentais a caçar grandes baleias, a fazer da baleação um modo de vida e a comercializar os seus produtos no mundo medieval e moderno, de uma forma intencional e organizada, estabelecendo o *modus operandi* e as características desta indústria para os séculos seguintes, tanto localmente como através das suas expedições marítimas<sup>139</sup>. A sua importância na construção da baleação portuguesa além-mar foi ímpar, como será discutido na Parte II deste estudo, nomeadamente no que diz respeito à circulação de técnicas e transferência de conhecimento sobre a baleia e técnicas de caça.

No início da sua atividade baleeira, datado do século XI, na região basca francesa e, um século mais tarde, na região basca ibérica, os baleeiros deveriam encaminhar os animais para zonas pouco profundas onde eram arpoados até à morte. Em algumas regiões, em pontos altos em terra, onde eram erigidas pequenas torres de vigia,

---

<sup>135</sup> MARQUES, *Op. cit.*, 1980, p. 41.

<sup>136</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2009; BRITO, *Op. cit.*, 2011, p. 293.

<sup>137</sup> REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2006, pp. 89-90. Consultar, também pelo seu valor iconográfico, Klaus BARTHELMESS, *Basque whaling in pictures, 16th-18th century, Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, vol. 6, 2009, pp. 643-667.

<sup>138</sup> Mariano de la Paz GRAELLS, “Las Ballenas en las costas oceánicas de España. Noticias recogidas é investigaciones hechas”, in *Memorias de la Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Madrid*, Tomo XIII, Parte 3ª. Madrid, Imprenta de Don Luis Aguado, 1889, p. 13.

<sup>139</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1991, p. 42; FONTAINE, *Op. cit.*, 2007, p. 196. Inúmeros trabalhos podem ser consultados sobre esta matéria, dos quais se poderão destacar J. T. JENKINS, *A History of the Whale Fisheries*, Londres, H.F.&G. Whiterby, 1921; Alex AGUILAR, “A Review of Old Basque Whaling and its Effect on the Righth Whales (*Eubalaena glacialis*) of the North Atlantic”, Report of the International Whaling Commission, Special issue 10, 1986; Felipe Valdés HANSEN, *Los Balleneros en Galicia (Siglos XIII al XX)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2010; Alfredo López FERNÁNDEZ, “Historia Ambiental Antiga das Baleas do Atlântico Norte”, *Eubalaena*, 14, Nigrán, CEMMA, 2014.

perscrutavam o mar e, ao primeiro sinal de avistamento de baleias, ali ateavam uma fogueira, com madeira e vegetação, para alertar os baleeiros. As zonas altas onde se localizavam as atalaias não só permitiam observar uma grande extensão do mar, como o fumo se via dali a grande distância. Eram utilizados pequenos barcos de madeira, as *chalupas*, com cerca de 10 a 12 metros de comprimento, de forma esguia e simétrica, com popa e proa iguais, e com espaço para uma tripulação de 8 homens - o arpoador à proa, o timoneiro na popa e 6 remadores. Estas pequenas embarcações podiam atingir os 12 nós de velocidade e, se necessário, a sua vela quadrangular era içada<sup>140</sup>.

As baleias eram primeiramente atingidas pelo arpoador com um arpão manual e, após este primeiro golpe, a chalupa aproximava-se tanto quanto possível do animal já ferido, que era atingido com vários golpes de lanças até acabar por morrer. Os animais eram então trazidos para terra onde eram esquartejados, a sua gordura era derretida em grandes tinas metálicas (Figura I.1.2.) e a sua carne por vezes salgada<sup>141</sup>. A principal espécie alvo era a baleia-franca-do-Atlântico-Norte (*Eubalaena glacialis*) também chamada ‘baleia negra’<sup>142</sup>.



---

<sup>140</sup> HANSEN, *Op. cit.*, 2010.

<sup>141</sup> *Idem*, pp. 123-125.

<sup>142</sup> Alex AGUILAR, "The Black Right Whale, *Eubalaena glacialis*, in the Cantabrian Sea", *Report of the International Whaling Commission*, 31, 1981, pp. 457-458; AGUILAR, *Op. cit.*, 1986, p. 192.

**Figura I.1.2.** Recriação ilustrativa do porto de Caión, Laracha, Museo de pesca de Caión. Fonte: Alfredo López FERNÁNDEZ, “Historia Ambiental Antiga das Baleas do Atlântico Norte”, *Eubalaena*, vol. 14, 2014, p. 16.

Os baleeiros bascos compreenderam, desde cedo, a forte ligação entre fêmeas adultas e as suas crias. Esta relação entre fêmea e cria, característica à maioria dos mamíferos, e mais concretamente dos cetáceos<sup>143</sup>, foi sempre sendo referida em várias épocas e em diferentes regiões, portanto, por olhares de diferentes culturas. Vinha já a ser referida e conhecida desde a Antiguidade Clássica<sup>144</sup>, atravessou as visões dos homens do mar que contribuíram para a construção da história natural sobre estes animais, como é exemplo o trabalho do pescador, mercador, colecionador e naturalista autodidata holandês Adriaen Coenen, autor de *The Fish Book* (1580)<sup>145</sup> e *The Whale Book*<sup>146</sup> (1585) (Figura I.1.3).

---

<sup>143</sup> Janet MANN, “Parental Behavior”, in PERRIN, WÜRSIG & THEWISSEN, *Op. cit.*, 2009, pp. 830-333.

<sup>144</sup> Exemplo disso podemos encontrar nos tratados de Aristóteles que destacou a “doçura e familiaridade dos golfinhos, e sobretudo o amor e a ternura que manifestam pelas crianças”, *História dos Animais*, Livros VII-X, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 196; ou Eliano que expõe, no Livro I, que “*the female Dolphin far surpasses all creatures in its devotion to its offspring. It produces two... And when a fisherman either wound a young Dolphin with his harpoon or strikes it with his barb. . . The barb is pierced at the upper end, and a long line is fastened to it, while the barbs sink in and hold the fish. So long as the wounded Dolphin still has any strength, the fisherman leaves the line slack, so that the fish may not break it by its violence, and so that he himself may not incur a double misfortune through the Dolphin escaping with the barb and himself failing to catch anything. As soon as he perceives that the fish is tiring and is somewhat weakened by the wound, he gently brings his boat near and lands his catch. But the mother Dolphin is not scared by what has occurred nor restrained by fear, but by a mysterious instinct follows in her yearning for her child. And though one confront her with terrors never so great, she is still undismayed, and will not endure to desert her young one which has come to a bloody end; indeed, it is even possible to strike her with the hand, so close does she come to the hunters, as though she would beat them off. And so it comes about that she is caught along with her offspring, though she could save herself and escape. But if both her offspring are by her, and if she realises that one has been wounded and is being hauled in, as I said above, she pursues the one that is unscathed and drives it away, lashing her tail and biting her little one with her mouth; and she makes a blowing sound as best she can, indistinct, but giving the signal to flee, which saves it. So the young Dolphin escapes, while the mother remains until she is caught and dies along with the captive*”, *On the characteristics of animals*, Books I-V, Londres, William Heinemann, 1958, pp. 35-37.

<sup>145</sup> Adriaen Coenen, *Fish Book*, 1580. Disponível em The Public Domain Review, <https://publicdomainreview.org/collection/adriaen-coenen-s-fish-book-1580> (consultado a 25.06.2019)

<sup>146</sup> Adriaen COENEN, *The Whale Book: Whales and other marine animals as described by Adriaen Coenen in 1585*, Introdução e comentários de Florike Egmond e Peter Mason, Londres, Reaktion Books, 2003 (1585), 208 p.



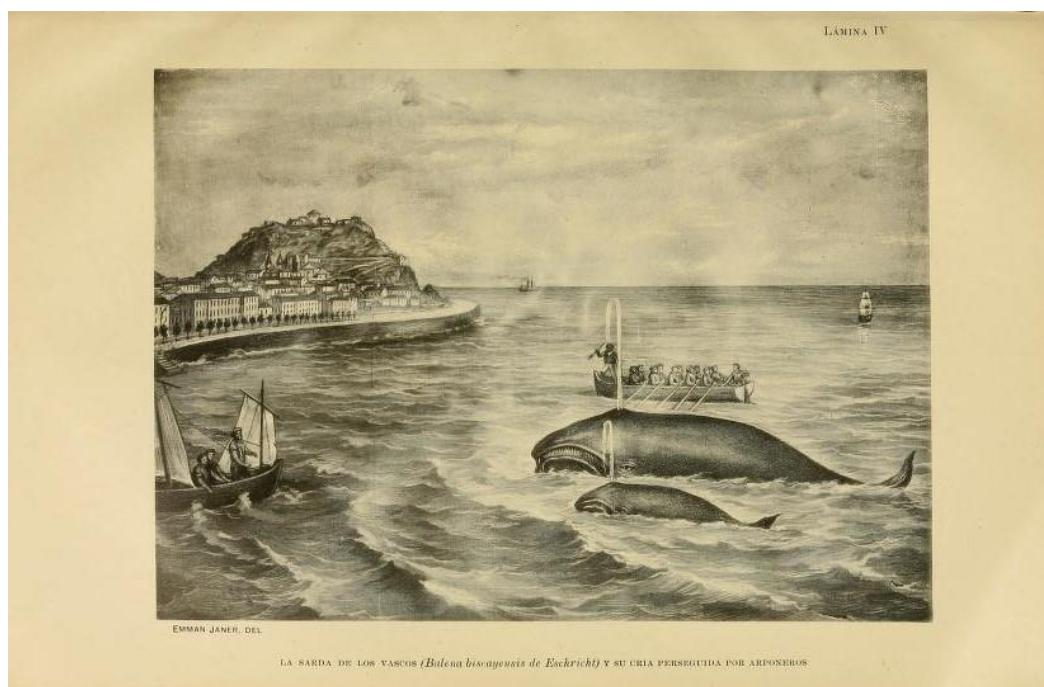


**Figura I.1.3.** Ilustração de duas baleias, mãe e cria, no livro *The Fish Book* (*Visboek*) de Adriaen Coenen. Fonte: <https://publicdomainreview.org/collections/adriaen-coenens-fish-book-1580/>, consultado a 25.06.2019.

Esta característica das baleias foi usada como método da baleação basca, arpoando-se primeiramente a cria e promovendo a aproximação da fêmea à embarcação que era, assim, mais facilmente atingida (Figura 1.1.4.). Ilustra esta realidade a informação contida na memória de Graells sobre as baleias da costa de Espanha<sup>147</sup> que, embora se refira a um período mais tardio, reflete o que aqui pretendemos ressaltar e de onde conseguimos verificar o rácio de captura adultos-crias, senão vejamos: 1517 - duas baleias; 1531 - duas baleias grandes e uma “chica”; 1536 - duas baleias grandes e uma “chica”; 1538 - seis baleias; 1542 - quatro baleias; 1543 - uma baleia; 1545 - uma baleia grande mais duas baleias, “madre é hijo”; 1576 - duas baleias; 1578 - duas baleias; 1580 - três baleias; 1608 - uma baleia; 1609 - três baleias e “un cabrote (es la cría de la Ballena)”; 1611 - duas baleias pequenas; 1617 - uma baleia; 1618 - uma baleia; 1619 -

<sup>147</sup> GRAELLS, *Op. cit.*, 1889, p. 14, 73.

uma baleia; 1622 - uma baleia “com sua cría”; 1649 - duas baleias; 1650 - duas baleias; 1657 - duas baleias e “dos cabrotes”; 1661 - uma baleia.



**Figura I.1.4.** “La sarda de los Vascos (*Balena biscayensis* de Eschricht) y su cría perseguida por arponeros”, in D. Mariano de La Paz GRAELLS, *Memorias de la Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Madrid*, Tomo XVII, Lamina IV. Madrid, Imprenta de Don Luis Aguado, 1897.

Considerando apenas este período de 21 anos (entre 1517 e 1661), das 45 baleias mortas aqui identificadas, 9 eram “pequenas”, crias ou juvenis, ou seja, 20% da captura total, dados já discutidos nos trabalhos de Alex Aguilar<sup>148</sup> e de Cristina Brito<sup>149</sup>. Estes investigadores verificaram igualmente que, apesar da fragilidade dos dados disponíveis para um período tão recuado, em cada porto da linha de costa basca - 47 estações baleeiras no total, embora não necessariamente em funcionamento simultâneo - era capturada uma baleia a cada ano ou dois. Apesar de nos parecer hoje um número muitíssimo baixo, esta operação seria rentável, tendo em conta que o investimento seria relativamente baixo,

<sup>148</sup> AGUILAR, *Op. cit.*, 1986, p. 194.

<sup>149</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2009, p. 127.



para uma atividade bem estabelecida, e o lucro proveniente de um único animal seria enorme<sup>150</sup>.

Perceções de que as populações de baleias – baleia-franca-do-Atlântico-Norte e, possivelmente, também baleia-da-Gronelândia (*Balaena mysticetus*) e baleia-cinzenta (*Eschrichtius robustus*) – estavam a diminuir, levaram, logo em 1334, a que o rei Afonso XI de Castela reduzisse os seus impostos aos baleeiros de Lekeitio, uma das zonas bascas fortemente marcadas pela baleação. Por todo o norte da Europa se caçavam baleias, desde o Canal Inglês à Biscaia, mas já na segunda metade do século XVI parecia sentir-se uma grande diminuição daquelas populações de baleia-franca<sup>151</sup>.

Vitorino Magalhães Godinho refere uma ideia de superabundância de recursos no período medieval, afirmando que baleias e golfinhos se encontravam “largamente espalhados pelas águas circundantes da Europa”, mas que “a pesca dos mamíferos marinhos ao largo de Portugal perde toda a importância no século XV e não parece ter subsistido no seguinte, salvo exceções. (...) As espécies iam desertando as águas confinantes com a Europa, e os Portugueses não se interessaram por as seguir mais longe, atraídos por outras pescarias. Houve assim uma descontinuidade de quase dois séculos em relação ao recomeço, agora em águas brasileiras: daí dever-se este aos Bascos. E só mais tarde se iniciará nos Açores”<sup>152</sup>.

Também os portugueses terão sentido a diminuição do número de animais disponíveis para caçar, mais ainda se a baleação fosse realmente uma atividade com interesse para a Coroa portuguesa nos primeiros séculos da nação. Cessada a atividade baleeira, a utilização de animais arrojados na costa terá continuado a ser praticada sempre que esses eventos aconteciam<sup>153</sup>.

De facto, com base nos novos forais do Algarve, já no século XVII, em comparação com os que enunciámos no primeiro ponto deste capítulo, confirmamos essa interrupção na baleação:

---

<sup>150</sup> J.A. Tuck & R. Grenier, “Establecimiento ballenero vasco del siglo XVI en el Labrador”, *Inv. Cient.*, vol. 64, 1982, pp. 82-91, in AGUILAR, *Op. cit.*, 1986, p. 194.

<sup>151</sup> LAIST, *Op. cit.*, 2017, p. 117.

<sup>152</sup> GODINHO, *Op. cit.*, 1983, pp. 122-123.

<sup>153</sup> Um desses casos ocorreu em 1650 no norte do país, tendo o alcaide de Barcelos levado reclusos para o desmanche de uma baleia que deu à costa, e que pode ser consultado na “Ordem do Visconde de Vila Nova da Cerveira ao capitão Diogo de Barros Jacome. Viana, 17 de Fevereiro de 1650”, existente na Biblioteca Nacional da Ajuda, com a seguinte referência BDA, 51-VIII-30, ff. 277r-277v.

*“Outrossim são nossas todas as baleias e outros peixes reais que vierem à costa ou os tomarem e matarem por qualquer maneira, os quais não serão aprovados a nenhuma renda da dita Vila. E o nosso almoxarife os arrecadará sempre para nós.(...) E posto que algumas outras coisas sejam exceptuadas no dito Foral Antigo, não se faz aqui neste Novo delas menção, porquanto na dita Vila não são já usadas por tanto tempo que não há aí delas memória, e algumas têm já sua provisão por Lei e Ordenações destes Reinos”*<sup>154</sup>.

Não havendo assim memória escrita das baleias e da baleação, esta ausência de animais e da atividade pode conduzir-nos à discussão de uma eventual redução significativa dos efetivos populacionais de baleias no Atlântico Norte, nomeadamente daquela que se acredita ter sido a espécie-alvo deste período, a baleia-franca. Apesar de não se conhecer a dimensão das capturas conduzidas pelos baleeiros bascos no período medieval e início do período moderno, alguns investigadores especulam que, senão antes, pelo menos nos alvares de Quinhentos, a população de baleias-franca já se encontrava em declínio<sup>155</sup>.

Usando as palavras de Benjamín Ballester referindo-se ao criticismo que decorre da utilização de informação fragmentária sobre a caça de baleias para períodos recuados, e que nos parecem absolutamente adequadas a este enquadramento, o debate torna-se muito mais atrativo quando superamos a barreira inicial de questionarmos se as baleias foram caçadas ou não, e nos submergimos nas subtilezas das estratégias de captura, organização laboral, relações interespecies - incluindo a humana -, valores simbólicos e no papel que os animais ocuparam na construção do universos das comunidades humanas<sup>156</sup>.

Em jeito de resumo, as evidências históricas medievais europeias apontam para mais de um milénio de baleação costeira e ‘drive-whaling’ bem como algum contacto pelágico com baleias, mortas ou vivas. As leis impunham a forma como as baleias eram usadas e por quem, e apesar do significado cultural da baleação medieval apenas poder

---

<sup>154</sup> ADF, Fundo do Compromisso Marítimo de Faro. Livro dos Direitos de Mercadoria do ano de 1612 (19 de Maio de 1612).

<sup>155</sup> Entre várias obras de referência, consultar por exemplo LAIST, *Op. cit.*, 2017, p. 117.

<sup>156</sup> Benjamín BALLESTER, “La caza de cetáceos en la costa del Desierto de Atacama: relatos escritos, pinturas rupestres, artefactos y restos óseos”, in Wellington Castellucci JUNIOR & Daniel QUIROZ (orgs.), *Baleeiros do sul 2. Antropologia e história da indústria baleeira nas costas sul-americanas*, Salvador, Eduneb, 2018a, p. 78.

ser conjecturado, o valor económico e de subsistência das baleias para as comunidades medievais é claro<sup>157</sup>. Reiterando as palavras de Cristina Brito, é “longa a história e a tradição sobre a pesca da baleia e a sua utilização”<sup>158</sup>, parecendo evidente o uso dos animais pelo menos desde o início da nação, mas continua por cumprir um estudo dedicado a esta atividade na cronologia medieval para o território português continental.

### **I. 1. 2. Os bancos de pesca do Norte**

Tanto por fenómenos naturais como pela depleção dos *stocks* de recursos marinhos nas costas europeias, viveu-se no período tardo-medieval uma reorientação da exploração do mar. A exploração de espécies aquáticas em lagos, rios e estuários foi substituída pela de espécies marinhas, em zonas costeiras ou mar aberto, com um forte intuito comercial, desenvolvendo-se técnicas de captura e de conservação dos pescados. Esta demanda europeia por recursos do mar, a partir de Quinhentos teve impacto social e ambiental, naquela que hoje se designa por “Fish Revolution”, numa tentativa de análise dos efeitos do clima e da globalização dos mercados de consumo de recursos haliêuticos, a partir do fim do período medieval e início do período moderno<sup>159</sup>.

A viagem do veneziano Zoane ou Giovanni Caboto, mais conhecido por John Cabot, no final do século XV à Terra Nova, é a primeira ligação conhecida até agora entre as costas este e oeste do Atlântico Norte, e dos *Grand Banks*. Aqui, os peixes eram tão numerosos que se podiam apanhar com cestos. Em poucos anos, marinheiros e pescadores da Península Ibérica extraíam recursos daquelas águas, tendo a vantagem do acesso ao sal essencial à conserva das pescarias de longa distância, e rapidamente perceberam que o clima da região era ideal para secar bacalhau<sup>160</sup>.

As descrições de abundância de um mar de recursos (que pareciam) infinitos, em comparação com os estuários e mares europeus esgotados por séculos de exploração, tornaram esta nova região uma zona de pesca e caça intensa para abastecimento da

---

<sup>157</sup> SZABO, *Op. cit.*, 2008, p. 281.

<sup>158</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2009, p. 120.

<sup>159</sup> BOLSTER, *Op. cit.*, 2012; James H. BARRETT & David C. HORTON, *The Archaeology and History of Medieval Sea Fishing*, Oxbow Books, 2016; Poul HOLM *et al.*, “The North Atlantic Fish Revolution (ca. AD 1500)”, *Quaternary Research*, 2019.

<sup>160</sup> HOLM *et al.*, *Op. cit.*, 2019, p. 2.

Europa. A exploração destes novos bancos de pesca exigiu a o conhecimento das estações, das condições atmosféricas, da temperatura do mar e das espécies residentes, e os ambientes costeiros marinhos do norte da América do Norte passaram a ser zonas de primordial interesse para os europeus<sup>161</sup>.

As técnicas bascas baleeiras desenvolvidas ao longo de séculos, viram o seu auge inicialmente na região basca espanhola e, a partir da segunda metade do século XVI, na Terra Nova e mares setentrionais, coincidindo com a expansão das pescarias bascas da Galiza para estas novas regiões<sup>162</sup>. A sua experiência e conhecimento sobre como caçar baleias permitiu o sucesso de um monopólio baleeiro nessas novas regiões<sup>163</sup>. Os baleeiros bascos passaram a viajar do Golfo da Biscaia para o Atlântico Norte e, nas terras que circundavam as suas novas áreas de caça, construíram estações costeiras permanentes ou semipermanentes, nos locais onde caçavam baleias. Muniram-se de grandes embarcações que suportassem tripulações numerosas e permitissem o transporte de barris de óleo de baleia, aumentando assim o seu esforço de captura<sup>164</sup>. As primeiras evidências sobre a atuação de tripulações baleeiras bascas na Terra Nova e no Labrador datam de 1540 e em 1546 a baleação era já uma atividade regular, tal como demonstrado por vestígios materiais de fornos e outras instalações construídas para o processamento dos animais<sup>165</sup>.

A partir do naufrágio do galeão basco *San Juan* em Red Bay, na costa do Canadá, foi possível reconstituir a embarcação e, a par com as fontes escritas, conseguir adivinhar a palamenta, os utensílios de caça, as técnicas de arpoamento, retalhe e processamento dos animais (Figura I.1.5.)

---

<sup>161</sup> BOLSTER, *Op. cit.*, 2012, p. 16.

<sup>162</sup> AGUILAR, *Op. cit.*, 1986, p. 193.

<sup>163</sup> Selma Huxley BARKHAM, "The Basque Whaling Establishments in Labrador 1536-1632 - A Summary", *Arctic*, vol. 37, n. 4, 1984, p. 515.

<sup>164</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1991, pp. 46-47; LAIST, *Op. cit.*, pp. 120-148; Brad LOEWEN, "Historical Data on the Impact of 16th-Century Basque Whaling on Right and Bowhead Whales in the Western North Atlantic", *Canadian Zooarchaeology*, vol. 26, 2009, pp. 3-24.

<sup>165</sup> BARKHAM, *Op. cit.*, 1984, p. 518; Selma Huxley BARKHAM & Michael M. BARKHAM, "Una nota acerca de cinco pecios vascos documentados del siglo XVI en puertos del sur de Labrador", *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, vol. 5, 2006, pp. 771-776; FERNÁNDEZ, *Op. cit.*, 2014, p. 20.



**Figura I.1.5.** Cena de caça ilustrativa da baleação basca nas águas na Terra Nova, no século XVI. Pode ser explorada em <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/08/basque-whalers-san-juan-art-interactive/>.

No final do século XVI, os baleeiros bascos começaram a deslocar as suas operações para a costa da Noruega, Spitzbergen (no arquipélago de Svalbard, território ártico norueguês) e Gronelândia. No início de Setecentos estes baleeiros começaram a estar envolvidos de outra forma na baleação, passando a integrar tripulações de navios de outras nações, nomeadamente normandos, flamengos, dinamarqueses e noruegueses, sendo igualmente recrutados por ingleses e holandeses<sup>166</sup>. A economia marítima basca sentia severos efeitos dos impostos e embargos aos navios pela Coroa castelhana e os homens experientes juntaram-se a outras expedições baleeiras<sup>167</sup> não só dando assistência como “instruindo-os na sua maneira de caçar baleias”<sup>168</sup>. Pela sua experiência baleeira secular e pelos grandes “trabalhos e dores” que sofriam nesta atividade, os biscainhos tornaram-se “*perfect and skilful Mariners, and [the activity] makes them not only exceed all other Spaniards, but get a Reputation and Employment in the King’s Ships*”<sup>169</sup>.

No início do século XVII, todos os anos seguiam para Spitzbergen navios de Inglaterra, França, Espanha, Dinamarca e Holanda, por uma grande razão:

<sup>166</sup> AGUILAR, *Op. cit.*, 1986, p. 197; Nelson CAZEILS, *Dix siècles de pêche à la baleine*. Rennes, Éditions Ouest-France, 2000, p. 52.

<sup>167</sup> AGUILAR, *Op. cit.*, 1986, p. 197; ELLIS, *Op. cit.*, 1991, p. 57.

<sup>168</sup> William MONSON, “Sir William Monson’s Naval Tracts. The Third Book”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts...*, Vol. III, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704a (1585-1602), p. 385.

<sup>169</sup> *Idem*, p. 351.

*“only on the account of the Whales, from whence they draw an Oil by boiling; each Nations having its own Station, Bay or Harbour for that purpose [where] they have fix’d their Coppers, Huts, and other Instruments fitted for the boiling of the Whale Oil, which are always left behind”*<sup>170</sup>.

Em Spitzbergen, o mar *“produces abundance of Whales of such a bigness, that some taken hereabouts have been found to be no less than 200 foot long, and of a proportionable bigness in the Circunference [?] their Bodies. But they frequently take those of 130 and 160 foot long”*<sup>171</sup>.

Conhecer os animais, os seus padrões de distribuição e rotas migratórias era essencial à boa condução da atividade, mas também o conhecimento sobre as estações do ano e as condições climáticas determinava o sucesso ou o insucesso da temporada:

*“Those that sail to Spitzbergen to catch Whales, arrive there in the Month of July, / and return from thence in August. If they come before July, they can’t Approach the Shoar, by reason of the vast Ice shoals, and for the same reason they must not venture to stay longer than about the middle of August at farthest; for nothing is more frequent than to see vast Ice shoals in these Seas, sometimes 60, 70, or 80 Fathoms thick”*<sup>172</sup>.

A baleação inglesa naquelas águas foi belissimamente ilustrada no diário de bordo de Robert Fotherby, com aguarelas do próprio autor, sendo um dos raros documentos iconográficos sobre a baleação do século XVII (Figura I.1.6.).

---

<sup>170</sup> John MONCH, “An Account of that Country commonly call’d Spitsbergen, being reckoned a part of Greenland. With the manner of its first discovery, and what method is used in catching the Whales on that Coast”, in *A Collection of Voyages and Travels...*, Vol. I, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704 (1650), p. 567.

<sup>171</sup> Isaac de La PEYRERE, “An Account of Greenland, to Monsieur de la Mothe le Vayer”, in *A Collection of Voyages and Travels...*, Vol. II, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704 (1646), p. 471.

<sup>172</sup> PEYRERE, *Op. cit.*, 1704, pp. 471-472.

we goe haeving iron when he is dying he most  
 romendly tounce his bolle most and gon  
 doe goe men fasten a rope or small haubse to  
 goe hinder parte of his bodie and we gon shal  
 lepe (made fast one to an oger) gon tow him  
 to goe ship we his tailer foremost and gon gon  
 fasten him to goe sterne of some ship appointed for  
 that purpose wgon he is rutt up in marmen ab  
 followoly. Two or three men come in a  
 boate or scallop to goe side of goe whale, one man  
 goldoring goe boat riste to goe whale w a boat  
 look and an oger wgo standy oger in goe boat



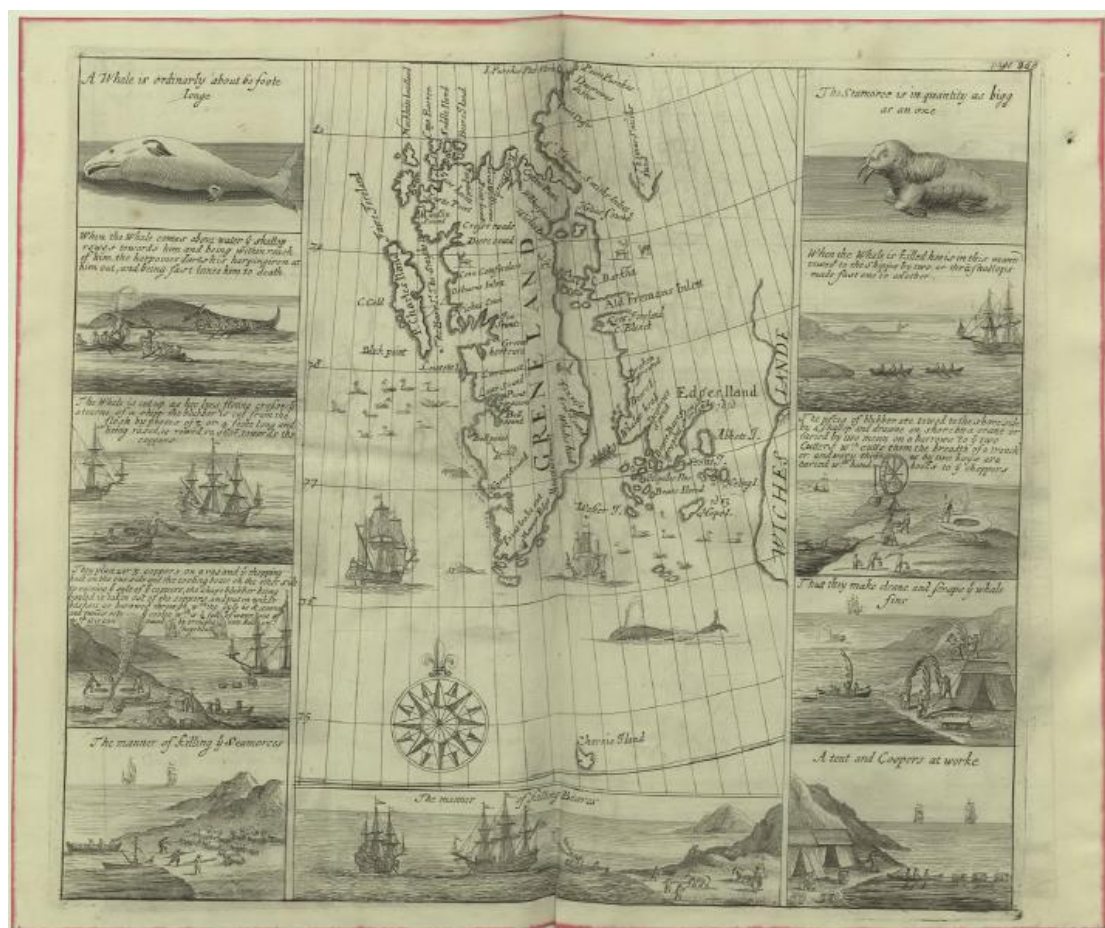
on upon goe whale rutt and force goe fast wgon  
 wos rull Blubber in square like peires 3. or 4  
 foot long we a great ruttmg knifo. gon to  
 naile it from goe stoffe gon is a crab or rap  
 stowe sett purposefuly upon goe poop of goe ship  
 from wgon gon distonds a rope w an iron  
 look in goe end of it and gon look is made

**Figura I.1.6.** Página do diário de Robert Fotherby, com aguarela do autor ilustrando o desmanche de uma baleia de barbas em Spitzbergen, em 1613. Fonte: American Antiquarian Society, Worcester, Massachusetts.

Sobre o mar da Gronelândia chegavam relatos de grandes quantidades de peixes em toda a costa, “as likewise Sea-Wolves, Sea-Dogs, and Sea-Calves, and an incredible



number of Whales”<sup>173</sup>. Uma ilustração das técnicas bascas baleeiras na Gronelândia, incluindo método de captura e processamento do animal para transformação da gordura em óleo, pode ser encontrada no Volume IV de *A Collection of Voyages and Travels*, composta em 1704 (Figura I.1.7).



**Figura I.1.7.** Ilustração dos métodos de caça de baleias, morsas e ursos na Gronelândia, in Edward PELLHAM, “God’s Power and Providence, Shewed in the Miraculous Preservation and Deliverance of Eight English-Men, Left by Mischance in Greenland, Anno 1630”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts... In Four Volumes*, Vol. IV, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704.

Estes gélidos mares do Norte, haviam já sido povoados por inúmeros animais marinhos, por Olaus Magnus na sua *Carta Marina* de 1539. Entre eles encontramos cetáceos, nomeadamente um “Zyphius” e um “Phiset”, referindo-se possivelmente ao

<sup>173</sup> PEYRERE, *Op. cit.*, 1704 p. 454.



zífio (baleia-de-bico do género *Ziphius*) e ao cachalote (*Physeter macrocephalus*). Junto à ilha Tile, podemos observar um animal identificado como “*Balena*” a ser atacado por uma “*Orcha*”, referindo-se claramente à orca (*Orcinus orca*), bem como um “*monstro avistado em 1537*”, numa constante coexistência do fantástico e do real (Figura I.1.8.).



**Figura I.1.8.** Pormenor da *Carta Marina* de Olaus Magnus, 1539. Fonte: Commons Wikipedia ([https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Carta\\_marina](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Carta_marina)).

Eventualmente referindo-se à mesma região, também António Galvão havia já mencionado a “*ilha de Thili, em Hislāda*”, no seu *Tratado*, o que é indicativo de que conhecia o autor anterior ou que ambos poderiam ter tido acesso aos mesmos tipos de fontes de informação produzida previamente. Conta este autor do século XVI, que nesta ilha existiam “*muy grandes & disformes pescados, & tanto que põe aos navegantes medo, & de seus ossos & costas fizeram hũa igreja. Nã ahi pão, vinho, azeite, nem de que o*

*fação, alumiam se com o do pescado, porque em toda parte provee a divina magestade*”<sup>174</sup>.

De facto, a principal utilidade das baleias era o aproveitamento da sua gordura que, derretida em grandes caldeiras, era transformada em óleo ou azeite de peixe ou, utilizando uma expressão basca, *saín*. Sendo a carne pouco apreciada, outras partes do corpo do animal eram igualmente aproveitadas, como os ossos para o fabrico de utensílios, como pegas de talheres, móveis ou postes e vigas para a construção de edifícios e explorações agropecuárias. Da língua obtinha-se um azeite mais fino utilizado na lubrificação de máquinas de relojoaria<sup>175</sup>. Outro produto derivado das baleias eram as suas barbas, material rígido mas maleável e manipulável para a confeção de inúmeros produtos, sendo particularmente relevante o seu emprego no vestuário. Em Inglaterra a partir de meados do século XVI e em França no último quartel do mesmo século, os espartilhos das mulheres eram confeccionados e moldados com aquelas barbas. Carne de baleia era vendida em mercados das principais cidades europeias.

Sabemos, igualmente, que já desde a Idade Média, o azeite de oliveira desempenhava um papel importante no quotidiano, inclusivamente na iluminação, ou ainda na dieta alimentar, medicina popular, entre outros fins<sup>176</sup>. Mas a descoberta das fartas populações de baleias no Atlântico Norte permitiu uma caça regular dos animais. Consequentemente, promoveu uma generalização do consumo do óleo de baleia enquanto um substituto do azeite de oliveira para os mais variados fins. Em particular, era utilizado como combustível, fornecendo às casas mais pontos de luz e alterando padrões nas atividades domésticas, que anteriormente se faziam na escuridão. Foi este o principal combustível para iluminação até aos princípios do século XX, altamente apreciado e necessário. Como já vimos, os animais eram caçados desde o período medieval e, portanto, foram as baleias que, durante séculos, permitiram a existência de pontos de luz, em habitações e palácios, sendo assim o seu azeite um dos combustíveis mais importantes para a civilização ocidental. A existência de luz - em oposição à escuridão - provocou

---

<sup>174</sup> António GALVÃO, *Tratado...*, Lisboa, Impressa em casa de Ioam da Barreira, 1563, p. 8.

<sup>175</sup> Ramón OJEDA SAN MIGUEL, “Pescadores de Castro Urdiales: precedentes, mundo medieval, grandes pesquerías atlánticas y ballenas”, *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, n. 5, 2006, p. 661.

<sup>176</sup> Maria José Azevedo SANTOS, “O Azeite e a vida do homem medieval”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras, 2006, pp. 148-149.

modificações nas percepções e experiências das práticas diárias, e também nas atividades laborais que podiam agora ser efetuadas por turnos, de dia e de noite<sup>177</sup>.

---

<sup>177</sup> Sergio ESCRIBANO-RUIZ, “Olor a sangre. La pesca Vasca del Atlántico Norte en época moderna interpelada desde una posición colonial y sensorial”, *Arqueología Iberoamericana*, vol. 41, 2019, p. 56.

## I. 2. DESCRIÇÕES, PERCEÇÕES E USOS NO MAR E ALÉM

### I. 2. 1. Mau augúrio e o medo do mar

Se até aqui temos estado a referir-nos maioritariamente ao lado utilitário da baleia, ou seja, à baleia enquanto recurso, com valor para as comunidades que a capturam e utilizam, iremos agora abordar um outro ponto de vista em relação ao animal. Esta mesma baleia, senso lato, representa múltiplas espécies que se distribuem pelo Atlântico Norte.

Este é o animal que no *Bestiario de Don Juan de Austria*, do século XVI, aparece descrito assim:

*“La vallenga es un pescado de grande grandeza. Criase en el Atlántico mar. Muévase com gran gravedad. Levántase poco a poco, nadando del hondo del mar y demuéstrese sobre el agua a desora, tan grande como una ysala, y su espinazo levanta a modo de roca. Es tan gorda que no se puede comer por ser toda unto. Házese della azeite y en toda Galicia se alumbran com ello. Deste monstruo marino se espantan mucho los navegantes y le lombardean porque se retire. Esta vallenga conçebe del sexo, que es pez grande, riguroso, castizo. Haze lid com los que le resisten. Anda sempre en el mar Atalántico [por] la compañía que halla de las vallengas”<sup>178</sup>.*

Nesta fonte pouco conhecida e muito pouco trabalhada, verificamos como a baleia é, simultaneamente, um grande ‘peixe’ do qual se produz azeite com que se ilumina toda a Galiza, e um monstro marinho que espanta os navegantes. É sobre esta perceção mítica ou fantástica, produzida pelo medo, pela crença ou pelo desconhecido, e que teve grande simbolismo na primeira época das grandes navegações marítimas Portuguesas, que nos focaremos agora.

Entre relatos de viagem e crónicas vamos navegando por inúmeras referências a criaturas e animais marinhos. Baleias, focas, tubarões, peixes voadores, aves marinhas, e monstros, povoam o imaginário da expansão portuguesa no Atlântico, enquanto outras

---

<sup>178</sup> García GIL, Juan JOSÉ & Pablo Molinero HERNANDO, (eds.), *Bestiario de D. Juan de Austria*, S. XVI, Estudios y transcripción de la edición facsimilar. Monasterio de Sta. Maria de la Vid. Siloé, Arte y Bibliofilia. Burgos, Juan José Vallejo Penedo, OSA, 2000.

espécies de baleias e aves, para além de crocodilos e dugongos fazem a sua parte no caminho e expansão no Oriente. De facto, os grandes animais do mar, entre os quais nos importa aqui destacar as baleias, estiveram sempre presentes e acompanharam os que viajavam sobre a água. Os relatos de observação de baleias durante as viagens marítimas oceânicas são inúmeros. Tentaremos aqui fazer um breve apanhado de alguns que nos parecem relevantes, na tentativa de clarificar a forma como os animais eram observados, percecionados, quais as características e significados que lhes eram atribuídos, no decurso das viagens, onde o medo parece marcar o tom, mas não sendo o único significado atribuído às baleias pelos homens do mar, pelo menos por aqueles que nos deixaram o seu testemunho.

Os animais tiveram, desde sempre, um papel de relevo no imaginário coletivo ocidental, estando envoltos num profundo misticismo e tendo uma conotação positiva ou negativa consoante os seus comportamentos, mais ou menos agressivos, e os seus modos de vida, muitas vezes relacionados com os seus padrões comportamentais e as suas estratégias de alimentação. Até e durante a Idade Média europeia, os animais serviram como importantes veículos de lições morais, tantas vezes sinais de Deus que mereciam interpretação antes sequer de serem conhecidos e compreendidos. O significado dos avistamentos e dos comportamentos dos animais teria muito mais que ver com a própria cultura humana, neste caso europeia, do que com o animal em si ou o lugar, mais ou menos exótico, de onde provinha<sup>179</sup>. A visão dos animais era reforçada pela interpretação da Bíblia, plasmada posteriormente em Bestiários e Herbários e tratados de história natural<sup>180</sup>, uma forma de literatura medieval que compilava animais e criaturas míticas às quais se associavam características simbólicas bem como defeitos e méritos intrínsecos<sup>181</sup>. O mundo natural permitia assim uma diferente forma de aproximação ao divino e os animais eram também hierarquicamente categorizados, do mais ao menos importante, do doméstico ao exótico, e do mais ao menos perigoso, seguindo uma ordem de classificação profundamente antropocêntrica<sup>182</sup>. Esta hierarquização dos elementos

---

<sup>179</sup> Erik RINGMAR, "Audience for a Giraffe: European Expansionism and the Quest for the Exotic", *Journal of World History*, vol. 17, n. 4, 2006, pp. 376-377.

<sup>180</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2016b; Monica AZZOLINI, "Talking of animals: whales, ambergris, and the circulation of knowledge in seventeenth-century Rome", *Renaissance Studies*, vol. 31, n. 2, 2017, pp. 297-318.

<sup>181</sup> Helmut NICKEL, "Presents to Princes: A Bestiary of Strange and Wondrous Beasts, Once Known, for a Time Forgotten, and Rediscovered", *Metropolitan Museum Journal*, vol. 26, 1991, pp. 129-138.

<sup>182</sup> Kathleen CROWTHER-HEYCK, "Wonderful Secrets of Nature. Natural Knowledge and Religious Piety in Reformation Germany", *Isis*, vol. 94, n. 2, 2014, pp. 253-273

fazia com que ursos, leões, dragões e elefantes - grandes, selvagens e poderosos - carregassem maior valor e prestígio do que os animais domésticos, influenciado assim a heráldica e os espécimes que integravam o rol dos dignos presentes diplomáticos<sup>183</sup>.

Com base na visão medieval do mundo e da criação, era assumido que os animais fantásticos existiam e os monstros, marinhos ou terrestres, eram seres vindos de um mundo (natural) desconhecido e filtrados pelo conceito coevo. Poderiam representar seres divinos e ser encarados como verdadeiras mensagens de Deus para indicar às pessoas os maus comportamentos, atos ou pensamentos. A sua ocorrência era muitas vezes indicativa de catástrofes (naturais e morais), de eventos negativos ocorridos ou previsões nefastas do futuro, alusões a tempestades e aos mais diversos perigos dos oceanos, onde aparecem seres do mar fantásticos e ameaçadores<sup>184</sup>.

Como de modo tão elegante escreveu Afonso de Taunay, “a vastidão dos oceanos continuava a encerrar o Mar da Noite povoado de monstros de toda a espécie. Ali se constituira o refugio não só das sereias e dos tritões, de todos os velhos abantesmas da primitiva civilização mediterranea, como dos Krakens dos nautas nordicos. E toda aquella fauna de immensuraveis dimensões era a dos cephalopodos colossaes, facilmente abarcadores dos mais altos galeões, nos infidaveis tentaculos. A dos cetaceos formidaveis, deglutidores possiveis do immenso salvador do propheta Jonas, nas aguas misteriosas e obscuras daquelle mar infindo proliferava vivaz”<sup>185</sup>.

A imagem da baleia como monstro marinho é a visão medieval ocidental mais comum sobre este animal, apesar de, como vimos no ponto anterior, o animal ser conhecido e utilizado desde sempre. Mas de facto, na viragem da Idade Média para a Moderna, o medo do mar continua a estar presente enquanto elemento de carácter religioso cristão<sup>186</sup>, existindo uma relação entre o medo e as baleias, como naquele dia de viagem em que “*ueio ter connosco hua balea, a qual nos deu hum encontro no leme, de*

---

<sup>183</sup> NICKEL, *Op. cit.*, 1991; Almudena Pérez TUDELA & Annemarie Jordan GSCHWEND, “Renaissance Menageries. Exotic Animals and Pets at the Habsburg Courts in Iberia and Central Europe”, in Karl A.E. ENENKEL & Mark S. SMITH (eds.), *Early Modern Zoology: The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*, Leiden, Brill, 2007, pp. 418-447.

<sup>184</sup> Paulo LOPES, *O Medo do Mar nos Descobrimentos - Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média*, Lisboa, Tribuna da História, 2009; BRITO, *Op. cit.*, 2016b, pp. 73-74.

<sup>185</sup> Afonso de E. TAUNAY, *Zoologia Fantástica do Brasil (Séculos XVI e XVII)*, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1934, pp. 40-41.

<sup>186</sup> LOPES, *Op. cit.*, 2009, pp. 34-35.

*que nos pos muito grande medo e na que nos fez dano*”<sup>187</sup> ou naquela “noite com o mar mui grosso nam levamos a mao de 2 bombas: fazia a não por tantas partes a agoa que toda a noite andava com jo calafate debaixo da cuberta tomando agoas. Eram tantas as baleas nesta parajem e tamanhas e chegavam se tanto as naos que lhe aviamos mui grande medo”<sup>188</sup>.

As baleias podiam ser percecionadas como “*verdadeiros monstros marinhos*”<sup>189</sup> mas não pertenciam inteiramente ao imaginário fantástico, na medida em que existiam, eram reais e tinham utilidade. Às baleias eram concedidos inúmeros atributos de cariz negativo, mas eram igualmente concedidas sensações e sentimentos próprios, algumas vezes relacionadas com a tal relação especial entre as fêmeas e as crias e que não passava despercebida. Encontramos um desses casos no relato de uma viagem, em 1567, ao largo do Brasil, pelo padre Simão de Vasconcellos:

*“Partiu o Padre Ignacio de Azevedo de S. Vicente no mês de Julho do presente ano de 1567 em companhia do mesmo Bispo Dom Pedro Leitão, & dos Padres Provincial, Nobrega, & Ioseph de Anchieta: & nesta viagem aconteceu a estes companheiros um caso milagroso da protecção da mão divina. Foi ancorar a embarcação defronte do porto a que chamamos com nome corrupto Britióga, por falta de ventos: era véspera do Apóstolo Santiago, quiseram os Padres ir dizer Missa a terra, meteram-se em o batel o Padre Ignacio, Gram, Nobrega, & Ioseph, com outros passageiros: eis que chegando ao meio do caminho, levanta-se uma grande baleia (se não dissermos serpente infernal) assanhada, ao que pareceu, de algumas frechadas que lhe tiraram do navio, ou dolorida de algum filho que perdera: como quer que fosse, ela levantando a cabeça medonha, & parte do corpo sobre a água, foi seguindo após o batel, horrenda, & temerosa, levando diante de si montes de água, & batendo as asas com tão disformes gestos, que todos se perderam por perdidos: & com mais evidência, quando chegando já ao*

---

<sup>187</sup> "Viagem que fez a não Conceição pera a India o ano de 1555 que por outro nome se achava Algaravia Nova de que hia por senhorio Manoel Rodriguez e por capitão Francisco Nobre. Donde tãbem hião os Padres Guoncales, e Pascoal, e o Irmão Alonso Lopez escrita por hum homem de fora", in Kioko KOISO, *Mar, medo e morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História Trágico-Marítima, nos testemunhos inéditos e noutras fontes*, Cascais, Patromonia, 2004, p. 560.

<sup>188</sup> Pedro Lopes de SOUZA, *Diario da Navegação de Pedro Lopes de Souza pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532)...*, Rio de Janeiro, Typ. de D.L. dos Santos, 1867, p. 69.

<sup>189</sup> Jean de LÉRY, *Historia de uma viagem feita á terra do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria J. Leite, 1889 (1578), p. 228.

batel, meteu a cabeça de baixo, & juntamente levantou a cauda sobre ele, como para descarregar a pancada. Aqui se prostraram todos de joelhos, & com as mãos ao Céu levantadas, em termos de morrer, alagado já o batel com água, pediam a Deus misericórdia, & junto com eles o Bispo, & os mais do navio, que os estavam vendo. Não permitiu porém o Céu que acabassem desastadamente tão grandes & importantes servos seus, porque aquele **monstro marinho**, como mandado de algum poder oculto, ou qual se obedecerá às mãos levantadas ao Céu, parou com o golpe da cauda, & se foi escoando por proa, deixando o batel fora de aflições, posto que quase alagado. Este sucesso teve o Padre Ioseph por milagre, com que Deus amansou aquele **monstro**, para que não descarregasse a pancada, & diz assim: Abalroou a baleia o batel, & passando por baixo dele levantou a cauda sobre a popa, onde ião os Padres, como para dar a pancada; mas amansou-a Deus Nosso Senhor de maneira, que a tornou a por na água quietamente. São palavras suas. E atribuindo-se comumente o milagre e a interceção de Ioseph, o humilde servo o atribui ao Padre Ignacio, & mais companheiro, dizendo assim: Estava o Bispo, & os mais do navio a la mira, esperando o sucesso com grande temor, mas confiados que não perigariam, por ir ali o Padre Ignacio com seus companheiros. Todos os quatro eram homens santos, a cada qual deles se pode até atribuir o favor do Céu: Ioseph o atribui a todos, & todos eles o atribuem a Ioseph. O Padre Ioseph suspeitou que o **monstro marinho** viera assanhado das frechas de alguns dos navios: outros tiveram para si que **vinha embravecido por perda do filho**, que cuidando ser o batel, se fora a ele, metendo-se debaixo, como costumam, ao filho, dando-lhe as costas para leva-lo, ou dar-lhe de mamar: outros julgaram que era o macho, & buscava a consorte: qualquer das cousas podia ser a ocasião natural, porém o espírito que instigou o monstro (ao que se mostra) foi outro, tirado das palavras de Ioseph; & que podemos cuidar que pretendia o **Dragão infernal** revestido no **monstro assanhado**, tirar do mundo, & da Igreja de Deus o mais florido da Companhia do Brasil. Tornarão os Padres para o navio, & ao seguinte dia do bem aventurado Apostolo Santiago cantaram Missa solene em acção de graças e deram à vela”<sup>190</sup>.

---

<sup>190</sup> Simão de VASCONCELLOS, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, Lisboa, Na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663, p. 367.



No trecho anterior, o destaque a negrito é dado por nós, para melhor identificação dos adjetivos atribuídos ao animal. Como temos vindo a tentar demonstrar neste subcapítulo, aqui encontramos expressões como *infernal*, *medonha*, *horrenda*, *temerosa*, e ainda *grande*, *disformes*, e *monstro*, porém aceitando-se que um monstro pode sofrer e revoltar-se com a perda de um filho.

Outro encontro com estes “*peixes feros / tão danados / fuscos e mal encarados*”<sup>191</sup>, como cantou Fausto Bordalo Dias, foi também registado no dia do naufrágio da nau *Santiago*, em 1585, quando:

*“Da Ilha de Martim Vàs pordiante começàrão a ter alguns pronosticos de roim viagem; porque aqui dèrão com hum peixe, que ninguem soube determinar que peixe era. A feição era de huma Balea não muito grande, fusco e mal encarado, o qual logo afugentou todo o outro peixe que vinha com a Nao; e nunca os desamparou athè a noite, em que se perdèrão; porque ainda aquella tarde antes da perdição houve homens que o viraõ hir diante da Nãõ lançando grandes refolhos de agoa, como que folgava, ou avizava do que havia de succeder”*<sup>192</sup>.

A baleia acompanhou assim a nau no dia em que esta se perdeu, indo “*diantè della, como a guiava para alguma desventura*”<sup>193</sup>. A interpretação dos comportamentos dos animais no mar, tantas vezes vistos pela primeira vez, tinha por base as concepções medievais do mar, construídas num mundo essencialmente rural e terrestre. Veja-se também como Jean de Léry refere que o comportamento dos golfinhos ao surgir “*repentinamente á tona d’agua mesmo de noite, no meio das ondas e das vagas encrespadas*”, levava a que “*os marinheiros [quando] os vêem d’esta sorte nadar e mover-se presagiam e asseguram proxima tempestade; o que muitas vezes vi acontecer*”<sup>194</sup>. Léry relata também um encontro com baleias no mar, no qual observou de perto o animal, e descreve o que sentiu:

---

<sup>191</sup> Fausto Bordalo Dias, “Ao som do mar e do vento”, in *Crónicas da Terra Ardente*, Lisboa, Sony Music, 1994. Sobre a relação entre literatura de viagem e música popular portuguesa ver, por exemplo, Rui de Carvalho AFONSO, *O percurso lírico do protagonista de Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, em Por Este Rio Acima, de Fausto Bordalo Dias*, Tese de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, 2010 e Nina VIEIRA & Rui de Carvalho AFONSO, “Animais aquáticos na trilogia de Fausto Bordalo Dias”, in Carlos F. Clamote CARRETO, Joana Gaspar de FREITAS, Clara SARMENTO & Luís Sousa MARTINS (eds.), *Imaginários do Mar. Uma antologia crítica*. Vol. 1. Lisboa, IELT, Coleção Editar a Memória, 2020 pp. 231-241.

<sup>192</sup> Bernardo Gomes de BRITO, “Naufragio da Nao Santiago No anno de 1585”, in *Historia Tragico-Maritima...* Tomo Segundo, Lisboa Occidental, Na Officina da Congregação do Oratorio, 1736, p. 70.

<sup>193</sup> BRITO, *Op. cit.*, 1736, p. 78.

<sup>194</sup> LÉRY, *Op. cit.*, 1889, p. 132.

*“n’essas paragens não so vimos balêias, como as tivemos assás perto para bem observal-as, e apareceo-nos uma, que, surgindo perto do nosso navio, cauzou-me tamanho susto, que realmente emquanto a não vi demover-se, pensei ser um roxedo, contra o qual o nosso navio ia bater e despedaçar-se.*

*Observei, que quando ela quiz mergulhar, levantou a cabeça fóra d’agua, e lançou ao ar pela boca mais de duas pipas d’agua; depois sumio-se, e fez tal e tam medonho redemoinho, que novamente temi, que, arrastados após ela, nos submergissemos n’essa voragem. E na verdade (como nos Salmos e em Job se diz) é um horror ver esses monstros marinhos folgar a belprazer n’essa imensidão das aguas”*<sup>195</sup>.

Esta sensação de medo do mar foi acompanhada por um conjunto de novas soluções e respostas numa tentativa de anular os seus elementos negativos e “cristianizar o mar”<sup>196</sup>, consequente do confronto entre o ser humano e a natureza, e numa luta de sobrevivência a bordo face às “forças onipotentes que se levantavam do mar”<sup>197</sup>. Os marinheiros e homens do mar enfrentavam os seus medos ao lidar com a intensidade e a violência do mar e a religiosidade ou a superstição construía-se ou adaptava-se às condições em que viviam, também ditadas pela força da natureza em mar aberto<sup>198</sup>.

Encontramos exemplos destas soluções nas perceções e atitudes perante a baleia avistada no mar, como relatou o Padre Francisco Góis sobre o dia em que “*ve[i]o outra bale[i]a junto de nós, a qual se vinha lançando toda fora da agoa, como que nos ameaçava. Mas o Senhor chamando nós por elle, nos livrou, como o tinha feito tantas vezes*”<sup>199</sup>; ou ainda o Padre Fernão Guerreiro, incluindo os encontros com as baleias como mais um dos grandes perigos do oceano:

*“E tornando aos perigos que acima apontei, que tivemos depois de estar no barco, foi um deles que indo nós já desviados dos hereges três ou quatro léguas ao longo da costa, eis que vem uma baleia maior que o batel em grande maneira, e endireita connosco chegando com a cabeça junto dos remos; com cuja vista todos*

---

<sup>195</sup> LÉRY, *Op. cit.*, p. 140.

<sup>196</sup> LOPES, *Op. cit.*, pp. 34-35.

<sup>197</sup> Jaime RODRIGUES, “Deus é o dono do navio: Religiosidades marítimas no Atlântico moderno”, *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, vol. 46, n. 2, 2019, p. 300.

<sup>198</sup> RODRIGUES, *Op. cit.*, 2019, pp.300-302.

<sup>199</sup> Carta do Padre Francisco Góis (10-7-1606), in *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1600-1610)*, ed. Padre António Brásio, Vol. V, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 210.

*ficaram esmorecidos porque não havia ali mais espaço entre nós e a morte que a distância dos remos juntos aos quais a baleia estava. Um daqueles homens caiu logo como esmorecido e sem fala e os outros todos enfiados. Eu ia assentado ajudando também a remar mas, vendo o perigo em que estávamos, me alevantei com o / crucifixo nas mãos bradando: Jesus, valei-nos; dizendo o mesmo comigo todos os mais. Foi Ele servido de nos valer, porque a baleia no mesmo ponto se meteu por baixo do batel e esperando nós quando nos havia de resolver nunca mais a vimos, entendendo todos que aquele Senhor por quem bradámos, a quem tudo obedece e as bestas feras mais pontualmente que muitos dos homens, a fez desaparecer no fundo do mar para que nos não empecesse. (...) Indo mais adiante tornámos a ver outra baleia, que parece o demónio as trazia por ali naquela conjunção para com elas no fazer guerra; vinha esta saltando e deitando-se toda fora de água, caminhando direita para nós; e vindo já mui perto tornámos a bradar pelo nosso piloto e verdadeiro salvador que eu levava nas mãos, o qual a fez fundir-se nos abismos, que nunca mais apareceu”<sup>200</sup>.*

Conta ainda o Padre Fernão Guerreiro, referindo-se possivelmente ao porto da povoação de D. Rodrigo, possivelmente na ilha de S. Vicente, no capítulo “Das cousas do Cabo Verde, & costa de Guiné” que:

*“Estando já à vista dele com muito bom tempo, eis que se levanta junto de nós uma baleia que, quando a vi antes de se bulir totalmente, me persuadi ser um grande penedo, e assim o pudera afirmar, se a não vira abaixar e fundir-se no mar. Indo mais adiante obra de uma légua do porto, andavam diversas assim da banda direita como da esquerda da canoa, e uma nos ia seguindo de sorte que nos meteu em bem de aperto e aos índios deu assaz trabalho no remar, porque lhe andavam furtando as voltas; mas logo tornava a dar na esteira da canoa e algumas vezes se chegava tão perto que já não esperávamos senão que do outro*

---

<sup>200</sup> Fernão GUERREIRO, *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus...*, Tomo Segundo, 1604 a 1606, ed. por Artur Viegas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, pp. 196-197 (fl. 146v-fl. 147).

*mergulho surgiria debaixo da canoa. Botámos-lhe duas ou três vezes um pequeno de Agnus Dei e foi nosso Senhor servido que nos deixou”*<sup>201</sup>.

Uma baleia assemelhar-se a um rochedo não será uma descrição absurda, nem mesmo atualmente. Certamente várias pessoas assim descreveriam o animal se o observassem em posição vertical, com metade do seu corpo fora de água. Mesmo considerando que se observavam baleias de várias espécies, o tamanho desmesurado destes animais - dos maiores do mundo, como é o caso da baleia azul (*Balaenoptera musculus*) - não podia deixar de provocar admiração e medo, quanto mais no cenário de privação, perigo e imprevisibilidade de uma viagem quinhentista ou seiscentista.

Gonzalo Fernández de Oviedo conta uma história no mar, muito provavelmente referindo-se a uma baleia corcunda, característica pelas suas longas barbatanas que acompanham um terço do seu corpo. O cronista espanhol, na sua *Historia General y Natural de Las Indias* reporta um desses encontros, no Golfo de Oroitiña, junto ao Panamá, em 1527:

*“É á este propóssito diré lo que vi, é otros muchos conmigo, en la boca del golpho de Oroitiña, que es dosçientas leguas al ocçidente de la cibdad de Panamá, en la costa que la Tierra-Firme tiene mirando á la parte austral. El año de mill é quinientos y veynte é nueve, saliendo una caravela (en que yo yba) de aquel golphete á la mar grande, para yr á la cidbad que he dicho, çerca de aquel embocamiento andaba un pex ó animal de agua muy grande, é de rato en rato se arboraba; é lo que mostraba fuera del agua, que era la cabeça é dos braços, é de alli abaxo parte del cuerpo, mas alto era que nuestra caravela é sus másteles mucho. É assi levantado, daba un golpe consigo en el agua é tornaba á hacer lo mismo desde á poco espaço; pero no lançaba agua por la boca alguna, puesto que al caer, haçia saltar asaz de las ondas sobre que caia: y un hijo deste animal ó semejante á él, pero mucho menor, haçia lo mismo, siempre desviándose del mayor; é á lo que los marineros é los que en la caravela yban, deçian, por ballena é ballenato los juzgaban. Los braços que mostraban eran muy grandes, é algunos deçian que las ballenas no los tienen; pero lo que yo ví es / lo que tengo dicho, porque yba dentro en la caravela. É alli yba el padre Lorenço Martin, canónigo*

---

<sup>201</sup> Fernão GUERREIRO, *Relaçam annal das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus...* Lisboa, Por Pedro Crasbeeck, 1609, fl. 198.

*de la iglesia de Castilla del Oro, y el maestre é piloto era Johan Cabeças, é alli yba assim mismo un hidalgo, dicho Sancho de Tudela, com otros que alli se hallaron, é son vivos, que podrán testificar lo mismo, porque nunca querria en semejantes cosas dexar de dar testigos. A mi paresçer cada braço de aqueste animal arbitraba yo que seria de veynte é çinco piés de luengo, é tan gruesos los braços, como una pipa. É la cabeça mayor que catorçe ó quinze piés de alto, é mas ancha ella y el resto del cuerpo de otros tantos. Y levantába-se en alto, y era lo que mostraba mas que çinco estado de un hombre mediano en alto. Y no era poco el miedo que teniamos todos, quando se açercaba al navio en aquellos sus saltos, porque nuestra caravela era pequeña; é á lo que podimos sospechar este animal paresçia que sentia letiçia del tiempo futuro que presto saltó en gran vendabal ó poniente: el qual viento fue mucho á nuestro propóssito é navegacion, con que en pocos dias llegamos á la cidbad de Panamá”<sup>202</sup>.*

Referências ao tamanho das baleias observadas junto às naus são inúmeras, das quais destacamos a de D. Garcia de Silva y Figueroa, quando se aproximava das ilhas de Cabo Verde:

*“apareceram pouco mais de 100 passos da nau, à parte de estibordo, duas grandes baleias juntas, a maior das quais que era a que se viu mais próxima, mostrou ser de uma grandeza incrível, porque tendo toda coberta a cabeça debaixo de água, se via às vezes muita parte do seu grande dorso e corpo superior, que o tinha muito encurvado e proeminente, e quando chegava a descobrir a barbatana que as baleias têm no meio como os demais pescados, que à vista seriam de mais de uma braça, logo começava a ver-se o que restava daquele prodigioso cete, que era outro tanto e mais do que antes havia descoberto, sem chegar nem a ver-se a cauda nem sinal dela (...) Era tão larga como nossa nave, que deve ter mil e quatrocentas toneladas (...) outros afirmavam que era muito maior. Neste mesmo dia pela manhã se haviam visto a menos de trinta passos da nau outras três ou quatro baleias (...)*

---

<sup>202</sup> Gonzalo Fernández de OVIEDO Y VALDÉS, *Historia General y Natural das Las Indias, Islas y Tierra-firme del Mar Océano*. LIB. XIII. CAP. II. De las ballenas que hay en las costas é mares destas Indias é islas de Tierra-Firme, Primera Parte. Madrid, Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851, pp. 425-426.

*mas sem nenhuma comparação menores que esta, embora algumas descobrindo a cabeça lançavam pelo alto dela para cima dois grossos golpes e canos de água*”<sup>203</sup>.

E, como seria espectável, perante um animal de incrível grandeza, capaz de danificar o casco de um navio, que perseguia as embarcações ou as escoltava para o abismo e provocava naufrágios, “*todos em o navio herão a gritar e fazer alaridos, batendo em caldeiras, basias, e forros das ancoras: o cappitão, e mais passageiros com espingardas nas mãos pera lhe tirarem; permitio a devina Magestade ~q acometeu pella parte de estibor, e sordio da outra banda do navio sem nos fazer nenhuma molestia*”<sup>204</sup>.

As baleias provocam medo e admiração, pelo seu comportamento, pela sua dimensão e pelo que representam já que, recordamos, se acreditava serem trazidas pelo demónio ou serem elas próprias a encarnação do mal. Às baleias eram atribuídos significados negativos, que se vão notando em pequenos detalhes como a comparação feita pelo Padre José de Anchieta, quando afirmava que os índios Tamújas “*são peores de que baleias*”<sup>205</sup>.

Tantas vezes o mar foi navegado na “*companhia [de] muitas Baleas, em que havia muitas tamanhas como barcas de Aldea Galega*”<sup>206</sup>, e outros animais do mar, como tubarões, que podiam ser criaturas imaginárias ou simplesmente desconhecidas. As baleias, a serem monstros, não eram os únicos, e outros encontros, como por exemplo com tubarões, também conduziam ao medo e a momentos de terror a bordo. Veja-se mais um exemplo na *Historia Tragico-Maritima*:

*“Que por dous, ou três dias a horas de véspera nos aparecia hum peixe de portentosa grandeza, e rodeando a Nau algumas vezes, desaparecia até o outro*

---

<sup>203</sup> Garcia Silva y FIGUEROA, *Comentários de D. Garcia de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del rey de España D. Felipe III hizo al rey xa abas de Persia*, Tomo I-II, Madrid, Los Publica La Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1624, p. 30-31.

<sup>204</sup> Relação de Frei André de Faro sobre as missões da Guiné (1663-1664), in *Monumenta Missionaria Africana*. África Ocidental (1651-1684). Segunda série, Volume VI, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1991. p. 246.

<sup>205</sup> José de ANCHIETA, “Ao Geral Diogo Lainez, de S. Vicente, Janeiro de 1565”, in *Cartas, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J. (1554-1594)*. Publicações da Academia Brasileira, II-Historia, Cartas Jesuíticas III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.A., 1933 (1565), p. 237.

<sup>206</sup> “Naufrágio da Nao S. Paulo Na Ilha de Samatra no anno de 1561”, in Bernardo Gomes de BRITO, *Historia Tragico-Maritima Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiveraõ as Naos de Portugal, depois que se poz em exercício a Navegação da India*, Tomo Primeiro, Lisboa Occidental, Na Officina da Congregação do Oratorio, 1735, p. 382.

*dia seguinte às mesmas horas. E como semelhante monstro não fosse visto, nem conhecido nunca por nenhum dos que vinham na Nau, ainda que tão cursados e experimentados na Carreira deste Vasto Oceano, assentaram alguns, que era a Feiticeira, de que acima falei, e que vinha dar ordem ao comprimento da sua profecia; e assim fui consultado muito de sizo, se lhe poderiam fazer um tiro, e disparar uma peça nele. A que eu respondi affirmative; porém ele se soube guardar de executar nele a resolução do caso, até que nos deixou. Tudo isto é cousa de riso, mas não deixa de dar ocasião a imaginativos, de cuidar porque seguiria este monstro esta Nau, e outro tão feio como ele à do Padre Pedro Martins, antes de dar e assentar sobre os Baixos, que acima disse, a Nau Santiago”<sup>207</sup>.*

Seria uma verdade clássica que “a água dos oceanos é a mãe de todos os monstros”<sup>208</sup>, e que para Plínio, o Velho, as baleias, de dimensão fantástica eram próprias do oceano Atlântico. Mas baleias e monstros parecem conviver lado a lado, como verificámos estar ilustrado na *Carta Marina*, de Olaus Magnus. A própria definição de monstro é em si complexa, e pode referir-se a diferentes atributos de uma determinada criatura ou entidade, mesmo que o monstro, como retratado por Paulo Lopes, não siga as leis da normalidade, é algo complexo e difícil de definir, está fora da norma, é um excesso<sup>209</sup>. A baleia parece de facto cumprir estes requisitos; a baleia é, na verdade, um excesso. Grandiosa, desmesurada, assustadora, útil.

Na sua obra *Monsters and Marvels*, Ambroise Paré assume “esticar esta palavra Monstro de alguma forma para maior enriquecimento deste tratado; assim colocamos a Baleia nesta categoria e dizemos que é o maior peixe-monstro que é encontrado no mar”<sup>210</sup>. Reforça-se assim que a perceção perante os mamíferos marinhos, mais concretamente perante as baleias, foi sendo contruída numa multiplicidade de sentidos e significados, entre o mágico, o monstruoso, o utilitário e mundano. Se, por um lado, o animal carrega um forte simbolismo representativo do tesouro oculto, da desgraça

---

<sup>207</sup> BRITO, *Op. cit.*, 1736, p. 351.

<sup>208</sup> Conforme LOPES, *Op. cit.*, 2009. Consultar ainda PLINY, the Elder *The Natural History*, John Bostock, M.D., F.R.S. H.T. Riley, Esq., B.A. Londres, Taylor and Francis, 1855, disponível em linha (<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D9%3Achapter%3D5>)

<sup>209</sup> LOPES, *Op. cit.*, 2009, p. 218.

<sup>210</sup> Ambroise PARÉ, *On Monsters and Marvels*, ed. Janis L. Pallister, Londres, The University of Chicago Press, 1982 (1585), pp. 130-131.

ameaçadora ou da viagem misteriosa, por outro, a sua exploração enquanto recurso natural com utilidade aos humanos esteve sempre presente na história de ambos. Considero que esta ambiguidade se deve à dualidade das observações do animal vivo no mar ou morto em terra. Como apontado por Paulo Lopes, o medo evocado aos mareantes enquanto no oceano, esse espaço distante e imprevisível, em contraponto com a segurança da costa<sup>211</sup>. Uma baleia que dava à costa era “*cousa ferosa de ver e monstruosa pelo lugar donde veio*”<sup>212</sup>. O animal arrojado na praia não é um perigo, apesar de incrível e monstruoso, pode ser morto, retalhado, reduzido a gordura derretida. O animal vivo no mar é temido. Em terra, morto ou moribundo, não. Como notou o escritor e ambientalista canadiano Farley Mowat, fora do seu elemento, a maior baleia é uma massa monstruosa, um gigantesco saco deformado, preenchido com carne, vísceras e gordura, relembrando vagamente uma entidade viva funcional; “the living whale is something else”<sup>213</sup>.

Estas diferentes perceções sobre as baleias coexistem paralelamente e sugerem uma dualidade entre o aterrador animal vivo no mar, e um animal despojado de vida jazendo no areal<sup>214</sup>. Tal como apontou, no século XIII, o autor da obra norueguesa *The King's Mirror* sobre as baleias, “*some of them are dangerous for men to meet, while others are gentle and peaceable*”<sup>215</sup>. O animal descrito no mar, os adjetivos usados e a forma, tantas vezes quase literária dos relatos, em contraponto com as descrições e o aproveitamento em terra, quase parece tratar-se de duas entidades distintas, dois animais diferentes num e noutro caso, consideração pessoal. O paradoxo na caracterização da baleia está patente na forma como esta é descrita e no modo como é percecionada e apreciada. O que encontramos nas fontes modernas, para o Atlântico, associado ao termo monstruoso, é ainda grande, abundante e valioso como sendo os principais atributos da baleia, associados ao medo do animal vivo. Parece-nos coexistir, de facto, uma sensação

---

<sup>211</sup> LOPES, *Op. cit.*, 2009, p. 21.

<sup>212</sup> ADB, Cartório muito antigo do Convento de Nossa Senhora da Ínsua de Caminha, Sem data. Transcrição completa: “Na hera de 1548 a dos dias por andar de janeiro que hera domingo da setuagesima hamanheceo nesta ilha de frente da pista(?) da igreja he em terra hua bailea toda inteira (--) tinha de comprido 14 varas de medir: de hua ponta do rabo a outra tinha quatro varas hera cousa ferosa de ver e monstruosa pelo lugar donde veio eu frey Francisco de Tavira ho escrivi per memoria pois que dizem que outra(?) outras aqui se vião”, p. 12.

<sup>213</sup> Farley MOWAT, *A Whale for the Killing*, Maryland, Penguin Books, 1973, p. 85

<sup>214</sup> Sobre esta dualidade de perceções entre o animal vivo e o animal morto, ver o trabalho BRITO, VIEIRA & FREITAS, *Op. cit.*, 2019.

<sup>215</sup> Konungs SKUGGSJÁ, *The King's Mirror*, Nova Iorque, The American-Scandinavian Foundation, 1917, p. 123.



díspar entre a baleia no seu elemento natural e a baleia em terra, como se no primeiro cenário o animal fosse intocável ou inacessível.

Mas, eventualmente, as viagens marítimas contribuíram para uma aproximação entre pessoas (europeias) e baleias, reforçada por uma forma inédita de observar o mar e os seus animais, e os novos usos que lhes foram conferindo em novas latitudes.

### **I. 2. 2. Navegação marítima e usos a bordo**

Os movimentos da Expansão Marítima Portuguesa, tanto os de cabotagem como os transoceânicos, permitiram a construção e a acumulação de um conhecimento empírico e de informação nova ou renovada sobre o mundo, com base na observação directa e na experiência, pondo em causa o que era conhecido e tido como verdadeiro. Foi do contacto com a natureza e com os elementos naturais que surgiu parte desta transformação e se construiu o início de uma nova era de conhecimento e práticas. Ainda na esteira do conhecimento medieval, os elementos naturais são considerados sagrados por serem criação de Deus, e ler sobre ou contemplar o corpo humano, o céu, as plantas e os animais, ou qualquer outro aspeto do mundo natural, trazia a um bom Cristão um conhecimento mais profundo e maior devoção ao Criador<sup>216</sup>. Acreditando-se que a vida era insuportável na Zona Tórrida, de repente navega-se *“athè passada a Linha Equinocial, sem mais outro allivio, que os grandes rebanhos de peixe grande, e pequeno, que de dia com grandes festas, e danças seguem a Nã, e com mayores, e mais alegres de noite pela ardencia da agoa, e fios ou meadas de ouro, que com ella vão fazendo por todos aquelles grãos, que he a distancia de ambos os Tropicos, onde elles, pela vizinhança do Sol se criaõ, e andaõ em taõ grandes manadas”*<sup>217</sup>.

Com as viagens marítimas, a descrição e a representação do que é visto e experienciado ganham destaque, principalmente se tivermos em conta que os viajantes e marinheiros portugueses não tinham qualquer instrução ou formação sobre os processos

---

<sup>216</sup> José Sebastião da Silva DIAS, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, Presença, 1988, 306 p.; ALBUQUERQUE, Luís de, *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, 131 p.

<sup>217</sup> “Relação da Viagem e Sucesso que teve a Nao S. Francisco Em que hia o Capitão Vasco da Fonseca, Na Armada que foy para a India no Anno de 1596. Escrita pelo Padre Gaspar Affonso Hum dos oito da Comapnhia, que nella hião”, in BRITO, *Op. cit.*, 1736, pp. 319-320.

de observar ou classificar o mundo natural<sup>218</sup>. No confronto com novos ventos, correntes, marés, no fundo, com o mar desconhecido, “os problemas criados pela Natureza eram analisados e buscavam-se soluções com o recurso aos melhores especialistas que podiam ser recrutados pela Cristandade”<sup>219</sup>. Foi a necessidade de conhecer a natureza que permitiu o registo de dados, a análise, a experimentação e a teorização, numa nova dimensão tecnológica onde assentou o valor da utilidade. O conhecimento é útil porque é aplicável tanto à construção de melhores instrumentos que permitem um conhecimento mais exato, como à possibilidade de atingir inúmeros novos objetivos. Na emergência de uma atitude científica houve um novo foco de atenção para o que é real, uma preocupação com o rigor e a exatidão das medições, pela recolha de dados, mesmo os que contradiziam a teoria, pela experimentação e pela dúvida. O conhecimento foi construído empiricamente, avançado através de conjecturas e refutações, e no confronto mútuo entre a experiência e a teoria. A dúvida entrou no quotidiano da aventura e foi no entender de como funciona a “máquina do mundo” que é possível utilizá-la devidamente. O “conhecimento” e o seu “aproveitamento prático e utilitário”, ou *proveitoso*, adaptando a expressão de D. João de Castro no seu *Roteiro de Lisboa a Goa*<sup>220</sup>, surgem e caminham lado a lado em todo o complexo processo das viagens marítimas portuguesas<sup>221</sup>.

A observação da vida natural e do clima permitiu compreender o mundo para lá do que era conhecido, e traçavam-se relações entre o ambiente e a navegação, num processo inerente à própria navegação e que se destaca aqui, em particular, nas viagens marítimas das Descobertas Portuguesas. Utilizaram-se, assim, elementos da fauna e da flora marinhas como “conhecenças da terra”, sinais vitais de apoio para a orientação e localização da proximidade a terra ou, como D. João de Castro escreveu a D. João III,

---

<sup>218</sup> Ana Cristina ROQUE, “Towards a scientific approach of nature: Looking at South Africa biodiversity through the 16<sup>th</sup> century Portuguese records on marine fauna”, in Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele Cristina da CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds.), *Cross-cultural Exchange and the Circulation of Knowledge in the First Global Age*, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento, 2018, pp. 76-77.

<sup>219</sup> João Paulo Oliveira e COSTA, “A Posse do Mar Oceano”, in João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES & Pedro Aires OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 51.

<sup>220</sup> D. João de CASTRO, *Roteiro de Lisboa a Goa*. Annotado por João de Andrade Corvo, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1882, pp. 3-4, 228.

<sup>221</sup> Onésimo Teotónio ALMEIDA, “De Zurara a Francis Bacon: Conhecimento e poder, ciência e tecnologia - ou sobre as primícias do plano estratégico do domínio do globo”, in Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele Cristina da CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds.), *História e Ciência: Ciência e poder na primeira idade global*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 12; ALMEIDA, *Op. cit.*, 2018, p. 201, 242.

“conhecenças d’aves, peixes e ervas para aviso das terras”<sup>222</sup>. Todos os fenómenos naturais eram examinados e registados e procuraram-se relações entre os elementos naturais e as regiões navegadas, o mar e a terra. Como referido por João de Andrade Corvo nas suas notas ao *Roteiro de Lisboa a Goa*, acima referido, este era “um estudo da geographia animal e vegetal, determinado pelas necessidades da navegação; inconsciente e incompleto mas de incontestável utilidade pratica”<sup>223</sup>.

No caso dos animais no mar, estes foram desde logo compreendidos como um útil sinal de proximidade a terra, nomeada e principalmente as aves marinhas. Aqui poderiam estar incluídas inúmeras espécies com diferentes características ecológicas e que foram sendo registadas, tal como os seus padrões migratórios, a sua distribuição em mar aberto ou em zonas costeiras. Em qualquer dos casos, porque as aves marinhas nidificam e reproduzem-se em terra, foram os primeiros e principais animais a revelarem-se úteis sinais<sup>224</sup>. Mas também mamíferos marinhos, nomeadamente lobos marinhos, golfinhos e baleias - eram também registados<sup>225</sup>, como se verifica na Tabela I.

---

<sup>222</sup> D. João de Castro, “Carta a D. João III”, 1538, in Ana Cristina ROQUE, “A costa sul oriental de África e o conhecimento da natureza no século XVI: saberes, experiência e ciência”, in Inês AMORIM & Stefania BARCA, *Atas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona*, Coimbra, CES, 2013, p. 151.

<sup>223</sup> Nota de rodapé n. 3 por João de Andrade Corvo à obra D. João de CASTRO, *Roteiro de Lisboa a Goa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1882, pp. 136-137. De referir aqui que, a propósito das várias espécies de aves marinhas que são referidas neste Roteiro, João de Andrade Corvo consultou Barbosa du Bocage na tentativa de esclarecer sobre as espécies mencionadas na obra. Ainda que com alguma dificuldade e incerteza, o naturalista apresenta algumas hipóteses de identificação alertando, no entanto, que “o problema tem grandes dificuldades. Vejo-me em presença de nomes dados pelos nossos antigos navegadores ás aves que encontravam no alto mar, vindo esses nomes quasi sempre desacompanhados de quaesquer noticias acerca do tamanho, côres e caracteres mais salientes d’ellas, e devo procurar descobrir que aves eram essas. Socorrendo-me ao que se sabe hoje das aves que habitualmente frequentam as paragens a que se refere o Roteiro, ainda me atrevo a apresentar as seguintes conjecturas, que assentam apenas em mui tenues probabilidades”.

<sup>224</sup> Consultar ROQUE, *Op. cit.*, 2013; ROQUE, *Op. cit.*, 2018;

<sup>225</sup> *Idem*.

**Tabela I.** Referências a animais marinhos, incluindo aves e mamíferos, em Diários de Bordo e Roteiros dos séculos XV e XVI.

Descrição	Animal
<i>“indo na volta do mar ao Sul quarta do sudoeste, achámos muitas aves, feitas como garções, e, quando veio a noite, tiravam contra o su-sueste muito rijas, como aves que iam para terra; e neste mesmo dia vimos uma baleia, e isto bem oitocentas léguas em mar. A 27 dias do mês de Outubro, véspera de S. Simão e Judas, que era sexta feira, achámos baleias, e umas que se chamam focas, e lobos marinhos”</i> <sup>226</sup>	Aves marinhas
	Baleia
	Focas
	Lobos-marinhos
<i>“achámos nas agoas muitos sinaes de terra, como limos, toninhas, e lobos marinhos, e muitas castas de aves brancas e grandes, e varias qualidades de passaros mais pequenos, como estorninhos mas com o peito branco; e todos julgámos que estaria proxima alguma Ilha ainda não descoberta pelos Christãos, pois terra firme não podia ser por estar muito longe daqui”</i> <sup>227</sup>	Toninhas
	Lobos marinhos
	Aves marinhas
<i>“(…) este dia pella menhã vimos alcatrazes e garjaos, que he o sinal maes aprovado pera sermos perto de terra, e a oras de meo dia vimos lobos marinhos”</i> <sup>228</sup>	Aves Marinhas
	Lobos marinhos
<i>“Dos Medãos do Ouro até o Cabo das Correntes, nesta paragem 60 léguas ou 70 da terra, acharás muitas baleias, e / muitos bonitos, e toninhas e muitos baleotes pequenos; quanto mais para o Cabo das Correntes, até à terra, acharás mais”</i> <sup>229</sup>	Baleias, baleotes
	Bonitos
	Toninhas
<i>“Em rosto do Cabo das Correntes acharás muitas baleias, que parece que têm sôbre o rabo feito como couce de nau, a bôca feita como cabeça de gato.”</i> <sup>230</sup>	Baleias
<i>“Verás do Cabo de S. Sebastião para Moçambique muito grandes baleotes e pequenos; e não verás baleias.”</i>	Baleotes
	Tubarões

<sup>226</sup> Álvaro VELHO, *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*. Prefácio, ed. A. Fontoura da Costa. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960 (1497-1499), p. 5.

<sup>227</sup> “Navegação ás Indias Orientais escrita em Portuguez por Thomé Lopes”, 1502, in *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios Portuguezes, ou lhes são vizinhas*, Tomo II, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1812, p. 161.

<sup>228</sup> CASTRO, *Op. cit.*, 1882, p. 227.

<sup>229</sup> Manuel ÁLVARES, “Colecção de Roteiros”, in *Roteiros portugueses inéditos da carreira da Índia do século XVI*, ed. A. Fontoura da Costa. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940 (c. 1545), pp. 72-73.

<sup>230</sup> *Idem*, p. 74.

---

**Saberás que do Cabo da Boa Esperança até Moçambique verás tubarões, que os há mas não são muitos.”<sup>231</sup>**

**“não tínhamos visto sinais nenhuns que do Cabo parecessem, somente toninhas que vieram a bordo”<sup>232</sup>** Toninhas

**“Á sexta feira viraõ muitas Baleas, por onde entendèraõ que estavaõ no Parcel de Sofala; e tambem por a agoa ser de fundo”<sup>233</sup>** Baleias

**a agoa branca como de fundo, e dous Grajãos pequenos, e hum Balea, que eraõ sinaes de terra”<sup>234</sup>** Aves marinhas  
Baleias

**“Se te acontecer, e te achares em 38 graus, veres baleias ou grajaos, também pode ser que acharás tartarugas, não te pareça por isso que és a barlavento”<sup>235</sup>** Baleias  
Aves marinhas  
Tartarugas

**“Estes lobos marinho e passaros são como sentinellas, que Deos alli quis pôr, como outrosim as trombas ou juncos, de que já em outro lugar fallei. Isto dá grande consolação aos podres navegantes porque estes animaes nunca deixam de vir saudar os navios”<sup>236</sup>** Lobos marinhos  
Aves marinhas

No caso das baleias, as suas características exclusivamente marinhas, sem dependência de terra, possivelmente não lhes conferiam as características necessárias a

---

<sup>231</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>232</sup> VILELA, *Op. cit.*, 1991, p. 28.

<sup>233</sup> BRITO, *Op. cit.*, 1735, p. 135.

<sup>234</sup> *Idem*, p. 129.

<sup>235</sup> ÁLVARES, *Op. cit.*, 1940, p. 46.

<sup>236</sup> “O primeiro signal deste Cabo [da Boa Esperança?] quando se vem da India, é verem-se no mar a trinta ou quarenta legoas distante da terra, a maior multidão de lobos marinhos, que é possível, os quaes marcham em bandos. Vê-se tambem grande copia de passaros brancos como cisnes; com a ponta do rabo e das azas negra, e por isso os Portuguezes lhes chamam Mangas de velludo. Estes lobos marinho e passaros são como sentinellas, que Deos alli quis pôr, como outrosim as trombas ou juncos, de que já em outro lugar fallei. Isto dá grande consolação aos podres navegantes porque estes animaes nunca deixam de vir saudar os navios. E quando se vêm, toma-se logo a sonda, e nunca mais se larga em quanto se está á vista do dito Cabo. Quando os marinheiros Portuguezes se sentem proximos delle, correm logo a apparellhar as suas linhas para a pesca: porque é impossivel ver mais peixe do que ha neste mar, de todas as qualidades, e excellente; e entre outras ha uma especie, a que chamam cavallo, para cuja pesca lançam suas linhas ás vezes até outenta e e cem braças de profundidade; e destes apanham-se alguns que quatro homens difficulosamente podem carregar”, Francisco PYRARD, *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval, contendo a noticia da sua navegação ás Indias Orientais, Ilhas de Maldiva, Maluco, e ao Brazil, e os diferentes casos, que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez annos que andou nestes paizes: (1601-1611) com a descrição exacta dos costumes, leis, usos, policia, e governo; do trato e commercio, que nelles ha: dos animaes, arvores, fructas, e outras singularidades, que alli se encontram*, Tomo II, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1858, p. 253.

um rigoroso sinal de aproximação a terra. Ainda assim, como verificamos, vamos encontrar referência a estes animais em alguns diários de bordo, que aqui deixámos a título ilustrativo, já que não foi nosso objetivo aqui esmiuçar aprofundadamente um *corpus* documental desta natureza. Ainda no diário de bordo da Nau *Rainha* redigido pelo piloto António Vilela<sup>237</sup>, em 1558, contamos 6 referências a baleias, normalmente na forma de “*vimos uma baleia*” ou “*vimos duas baleias*”, para além de toninhas, tubarões, vários peixes como albacoras, bonitos e dourados, e grande quantidade de aves. Na nota 11 a este diário, Luís de Albuquerque refere, em relação ao registo no dia em que “*deram muitas toninhas connosco e muitas albacoras*”<sup>238</sup>, que estes eram novos sinais registados pelo piloto e em nota mais à frente, sobre o avistamento da ave rabiforcado e de duas baleias, refere que o piloto vai registando ao longo de todo o diário o aparecimento de aves e animais marinhos enquanto indícios aproximados do lugar em que se encontrava.

Se confrontarmos a nossa pesquisa com aquela efetuada por Ana Cristina Roque<sup>239</sup>, no que diz respeito à referência a cetáceos nesta tipologia de fontes, detetamos que estes animais são normalmente referidos em grandes grupos e/ ou em associação com outros animais, nomeadamente baleias e golfinhos, ou golfinhos e aves. Os grupos de baleias observados podem corresponder a zonas de reprodução das espécies de baleias nas suas zonas de reprodução em águas tropicais. Os grupos de cetáceos e aves podem corresponder a um tipo de associação que ocorre frequentemente e que corresponde a momentos em que estes animais se alimentam em conjunto, beneficiando do mesmo cardume.

Vamos encontrar, nas relações de viagem e diários de bordo, várias referências a esta utilização dos animais marinhos enquanto elementos indicativos da posição geográfica e sinais de aproximação a terra. Referências a baleias para esse fim de localização, não só são frequentes como não são exclusivas dos relatos de navegação portugueses. Nomeadamente, surgem nos textos produzidos no contexto da expansão castelhana, senão repare-se que Cristóvão Colombo havia referido, logo na relação da sua

---

<sup>237</sup> António VILELA, “Viagem que fizemos, com ajuda de Deus, no ano de 1558, na nau “Rainha”; e íamos quatro naus, a saber, a “Garça”, em que ia o viso-rei D. Constantino [de Bragança], e a nau “Castelo”, e a “Tigre”; e partimos de Lisboa todas aos sete dias do mês de Abril, em quinta-feira de Endoenças”, in *Jornal de Bordo e Relação da Viagem da Nau “Rainha” (Carreira da Índia -1558)*, ed. Luís de Albuquerque, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991 (1558).

<sup>238</sup> VILELA, *Op. cit.*, 1991, p. 18.

<sup>239</sup> ROQUE, *Op. cit.*, 2018, pp. 92-94.

primeira viagem, quando navegava perto das Canárias, que “*viram mais um albatroz. O mar estava parado como um rio e o ar era o mais puro do Mundo. Viram uma baleia, sinal de que estavam perto de terra, porque elas andam sempre perto das costas*”<sup>240</sup>.

Assim se verifica como os animais marinhos foram utilizados enquanto “conhecenças de terra”, elementos essenciais à navegação marítima. Interessou-nos igualmente compreender se esses animais, entre os quais a baleia, tinham outros fins a bordo, nomeadamente se eram capturados e consumidos.

Inúmeros animais marinhos era pescados e caçados durante as viagens. Se considerássemos toda a informação que se registou e coligiu apenas na *Historia Tragico-Maritima*, haveria conteúdo para uma tese, com base numa única fonte, sobre a apropriação, uso e importância dos animais nas viagens quinhentistas. Inúmeras espécies de peixes foram importantes recursos alimentares, e a pesca era promovida para que “*o peixe ajudasse ao mantimento que na terra ficara, até que Nosso Senhor nos mandasse socorro*”<sup>241</sup>. De facto, “*Deus primeiramente, e o peixe que tínhamos a secar nos deu mais algum alento*”<sup>242</sup>.

Como contou Jean de Léry relativamente às regiões mais próximas do equador, “*n’estas paragens apanhamos muitos golfinhos, dourados, albacores, bonitos e grande quantidade de outras especies de peixes; e como eu sempre julgára, que os marinheiros, dizendo que avia uma especie de peixes voadores, contavam petas, a experiencia então mostrou-me, que o fato era verdadeiro*”<sup>243</sup>. Num capítulo dedicado àquelas espécies, vistas e apanhadas na “zona tórrida”, a descrição dos animais é particularmente interessante pelo detalhe na informação sobre o que hoje sabemos serem diferentes espécies, “*pois quando uns têm o focinho quazi tam xato como bico de pato, outros ao contrario o têm tam redondo e rombo*”, das suas características anatómicas e biológicas, nomeadamente as suas formas de respiração e reprodução, mas também pela confirmação dos factos que são vistos e vividos<sup>244</sup>.

---

<sup>240</sup> Luís de ALBUQUERQUE, *Cristovão Colombo, A descoberta da América - Diário de bordo da 1ª viagem 1492-1493*, s.d., p. 29.

<sup>241</sup> “Lembrança que eu Manoel Rangel fiz das cousas que nos aconteceram, e das misericórdias que Deus connosco usou, e trabalhos em que nos vimos depois de ter partido D. Álvaro em o Navio que fizeram a 26. de Setembro, e chegaram a Cochim a treze de Novembro de 1555”, in BRITO, *Op. cit.*, 1735, p. 196.

<sup>242</sup> *Idem*, p. 204.

<sup>243</sup> LÉRY, *Op. cit.*, 1889, p. 129.

<sup>244</sup> Ver também BRITO, *Op. cit.*, 2009, pp. 106-108.

Também Gonzalo Fernández de Oviedo não deixaria de mencionar que entre os “*pescados que se matan asimismo por la mar navegando los navíos, no se olviden las toñinas, que son grandes y buenos pescados, las cuales se matan com físgas y arpones arrojados quando ellas pasan cerca de los navíos*”<sup>245</sup>, confirmando assim a captura de golfinhos a bordo. De facto, a megafauna marinha - golfinhos, manatins, lobos-marinhos, tubarões, tartarugas - consistiu, sem qualquer dúvida, numa fonte de subsistência durante as viagens marítimas. Inúmeros são esses exemplos pelo que apenas se destacarão aqui alguns desses casos, como por exemplo no dia em que “*saiu um lobo marinho, e uma tartaruga, e os pusemos a secar ao Sol, e os ovos, que foi grande remédio para passarmos alguns dias*”<sup>246</sup>. Carentes de mantimentos frescos, os recursos que o mar fornecia eram essenciais para ajudar a manter as tripulações, como certa vez em que capturaram quinze tubarões “*tamanhos como uma pessoa*”, e ainda assim mais não tinham do que um “*copinho de vidro muito pequeno de água, e dos Tubarões comíamos uma só talhada da grossura de dois dedos, e assim íamos tão fracos, que nos não podíamos ter*”<sup>247</sup>.

Ainda nesta mesma viagem, também as tartarugas marinhas foram um recurso vital à subsistência das tripulações:

*“E alguns dias que o barquinho não podia hir ao mar, logo Nosso Senhor delle nos lançava o mantimento, que era lobo ou tartaruga: algumas tomavamos as quaes vinhaõ desovar à terra: e cada huma tinha muita forma de ovos, huns delles tinhaõ a clara propriamente como os de galinhas, e outros mais pequenos sem claras, que pareciã gemas de ovos, e os que tinhã clara, tinhã huma pelle por casca como propriamente pergaminho: e traziaõ tanta soma de ovos, que huma vez tomãmos huma, e contãmos-lhe os ovos, e achãmos mil e oito centos e trinta e seis, e destes seriaõ duzentos de casca, e os mais de gema; e algumas vezes pela manhã [sic] as achavamos cavando na terra com as mãos, e fazendo covas para pôrem os / ovos, e os punhaõ em altura de huma vara de merdir, e calcavaõ-nos muito com a terra, e depois de pòstos se tornavao para o mar; e delles nasciam as tartarugas pequenas, e nascidas logo hiaõ em buscar do mar sua natureza, e não sahiaõ fóra, senão quando o mar, e o tempo andavaõ tempestuosos. (...)”*

---

<sup>245</sup> Gonzalo Fernández de OVIEDO Y VALDÉS, *Sumario de la natural historia de las Indias*, edición, introducción y notas de José Miranda, México, Fondo de Cultura Económica, 1950 (1526), p. 260.

<sup>246</sup> “Lembrança que eu Manoel Rangel fiz...”, in BRITO, *Op. cit.*, 1735, p. 204.

<sup>247</sup> *Idem*, pp. 207-208.



*Assim que com estas misericórdias que Deos comnosco uzava, tínhamos esperanças que nos salvaríamos; e assim viveo toda a gente athè Janeiro, e não falleceo pessoa nenhuma em cinco mezes, que era o tempo que se esperava por soccorro da India*”<sup>248</sup>.

De notar mais uma vez o detalhe da informação que se encontra nesta descrição, assim como a diferença entre os vários tipos de ovos, o que resulta da observação das características dos animais. Estas ‘primeiras’ descrições da fauna marinha de regiões biogeográficas subtropicais e tropicais e, portanto, distintas das águas temperadas e frias da Europa, vão constituir-se como uma prática da acumulação de saberes, mesmo não estando instituído, à época, um verdadeiro método científico.

Assim vamos verificando como, por todo o Atlântico, os recursos do mar foram, tantas vezes, o sustento dos marinheiros, navegadores e tripulantes. Na costa da Argentina, Fernão de Magalhães deparou-se com “*lobos-marinhos, e uns certos patos sem / penas, senão só frouxel com que não podiam voar, e eram muitos e gordos e de bom comer. Pelo que ao outro dia foram todos os batéis das naus à ilha fazer carnagem, e trouxeram alguns lobos-marinhos e muitos patos daqueles (...)*”<sup>249</sup>. Magalhães estava em águas onde nenhum ser humano do Velho Mundo havia estado e “*se não nos tivessem Deus e sua abençoada Mãe dado tão bom tempo [e] teríamos todos morrido de fome nesse mar enorme e inexcedível*”<sup>250</sup>. Certamente também aqueles mamíferos marinhos e os pinguins de que se alimentou a tripulação contribuíram para a sua sobrevivência.

Outro mamífero marinho que não podemos deixar de destacar é o manatim (*Trichechus* sp.). Ainda hoje pouco conhecidas pela maioria das populações ocidentais, as quatro espécies de manatins habitam regiões tropicais e subtropicais do Atlântico, com distribuição exclusiva a zonas costeiras e estuarinas, mangais e bacias fluviais de África, América do Sul e América Central. Dos dois lados do oceano, foi observado pela primeira vez aos olhos europeus e, tal como outras espécies marinhas, rapidamente foi percebido com um recurso alimentar de subsistência em viagem. Novamente recorrendo à *Historia*

---

<sup>248</sup> *Idem*, pp. 201-202.

<sup>249</sup> ANÓNIMO, “Relato da Viagem de Fernão de Magalhães” [Viagem de Fernão de Magalhães, escrita por um homem que foi na companhia], ed. Francisco Contento Domingues, in Luís de ALBUQUERQUE (dir.), *Grandes Viagens Marítimas*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989 (1519), pp. 103-104.

<sup>250</sup> Transcrição publicada em CROSBY, *Op. cit.*, 1993, pp. 116-117.

*Tragico-Maritima*, vejamos, por exemplo, a descrição em 1596 sobre estes animais nas Caraíbas:

*"Couza muy diferente he o Manatim, a que nòs chamamos Peixe Boy; do qual vimos na Cidade de Santo Domingo humã mãy, e hum filho vivos; não tem mais semelhança de Boy, que humã pouca no focinho, tudo o mais he humã rudis indigestaque moles; podia o filho só dar de comer a hum par de centos de homens, e sobejar para convidar a outros poucos; e sem ser tamanho, ainda mamava, porque por não deixar a teta foy tomado tambem com a mãy: couza nova, e muito de notar em peixe estranho, e que eu nunca tinha lido nem ouvido de outro; porque duiante de nòs estiveraõ ordenando, e tirando leite della, como se fora vaca: e muito mais nova, e maravilhosa ainda o lugar das tetas, que são os cotovelos dos braços, com singular advertencia da natureza, que não falta no necessario; porque pondo-lhas nos peitos pudèraõ mal servir aos filhos nadando a mãy; e muito peor estando pastando, como ella costuma vir pastar junto à terra com os peitos sobre ella. Consequinte couza ao leite deste peixe deve ser parir seos filhos já formados, que he tambem couza rara em peixes, e que eu não sabia mais do que dos Tubaroens, que nòs por vezes vimos na Còsta de Guinê abrir, e lançar ao mar os filhos, que dentro tinhaõ, e elles hirem logo nadando do tamanho e feição de leitoens, que alguns tambem comiaõ, e tinhaõ por tenro manjar. Guiza-se este Peixe Boy com tudo o que se lança em humã panella de vaca: e he taõ semelhante sua carne, que com nòs trazermos para nossa matalotagem alguns barris delle salgado do Brazil, e com o comermos muitas vezes athè Porto-Rico ; toda-via dando-lho ahi fresco a dous Padres, que foraõ em Missaõ pela Ilha, lhe pareceo a hum dlees, que tinha obrigaçaõ, por ser sexta feira, de dar, como deo, humã fraterna correição aos da caza, em que estavaõ agazalhados, por comerem carne em sexta feira, athè que o desenganàraõ do que era, e elle cahio em seo erro"*<sup>251</sup>.

Note-se aqui, para além da descrição pormenorizada sobre o animal e as suas características anatómicas e fisiológicas, uma utilidade prática do seu consumo a bordo.

---

<sup>251</sup> "Relaçã da Viagem e Sucesso que teve a Nao S. Francisco Em que hia o Capitaõ Vasco da Fonseca, Na Armada que foy para a India no Anno de 1596", in BRITO, *Op. cit.*, 1736, pp. 386-387.

Também o padre José de Anchieta refere, após um naufrágio no banco de areia de Abrolhos, na costa brasileira, que “*como nos faltassem provisões para o resto da viagem, os marinheiros deitaram redes ao mar, e num só lanço, apanharam dois daquelles Boís marinhos; com os quaes, apezar de serem tão grandes, a rede se não rompeu; e um só delles bastaria para rebentar e dilacerar as redes: e assim, protegendo-nos largamente a bondade divina, realisámos o resto da viagem*”<sup>252</sup>.

De facto, este animal, exótico aos olhos europeus, era sobejamente conhecido pelas populações indígenas das costas ocidental africana, do Brasil e do Caribe nas suas zonas de distribuição, que se estimam terem sido mais alargadas do que as atuais. Com inúmeras utilizações, a carne destes animais era consumida, a pele e ossos usados na construção de objetos de defesa ou de uso quotidiano, e vários produtos dele extraídos eram ingredientes para fins medicinais tradicionais e práticas mágicas<sup>253</sup>. Este é um exemplo de um recurso novo, descoberto para os europeus aquando das viagens marítimas e que viria a ser mais tarde aproveitado como fonte de riqueza da coroa portuguesa.

Sumarizando, notamos que vários animais, incluindo mamíferos marinhos têm valor enquanto elementos geográficos e sinais de aproximação a terra, bem como são consumidos a bordo durante as viagens no mar. As baleias são referidas commumente na literatura de viagem, desde o final do século XV e durante o século XVI, de forma simbólica ou utilitária. No mar, monstro ou sinal de terra, não se verifica a utilização de baleias para alimentação no mar durante as viagens, ao contrário de outros animais, incluindo outras espécies de cetáceos. Vejamos agora como são percecionadas as baleias nos momentos de permanência em terra.

---

<sup>252</sup> José de ANCHIETA, *Carta fazendo a descripção das innumeras coisas naturaes, que se encontram na provincia de S. Vicente hoje S. Paulo...*, S. Paulo, Typ. da Casa Eclectica, 1900 (1560), pp. 15-16.

<sup>253</sup> Sobre a captura, usos e perceções relacionados com várias espécies de manatins ver os trabalhos BRITO, *Op. cit.*, 2016; Cristina BRITO & Nina VIEIRA, “A Sea-Change in the Sea? Perceptions and Practices Towards Sea Turtles and Manatees in Portugal’s Atlantic Ocean Legacy”, in Kathleen Schwerdtner MANEZ & Bo POULSEN (eds), *Perspectives on Oceans Past. A Handbook on Marine Environmental History*, Dordrecht, Springer Science + Media, pp. 175-191; Nina VIEIRA & Cristina BRITO, “Brazilian manatees (re)discovered: Early modern accounts reflecting the overexploitation of aquatic resources and the emergence of conservation concerns”, *The International Journal of Maritime History*, vol. 29, n. 3, 2017, pp. 513-528.

### I. 2. 3. Consumo e outros usos em terra

Pontilhando o Atlântico, um conjunto polifacetado de ilhas e arquipélagos tornaram-se, como anotado por Alberto Vieira, relevantes no processo histórico do Oceano, actuando como intermediários entre o mar alto e os portos litorais dos continentes europeu, africano e americano<sup>254</sup>. Mas mais ainda, os espaços insulares atlânticos assumiram um papel fundamental nas estratégias de domínio e de controle, a partir do século XV, por parte das Coroas ibéricas. Estas ilhas serviram como indispensáveis pontos de suporte dos impérios ibéricos, através da circulação de produtos, pessoas, plantas, animais, técnicas, culturas e ideias, dependentes de dinâmicas que se estendiam muito além das próprias ilhas, e cujas histórias foram concidionadas por decisões económicas e políticas em centros de decisão muito distantes<sup>255</sup>. Os europeus navegavam em direção às ilhas com uma versão reduzida e simplificada da biota até então restringida à Europa ocidental e ao litoral do Atlântico Norte e do Mediterrâneo. No seu panorama mental estavam, nomeadamente, animais domesticados e plantas do Velho Mundo - gado bovino, burros, camelos, coelhos pombos, galinhas, perdizes e patos, vinhas, melões, peras, maçãs, e a ‘jóia da coroa’, açúcar. Essa biota europeia e norte-africana foi, segundo Alfred Crosby, crucial para o êxito dos europeus, tanto nas ilhas das Canárias, Açores e Madeira, como mais tarde em outros lugares<sup>256</sup>. Estes e outros arquipélagos atlânticos foram os “laboratórios, os programas-piloto, do novo imperialismo europeu”<sup>257</sup>, com as primeiras plantações económicas à custa de trabalho escravo, cujos resultados iriam fluenciar a história do mundo nos séculos seguintes. Aqui, principalmente através da plantação de açúcar, mas também de outros produtos, compreenderam os europeus que era possível estabelecerem-se em novas terras, bem como podiam produzir as suas plantas e os seus animais<sup>258</sup>.

---

<sup>254</sup> Alberto VIEIRA, “As ilhas, as rotas oceânicas, os descobrimentos e o Brasil”, *Centro de Estudos de História do Atlântico*, s.d, p. 1.

<sup>255</sup> Jorge FLORES, “The Iberian Empires, 1400 to 1800”, in Jerry H. BENTLEY, Sanjay SUBRAHMANYAM & Merry E. WIESNER-HANKS (eds.), *The Cambridge World History, Volume VI, The Construction of a Global World, 1400–1800 CE, Part 1: Foundations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015, p. 275; SANTANA-PÉREZ, *Op. cit.*, 2018, p. 636; VIEIRA, *Op. cit.*, 2018, p. 2.

<sup>256</sup> CROSBY, *Op. cit.*, 1993, p. 87, 91.

<sup>257</sup> *Idem*, p. 95.

<sup>258</sup> *Idem, ibidem*; FLORES, *Op. cit.*, 2015, p. 275. Consultar também John R. GILLIS, “Islands in the Making of an Atlantic Oceania, 1500-1800”, in Jerry H. BENTLEY, Renate BRIDENTHAL & Karen WIGEN (eds.), *Seascapes: Maritime histories, littoral cultures, and transoceanic exchanges*, Honolulu, University of Hawai’i Press, 2007, pp. 21-37.

No contexto do Atlântico português, Açores, Cabo Verde, Madeira e S. Tomé afirmaram-se como imprescindíveis na afirmação da hegemonia e defesa das rotas oceânicas dos portugueses, atuando como principais pilares de ação da Coroa portuguesa, através da transformação de ilhas desertas em lugares de ancoradouro, acolhimento, repouso e abastecimento, e ainda da sua utilização enquanto espaços agrícolas geradores de riqueza e dinamizadores da economia<sup>259</sup>. O reconhecimento das virtudes económicas e geoestratégicas dos referidos arquipélagos suscitaria mesmo, ao longo da segunda metade do século XV, a busca de outras ilhas que pudessem existir no Atlântico, cuja integração no domínio jurisdicional da Coroa portuguesa consolidaria a respetiva hegemonia no Atlântico<sup>260</sup>.

A Madeira, os Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe tiveram especial importância em termos económicos e de povoamento. Tornaram-se os principais centros de atividade de complexas redes comerciais, funcionando como pontos de articulação entre o Atlântico Norte e Sul, a América do Norte e do Sul e as Caraíbas, África e América, África e Europa, e Europa e América. Alguns destes arquipélagos foram importantes zonas de escala para as frotas da Índia e do Brasil, ou facilitaram o transporte de escravos do continente africano para a Europa e Américas<sup>261</sup>. No caso das ilhas das Canárias, dos Açores e da Madeira, estas não só atuaram como via de entrada e saída das rotas oceânicas, como o seu solo fértil permitiu o desenvolvimento de culturas europeio-mediterrâneas<sup>262</sup>. Na Madeira fomentou-se a produção de mercadorias de exportação com grande procura na Europa e no mercado colonial, S. Tomé e Príncipe chega a ser um dos principais produtores de açúcar em Quinhentos e, em conjunto com as ilhas de Cabo Verde, pela sua relativa proximidade ao continente africano, atuam principalmente como portos de ligação entre o mercado de escravos do continente e o Novo Mundo<sup>263</sup>.

---

<sup>259</sup> VIEIRA, *Op. cit.*, s.d., p. 1. Consultar ainda a secção “As Ilhas Atlânticas”, in Avelino de Freitas de MENESES & João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), *O reino, as ilhas e o mar oceano*, II Volume, Lisboa/Ponta Delgada, CHAM/Universidade dos Açores, pp. 401-643.

<sup>260</sup> Consultar João Paulo Oliveira e COSTA, *Mare Nostrum, Em Busca de Honra e Riqueza*, Lisboa, Temas & Debates, 2013, 300 p.

<sup>261</sup> RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, 2016, p. 72.

<sup>262</sup> VIEIRA, *Op. cit.*, s.d., p. 2.

<sup>263</sup> *Idem*, pp. 2-3; Sobre a importância da produção de açúcar e a escravatura em São Tomé, ver Arlindo Manuel CALDEIRA, “Aprender os Trópicos: Plantações e Trabalho Escravo na Ilha de São Tomé”, in Magarida Vaz do Rego MACHADO, Rute Dias GREGÓRIO & Susana Serpa SILVA (coord.), *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX*, Ponta Delgada, CHAM, 2013, pp. 27-56.

Neste processo de “europeização” das ilhas, o açúcar foi o catalizador de mudanças sociais e ambientais, e os ecossistemas prístinos foram absolutamente transformados. As florestas deram lugar a canaviais, pastagens e encostas que se iam desmatando para o fornecimento de madeira para a construção e o funcionamento dos engenhos<sup>264</sup>. O encantamento dos europeus com as ilhas que descobriam não tardou, portanto, a transformar-se numa ação destrutiva<sup>265</sup>. As Canárias representavam para o mundo medieval a fronteira do conhecido, já antes limite da navegação muçulmana<sup>266</sup>. Mas logo na primeira metade de Trezentos, partia de Lisboa, a 1 de Julho de 1341, uma expedição às Ilhas Canárias, regressando em Novembro do mesmo ano, trazendo de volta, para além de quatro habitantes daquelas ilhas, “*muitas pelles de bodes e cabras, cebo, azeite de peixe, e fragmentos de phocas, páo vermelho para tingir (...) e além disso cortiça de arvores que igualmente tinge de vermelho, e também terra vermelha e outras cousas para o mesmo fim*”<sup>267</sup>. Às praias das ilhas Canárias chegava também âmbar-cinzento<sup>268</sup>, como contou Gaspar Frutuoso enquanto referia sobre os habitantes de Forteventura e Lançarote que eram “*dados a buscar junto da costa ambre de baleias*”<sup>269</sup>.

Os principais relatos de mamíferos marinhos referentes ao arquipélago da Madeira recaem maioritariamente nas colónias de lobos-marinhos (foca-monge do Mediterrâneo, *Monachus monachus*) que ocupavam a região em abundância, destacando-se a importância destes animais que deram o nome à terra, designadamente a Câmara de Lobos, e que são, ainda hoje, elementos não só do brasão da freguesia homónima, como do brasão da Região Autónoma da Madeira<sup>270</sup>. Exemplo é a obra *Insulana* do poeta

---

<sup>264</sup> Sobre este assunto e outros exemplos de exploração dos ecossistemas e suas consequências nos ambientes naturais, consultar CROSBY, *Op. cit.*, 1993.

<sup>265</sup> SANTANA-PÉREZ, *Op. cit.*, 2018, p. 636.

<sup>266</sup> LOPES, *Op. cit.*, 2009, p. 71.

<sup>267</sup> “Relação das várias ilhas do arquipélago, dos habitantes e seus costumes, flora, fauna, etc. extraída de cartas de mercadores florentinos, estabelecidos em Sevilha datadas de 15 de Novembro de 1341”, in IRIA, *Op. cit.*, 1944, p. 77. Mais sobre a captura e utilizações de pinípedes, como focas e leões-marinhos, pode ser consultado nos trabalhos BRITO, *Op. cit.*, 2009 e Mónica A. SILVA, Cristina BRITO, Sara V. SANTOS & João Pedro BARREIROS, “Historic and recent occurrences of pinnipeds in the Archipelago of the Azores”, *Mammalia*, vol. 73, 2009, pp. 60-62.

<sup>268</sup> O âmbar-cinzento é uma massa que se forma nos intestinos dos cachalotes como resultado da sua alimentação, assunto ao qual voltaremos no Capítulo V.

<sup>269</sup> Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, Livro I, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005 (1522-1591), p. 33.

<sup>270</sup> A foca-monge do Mediterrâneo é a foca mais rara do mundo, com estatuto de conservação “Em perigo”, contando com uma população total de cerca de 500 indivíduos, sendo a população da Madeira inferior a 30, encontrando-se protegida por legislação nacional, europeia e internacional. Mais informação em <https://www.iucnredlist.org/species/13653/117647375>.

seiscentista Manoel Tomás. Na sua ode aos descobrimentos portugueses, o autor não deixou de referir vários animais marinhos, elementos participantes na celebração da empresa portuguesa, como vemos no poema em baixo. Manoel Tomás descreve ainda vários episódios no processo de chegada, exploração e ocupação da Madeira, do qual destacamos aqui alguns versos dedicados aos lobos-marinhos, importantes na análise da percepção e apropriação da natureza local<sup>271</sup>:

*“De Sabba, riqua Arabia, & de Pancaya / Alta fragança em sy mostrem cheirosas  
/ Do inculto Mâr, por huma, & outra praya / Coral em ramo, & pedras preçiosas,  
/ Das Baleas tocado o ambar saiha, / E das conchas as perolas fermozas, / E tudo  
se offeressa aos ouzados, / Que os Máres cortam nunca navegados.”*<sup>272</sup>.

*“Logo com salva alegre, & desuzada / As trombetas tocando sonorózas, / Se  
largaraõ com gloria, á nova entrada / Do Rey primeiro, as Quinas gloriosas. / De  
festa o Barinel, & a Náo toldada; / Lobos Marinhos, Phocas, & as famozas,  
/ Baleas, com a salva despertaraõ; / E fugindo do estrondo se encovaraõ.”*<sup>273</sup>.

*“Ao sahír da Camara Famoza / Que nome déu ao Capitão triumphante / Huma  
dança de Phocas curiosa, / Se pôs aos leves barcos por diante, / Com mostras de  
alegria milagrosa, / Fazendo lhes Tritaõ novo hum descante, / Que lhes mostrava  
no contentamento, / A vassalagem do descobrimento. 5. Com encantos de amor,  
cantos suaves / Ouviraõ ally cantar, gratas Seréas, / E dançar os Delphiñs,  
mudanças graves / Levantando nas voltas as arëas; / Sahião lhes da Costa varias  
Aves, / E do centro dos Mares, as Baleas, / O Ambre revolviao, por iactança, /  
De nelles lhes mostrar mayor fragança.”*<sup>274</sup>.

Quanto ao arquipélago dos Açores, na Ilha de S. Miguel, mais concretamente na costa de Rabo de Peixe, arrojavam muitas baleias das quais se aproveitava igualmente o seu azeite<sup>275</sup>, apontando para uma utilização esporádica e oportunista dos animais que chegavam à costa sendo, no entanto, fontes de matéria-prima de utilizações várias. Vejamos os vários eventos de baleias arrojadas na costa, marcados por Gaspar Frutuoso, como por exemplo o animal que arrojou na Ilha de Santa Maria e “*de cujos ossos se*

<sup>271</sup> Ver excerto completo do poema *Insulana* dedicado aos lobos-marinhos no Anexo A.

<sup>272</sup> Manoel THOMAS, *Insulana*, Livro III, Amberes, Em Caza de Ioam Mevrsio Impressor, 1635, p. 111.

<sup>273</sup> *Idem*, p. 139.

<sup>274</sup> THOMAS, *Op. cit.*, Livro IX, 1635, p. 379.

<sup>275</sup> FRUTUOSO, *Op. cit.*, Livro IV, p. 261.

*pudera fazer uma cabana, em que puderam caber uma dúzia de homens, assentados à vontade (...)”*<sup>276</sup>. O cronista dá ainda conta de, em 1574, os pescadores na ilha de Santa Maria acharam uma baleia morta que retalharam em “*muitas postas dela, de que fizeram muito azeite*”; em 1575, do caso em que mais uma baleia arrojou e dos “*três ou quatro batéis, que foram a ela, a levaram à costa, junto de Nossa Senhora da Conceção, da qual se fez muito proveito e tiraram ambre [sic]*”; no mesmo ano mais uma baleia que “*apareceu (outra) da banda de Sant’Ana, a qual tiraram em terra no porto de Nossa Senhora dos Anjos, de que se fizeram des ou doze pipas de azeite*”; passados poucos dias, mais um animal apareceu no mesmo local “*mas porque já andavam os homens enfadados, e ser tempo de a ceifa, não curaram dela, até que desapareceu de todo. (...)*: ou por fim o “*baleato pequeno*” que se encontrou em S. Lourenço, “*afora outros que não lembram*”<sup>277</sup>.

Descrição semelhante fez o Padre Antonio Cordeiro, da Companhia de Jesus, na sua *Historia Insulana das Ilhas a Portugal*, já no início de Setecentos, embora pareça basear-se maioritariamente no que já havia sido escrito por Gaspar Frutuoso. Ainda assim, valerá a pena transcrever as suas palavras dando conta de que “*nem só da terra, mas tambem do mar, se viraõ nesta Ilha monstros notaveis, especialmente da parte do Norte, aonde por vezes tem dado baleas, em Rabo de Peyxe, por ser porto aonde se achão muytas favas do mar, comer de que as balèas gostã muyto, & comtudo nunca dellas se achou ambar*”<sup>278</sup>. De notar, nestas referências às baleias nos Açores, como todas dizem respeito ao aproveitamento de animais arrojados e não a uma captura intencional de cetáceos. Apesar destes animais terem sido utilizados, através da transformação da sua gordura em óleo, não existia à data uma atividade organizada de exploração destes animais, nem os açorianos eram experientes baleeiros, centrando os seus interesses económicos nas atividades agrícolas em terra<sup>279</sup>.

Sobre as terras e os mares que iam conhecendo, os europeus relataram os usos que deles faziam as populações nativas. Tal como em todas as outras partes do globo, em

<sup>276</sup> FRUTUOSO, *Op. cit.*, Livro III, 2005, p. 35.

<sup>277</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>278</sup> Antonio CORDEIRO, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal sugeitas no Oceano Occidental*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1717, p. 220.

<sup>279</sup> Cristina BRITO, Nina VIEIRA, Vera JORDÃO & António TEIXEIRA, “Digging into our whaling past: Addressing the Portuguese influence in the early modern exploitation of whales in the Atlantic”, in Cristina Joanaz de MELO, Estelita VAZ & Lúcia M. Costa PINTO (eds), *Environmental History in the Making*. Volume II: Acting, Springer International Publishing, 2017, pp. 33-47.



regiões insulares ou continentais, as pessoas aproveitavam animais marinhos, quer os que davam à costa, quer os que capturavam no mar, práticas que não escaparam à pena dos relatos. Como notou Álvaro Velho, em finais do século XV, os habitantes da rochosa ilha de Santa Helena eram “*homens baços, que não comem senão lobos-marinheiros e baleias e carne de gazelas e raízes de ervas*”<sup>280</sup>. Em certo momento, os habitantes daquela ilha, por insistência de um tal Fernão Veloso que “*desejava muito ir com eles a suas casas, para saber de que maneira viviam e que comiam ou que vida era a sua*”<sup>281</sup>, mataram e cozinham um lobo-marinho que deram a comer aos estrangeiros.

Também João de Barros contou sobre esta primeira viagem de Vasco da Gama, que Paulo da Gama se havia aventurado a arpoar, sem sucesso, um baleato na baía de Santa Helena, na costa atlântica sul-africana:

*“Partido Fernão Veloso com os negros, & Vasco da Gamma recolhido ao seu navio: ficou Nicolao Coelho ã terra a dar guarda á gente, em quanto apanhava lenha, & outros mariscavão lagostas por aver ali muitas. Paulo da Gamma por não estar ocioso, vendo ~q entre os navios andavão muitos baleatos tras o cardume do peixe meudo, ajuntou dous bateis pera andar com fiska & arpões a elles: o qual passatempo lhe ouvera de custar a vida. Poque forão os marinheiros do batel em que elle andava, amarrar duas arpoeiras das fiskas com que tiravão, nas tostes do batel que estavam atochadas: e acertando de ferir hum baleato, assi barafustou com a furia da dor, ~q ouvera de trebucar o batel se a arpoeira não fora comprida, & o mar de pouco fundo, que causou dar o baleato em seco sem maes poder nadar, o qual lhe servio de refresco”*<sup>282</sup>.

Apesar de não termos informação adicional sobre este evento, parece-nos que esta terá sido um iniciativa ocasional para a qual, claramente, a tripulação não estava preparada nem apresenta qualquer tipo de técnica ou perícia, antes pelo contrário, não passou de um passatempo, segundo as palavras do autor. Não percebemos se com “refresco” João de Barros se refere ao facto de terem comido o animal ou ao alívio pelo fim da cena algo atabalhoada. De qualquer forma, esta é a mais uma descrição que nos

---

<sup>280</sup> VELHO, *Op. cit.*, 1960, p. 6.

<sup>281</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>282</sup> João de BARROS, *Decada Primeira da Asia...*, Livro Quarto, Lisboa, Impressa por Iorge Rodriguez, 1628, fls. 64v-65.

certifica que os portugueses conheciam as baleias, mesmo quando se encontravam em águas costeiras pouco conhecidas.

Pelo Golfo da Guiné, mais concretamente entre a Ilha de S. Tomé e a costa de África abundância de baleias foi também relatada por pilotos portugueses que observavam “*tão grande quantidade de balêas grandes, e pequenas, que he cousa maravilhosa de dizer*”<sup>283</sup>. Estas ocorrências não deixaram de ser notadas, sensivelmente pela mesma época, por Duarte Pacheco Pereira, que navegando perto da Ilha de Fernando de Pó, atual Bioko, contou que “*neste mar ha muito grandes baleas & outros muitos peixes*”<sup>284</sup>. O mesmo autor deu ainda conta, no seu Capítulo 3.º acerca “Das Rootas Leguoas & graos da ponta de Sam Lourenço em diante”, que “*em sertos tempos do anno veem aquy do certão alguns negros a pescar os quaes fazem cazas com costas de baleas cobertas com seba do mar & em sima lançam area & aly passam sua triste vida*”<sup>285</sup>.

Mais a sul, o mesmo se observava por exemplo na Ilha de Luanda, perto da qual nadavam “*inumeráveis baleias, que parecem negras e lutam entre si e se matam, e depois à praia são pelas ondas arremessadas, grandes como um navio médio de gávea*” e, quando tal acontecia, iam as pessoas da terra “*em seus batéis apanhá-las*”, e dos animais era extraído “*o óleo de que se servem para as embarcações, misturando-as com o breu.*”<sup>286</sup>. A importância das baleias enquanto recurso para consumo e produção de artefactos de uso quotidiano pelos povos africanos deveria ser efetivamente uma prática comum, importância também espelhada nas palavras do missionário italiano Jerom Merolla da Sorrento quando descreve, na segunda metade de Sesicentos, a propósito do funeral de um dos seus irmãos missionários, em Luanda, que “*the Peoples Devotion was so remarkable at his Funeral, that to a prodigious Whale was cast ashore that time, yet did it not in the least raise their Curiosity*”<sup>287</sup>.

Continuando a percorrer para sul a costa ocidental africana, é de destacar a informação fornecida no relato de viagem do holandês John Nieuhoff, sobre a sua

---

<sup>283</sup> “Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé escrita por hum piloto portuguez (1551-1552?)”, in *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios Portuguezes, ou lhes são vizinhas*, Tomo II, Números I, II e III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1812, p. 104.

<sup>284</sup> Duarte Pacheco PEREIRA, Raphael Eduardo de Azevedo BASTO (dir.), *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, Segundo livro, p. 77.

<sup>285</sup> PEREIRA, *Op. cit.*, 1892, p. 86.

<sup>286</sup> Lopes PIGAFETTA & Duarte LOPES, *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989 (1591), p. 22.

<sup>287</sup> Jerom Merolla da SORRENTO, “A Voyage to Congo, And several other Countries, Chiefly in Southern-Africk”, in *A collection of Voyages...*, Vol. I, *Op. cit.*, 1704 (1682), p. 737.

experiência na costa sul-africana, em 1653, e do evento a que assistiu pessoalmente quando “*a Whale was got on shoar(?) in the Salt River, the Governour and his Lady, our Master of the Ship and I, went / thither to see it, it was a very large one; we got upon the back of it whilst the Trumpet founded merrily, and the Negros were busied in cutting great pieces of the Flesh which they buried in the Sand in order to eat them*”<sup>288</sup>. Sobre esta prática de enterrar pedaços do animal na areia, Nieuhoff refere ainda que os negros “*cut and eat the Bacon of dead Whales which happen to be cast a shoar [sic] with great eagerness, nay they drink the Oyl which is drawn from thence by the heat of the Sun, like Water. Some bury pieces of this Bacon in the Sand for their future use. However their best and daily food are certain roots (...)*”<sup>289</sup>.

As povoações proviam-se de azeite a partir de vários animais marinhos, principalmente para iluminação, entre outros usos, nomeadamente aves e peixes. Outros animais marinhos eram assim utilizados para conserto dos navios e iluminação, como os chamados “*peizes azeites, que são como atuns*” e “*são tantos, que dos figados fazem azeites, de que enchem muitas pipas e barris, que serve para as querenas dos navios, e mais embarçoens, e allumiar; ainda que tem seu fedor, he muito medicinal principalmente para curar feridas frescas, e mordeduras de cachorros, ou de outro qualquer bicho, escaldada a parte leza com elle faz grande effeito*”<sup>290</sup>.

Também na costa oriental africana o aproveitamento e utilização de baleias parece ter sido uma prática comum pelas populações nativas, sobre a qual muito pouco é ainda conhecido. Em algumas zonas desta costa, a relação dos seus habitantes com os ambientes costeiros e marinhos parece ter sido caracterizada por várias fases distintas, nos últimos 2500 anos, marcadas pela exploração de recursos, pelo comércio e pela colonização. O grosso das pescarias era efetuado em torno de recifes e lagoas salgadas, com emprego de anzóis e linhas de pesca, e eventualmente armadilhas. Apesar dos produtos da terra terem maior importância na vida e alimentação das populações, inúmeros produtos com origem

---

<sup>288</sup> John NIEUHOFF, “Mr. John Nieuhoff’s Remarkable Voyages and Travels to the East-Indies”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts...*, Vol. II, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704 (1653), pp. 184-185.

<sup>289</sup> *Idem*, p. 187.

<sup>290</sup> António de Oliveira CADORNEGA, *História Geral das Guerras Angolanas*, ed. Manuel Alves da Cunha, Tomo III, Lisboa, Divisão de Publicações e Bilbioteca. Agência Geral das Colónias, 1942 (1681), p. 40.

no mar, entre peixe, mamíferos marinhos, crustáceos e moluscos foram desde sempre utilizados, sendo as tartarugas marinhas e o marisco duas importantes fontes de proteína<sup>291</sup>.

Quando às baleias, concretamente, algumas evidências parecem suportar a sua utilização desde tempos pré-históricos, nomeadamente na costa de Zanzibar e de Moçambique ou Madagáscar<sup>292</sup>. A título comparativo com a costa africana atlântica, e à época que aqui importa refletir, o aproveitamento de animais arrojados na costa do Índico foi observado e descrito, senão antes, pelo menos no início do século XVII. Frei João dos Santos referiu na sua *Etiopia Oriental* que:

*“na terra firme de Moçambique, entre uns baixos, que estão na barra, a que chamam Luxaca, deu uma Balea à costa, e outra em Sofala na praoa chamada Maçamzane, no tempo que estava nestas terras, mas nenhuma delas vi inteira, porque quando soubemos, que estavam ali, indo para as ver, já os Cafres as tinham quase desfeitas, e levado a maior parte da carne, a qual é gordíssima, e dela fazem muito azeite, pondo-a a derreter em tigelas, como fazem à banha do porco. Os Cafres comem os torresmos que ficam, e com o azeite se alumiam, e comem seu milho. Este azeite cheira mal, mas alumia bem. Dos nós do espinhaço fazem tripeças, em que se assenta uma pessoa folgadamente.*

*São tantas as Baleas nesta costa, que muitas vezes andam em bandos, particularmente entre as ilhas de Moçambique, que estão na barra, onde vi um dia à tarde entrar pelo rio dentro cinco, todas enfiadas, e assim passaram ao longo da fortaleza pelo meio do canal, e deram uma volta dentro na enseada que está entre a terra firme, e a ilha, e depois se tornaram a sair pelo rio fora, como entraram.”*<sup>293</sup>.

Continuando “fora do Atlântico”, não podemos deixar de destacar a obra editorial da família de Bry (1590-1634), onde se encontram pelo menos duas ilustrações distintas de caça de baleia. A obra dos de Bry singulariza-se pela notável iconografia que

---

<sup>291</sup> Colin BREEN & Paul J. LANE, “Archaeological Approaches to East Africa’s Changing Seascapes”, *World Archaeology*, vol. 35, n. 3, 2003, pp. 475-476.

<sup>292</sup> REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2003, p. 5.

<sup>293</sup> João dos SANTOS, *Primeira Parte da Ethiopia Oriental...* Livro Terceiro, Imprensa no Convento de São Domingos de Évora, 1609, fl. 94.

representa no contexto da Expansão Europeia<sup>294</sup>. Figurando entre as descrições do mundo extraeuropeu, estas ilustrações permitem questionar a importância que esta atividade teria para merecer referência numa obra ímpar dentro das coleções de viagens. Aqui destacamos o frontispício da Parte Quarta no qual logo se encontra um detalhe da cena de baleação (Figura I.2.1.), e a ilustração de uma cena de caça numa das gravuras referentes a Madagáscar (Figura I.2.2.). Estas ilustrações foram criadas pelos De Bry com o objetivo de acompanharem as ilustrações já existentes da segunda expedição alemã às Índias Orientais, por Willem Lodewijksz nos finais da década de 1590<sup>295</sup>.

Sobre Madagáscar, já Alonso de Santa Cruz, na primeira metade de Seiscentos, havia deixado expresso na sua *Obra Cosmographica* que “*hay en esta isla muchos elefantes, comen carne de camellos, de los quales hay muchos (...) Tománse en el mar a la redonda de ella muchas ballenas, de las cuales se coge mucha ámbar, de que hay mucho en la isla (...)*”<sup>296</sup>.

---

<sup>294</sup> José da Silva HORTA, “A coleção De Bry e a expansão portuguesa”, in João MEDINA (org.) *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol 4, Lisboa, Ediclube, , 1995, p. 233.

<sup>295</sup> Michiel van GROESEN, *The Representations of the Over World in the De Bry Collection of Voyages (1590-1634)*, Leiden, Brill, 2008, p. 519. 563

<sup>296</sup> Alonso de SANTA CRUZ, *Alonso de Santa Cruz y su Obra Cosmographica*, Vol. 2, Madrid, Instituto “Gonzalo Fernández de Oviedo”, 1983 (1505-1567), p. 214.



**Figura I.2.1.** Frontispício de *India Orientalis - Pars Quarta* (1601) publicado por Theodoro de Bry.





**Figura I.2.2.** Caça de baleias na costa oriental africana ilustrada em *India Orientalis - Pars Quarta* (1601), publicação de Theodoro de Bry.

Ainda para outras ilhas do Índico, como as Maldivas, aponta François Pyrad de Laval, a confecção de punhais mais humildes com “*cabo de osso de peixe, como de baleia, ou outro animal marinho, por quanto não querem usar osso de animal terrestre*”<sup>297</sup>. Outros usos simbólicos ou representativos das baleias podiam ser encontrados como o “*arco triunfal feito de hum queixo debaixo de hum Baleato, que alli deo à còsta, o qual / tinha de vaõ dezoito palmos, a grossura de cada osso destes, não fallando no mais que*

<sup>297</sup> PYRAD, *Op. cit.*, 1862, p. 145.

*estava metido na terra, era de cinco palmos largos em røda: a altura tanta, que com hum bordaõ de sette palmos, que na maõ tinha, a naõ alcançava, de sörte que folgadamente se podia passar por baixo, sem abaixar a cabeça, um homem a cavallo*”<sup>298</sup>, observado em Calpeti, no atual Sri Lanka<sup>299</sup>.

Tal como noutros locais do mundo, o aproveitamento e utilização de baleias e golfinhos no Japão ficaram registados através de vestígios arqueológicos, fontes escritas e literatura. Quer através dos amontoados de conchas com vestígios de cetáceos, para o período entre 7000 a 3000 AC, ou num poema anterior ao século X que descreve a captura de baleias em pequenas embarcações<sup>300</sup>, a baleação no Japão tem uma longa história e um presente polémico.

Apesar destes registos sugerirem o uso de animais arrojados na costa desde cedo, os principais estudos sobre o tema indicam que uma captura ativa de baleias parece ter existido apenas a partir do final do século XVI e que se foi estendendo, com diferentes características, de norte para sul da costa do Japão<sup>301</sup>. A captura dirigida e intencional de baleias terá tido o seu início na época de 1570 a 1573, com a organização de 7 ou 8 barcos para aproximação ao animal e utilização de arpões manuais, numa prática costeira, eventualmente favorecida pela área abrigada da atual baía de Ise<sup>302</sup>. As principais espécies alvo eram a baleia-franca e a baleia-cinzeira-do-Pacífico. No entanto, já anos antes, em 1556, Fernão Mendes Pinto havia observado, senão participado, numa perseguição à *kujira* na região de Bungo. O cronista relatou este evento na sua *Peregrinação*, referindo que para os habitantes aquele animal era novo e desconhecido:

*“(…) Vendo eu esta carta, me embarquey logo com todos os meus companheyros na funee em que vinha o Oretandono, & os moços com o presente, nas outras*

---

<sup>298</sup> “Discrição da Cidade de Columbo pelo Padre Manoel Barradas da Companhia de Jesus”, in BRITO, *Op. cit.*, 1735, pp. 272-273.

<sup>299</sup> Designava-se por ilha de Calpeti a margem ocidental do lago chingalá de Puttalam, que se estende entre Kalpity e Mampuri, no Sri Lanka (antiga ilha de Ceilão), segundo o Glossário *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, da autoria do Visconde Lagoa, disponível em [http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/pages/glossario\\_visconde\\_lagoa.htm#C](http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/pages/glossario_visconde_lagoa.htm#C).

<sup>300</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1991. O capítulo intitulado “Bay Whaling in Japan” encontra-se entre as páginas 80-89.

<sup>301</sup> Hideo OMURA, “History of Gray Whales in Japan”, in Mary Lou JONES, Steven L. SWARTZ & Stephen LEATHERWOOD (eds.), *The Gray Whale: Eschritius Robustus*, Orlando, Academic Press, 1984, p. 58; Hideo OMURA, “History of Right Whale Catches in the Waters around Japan”, *Rep. Int. Whal. Commn*, Special Issue 10, 1986, p. 35.

<sup>302</sup> OMURA, *Op cit.*, 1984, p. 58.



*duas. E por serem todas muyto ligeyras & bem espipadas em pouco mais de huma hora fomos na ilha que estaua dali duas legoas & meya. E chegamos a ella a tempo que el Rey com mais de duzentos homens todos com suas físgas andauão em bateis tras huma grande balea que na volta de hum grandissimo cardume de peixe viera aly ter, o qual nome de balea, & o mesmo peixe em sy foy então entre elles muyto nouo e muyto estranho, porque nunca tinham visto outra tal naquella terra. Depois que foy morta, & trazida fora â praya, foy o prazer del Rey tamanho que a todos os pescadores que aly se acharão, libertou de hum certo tributo que antes pagauão, & lhes deu nomes nouos de homens nobres, & a alguns fidalgos que aly estavam aceytos a elle acrecentou os ordenados que tinham, (...)*<sup>303</sup>.

Numa época em que os europeus melhoravam as suas técnicas de baleação, que se expandiam pelo Atlântico Norte - e como veremos mais à frente, também pelo Atlântico Sul -, também os japoneses, já no final do século XVI, aperfeiçoavam as suas técnicas baleeiras. Com semelhanças e diferenças das técnicas ocidentais, as técnicas japonesas parecem ter-se desenvolvido de forma independente. Em 1675 um novo método com utilização de redes foi inventado, permitindo arpoar mais facilmente os animais e capturar outras espécies de baleias, nomeadamente baleias-corcunda e outras espécies de balenopterídeos, para além da já habitual baleia-franca. Segundo Hideo Omura, a utilização de redes foi um evento revolucionário na história da baleação no Japão e de grande significado para as comunidades piscatórias, garantindo o suporte de muitas centenas de pessoas, incluindo os trabalhadores que processavam a carcaça do animal, os que construíam as redes e todos os que estavam envolvidos em atividades relacionadas, sem esquecer os próprios marinheiros<sup>304</sup>. Tendo em conta o investimento necessário para este tipo de operação, a baleação com rede era maioritariamente promovida por famílias com poder e capital<sup>305</sup>.

Muito mais se poderia aqui descrever sobre a história da baleação no Japão, nomeadamente detalhar-se as perceções humanas perante a baleia, técnicas de caça, usos

---

<sup>303</sup> Fernão Mendes PINTO, *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, Volume II, dir. Jorge Santos Alves, Lisboa, Fundação Oriente / INCM, 2010 (1614), pp. 784-785.

<sup>304</sup> OMURA, *Op. cit.*, 1984, p. 59.

<sup>305</sup> Esta técnica é ainda hoje utilizada no Japão para a captura de golfinhos, como acontece anualmente na Baía de Taiji, numa prática altamente polémica à escala global. Mais informações sobre esta atividade em <https://dolphinproject.com/>.

do animal e história da relação dos japoneses com os animais do mar<sup>306</sup>. Não sendo a presente tese dedicada às problemáticas da baleação no Japão, no passado ou na atualidade, parece-nos, no entanto, ser aqui relevante destacar dois pontos. O primeiro relaciona-se com a própria cultura oriental, no seu respeito e proximidade à natureza, que se refletia também na caça de baleias. Com sinalética própria para avisar os baleeiros de que tinham sido avistadas baleias a partir das vigias, existia um galhardete próprio, de padrão diferenciado dos restantes, para o caso de se tratar de um adulto com cria, e cuja caça era absolutamente proibida<sup>307</sup>. Este tema será comentado ao longo deste trabalho, principalmente no Capítulo V., quando for analisada a caça indiscriminada de fêmeas e crias no Brasil e a relevância deste facto no contexto do início das preocupações ambientais e de gestão das populações naturais em Portugal. O segundo ponto prende-se com a área geográfica a que se refere Fernão Mendes Pinto - atual região de Oita -, para a qual a caça de baleias no Japão de Quinhentos não é referida na literatura sobre o tema. Assinala-se assim a relevância que esta informação pode ter a quem se dedique à história da baleação japonesa e, conseqüentemente, a importância das fontes históricas portuguesas e do material produzido à época que não entrou, ou não tem entrado, nos circuitos da historiografia da expansão, da ciência, e da baleação, e que urge agora resgatar.

Com esta brevíssima incursão pelo Índico e Pacífico, importa destacar que começamos a compreender que as baleias nadam, não apenas por todos os oceanos do mundo, mas igualmente por toda a história da expansão marítima portuguesa, antevendo-se desde já a importância da baleação. No caso concreto da costa oriental africana, um estudo mais demorado sobre a captura e utilizações da baleia deverá ser conduzido no futuro. Tendo em conta que a presente tese tem o seu foco no Atlântico, a captura de cetáceos fora deste espaço não foi aprofundada, embora não possamos, simultaneamente, ignorar as fontes que surgiram no decorrer desta pesquisa e que apontam para uma eventual importância desta prática, a aprofundar.

Veja-se, com tudo o que até aqui foi mencionado, como o aproveitamento de animais arrojados é uma prática comum e global, para consumo ou produção de objetos de uso quotidiano. Repare-se, no entanto, que as fontes aqui transcritas indicam que essa

---

<sup>306</sup> Sobre a baleação japonesa e a relação das populações japonesas com o mar e com as baleias, ver o recente trabalho de ARCH, *Op. cit.*, 2018.

<sup>307</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1991, p. 84.

mesma utilização nos territórios do Império Português em construção é feita apenas pelos habitantes locais, nomeadamente populações costeiras africanas, tanto do Atlântico como do Índico, não se tendo verificado, até ao momento, o consumo e utilização nesses mesmos espaços por europeus, nomeadamente por portugueses.

Neste âmbito, as questões de apropriação, perceção e consumo dos animais pelos Portugueses no Brasil durante o século XVI, principalmente a partir da segunda metade, vão revelar-se centrais na atividade comercial estabelecida posteriormente, temáticas que abordaremos de seguida.

## CAPÍTULO II: “TANTAS E TAMANHAS” BALEIAS NAS AMÉRICAS

### II. 1. A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NAS AMÉRICAS

*“Aquí son los peces tan disformes de los nuestros, ques maravilla. Hay algunos hechos como gallos de más finas colores del mundo, azules, amarillos, colorados y de todas colores, y otros pintados de mil maneras; y las colores son tan finas, que no hay hombre que no se maraville y no tome gran descanso á verlos. También hay ballenas ”*<sup>308</sup>, escreveu Cristóvão Colombo confrontando-se com o novo mundo natural que se apresentava diante de si, quando aportou nas Bahamas em outubro de 1492.

À chegada dos europeus ao continente americano, no final do século XV e início do XVI, milhões de pessoas viviam nas Caraíbas, América Central e do Sul, e os ambientes terrestres e aquáticos não se encontravam em condições pristinas<sup>309</sup>. Estes eram usados, explorados e alterados pelas pessoas que se estabeleceram nas diversas regiões e que dependiam dos recursos - naturais e transformados - dos ambientes que habitavam. No entanto, os recém-chegados, vindos de um espaço natural Europeu já modificado e sobre-explorado, encontraram naquele mundo novo o cenário natural mais intocado que alguma vez tinham observado nas zonas tropicais, ou não tivesse sido a América do Sul a última massa continental ocupada pelos humanos<sup>310</sup>. Encontraram igualmente uma realidade natural muito distinta da Europeia, e não apenas pelas diferenças na biodiversidade entre zonas temperadas e tropicais. O contraste entre a fauna da Europa e a das Américas impressionou, principalmente pelas espécies endémicas que nunca antes tinham sido vistas, e tanto a novidade como a abundância causaram grande impacto nos exploradores e colonizadores Europeus.

O mundo como até então era concebido pelos Europeus encontrava-se em (re)construção, a configuração da terra e do mar estava a ser reaprendida, a natureza

---

<sup>308</sup> Cristóbal COLÓN, “Relación del primer viaje de D. Cristóbal Colón para el descubrimiento de Las Indias puesta sumariamente por Fray Bartolomé de Las Casas”, in *Relaciones y cartas de Cristóbal Colón*, Biblioteca Classica, Tomo CLXIV, Madrid, Librería de la viuda de Hernando y C.ª, 1892, p. 34.

<sup>309</sup> John SOLURI, Claudia LEAL & José Augusto PÁDUA (eds.), *A Living Past: Environmental Histories of Modern Latin America*, Environment in History: International Perspectives Series. Nova Iorque, Berghahn Book, 2018, p. 5.

<sup>310</sup> Warren DEAN, *With Broadax and Firebrand: The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest*, Berkeley-Los Angeles-Londres, University of California Press, 1995, p. 5, 23.

revelava-se prodigiosa e sucedia-se, de modo vertiginoso, a descoberta de novas espécies animais e vegetais<sup>311</sup>. À medida que a geografia medieval se tornava obsoleta, havia já cerca de um século que um novo mundo começava a ser desenhado, a civilização cristã ganhava consciência de novidades extraordinárias. Muito antes da descoberta da América pelos europeus que a Expansão Marítima portuguesa inaugurara uma nova era de globalização transcontinental, transoceânica e transnacional<sup>312</sup>. Tal como assentou A.J. Russell-Wood, os primeiros contactos e encontros tiveram uma dimensão humana e emocional intensa e aconteceram em diferentes contextos políticos, religiosos, comerciais, militares, sociais<sup>313</sup>, e aos quais teremos que acrescentar ainda, ambientais.

A profundidade, extensão e riqueza das informações reunidas pelos portugueses tornaram-se uma característica notável na aquisição de conhecimento sobre as terras, os povos, os produtos, a navegação, ou a medicina, em simultâneo com a tradição medieval e clássica. A veneração pelo maravilhoso na popularidade de *mirabilia* e dos bestiários, o Mar Tenebroso, gentes e animais monstruosos, numa simbiose entre o conhecimento empírico e os elementos maravilhosos<sup>314</sup>. A revolução geográfica - e ambiental - que arrancou com a Expansão, também Portuguesa, foi, desde o Neolítico, a primeira grande alteração da relação das pessoas com o mundo e, portanto, também com o mundo natural<sup>315</sup>.

Numa ânsia pela novidade e pelo exótico, a par dos óbvios interesses comerciais, justificava-se a procura de informação, através de uma nova curiosidade, com origem empírica, que assaltava os sistemas de saber constituídos na Geografia, Náutica, Botânica, Zoologia, História e Filosofia Natural, Medicina, entre outros<sup>316</sup>. Tal como foi a curiosidade que, em parte, impulsionou Luis de Cadamosto a participar na empresa

---

<sup>311</sup> Veja-se João Paulo Oliveira e COSTA, “Os Primórdios”, in COSTA (coord.), *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.

<sup>312</sup> *Idem*; RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, 2016; Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele Cristina da CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds.), *História e Ciência: Ciência e poder na primeira idade global*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, 211 p.

<sup>313</sup> RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, 2016, p. 10.

<sup>314</sup> *Idem*, p. 43; Marília dos Santos LOPES, *Coisas Maravilhosas e Até Agora Nunca Vistas. Para uma iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal, 1998, p. 19.

<sup>315</sup> CROSBY, *Op. cit.*, 1993; CROSBY, *Op. cit.*, 2003; MARKS, *Op. cit.*, 2015, pp. 29-53.

<sup>316</sup> Francisco Contente DOMINGUES & Inácio GUERREIRO, *A vida a bordo na Carreira da Índia (século XVI)*, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXIV, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, p. 186; Ver os vários trabalhos publicados em Daniela BLEICHMAR, Paula De VOS, Kristin HUFFINE & Kevin SHEEHA (eds.), *Science in the Spanish and Portuguese Empires 1500-1800*, Stanford, Stanford University Press, 2009.

marítima e que induz os seus leitores eruditos de toda a Europa a ler e traduzir a sua obra, é a curiosidade que atrai Valentim Fernandes para as “*cousas novas e maravilhosas das terras e gente nova e das suas cousas*”<sup>317</sup>, novidades que edita “num hino entusiástico às navegações portuguesas”, como apelidou Marília dos Santos Lopes, e que exemplifica o interesse que a empresa portuguesa despertou<sup>318</sup>. Também dessa curiosidade, ou da falta dela, nos falou Gaspar Frutuoso quando refere que, na ilha de Santa Maria, “*no mês de Março de 1577 achou um pescador, na costa, um peixe, não muito grande, que tinha cornos e orelhas e penugem, coisa mui feia, e por ser homem pouco curioso o tornou a deitar ao mar*”<sup>319</sup>.

Uma profunda transformação na observação e nas atitudes perante o mundo natural, o ambiente material e as suas representações artísticas, aconteceu durante o período moderno. Num novo cenário de comércio global e de ambições imperiais, os recursos naturais foram extraídos, manuseados, transformados, acumulados, consumidos, trocados e negociados, numa global mercantilização de recursos naturais. Estas novas perceções, conceções e valorizações da natureza, que respondiam às mudanças políticas e materiais, e a um novo discurso sobre a natureza, constituíram uma força cultural central na sociedade ocidental<sup>320</sup>. As fundações materiais dos europeus foram enriquecidas, contudo abaladas, nesta ‘revolução’ da realidade material, da ecologia humana e da economia, com consequentes alterações profundas nas perceções, valores, instituições e formas de comportamento<sup>321</sup>.

Como escreveu Marília dos Santos Lopes, “ao requerer uma confrontação com as representações até então existentes dos limites e perfis da humanidade e do mundo, a ciência exigia um novo horizonte e uma nova atitude científica”<sup>322</sup>. A empresa ultramarina portuguesa contribuiu, de facto, para o desenvolvimento das ciências ao

---

<sup>317</sup> Valentim Fernandes, 1502, in Marília dos Santos LOPES, “Os Descobrimentos Portugueses e a Europa”, *Máthesis*, vol. 9, 2000, p. 234.

<sup>318</sup> *Idem*, pp. 234-235.

<sup>319</sup> FRUTUOSO, *Op. cit.*, 2005, Livro III, Capítulo Décimo Primeiro, p. 45.

<sup>320</sup> Pamela H. SMITH & Paula FINDLEN, “Introduction. Commerce and the Representation of Nature in Art and Science”, in Pamela H. SMITH & Paula FINDLEN (eds.), *Merchants and Marvels: Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*, Nova Iorque/Londres, Routledge, 2002; BARRERA-OSORIO, Antonio, *Experiencing nature: the Spanish American empire and the early scientific revolution*, Austin, University of Texas Press, 2006.

<sup>321</sup> Donald WORSTER, *Shrinking the Earth. The Rise & Decline of Natural Abundance*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2019, p. 13. Consultar ainda BLEICHMAR et al., *Op. cit.*, 2009.

<sup>322</sup> LOPES, *Op. cit.*, 1998, p. 34.

formular novas concepções sobre o mundo e a humanidade e a expansão europeia só foi possível graças a um conjunto significativo de descobertas científicas<sup>323</sup>.

A singularidade da recém-conhecida natureza americana entrou em conflito com o que se conhecia e com o que a Cristandade ditava dever acreditar-se, pois se todos os animais terrestres eram descendentes daqueles que haviam entrada na ‘famosa’ Arca, como poderiam eles ser diferentes num e noutro lado do Atlântico<sup>324</sup>. O missionário espanhol José de Acosta intitulou um dos seus capítulos, em jeito retórico, “Cómo sea posible haber en Indias animales que no hay en otra parte del mundo” e as suas primeiras interrogações perante a existência de animais originais nas Índias Ocidentais, seriam:

*“si allá los produjo el Creador, no hay para qué recurrir al arca de Noé; ni aún hubiera, para qué salvar entonces todas las especies de aves y animales, si habían de crearse después de nuevo. Ni tampoco parece que, con la creación de los seis días, dejara Dios el mundo acabado y perfecto, si restaban nuevas especies de animales por formar: (...) ¿por ventura hijo Dios nueva formación de animales?”*<sup>325</sup>.

Répteis como a iguana ou a anaconda, aves como o tucano, peixes como as piranhas, mamíferos como os macacos, que ali se penduravam pela cauda, ou morcegos sugadores de sangue, ou ainda o peculiar manatim, compunham a rica e singular fauna americana. Como escreveria Jean de Léry, a América era tão “*diferente da Europa, Ásia e África nos hábitos de vida das pessoas, nas formas dos seus animais, e, no geral, no que a terra produz, que pode bem ser chamada o mundo novo*”<sup>326</sup>.

Antes de 1492, numa realidade global pré-colombina e pré-cabralina, europeus e americanos habitavam mundos separados. No seu encontro, com suporte na bacia Atlântica, surgiram as possibilidades e motivações políticas, económicas e sociais - europeias - que aproximaram o “mundo visível” do “mundo invisível”. Quer isto dizer, promoveu o encontro e o confronto entre povos mutuamente estranhos e levou a um cruzamento entre as inúmeras e distintas formas como esses diferentes povos se relacionavam com a natureza

---

<sup>323</sup> LOPES, *Op. cit.*, 2000, p. 239; ALMEIDA, *Op. cit.*, 2018, p. 29.

<sup>324</sup> Ver CROSBY, *Op. cit.*, 2003.

<sup>325</sup> Josef de ACOSTA, Fermín del PINO-DÍAZ (ed.), *Historia natural y moral de las Indias*, Madrid, CSIC, Fuentes etnográficas, n. 2, 2008, p. 138.

<sup>326</sup> Jean de Léry, *Journal de bord de Jean de Léry en la terre de Brésil*, Apresentado he comentado por M.R. Mayeux, 1957, (1557), in CROSBY, *Op. cit.*, 2003.

nas áreas físicas que ocupavam<sup>327</sup>. O advento da chegada dos europeus à América foi, segundo Alfred Crosby, como referimos, um momento único na História, marcado por um forte contacto entre pessoas, e também entre as pessoas e um novo ambiente natural. Neste encontro, pessoas, ideias e cosmovisões, animais e plantas, bactérias e vírus encontraram-se e confrontaram-se, profunda e irreversivelmente<sup>328</sup>. As rotas marítimas e comerciais através do Atlântico favoreceram estes contactos inéditos e abriram uma época de impactos e modificações ambientais e ecológicas, para além das óbvias político-administrativas e socioculturais, que viriam a transformar o mundo<sup>329</sup>.

Desde o primeiro momento de contacto, elementos da fauna começaram a ser transportados entre os dois lados do Atlântico. Logo resultante da sua primeira viagem ao novo continente, Colombo envia a D. Fernando a pele de um réptil, como relata por entre uma descrição de uma fauna e paisagens idílicas:

*“y el cantar de los pajaritos que parece que el hombre nunca se querría partir de aquí, y las manadas de los papagayos que ascorecen el sol; y aves e pajaritos de tantas maneras y tan diversos de las nuestras, que es maravilla; y después ha árboles de mil maneras, y todas de su manera fruto, y todos huelen que este maravilla, que yo estoy el mas penado del mundo de no los cognoscer, porque soy bien cierto que todos son cosa de valía, y de ellos traigo la demuestra, y así mismo de las yerbas. Andando así en cerco de una destas lagunas vide una sierpe, la cual matamos y traigo el cuero a vuestras Altezas”*<sup>330</sup>.

Na mesma viagem, manda também Colombo salgar um ‘peixe’ para ser enviado:

*“Pescaron también con redes y hallaron un pece; entre otros muchos, que parecía un propio puerco, no como tonina, el cual diz que era todo concha muy tiesta, y no tenía cosa blanda sino la cola y los ojos, y un agujero debajo della para expeler sus superfluidades; mandólo salar para llevarlo que viesen los Reyes”*<sup>331</sup>.

---

<sup>327</sup> Peter C. MANCALL, *Nature and Culture in the Early Modern Atlantic*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2018, pp. 40-41.

<sup>328</sup> Ver CROSBY, *Op. cit.*, 1993; MARKS, *Op. cit.*, 2015, pp. 40-41.

<sup>329</sup> Consultar Helge WENDT (ed.), *The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World*, Berlim, Max Planck Institute for the History of Science, 2016, 314 p.

<sup>330</sup> COLÓN, *Op. cit.*, 1892, p. 40.

<sup>331</sup> *Idem*, p. 67.



O entusiasmo e a estupefação no encontro e no confronto com a fauna e a densa paisagem verdejante, “*que no podía cansar los ojos de ver tanta lindeza*”<sup>332</sup>, coexistiam com a procura por “*resgate famoso*”<sup>333</sup>, numa terra nova de onde se podia extrair madeira para construir navios e “*infinita tablazón y másteles para las mayores naos de España*”<sup>334</sup>. Segundo o historiador Antonello Gerbi, a atitude de Colombo perante a natureza reflete a sua ambição e os seus objetivos políticos, mas a sua perceção da natureza das Índias Ocidentais vai sendo transformada ao longo do seu discurso e a natureza americana passa de radicalmente diferente da natureza de Espanha para ser, em muitos casos, semelhante, quase idêntica, e comparativamente mais bonita<sup>335</sup>.

De forma similar, Pêro Vaz de Caminha na sua carta datada do primeiro dia de maio de 1500, dirigida a D. Manuel I sobre a Terra de Vera Cruz, atesta que as “*agoas sam muytas, infimdas: em tal maneira hee graciosa, que querendoa aproveitar, darseháa neela tudo per beem das agoas, que teem*”<sup>336</sup>.

O Brasil é descrito, desde o primeiro momento, como uma terra promissora de grandes riquezas. Perante uma nova terra fértil e de abundantes recursos naturais, Caminha alude a uma terra sem maldade, verdadeiro Jardim de Delícias, o Paraíso Terreal<sup>337</sup>. A fauna brasileira não deixou também de provocar admiração e espanto e, de Porto Seguro, foram enviadas a D. Manuel I grandes aves de plumagem azul, logo no primeiro contacto com a *Terra dos Papagaios*<sup>338</sup>.

Pouco mais tarde, em 1511, a nau *Bretoá* transportaria, do Brasil para Lisboa, um carregamento histórico. Para além de 5.000 toros de pau-brasil correspondentes a cerca de 125 toneladas, que tomaram 62 dias de trabalho para serem carregados na embarcação, o rol era constituído por 35 escravos indígenas e 72 animais: 22 periquitos, 16 gatos, 16 saguis, 15 papagaios e 3 macacos<sup>339</sup>. Não podemos deixar de referir que o verdadeiro

---

<sup>332</sup> *Idem*, p. 54.

<sup>333</sup> *Idem*, p. 67.

<sup>334</sup> *Idem*, p. 74.

<sup>335</sup> Antonello GERBI, *Nature in the New World. From Christopher Columbus to Gonzalo Fernández de Oviedo*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2010, p. 18.

<sup>336</sup> Pêro Vaz de CAMINHA, *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Estudo introdutório e notas de Maria Paula Caetano e Neves Águas, Mem Martins, Europa-América, 1987, 98 p.

<sup>337</sup> Sobre este assunto consultar, entre outras obras, LOPES, *Op. cit.*, 1998; Maria Lucília Barbosa SEIXAS, *A Natureza Brasileira nas Fontes Portuguesas do Século XVI. Para uma tipologia das grandezas do Brasil*, Viseu, Passagem editores, 2003.

<sup>338</sup> TAUNAY, *Op. cit.*, 1934, pp.68-69.

<sup>339</sup> Nelson PAPAVERO & Dante TEIXEIRA, *Zoonímia tupi nos escritos quinhentistas europeus*, São Paulo, NEHILP/FFLCH/USP, 2014, p. 17. Ver também Duarte FERNANDES, “Llyvro da Nãoo Bertoa que vai para a

propósito comercial da viagem era o transporte de madeira do Novo Mundo. Contudo, apesar de renderem apenas 1,2% das vendas da carga<sup>340</sup>, estes animais tinham um interesse crescente enquanto raridades e peças de valor junto de comerciantes e colecionadores de espécimes e de *naturalia* exótica que começavam a surgir por toda a Europa. Os animais exóticos eram cobiçados, representavam e engrandeciam o poder daqueles que os possuíam, considerando-se que aquele que os domava controlava a natureza selvagem. Pelas suas dimensões, raridade ou ferocidade, os animais exóticos projetavam uma aura de poder e constituíam uma fonte de maravilhamento, numa cultura política em que a capacidade de surpreender e de maravilhar assumia um papel primordial nas relações simbólicas entre cortes europeias- e extraeuropeias. O “exótico” tornou-se um elemento de prestígio, presente no dia-a-dia, com um significado importante em paradas reais e outras cerimónias. Os animais eram mantidos em cativeiro nos primeiros zoológicos ou *menageries*, domesticados, usados para caça, imortalizados em retratos, frescos e iluminuras<sup>341</sup>. Vários produtos e mercadorias, da fauna, da flora e do misterioso constituíam o exótico, conceito assente no que provém de uma realidade diferente e que não é familiar, e que podia referir-se tanto a produtos externos a Portugal, como por elementos que constituíam o ‘maravilhoso’ novo mundo. Este ‘maravilhoso’ extraeuropeu estava profundamente relacionado aos sentidos e a uma variedade de imagens e metáforas relacionadas com o que é visto, que evoca o fantástico e idealiza percepções do Outro e do desconhecido<sup>342</sup>, referindo-se a qualquer coisa que vinha de fora, numa ideia, tão bem colocada pelo historiador de arte Peter Mason, de que “o exótico nunca está em casa”<sup>343</sup>.

De facto, um habitante de Lisboa de meados do século XVI encontraria na sua cidade uma grande variedade de produtos originários de todos os pontos do mundo

---

tera do Brazyl...” (1511), in *Diario da Navegação de Pedro Lopes de Souza... e Livro da Viagem da Não “Breota” ao Cabo Frio...*, edição de F. A. De Varnhagen, Rio de Janeiro, Typ. De D. L. dos Santos, 1867, pp. 97-111.

<sup>340</sup> *Idem*, *idibem*.

<sup>341</sup> Ver, entre outros, os trabalhos de Annemarie Jordan GSCHWEND, “A Procura Portuguesa por Animais Exóticos”, in *Cortejo Triunfal com Girafas – Animais exóticos ao serviço de poder*, Lisboa, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva / CHAM, 2009; Catarina Santana SIMÕES & José Moura FERREIRA, “Troféus e Iguarias: O Exótico no Discurso dos Primórdios dos Descobrimentos”, in Artur Teodoro de MATOS & João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), *A Herança do Infante*. Lisboa, CEPCEP/ CHAM/ C.M. Lagos, 2011; Catarina SIMÕES, “The Symbolic Importance of the “Exotic” in the Portuguese Court in the Late Middle Ages”, *Anales de Historia del Arte*, vol. 24, 2014, pp. 517-525.

<sup>342</sup> SIMÕES, *Op. cit.*, 2014, p. 525.

<sup>343</sup> Peter MASON, *Infelicities. Representations of the Exotic*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press, 1998, p. 5.

conhecido, da qual o Atlântico era uma das fontes. Da costa oriental africana chegavam coral, carapaças de tartaruga, âmbar-cinzentos e conchas, e vindo da Ásia, peles de tubarão, apenas para referir alguns dos produtos de origem animal marinha identificados na obra de Russell-Wood<sup>344</sup>. Entre curiosidades como papagaios, civetas e macacos, encontravam-se - e destaque seja aqui dado à escolha de palavras do autor - “objetos que representavam a destruição da natureza e do ambiente, como presas de elefante, peles de foca e plantas exportadas cultivadas à custa da destruição das florestas virgens, exaustão e erosão dos solos”<sup>345</sup>.

Ao longo de todo o século XVI, os relatos sobre o Brasil vão ter por base descrições das suas gentes, flora e fauna, cuja exploração permitiria não apenas uma vida melhor para quem viesse a ocupá-lo, mas para todo o reino. Das obras descritivas do território eram produzidas várias versões com base numa agenda que ditava as informações que podiam ser omitidas, como por exemplo adversidades climáticas, doenças ou animais perigosos<sup>346</sup>. A natureza do Novo Mundo oferecia uma riqueza parcialmente explorada e parcialmente selvagem, que os europeus julgavam possível de controlar. Perante a natureza americana, construíram grandes expectativas e uma visão de prosperidade à escala global que se materializaram na recolha de informação, produção de mapas e idealização de lucro económico<sup>347</sup>.

Afonso de E. Taunay ao analisar relatos sobre o Brasil considerou serem poucas as referências aos animais, não se encontrando imediatas manifestações exuberantes de interesse pelos seus recursos naturais, referindo que nas obras analisadas “nada nos refere porém de animais fantásticos ou muito diversos da zoologia conhecida dos europeus de seu tempo”<sup>348</sup>. Ideia algo contrária podemos encontrar, por exemplo, nos estudos de Cristina Brito. Na sua análise das relações entre europeus e animais aquáticos do Brasil, nos séculos XVI e XVII, revelam-se descrições e representações de monstros marinhos e sereias a par com baleias, focas e manatins, na construção do conhecimento científico moderno<sup>349</sup>.

---

<sup>344</sup> RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, 2016, pp. 175-176.

<sup>345</sup> *Idem*, pp. 172-173.

<sup>346</sup> Maria João DODMAN, “Portuguese Environmental Perceptions of Brazil in the Sixteenth Century”, in Victor K. MENDES & Patrícia VIEIRA (eds.), *Portuguese Literature and the Environment*, Londres, Lexington Books, 2019, p. 100.

<sup>347</sup> WORSTER, *Op. cit.*, 2019, p. 20.

<sup>348</sup> TAUNAY, *Op. cit.*, 1934, p. 72.

<sup>349</sup> Consultar BRITO, *Op. cit.*, 2016b; Cristina BRITO, “Connected margins and disconnected knowledge: Exotic marine mammals in the making of early modern European natural history”, Amélia POLÓNIA,

Caso representativo encontra-se no nono capítulo “Do monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no anno de 1564” da obra *História da Província de Santa Cruz* de Pêro Magalhães de Gândavo<sup>350</sup>. Na costa da atual região de Santos, São Paulo, o autor relata como o filho de um capitão português enfrentou e matou um monstro marinho. Gândavo descreve que o rapaz “*vio cõfusamente o vulto do Monstro ao longo da praya, sem poder divisar o que era, por causa da noite lho impedir, & o Monstro tambem ser cousa não vista, & fora do parecer de todos os animaes*”<sup>351</sup>. No final da descrição deste acontecimento, com a extensão de três fólhos e meio, encontra-se uma ilustração do monstro apoiado sobre as barbatanas traseiras, de “*quinze palmos de cõprido & semeado de cabellos pelo corpo, & no focinho tinha hũas sedas muy grãdes como bigodes*”<sup>352</sup>. No seu relato deste acontecimento, como ao longo da sua obra, Gândavo segue o discurso de que a terra do Brasil é o paraíso terrestre mas, simultaneamente, assumindo a existência de criaturas demoníacas nunca antes vistas naquele território<sup>353</sup>. Esta história foi reproduzida e publicada várias vezes em Portugal e fora, nomeadamente na Alemanha e em Itália<sup>354</sup>, revelando também a contribuição das obras portuguesas na circulação de conhecimento sobre o mundo natural da América na Europa renascentista<sup>355</sup>.

Na descrição renascentista do que é novo, os primeiros relatos das novas riquezas naturais são marcados pelo antropocentrismo definidor das relações entre o ser humano e o resto da natureza, e cada animal ou planta observado e descrito é comparado a formas vivas já conhecido aos olhos europeus. Tal pode ser verificado, por exemplo, na descrição de Anchieta do manatim - boi-marinho ou peixe-boi no Brasil, peixe-mulher em África -, animal que “*em tamanho, excede a um boi, cobre-se com sua dura pelle, semelhante pela côr á do elephante; tem no peito duas especies de azas, com as quaes pôde nadar, debaixo das quaes crescem 96nten, onde cria os filhos, a cabeça é semelhante em tudo á do boi*”<sup>356</sup>.

A contribuição do Padre José de Anchieta para a história natural brasileira é, de facto admirável, com a descrição minuciosa das observações pessoais que foi registando

---

Fabiano BRACHT, Gisele C. CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds.), *Cross-cultural Exchange and the Circulation of Knowledge in the First Global Age*, Porto, CICTEM, 2018, pp. 103-124.

<sup>350</sup> Pêro Magalhães de GÂNDAMO, *Historia da provincia de sancta Cruz a qui vulgarmente chamamos Brasil*, Impresso em Lisboa, Oficina de António Gonçalves, 1576, 48 fls.

<sup>351</sup> *Idem*, fl. 31.

<sup>352</sup> *Idem*, fls. 31v-32.

<sup>353</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2016b, p. 47.

<sup>354</sup> *Idem*, pp. 52-55.

<sup>355</sup> *Idem*, p. 60.

<sup>356</sup> ANCHIETA, *Op. cit.*, 1900, pp. 11-12.

nos seus documentos. Apesar de completamente novo, a utilidade do manatim foi desde logo notada, principalmente por ser utilizado por comunidades indígenas costeiras e ribeirinhas do Brasil. Compreendendo os hábitos comportamentais dos manatins, nomeadamente a sua lenta movimentação e dieta com base em plantas aquáticas nas margens dos rios e costeiras, o conhecimento sobre a existência deste animal, as técnicas para a sua captura e os seus usos foram adquiridos junto dos indígenas pelos europeus.

Com base nestes novos elementos naturais, começa a construir-se uma nova cultura, que viria a marcar esta época de renascimento com um olhar próprio não só da natureza tropical, mas também da natureza dos países de origem daqueles que a relatavam<sup>357</sup>. A própria forma de descrever os novos elementos naturais, comparando-os com os que eram conhecidos no velho mundo, é de facto, eurocêntrica. Mas pode também ser vista, como defendido por Antonello Gerbi, numa perspetiva que reconhece familiaridade com os animais e elementos naturais:

“Saying that a new – generally animal or plant – species is “like in Europe”, (...) or like “in our country” (...) means accepting it within one’s own mental horizon, appropriating it to the known and familiar world, recognizing that it possesses the normality, traditionality, and rationality of the animals and plants of our own climes. It means, therefore, automatically extending the knowledge that we have of the nature of our own world to the nature of every part of the world – thus to the New World too, and as it were being happily reassured to recognize the species to which we are accustomed, which we can trust, of which we do not need to be wary. The exotic becomes familiar”<sup>358</sup>.

Para além dos animais e das plantas das Américas que começaram a ser enviados para a Europa, chegavam notícias de uma terra de infinitas possibilidades comerciais, que se baseavam na exploração dos territórios e dos recursos. Este encontro dos europeus com um mundo que lhes era novo, de onde chegavam mercadores e oficiais com novas fontes de receitas para o Estado, moldou uma nova cultura material e promoveu uma mudança na perceção da natureza que passa agora a ser vista de forma pragmática e utilitária. Essas novas noções passaram a ter como base a experiência e afastavam-se, cada vez mais, dos contextos literários tradicionais. As noções clássicas não integravam, como bem sabemos, o tamanho da Terra, um novo continente, a vida da Zona Tórrida, ou animais como os

---

<sup>357</sup> LOPES, *Op. cit.*, 2000; GERBI, *Op. cit.*, 2010.

<sup>358</sup> GERBI, *Op. cit.*, 2010, p. 6.

manatins<sup>359</sup>. Contudo, na sua *Visão do Paraíso*, Sergio Buarque de Holanda defende que a novidade, mesmo que estupenda ou imprevista não provocou uma reelaboração ou uma reinterpretação da natureza, mas sim um aumento no conhecimento dos novos fenómenos no conjunto do que era conhecido. As descrições e reflexões dos primeiros autores sobre o Brasil são marcadas, muito mais do que por extravagâncias que desafiassem a ordem da natureza, por uma “inspiração prosaicamente utilitária”, com base na experiência imediata<sup>360</sup>. Maria João Dodman assenta que os Portugueses não estavam preparados para lidar com e conquistar o desconhecido território brasileiro, e o controlo da natureza foi uma necessidade não só do processo de colonização, mas da própria sobrevivência. E de facto, a par com os elementos exóticos, os elementos maravilhosos e a abundância de provisões, encontramos um discurso baseado na produção e no lucro<sup>361</sup>.

O estabelecimento dos Impérios Ibéricos nas Américas e os interesses comerciais que moviam essa ocupação, tal como acontecia na Ásia, exigiram o desenvolvimento empírico de práticas de apropriação da natureza<sup>362</sup>. O encontro com a nova e exuberante natureza americana impôs a produção de relatos que a apresentassem ao resto do mundo e foi necessário conhecer os nomes indígenas dos animais e das plantas, bem como a sua origem etimológica, as suas utilidades, identificar os espécimes perigosos e distinguir os venenosos dos comestíveis<sup>363</sup>. No seio do Humanismo, que se desenvolve no período renascentista, são as necessidades do ser humano que dirigem o conhecimento. Os elementos naturais conhecidos, ou por conhecer, envolvem-se numa certa noção de finalidade já que “*todos os elementos e bens existentes no universo, desde a lua até o amago da terra, parece que foram feitos para o homem. E, na realidade, assim é. Porquanto a natureza, mãe de todas as coisas, sempre refez ou guardou em si mesma os mais preciosos e excelentes dons de sua obra*”<sup>364</sup>.

---

<sup>359</sup> Antonio BARRERA, “Local Herbs, Global Medicines. Commerce, Knowledge, and Commodities in Spanish America”, in Pamela H. SMITH & Paula FINDLEN (eds.), *Merchants & Marvels: Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*, Nova Iorque/ Londres, Routledge, 2002, p. 164.

<sup>360</sup> Sérgio Buarque de HOLANDA, *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, Brasiliense/ Publifolha, 2000, p. 5.

<sup>361</sup> DODMAN, *Op. cit.*, 2019, pp. 99-100.

<sup>362</sup> Maria Elice Brzezinski PRESTES, *A investigação da natureza no Brasil colônia*, São Paulo, Annablume/ Fapesp, 2000, p. 24.

<sup>363</sup> PRESTES, *Op. cit.*, 2000, p. 25.

<sup>364</sup> Primeiro parágrafo do Capítulo I da obra do padre franciscano francês Frei André THEVET, *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de America*, Prefácio, ed. Estevão Pinto, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1944 (1558), p. 49.

É efetivamente pelo uso que são oferecidos alguns elementos de identificação e de organização do conhecimento dos seres naturais como se pode ver, mais uma vez na obra de Léry quando afirma que “*na descrição dos animais silvestres do país (...) começarei pelos que servem de alimentação*”<sup>365</sup>. Portanto, conhecer um animal ou planta significa entendê-lo como um elemento do quotidiano humano, inserido nas práticas de recolha, caça ou pesca, na dieta alimentar, no aproveitamento das suas partes e dos seus produtos, sobrepondo-se muitas vezes a sua utilidade à descrição visual, anatómica ou comportamental. Estas práticas empíricas tinham por base a necessidade de controlo dos recursos humanos e naturais no Novo Mundo e, mais particularmente, da procura de recursos que trouxessem lucro ao Velho Continente<sup>366</sup>. As características da natureza local foram adaptadas no sentido de servir os objetivos e interesses europeus de comércio e exploração de recursos naturais, num processo de transformação e exploração da natureza<sup>367</sup>. Neste contexto global emergente, a natureza foi secularizada e encarada em termos empíricos, e tornou-se uma “contingent reality adaptable to human plans and needs and a collection of commodities, or curiosities ready for exploitation or collection”<sup>368</sup>.

Para isto, os colonos europeus beneficiaram dos saberes e conhecimento tradicional das populações indígenas, nomeadamente sobre as plantas comestíveis e medicinais, métodos de cultivo, técnicas de pesca e caça, e adotaram os seus estilos de construção de habitações e embarcações<sup>369</sup>. A relação das comunidades indígenas com a natureza, tendo por base princípios do animismo, com a atribuição de características mágicas e divinas a elementos naturais, era estruturalmente diferente da europeia<sup>370</sup>. Como tal, não é de admirar que os primeiros relatos de europeus, fundamentados em princípios do cristianismo os quais também moldavam a sua relação com o mundo natural e com os animais, retratem aquelas populações a par dos elementos naturais. Os índios

---

<sup>365</sup> LÉRY, *Op. cit.*, p. 206.

<sup>366</sup> BARRERA, *Op. cit.*, 2002, p. 165.

<sup>367</sup> *Idem*, p. 174.

<sup>368</sup> *Idem*, pp. 164-175.

<sup>369</sup> Francisco Adolpho de VARNHAGEN, *História Geral do Brasil...*, Tomo Primeiro. 1ª Edição, Madrid, Imprensa V. de Dominguez, 1854; DODMAN, *Op. cit.*, 2019, p. 101.

<sup>370</sup> Ver por exemplo Jessica FERREIRA, Dione da Rocha BANDEIRA, Fabiana COMERLATO & Jefferson Batista GARCIA, “Cetáceos do Litoral Sul Brasileiro: uso e representações simbólicas entre sambaquianos e ceramistas proto-jê da baía da babitonga”, in Wellington CASTELLUCCI JUNIOR & Daniel QUIROZ (orgs.), *Baleeiros do Sul II. Antropologia e história da indústria baleeira nas costas sul-americana*, Salvador, EDUNEB, 2018, pp. 39-58; Cristina BRITO, “Pessoas, manatins e o ambiente aquático na América moderna: Confluência e divergência nas interações históricas entre humanos e animais”, Dossier Especial Sociedades e Rios, José Augusto PÁDUA & Rafael CHAMBOULEYRON (eds.), *Revista Brasileira de História*, vol. 39, n. 81, 2019b, 22 pp.

Tupi eram recoletores, agricultores e pescadores, e tinham um extenso conhecimento sobre a flora e a fauna. Para além disso, sabiam como preservar alimentos e armazenavam centenas de espécies de frutos, apesar de não praticarem uma agricultura intensiva. Exploravam, como veremos de seguida, inúmeras espécies marinhas e de água doce, onde se incluem peixe e marisco, e mamíferos marinhos, bem como espécies terrestres como veados, macacos, tartarugas, crocodilos, preguiças, capivaras, tapires, pacas, lontras, ou ainda aves, ratos e lagartos, entre tantas outras espécies de abundância variável e sazonal mas que consistiam importantes fontes de proteína<sup>371</sup>. A produção de excedentes e a conservação dos alimentos por parte dos Tupi permitiu o provisionamento das frotas de Portugal com importantes recursos de subsistência para as viagens, como por exemplo peixe seco e mandioca, que carregavam em terra<sup>372</sup>.

Os europeus rapidamente se confrontaram com a facto de não ser possível utilizar o trabalho forçado dos ameríndios. Não obstante, a dizimação de muitos grupos nativos pela guerra e pela introdução de doenças europeias, como a varíola<sup>373</sup> foi uma das formas de imperialismo ecológico referidas por Alfred W. Crosby, considerando que os patogénicos do Velho Mundo constituíram um meio para o êxito dos impérios europeus no Novo Mundo, através da devastação das populações indígenas e pela dominação demográfica dos novos territórios<sup>374</sup>. O conhecimento sobre as Américas vai sendo assim marcado por um novo processo de demanda e recolha de informações sobre o mundo natural e os recursos naturais, formalizado em decretos reais<sup>375</sup>. No século XVI germina uma nova mentalidade, agora empírica, que fundamenta o critério de verdade no saber recolhido pela experiência, em oposição ao da autoridade dos clássicos<sup>376</sup>. A associação entre conhecimento, tecnologia e poder, entre conhecimento da *natura* e os métodos necessários ao aperfeiçoamento dos instrumentos de medição, registo, navegação, eram já um dado adquirido no mundo português de Quatrocentos e na Ibéria de Quinhentos<sup>377</sup>. A emergência e institucionalização de práticas empíricas na Europa surgiu de várias e distintas áreas, como a navegação, a conceção de instrumentos e patentes, questionários

---

<sup>371</sup> DEAN, *Op. cit.*, 1995, pp. 30-31.

<sup>372</sup> *Idem*, p. 31.

<sup>373</sup> Charles R. BOXER, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1969, p. 98.

<sup>374</sup> Sobre esta matéria ver a obra já citada CROSBY, *Op. cit.*, 1993, principalmente o capítulo 9 “Doenças”, pp. 175-192.

<sup>375</sup> BARRERA-OSORIO, *Op. cit.*, 2006, p. 87.

<sup>376</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, 2018, p. 211.

<sup>377</sup> *Idem*, p. 247.



e relatos, de onde se releva o papel de pilotos, artesãos, mercadores e funcionários da Coroa que, com experiência prática ou conhecimento teórico, compreendiam melhor o Novo Mundo e construíam mais e melhor conhecimento<sup>378</sup>. Numa escrita maioritariamente descritiva, os navegadores, cronistas, comerciantes, padres, missionários, funcionários, soldados, eruditos, entre outros, recolhiam e registavam o que viam ou viviam, ou relatavam estórias que tinham ouvido, construindo em tantos casos relatórios exaustivos resultantes de viagens sistemáticas de reconhecimento<sup>379</sup>. Com o estímulo das Coroas europeias, aqueles agentes promoveram a circulação de ideias e de outras histórias naturais que foram surgindo nos próprios territórios extraeuropeus e tomaram uma circulação transatlântica, existindo assim várias formas de “fazer” História Natural, no final de Quinhentos e início de Seiscentos, a partir de uma pluralidade de projetos intelectuais, convergentes e conectados<sup>380</sup>.

Sobre a América Espanhola, destaque seja dado à obra cosmográfica de Alonso de Santa Cruz e para a designação de Gonzalo Fernández de Oviedo, em 1532, como cronista das Índias, encarregue de escrever a sua História Social e Natural, contemplando as terras e ilhas, os animais, e a sua “estranheza”<sup>381</sup>. A nomeação de Oviedo para este cargo marca uma época de institucionalização de mecanismos para a obtenção de informação sobre a história natural do Novo Mundo, através da qual seria possível tornar a América habitável aos Europeus e tornar a sua ocupação economicamente viável, através de uma (obrigatória) “transformação ecológica do Novo Mundo”, como apelidou Antonio Barrera-Orsorio<sup>382</sup>.

Já em 1526 havia sido publicado o *Sumario de la natural historia de las Indias*, de Oviedo, mas o seu testemunho foi nessa altura, mais do que um retrato da natureza, uma coleção de ‘maravilhas’. Ainda assim encontramos nesta sua obra o Capítulo LXXXIII dedicado aos pescados e pescarias, no qual menciona, entre várias espécies de peixes, crustáceos e cefalópodes, “*tortugas grandísimas, y muy grandes tiburones, y manatíes, y morenas, y otros muchos pescados, y de tanta diversidad y cantidad de ellos, que no se podría expresar sin mucha escritura y tiempo para lo escribir*”<sup>383</sup>. Aqui o autor

---

<sup>378</sup> BARRERA-OSORIO, *Op. cit.*, 2006, p. 100.

<sup>379</sup> RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, 2016, pp. 47- 48.

<sup>380</sup> José PARDO-TOMÁS, “Making Natural History in New Spain, 1525-1590”, in Helge WENDT (ed.), *The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World*, Berlim, Max Planck Institute for the History of Science, 2016, p. 48.

<sup>381</sup> BARRERA-OSORIO, *Op. cit.*, 2006, pp. 85-86.

<sup>382</sup> *Idem*, p. 87.

<sup>383</sup> OVIEDO Y VALDÉS, *Op. cit.*, 1950, p. 255.

faz referência à diversidade e abundância das espécies, destacando ainda a tartaruga, o tubarão e o manatim de forma mais aprofundada.

No próêmio da sua *Historia General y Natural de las Indias*, Oviedo assegura que, mesmo seguindo Plínio, e portanto com base no conhecimento clássico, dirá também o que testemunhou não só através da observação direta, como pela experiência de ter consumido ou provado a maior parte dos animais retratados, “*para que tambien pueda en el gusto, como en la forma dellos testificar lo que he podido intendader é considerar destas cosas*”. Numa junção entre o legado da Antiguidade e a sua experiência pessoal, recomenda assim Oviedo “*que el lector oyga com atencion, é aviendo por máxima lo que tengo dicho, entienda que no lee fábulas*”<sup>384</sup> já que os seus textos são “*escriptos para notificar verdades y secretos de la natura (...)*”<sup>385</sup>. Já na primeira parte da sua *Historia General y Natural de las Indias*, Oviedo dedica o 13º livro aos animais da água. Este livro é constituído por dez capítulos dedicados, sequencialmente, a “*pescados*” do mar e dos rios, baleias, peixe “*vihuela*”, peixes voadores, lobos-marinhos, tubarões, marrazos, tartarugas, manatim, rãs e sapos; sendo o capítulo mais extenso o dedicado ao manatim, o autor fornece ainda uma das primeiras ilustrações deste animal<sup>386</sup>. Sobre as baleias, estas surgem no capítulo II, “*De las ballenas que hay en las costas é mares destas Indias é islas de Tierra-Firme*”. O autor refere que não pôde medir nenhuma baleia porque não observou nenhuma em terra mas afirma que segundo a informação dos homens do mar, e daquilo que os próprios animais mostram na água, não se julga que sejam menores dos que as que se encontram e matam na costa de Espanha; antes pelo contrário, “*las ballenas que acá hay son los mayores animales de agua*”<sup>387</sup>. Tal como Alonso de Santa Cruz também refere, “*las ballenas, por estos mares, son de extrema grandeza, como dijimos haberlas en todo el mar septentrional*”<sup>388</sup>.

Os relatos, descrições e representações de animais, abriram um novo período da economia global da natureza e na forma de fazer história natural pelos naturalistas europeus,

---

<sup>384</sup> OVIEDO Y VALDÉS, *Op. cit.*, 1851, p. 423.

<sup>385</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>386</sup> *Idem*, CAPÍTULO IX. “*Del manati y de su grandeza é forma, é de la manera que algunas vezes los indios tomaban este grande animal con el pexe reverso, é otras particularidades*”, pp. 433-437. A ilustração fornecida na edição consultada (1851) não é idêntica à ilustração original. Para além de outras publicações, a ilustração original pode ser consultada em VIEIRA & BRITO, *Op. cit.*, 2017, p. 519.

<sup>387</sup> OVIEDO Y VALDÉS, *Op. cit.*, 1851, p. 425.

<sup>388</sup> SANTA CRUZ, *Op. cit.*, 1983, p. 304. Nesta obra há também referência a lobos marinhos “*Los lobos marinos son de muchas colores y muy veloces en el andar*”.

quer fosse com base nas suas observações pessoais ou na literatura de viagem produzida por pilotos, viajantes, missionários, entre tantos outros. À Europa chegavam agora animais das Américas que integravam todos os tipos de coleções e gabinetes de curiosidade, de naturalistas a príncipes, e a variedade de espécies de fauna e flora sugeria uma proposta de sistematização dos seres vivos<sup>389</sup>. Os cetáceos, pelas suas dimensões e dificuldade de conservação, não podiam ser enviados inteiros ou completos, mas estão presentes nos documentos escritos e nas ilustrações, e partes dos animais, como ossos, barbas ou dentes podem ser identificadas em desenhos-réplica dos gabinetes<sup>390</sup>.

Várias cartas escritas pela mão do naturalista italiano Ulisse Aldrovandi enviadas a Filipe I e aos seus oficiais, atestam a urgência que borbulhava nos círculos políticos e científicos europeus de mapear sistematicamente o novo mundo. Inspirado por vários naturalistas europeus, o trabalho e a obra de Aldrovandi são efetivamente ímpares, até no que ao estudo dos cetáceos diz respeito<sup>391</sup>. Com recursos financeiros para obter produtos e espécimes de África e da América, Aldrovandi erigiu um dos maiores e mais impressionantes gabinetes de curiosidades da época e viria a ser considerado por Buffon e Lineu como o pai da História Natural. Em 1567, Aldrovandi sugere a necessidade de uma expedição acompanhada por pintores, escritores e colecionista com o objetivo de compor uma história dos objetivos naturais, plantas e animais das Índias Ocidentais. O naturalista tentou persuadir aquele monarca para que ele próprio liderasse a missão científica e mais tarde viria a reclamar para si a ideia por detrás da expedição levada a cabo por Francisco Hernández (1571-1572)<sup>392</sup>.

As inúmeras expedições financiadas pela Monarquia Hispânica e o mapeamento geográfico e natural foram elementos essenciais para a exploração e a governança dos territórios coloniais. Este impulso permitiu a abertura do mundo a novas realidades que

---

<sup>389</sup> Bruno Martins Boto LEITE, “Animalia, exotica & mirabilia. Os animais brasileiros na cultura europeia da época moderna de Thevet a Redi”, in *Representações da fauna no Brasil: séculos XVI-XX*, Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editora, 2014, p. 52.

<sup>390</sup> Ver Figura 2 do Anexo B.

<sup>391</sup> No trabalho de Ulisse Aldrovandi encontramos zonas de transição entre grupos bem definidos de seres vivos, que podiam variar entre seres biológicos e fabulosos, entre plantas, animais e monstros, e vai ser o primeiro a tratar de forma separada e sistemática os peixes – naquele que é o primeiro livro de ictiologia – e os mamíferos marinhos, considerando os cetáceos num livro próprio *De Cetis*. Sobre esta matéria ver Cristina BRITO, “The monstrous in Aldrovandi and the natural order of marine animals in the 17<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries”, in Adelino CARDOSO, Manuel Silvério Marques & Marta MENDONÇA (orgs.), *Natureza, causalidade e formas de corpreidade*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus/ CHAM, 2016a, pp. 177-192.

<sup>392</sup> LEITE, *Op. cit.*, 2014, p. 52; Adam WICKBERG, “Plus ultra: Coloniality and the mapping of American natureculture in the empire of Philip II”, *Necus, European Journal of Media Studies*, 2018, p.8.

tinham de ser conhecidas e reconhecidas para uma legítima apropriação dos espaços e dos recursos, e na validação de que um determinado pedaço de terra pertencia agora a um determinado império<sup>393</sup>. O Novo Mundo era, efetivamente, uma fonte de riqueza, e as Coroas Ibéricas procuravam e suportavam atividades comerciais nos novos territórios, centradas na procura por produtos e mercadorias e no melhoramento de tecnologias e instrumentos, atividades essas baseadas no estudo empírico da natureza. O estabelecimento ibérico nas Américas exigiu um conhecimento prático do mundo natural, através de instituições, práticas e mecanismos de exploração da natureza, mapeamento de novas terras e oceanos, recolha e coleção de mercadorias, curiosidades e informações. Sem conhecerem a geografia, as características do ambiente e da natureza, ou as pessoas do Novo Mundo, tanto as autoridades reais como os mercadores precisavam de informação prática e, por isso, a acumulação de evidências empíricas constituiu a base para a tomada de decisões políticas e económicas, bem como para lidar com o crescente fluxo de objetos, produtos e informações que circulavam pelo Atlântico. Seria da convergência destas atividades imperiais que emergiria esta cultura empirista que viria a suportar o desenvolvimento da ciência moderna, e que era promovida não só pelas instituições do estado, mas também por mercadores, exploradores e oficiais<sup>394</sup>.

Na sua apropriação do território e das pessoas que ocupavam esses espaços, os Europeus apropriaram-se igualmente dos ambientes naturais, das plantas e dos animais e transformaram-nos em recursos comercializáveis que passam a entrar nas rotas marítimas de contacto entre a Europa, África e as Américas, estabelecidas desde o século XVI. Esta é uma apropriação física e material, mas também uma apropriação dos conhecimentos e práticas indígenas, ambientais e culturais, assim como do acesso local aos recursos e às formas de os usar. Esta mercantilização da natureza tropical, de domínio dos Impérios sobre o ambiente, fez chegar novidades, em forma de produtos extraídos do ambiente, a todas as partes do globo. Da mesma forma, a informação acumulada passa a integrar sistemas europeus de produção de conhecimento e de desenvolvimento científico hegemónicos. No comércio e na ‘ciência’, recorreu-se, em alguns casos, aos saberes, à experiência autóctone e à sua replicação, adaptando-se práticas locais ou transferindo técnicas nativas para uso de recursos semelhantes, com uso de mão de obra local e/ou escravizada. Assim foi possível aos europeus aprender, aplicar e desenvolver sistemas

---

<sup>393</sup> WICKBERG, *Op. cit.*, 2018, p. 1.

<sup>394</sup> BARRERA-OSORIO, *Op. cit.*, 2006, pp. 5-7.

globais e imperiais de exploração dos recursos naturais. Noutras situações, foram aplicadas práticas europeias nos novos territórios explorados, com uma transferência de conhecimento do mundo europeu para o Novo Mundo, como seria o caso da baleação tal como veremos.

## II. 2. PERCEÇÕES E EXPLORAÇÕES NATIVAS E EUROPEIAS

### II. 2. 1. Utilizações pré-históricas e indígenas de cetáceos

A chegada dos europeus ao continente americano não marca o ponto de partida da exploração e transformação de ecossistemas naturais, tão somente um momento-chave de alteração de processos e práticas. Na realidade, a presença humana na América do Sul está registada desde há, pelo menos, 14.000 anos<sup>395</sup>. Durante todo este período as pessoas têm modificado vários tipos de ecossistemas pela procura de alimento, caça, pesca, desmatamento e fogo posto, agricultura, consumo de água, extração mineira, e desenvolvimento de aglomerados populacionais. Com o desenvolvimento e expansão das populações humanas, desenvolveu-se o cultivo de plantas no sul do México, nos Andes tropicais e na Amazônia, com o desenvolvimento de colheitas de milho, batatas, cacau e mandioca. A ocupação que aconteceu em zonas próximas ou junto a cursos de água dependeu profundamente da pesca e da caça de animais como veados, macacos, capivaras, tapires, pacas, coelhos e coatis<sup>396</sup>. Mamutes, mastodontes, preguiças gigantes, entre outros grandes animais terrestres que ocupavam o continente americano tinham visto o seu declínio no final do Pleistoceno (entre 2.5 milhões e 12 mil anos atrás). Consequentemente, a utilização da zona costeira foi uma importante estratégia de sobrevivência, permitindo novas áreas de dispersão das populações humanas e promovendo a exploração de novos recursos, como as grandes baleias e outros mamíferos marinhos<sup>397</sup>. Uma das mais expressivas e impressionantes representações da antiga relação dos humanos com o mar e seus recursos, na América do Sul, é a arte rupestre de El Médano, no Deserto de Atacama, no Chile. Na interface entre o mais árido deserto do mundo e a costa banhada pelo Pacífico, habitantes de uma cronologia ainda por determinar (eventualmente cerca de A.D. 1000-1430), deixaram imagens espetaculares gravadas em rocha, coloridas a vermelho, de várias espécies de peixes e mamíferos marinhos, bem como de cenas de caça, onde se incluem balsas de pesca, caçadores/ pescadores, e utensílios de caça e pesca. Estudos arqueológicos

---

<sup>395</sup> DEAN, *Op. cit.*, 1995, p. 20.

<sup>396</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>397</sup> CROSBY, *Op. cit.*, 1993; Roger H. COLTEN & Jeanne E. ARNOLD, "Prehistoric Marine Mammal Hunting on California's Northern Channel Islands", *American Antiquity*, vol. 63, n. 4, 1998; Pedro Volkmer de CASTILHO, "Utilization of cetaceans in shell mounds from the southern coast of Brazil", *Quaternary International*, vol. 180, 2008.

recentes apontam para a presença de uma sociedade especializada na exploração ativa de recursos marinhos como baleias, golfinhos, leões marinhos, tartarugas, tubarões, tunídeos, espadartes, marlins e lulas, e que concebiam utensílios como anzóis feitos com conchas, ossos, espinhos de catos e cobre, cordas de algodão, redes, pesos de pedra, arpões e balsas de pele de leão-marinho<sup>398</sup>. No conjunto destas pinturas, os animais marinhos e as cenas de captura estão presentes em grande número, através de representações complexas onde se pintam, em simultâneo, a presa, a técnica e o caçador. Tendo sido dado grande ênfase à cena de pesca/ caça, a figura humana foi aqui sub-representada. Pelo contrário, o animal está sobre representado através do seu tamanho exagerado comparativamente aos outros elementos da ação, e também pelo detalhe com que é desenhado, nomeadamente a sua anatomia e fisiologia, num estilo que posiciona a presa como protagonista<sup>399</sup> (Figura II.2.1.).



**Figura II.2.1.** Cena de caça de golfinhos e baleias. Pormenor das pinturas rupestres de Izcuña, Chile. Fonte: Benjamín BALLESTER, “El Médano rock art style: Izcuña paintings and the marine hunter-gatherers of the Atacama Desert”, *Antiquity Publications*, vol. 92, n. 361, 2018b, p. 141.

<sup>398</sup> Benjamín BALLESTER, “El Médano rock art style: Izcuña paintings and the marine hunter-gatherers of the Atacama Desert”, *Antiquity Publications*, vol. 92, n. 361, 2018b, pp. 132-133.

<sup>399</sup> BALLESTER, *Op. cit.*, 2018b, pp. 139-140.

Estes estudos arqueológicos, que incluem também a análise de vestígios materiais, como ossos de animais encontrados nas sepulturas escavadas, por vezes significativamente afastadas da zona costeira, têm permitido uma clarificação sobre a importância dos cetáceos, e das baleias em particular, na cultura material, simbolismo, imaginário e economia dos povos que habitaram a região chilena antes do contacto europeu<sup>400</sup>.

Na costa sul-americana atlântica, nomeadamente no sul do Brasil, a relação das comunidades humanas pré-históricas com os animais do mar tem vindo a ser comprovada pela análise dos vestígios encontrados em locais arqueológicos, com especial enfoque no estudo dos sambaquis<sup>401</sup>. Os sambaquis são elevações estruturadas por camadas sucessivas de conchas, misturados com restos alimentares, como ossos de animais, associados a vestígios de fogueira, artefactos líticos e ósseos, em muitos casos com registo de sepultamentos humanos, que podem chegar aos 300 metros de comprimento e até 25 metros de altura. Nestes aglomerados arqueológicos encontram-se vestígios de peixes, aves, répteis, mamíferos e restos vegetais. Por esse motivo, permitem compreender os recursos naturais que integravam a alimentação das antigas populações residentes no litoral brasileiro desde, pelo menos, há 8.000 anos e até 300 anos antes da chegada dos Europeus à América<sup>402</sup>.

Normalmente nas proximidades de zonas de elevada produtividade como mangais, rios e lagos, estas acumulações de conchas foram erigidas pelos primeiros pescadores-caçadores-recolectores, os primeiros grupos de humanos a ocupar a costa, por exemplo, do que é hoje o estado de Santa Catarina<sup>403</sup>. Aqui, nas peças encontradas em sambaquis, inclui-se uma parte de uma bula timpânica de uma baleia na qual foi feita uma gravação por incisão e um possível bastão feito com osso de baleia também com incisões decorativas, sendo estes objetos de prestígio ou com emprego em rituais. Outros vestígios de baleias como discos perfurados, espátulas, pontas ósseas, zoólitos, entre outros, foram também encontrados nestes aglomerados<sup>404</sup>. Estas comunidades pré-históricas, cujas práticas e

---

<sup>400</sup> BALLESTER, *Op. cit.*, 2018a, 2018b.

<sup>401</sup> Ver obras referidas nas notas seguintes.

<sup>402</sup> DEAN, *Op. cit.*, 1995, p. 24; Teresa Domitila FOSSARI, *A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina*, Tese de doutoramento, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004, p. 83; Pedro Volkmer de CASTILHO & Paulo César SIMÕES-LOPES, "Sea mammals in archaeological sites on the southern coast of Brazil", *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 18, 2008, p. 101.

<sup>403</sup> FOSSARI, *Op. cit.*, 2004, p. 81.

<sup>404</sup> Fabiana COMERLATO, *As representações rupestres do litoral de Santa Catarina*, Tese para obtenção do grau de Doutor. Ilha de Santa Catarina, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005, pp. 128-129; FERREIRA et al., *Op. cit.*, 2018.



modos de vida se estenderam às populações indígenas recentes, não parecem ter sido especializadas na caça de mamíferos marinhos. Contudo, caçavam ocasionalmente pinípedes e eventualmente golfinhos e várias espécies de tubarões e outros peixes, para além de utilizarem baleias arrojadas na costa. As baleias entravam, portanto, nas suas dietas alimentares e integravam a cultura material daquelas populações de sambaquianos e povos ceramistas, atuando como importantes fornecedores de proteína animal, extração de óleo dos seus ossos, bem como matéria prima para a produção de artefactos e de pequenas construções nos espaços habitacionais e de vivência comum<sup>405</sup>.

Na sua obra de referência sobre a baleação no Brasil, Myriam Ellis, com base em Melquíades Pinto Paiva<sup>406</sup>, admitia a hipótese de indígenas do Ceará caçarem cachalotes. O autor escrevera, referindo-se já ao período colonial, que o “antigo escambo de ambergris, praticado pelos indígenas do Ceará com traficantes que visitavam o nosso litoral, não se baseava na simples coleta de praia do produto, mas que resultava de uma organizada atividade indígena de caça do cachalote”<sup>407</sup>. No entanto, no decorrer deste estudo, não encontramos, quer na revisão de bibliografia, quer na análise das fontes, nenhuma evidência de captura intencional de baleias, na costa do Brasil, pelas populações indígenas. Esta opinião é também partilhada pelo historiador brasileiro Warren Dean, que afirmou que os índios Tupi “*had not, however learned to kill whales, which spawned in Guanabara Bay in great number in summer*”<sup>408</sup>.

O mesmo não aconteceu noutros locais do Novo Mundo, onde a atividade foi descrita por cronistas ibéricos. Destaque aqui para a caça de baleias praticada pelas populações nativas da região que corresponde hoje à Florida, nos Estados Unidos da América. Aqui, a “*delicada y espantosa caça*”<sup>409</sup> de baleias pelos ameríndios foi descrita, senão antes, por Nicolas Monardes, na sua *Historia Medicinal*, publicada na década de 1670. Sem nunca ter conhecido as latitudes americanas, o médico espanhol escreveria -

---

<sup>405</sup> FOSSARI, *Op. cit.*, 2004; CASTILHO & SIMÕES-LOPES, *Op. cit.*, 2008, p. 110.

<sup>406</sup> Melquíades Pinto PAIVA, “Uma hipótese histórica - A caça do cachalote por indígenas Cearenses”, *Revista do Instituto do Ceará*, 1968, t. LXXXII, p. 95-98.

<sup>407</sup> PAIVA, *Op. Cit.*, 1968, p. 96. Várias fontes históricas fazem referência à utilização de âmbar-gris por parte de indígenas, em diferentes regiões do Brasil.

<sup>408</sup> DEAN, *Op. cit.*, 1995, p. 30.

<sup>409</sup> Nicolás MONARDES, *Primera y segunda y tercera partes de la historia medicinal, de las cosas...*, Sevilla, En casa de Alonso Escrivano, 1574, fl. 93.

entre as frequentes dissertações sobre a origem do âmbar-cinzentos - um breve apontamento sobre uma singular prática de caça:

*“Dizen estos que vienen dela Florida, que ay Vallenos por aquellas costas, y que las han muerto, y no les hallan Ambar ni otra cosa en el buche: mas que pescados: y que a Vallenos sus hijos, que son de mucha grandeza, aunque los han muerto no le hallan ninguna cosa, porque los Indios los pescan y toman, con la mayor destreza que se puede imaginar, y es. Que toma un Indio un cordel largo y rezio, con cierta lazada hecho, y metese en una Canoa, y vasse ala parte do vee venir la Vallenna con sus hijos, y llegase al uno dellos, y salta encima del, y echale luego el lazo al hocio: el Vallenato como siente esto, vase a lo profundo dela mar, y el Indio abraçado cõ el, por~q son grandes nadadores, y sufren estos mucho estar en el agua: el Vallenato, como tiene necesidad de resollar torna a subir a lo alto, en este tiempo que sube, el Indio lleva una cuña aguda, y mete se la por la nariz por do resuella, y dale con el puño, de modo que la mete de tal manera, que el Vallenato no la puede echar de si, y como sube a lo alto el Indio dale cordel, y toma su Canoa, y vasse tras el Vallenato, que como no puede resollar, facilmente se ahoga, y se viene a Tierra. Que cierto es delicada, y espantosa caça: en las quales tienen tanta destreza”<sup>410</sup>.*

Apesar de o autor não ter observado a cena, nem ter recebido a informação em primeira mão, e eventualmente até nem mesmo de uma única fonte, esta descrição fornece informação importante sobre dois pontos. Por um lado, a relação entre progenitora e cria - a baleia e o seu baleato -, sobre a qual já falámos anteriormente e que será um fator comum ao longo de toda esta história. Mais ainda por ser uma característica dos animais notada e utilizada tanto por europeus como pelos povos nativos americanos para facilitar a sua captura. Por outro lado, esta descrição parece pôr a descoberto uma captura com base na técnica de ‘drive-whaling’, já abordada no Capítulo I, forçando os animais a arrojarem na costa, tal como Monardes afirma que acontece ao baleato que, não podendo respirar, acaba por morrer e vem dar a terra.

A prática de saltar em cima do dorso do animal é uma prática exuberante e que pode ser posta em causa, se a considerarmos de permeio das narrações exaltadas das maravilhas

---

<sup>410</sup> *Idem, ibidem.*

do mundo extraeuropeu. Esta técnica recorda-nos, por exemplo, a tradição baleeira de Lembata e Solor na Indonésia. Aqui, a prática de caçar baleias antecedeu pelo menos dois séculos a chegada dos baleeiros americanos e ingleses e persiste ainda hoje. Nestas ilhas, os caçadores de baleias usam simples embarcações de madeira, a remo e vela, das quais atingem os animais com arpões manuais que arremessam com a força do seu próprio corpo através de um salto desde a embarcação para o dorso dos animais<sup>411</sup>.

A prática de saltar para o dorso da baleia, não deixa também de nos lembrar os métodos baleeiros tradicionais japoneses. Os animais, com cerca de 60 toneladas, eram cercados e presos com redes que podiam medir mais de 30 metros, sendo de seguida arpoados até à exaustão. Um baleeiro saltava depois para as suas costas e fazia um corte no septo do espiráculo, pelo qual fazia passar uma corda, e com o auxílio de vários homens, cortes e cordas prendiam o animal para, finalmente, o matar ao som de cânticos e rezas<sup>412</sup>. Esta cena foi ilustrada pelo artista Utagawa Kuniyoshi (1797-1861), que representou o guerreiro samurai japonês Miyamoto Musashi no dorso de uma baleia-franca do Pacífico (*Eubalaena japonica*) (Figura II.2.2.).



**Figura II.2.2.** Gravura de Utagawa Kuniyoshi ilustrando o samurai japonês Miyamoto Musashi no dorso de uma Baleia-Franca (1797-1861). Fonte: Commons Wikimedia consultado a 10.05.2019.

<sup>411</sup> Uma imagem desta prática pode ser encontrada na Figura 1 do Anexo B.

<sup>412</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1999, pp. 84-86; ARCH, *Op. cit.*, 2018, p. 52.

Regressando às Américas, Nicolás Monardes não seria o único cronista a dar conta desta forma de caçar baleias. Também o padre jesuíta José de Acosta iria referi-la em 1590, na sua *Historia Natural y Moral de las Indias* (sobre esta obra voltaremos a falar no próximo subcapítulo). No seu terceiro livro, Capítulo 15 “De diversos pescados y modos de pescar de los indios”, Acosta fornece uma descrição, mais detalhada do que Monardes, sobre o modo indígena de caçar baleias:

*“Pero más maravillosa es la pelea que tienen los indios com las ballenas, que cierto es una grandeza del Hacedor de todo dar a gente tan flaca como indios habilidade y osadía para tomarse com las más fiera y disforme bestia de cuantas hay en el universo, y no sólo pelear pero vencer y triunfar tan gallardamente. (...) El estilo que tienen (según me refirieron personas expertas) los indios de la Florida - donde hay gran cantidad de ballenas - es meterse en una canoa ou barquilla - que es como una artesa - y bogando llégase al costado de la ballena, y com gran ligereza salta y sube sobre su cerviz, y allí Caballero - aguardando tiempo - mete un palo agudo y recio que trae consigo por la una ventana de la nariz de la ballena - llamo nariz aquella fístula por donde respiran las ballenas - , luego le golpea com outro palo muy bien y le hace entrar bien profundo. Brama la ballena y da golpes en la mar y levanta montes de agua, y húndese dentro com furia, y torna a saltar no sabendo qué haceres de rabia. Estáse quedo el índio y muy caballero; y la enmienda que hace del mal hecho es hincarle outro palo semejante en la otra ventana y golpearle, de modo que le tapa del todo y le quita la respiración. Y com esto se vuelve a su canoa, que tiene asida al lado de la ballena com una cuerda; pero deja primero bien atada su cuerda a la ballena y, haciéndose a un lado com su canoa, va así dando cuerda a la ballena. La cual, mientras está en mucha agua, da vueltas a una parte y a otra como loca de enojo, y al fin se va acercando a tierra: donde com la enormidad de su cuerpo presto encalla sin poder ir ni volver. Aquí acuden gran copia de indios al vencido para coger sus despojos: en efecto la acaban de matar y la parten y hacen trozos, y de su carne - harto perversa - secándola y moliéndola hacen ciertos polvos que usan para su comida, y les dura largo tiempo”<sup>413</sup>.*

---

<sup>413</sup> ACOSTA, *Op. cit.*, 2008, p. 79.

Acosta também não observou pessoalmente a cena, tendo recebido esta informação de homens do mar e referindo diretamente a obra de Nicolás Monardes<sup>414</sup>. Acosta refere que esta ‘pescaria’ era contada muitas vezes e considera-a com importância para ser mencionada. Com o objetivo de seduzir tanto os seus leitores eruditos como um público mais alargado, José de Acosta junta na sua história descritiva, conteúdo filosófico, moral e científico, e a forma como a informação é organizada revela-se mais inovadora do que o conteúdo em si<sup>415</sup>. Ainda assim, ou talvez por esse motivo, esta estória das baleias da Florida viria a ser celebrada na obra editorial da família De Bry com uma ilustração intitulada *De indorum mira piscationis ratione* ou *De la extranã pesca de los indios* (Figura II.2.3).



**Figura II.2.3.** Caça de baleias ilustrada na coleção *Indias Occidentalis*, parte XI de Theodoro de Bry.

---

<sup>414</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>415</sup> *Idem*, p. XXVII.

Esta prática indígena não passou também despercebida aos olhos de Sir Richard Hawkins, na sua viagem pelo mar do Sul, em 1593. Na secção XIX, assim a descreveu o explorador inglês:

*“Another manner of fishing, and catching the Whale I cannot omit, used by the Indians in Florida; worthy to be considered, in as much as the barbarous people have found out so great a secret, by the industry and diligence of one man, to kill so great and huge a Monster; it is in this manner.*

*The Indian discovering a Whale, procureth two round billets of wood, sharpneth both at one end, and so binding them together with a cord, casteth himselfe with them into the Sea, and swimmeth towards the Whale; if he come to him, the Whale escapeth not; for he placeth himself upon his necke, and although the Whale goeth to the bottome, he must of force rise presently to breath, (for / which nature hath given him two great holes in the toppe of his head, by which every time that he breatheth, he spouteth out a great quantitie of water) the Indian forsaketh not his holde, but riseth with him, and thrusteth in a Logg into one of his Spowters, and with the other knocketh it in so fast, that by no meanes the Whale can get it out: That fastned, at another opportunitie, he thrusteth in the second Logg into the other Spowter, and with all the force he can, keepeth it in.*

*The Whale not being able to breath, swimmeth presently ashore, and the Indian a cock-horse upon him, which his fellowes discovering, approach to help him, and to make an end of him: it serveth them for their foode many days after”<sup>416</sup>.*

Também Francisco Hernandez deixaria registado nos seus livros *De la naturaleza*, a relação dos indígenas americanos com as baleias, afirmando a sua perícia na caça dos animais, já que “*enel nadar estos naturales, sō demas abelidad ~q nadie podra ymaginar, pues un yndio solo cō dos palos ò cuñas amodo de dos cuernos de cabra mata una Ballena, ~q en bizcaya para matar una arman cinquent navios*”<sup>417</sup>. Aqui o cronista não só dá conta das habilidades indígenas para caçar baleias de forma rudimentar como

---

<sup>416</sup> Richard HAWKINS, *The observations of Sir Richard Hawkins, Knight, in his Voyage into the South Sea. Anno Domini 1593*, Londres, Printed by I.D. for John Jaggard, 1622, pp. 47-48.

<sup>417</sup> Francisco HERNANDEZ, *Quatro libros. De la naturaleza, y virtudes de las plantas, y animales...*, Mexico, En casa de la viuda de Diego Lopez Daualos, 1615, fl. 196v.

compara essa habilidade à dos baleeiros bascos que, apesar de conduzirem a atividade com maior desenvolvimento tecnológico, não são tão bem-sucedidos.

Recorrendo às onze eras de baleação propostas por Reeves e Smith<sup>418</sup>, poucas operações foram identificadas como tendo emergido de iniciativas locais nas regiões tropicais, incluindo-se duas destas operações no Indo-Pacífico, mais concretamente na Indonésia e nas Filipinas. Aqui, os baleeiros ferem os animais com arpões e grandes anzóis feitos artesanalmente, e utilizam também tampões para obstruir os espiráculos e impedir a respiração dos animais, processando-os de seguida em terra<sup>419</sup>. Estas operações baleeiras estão incluídas na designada baleação ‘aborígene de subsistência’, que foi definida, em 1981, pela Comissão Baleeira Internacional como uma atividade com “fins de consumo por populações aborígenes locais, conduzida por pessoas aborígenes, indígenas ou nativas que partilhem fortes laços comunitários, familiares, sociais e culturais relacionados com uma dependência tradicional continuada com a baleação e o uso de baleias”<sup>420</sup>.

Certamente não podemos assegurar se, de facto, as pessoas caçavam baleias segundo os métodos “maravilhosos” descritos pelos cronistas e viajantes europeus, os quais, como lemos acima, consistiam em saltar para o dorso dos animais e tapar os seus espiráculos - orifícios de respiração dos cetáceos - com estacas de madeira, evitando assim que os animais respirassem. Mas, através dos seus relatos, podemos afirmar que as baleias eram intencionalmente caçadas e aproveitadas certamente enquanto importantes fontes energéticas.

No caso concreto do Brasil, ao contrário das baleias, outros animais aquáticos, como os manatins, as tartarugas ou golfinhos de rio eram, efetivamente, utilizados pelos indígenas e faziam parte das suas práticas de subsistência e/ou espirituais. Inúmeros são os exemplos que se podem encontrar a partir de autores ibéricos<sup>421</sup> e franceses<sup>422</sup>, entre

---

<sup>418</sup> Randal R. REEVES & Tim D. SMITH, “A taxonomy of world whaling: operations, eras, and data sources”, *Northeast Fish. Sci. Cent*, Ref. Doc. 03-12, 2003, p. 19.

<sup>419</sup> Randal R. REEVES, “The origins and character of ‘aboriginal subsistence’ whaling: a global review”, *Mammal Review*, vol. 2, n. 32, 2002, p. 87; REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2003, p. 19.

<sup>420</sup> Randal R. REEVES, “The origins and character of ‘aboriginal subsistence’ whaling: a global review”, *Mammal Review*, vol. 2, n. 32, 2002, p. 76.

<sup>421</sup> Ver por exemplo a obra Frei Cristóvão de LISBOA, *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967 (1647).

<sup>422</sup> A título de exemplo, ver a obra de Claudio D’ABBEVILLE, *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão...*, Maranhão, Typ. do Frias, 1874 (1614), ou a obra do Padre Ivo D’EVREUX, *Viagem ao norte do Brasil...*, introdução e notas de Mr. Ferdinand Diniz, Maranhão, Typ. do Frias, 1874, onde se

outros. As populações nativas americanas exploravam várias espécies de cetáceos e outros mamíferos marinhos, mas uma atividade ativa e organizada tendo as baleias como propósito apenas se viria a efetivar a partir do século XVII, principalmente pelo cariz comercial que marcava as estratégias de ocupação europeias, tendo por isso uma matriz europeia, mais concretamente ibérica, como veremos adiante.

## **II. 2. 2. A abundância de baleias no Brasil e os seus usos europeus**

Os primeiros contactos e as relações dos portugueses com os habitantes e os ecossistemas do Brasil limitaram-se praticamente à troca de utensílios de ferro, bugigangas e ninharias da Europa por pau-brasil, papagaios, macacos e a comida de que necessitavam durante a estadia. O território era percecionado como uma “terra aparentemente selvagem cujas únicas atrações eram pássaros exóticos e pés de pau-brasil”<sup>423</sup>. Porém, a colonização do Brasil baseou-se, desde os seus primórdios, numa economia extrativa, voltada para a exploração dos recursos naturais locais, logo à partida de pau-brasil que, pela abundância com que crescia ao longo da costa, levou à substituição do próprio nome da Terra de Santa Cruz por Brasil. Desta madeira se produzia um corante roxo-avermelhado, muito valorizado na tecelagem e tapeçaria europeias, o que despertou o grande interesse de outras nações, nomeadamente de França.

Entre 1530 e 1533, no desenrolar de um projeto colonial abrangente, também com preocupação de manter o Império a oriente, um assentamento formal e definitivo no Brasil dar-se-ia em 1532 com a fundação da cidade de São Vicente<sup>424</sup>.

A atividade portuguesa no Brasil foi precedida por cerca de um século de expansão colonial atlântica, durante o qual foram criadas instituições económicas e políticas, e desenvolvidas técnicas para lidar com outros povos, religiões e culturas. Quando se inaugurou o primeiro povoamento no Brasil, os portugueses contavam já com a experiência de colonização das ilhas atlânticas, tinham já estabelecido feitorias comerciais na costa

---

podem encontrar várias referências à fauna aquática brasileira, nomeadamente tartarugas, manatins, e inúmeras espécies de peixes, e ainda a produtos como o âmbar-cinzento.

<sup>423</sup> Stuart B. SCHWARTZ & James LOCKHART, *A América Latina na época colonial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p. 43.

<sup>424</sup> SCHWARTZ & LOCKHART, *Op. cit.*, 2002, pp. 220-221; Alexandra PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem*, Lisboa, CHAM, 2009, pp. 245-255.



ocidental africana, e criado colónias açucareiras nas ilhas da Madeira e de São Tomé<sup>425</sup>. O sistema de donatarias<sup>426</sup>, já utilizado previamente com êxito pela Coroa portuguesa, no desenvolvimento da Madeira, Açores e Cabo Verde, aplicado com menor sucesso em São Tomé, foi instaurado no Brasil a partir de 1534. Com o início da concessão de donatarias e mais tarde a fundação do governo-geral, em 1549, a atuação dos Portugueses no Brasil viria a mudar drasticamente. Os primeiros colonos, ou *moradores*, e os que os foram sucedendo, não eram ricos mercadores nem pertenciam à alta nobreza, como explicou Boxer. Estes novos habitantes não possuíam capital ou outros recursos que lhes permitissem desenvolver as terras apesar dos privilégios judiciais e fiscais concedidos pela Coroa. Os donatários tinham o direito de fundar cidades; o direito da pena capital sobre os escravos, pagãos e cristãos livres das classes mais baixas; de receber dízimos sobre certos produtos entre os quais açúcar e peixe; o direito a autorizar construções como os engenhos de açúcar; ou ainda o direito de lançar impostos, exceto no que dizia respeito a produtos que fossem monopólio da Coroa, como o pau-brasil<sup>427</sup>. O litoral brasileiro foi ficando assim sob o controlo português e, ao longo de toda a costa, assegurava-se também a subsistência pelo mar que fornecia uma inesgotável provisão de peixes comestíveis e suculentos, pelas palavras de Boxer<sup>428</sup>.

O mercantilismo que agora se introduzia na colónia brasileira, num sistema de trocas comerciais enfatizado pelo novo modelo económico, fomentou para além da economia colonial, um forte impacto no ambiente natural e na construção da paisagem. Nas fontes históricas vamos encontrando atitudes de apropriação e exploração de elementos da natureza que se revelavam fartos, plasmada em relatos na primeira pessoa das testemunhas oculares das potenciais produções do território americano. Como escreveu Joaquim Romero Magalhães, “com as expedições prospetoras e depredadoras vai-se conhecendo o Brasil”<sup>429</sup>.

---

<sup>425</sup> SCHWARTZ & LOCKHART, *Op. cit.*, 2002, p. 43.

<sup>426</sup> A donataria era um sistema de cedência de direitos a que o rei recorria para delegar as suas competências, com certas restrições, a um senhor. O nobre recebia o título de capitão e proprietário - donatário - de uma determinada área e, em troca do título, de concessões económicas e de alguma autonomia política e jurídica, administrava e desenvolvia o território, cf. SCHWARTZ & LOCKHART, *Op. cit.*, 2002, p. 45.

<sup>427</sup> BOXER, *Op. cit.*, 1969, p. 98.

<sup>428</sup> *Idem*, p. 102.

<sup>429</sup> Joaquim Romero MAGALHÃES, “A construção do espaço brasileiro”, in Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa, Volume II. Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, Navarra, Círculo de Leitores e Autores, 1998a, p. 35.

A plantação de cana de açúcar, a par com a intensificação do comércio de escravos africanos, foi uma das atividades mais lucrativas do Brasil, potenciada pelas condições ambientais altamente favoráveis da costa brasileira, mas igualmente uma das mais destrutivas, contribuindo para a perda de biodiversidade e a desflorestação de zonas extensas da mata atlântica<sup>430</sup>. De facto, o açúcar foi o primeiro produto agrícola tropical de exportação da economia capitalista e a sua produção, já desenvolvida com sucesso nas ilhas, e com tecnologia, esquemas financeiros e fontes de mão-de-obra conhecidos, estava pronta a ser adaptada à nova situação e realidade brasileira<sup>431</sup>.

Fundada em 1549 por Tomé de Souza, Salvador da Bahia, composto por extensas restingas que protegiam a costa, foi uma cidade de destaque desde o início da ocupação portuguesa, com carácter cosmopolita e lugar de circulações, influências e reconfigurações profundas, fortemente marcada pela sua topografia natural. O recôncavo da Bahia oferecia as condições geográficas favoráveis para o crescimento de uma cidade portuária, o abrigo necessário às embarcações, e bons cursos fluviais que compunham uma rede de navegação importante para o transporte de açúcar<sup>432</sup>. A cidade alta, protegida pela colina que facilitava a sua defesa, era o espaço das administrações políticas e religiosas e a cidade baixa, junto ao mar, era palco das atividades marítimas e comerciais da cidade<sup>433</sup>. Nesse mesmo ano, a fundação da missão jesuíta no Brasil estabelece-se como pilar do novo investimento administrativo que se inaugurava então no território.

A ideia de natureza expressa pelos jesuítas que estiveram no Brasil na segunda metade do século XVI, está diretamente ligada à construção de uma Filosofia Natural, que se reflete na descrição da fauna e da flora, e das novas gentes que se conheciam. Nesta nova construção do mundo, do outro, e de si próprio, as pessoas estão integradas na natureza, exercendo simultaneamente domínio sobre ela. Escrever sobre o mundo natural torna-se, também, uma forma de domínio e o novo olhar pragmático sobre o ambiente, voltado para a superação das dificuldades e o aproveitamento dos recursos, vai estar marcado nas iniciativas e obras jesuítas, nos primeiros cinquenta anos de atuação na

---

<sup>430</sup> DEAN, *Op. cit.*, 1995.

<sup>431</sup> SCHWARTZ & LOCKHART, *Op. cit.*, 2002, pp. 47-48.

<sup>432</sup> Ana Catarina Abrantes GARCIA, “Angra, Funchal e Baía. Contributo para uma análise comparativa da génese dos novos portos atlânticos do império Português”, in Luís Cancela da FONSECA, Ana Catarina GARCIA, Sílvia Dias PEREIRA & Maria Antonieta C. RODRIGUES (eds.), *Entre Rios e Mares: um Património de Ambientes, História e Saberes, Tomo V da Rede BrasPor*, Rio de Janeiro, 2016, p. 123.

<sup>433</sup> Evergton Sales SOUZA, Guida MARQUES & Hugo R. SILVA, “Apresentação”, in *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*, Salvador/ Lisboa, EDUFBA/ CHAM, 2016, p. 8.

América portuguesa<sup>434</sup>. Os padres jesuítas foram os primeiros estudiosos da natureza brasileira, dos quais temos vindo a dar vários exemplos, e os seus discursos influenciaram a visão ocidental sobre o mundo natural e contribuíram significativamente para o conhecimento do mundo colonial e devem, por isso, fazer hoje parte das narrativas sobre ciência imperial<sup>435</sup>. A construção do colégio Jesuíta em Salvador forneceu uma vista privilegiada sobre as águas que banhavam a terra e onde as observações de baleias eram frequentes e de uma abundância que hoje dificilmente podemos imaginar. Observadas facilmente das janelas dos cubículos, as baleias foram mencionadas por vários padres da companhia, como Anchieta:

*“Entre êstes pescados ha muitos peixes de preço e reais, como baleias, tantas e tão grandes que é para ver. Aqui na Baía das janelas dos cubiculos as vemos andar saltando e por toda a costa ha muitas”*<sup>436</sup>.

Ou Fernão Cardim:

*“das janellas descobrimos grande parte da Bahia, e vemos os cardumes de peixes e balêas andar saltando n’agua, os navios estarem tão perto que quasei ficam à falla”*<sup>437</sup>.

De facto, a partir deste edifício, o espetáculo parecia encantar os mais curiosos, e as baleias parecem, por momentos, perder os atributos negativos e alegrarem a paisagem com a sua graciosidade:

*“O Collegio he muy fermoso, e grande, assim no numero dos Padres e Irmaõs, como no edificio, com linda, e muy curiosa vista sobre o porto, onde por quatro mezes do anno, que são os do Verão, ou Estio, em que nòs chegãmos, se pudèraõ alugar nossas janellas para a continua, e alegre vista de muitas Baleas, que por*

---

<sup>434</sup> Leandro Garcia PINHO, “A imagética jesuítica em zona de contato: textos jesuíticos sobre a flora e a fauna brasileiras no século XVI”, *Revista de história, Juiz de Fora*, vol. 17, n. 1, 2011, pp. 197-198. p. 189-215; LEITE, *Op. cit.*, 2014, p. 46.

<sup>435</sup> Palmira Fontes da COSTA & Henrique LEITÃO, “Portuguese Imperial Science, 1450-1800: A Historiographical Review”, in Daniela BLEICHMAR, Paula De VOS, Kristin HUFFINE & Kevin SHEEHA, *Science in the Spanish and Portuguese Empires 1500-1800*, Stanford, Stanford University Press, 2009, p. 43; PINHO, *Op. cit.*, 2011, p. 215.

<sup>436</sup> José de ANCHIETA, “Informação da Província do Brasil para nosso padre”, in *Cartas, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J. (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933 (1558), p. 429.

<sup>437</sup> Fernão CARDIM, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Introdução de Rodolfo Garcia, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980 (1540?-1625), p. 144.

*particulares respeitos seus se vem recolher este tempo no reconcavo daquela Bahia, e o gasto em continuas festas, saltos, e danças; que não fora pouco impedimento do estudo, se não fora tão continuo. Do que nos nós logrâmos bem em quanto a convalescença das doenças passadas não deixava olhar para outros livros, e parecer-lhes a ellas, que o fazem com tanto ar, e graça, que para que se não perca volta sua que não seja vista, tanto que de lá do fundo chegam à superfície da agoa, lançam para cima hum gracioso e grande borrifo, como de huma pipa de agoa; e captada assim a atenção aos olhos se vay levantando e empinando muy direita para o Ceo, athè que impedindo-lhe a natureza hir por diante, e tomar mais do elemento alheyo, dà com aquella graõ torre de carne ou peixe davesso, e a estende sobre a agoa com huma sonora pancada.*”<sup>438</sup>

A par dos padres jesuítas já referidos, outros cronistas do Brasil, como Pêro Magalhães de Gândavo, Jean de Léry, Hans Staden e Gabriel Soares de Sousa foram considerados como os primeiros autores com contributos para a História Natural do território do Brasil. As suas descrições foram muitas vezes escritas em concordância com as preocupações medievais e, como também já vimos e continuaremos a verificar, os interesses nos animais centravam-se maioritariamente no seu carácter utilitário<sup>439</sup>. Estes autores deixaram impressos nas suas obras olhares e apreciações da natureza brasileira, que iriam contribuir para muito mais do que o aprofundamento do conhecimento sobre o mundo natural.

*A Historia da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de Pêro Magalhães de Gândavo, publicada em 1576, representa o primeiro documento impresso português descritivo daquele território. No seu capítulo 8 “De alguns peixes notáveis, baleias e âmbar que há nestas partes” refere-se à “*tão grande a cópia do saboroso e sadio pescado que se mata, assim no alto-mar como nos rios e baías desta província, de que se beneficiam os moradores de todas as capitánias, que esta só fertilidade bastara a sustentá-los abundantissimamente, ainda que não houvera carnes nem outro género de caça na terra de que se proveram como atrás fica declarado*”<sup>440</sup>.

---

<sup>438</sup> “Relação da Viagem e Sucesso que teve a Nao S. Francisco Em que hia o Capitaõ Vasco da Fonseca, Na Armada que foy para a India no Anno de 1596”, in BRITO, *Op. cit.*, 1736, p. 328.

<sup>439</sup> Carlos ALMAÇA, *A zoologia pré-lineana no Brasil*, Lisboa, Museu Bocage, Museu de História Natural, 2002, p. 89.

<sup>440</sup> Pêro Magalhães de GÂNDAMO, *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, ed. Sheila Mora Hue e Ronaldo Menegaz, Lisboa, Assírio e Alvim, 2004, p. 87.

Continua o autor que, “*deixando à parte a muita variedade daqueles peixes que comumente não diferem na semelhança dos de cá, tratarei logo em especial de um certo género deles que há nestas partes a que chamam peixes-boi (...)*”<sup>441</sup>.

Ainda neste capítulo, Gândavo afirma não lhe parecer “*coisa fora de propósito tratar aqui algumas coisas das Baleias e do âmbar que dizem que procede delas*”<sup>442</sup>, embora se refira quase exclusivamente à produção de âmbar-cinzento. Ainda assim, o autor fornece informação importante sobre a abundância de baleias na costa, referindo que “*há muitas nestas partes, as quais costumam vir de arribação a esta costa*”<sup>443</sup>. Sobre estes eventos de animais arrojados, importa aqui destacar a primeira menção à sua utilização, afirmando o autor que “*quanto mais que nesta província de que trato se já fez experiência em muitas delas que saíram à costa e dentro das tripas de algumas acharam muito âmbar, cuja virtude iam já digerindo, por haver algum tempo que o tinham comido*”<sup>444</sup>.

Também Fernão Cardim destacou a abundância de baleias nas águas baianas, afirmando que, frequentemente, se observavam grupos de quarenta ou mais animais, não deixando ainda de fornecer informação útil, mais uma vez, sobre o aproveitamento dos animais que arrojavam para a produção de azeite:

*“Por esta costa ser muito cheia de bahias, enseadas e esteiros acodem grande multidão de balêas a estes reconcavos, principalmente de Maio até Setembro, em que parem, e criam seus filhos, e também porque acodem ao muito tempo que nestes tempos he nestes remansos; são tantas as vezes que se veêm quarenta, e cincoenta juntas, (...). He muito perigoso navegar em barcos pequenos por esta costa, porque alem de outros perigos, as balêas sossobráo muitos, se ouvem tanger, assi se alvoração como se forão cavallos quando ouvem tambor, e arremetem como leões, dão muitas á costa e dellas se fazem muito azeite. Tem o toutiço furado, e por elle resfolegão, e juntamente botão grande somma d’agua, e assi a espalhão pelo ar como se fosse chuvaireo”*<sup>445</sup>.

Não só na Bahia, mas também noutras zonas da costa do Brasil, como por exemplo no Rio de Janeiro, a abundância de baleias e a sua vertente utilitária não passaram

---

<sup>441</sup> *Idem*, p. 87.

<sup>442</sup> *Idem*, p. 89.

<sup>443</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>444</sup> *Idem*, p. 90.

<sup>445</sup> CARDIM, *Op. cit.*, 1980, p. 47.

despercebidas, como relata por exemplo Jean de Léry durante a sua estada no Rio de Janeiro, entre 1556 e 1558. Na sua “Descrição do rio Guanabara, também denominado Geneure, na America, da ilha e do fortim de Coligni, que n’ela foi edificado, e juntamente das outras ilhas circunvizinhas”, ele conta:

*“Não quero principalmente deixar de fazer aqui menção das orriveis e espantozas baleias, as quaes mostrando-nos diariamente suas grandes barbatanas fóra d’agua, e folgando n’este vasto e profundo rio, aproximavam-se tanto da ilha, que as podíamos alcançar com tiros de arcabuz.*

*Todavia, como têm o couro assás duro, e toucinho espesso, não creio, que as balas penetrassem a ponto de ofendel-as; e assim elas proseguiam em seo caminho, e por certo não morreriam.*

*§9 Enquanto estivemos além-mar, apareceo um d’estes cetaceos na distancia de 10 ou 15 legoas do nosso fortim, na direção de Cabo-frio, e aproximou-se tanto da terra que não teve bastante agua para voltar ao alto mar, encalhou e ficou em seco na praia. Mas ninguém animava-se a aproximar-se da baleia, antes de a verem morta; e enquanto debatia-se, não só fazia estremecer a terra ao redor d’ela, mas também ouvia-se o arruido e estrondo por mais de duas legoas ao longo da costa.*

*Não obstante muitos selvagens e muitos dos nossos companheiros irem ali e trazerem quanto lhes aprouve, ainda assim ficaram mais de dois terços do cetaceo, que se perderam e apodreceram no lugar do encalhamento.*

*A carne fresca não era muito boa, e pouco comemos da que trouxeram para a nossa ilha; e afóra alguns pedaços de gordura, que derretíamos para nos servirmos do azeite, que produzia, para alumiar-nos de noite, deixamos a carne restante em pilhas expostas á xuva e ao vento, e a consideramos apenas como esterco. Todavia a lingua, que / era a melhor couza, foi salgada em barris e mandada para a França ao senhor almirante”<sup>446</sup>.*

A descrição deste autor é particularmente completa, permitindo a análise de várias percepções e usos da baleia, num mesmo acontecimento, num mesmo animal arrojado, e num mesmo indivíduo que o descreve. Primeiramente, a multiplicidade de significados e atributos deste animal, simultaneamente horrível e espantoso. Depois, o facto de tanto

---

<sup>446</sup> LÉRY, *Op. cit.*, 1889, pp. 178-179.

indígenas como europeus acorrerem à baleia depois de morta, eventualmente os primeiros com o objetivo de consumirem a sua carne e os segundos para utilizarem a sua gordura como combustível. E, por fim, o envio de uma parte do animal como iguaria para a Europa.

Além dos relatos mais descritivos sobre as características geográficas, naturais e etnográficas do Brasil, outras visões começam a surgir no final de Quinhentos, já num momento de união das Coroas Ibéricas (1580-1640), nomeadamente daqueles que vivenciam e exploram esta nova terra, com o objetivo de informar a alta administração do reino e de obter o apoio real necessário para a prospeção de metais e outros recursos naturais no Brasil.

O colono Gabriel Soares de Sousa foi senhor de engenho na Bahia e autor de *Notícia do Brasil* ou *Tratado Descritivo do Brasil*, escrito em 1587. “Adorável de se ler”, segundo Taunay<sup>447</sup>, e autor da obra “mais admirável de quantas em portuguez produziu o seculo quinhentista”, segundo Varnhagen, Soares de Sousa dedica um capítulo às baleias<sup>448</sup>. Aqui o autor relata pormenorizadamente as baleias que se distribuem pela Bahia de Todos-os-Santos e conta o caso de um arrojamento. Esta descrição dá-nos também informação, mais uma vez, sobre a utilização dos animais arrojados na costa e o uso do seu óleo:

*“Entendo que cabe a este primeiro capitulo dizermos das balêas que entram na Bahia (como do maior peixe do mar d’ella), a que os indios chamam pirapuã; das quaes entram na Bahia muitas em o mez de Maio, que é o primeiro do inverno n’aquellas partes, onde andam até o fim de Dezembro que se vão: e n’este tempo de inverno, que reina até o mez de Agosto, parem as femeas á abrigada da terra da Bahia, pela tormenta que faz no mar largo, e trazem aqui os filhos, depois que parem, três ou quatro mezes, que elles tem disposição para seguirem as mães pelo mar largo; e n’este tempo tornam as femeas a emprenhar, em a qual obra fazem grandes estrondos no mar. E em quanto as balêas andam na Bahia, foge o peixe do meio d’ella para os baixos e reconcavos onde ellas não pôdem andar, as quaes ás vezes pelo irem seguindo dão em secco, como aconteceu no rio de Pirajá o*

---

<sup>447</sup> TAUNAY, *Op. cit.*, p. 120.

<sup>448</sup> Gabriel Soares de SOUSA, Capitulo CXXV. “Que trata das balêas que se entram no mar da Bahia”, in *Tratado Descritivo do Brasil*, ed. Francisco Adolpho de Varnhagen, Rio de Janeiro, Typographia de João Ignacio da Silva, 1879 (1587), pp. 254-255.

*anno de 1580, que ficaram n'este rio duas em secco, macho e femea, as quaes foi vêr quem quis; e eu mandei medir a femea, que estava inteira, e tinha do rabo até a cabeça setenta e tres palmos de comprido, e dezasete de alto, fóra o que tinha mettido pela vasa, em que estava assentada; o macho era sem comparação maior, o que se não pôde medir, por a este tempo estar já despido da carne, que lhe tinham levado para azeite; a femea tinha a boca tamanha que vi estar um negro mettido entre um queixo e outro, cortando com um machado no beiço debaixo com ambas as mãos, sem tocar no beiço de cima; e a borda do beiço era tão grossa como um barril de seis almudes; e o beiço de baixo sahia para fóra mais que o de cima, tanto que se podia arrumar de cada banda n'elle um quarto de meação; a qual balêa estava prenhe, e tiraram-lhe de dentro um filho tamanho como um barco de trinta palmos de quilha; e se fez em ambas de duas tanto azeite que fartaram a terra d'elle dois anos. Quando estas balêas andam na Bahia, acompanham-se em bandos de dez, doze juntas, e fazem grande temor aos que navegam por ella em barcos, porque andam urrando, e em saltos lançando a agua mui alta para cima; e já aconteceu por vezes espedaçarem barcos, em que deram com o rabo, e mataram a gente d'elles”<sup>449</sup>.*

De forma completa, atenta e organizada, o autor fornece aqui informação sobre os próprios animais, o seu nome indígena, época de reprodução e comportamento. Soares de Sousa entende a sazonalidade dos animais, sem saber que lhes é característica, já que as grandes baleias migram anualmente entre as suas zonas de alimentação e reprodução, sendo neste caso a costa do Brasil um dos locais de reprodução das populações com distribuição no Atlântico Sul<sup>450</sup>.

Gabriel Soares de Sousa entremeia as suas notas geográficas com descrições etnográficas e históricas, do povoamento da costa e da fundação dos primeiros assentamentos, passando de seguida a uma longa série de capítulos dedicados à flora e fauna, tocando o fantástico apenas no capítulo “que trata dos homens marinhos”. A sua obra é uma peça fundamental na compreensão da história da baleação, nomeadamente no que à sua implementação no Brasil diz respeito. De facto, Gabriel Soares de Sousa, num capítulo mais adiante afirma:

---

<sup>449</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>450</sup> Sobre a ocorrência sazonal das baleias e seus padrões migratórios aprofundaremos no Capítulo V.



*“(…) e porque se não podem brear as náos sem se misturar com a resina graxa, na Bahia se faz muitas de tubarões, lixa e outros peixes, com que se alumiam os engenhos e se bream os barcos que há na terra, e que é bastante para se adubar o breu para muitas náos, quanto mais que se á Bahia forem Biscainhos ou outros homens que saibam armar ás balêas, em nenhuma parte entram tantas como n’ella, onde residem seis mezes do anno e mais, de que se fará tanta graxa que não haja embarcações que a possam trazer á Hespanha”*<sup>451</sup>.

Referindo-se, tal como outros autores, à abundância de baleias, esta será, de facto, a grande novidade sobre estes animais no Brasil. Já verificámos que uma baleia arrojada era um recurso importante, conhecido e utilizado, mesmo que de forma imprevisível e fortuita, condicionada pelos eventos de arrojamentos. Sobejamente conhecidos pelos europeus, aproveitados por indígenas e colonos, faltava então caçá-los ativamente e tirar proveito desta disponibilidade de um recurso natural, implementando-se uma atividade comercial.

Referindo-se à necessidade de baleeiros estrangeiros, mais concretamente a biscainhos, a afirmação de Soares de Sousa reporta-nos aos experientes baleeiros já aqui mencionados, que seriam a peça-chave para o início da baleação. Tendo em conta a baleação desenvolvida em Portugal continental no período medieval, como abordámos no Capítulo I do presente trabalho, a declaração de Soares de Sousa leva-nos a questionar se os Portugueses, que chegavam ao Brasil e começavam a instalar-se no território, sabiam caçar baleias ou eram ineficazes nesta prática. Vitorino Magalhães Godinho justifica esta inaptidão, de certa forma, como já vimos, com base no período de interregno da atividade em Portugal em meados de Quinhentos<sup>452</sup>. Mas não podemos também ignorar quem eram as pessoas que chegavam à América Portuguesa do final do XVI. Segundo Boxer, dos 1000 colonos que se fixaram na Bahia no ano de 1549, 400 eram degredados e condenados ao exílio - cuja experiência para caçar baleias é desconhecida mas improvável -, ao que se acrescenta uma parca quantidade de mulheres<sup>453</sup> - cuja experiência nas artes do mar é desconhecida, mas provavelmente nula.

---

<sup>451</sup> SOUSA, *Op. cit.*, Capítulo CXC. “Em que se apontam os mais aparelhos que há para fazerem estas armadas”, 1879, p. 324.

<sup>452</sup> GODINHO, *Op. cit.*, 1983 p. 123, 136.

<sup>453</sup> BOXER, *Op. cit.*, 1969, p. 101; Jorge COUTO, *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1997, p. 280.

Por outro lado, as queixas sobre uma utilização deficitária da riqueza natural da América, como notamos na obra de Soares de Sousa, são também recorrentes em autores desde o século XVI ao XVIII, apelando comumente à necessidade de se conhecer melhor as novas terras e as suas potencialidades, e de se prover o território com homens e meios para explorar os recursos de forma eficaz<sup>454</sup>.

A extração organizada e comercial de qualquer recurso vivo selvagem exige técnicas e conhecimento e, no que diz respeito aos animais do mar, podemos concordar que *“the Difficulty in making use of this Food is in the Taking it, which is done by Art, Engines and Pains”*<sup>455</sup>. Aos *Tratos Navais* (1585-1601) do oficial naval inglês Sir William Monson, não faltaram várias referências à caça de baleias, principalmente no Atlântico Norte. Mas, através das suas campanhas marítimas ou das notícias que lhe chegavam sobre as viagens ao sul, Monson não deixou de expressar a sua opinião sobre os portugueses no Brasil e a tal inação perante a abundância de baleias:

*“The Whales upon these Southern Coasts are more furious and dangerous than in the Northern, tho’ the Northern be the bigger, but so nimble with the Tail, which is the peril of the Whale; for if a Boat come a head of her, she cannot do much hurt, but in rising from the bottom, as I have shew’d before. (...)*

*Upon the Coast of Brazil, there are such abundance, that if the Portugueses, who dwell there, would employ themselves in killing them, it would prove a commodious thing; but I conceive the reason they put it not in practice, is the mass of Gain they make by their Wood and Sugars, holding the other not worth their Labour, and having no vent for it but in Portugal”*<sup>456</sup>.

---

<sup>454</sup> Wellington Bernardelli Silva FILHO, “Terapêutica e flora brasílica no contexto da farmácia portuguesa do século XVIII”, in Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele Cristina da CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds.), *História e Ciência. Ciência e Poder na Primeira Idade Global*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2016, p. 122.

<sup>455</sup> William MONSON, “Sir William Monson’s Naval Tracts...The Sixth Book. Which Treats of a Fishery to be set up on the Coast of England, Scotland, and Ireland, with Benefit that will Accrue by it to all His Majesty’s Three Kingdoms: With many other Things concerning Fish, Fishing, and Matters of that Nature”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts...*, Vol. III, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704b (1585-1602), p. 530.

<sup>456</sup> O autor continua ainda afirmando: *“By this you may perceive the Pains and Industry of Man, and the difference betwixt Men and Nations; for if the Hollanders / were Planted in Brazil, and had that benefit of the Whale, the other have, they would, and might very well, with their cheapness of Freight, serve Europe with their Train Oil<sup>456</sup> from thence; for I remember, that Two Ships of Holland went to Saldaña’s Bay, as far as the Cape of Good Hope, to kill Whale (for upon that Coast there are abundance) but it happened that one of the Two Ships was there wracked, which perhaps might discourage farther proceedings upon that Voyage. But if we consider the Industry of the Hollanders, and compare it with the Sloth of the Portugueses, that the Hollanders went 2000 Leagues to lade themselves with Train Oil, when the*

Os portugueses não caçavam baleias porque não sabiam fazê-lo. As baleias no Brasil iriam ser descritas não apenas por naturalistas, estudiosos e letrados, mas pelos que ocupavam as novas terras e observavam o mar. Nas novas latitudes, as baleias não foram absoluta novidade, não são desconhecidas e não são raras. Antes pelo contrário, a grande novidade é a sua ocorrência em grande número, como já não se verificava nas águas costeiras sobre-exploradas da Europa.

Vejamos, a título comparativo, que os primeiros relatos para a região das Bermudas, para as primeiras décadas do século XVII, indicavam existir “*great plenty of Whales, which I concave are very easie to be killed, for they come so usually, and ordinarily to the shore, that we heard them ften times in the night at bed; and have seene many of them neare the shore, in the day time*”<sup>457</sup>. À época da colonização destas ilhas da antiga colônia britânica, a caça de baleias britânica e holandesa tornavam-se grandes indústrias no Atlântico Norte, como vimos atrás, e os relatos sobre a abundância de baleias circundante às Bermudas tornaram-se mais um incentivo para o investimento e estabelecimento naquele território. Mais do que monstros marinhos ou curiosidades de gabinete, as baleias tornaram-se, em vários casos, uma fonte de lucro e um motivo para a viagem, a descoberta e a conquista.

O historiador Aldemaro Romero atesta que a exploração de âmbar-cinzento e de baleias foi uma das primeiras razões para a colonização das ilhas e influenciaram fortemente a estrutura económica, política e social. Podemos verificar nos documentos de que se faziam acompanhar as primeiras missões de assentamento, como os produtos marinhos de origem animal são tão importantes:

*“Yf you can prcure any Pearle Amber-greece Tobacco Silke or Oyle arising by whale fishing to be sent by this next ship, for examples, they will give much*

---

*Portugueses might have done the like at their own home, and rejected it; we must consequently attribute as great Praise to the one, as we may Blame and Sloth to the other”, MONSON, Op. cit., 1704b, pp. 534-535.*

<sup>457</sup> S. Jourdain, *A discovery of the Barmudas, otherwise called the Ile of Divals...*, Londres, John Windet, 1940 (1610), in Aldemaro ROMERO, “More private gain that public good: whale and ambergris exploitation in 17th century Bermuda”, *Bermuda Journal of Archaeology and maritime History*, vol. 17, 2006, p. 9.

*encouragement, wch are Commodities reserved as royalties to the undertakers of the Plantacon*”<sup>458</sup>.

Várias tentativas foram feitas para caçar baleias nos mares que banhavam o arquipélago, mas por desconhecimento das técnicas ou falta de prática, ou por não conhecerem as épocas de ocorrência de baleias na região, as primeiras tentativas fracassaram. Seria apenas em 1663 que uma nova iniciativa baleeira iria resultar e que esta empresa iria florescer, eventualmente com técnicas desenvolvidas localmente<sup>459</sup>.

Pela mesma altura, a baleação britânica na costa norte-americana foi um dos estímulos à colonização do Novo Mundo, como deixou prova o famoso capitão John Smith:

*“In the moneth of Aprill, 1614. with two Ships from London, of a few Marchants, I chanced to arive in New-England, a parte of Ameryca, at the Ile of Monahiggan, in 43<sup>1/2</sup> of Northerly latitude: our plot was there to take Whales and make tryalls of a Myne of Gold and Copper. If those failed, Fish and Furies was then our refuge, to make our selves savers howsoever: we found this Whalefishing a costly conclusion: we saw many, and spent much time in chasing them; but could not kill any: They beeing a kinde of Iubartes, and not the Whale that yeeldes Finnes and Oyle as wee expected. For our Golde, it was rather the Masters device to get a voyage that proiected it, then any knowledge hee had at all of any such matter. Fish and Firres was now our guard: and by our late arrival, and long lingring about the Whale, the prime of both these reasons were part ere wee perceived it; / we thinking that their reasons served at all times; but wee found it otherwise; for by the midst of June, the fishing failed. Yet in July and August some was taken, but not sufficient to defray so great a charge as our stay requiered. Of dry fish we made about 40000. of Cor fish about 7000. Whileft (ou whilest?) the sailers fished, my selfe with eight ot nine others of them might best bee spared; Ranging the coast in a small boat, wee got for trifles neer 1100 Bever skinnes, 100 Martins, and neer as many Otters; and the most of them within the distance of twenty leagues. (...)*

---

<sup>458</sup> J. H. Lefroy, *Memorials of the discovery and early settlement of the Bermudas or Somer Isalnds, 1511-1687*, volume I, The Bermuda Historical Society, 1877, in ROMERO, *Op. cit.*, 2006, p. 10.

<sup>459</sup> ROMERO, *Op. cit.*, 2006, p. 17, 23.

*With these Furres, the Traine, and Cor-fish I returned for England in the Bark: (...)*<sup>460</sup>.

Assim começa a descrição de Smith da América, em 1614, e na verdade, o capitão inglês alterou o seu plano inicial de viagem tendo em conta a abundância de baleias que encontrou nas águas no Novo Mundo. Em 1622, no documento “Brief Relation of the Discovery and Plantation of New England”, as baleias são mencionadas entre “*other merchantable means to raise profit to the industrious unhabitant or diligent trader*”<sup>461</sup>, e ainda no mesmo ano, uma outra Relação dá conta aos colonizadores do Novo Mundo que “*whales of the best kind for oil and bone are said to abound near Cape Cod which for that reason is spoken of as likely to be a place of good fishing*”<sup>462</sup>. De facto, as baleias estavam incluídas nos planos coloniais e eram tidas em consideração enquanto recursos naturais com vantagens para a colonização da América. Em Nova Inglaterra, como já mencionámos aqui para inúmeras regiões costeiras a nível global, para além da perseguição dos animais no mar, os animais que arrojavam à costa eram aproveitados<sup>463</sup>. Mas para além disso, as baleias consistiram nesta região um dos recursos mais importantes para as comunidades marítimas que ocuparam a região. Em mais do que um caso, as baleias foram perseguidas nos seus diferentes habitats e que, nesse processo, novas terras foram exploradas e descobertas<sup>464</sup>.

Regressando ao Brasil e à circulação de informações entre a Europa e a América, por darem conta da abundância de animais e do uso que delas se poderia fazer, foi relevante a chegada de informação escrita à corte espanhola, que governava um império ibérico. Voltando a Gabriel Soares de Sousa, relembramos que o autor se dirige a Felipe I e que a obra foi traduzida para castelhano com o novo título *Memorias Histori-cosmograficas de la Bahia de todos los Santos...*<sup>465</sup>. Poderá ter sido precisamente um destes documentos o elemento que contribuiu para o início da baleação no Brasil, pela sua descrição da abundância de baleias na Bahia de Todos os Santos e da consequente produtividade que dela se poderia retirar, com referência à experiência e ao conhecimento

---

<sup>460</sup> John SMITH, *A Description of New England...*, Londres, Humfrey Lownes, for Robert Clerke, 1616, pp. 19-20.

<sup>461</sup> Frances Diane ROBOTTI, *Whaling and Old Salem. (A Chronicle of the Sea)*, Nova Iorque, Fountainhead Publishers, 1962, p. 6.

<sup>462</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>463</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>464</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>465</sup> Ver Figura 3 do Anexo B.

dos centenariamente experientes baleeiros bascos, como foi discutido pelo historiador Felipe Valdés Hansen<sup>466</sup>. A informação oferecida por Soares de Sousa (1587) ainda no reinado de Felipe I (1581-1598) mas com eco no reinado de Felipe II (1598-1621), pode ter sido a base para a inauguração da baleação enquanto atividade comercial num momento de consolidação da estratégia expansionista no Brasil.

---

<sup>466</sup> Felipe Valdés HANSEN, “Balleneros vascos en Brasil”, *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, 8, Untzi Museoa-Museo Naval, Donostia-San Sebastián, 2016, p. 730.

## PARTE 2. A BALEAÇÃO COMO MONOPÓLIO NO BRASIL

### CAPÍTULO III: ESTABELECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA BALEAÇÃO NO BRASIL

#### III. 1. TRANSFERÊNCIA DE TÉCNICAS IBÉRICAS PARA O ATLÂNTICO SUL

“*Se à Bahia forem biscainhos*” lemos nas palavras escritas de Gabriel Soares de Sousa. Em plena união de Coroas ibéricas, como já vimos, Diogo Botelho inicia as suas funções enquanto governador do Brasil (1602-1608), fazendo acompanhar-se de um regimento de Felipe II. De notar aqui a clara indicação de fazer uso da experiência baleeira basca, mas também a indicação de que esses baleeiros deveriam ensinar as suas técnicas. Neste documento pode ler-se:

*“Eu sou Informado que na costa do Brazil se pescará baleas como se faz em outras sera grande o proveito de azeite delas por aver muitas nos mares daquela costa pelo que vos Encomendo que antes partais procureis levar alguns biscainhos que nesta pescaria tem mais uso porque fazendo a elles E ensinando outros se venha a conseguir Este tamanho proveito do azeite (...)”*<sup>467</sup>.

Em 1602, o mesmo monarca outorgou uma cédula real a dois mercadores de Bilbao, Pedro de Urrecha e Julien Michel, permitindo que os dois negociantes pudessem “*ir ou enviar às partes do Brasil ou ao reino de Portugal a pescar baleias, não obstante que eles não são naturais do dito reino de Portugal, com três navios por tempo e espaço de dez anos*”<sup>468</sup> - até 1612, portanto. Esta medida excecional que permitia a pesca por estrangeiros em toda a costa brasileira e em Portugal ter-se-á devido aos “*bons serviços que havia prestado a este Rei*”<sup>469</sup> Julien Michel, um abastado comerciante francês, de Nantes que se fazia passar por castelhano<sup>470</sup>. Com esta concessão, iniciada em julho de 1602, Urrecha e Michel obrigavam-se notarialmente àqueles cumprimentos e, finalmente em agosto, o rei passaria o alvará, em português, dirigido às principais autoridades no

---

<sup>467</sup> Publicado em ELLIS, *Op. cit.*, 1969, pp.33-34.

<sup>468</sup> Publicado em HANSEN, *Op. cit.*, 2016, p. 730. Tradução livre da autora.

<sup>469</sup> PYRARD, *Op. cit.*, CAPÍTULO XXVI. Do Brazil, e suas singularidades, e do que alli aconteeo em quanto o auctor là esteve, 1862, pp. 276-277.

<sup>470</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 33; HANSEN, *Op. cit.*, 2016, pp. 730-731.

Brasil, nomeadamente ao governador e aos seus representantes de justiça, descrevendo os termos e obrigações da concessão baleeira. Dada a sua importância para a matéria em análise, o mesmo documento é aqui transcrito:

*“Eu el-Rey faço saber aos q’ este meu alvara virẽ que ey p<sup>r</sup>. bem de dar licemça a pero de Urecha e a julião Miguel Biscainhos vezinhos de Bilbao da provincia de Biscaya que por tempo de des anos cõntados des do dia de São João passado deste ano prezemte de seis cemtos e dous em diamte, que acabara por outro tal dia de São João de seis cemtos e doze possão ir cõ tres navios às costas do Brazil a pescar Baleas posto que não seião naturaes plo que mando ao governador das ditas partes do Brasil que ora e E ao diamte for e ao meu provedor da fazemda ã estas e a qualquer Capitão ou official de justiça ou fazemda a que este for aprezemtado e o conheçim<sup>to</sup>. delle com d<sup>to</sup> pertemçer deixẽ pescar ao dito p<sup>o</sup> de urecha e julião miguel ou seus feitores na parte omde elles mais quiserẽ cõtínua na dita pescaria de baleas e lhes darão todo o favor e ajuda p<sup>a</sup> o ditto effeito não lhes empedimdo o posto nẽ assi esta pesca que nas ditas partes quiserẽ fazer na ditta pescaria posto que não seião naturaes com declaração que deixarão a terra provida do azeite necessario que fizerẽ das ditas baleas e com o retorno do dito azeite e de quaesquer outras mercadorias que trouxerẽ de qualquer calidade que seião virão ã dereitura aos portos de portugal E nas alfandegas do porto omde ãtrarẽ pagarão os direitos acostumados conforme o Regimento e assy de quaesquer outras mercadorias que não seião defezas nem Comtratadas p<sup>a</sup> o que derão fiamças que se lhe ouverão por boas da quamtia de mil cruzados nesta minha Corte de valhadolid que ficão ã poder de Luis de figueiredo meu secretario e apresentarão nos portos deste Reino onde forẽ desembarcar certidão do governador ou de qualquer Capitão como deixarão provida a ditta terra do dito azeite E não a trazemdo lhe não será despachado o dito azeite nẽ qualquer outra mercadoria q’ trouxerẽ os ditos p<sup>o</sup> de Urecha e julião miguel ou seus feitores, E que este cumprão e guardẽ e fação inteiramente cumprir e guardar como se nele contẽ, posto que o effeito aia de durar mais de hu ano, E que não passe pela chamcelaria sã ãbargo das ordenações ã contrario e sera registado no L<sup>os</sup> de*



*minha fazemda E da casa da imdia e alfamdega, E este meu alvará lhe mandey dar pr quatro vias de que esta é a pr<sup>a</sup> (...)”<sup>471</sup>.*

Assim se inaugurava a “pesca” da baleia no Brasil colonial, com clara origem na circulação do conhecimento pelo Atlântico e na transferência de técnicas ibéricas para a América. Frei Vicente do Salvador, no capítulo quadragésimo da sua *História do Brasil*, elucida “*como se começarão as pescarias das balêas*”. A sua obra fornece informações riquíssimas, que servirão, em vários pontos desta dissertação, como significativas fontes para a compreensão desta história. Publicado em 1627 e, portanto, numa época em que a atividade estava já instalada no território brasileiro, como veremos, começemos pelo princípio do texto onde Frei Vicente do Salvador, tal como havia feito Gabriel Soares de Sousa, dá conta da necessidade de se aproveitarem as baleias que abundam na costa:

*“Era grande a falta que em todo o Estado do Brasil havia de graxa ou azeite de peixe, assim pera reboque dos barcos e navios, como pera se alumiar os engenhos, que trabalham toda a noite, e se houverão de alumiar-se com azeite doce, conforme o que se gasto, e os negros lhe são muito affeioados, não bastara todo o azeite do mundo. Algum vinha do Cabo vender [sic], e de Biscaia por via de Vianna, mas era tam caro, e tam pouco, que muitas vezes era necessario usarem do azeite doce, misturando-lhe destoutro amargoso, e / fedorento, pera que os negros não lambessem os candeeiros, e era huma pena como a de Tantalo padecer esta falta, vendo andar as balêas, que são a mesma graxas, por toda esta Bahia, sem haver quem as pescasse, ao que acudio Deus, que tudo rege, e provê, movendo a vontade a hum Pedro de Orecha, Biscainho, que quizesse vir fazer esta pescaria; este veio com o Governador Diogo Botelho do Reyno no anno de mil seiscentos e tres, trazendo duas náus a seu cargo de Biscainhos, com os quaes começou a pescar”<sup>472</sup>.*

Esta chegada deverá ter ocorrido, provavelmente, em agosto de 1603<sup>473</sup>, data em que o Governador Diogo Botelho mandou cumprir e registrar, em Olinda, o alvará já referido. As naus eram a *Nuestra Señora de Begoña* e uma outra embarcação de menor porte, com uma tripulação composta por baleeiros e pescadores, para além de um

---

<sup>471</sup> Publicado em ELLIS, *Op. cit.*, 1969, pp. 31-32.

<sup>472</sup> Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brazil*, Publicação da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889 (1627), pp. 170-171.

<sup>473</sup> Conforme ELLIS, *Op. cit.*, 1969, pp. 31-32.

carpinteiro e vários marinheiros que podiam envolver-se na atividade baleeira ou não<sup>474</sup>. A chegada em agosto coincide com outra chegada, também nesse mês, documentada em 1609<sup>475</sup>. Caso assim fosse todos os anos, as tripulações bascas estavam um pouco desfasadas da época de migração das baleias que chegavam às águas baianas em maio, segundo Soares de Sousa<sup>476</sup>, ou em junho, segundo Frei Vicente do Salvador:

*“Em o mez de Junho entra nesta Bahia grande multidão de balêas, nella parem, e cada balêa pare hum só, tam grande como hum cavallo, em o fim de Agosto se tornão pera o mar largo”*<sup>477</sup>.

Se o mês de agosto era uma data de chegada casual, ou determinado pelas melhores condições de navegação do Atlântico, ou mesmo por interesses específicos dos empreendedores bascos, desconhecemos. Facto é que, a partir de 1603, estes baleeiros viajavam anualmente em dois ou três navios baleeiros, do Golfo da Biscaia para a Bahia de Todos os Santos. Poderão ter-se instalado na atual Ponta da Cruz, na Ilha de Itaparica, anteriormente denominada “Biscainho” ou “Ponta de Biscaya”<sup>478</sup>, como desenhou João Teixeira Albernaz I (Figuras III.1.1. e III.1.2.), e cuja toponímia parece refletir a presença daqueles agentes nos primeiros anos do século XVII.



<sup>474</sup> HANSEN, *Op. cit.*, 2016, p. 731.

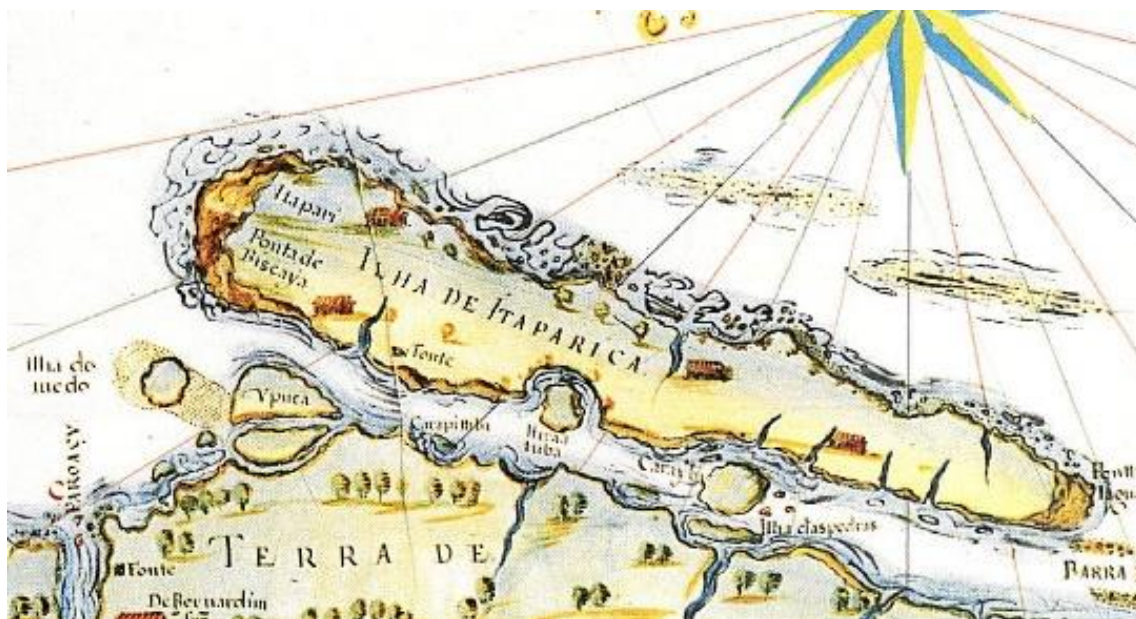
<sup>475</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>476</sup> SOUSA, *Op. cit.*, 1879, p. 254.

<sup>477</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 171.

<sup>478</sup> HANSEN, *Op. cit.*, 2016, p. 732.

**Figura III.1.1.** Ilha de Itaparica onde se pode ler “Biscainho” na extremidade norte da ilha (à esquerda), o possível local para o assentamento temporário dos baleeiros bascos a partir de 1603. Pormenor do “Mapa da Bahia de Todos os Santos de João Teixeira Albernaz I”, in Diogo de Campos MORENO, *Rezão do Estado do Brasil...*, c. 1616. Disponível na Biblioteca Municipal do Porto ([http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/MS-126/MS-126.htm](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126.htm) consultado a 17.09.2019). Mapa completo no Anexo C, Figura 1.



**Figura III.1.2.** Ilha de Itaparica onde se destaca a “Ponta de Biscaya” (à esquerda). Pormenor do “Mapa da Bahia de Todos os Santos de João Teixeira Albernaz I (c. 1626)”, in Diogo de Campos MORENO, *Livro que dá razão do estado do Brasil*. Edição comemorativa do V centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral (Manuscrito do séc. XVII, conservado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cartografia atribuída a João Teixeira Albernaz I), Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968. Consultado na Biblioteca Nacional de Portugal. Mapa completo no Anexo C, Figura 2.

Junto ao forte de Itaparica é construído, em 1606, o Solar do Rei, pelo armador João Francisco Oliveira, que funcionou como sede da Casa do Contrato das Baleias e que se encontra ainda hoje de pé<sup>479</sup>. A presença destes baleeiros na Bahia e a sua atividade ficaram também inscritas nos sobejamente conhecidos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, entre as personagens Alviano e Brandónio. A obra de Ambrósio Fernandes

<sup>479</sup> Não conseguindo até ao momento obter mais informação sobre este assunto, remetemos somente para a fotografia da fachada no Anexo C, Figura 5.

Brandão, cuja data exata é ainda hoje incerta (c. 1618), deverá situar-se precisamente neste período da presença de baleeiros bascos:

*“E assim deixando esta materia de parte, me passo a tratar das demais grandezas da Bahia de Todos os Santos, da qual o porto e barra é uma obra grandissima, capaz de recolher dentro de si inumeráveis náos, posto que de muito porte, e por ser cousa tão grande se recolhem dentro muitas baleas, nas quaes fazem Biscainhos, que pera o effeito alli residem, grande matança pera haverem de tirar dellas azeite, que lavram em quantidade, donde se leva para as demais capitanias do Estado a vender”*<sup>480</sup>.

O diálogo reforça mais adiante novamente a caça de baleias, referindo o grande tamanho dos animais, a sua abundância e a época de caça:

*“Alviano – Não vos vi tratar das baleias, que de força deve de haver muitas, pelo âmbar que lançam em terra.*

*Brandonio – Sim, ha. porque nesta costa se acham muitas e mui grandes, principalmente no verão, e delas saem algumas à costa de que se faz azeite de peixe; e na Bahia matam muitas às farpoadas alguns biscainhos de que fazem o mesmo azeite, por ser coisa que tomaram por ofício”*<sup>481</sup>.

Estes primeiros anos de baleação por mãos biscainhas foram muito bem registados pelas observações do navegador francês François Pyrad de Laval, que visitou o Brasil em 1610. O viajante conheceu e privou com Julien Michel e Pedro de Urrecha, e dá conta que faziam por sua conta *“estes dous socios aquella pesca, que é muito para ver, e de todos os logares da cidade da banda do mar se disfructa o prazer desta pescaria e apanho das baleias”*<sup>482</sup>.

Entre as singularidades do Brasil, Francisco Pyrard faz constantes referências à baleação, contando que ali se fazia *“grande quantidade de oleo de baleia, e especialmente na bahia de Todos os Santos, e delle se faz mui grande trafico”*<sup>483</sup>; *“ha alli mui boa pesca de baleias e outros peixes, e eu vi muitas vezes matar baleias. Tiram dellas azeite em tão*

---

<sup>480</sup> Ambrósio Fernandes BRANDÃO, *Diálogos das Grandezas do Brasil* (Segundo a edição da Academia Brasileira, corrigida e aumentada, com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão), Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos Editora, Lda., 1943, p. 72.

<sup>481</sup> BRANDÃO, *Op. cit.*, p. 242. Esta “fala” continua com uma explicação sobre a origem do âmbar-cinzento - *“Mas o cuidardes que as baleias lançam o âmbar na terra, é engano manifesto (...)”* - sobre a qual não iremos aqui aprofundar por se afastar do objetivo deste capítulo.

<sup>482</sup> PYRAD, *Op. cit.*, 1862, p. 277.

<sup>483</sup> *Idem*, p. 272.

*grande abundancia, que carregam navios*<sup>484</sup>; Pyrad afirma até que é “*nesta bahia, onde se faz a mais rica pesca de baleias que ha no mundo*”<sup>485</sup>.

Conta ainda o autor que vinham todos os anos dois navios de Biscaia para a Bahia, sendo que num dos navios a maior parte dos homens era de Baiona e de outras regiões bascas francesas e que um dos sócios, Julien Michel, ali vivia como um “*morador natural*”<sup>486</sup>.

Assistindo a cenas de caça e observando tanto baleias como baleeiros, o autor descreveu um evento que lhe pareceu merecedor de nota:

*“Um dia entre outros aconteceu que uma destas grandes baleias, vendo que a sua cria estava apanhada, remetteo com tal furia contra os pescadores e sua barca, que a virou e os lançou ao mar, e salvou assim a cria, e os homens tiveram assaz de trabalho para se salvar. Eu nunca teria acreditado que este animal tivesse este bom natural, este desembaraço, e destreza. O proveito desta pesca só consiste no azeite, que della se tira; porque a carne daquelle peixe não se come, salvo quando se apanham alguns pequenos, cuja carne é mui delicada*”<sup>487</sup>.

Aqui notamos a aplicação da técnica de arpoar inicialmente a cria, para manter a fêmea adulta por perto, tal como já referimos anteriormente. Não querendo fugir ao objetivo deste subcapítulo, não podemos deixar de considerar a percepção de Francisco Pyrad perante as baleias. Anos antes, durante a sua peregrinação pelo Oriente, mais concretamente perto da ilha de Ceilão, atual Sri Lanka, Pyrad havia encontrado “*tão grande numero de baleias, que pouco faltou que nos não virassem as nossas galeotas; mas de bordo dos navios com tambores, batígas, e caldeiras, fizeram tão grande bulha, que as affugentaram*”<sup>488</sup>. Se este trecho nos reporta à sensação de medo, do mar e dos grandes animais marinhos, que explorámos no Capítulo I, a forma como descreve agora a baleia que observou no Brasil, deixa transparecer uma construção no conhecimento sobre o animal. A baleia está em fúria, mas são-lhe conferidos, simultaneamente, atributos positivos - bom natural, desembaraço, destreza -, como aliás o próprio autor confessa nunca ter acreditado que este animal assim pudesse ser.

---

<sup>484</sup> *Idem*, p. 273.

<sup>485</sup> *Idem*, p. 276.

<sup>486</sup> *Idem*, p. 277.

<sup>487</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>488</sup> PYRAD, *Op. cit.*, 1858, p. 272.

Aos métodos de caça bascos, dedicamos um subcapítulo adiante, tendo em conta que esses foram os métodos-base aplicados durante toda a operação baleeira no Brasil colonial, que sofreria apenas pequenas alterações ou adaptações. Por agora, temos visto como se inaugurou e processava esta operação baleeira no Brasil: capital, navios e baleeiros bascos que se deslocavam anual e sazonalmente ao Brasil pela sua abundância de baleias, das quais extraíam maioritariamente óleo. Por decreto real este empreendimento duraria até 1612. Não sabemos, no entanto, com segurança, se a presença basca na Bahia durou todo o período decretado. Pelo menos três acontecimentos - a caça de baleias pela comunidade local, a perda de uma carga importante, e o contrabando - podem ter influenciado a cessação da atividade baleeira basca e a sua eventual transladação para outra região.

Logo um ano após a chegada dos biscainhos à Bahia, algumas indicações parecem apontar para que a comunidade local tenha aprendido, por observação, as técnicas baleeiras bascas. Empreendendo por sua conta algumas capturas de animais sobre as quais muito pouco sabemos até à data, esta iniciativa dos habitantes baianos, concorrente ao empreendimento estrangeiro, provocou uma diminuição no preço do óleo de baleia. Myriam Ellis reporta o litígio, em 1609, entre Pedro de Urrecha e Antônio Fernandes da Mata, no qual este último teria ganho a disputa com o biscainho e conseguido, através de um acórdão da Relação do Estado, o direito de realizar livremente a caça de baleias, estendendo-se esse direito a todas as pessoas que desejassem pôr em prática a atividade<sup>489</sup>. De facto, nesse mesmo ano regressaria a Espanha, vindo da Bahia, um navio basco com uma carga de 15.000 peças de barbas de baleia<sup>490</sup>, das quais mil haviam sido compradas a colonos portugueses, que nesse ano iniciaram pesca por sua conta<sup>491</sup>. Comprova-se assim que algumas pessoas na comunidade baiana empreendiam a caça por sua conta.

Por outro lado, e eventualmente pelo envolvimento de Julien Michel e Pero de Urrecha noutros negócios, e não apenas em território brasileiro, a campanha baleeira de 1609 teve a participação de um outro sócio, o mercador francês Julien Dureau (ou Julián Dureo). Dureau havia já estado envolvido nesta empresa, desde o seu início, quando em

---

<sup>489</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 36.

<sup>490</sup> Não conseguimos também, até ao momento, compreender a que se refere o autor quando menciona “peças”, até porque nas páginas seguintes Valdés Hansen escreve apenas 15.000 barbas. Poderá estar a referir-se a uma placa de barbas ou a uma porção das mesmas.

<sup>491</sup> HANSEN, *Op. cit.*, 2016, p. 728 com base em Archivo de la Real Chancilleria de Valladolid (ARCHV), Pleitos civiles, Alonso Rodriguez (fen.), caja 1.467, núm. 5, pieza 2, fol. 73v.

1603 fora um dos principais credores para o frete da primeira embarcação baleeira basca a aportar no Brasil. Em 1609, Dureau acordou, com um dos mais importantes contratadores da costa basca, Adam de Chibau, o frete de embarcações para o Brasil. Este contratador estava envolvido na pesca de bacalhau na Terra Nova, enviando sete embarcações por campanha, das quais destacou duas para enviar posteriormente para a Bahia; a *Santa Clara*, de duzentas toneladas, e a *Santa Engracia*, de tamanho considerável, com cerca de trezentas toneladas, e tripulada por sete marinheiros, com uma carga estimada em 897 barricas de óleo de baleia<sup>492</sup>. Por erro da tripulação, a carga de produtos de baleia resultante da empreitada de 1609, não foi devidamente acondicionada e distribuída pela embarcação, nomeadamente através da cobertura por toldos, telhas ou ramos de árvore. Ficando exposta ao calor e à humidade, perderam-se cerca de 500 barricas de óleo, o que resultou consequentemente numa significativa perda monetária para o armador<sup>493</sup>.

Para além deste contratempo, tanto os empreendedores estrangeiros como as tripulações estavam envolvidos no contrabando de géneros brasileiros, nomeadamente de pau-brasil, potenciado pela baleação ser uma atividade comercial que implica o transporte de bens pela navegação. O capitão de uma das embarcações baleeiras, que François Pyrard encontrou durante a sua estadia na Bahia, havia estado envolvido num carregamento ilícito daquela valiosa madeira, e encontrava-se na altura já preso e a embarcação apreendida e desprovida dos seus aprestos, por ordem do governador-geral<sup>494</sup>.

O conjunto de todos estes fatores pode ter levado a uma antecipação do fim da concessão basca na Bahia, sobre o qual não temos informação. O regimento entregue em 1612 ao recentemente empossado governador do Brasil, Gaspar de Sousa, apresenta um discurso em tudo semelhante àquele entregue dez anos antes a Diogo Botelho, quase sugerindo que Felipe II não estivesse ao corrente da atividade baleeira que ali acontecia:

*“Sou informado que se na costa do Brasil se pescasse has baleas como se faz em outras partes serua grande o proveito do azeite dellas por haver muitas nos mares da dita costa, pello que vos encomendo que antes que partais procureis levar*

---

<sup>492</sup> HANSEN, *Op. cit.*, 2016, p. 734.

<sup>493</sup> *Idem*, p. 734.

<sup>494</sup> PYRARD, *Op. cit.*, 1862, pp. 277-278; HANSEN, *Op. cit.*, 2016, pp. 735-736.

*algũs biscainhos dos que nesta pescaria tem mais uso, porque fazendo a elles e emsinando outros se venha conseguir este tão grande proveito do azeite, (...)”*<sup>495</sup>.

Contudo, não encontramos mais referências à presença basca na Bahia após esse período. Mas, ao contrário do que Frei Vicente do Salvador havia mencionado, de que “*ensinados os Portuguezes, se tornou [Pedro de Urrecha] com ellas carregadas*”<sup>496</sup>, em 1613 esse mesmo basco encontrava-se ainda no Brasil. Apesar da concessão ter já terminado, e de os espanhóis estarem proibidos de comerciar ou estabelecer-se no Império Português<sup>497</sup>, Pedro de Urrecha morava no Rio de Janeiro, na ilha de Ipoya - atual ilha de Gipoia, em Angra dos Reis -, “*com casa e desenho de fazer graxas de baleas*”<sup>498</sup>, caçando baleias com Alvaro Fernandez Teixeira, morador da mesma cidade<sup>499</sup>. Na verdade, já na edição de 1612 do *Livro que dá razão do estado do Brasil*, encontramos a referência à “*pescaria das Balças [sic] da Baya de todos os s<sup>tos</sup>, ou da Angra dos Reis*”<sup>500</sup>, confirmando que a atividade já se praticava no Rio de Janeiro à data de uma das primeiras cópias daquela obra na primeira década de Seiscentos.

Nada mais sabemos sobre a participação basca na baleação brasileira, que estava apenas no início da sua atividade, mas o seu legado estava inscrito para os próximos séculos, pelo que “*foi-se esta pescaria continuando pello povo nos anos seguintes (...)*”<sup>501</sup>. Após uma década de observação dos métodos seculares europeus de perseguir, matar e retalhar baleias, transformar a sua gordura em óleo e embarricá-lo, a caça era agora livre.

---

<sup>495</sup> “Item papel do regimento que el Rey deu ao senhor Gaspar de Sousa quando foi por governador do Brazil, 31 de agosto de 1612”, in João Paulo SALVADO & Susana Münch MIRANDA (eds.), *Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*, 1ª ed., s.l., CNCDP-Centro de História e Documentação Diplomática/MRE, 2001a, p. 120.

<sup>496</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 171.

<sup>497</sup> BOXER, *Op. cit.*, 1969, p. 117.

<sup>498</sup> “Item carta d el Rey para o senhor Gaspar de Sousa sobre hũa villa que levantou hũ capitão per nome Manuel Antunes no Rio de Janeiro junto da Ilha Grande que dista daly doze legoas, 14 de agosto de 1613”, in SALVADO & MIRANDA, *Op. cit.*, 2001a, p. 201.

<sup>499</sup> “Item carta d el Rey para o senhor Gaspar de Sousa sobre hũs alvaras de fiança que o governador Dom Francisco de Sousa passou no Rio de Janeiro a hũs culpados sem ter para isso regimento nem poder, 9 de novembro de 1613”, in SALVADO & MIRANDA, *Op. cit.*, 2001a, p. 219.

<sup>500</sup> MORENO, *Op. cit.*, c. 1616, fl.4v. Dado o contexto da frase, estamos aqui a assumir que o autor se refere a baleias e não a balsas, e que este foi um erro de transcrição no processo de produção das edições fac-similadas (tanto a cópia de 1616 como a de 1626).

<sup>501</sup> Documento não identificado (Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa-Bahia I), in ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 35. Entre os vários documentos que dão conta deste processo, não sabemos qual ou quais os foram consultados pela autora. Todos os documentos pertencentes ao acervo do projeto Resgate/AHU relacionados com a baleação no Brasil colônia e identificados no decorrer desta dissertação são apresentados no **Inventário AHU\_Baleias\_Brasil**, como explicado na Introdução.



Mas, porque a *“balea hé peixe real”*<sup>502</sup>, portanto da Coroa, em 1614, por iniciativa de Sebastião Sousa, provedor da Fazenda, e do governador Gaspar de Sousa, estabeleceu-se o monopólio da ‘pesca’ da baleia e foi arrendado o primeiro contrato por cinquenta mil reis. Os moradores da Bahia viram negado o seu direito de usufruir deste animal, dos seus produtos e do seu lucro, e com o apoio da Câmara de Salvador, manifestaram-se contra a *“proibição que nenhúa outra pessoa possa pescar nem pesque balea, nem a mate”*<sup>503</sup> e requereram que *“não povesse novos direitos na terra nem se fizesse estanques tam prohibidos embargando o dicto Contrato, de que se fizeram autos. E sem falta o povo tem razão (...)”*<sup>504</sup>.

Ainda assim foi estabelecido o monopólio. A baleação estava agora a cargo de quem pudesse pagar pela sua concessão e os regimentos entregues aos governadores que iniciavam funções no Brasil, mudaram de atores. Repare-se naquele que foi entregue ao governador Diogo de Mendonça Furtado, em 1632:

*“A pescaria das Baleias daquele Estado vos hei por mui encomendada, pelo que procureis que se faça pelo grande proveito de azeite delas por ser informado que há muitas naquelas partes e mares, e que hajam Portugueses mui destros na pescaria de cuja importância me avisareis”*<sup>505</sup>.

Ou a D. Fernando Mascarenhas, em 1639:

*“A Pescaria das Baleas daquele Estado vos hei por mui encomendado para que procureis que se faça pelo grande proveito do azeite delas por ser informado que há muitas naquele Estado digo que há muitas naqueles mares e que hajam Portugueses mui destros na pescaria de cuja importância me avisareis”*<sup>506</sup>.

Também na cartografia vamos encontrar uma alteração na toponímia, relacionada com a partida dos baleeiros bascos e o desenvolvimento da baleação por portugueses. A

---

<sup>502</sup> *Idem*, p. 35.

<sup>503</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>504</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>505</sup> Traslado do Regimento do Governador Diogo de Mendonça Furtado. Arquivo Público do Estado da Bahia, Provisões 1625-1642, Secção de Arquivo Colonial e Provincial. Nº 264, 1632.

<sup>506</sup> Traslado do Regimento e mais Capítulos Contidos nele que se passou a Dom Fernando Mascarenhas Conde da Torre que ora governa este Estado. Arquivo Público do Estado da Bahia, Provisões 1625-1642, Secção de Arquivo Colonial e Provincial. Nº 264, 1639.

antiga “*Ponta de Biscaya*” passa agora a ter novas designações nomeadamente “*Ponta das Baleas*” (Figuras III.1.3 e III.1.4.)<sup>507</sup>, ou Ponta da Cruz<sup>508</sup>.

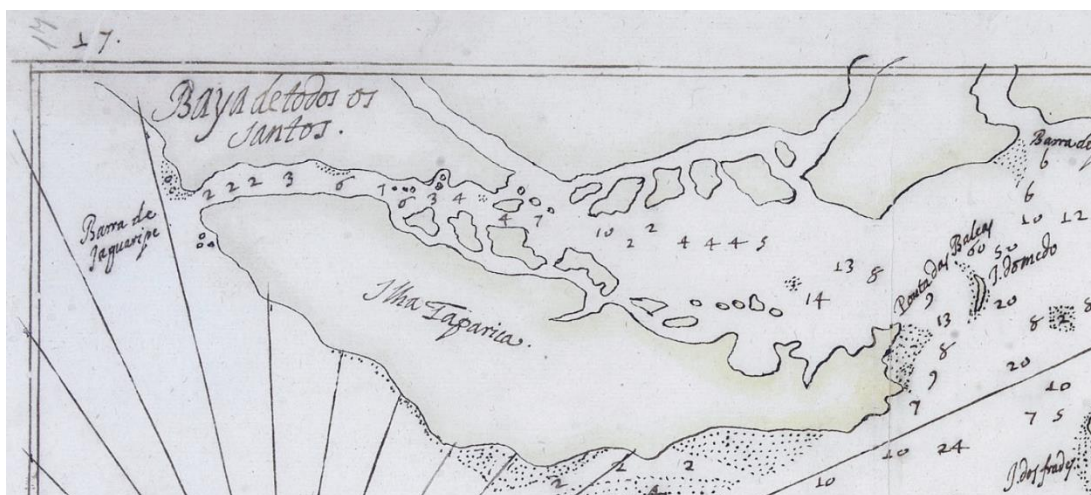
Estavam então instruídos os novos baleeiros do Atlântico Sul e estava então definido o regime comercial que marcaria a atividade baleeira no Brasil durante os dois séculos seguintes. Este era o princípio de uma nova história de pessoas e baleias em águas inexploradas de forma contínua e organizada até aqui.



**Figura III.1.3.** Pormenor da Ilha de Itaparica, onde se pode ler “*Ponta (?) onde (?) se faz a Armação das Baleas ~q se ??? por se entender a pretendia o enemigo (?)*”. Desenho da Bahia de Todos os Santos, in Pedro Nunes TINOCO, *Mapas e Planos Feitos a Mão do Recife em Pernambuco, da Baía de Todos Os Santos, e da Costa da Bahia para Gãmam...*, 1631-1633. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/786/>, acedido a 23.03.2017. Imagem completa no Anexo C, Figura 3.

<sup>507</sup> Outros mapas do século XVII ilustram esta substituição toponímica, como o de Georg Marcgraf de 1647 ou de João Teixeira Albernaz, o Novo, de 1666 referidos por Valdés HANSEN, *Op. cit.*, 2016, p. 732.

<sup>508</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 171.



**Figura III.1.4.** Pormenor da Ilha de Itaparica com indicação do local “Ponta das Baleas”. Mapa da Bahia de Todos os Santos, in *Atlas da costa do Brasil*, post. 1646, fl. 17. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota do exemplar digitalizado: ca-107-r. Disponível online em <http://purl.pt/23778>, consultado a 04.06.2017. Imagem completa no Anexo C, Figura 4.

### III. 2. A EXPANSÃO DA BALEAÇÃO AO LONGO DA COSTA

Como vimos, a caça da baleia no Brasil colonial, enquanto atividade organizada, teve início na Bahia de Todos os Santos em 1614. A partir dessa data regeu-se segundo o modelo de monopólio real, através do qual eram estabelecidos contratos de concessão da atividade baleeira entre particulares e a coroa Ibérica - até 1640 - e Portuguesa - até 1801. Mediante pagamento antecipado do contrato, os contratadores tinham o direito de caçar baleias e comercializar os produtos resultantes da atividade, estando isentos do pagamento anual de impostos. Os contratos tinham por norma a duração de três anos, mas podiam chegar a seis, dez ou mesmo doze anos. Poderiam também ter início no primeiro dia de abril e término no último dia de março, ou no primeiro de janeiro e último de dezembro, respetivamente. A duração e condições dos contratos foram sendo alteradas consoante as necessidades da coroa, as exigências dos contratadores e o próprio desenvolvimento da atividade no Brasil. No final do prazo do contrato, a Fazenda Real tinha o direito de arrecadar, como seu património, todos os utensílios, edificações e pessoas integrantes às armações baleeiras<sup>509</sup>.

Um dos primeiros documentos com referência ao termo ‘armação’, data de 1617 e refere-se a “*armasaõ das Balleas*” na Bahia<sup>510</sup>. Segundo Myriam Ellis, o termo original de *armar pesca* e *armar às baleias*<sup>511</sup> e seria utilizado na designação de todo o conjunto da feitoria ou estabelecimento baleeiro. O naturalista francês Auguste Saint-Hilaire iria, mais tarde, definir ‘armações’ como “*termo que se póde traduzir por pêcheries e se dá aos estabelecimentos de onde partem os barcos que vão á pesca e para onde conduzem em seguida as baleias, afim de ser extrahido o azeite*”<sup>512</sup>.

De facto, o estabelecimento de armações fixas é basilar para o tipo de baleação que se vai estabelecer no Brasil, com características essencialmente costeiras e sedentárias e que se expandiu ao longo de dois séculos no Brasil, com base em centros

---

<sup>509</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 37; CASTELLUCCI JUNIOR, *Op. cit.*, 2009, p. 36.

<sup>510</sup> CARTA do procurador dos feitos da Fazenda e Coroa da Relação da Bahia, Antão Mesquita de Oliveira, ao rei [D. Filipe II], sobre o gengibre, a pesca das baleias, dos dízimos, das moendas de três paus e do engenho de açúcar da viúva do conde D. Fernando de Noronha, AHU\_CU\_005-02, Cx. 2, D. 158 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (20 de agosto de 1617).

<sup>511</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 59.

<sup>512</sup> Auguste SAINT-HILAIRE, *Viagem á Provincia de Santa Catharina*, Brasiliana, Bibliotheca Pedagogica Brasileira, série 5ª., vol. 58, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936 (1820), p. 130.

fixos. As armações estavam inseridas numa paisagem que incluía elementos naturais e sociais, sendo assim compostas por um espaço marítimo, mercantil e de subsistência, tal como proposto pela arqueóloga e historiadora brasileira Fabiana Comerlato, sendo cada um destes espaços formado por estruturas e artefactos modificados social, cultural e ideologicamente bem como por elementos naturais transformados ou não pela ação humana<sup>513</sup>. As armações estavam voltadas para o mar e eram erigidas em zonas próximas a povoaamentos no litoral, junto a ancoradouros, situando-se também próximas a um reduto defensivo como uma fortaleza, fortim ou bateria<sup>514</sup>. O mar era o espaço de captura da baleia, onde os animais ultrapassavam a concepção de recurso e eram também “elementos partícipes do quotidiano dos trabalhos do mar e da terra”<sup>515</sup>, como veremos.

As condições da paisagem, da orografia e do ambiente circundante foram cruciais ao estabelecimento das armações, tal como o foram em momentos de exploração e colonização do Atlântico a seleção de portos<sup>516</sup>. Procuraram-se zonas situadas na entrada de baías ou de braços de mar, enseadas de águas calmas e de fácil acesso, abrigadas do vento, evitando-se regiões altas e de penhascos e praias demasiado baixas. Este posicionamento das armações tinha dupla importância. Por um lado, garantia a segurança, a proteção e o abrigo fornecidos por águas mais calmas do que em mar aberto, necessários às operações de perseguição, captura e reboque dos animais até terra, bem como facilitava o desmanche que, muitas vezes, era realizado parcialmente dentro de água, como veremos. Por outro lado, a observação *in loco* dos cronistas e colonos, que explorámos anteriormente, transformou-se em conhecimento empírico sobre as baleias, o seu comportamento e os seus hábitos. O intuito explorativo destes animais motivava o conhecimento sobre os mesmos e percebeu-se que os animais acorriam à costa do Brasil anualmente, com um padrão sazonal, e que nestas zonas as baleias se abrigavam, grávidas, em reprodução, ou com crias pequenas ou juvenis. No fundo, o mesmo abrigo que procuravam os homens para ancorar as suas embarcações, procuravam igualmente estes

---

<sup>513</sup> Fabiana COMERLATO, “Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica”, *Anais da SAB 2001: a Arqueologia no Novo Milênio*, 2001, p. 3.

<sup>514</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 60; COMERLATO, *Op. cit.*, 2001, p. 5.

<sup>515</sup> COMERLATO, *Op. cit.*, 2001, p. 5.

<sup>516</sup> Entre vários trabalhos sobre esta matéria, consultar, por exemplo, os que se inserem em Amélia POLÓNIA & Ana María Rivera MEDINA (eds.), *La gobernanza de los puertos atlánticos, Siglos XVI-XX. Políticas y Estructuras Portuarias*, Casa de Velázquez, 2016.

cetáceos para passar a sua época de reprodução, num uso, de certa forma, convergente do espaço que promovia o encontro entre pessoas e baleias.

Os outros espaços da armação eram terrestres, nomeadamente aqueles que Fabiana Comerlato designou como ‘espaço de produção máxima’, relacionados com o abastecimento do mercado da colónia e da metrópole; e o ‘espaço de produção de produtos para subsistência’, onde se originavam os produtos de subsistência ao processo produtivo e à população de trabalhadores, nomeadamente água potável e reserva de matas, lavoura e engenhos<sup>517</sup>. Neste espaço de subsistência, as zonas das armações inseridas na mata atlântica foram sucessivamente exploradas, através do abate de árvores e sua utilização para combustível das fornalhas e na construção de embarcações, consumo de oficinas e na fabricação de móveis, entre outros usos do quotidiano da armação<sup>518</sup>.

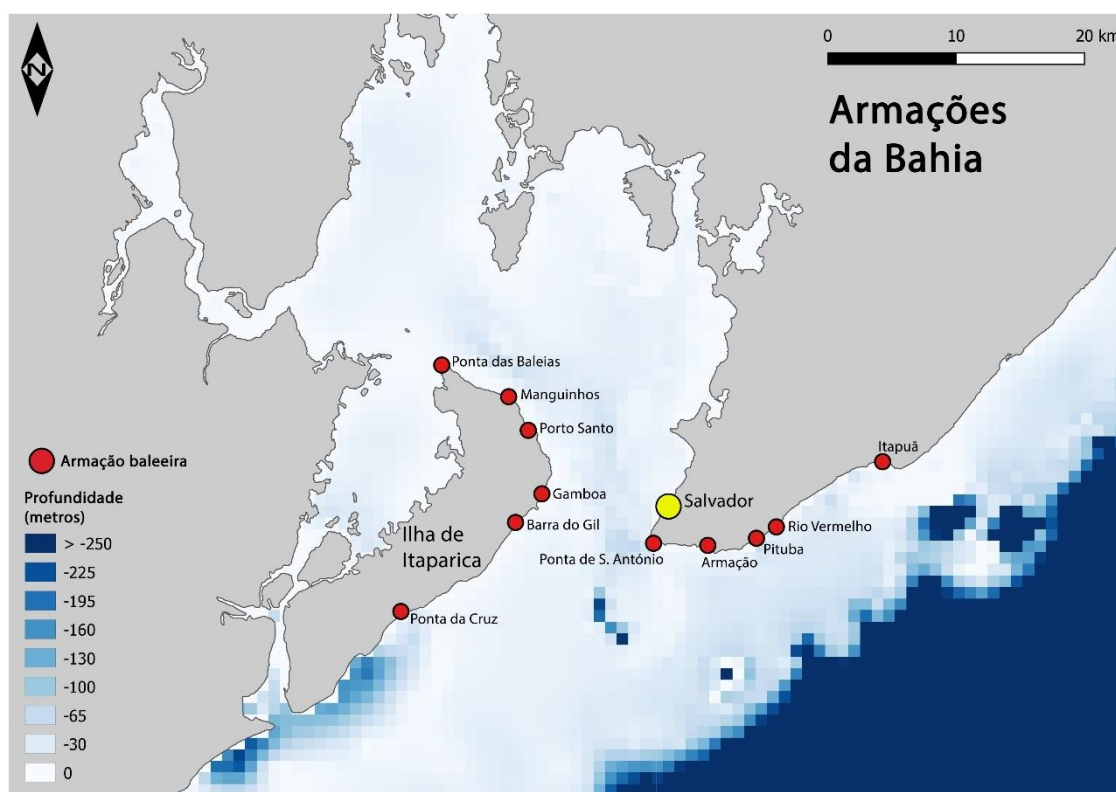
Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os estabelecimentos baleeiros baianos vão multiplicar-se em vários pontos do recôncavo, em frente à cidade de Salvador, à entrada da baía, e ao norte da Ilha de Itaparica, tais como no Rio Vermelho, perto do Forte de Santo António da Barra, Praia de Armação, Pedra Furada, Itapuã, Ponta da Cruz, ou Ponta de Itaparica<sup>519</sup> (Figura III.2.1.).

---

<sup>517</sup> COMERLATO, *Op. cit.*, 2001, p. 6.

<sup>518</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>519</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 40; CASTELLUCCI JUNIOR, *Op. cit.*, 2009, p. 36.



**Figura III.2.1.** Mapa das armações baleeiras na região da Bahia, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

A partir da Bahia, a caça da baleia na costa do Brasil desenvolveu-se, expandindo-se geograficamente, com um consequente e inevitável aumento no esforço de captura de animais. Como vimos, tudo indica que já em 1612-1613 se caçassem baleias no Rio de Janeiro, por iniciativa basca e portuguesa, mas seria na segunda década de Seiscentos, já sob a égide do monopólio real, que se estabeleceria a primeira área baleeira fluminense, como designada por Myriam Ellis. Francisco Varnhagen refere na sua *História Geral do Brazil*, que na época em que Francisco Frias era engenheiro-mor do Estado, portanto anterior a 1635, “*pela costa começava a pesca das balêas*”<sup>520</sup>. Nas *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, o autor afirmava não se conhecer a data precisa do início do contrato no Rio de Janeiro assertando, contudo, que já estaria implementado antes de 1639<sup>521</sup>. Em 1644, a caça da baleia no Rio de Janeiro deveria estar já bem estabelecida, como podemos inferir pela carta do provedor da

<sup>520</sup> VARNHAGEN, *Op. cit.*, 1854, p. 334.

<sup>521</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e ARAÚJO, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, Tomo II, Rio de Janeiro, Na Imprensa Nacional, 1822, p. 161.

Fazenda Real do Rio de Janeiro, Francisco da Costa Barros, a D. João IV, queixando-se que “*não há renda da graxa das balleas ~q se faz em quantidade*”<sup>522</sup>.

O primeiro núcleo baleeiro nesta região foi, segundo Myriam Ellis, a Armação de S. Domingos, estabelecido na cidade do Rio de Janeiro<sup>523</sup>. Desde o seu início, em data incerta do primeiro vinténio do século XVII, até à primeira década do século seguinte, parece ter existido apenas esta armação e fábrica no Rio de Janeiro. Os pedidos de contratadores para erguer uma segunda armação justificavam-se e propunham uma nova praia, “*onde continuamente eram infinitas as balleyas em hum saquo que para aquellas partes faz o mar, onde se detinhaõ em tal abundancia e com tal frequencia que era [?] as embarcasoẽs que por aquella parte pafavam valerem-se de tambores e armas de fogo, dando tiros para com a as bulha as deixarem pafar*”<sup>524</sup>. A abundância de baleias que dificultava a navegação e provocava acidentes no mar, tal como em séculos anteriores, continuava a fazer soar tambores e disparos contra os animais. Mas agora estes relatos já não se encontravam somente incluídos na literatura de viagem, eram a base dos argumentos de um contratador para justificar a construção de mais um núcleo baleeiro no terreno. Ao longo do século XVIII, vários pontos baleeiros foram na costa do Rio de Janeiro, identificados por Myriam Ellis em três principais zonas, a saber, Armação da Ilha da Gipóia, Armação de São Domingos e Armação de Cabo Frio (Búzios) (Figura III.2.2.)<sup>525</sup>.

Por se instalarem junto às cidades e aos primeiros centros “urbanos”, as armações estavam sujeitas a investidas estrangeiras que, para além de tudo o mais, impediam da boa condução da atividade durante a época de caça e provocavam graves prejuízos aos contratadores. Claro exemplo é o do ataque francês ao Rio de Janeiro, em 1711, sob o comando de René Duguay-Trouin. A entrada da esquadra francesa na Baía de Guanabara,

---

<sup>522</sup> CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Francisco da Costa Barros, ao rei [D. João IV] sobre não haver efeitos para as despesas necessárias desta cidade, devido ao pouco rendimento do vinho, dos vinténs por cada caixa de açúcar e da falta de renda proveniente da graxa de baleia (...), AHU\_ACL\_CU\_017, Cx, 2. D. 120.

<sup>523</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 48.

<sup>524</sup> Autos de justificação a que se procedeu no Juízo da Provedoria da fazenda real do Rio de Janeiro, por parte do contractador das baleias Paulo Martins da Gama, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1710. Documento 3472 anexo a CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca da uma petição de Paulo Martins da Gama, contratador da pesca das baleias do Rio de Janeiro, relativa a observância das clausulas do seu contrato, AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3468.

<sup>525</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 48.



em setembro desse ano, e a sua permanência na cidade durante algumas semanas<sup>526</sup>, coincidiram com o final da época de caça de baleias naquela região. O contratador à época, António Borges Teixeira, solicitou mais tarde um abatimento no valor do contrato, tal como havido sido facilitado no contrato do tabaco, tendo em conta os prejuízos decorrentes daquela invasão, não só por não ter conseguido sair para o mar para capturar animais, como por ter perdido todo o óleo de baleia armazenado na armação e que lhe fora furtado<sup>527</sup>. De facto, Duguay-Trouin havia levado um resgate em ouro, caixas de açúcar e outros bens de valor<sup>528</sup>, ao qual se acrescenta agora óleo de baleia, reafirmando também assim a importância deste produto.

Os pedidos de apoio à Coroa para colmatar as despesas e os prejuízos no decorrer destes acontecimentos, embora fossem uma justificação favorável para os contratadores não verem as suas despesas contratuais aumentadas, tiveram como consequência a formalização da proteção dos investidores da baleação. Num contrato celebrado em 1724, uma das condições contratuais já prevê estes acontecimentos, constituindo a cláusula 17ª uma isenção em determinados pagamentos à Coroa em casos de ataques estrangeiros que impossibilitassem a ‘pescaria’<sup>529</sup>. As armações começariam também a estender-se para outras zonas mais afastadas das cidades portuárias e do tráfego marítimo que as caracterizava. Os contratadores, em vários casos, puderam “*fazer nova armação em qualquer parte da costa da capitania do Rio de Janeiro visto se haver diminuído tão notavelmente a pescaria nas armações da cidade por andarem as baleias afugentadas das muitas embarcações q’. entraõ naquele porto e das muitas lanchas de pescadores q’. nelle há*”<sup>530</sup>. E assim foi, provavelmente, que se inaugurou a Armação de Cabo Frio, “em

---

<sup>526</sup> José Damião RODRIGUES, “Sob o signo do ouro (c. 1696-1750)”, in *História da Expansão e do Império Português*, João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES & Pedro Aires OLIVEIRA, A Esfera do Livros, Lisboa, 2014a, p. 238.

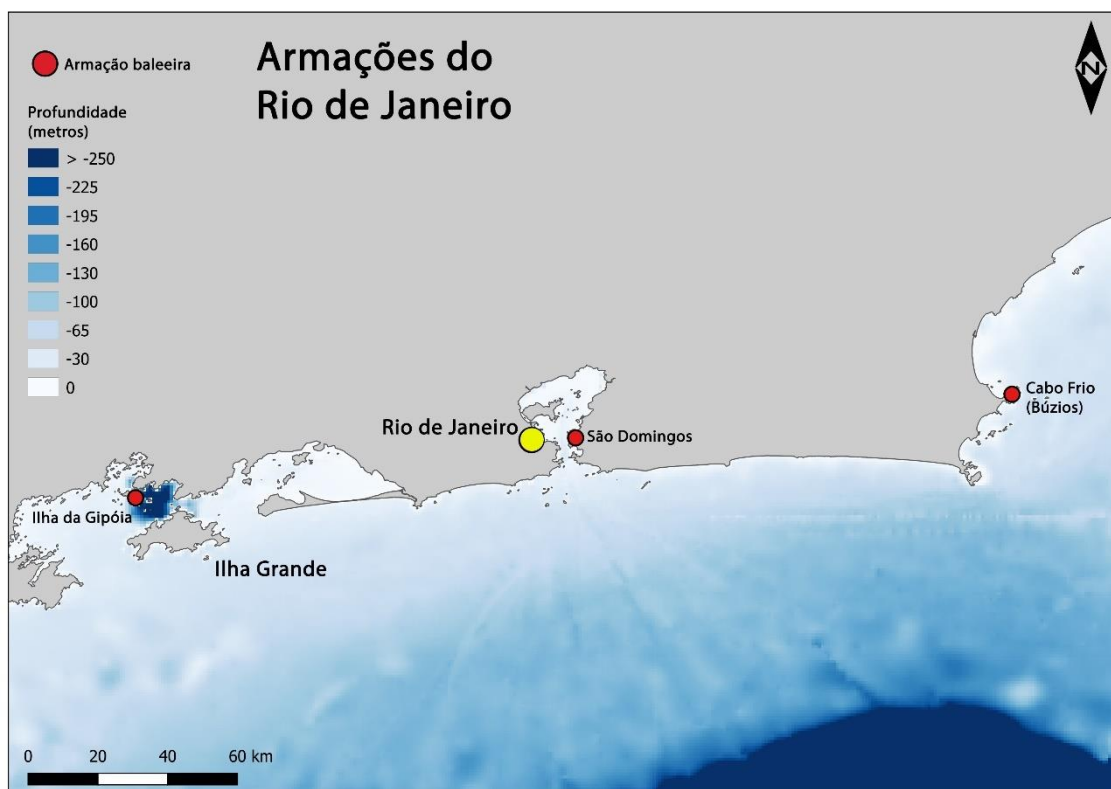
<sup>527</sup> REQUERIMENTO do ex-contratador do Contrato das Baleias e do vintém do Azeite, Antônio Borges Teixeira, ao rei [D. João V], solicitando que se ordene a Provedoria da Fazenda Real da Bahia, que conceda um abatimento no preço dos contratos, visto os prejuízos que teve com os mesmos quando da invasão dos franceses, da mesma forma como foi concedido ao contratador do tabaco, Manoel Fernandes de Carvalho, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 11, D. 1173.

<sup>528</sup> RODRIGUES, *Op. cit.*, 2014a, p. 238.

<sup>529</sup> CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Bartolomeu Sequeira Cordovil, ao rei [D. João V], sobre o fim do prazo de arrematação do contrato da pesca das baleias e do vintém do azeite de peixe, que pertencia ao coronel Miguel Aires Maldonado, e a sua transferência para Pedro Barreiros; e o novo lance de arrematação do mesmo contrato feito por Vicente Lopes Ferreira. Anexo: condições do contrato (traslado), AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 14, D. 1548. (7 de setembro de 1724)

<sup>530</sup> REQUERIMENTO do Sargento mor Domingos Pinto de Magalhães, arrematante do contrato da pesca das baleias, na capitania do Rio de Janeiro, em que pede certa aclaração as condições do seu contrato, AHU\_CU\_017-01, Cx. 26, D. 5849-5851. (1728)

*paragem chamada Ponta de Búzios*”<sup>531</sup>, na região do Rio de Janeiro, na segunda década do século XVIII.



**Figura III.2.2.** Mapa das armações baleeiras na região do Rio de Janeiro, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

Solidamente implementada então na Bahia e no Rio de Janeiro, nos alvares de Oitocentos, a baleação era uma atividade interessante e apelativa a investidores com capital. Quer pelos lucros auferidos pelos particulares, que por iniciativa própria investiam e desenvolviam a atividade, quer pela utilidade e valor de mercado dos produtos originados, a atividade baleeira foi despertando o interesse de comerciantes em regiões mais a sul do território.

<sup>531</sup> CARTA do administrador da nova armação da Ponta dos Búzios do distrito de Cabo Frio, João de Almeida, ao rei [D. João V], sobre o arrendamento de terras pelos oficiais da Câmara, para estabelecimento do Contrato da Pesca das Baleias, pertencente ao sargento-mor Domingos Pinto, solicitando confirmação da administração da nova armação, mesmo tendo se oposto ao suplicante um religioso da companhia superior da aldeia de São Pedro. Obs.: contém motivo iconográfico; anexo contrato (cópia), AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 20, D. 2202. (15 de agosto de 1729).

Uma primeira intenção de estabelecer uma armação baleeira em Santos - no atual estado de São Paulo - parece ter surgido cerca de 1710, por parte de dois particulares de nome Manoel Gonçalves de Aguiar e João de Crasto de Oliveira. Por carta régia ao governador da praça de Santos, D. João V anui sobre a “*conveniencia [que podia rezultar] a minha fazenda, e utilidade a esses moradores pella falta que muitas vezes experimentão de carnes: o que podia suprir a das Baleas*”<sup>532</sup>, mas ordena que se informe o governador do Rio de Janeiro e se aguarde pelo seu parecer quanto a este assunto. A esta data, Santos posicionava-se como importante porto marítimo no tráfego dos tesouros mineiros do interior e achava-se sob jurisdição do Rio de Janeiro, desvinculada da capitania de São Paulo e Minas do Ouro<sup>533</sup>.

Mas seria apenas nas décadas seguintes que a baleação se estabeleceria no litoral paulista, após uma redefinição geográfica da capitania de São Paulo, a qual regressava à jurisdição da orla costeira, e a elevação de São Paulo de vila a cidade<sup>534</sup>. Pelo menos a partir de 1728, dois comerciantes portugueses com residência no Brasil, Domingos Gomes da Costa e Brás de Pina, este último contratador das baleias no Rio de Janeiro, empreenderam várias tentativas de negociação com a Coroa para a formalização de uma concessão baleeira em São Paulo<sup>535</sup>. Com forte influência dos governadores das duas capitanias - Rio de Janeiro e São Paulo e Santos -, levantaram-se vários obstáculos à concretização do mesmo negócio, simultaneamente, na costa carioca e no litoral paulista. Domingos Gomes da Costa iria fazer várias propostas a D. João V, nomeadamente a junção dos contratos entre as duas capitanias e a oferta de 24.000 cruzados por ano por um período de dez anos, deixando ainda o compromisso de devolver toda a armação equipada no final do período para ser tomada pela Real Fazenda e novamente lançada a contrato<sup>536</sup>. Estaria até disposto, para obter a concessão desta “*nova pescaria*”, a “*pagar*

---

<sup>532</sup> Carta de D. João V para o Governador da Praça de Santos, Miguel Carlos (12 de outubro de 1711), in *Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo*, Vol. XVI, Avisos, Cartas Régias, Regulamentos e Ordens Diversas 1679-1761, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, s.d., p. 63.

<sup>533</sup> Myriam ELLIS, “São Paulo, de capitania a província. Pontos de partida para uma História político-administrativa da Capitania de São Paulo”, *Primeiro Congresso de História de São Paulo*, Campinas, 1972, pp. 153-155.

<sup>534</sup> Joaquim Romero MAGALHÃES, “As novas fronteiras do Brasil”, in *História da Expansão Portuguesa*, Volume 3, Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI (dir.), Navarra, Círculo de Leitores e Autores, 1998b, p. 16.

<sup>535</sup> Vários documentos identificados no Inventário AHU\_Baleias\_Brasil fornecem indicações sobre estes assuntos.

<sup>536</sup> Vários documentos dão conta destes processos e podem ser identificados no Inventário AHU\_Baleias\_Brasil.

*todos os damnos, e prejuízos q'. o Contratador do Rio de Janr.<sup>o</sup> pudessem alegar por occasião do d.<sup>o</sup> estabelecim.<sup>to</sup> ”<sup>537</sup>. Num processo demorado, nomeadamente devido à contenda entre o contratador proponente e o governador e capitão general da capitania de São Paulo, António da Silva Caldeira Pimentel, passariam anos até que se efetivasse a baleação em São Paulo, . Mas os receios do governador não se prendiam apenas pela concorrência com as armações do Rio de Janeiro, mas também pelo receio de que o ouro de Minas Gerais fosse contrabandeado para o exterior, através das embarcações encarregues do transporte de óleo de baleia. Num momento fortemente marcado pela exploração aurífera, e contrapondo as justificações e inúmeras solicitações dos proponentes investidores na baleação, o governador iria chegar a afirmar que “*esta simulação do novo contratador, e a temeridade de Braz de Pina seu socio, de introduzir na Ilha de S. Sebastiam, a poucos mezes depois de partir a frota do anno passado, sem esperar a Resolução de V. Mag.<sup>e</sup>; sem me dar parte de semelhante Resolução, sem me pedir licença, e sem conferir comigo se convinha, ou nam estabelecer-se na ditta Ilha a fabrica, e armação, sam indícios claros, que o seu intento he pescar ouro, e nam baleas*”<sup>538</sup>.*

Num processo continuado de ocupação do território português na América do Sul, os contratos das baleias parecem ter tido uma gestão intrincada perante os diferentes propósitos e interesses de contratadores, governadores de capitanias e da própria Fazenda Real. Numa informação do procurador da Fazenda, datada de 1735, conseguimos compreender como era mais vantajoso para a Coroa manter a administração da atividade e dos contratos por particulares, afirmando-se que caso os contratos passassem à Administração Real tal seria “*hum grade prejuizo da fazenda de V. Mag.<sup>e</sup> e total ruina deste Contrato, porque a sua natureza mostra com ividencia a desordem que pode acontecer na armação*”<sup>539</sup>. Na verdade, a Fazenda Real deixaria de receber os

---

<sup>537</sup> PARECER (minuta) do Conselho Ultramarino, para que o governador da capitania de São Paulo, António da Silva Caldeira Pimentel, cumpra as condições do contrato das baleias que foi arrematado por [Domingos] Gomes, AHU\_ACL\_CU\_023, Cx. 1, D. 71 (post, 1727).

<sup>538</sup> Carta do Governador António da Silva Caldeira Pimentel (S. Paulo 11 de Julho de 1731), documento anexo a CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o estabelecimento da armação da pesca da baleia na costa de Santos, arrematada por Domingos Gomes da Costa, cuja situação deve ser examinada, como foi ordenado por Provisão Real pelo governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, António Luís de Távora. Ao Conselho parece que se deve dar as mesmas oportunidades e prerrogativas dos contratadores do Rio de Janeiro e da Bahia. Anexo: consulta, 3 provisões (cópia), 3 requerimentos, 2 avisos, 4 cartas, aviso. AHU\_ACL\_CU\_023, Cx. 2, D. 123 (29 de outubro de 1734).

<sup>539</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre a arrematação do contrato da pesca das baleias da capitania do Rio de Janeiro. AHU\_CU\_017-01, Cx. 39, D. 9063-9070 (1736).

pagamentos dos contratos e teria que investir numa atividade sazonal e de lucro flutuante, para além da necessidade de assistir a todos os requisitos de organização, funcionamento, utensílios e pessoas que, como veremos adiante, se compunham por uma avultada dinâmica própria. Os homens de negócio que se interessavam pelo arrendamento da baleação, à medida que esta se foi estendendo pelo território, de certa forma concorriam uns com os outros “*medindo as raias, e o termo das costas daqueles mares*”<sup>540</sup>, competindo pelo valor a pagar pelo contrato, pela distribuição e venda do óleo, e pelas próprias baleias. Destas contendas percebemos também a influência que os próprios governadores de capitanias exerceram no desenvolvimento da atividade baleeira e de como os seus interesses e sensibilidades, a par com os dos contratadores e administradores privados da baleação, iriam moldar o negócio ao longo dos dois séculos de monopólio.

Finalmente em 1734, Domingos Gomes da Costa ergue então a armação da Ilha de S. Sebastião<sup>541</sup> - atual Ilha Bela -, inaugurando a exploração baleeira na costa de São Paulo. Contava com todo o apoio da Coroa e agora também dos governadores das capitanias de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, estando isento do pagamento de direitos reais e subsídios relativos aos produtos que circulavam, nomeadamente óleo e barbas de baleia. Contava ainda com facilidades na aquisição das terras para a instalação das armações, que poderiam ser doadas, caso estivessem devolutas, ou vendidas a preço justo<sup>542</sup>. Do seu contrato constam cláusulas específicas para o transporte do óleo, nomeadamente para Lisboa e para as ilhas atlânticas, que exploraremos adiante, como medida de controle do tráfico de géneros contrabandeados.

Em cerca de vinte anos, a atividade estava absolutamente desenvolvida e em crescimento na costa da capitania de São Paulo. Foram identificadas por Myriam Ellis, na costa de São Paulo, a instalação de armações baleeiras em S. Sebastião em 1734; na Ilha de Santo Amaro, em Bertioga, em meados do século XVIII; na Praia do Góis, na barra de Santos, cerca de 1766-1767; e ainda na Ilha do Bom Abrigo, no litoral de

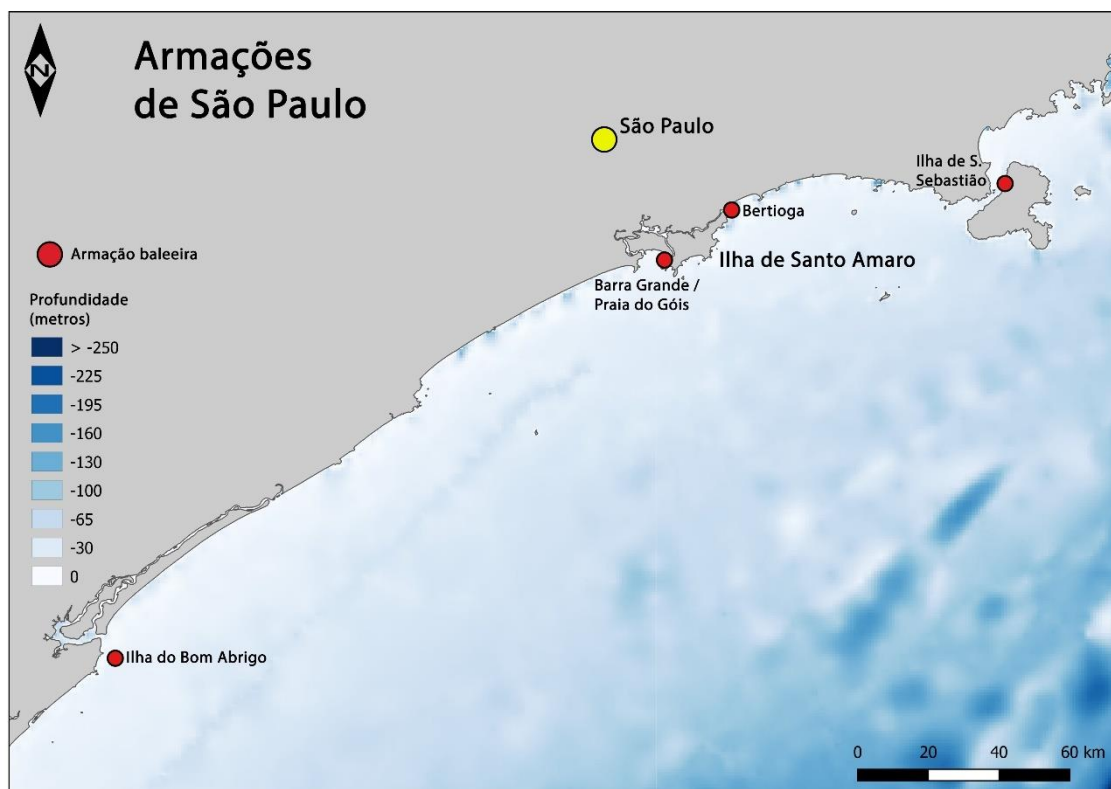
---

<sup>540</sup> *Idem*.

<sup>541</sup> PARECER do Conselho Ultramarino, recomendando que se ponha em arrematação na Corte o contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro [e de São Paulo]. Anexo: requerimentos, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 27, D. 2829 (10 de novembro de 1734).

<sup>542</sup> Documento anexo ao PARECER do Conselho Ultramarino favorável ao requerimento de Domingos Gomes da Costa, solicitando a faculdade de transporte de azeites para as Ilhas, conforme as condições do Contrato da Pesca das Baleias e licença para enviar dois navios do Rio de Janeiro para as ilhas e que estes retornem com a frota, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 31, D. 3246 (30 de outubro de 1738). Primeira página do documento na Figura 6 do Anexo C.

Cananeia, eventualmente também uma sucursal da armação de Bertioga, erigida em data incerta, mas possivelmente ainda do século XVIII, posterior a 1767<sup>543</sup> (Figura III.2.3.).



**Figura III.2.3.** Mapa das armações baleeiras na região de São Paulo, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

Um padrão semelhante na instalação da atividade baleeira parece ter ocorrido na costa de Santa Catarina. Esta região austral do território brasileiro, situada a sul do trópico de Capricórnio, esteve praticamente desocupada pelos colonos europeus durante o século XVI e ainda durante as primeiras décadas do século XVIII a sua parca população vivia receosa de ataques de piratas<sup>544</sup>. O domínio das regiões meridionais, próximas do Rio da Prata e de disputadas fontes de recursos naturais e minerais, estava em constante negociação entre Portugal e Espanha sob o olhar atento de outras potências europeias. Seria já após o tratado de paz, assinado em 1715, entre D. João V e Filipe V que se acentuaria a necessidade e o esforço de povoamento das regiões do Sul, estendendo-se o

<sup>543</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, pp. 48-50; Leandro Domingues DURAN, *Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo*, tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2008, p. 261.

<sup>544</sup> RODRIGUES, *Op. cit.*, 2014a, p. 240.

domínio português nas Américas até Nova Colônia de Sacramento<sup>545</sup>. Em carta régia de 1717, D. João V demanda que se conheçam as vantagens da região costeira catarinense, nomeadamente se tinha bom porto, se era sadia, de bons ares e boas águas, questionando também sobre a abundância de recursos marinhos e de baleias em particular:

*“Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné, etc. – Faço saber a vos Mestre de Campo Governador da praça de Santos que por ser conveniente a meu serviço, Me pareceo ordenarvos, examineis se a entrada dos Navios no porto da Ilha de Santa Catarina hé com facilidade e se tem monção em algum tempo do anno asim por ventos como pella correnteza das agoas, e se no ditto porto estão de todo o tempo seguras as embarcações, e no ditto porto ha abundancia de peixe e se pode haver pescaria de Baleyas (...)”*<sup>546</sup>.

Em 1721, o sargento-mor da praça de Santos, Manoel Gonçalves d’Aguiar, em resposta ao capitão general do Rio de Janeiro e capitanias do Sul, Antonio de Brito Menezes, informava que *“no que respeita a pescaria das baleias, respondo, que não tem a dita Ilha [de Santa Catarina] capacidade alguma para isso; porque pelos baixos que tem não entrão baleias nella. Só no Rio de S. Francisco se poderá fazer uma bôa pescaria, e melhor, e mais suave que a do Rio de Janeiro. A mesma se póde fazer em Santos com não menos commodidade”*<sup>547</sup>. Em 1722, novo reforço seria feito pelo Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, sobre a abundância de baleias na Ilha de Santa Catarina, que justificaria o arrendamento de um contracto das baleias e a fundação de armações na região:

*“Como todo o meu disvello hé descobrir caminho com q.’ a Real Faz.<sup>da</sup> de V. Mag.<sup>e</sup> tenha augm.<sup>tos</sup> e me parece não ser p.<sup>a</sup> desprezar, reprezento a V. Mag.<sup>e</sup> q.’ em a Ilha de Santa Catharina pode haver hũa feitura em q.’ se tire azeite de Ballêas pello grande numero dellas q.’ alli costumão andar, se offerecem algûas pessoas p.<sup>a</sup> arematar o dito contrato, sendo hũa dellas e a mais segura M.<sup>el</sup> Ribr.<sup>o</sup>*

---

<sup>545</sup> *Idem*, p. 239.

<sup>546</sup> “Carta Regia sobre as vantagens do porto de Santa Catharina, abundancia de peixes e outras comodidades” (10 de abril de 1717), in *Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Vol. XVIII. Avisos e Cartas Régias 1714-1729. S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo, 1896, pp. 9-10.

<sup>547</sup> Affonso de E. Taunay, *Em Santa Catharina Colonial: capítulo da história do povoamento*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936, in COMERLATO, *Op. cit.*, 2011, pp. 484-485.

*de Araujo, q.' se offereceu a dar outo até nove mil cruzados com a condição de não poder vender azeite em mais portos do q.' na V.<sup>a</sup> de Santos, Pernagoá e Rio de São Francisco; e como esta conveniencia não hé para engeitar me pareceu fazella presente a V. Mag.<sup>e</sup>, q.' resolverá o q.' for servido*"<sup>548</sup>.

Ao qual o rei responderia no ano seguinte, afirmativamente:

*"Faço saber a vos Rodrigo Cezar de Menezes Gov.<sup>or</sup> e Capp.<sup>am</sup> gn.<sup>l</sup> da Cappitania de São Paulo, q' se vio a conta q' me destes em carta de vinte de Sept.<sup>o</sup> do anno passado em como todo o vosso desvelo era descobrir caminho com q' a minha real fazenda tenha augmentos, e vos parecia não ser p.<sup>a</sup> despreza o fazer se hua feitoria em a Ilha de Sancta Catharina em que se tire azeyte de Balleas pelo grande n.<sup>o</sup> dellas que ali costumão andar, e se vos offerecião algũas pessoas para arematarem este Contracto sendo hũa dellas e a mais segura Manoel Ribeyro de Araujo que se oferecia a dar outo thé nove mil [Cruzados] com a condição de não poderem vender azeite em mais portos q' na V.<sup>a</sup> de S.<sup>tos</sup>, Pernaguá e Rio de São Frau.<sup>co</sup>, e como esta conveniencia não era p.<sup>a</sup> regeitar vos parecera fazer ma presente p.<sup>a</sup> q' resolva o q' for servido. Me pareceo dizer vos que como tenho rezoluto que se rematem todos os contractos da minha real fazenda neste Reyno q' p.<sup>a</sup> a rematação deste contracto de Balleas que referis façaes pôr edditas em Sanctos, Pernaguá e Rio de S. Francisco, declarando nelles que quem quizer intentar nelle venha a este Reyno p.<sup>a</sup> o d.<sup>o</sup> effeito, ou mande procuração sua a quem lhe parecer*"<sup>549</sup>.

As baleias e a baleação entravam assim nas estratégias, tanto da Coroa como dos seus oficiais, para o estabelecimento e desenvolvimento de novos assentamentos em regiões até aqui pouco exploradas. Estes documentos reforçam a importância destes animais enquanto elementos intervenientes nos processos históricos e a relação mútua e

---

<sup>548</sup> "Sobre a abundancia de Baleias na Ilha de Santa Catharina" (20 de setembro de 1722), in *Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Vol. XXXII. Correspondência e papeis avulsos de Rodrigo Cesar de Menezes. 1721-1728, São Paulo, Archivo do Estado de São Paulo, 1901, p. 36, e também em AHU\_ACL\_CU\_023-01, Cx. 3, D. 265 (Acervo São Paulo Alfredo Mendes Gouveia).

<sup>549</sup> "Carta régia declarando que o contracto da pesca da baleia e venda do azeite seja arrematado em Lisboa e não em S. Paulo" (16 de junho de 1723), in *Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Vol. XVIII. Avisos e Cartas Régias 1714-1729, S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo, 1896, pp. 83-84.



intrínseca entre colonização e ambiente, dos quais a exploração de recursos naturais foi parte de qualquer projeto imperial<sup>550</sup>.

Em 1723, D. João V ordena que se ponham editais para arrematação do contrato das baleias na feitoria que se havia de estabelecer na Ilha de Santa Catarina<sup>551</sup> mas, apesar de toda esta troca de informação e o aval do monarca para a inauguração de “*negocio tão importante*”<sup>552</sup>, demoraria ainda para que o projeto baleeiro se concretizasse em Santa Catarina. Para além de D. João V ter declarado que os contratos da ‘pesca’ da baleia deveriam ser arrematados no Reino, ordenou ainda que o novo contracto não fosse iniciado “*senão depois de acabar o do Rio de Janeyro p.<sup>a</sup> se evictarem as contendias e prejuizos, q’ ainda quando as não haja se hão de affectar como a experiencia mostra*”<sup>553</sup>.

Decorreriam ainda mais seis contratos no Rio de Janeiro até se estabelecer o primeiro em Santa Catarina. Foi somente após a fundação da Capitania de Santa Catarina, em 1738, que efetivamente se estabeleceram as primeiras armações baleeiras na região, provocando ainda assim o desagrado dos contratadores do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1739, Tomé Gomes Moreira, comerciante português com vários negócios no Rio de Janeiro, requer autorização para o estabelecimento de uma armação baleeira na Ilha de Santa Catarina, argumentando como este empreendimento animaria o estabelecimento dos Portugueses na região, aumentaria os lucros da Fazenda Real e apoiaria a navegação pelo desenvolvimento da zona portuária:

*“Diz Thomé Gomes Moreira m.<sup>or</sup> na cid.<sup>e</sup> do Ryo de Janr.<sup>o</sup> e homem de neg.<sup>o</sup> da mesma praça q. ’ em distancia da d.<sup>a</sup> cento e sicoenta legoas, pouco mais ou menos p.<sup>a</sup> o Sul cam.<sup>o</sup> das embarcações q’. navegação p.<sup>a</sup> o Ryo da prata, Nova Colonia,*

---

<sup>550</sup> Elizabeth DELOUGHREY & George B. HANDLEY, “Towards an Aesthetics of the Earth”, in Elizabeth DELOUGHREY & George B. HANDLEY (eds.), *Postcolonial Ecologies: Literatures of the Environment*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2011, p. 10.

<sup>551</sup> CARTA do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), Rodrigo César de Meneses, para (D. João V). em que dá conta de ter já mandado ordem ao provedor da fazenda real para que ponha editais sobre a arrematação do contrato das baleias, à qual se candidatava Manuel Ribeiro de Araujo (São Paulo, 1724 Agosto 17). Tem à margem: PROVISÃO (Cópia da) de D. João V, pela qual manda que se ponham editais para arrematação do contrato das baleias, da feitoria a criar na Ilha de Santa Catarina, apesar de Manuel Ribeiro de Araujo se candidatar à já citada arrematação com a condição de só se poder vender azeite de baleia em Santos, via do Rio de São Francisco e Paranaguá, AHU\_ACL\_CU\_023-01, Cx. 4, Doc. 401 (Acervo São Paulo Alfredo Mendes Gouveia) (13 de junho de 1723).

<sup>552</sup> “Carta Regia ordenando que se faça o contracto das balêas em Santos para vigorar depois de extinto o do Rio de Janeiro” (29 de agosto de 1725), in *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Vol. XVIII. Avisos e Cartas Régias 1714-1729, S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo, 1896, p. 162.

<sup>553</sup> *Idem*, p. 163.

*e Ryo gr.<sup>e</sup> se acha a Ilha chamada S.<sup>ta</sup> Catharina aonde os Portuguezes q. 'vão as d.<sup>as</sup> Praças costumão refregarem-se dos tempos e esperarem moncoens p.<sup>a</sup> seguirem suas viagens p.<sup>a</sup> os d.<sup>os</sup> Portos e de prez.<sup>te</sup> se acha a d.<sup>a</sup> Ilha com m.<sup>tos</sup> poucos moradores por cauza dos Navios levantados q. 'a ella hyão fazer aguadas, lenhaz, e tudo o mais q. 'o porto premette e ha na terra; por cuja cauza e a de se verem obrig.<sup>dos</sup> os mesmos de outras m.<sup>tas</sup> violencias estrangr.<sup>as</sup> hé o motivo porq. 'se não animão a substabileceremçe com cazaz e Faz.<sup>das</sup> pellas causas refferidas q. 'de continuo padecem; e paresse não socederá, Povoada q. 'seja como outras muitas, e ter V. Mag.<sup>de</sup> os dizimos de todas as Faz.<sup>das</sup> q. 'se cultivarem; e p.<sup>a</sup> mais augm.<sup>to</sup> da d.<sup>a</sup> ser parage acomodada em q. 'o Supp.<sup>e</sup> deseja fabricar a sua propria custa húa armação de Baleas de q. 'não só receberão utillid.<sup>e</sup> as d.<sup>as</sup> Praças em razão da gr.<sup>de</sup> distancia, q. 'hé o Ryo de Janr.<sup>o</sup>, e ser Porto mais prompto p.<sup>a</sup> q. 'quer socorro, e p.<sup>la</sup> razão da d.<sup>a</sup> armação se consegue gr.<sup>de</sup> substaballecim.<sup>to</sup>, e se frequenta o neg.<sup>o</sup> em q. 'tem augm.<sup>to</sup> o comercio e utillid.<sup>e</sup> p.<sup>a</sup> as Náos de V. Mag.<sup>de</sup> se ao dito Porto forem p.<sup>a</sup> serem socorridas de algum necessr.<sup>o</sup>, e não menos as mercantes porq. 'geralm.<sup>te</sup> se vão valer da d.<sup>a</sup> Ilha p.<sup>la</sup> cauza dos tempos como se experimentou na prez.<sup>te</sup> occazião, e com a d.<sup>a</sup> armação recebe a R.<sup>l</sup> Faz.<sup>da</sup> gr.<sup>de</sup> utillid.<sup>e</sup> nos Dizimos q. 'pode produzir e não menos no augm.<sup>to</sup> della, e p.<sup>a</sup> poder fabricar a d.<sup>a</sup> lhe hé necessr.<sup>o</sup> q. 'V. Mag.<sup>de</sup> lhe faça m.<sup>ce</sup> por dez ann.<sup>s</sup> sem q. 'no discurso destes pague direitos de qualquer sorte q. 'se pertendão cobrar da d.<sup>a</sup> armação, obrigandoçe elle Supp.<sup>e</sup> a entregala depois de findos os d.<sup>os</sup> dez ann.<sup>s</sup> com toda a fabrica q. 'se acha a R.<sup>l</sup> Fazenda da Cid.<sup>e</sup> do Ryo de Janr.<sup>o</sup>, ou a q.<sup>m</sup> tocar p.<sup>a</sup> ser administrada por conta da d.<sup>a</sup> e arematada por trato, ou como V. Mag.<sup>e</sup> for servido, e attendendo o d.<sup>o</sup> a m.<sup>ta</sup> gente de q. 'carece p.<sup>a</sup> a factura da d.<sup>a</sup> armação quer q. 'V. Mag.<sup>e</sup> lhe faça a m.<sup>ce</sup> de húa legoa de terra na d.<sup>a</sup> Ilha p.<sup>a</sup> a cultivar, e ter socorro p.<sup>a</sup> a mesma gente q. 'necessita a mencionada fabrica, dando-lhe a d.<sup>a</sup> legoa de terra por sismaria, não sendo obrig.<sup>do</sup> a fazer entrega della, e só sim de toda a fabrica q. 'possa pertencer a d.<sup>a</sup> armação. – Pede a Vossa Magestade que sendo servido attender ao q. 'o Supp.<sup>e</sup> e reprez.<sup>ta</sup>, e ser augm.<sup>to</sup> p.<sup>a</sup> a R.<sup>l</sup> Faz.<sup>da</sup> fazer-lhe a m.<sup>ce</sup> q. 'pede p.<sup>los</sup> d.<sup>os</sup> dez ann.<sup>s</sup>, ordenando aos*

*Governadores daq.<sup>las</sup> Cappitanias lhe dem todo o socorro e lhe não possão impedir o substallecim.<sup>to</sup> da d.<sup>a</sup> armação q. ' a sua propria custa quer fazer”<sup>554</sup>.*

Os contratadores do Rio de Janeiro iriam argumentar que a implantação de uma feitoria baleeira em Santa Catarina prejudicaria as fábricas já estabelecidas, agravando o facto daquelas se encontrarem com dificuldades em escoar todo o óleo de baleia produzido<sup>555</sup>. Pelo contrário, o primeiro governador de Santa Catarina, José da Silva Pais, apoiava o contratador proponente, interessado obviamente no crescimento económico do território a seu cargo e em abastecer os habitantes com *“aquelle genero indispensavel para o trato, e cerviço comum das gentes”*<sup>556</sup>. Sobre as baleias e a sua caça, este governador diria:

*“A nova pescaria que se oferece a fazer este homem de negocio Thome Gomes Moreira fica tão distante das sobreditas que não lhe pode prejudicar, nem athe aqui eu me persuado, que as Baleyas tenham o discurso de que por serem em alguã occasião perseguidas a que se escapa avizasse esta as mais se retirem desta costa para que não sejam arpoadas, e não havendo esta certeza, como moralmente devemos crer, sempre continuará a haver nella a mesma pescaria, que athe aqui, e só a haver mais ou menos criação, e o haver mais ou menos frio para o Pollo do Sul fará com que concorram mais ou menos conforme qual quer destes incidentes”*<sup>557</sup>.

É ainda de relevar neste trecho a forma como estas pessoas construía o seu conhecimento sobre os animais-recursos, muito provavelmente com base na informação empírica que recolhiam junto dos administradores ou feitores dos contratos da baleação, ou até da sua própria observação. Neste caso, o governador Silva Pais associa de forma direta a ocorrência de baleias e, consequentemente, o proveito da ‘pesca’ com a reprodução dos animais e a abundância de crias, premissa correta e de grande importância

---

<sup>554</sup> “Petição de Thomé Gomes Moreyra”, in *Publicação Official de Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de S. Paulo*, vol. XXIV. Cartas Regias e Provisões 1730-1738, s.d., S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo, pp. 240-241.

<sup>555</sup> Parecer do contratador das baleias de São Paulo, Domingos Gomes da Costa, anexo a CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre o requerimento de Thomé Gomes Moreira e Pedro Gomes Moreira, em que pedem licença para fazerem á sua custa uma armação de balêas e estabelecerem uma nova fabrica de azeites na Ilha de Santa Catharina, AHU\_CU\_017-01, Cx. 44, D. 10420-10425 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida).

<sup>556</sup> Informação do Governador José da Silva Paes, anexo a CONSULTA do Conselho Ultramarino..., AHU\_CU\_017-01, Cx. 44, D. 10420-10425 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida).

<sup>557</sup> *Idem*.

para a atividade. Novamente, é clara a influência dos governadores no desenvolvimento da atividade baleeira no Brasil colonial e dos seus propósitos administrativos.

Finalmente, em 1742, foi celebrado o primeiro contrato da baleação em Santa Catarina com o negociante Tomé Gomes Moreira, que obteve a concessão para um período de dez , com isenção de quaisquer pagamentos sobre os produtos da baleia. Neste mesmo ano ou já em 1743, iniciaram-se as obras da primeira armação baleeira - Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade - no continente fronteiro à ponta norte da Ilha de Santa Catarina, em simultâneo com a construção das fortalezas de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim, e em associação às obras de povoamento e defesa da costa<sup>558</sup>. O posicionamento da armação era o ideal para uma rápida deslocação para fora da baía na perseguição dos animais, por estar garantida a segurança pela proximidade à maior fortaleza de Santa Catarina e ainda pela sua localização na entrada da barra norte o que facilitava o transporte da produção baleeira<sup>559</sup>. Esta primeira armação foi uma das maiores na região catarinense e devido às suas dimensões teria demorado três anos a ser terminada, segundo o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire. Era composta por uma casa-grande, senzala, armazéns, engenho de azeite com um total de vinte caldeiras de ferro para derretimento da gordura dos animais, casa dos taques com treze reservatórios, várias casas de depósito e arrumos, hospital e botica, entre outras estruturas<sup>560</sup>.

Ainda em 1742, o pioneiro contratador solicitava ao Conselho Ultramarino que avaliasse a possibilidade de enviar, às suas custas, quatro ou cinco casais açorianos para a Ilha de Santa Catarina<sup>561</sup>. Podemos verificar, assim, como a baleação pode ter atuado também como promotora do povoamento das capitanias do sul do Brasil por casais dos Açores. Como sabemos, a emigração de açorianos vinha já a ser cogitada pela Coroa Portuguesa e seu Conselho Ultramarino desde o início do século XVIII, após a recuperação da Nova Colónia do Sacramento e, mais tarde, na sequência da crise sísmica e vulcânica que devastou a Ilha do Pico nos Açores, e viria a efetivar-se a partir de 1746-

---

<sup>558</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 57; Fernando BITENCOURT, *Armações Baleeiras da Costa Basca a Garopaba*, Garopaba, s.e., 2005, p. 32; COMERLATO, *Op. cit.*, 2011, p. 485.

<sup>559</sup> COMERLATO, *Op. cit.*, 2011, p. 485.

<sup>560</sup> *Idem*, pp. 486-487.

<sup>561</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre o requerimento do contratador da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, Tomás Gomes Moreira, solicitando que ordens para que o Conselho Ultramarino avaliasse a possibilidade do transporte de famílias açorianas para a Ilha de Santa Catarina à custa do suplicante. Obs.: resolução da rainha D. Mariana de Áustria; m. est.; anexos requerimentos, bilhete, despachos, contrato e lei impressos, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 34, D. 3593 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (ant. 1743).

1747 para as regiões atuais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul<sup>562</sup>. O primeiro contingente que partiu dos Açores chegou ao Brasil no início de 1748 e compunha-se, maioritariamente, por casais, mas também mulheres e homens solteiros de baixas condições ou com nenhuma posse<sup>563</sup>. Desta população, os homens açorianos terão ocupado tarefas na atividade baleeira de Santa Catarina, tal como tantos outros homens eram empregues durante as épocas sazonais de baleação.

Apesar do mau estado em que se encontra o documento que dá conta daquela proposta do contratador, não detetamos qualquer referência à experiência baleeira dos açorianos, ideia que vem sendo propagada em alguns trabalhos sobre a baleação no Brasil colonial<sup>564</sup>. A reconhecida caça de baleias nas ilhas dos Açores caracteriza-se por técnicas baleeiras americanas, com perseguição dos animais em mar aberto, tendo como espécie-alvo o cachalote e, ponto focal nesta fase do nosso estudo, não parece ter tido início antes de 1765<sup>565</sup>. Por estes motivos, não nos parece que haja qualquer relação entre a baleação açoriana e a atividade baleeira em Santa Catarina que, como estamos a verificar, teve início ainda na primeira metade de Oitocentos.

Terminado em 1743 o contrato na região do Rio de Janeiro, o contratador de Santa Catarina reuniu a concessão baleeira de toda a costa meridional brasileira, incorporando as áreas fluminense, paulista e catarinense num único contrato arrendado até 1750<sup>566</sup>. Após breve interregno nesta junção das capitânias baleeiras entre 1750 e 1753, os contratos voltariam a unir-se em 1754, sob a administração de novo contratador, com discriminação de valores entre Rio de Janeiro (28.000 cruzados e 100\$000) e São Paulo e Santa Catarina (10.000 cruzados a pagar por cada região)<sup>567</sup>. Entre 1742 e 1796, foram estabelecidas seis armações em Santa Catarina, a saber, Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade (1742/1746), Armação de Sant'Ana de Lagoinha ou das Lagoinhas

---

<sup>562</sup> RODRIGUES, *Op. cit.*, 2014a, pp. 239-240, 252.

<sup>563</sup> *Idem*, p. 252.

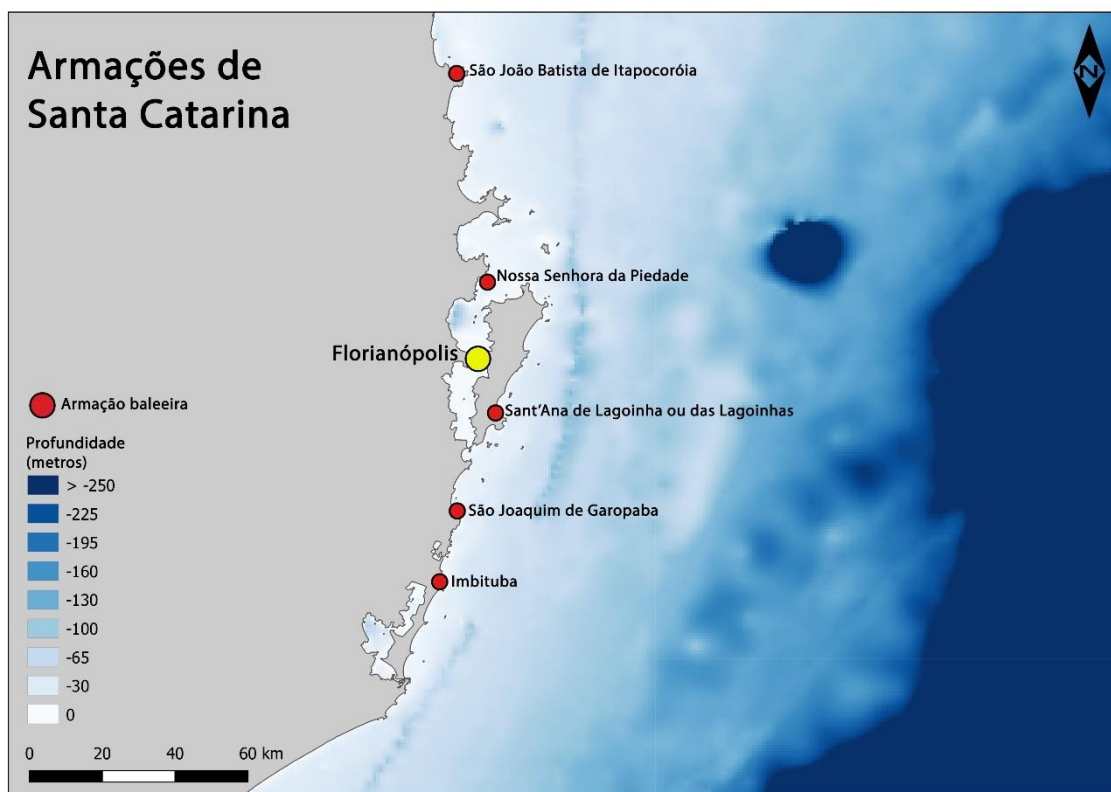
<sup>564</sup> Como por exemplo em João Adriano RIBEIRO, "A pesca da baleia nos Açores", Separata da *Revista Islénha*, n. 22, 1998a, p. 97; ou BITENCOURT, *Op. cit.*, 2005, p. 38.

<sup>565</sup> Ricardo Manuel Madruga da COSTA, *A Ilha do Faial na logística da frota baleeira americana no "século Dabney"*, CHAM/OMA, Faial, 2012, p. 30.

<sup>566</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 148;

<sup>567</sup> *Idem*, p. 152.

(1772), Armação de São João Batista de Itapocoróia (1778), Armação de São Joaquim de Garopaba (1793), e Armação de Imbituba (1796) (Figura III.2.4.)<sup>568</sup>.



**Figura III.2.4.** Mapa das armações baleeiras na região de Santa Catarina, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

Durante este período de colonização do território e de expansão das armações baleeiras ao longo da costa, mais precisamente em 1765, foi criada a “Companhia da Pescaria das Baleyas”. Nestas primeiras décadas da segunda metade de Setecentos, em pleno reinado de D. José (1750-1777) e coincidente com o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal (1755-1777), vivia-se um período de importantes mudanças na económica colonial, fortemente marcado por reconfigurações dos Impérios Ibéricos, a proteção constante dos territórios ultramarinos portugueses, ou a transferência da capital do Brasil de São Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro (1763)<sup>569</sup>. A formação

<sup>568</sup> Após o fim do regime de monopólio em 1801, seriam ainda estabelecidas a Armação da Ilha da Graça ou Ilha da Paz (1807), a Armação da Ilha de Porto Belo ou Ilha João da Cunha (1826), e a Armação de Ganchos (1864). Ver COMERLATO, *Op. cit.*, 2001.

<sup>569</sup> SCHWARTZ, *Op. cit.*, 1998, p. 93; José Damião RODRIGUES, “Um tempo de ruptura?”, in *História da Expansão e do Império Português*, João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES & Pedro Aires OLIVEIRA, Lisboa, A Esfera do Livros, 2014b.

da “Companhia da Pescaria das Baleyas” inseria-se numa nova lógica de desenvolvimento económico, marcada pelas reformas políticas, administrativas, militares e sociais de Pombal. Compreendendo que o Brasil estava na base da economia imperial e era o território-chave para a regeneração económica de Portugal, aquele ministro fomentou a aplicação de medidas mercantilistas que permitissem a independência económica da nação em relação a outras potências europeias. Para tal, favoreceu vários setores e, seguindo as palavras de Schwartz, apadrinhou contactos entre os interesses económicos na metrópole e na colónia<sup>570</sup>. Entre os homens de confiança do marquês de Pombal encontrava-se Inácio Pedro Quintella, de reconhecido prestígio pela sua “*actividade, intelligencia e Credito*”<sup>571</sup>. Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, este comerciante lisboeta encontrava-se entre os investidores e organizadores das companhias monopolistas fundadas por Pombal, nomeadamente a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, ou a de Pernambuco e Paraíba, em 1759, ocupando-se ainda de funções no Tribunal da Junta do Tabaco e tendo sido provedor da Junta do Comércio, entre outros cargos<sup>572</sup>.

Neste contexto e numa conjuntura de reorganização administrativa, em 1762 o governo da capitania de São Paulo foi também entregue a um homem próximo de Sebastião José de Carvalho e Melo, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, quarto morgado de Mateus<sup>573</sup>. De entre as instruções que recebia, o novo governador deveria assegurar a ocupação e o povoamento do sertão, fundar vilas, estimular a agricultura, recuperar terras perdidas, perseguir Jesuítas e civilizar indígenas<sup>574</sup>. Mas não só. Estabelecida uma lógica de fomento económico, que alterou profundamente a produção e a comercialização no Brasil, tendo como forte alicerce o estabelecimento de companhias comerciais, os governadores de capitania seriam os agentes, em campo, dessa demanda e as suas ações governativas foram importantes, se não essenciais, no estímulo às atividades de extração de recursos naturais durante o estabelecimento português no Brasil.

---

<sup>570</sup> SCHWARTZ, *Op. cit.*, 1998, pp. 93-94.

<sup>571</sup> Carta de Joaquim Pedro Quintella (16 de abril de 1786) in Marcelo de Oliveira PAZ, *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015, p. 63.

<sup>572</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 153; Luís Alberto Teixeira MENDONÇA, “Os comerciantes de grosso trato e as possibilidades de nobilitação numa capitania de mineração”, *Varia Historia*, vol. 34, n. 65, 2018, p. 522.

<sup>573</sup> RODRIGUES, *Op. cit.*, 2014b, p. 273.

<sup>574</sup> *Idem, ibidem*.

Em 1765, aquele governador recebeu ordens diretas da Coroa para que “[auxiliasse] e [concorresse] para tudo o que for a bem do dito contrato [das Baleias]”<sup>575</sup>. Deslocou-se numa missão de observar pessoalmente a armação das baleias da Barra da Bertioga, anotando o seu estado de desenvolvimento. Caracterizado pelo perfil típico de um governador executivo, o morgado de Mateus era hábil, dinâmico e de pensamento independente<sup>576</sup>, como também vislumbramos pelas informações que nos deixa a sua documentação escrita sobre a atividade baleeira.

O governador notou que a armação tinha aumentado a sua capacidade de processar animais, em número de tanques para depósito do óleo de baleia, passando de dois para seis tanques, e permitindo assim o processamento de cem animais, em vez de apenas trinta como anteriormente. A armação contava ainda com um engenho de doze caldeiras de derreter gordura, onde operavam trinta escravos, ao que o governador advertiu que “respeitando a grande Cópia de Baleias que se podião pescar naquele porto, devia haver na sua armação outra tanta fabrica ou mayor, porque para dar expedição neceSsaria aos toucinhos, devia haver ao menos dezaseis caldeiras, e para o serviço dellas o menos que se precisava, herão oitenta, ou cem negros, porque por falta destes, nem se podião matar todas as Baleias, que em abundancia offerece aquelle porto, como eu mesmo vi”<sup>577</sup>. A falta de gente para as tarefas, em terra, de desmanche e processamento dos animais implicava que não se aproveitassem todos os animais capturados, “ficando algumas apodrecidas naquellas Prayas, não se lhe aproveitando mais que a barbatana, e perdendo-se o grandessiSimo lucro que dellas podia rezultar”<sup>578</sup>. O aproveitamento parcial dos animais e consequente desperdício é um tema ao qual voltaremos mais à frente.

---

<sup>575</sup> OFÍCIO nº 5-III do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luís António de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus) para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino), conde de Oeiras, (Sebastião José de Carvalho e Melo), dando-lhe conta dos aumentos da fábrica das baleias na barra de Bertioga (Vertioga), que distava cinco léguas da vila de Santos e mostrando a insuficiência ainda da dita fábrica e as suas diligências junto dos contratadores para erigir outra fábrica na praia chamada de Góis, local apropriado (21 de agosto de 1765), in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Matheus): 1765-1766. Vol. LXXII, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1952, p. 74. O documento manuscrito pode ser encontrado em AHU\_ACL\_CU\_023-01, Cx. 23, Doc. 2243 (Acervo São Paulo Alfredo Mendes Gouveia).

<sup>576</sup> A. J. R. RUSSELL-WOOD, “Governantes e Agentes”, in Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume 3, Navarra, Círculo de Leitores e Autores, 1998, p. 179.

<sup>577</sup> OFÍCIO nº 5-III, *Op. cit.*, 1952 (1765), p. 74.

<sup>578</sup> *Idem, ibidem*.



Destes testemunhos conseguimos conjecturar sobre a dimensão e o investimento necessário à vida e labor de uma armação baleeira, cujas características aprofundaremos nos pontos seguintes. Para já interessa-nos compreender como a abundância dos animais e o lucro que deles está ou não está a ser retirado, eram centrais nas preocupações deste governador, comprovando como a baleação era uma atividade considerada nas medidas de administração local e com importância no panorama económico imperial. Desta feita, o governador iria persuadir um dos contratadores a instalar uma nova armação na capitania, alertando-o para *“o grande prejuizo que se lhe seguia em não irigirem no Citio da Emseada da Barra grande mais huma armação por ser tão abundante daquelles peixes, que eu mesmo vi, vinte e tantos juntos”*<sup>579</sup>. Mais do que isso, iriam juntos, governador e contratador das baleias, prospetar a costa com o objetivo de encontrarem o sítio ideal para o novo estabelecimento baleeiro, chegando a concluir:

*“O menos máo que se achou, foy na praya chamada de Goys; e logo fiz ajunstar as terras vezinhas para se comprarem aos donos dellas: no cazo que a experiencia, que logo neste anno se hade fazer, como ajustei com o mesmo contratador, mostre que não há dificuldade para se poderem beneficiar no referido Citio das Baleas, e que com efeito se pode fazer permanecer a intentada fabrica para consequentemente se dar principio a obra”*<sup>580</sup>.

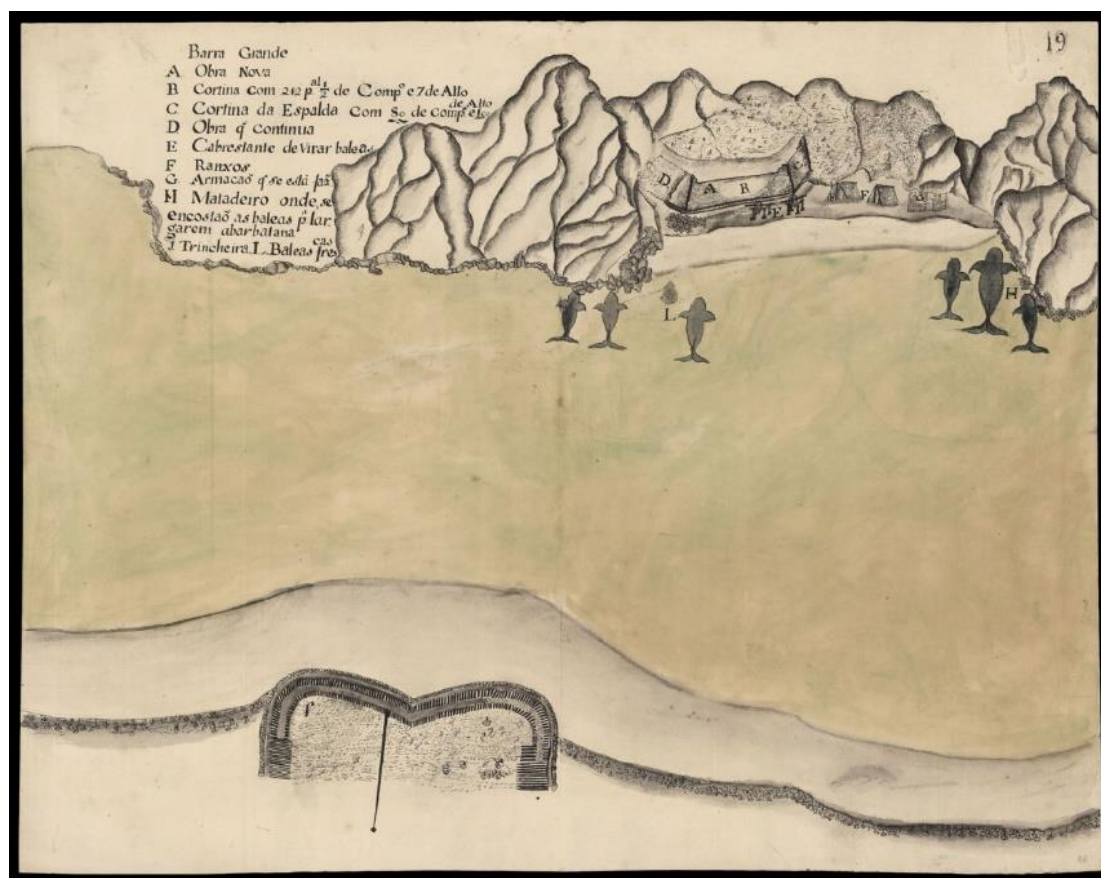
Identificado assim o local ideal, seria desta demanda que se identificaria a Praia de Góis como uma nova posição baleeira, uma armação acessória e eventualmente mais pequena que as restantes na capitania de São Paulo, mas eficaz para um melhor proveito dos animais capturados naquela costa. Esta praia localizava-se muito próxima da fortaleza da Barra Grande da vila de Santos, cuja planta das obras sofridas nos anos 1766-1767 nos permite compreender a organização espacial de uma armação baleeira e a relação entre armação e fortaleza associadas na ocupação e defesa da costa (Figura III.2.5.). No âmbito do presente estudo, este elemento iconográfico é particularmente interessante e de importância acrescida, por ser uma das escassas fontes com representação dos animais. Aqui observamos seis baleias, e a interpretação da imagem parece mostrar-nos que são de diferentes tamanhos, eventualmente correspondendo a indivíduos de idades distintas. Também pela legenda conseguimos identificar algumas estruturas da armação baleeira,

---

<sup>579</sup> *Idem*, p. 75.

<sup>580</sup> *Idem*, *ibidem*.

nomeadamente: E - Cabrestante de virar baleias; G - Armação que se está fazendo; H - Matadouro onde encostam as baleias para largarem a barbatana; L - Baleias frescas.



**Figura III.2.5.** Planta n. 19 “Obras novas da fortaleza da Barra de Santos” com representação de baleias capturadas e referência à armação baleeira da Barra Grande in *Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa...*, 1775. Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497>.

Uma outra armação em São Paulo, a Armação do Bom Abrigo, parece refletir a iniciativa investidora do governador D. Luís António de Sousa Botelho Mourão e da administração da família Quintela a partir de 1765. Os vestígios arqueológicos que ainda hoje se conservam localmente, como por exemplo ruínas de armações, têm permitido um estudo mais aprofundado do que poderá ter sido a organização e estrutura das armações baleeiras<sup>581</sup>. Apesar da sua menor dimensão relativamente a outras armações da época, as

<sup>581</sup> Ver em particular a tese de doutoramento Leandro Domingues DURAN, *Op. cit.*, 2008. Fotografias dos vestígios das armações podem ser consultadas no Anexo C, Figura 7.

ruínas da armação da Ilha do Bom Abrigo indicam uma construção sólida em pedra e cal, numa perfeita interação entre as condições topográficas do local escolhido e a estrutura edificada da armação. É possível ainda reconhecer os diferentes espaços da armação - engenho de frigar; casa dos tanques; paredões, muros e terraços; e ainda porções submersas da armação, igualmente inseridas na área funcional da armação (Figura III.2.6.). Estes espaços bem definidos indicam ainda que a atividade baleeira foi uma atividade planeada e estruturada, com algum grau de especialização e grande investimento. À medida que as armações se foram desenvolvendo, as maiores armações eram constituídas por “*paredão; rampa; trapiche; engenho de azeite; casa dos tanques; armazém, depósito, telheiro, sótão e dittas; carioca; ferraria; tanoaria; casa-grande; casa dos feitores; companha dos baleeiros; senzalas; casa de hospital e botica; capela*”<sup>582</sup>, podendo ainda incluir outros espaços de ampliação, já no século XIX<sup>583</sup>.



<sup>582</sup> COMERLATO, *Op. cit.*, 2001, pp. 9-10.

<sup>583</sup> Ver no Anexo C, Figura 8, a Digitalização da planta do levantamento topográfico das edificações da Armação da Piedade, datada de 1829, onde se identificam todos os espaços nomeadamente 1) casa do cirurgião, 2) Telheiro, 3) casa de ferragem e ferraria, 4) igreja, 5) hospital e botica, 6) casa dos feitores, 7) casa-grande e armazéns, 8) jardim e quintal, 9) sótão, 10) grande telheiro para construção, 1) casa de frigar, 12) grande sótão, 13) casa de depósito de lenha, 14) casa dos cabos, 15) casa dos panos, 16) e 17) companhas dos baleeiros, 18) casa dos tanques, 19) quartéis para tropa assoalhado, 20) senzala, 21) quartéis para tropa, 22) casa dos oficiais, a) fontes d’agua.

**Figura III.2.6.** Reconstituição 3D da armação da Ilha do Bom Abrigo, Cananeia, São Paulo, in Leandro Domingues DURAN, *Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo*, tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2008, 338 p.

Todas as armações, em cada uma das suas localizações, e em cada capitania, tiveram as suas características e especificidades. Não se tratando este trabalho de um levantamento exaustivo das armações baleeiras no Brasil, o que importa referir e ressaltar é a forma como, no seu conjunto, a implantação dos empreendimentos baleeiros influenciou o assentamento e a colonização do Brasil, tal como viria a impactar as populações de baleias.

A abundância dos animais e as características ambientais e geográficas ditaram o estabelecimento da atividade nas regiões que aqui abordamos. Noutras áreas, principalmente numa fase em que a sua exploração estava já bem estabelecida no Brasil, a ausência de estabelecimento de armações baleeiras não significa que as baleias fossem desconsideradas quando se fazia o reconhecimento do território. Poderá antes estar relacionado com as próprias características dos locais não serem as mais adequadas ou ainda com a percepção de uma menor ocorrência e abundância dos animais que, assim, não justificavam esse investimento. Por exemplo, numa descrição sobre o Rio de S. Mateus, no atual estado do Espírito Santo, e sobre os recursos da localidade chegou a informar-se que:

*“A pescaria de baleias não póde estabelecer-se nos mares desta Capitania, porque não não [sic] ha nella enseada aonde ellas se demorem e as poucas que apparecem caminhando para o norte, passam tanto ao largo das Barras, que he diffcultoso poderem arpoar-se e muito mais porque esta costa he lavada de todos os ventos”*<sup>584</sup>.

O reconhecimento da costa, do mar, e dos seus animais, portanto do ambiente natural, forneceu um conjunto de possibilidades de acordo com as necessidades da comunidade baleeira e da Coroa portuguesa. As relações entre as pessoas e os recursos

---

<sup>584</sup> Sobre a povoação do Rio de S. Mateus, OFFICIO do Ouvidor de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu (para o Ministro dos Negocios do Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado), no qual transmite muitas e interessantes informações, sobre as povoações, rios, população e madeiras da sua Capitania, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 35, D. 6508 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (16 de junho de 1764).

foram “elementos no cotidiano baleeiro que permearam o espaço social”<sup>585</sup> e que influenciaram várias histórias. As baleias, as armações baleeiras e a baleação tiveram um impacto histórico local no desenvolvimento de cada região, localmente, nas capitanias onde se estabeleceram e, no geral, para a construção do Brasil. A armação desempenhou, desde a sua instalação e funcionamento, um papel importante no conjunto de edificações, de atividades e de população fixada, e para os quais a atividade baleeira e as próprias armações contribuíram para o processo de ocupação do território, a fixação e aumento da população, a produção de bens relacionados direta e indiretamente com a baleação, a ampliação e dinamização das atividades religiosas e sociais adjacentes à atividade, o fortalecimento do lugar como ponto de ligação com outras regiões para aguada, repouso e desenvolvimento da pesca, produção agrícola, transporte de mercadorias<sup>586</sup>.

O levantamento e análise de vestígios arqueológicos das armações<sup>587</sup>, em conjunto com a investigação de fontes históricas e iconográficas, têm permitido conhecer melhor as dinâmicas das áreas baleeiras do Brasil colonial. Estes trabalhos têm revelado como as armações não foram apenas espaços produtivos e mercantis, mas permitiram o estabelecimento de vilas piscatórias e o desenvolvimento de povoações, atuando como espaços de vivência interétnicos de uma comunidade litorânea em construção<sup>588</sup>.

Entre o estabelecimento do monopólio da baleação, em 1614, até ao seu término, em 1801, mais de vinte armações foram erigidas na costa brasileira, nos atuais estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina (Figura III.2.7.). Do que foi explanado até aqui se verifica como o desenvolvimento desta atividade, ao longo da costa, andou a par com os processos de consolidação da presença portuguesa na América e teve relevância nas dinâmicas administrativas, económicas e sociais.

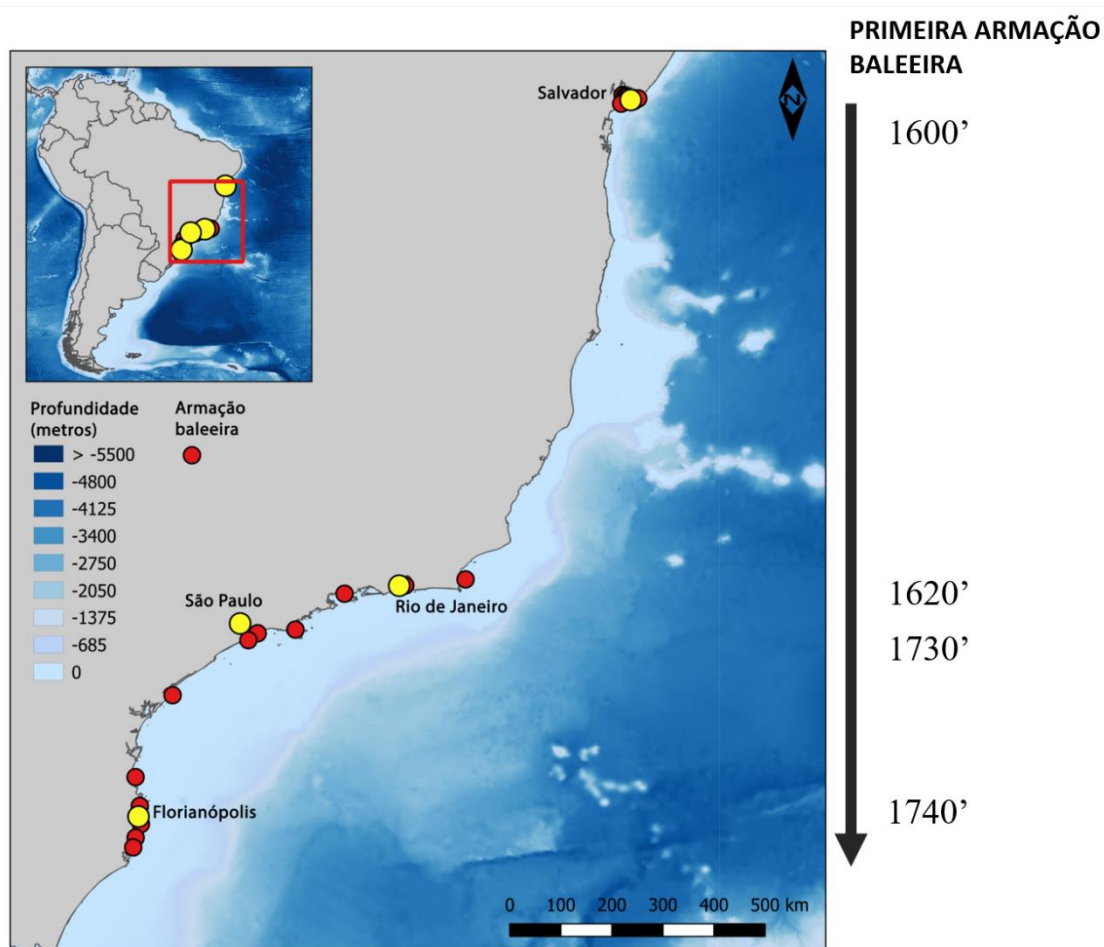
---

<sup>585</sup> COMERLATO, *Op. cit.*, 2001, p. 2.

<sup>586</sup> Vitor Marilone Cidral da Costa do AMARAL et al., “O nosso mar é o nosso chão: as armações baleeiras de Santa Catarina e os desafios para a história e a arqueologia”, in Wellington CASTELLUCCI JUNIOR & Daniel QUIROZ (orgs.), *Baleeiros do Sul II. Antropologia e história da indústria baleeira nas costas sul-americanas*, Salvador, EDUNEB, 2018, p. 194.

<sup>587</sup> A história da baleação em Santa Catarina tem vindo a ser aprofundada pelos trabalhos de Fabiana Comerlato, com um forte cariz arqueológico. Várias obras têm aqui sido referidas das quais destacamos COMERLATO, 2001; 2011; 2012.

<sup>588</sup> Ver por exemplo COMERLATO, *Op. cit.*, 2011.



**Figura III.2.7.** Mapa de todas as armações identificadas entre 1614 e 1801, estabelecidas na costa do Brasil, ao longo dos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

A baleação parece ter sido, efetivamente, um elemento integrante da construção do território nas suas mais variadas formas e com diferentes impactos, desde a promoção de assentamentos nas zonas litorais, a evolução das relações sociais, a promoção do mercantilismo, e o desenvolvimento de uma atividade extrativa com valor económico e fortes consequências ambientais.

Posto tudo isto, é tempo então de considerar a caça de baleias na historiografia da expansão portuguesa, a par com outras atividades económicas que dependeram do que os ecossistemas naturais forneceram, para além das técnicas empregues para o seu aproveitamento ou das decisões administrativas e imperiais. Tal como a produção e o negócio do açúcar, também a baleação nos permite compreender a importância da ocupação da costa e das zonas litorais, como ficou marcado naquela famigerada imagem

sobre o assentamento português no Brasil de “*carangueijo, apenas arranhando praias*”<sup>589</sup>. Se era junto às margens que a cana de açúcar era plantada, se desenvolvia e era transformada, era igualmente junto à costa que se consolidava a indústria baleeira através do desenvolvimento de armações. A produção de açúcar exigia água, solos férteis e mão de obra, exigindo o seu comércio um transporte rápido, facilitado por via marítima. A caça de baleias exigia um terreno abrigado e protegido, proximidade ao mar e abundância de baleias, exigindo o seu comércio um transporte igualmente rápido, facilitado por via marítima para garantir a sua distribuição em vários locais do Brasil, exportação para as ilhas atlânticas e para Lisboa. O açúcar foi um dos primeiros e principais produtos, enquanto mercadoria e enquanto resultado, da expansão e colonização portuguesa no Brasil. E foi por isso, também, como afirmou Alfred Crosby e como mencionámos no capítulo anterior, o catalisador de mudanças sociais e ecológicas. O mesmo poderemos afirmar sobre as baleias e a baleação. Mais, os engenhos de açúcar precisavam de um produto para o seu funcionamento: óleo de baleia.

---

<sup>589</sup> J. Capistrano de Abreu, 1888, in SALVADOR, Op. cit., 1889, p. xviii.



### III. 3. MÉTODOS PARA A ‘PESCARIA’ DAS BALEIAS

Foi com base nas técnicas bascas costeiras que se iniciou a caça da baleia no Brasil de Setecentos. Este tipo de baleação, como já descrito no Capítulo I, estava suportada em séculos de experiência no mar e assentava na construção de uma cultura baleeira que se foi desenvolvendo em torno da atividade, das pessoas que a praticavam e das populações de baleias que a mantinham.

Os métodos de baleação bascos assentavam resumidamente: 1) na procura dos animais a partir de pontos altos em terra que facilitassem e potenciassem o avistamento dos cetáceos; 2) na perseguição em botes de madeira, simétricos, ou seja, de proa e popa iguais, com cerca de 12 metros de comprimento; tripulação composta por timoneiro, remadores e arpoador; 3) perseguição e arpoamento da cria; 4) arpoamento e alanceamento de animal adulto; 5) desmanche e retalhe dos animais; e 6) derretimento da gordura e transformação em óleo. Uma das obras que caracteriza com mais pormenor e com inúmeras figuras ilustrativas o tipo de baleação basca é o *Diccionario histórico de los artes de la pesca nacional*, de Antonio Sañez Reguart, publicado em cinco tomos, entre 1791 e 1795<sup>590</sup>. Em todos os livros, porque os conteúdos são organizados alfabeticamente, podemos encontrar informação sobre a caça de baleias, sendo que no terceiro volume é dado grande enfoque à atividade e são descritos os métodos, utensílios e processos de captura e processamento de cetáceos, nas várias regiões onde se desenvolveram ou praticaram operações bascas e espanholas. Pontualmente, o autor refere a caça de baleias no Brasil, apesar de sabermos hoje que a informação que oferece não está correta, nomeadamente no que diz respeito às primeiras tripulações bascas que operaram na Bahia<sup>591</sup>. Ainda assim, esta referência de Reguart na sua obra não deixa de ser um facto singular, já que raramente encontramos referência à empresa basca no Brasil em obras de autores espanhóis sobre a expansão das técnicas baleeiras bascas.

Tendo em conta a sua complexidade, justifica-se descrever e analisar as técnicas empregues no Brasil e desenvolver a nossa crítica e discussão, também de forma

---

<sup>590</sup> Antonio Sañez REGUART, *Diccionario histórico de los artes de la pesca nacional*, Madrid, En la imprenta de la viuda de Don Joaquin Ibarra, 1791-1795.

<sup>591</sup> Antonio Sañez Reguart indica na sua obra que os portugueses aprenderam a caçar baleias no Brasil com uns prisioneiros biscainhos no princípio do século XVIII durante a guerra de sucessão espanhola, *Op. cit.*, Tomo Segundo, 1791, p. 380.



comparativa, tendo como objetivo compreender eventuais transformações ou adaptações dos métodos baleeiros no Brasil em relação à sua matriz europeia<sup>592</sup>.

Já verificámos também como a atividade baleeira se foi desenvolvendo nos séculos XVII e XVIII, em quatro capitanias distintas, expandido-se de norte para sul da costa brasileira, num processo paralelo à própria ocupação do território. Tentámos aqui, sempre que possível, detetar diferenças entre as várias regiões embora, dada a ampla extensão geográfica e temporal, este subcapítulo tenha o seu foco na caracterização de um panorama baleeiro geral para o contexto colonial português.

Encontrámos poucos documentos que fornecessem informações detalhadas, principalmente para o século XVII, mas tentámos, ainda assim, construir uma perspetiva sólida de como a atividade se desenrolava. Para aquele século, duas das descrições coevas mais completas da atividades encontram-se nas obras de Frei Vicente do Salvador (1627) e Francisco de Brito Freyre (1657). Outros documentos avulsos fornecem aqui informação de relevo para os séculos XVII e XVIII. As cenas de caça de baleias consistiam também num ‘espetáculo’ em tempo real, que marcou ilustres viajantes e naturalistas estrangeiros em missão no Brasil, principalmente nos séculos XVIII e XIX, que observaram eventos de caça, com curiosidade e interesse, e cujos relatos nas suas obras nos ajudam a compreender os seus processos. A baleação nas águas costeiras do território brasileiro, com as suas particularidades e enquanto recurso de importância económica, iria estar presente em várias Histórias do Brasil, escritas ou compiladas por autores estrangeiros, franceses e ingleses por exemplo, como Robert Southey (1810-1819) ou Alphonse de Beauchamp (1815). Mesmo sendo de um período posterior à cronologia a que se dedica o presente estudo, estes relatos são aqui mencionados enquanto complementos ao estudo da história da baleação no Brasil. Suportámo-nos ainda, como ao longo de toda esta dissertação, na obra de Myriam Ellis na qual a autora fez uma profunda revisão das técnicas e métodos de caçar baleias, analisando separadamente as armações da Bahia e as armações do Sul, discriminação que não faremos aqui.

Quanto a fontes iconográficas que ilustrem os métodos desta ‘pescaria’, apenas uma imagem é conhecida como a única peça ilustrativa do processo baleeiro no período de

---

<sup>592</sup> Ver também Nina VIEIRA, “A Comparative Approach to Historical Whaling Techniques: Transfer of Knowledge in the 17th century from the Biscay to Brazil”, in Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele C. CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds./ coord.), *Cross-cultural Exchange and the Circulation of Knowledge in the First Global Age*, 1. ed, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento, 2018, pp. 133-156.

monopólio régio, a saber, o quadro de Leandro Joaquim intitulado “Pesca da baleia na Baía de Guanabara”. Deste pintor, cenógrafo e arquiteto do Rio de Janeiro, a obra mais reconhecida foi o conjunto de oito telas elípticas que retratavam a história e a vida da cidade, encomendadas pelo vice-rei do Brasil Luís de Vasconcellos e Sousa (1778-1790) para a decoração de um dos pavilhões do Passeio Público, inaugurado pelo mesmo governador<sup>593</sup>. Entre a paisagem do Rio de Janeiro, do porto e de outros cenários da cidade, encontrava-se então uma obra dedicada à baleação, revelando a sua importância na vida carioca e que aqui utilizaremos, complementada com ilustrações já do século XIX, pelo seu detalhe nas várias fases do método de caçar baleias (Figura III.3.1.).

A nossa abordagem aos métodos da caça de baleias seguirá aqui uma sequência dada pelas próprias fases, técnicas e práticas associadas aos diferentes momentos que constituem a baleação basca desenvolvida no Brasil no período em questão. Era no litoral que se armava toda a operação, isto é, montavam-se edificações, preparavam-se instrumentos, utensílios e pessoas. A atividade decorria no mar, em terra e na interface costeira entre estes ambientes. O centro da prática baleeira era a baleia propriamente dita. Sendo esta uma espécie migratória, a atividade iniciava-se com a chegada das baleias às baías da costa brasileira na sua época de reprodução.

---

<sup>593</sup> Nelson PAPAVERO & Dante Martins TEIXEIRA, “Remessa de animais de Santa Catarina (1791) para a “Casa dos Pássaros” no Rio de Janeiro e para o Real Museu da Ajuda (Portugal)”, *Arquivos de Zoologia*, vol. 44, n. 4, 2013, p. 196.



**Figura III.3.1.** “Pesca da Baleia na Baía de Guanabara” de Leandro Joaquim, século XVIII. Óleo sobre tela, 92 x 126 cm de formato oval. Coleção do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em exposição online em <https://artsandculture.google.com/partner/museu-historico-nacional>.

### III. 3. 1. A chegada das baleias

Tratando-se de animais migradores, as baleias eram um recurso sazonal. O conhecimento da sazonalidade das baleias e a compreensão de que os animais utilizavam - e em que momento utilizavam - as águas do recôncavo baiano para dar à luz, foram essenciais para o estabelecimento da atividade. Neste período, correspondente ao inverno e primavera austrais, os animais - provavelmente as espécies baleia-franca austral e baleia-corcunda<sup>594</sup> - encontram-se na sua época de reprodução e migram desde as águas circumpolares da Antártida e outras zonas do Oceano Antártico, onde se alimentam, para águas mais quentes a latitudes inferiores, nas costas da América do Sul e costa ocidental

---

<sup>594</sup> Aprofundaremos a nossa análise sobre as principais espécies capturadas durante esta operação baleeira no Brasil no capítulo V.

africana (considerando apenas a sua distribuição no Atlântico), onde se reproduzem, parem as suas crias ou se fazem acompanhar por juvenis. É nesta altura que os animais ocorrem nas águas do Brasil, aproximam-se de costa e procuram zonas de abrigo, protegidas do mar aberto e de baixa profundidade, como baías e enseadas, que terão sido por isso os melhores locais para se estabelecerem as armações baleeiras.

Assim, antes de mais, foi à altura necessário compreender em que momento do ano se poderia iniciar a caça. Segundo Frei Vicente do Salvador, as baleias começavam a surgir nas águas da Bahia em junho<sup>595</sup> e a época baleeira tinha início “*em o dia de S. João Baptista começa a pescaria, dizendo primeiro huma missa em a Ermida de Nossa Senhora de Montserrate, na ponta de Tapuippe, a qual acabada o Padre revestido benze as lanchas, e todos os instrumentos, que nesta pescaria servem, e com isto se vão em busca das balêas*”<sup>596</sup>.

Esta data iria também reger o período dos primeiros contratos, que teriam início e fim naquele mês, verificando-se como eram as próprias baleias, pelas suas características ecológicas e comportamentais, que determinavam e condicionavam as práticas baleeiras, desde a sua administração à sua execução. Este é um claro indicador de como a agência da natureza e dos animais, em particular, atua e molda as práticas humanas extrativas. A época de caça estava assim confinada aos meses de ocorrência das baleias migradoras que se acreditava, inicialmente, serem apenas três meses, iniciando-se o contrato e a ‘pescaria’ em junho. Mais tarde, a época iria alargar-se do início de maio ao fim de outubro<sup>597</sup>, eventualmente por se compreender que a época de ocorrência dos animais não só é sazonal, como também dinâmica – com potenciais variações de ano para ano –, e afinal as baleias “*correm desde junho até outubro, começando [a pescaria] por Santo António, e acabando por Santa Teresa*”<sup>598</sup>.

Reconfirmamos também o início da época de baleação em junho a partir de um documento oficial, que asserta:

---

<sup>595</sup> Ver citação na página 133.

<sup>596</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 171.

<sup>597</sup> Autos de justificação a que se procedeu no Juízo da Provedoria da fazenda real do Rio de Janeiro, por parte do contractador das baleias Paulo Martins da Gama, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1710. Documento 3472 anexo a CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca da uma petição de Paulo Martins da Gama, contratador da pesca das baleias do Rio de Janeiro, relativa a observância das cláusulas do seu contrato AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3468 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida).

<sup>598</sup> Sebastião da Rocha PITTA, *Historia da America Portuguesa...*, 2ª Edição, Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1880 (1ª edição de 1730), p. 22. Não está referido na fonte mas o Dia de Santa Teresa celebra-se a 15 de outubro.

*“Naquella primeira enseada a que chamam Bahia veem parir as baleias lá desse alto mar, entrando pela barra dentro, que he o mesmo que entrarem para a dita enseada açoitadas do sul e procurando ali asylo acham a morte, pois neste tempo, que he o mez de junho no dia 13, dia de Santo Antonio, deitam os contratadores a primeira vez ao mar as lanchas para a pescaria”*<sup>599</sup>.

Apesar do dia de início da época baleeira diferir na informação disponível nas fontes, está em ambos os casos relacionados com um dia santo, tendo a inauguração da ‘pesca’ um forte cariz religioso. Esta relação entre a atividade baleeira e práticas religiosas não era excecional no Brasil, sendo uma constante em inúmeras operações baleeiras em todo o mundo. De Osaka à Ilha do Pico, em diferentes períodos e nas mais diferentes formas de crença, entre o respeito pelos animais e a necessidade de proteção dos humanos<sup>600</sup>. O perigo inerente a esta atividade, esta luta entre humanos e os maiores animais do mar - fortes, grandes, pesados, monstruosos - era um risco e, muitas vezes, uma sentença de morte para os baleeiros e, por isto, esta necessidade da bênção e segurança. Aliás, falámos já aqui sobre o medo do mar e dos próprios animais e, neste momento de abertura da época de caça, toda a proteção era necessária, não só pelas pessoas que executavam as tarefas no mar, mas pela própria palamenta baleeira. Dos botes aos arpões, cada objeto tinha um valor, não (apenas) simbólico, mas também um preço, o que representava um avultado investimento por parte dos contratadores.

A chegada das baleias a uma determinada região resultava, claro, no encontro entre o animal-presa e os homens-caçadores. O avistamento das primeiras baleias desencadeava o início da atividade.

No trecho acima de Frei Vicente do Salvador, notamos ainda uma diferença relativamente ao que sucedia por norma nas operações bascas, que decorriam no País Basco, no que diz respeito à procura e avistamento dos animais a partir de terra. No Golfo da Biscaia, foram instaladas atalaias, locais em pontos altos da costa que serviam para a observação e vigia do mar. Nestas, posicionavam-se os vigias, atentos observadores do mar e de um sinal da presença de baleias. Uma vez avistados os animais já a uma distância razoável para a sua perseguição, estes homens davam aviso aos baleeiros. Este modelo de

---

<sup>599</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (1771).

<sup>600</sup> Sobre a forma como culturas budistas respeitavam os animais capturados, ver o capítulo Cinco “Memorializing whales. Religious and Spiritual Responses to Whale Death” em ARCH, *Op.cit.*, 2018. Sobre a dimensão religiosa cristã associada aos cetáceos ver, por exemplo, PRIETO, *Op. cit.*, 2015.

utilização de vigias viria a ser seguido em vários contextos de baleação costeira portuguesa, durante o século XX, nos arquipélagos dos Açores ou da Madeira<sup>601</sup>.

No caso da baleação no Brasil, para o período que analisamos, a utilização de vigias ou de outras estruturas acessórias à atividade baleeira para o avistamento de cetáceos, não é clara. Como vimos, em 1711, a invasão francesa da Baía de Guanabara coincidiu parcialmente com a época de baleação, “*empedindo na dita armação a pesca por tempo de tres meses*”<sup>602</sup>. Através do processo entre o contratador Paulo Martins da Gama, que viu as suas lanchas impedidas de sair a barra e caçar baleias, e o Conselho Ultramarino detetamos que a sexta condição do contrato estabelecido, obrigava ao apoio das fortalezas na observação dos animais no mar: “*Que se fará como he estillo? sinal nas fortalezas quando virem? algum Peixe pera q.? o contratador mande as lanchas a buscallo sob penna de ??? das fortalezas pagarem as perdas das suas fazendas, não faz.*”<sup>603</sup> o sinal”<sup>603</sup>.

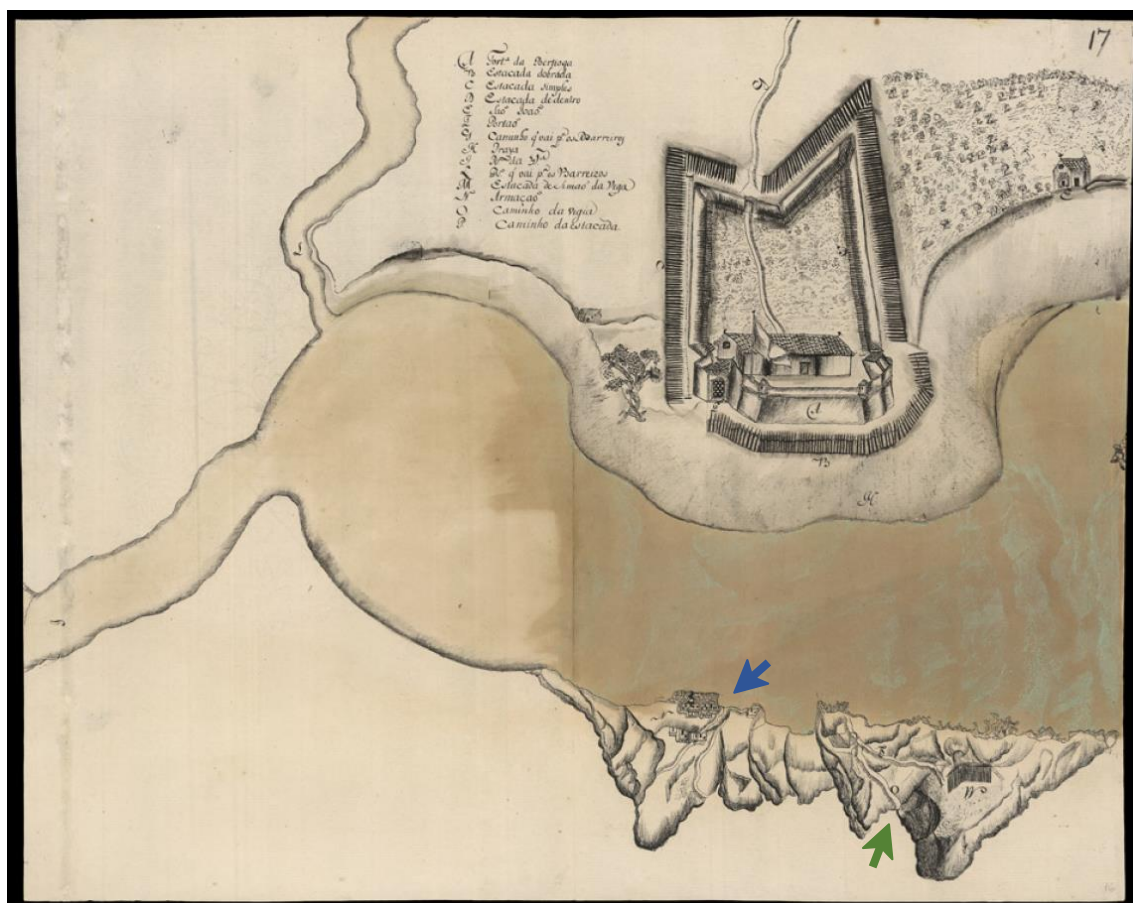
Para além desta referência ao apoio das fortalezas no avistamento dos animais, encontramos ainda, agora num documento iconográfico, a indicação de uma vigia. Na planta da “Obra da Estacada que D. Luis mandou fazer na Bertioiga” (Figura III.3.2.), verificamos na legenda a indicação do “*Caminho da vigia*”, em frente à Fortaleza da Bertioiga (São Paulo) e em zona circundante da armação ali existente. Recorrendo apenas a estes elementos, não podemos tecer grandes conclusões sobre este assunto, mas, dada a proximidade entre as várias instalações, podemos suspeitar que esta vigia em particular servisse de auxílio nos trabalhos da armação baleeira. Apesar de não termos encontrado informação muito concreta sobre a utilização de vigias, estes documentos podem ser indicativos de que esta poderá ter sido uma prática comum, em diferentes capitanias e/ou em períodos distintos, embora não caracterizante da atividade.

---

<sup>601</sup> Sobre a utilização de vigias na baleação costeira açoriana ver CLARKE, *Op. cit.*, 2001, p. 28; Albano CYMBRON & Márcia DUTRA, *As Baleias nos Açores. Da caça ao turismo*, Ponta Delgada, OMA, 2017, pp. 64-66. Sobre o mesmo aspeto na operação baleeira madeirense consultar, por exemplo, Francisco HENRIQUES, *A Baleação e o Estado Novo. Industrialização e organização corporativa*, Secretaria Regional da Educação e Cultura/ Direção Regional da Cultura do Governo dos Açores, 2014, pp. 128-129; mais informação também disponível no website do Museu da Baleia da Madeira (<http://www.museudabaleia.org/pt/o-museu/historia-da-caca-a-baleia.html>).

<sup>602</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca da uma petição de Paulo Martins da Gama, contratador da pesca das baleias do Rio de Janeiro, relativa a observância das clausulas do seu contrato. AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3468 e documentos anexos (Acervo Eduardo de Castro e Almeida) (1711, 1716).

<sup>603</sup> *Idem*.



**Figura III.3.2.** Planta n. 17 “Obra da Estacada que D. Luis mandou fazer na Bertioga” onde se sinaliza com seta azul a localização da armação e com seta verde o caminho da vigia (ícones de destaque inseridos pela autora), in *Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa...*, Acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497>.

Não conseguimos também, até à data, compreender que sinais seriam usados para comunicar aos contratadores e baleeiros a presença de animais<sup>604</sup>. Nas atalaias bascas, o aviso podia ser sonoro - através do toque de um tambor, sopro de corno ou buzina, ou ainda do badalar do sino de uma pequena igreja ou ermida -, ou visual - através de fumo ou fogo, o hastear de uma bandeira, ou outro tipo de sinalética<sup>605</sup>.

<sup>604</sup> Alguns destes documentos são praticamente ilegíveis, pelo que não foi possível analisá-los em profundidade. Uma análise direcionada para os contratos da baleação e para as suas condições não foi ainda desenvolvida e poderá fornecer importantes contributos para todas as matérias referentes à atividade baleeira durante o período de monopólio régio.

<sup>605</sup> Antxon AGUIRRE SORONDO, “Atalayas balleneras en la costa de Gipuzkoa. Una aproximación”, *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, 7, 2012, pp. 394-395. Consultar também REGUART, *Op. cit.*, Tomo Tercero, 1792, p. 335. A obra de Reguart é muito completa e os vários volumes, num total de cinco, contêm informação sobre baleação.

Contudo, os baleeiros bascos também perscrutavam o mar em busca de cetáceos e foi, muito provavelmente, essa a técnica com que instruíram os primeiros baleeiros no Brasil. Como esperar, como identificar o animal, como ouvir o som da sua respiração à distância. Sobre a localização do animal, Myriam Ellis não faz também alusão ao uso de vigias, escrevendo no seu habitual tom romântico que “o arpoador, no castelo da proa, de pé, a firmar-se e equilibrar-se, espreitava o mar e com voz e gestos controlava o leme e lançava o barco no itinerário da caça. / Enquanto a baleia repetidas vezes rompia as águas com a cabeça, soprava e nadava à flor d’água e mais adiante submergia, localizava-a o arpoador numa das surgidas, quando o animal exibia à luz o dorso escuro e luzidio”<sup>606</sup>.

Também o historiador Wellington Castellucci Junior escreve, em jeito quase literário, que após a cerimónia religiosa “os olhos de arpoadores e marinheiros voltavam-se para o mar. Silenciosos e apreensivos, observavam, atentamente o movimento das águas azuis da baía de Todos os Santos. Quando o animal soltava um grande suspiro, jorrando água, bem alto, estava anunciada a caçada”<sup>607</sup>.

A própria topografia das regiões baleeiras facilitava o avistamento dos animais, a partir de pontos altos naturais e abrigados, como já vimos no subcapítulo anterior. A falta de uma indicação concreta sobre o modo de encontrar os animais, leva-nos a crer que este fosse feito a partir de terra, sem necessidade de edificações específicas para o efeito, ou mesmo já com as embarcações baleeiras no mar, segundo Myriam Ellis, que navegavam a três ou quatro léguas da costa (cerca de 18 a 25 km) à procura de animais<sup>608</sup>. A mesma distância foi reportada por Joseph Barbosa de Saa<sup>609</sup>, quando explicava, sobre a baleia, que “*tem sobre a cabeça hua fenda q' feixa e abre, pr onde recebe e lansa a respiração, e com*

---

<sup>606</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 116.

<sup>607</sup> CASTELLUCCI JUNIOR, *Op. cit.*, 2009, p. 56.

<sup>608</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 115.

<sup>609</sup> Joseph Barboza de Saa, licenciado pela Universidade de Coimbra, concluiu os seus *Dialogos Geograficos, Chronologicos, Politicos, e naturales*, em 1769, que só viriam a ser integralmente publicados no final de 1990 e inícios de 2000. Sobre a sua obra consultar Nelson PAPAVERO & Dante Martins TEIXEIRA, “Joseph Barboza de Saa: autor de um manuscrito do século XVIII sobre os produtos naturais do Brasil”, *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*, vol. 17, n.1, 2001, pp. 101-118; Nelson PAPAVERO, Dante Martins TEIXEIRA, José Lima de FIGUEIREDO & José Roberto PUJOL-LUZ, “Os capítulos sobre animais dos “Dialogos geograficos, chronologicos, politicos, e naturales” (1769) de Joseph Barboza de Saa e a primeira monografia sobre a fauna de Mato Grosso”, *Arquivos de Zoologia*, vol. 40, n. 2, 2009, pp. 75-154; Nelson PAPAVERO, Dante Martins TEIXEIRA, José Lima de FIGUEIREDO, Christian Fausto Moraes dos SANTOS & Rafael Dias da Silva CAMPOS, *Fauna e Flora do Brasil (especialmente de Mato Grosso) segundo Joseph Barbosa de Saa (1769) (Dialogos geográficos, coronologicos, políticos, e naturais, escriptos [sic] por Joseph Barbosa de Saa nesta Villa Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba*, São Paulo, FFLCH/USP, 2013, 203 p.



*este movimto aspira a água pa sima, pr onde são conhecidas dos Pescadores, q' as procurão, as vezes em distca de 4 leguas*”<sup>610</sup>.

Qualquer dos casos, fosse de terra ou do mar, parece plausível. Primeiramente pela abundância dos animais, que descrevemos anteriormente, e através da qual podemos imaginar, de facto, inumeráveis baleias que se avistariam sem grande dificuldade, em dias de bom vento e águas calmas. Recordamos as descrições de José Anchieta ou Fernão Cardim sobre as baleias que observavam das janelas dos seus aposentos no colégio jesuíta de Salvador e que viam “*andar saltando*” pela Bahia de Todos os Santos<sup>611</sup>.

Grupos de animais nas zonas de reprodução incluem normalmente uma fêmea e vários machos, sendo que no caso da baleia-corcunda podem agrupar-se até vinte machos em torno de uma fêmea – denominados grupos competitivos, com manifestações aparatosas, onde se incluem comportamentos agressivos e de disputa entre machos. Comportamentos como investidas entre indivíduos, batimentos de cauda, entre outros, para além das suas habituais acrobacias<sup>612</sup>. Provocariam assim grande agitação à superfície da água, facilitando o avistamento destes grupos de animais à distância e a partir de terra. Ainda mais perto da linha de costa nadavam fêmeas adultas em final de gestão e parturientes, bem como pares mãe-cria<sup>613</sup>.

Se considerarmos a baleia-franca austral, o avistamento dos animais próximo de costa era ainda facilitado pelo seu característico repuxo em forma de V, que pode atingir entre cinco a oito metros, para além do som causado pela respiração, ouvido a centenas de metros<sup>614</sup>. Apesar de atualmente os números de animais serem muito inferiores - e estando ainda as populações de baleias em recuperação -, a partir de uma fotografia recente conseguimos ter a perceção de quão perto de costa os animais podem encontrar-se e adivinhar o seu avistamento mesmo a partir de terra (Figura III.3.3.).

---

<sup>610</sup> PAPAVERO et al., *Op. cit.*, 2009, p. 107

<sup>611</sup> Reveja-se o Capítulo II.

<sup>612</sup> Robert D. KENNEY, “Right Whales”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 967-968.

<sup>613</sup> Para se compreender melhor o comportamento de acasalamento destes animais ver o excerto do programa “Breeding Southern Right Whales, Life of Mammals” do canal BBC Earth, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BiUkRYgGUW4>, e ainda os padrões de deslocação e comportamento dos pares mãe-cria em <https://www.youtube.com/watch?v=l69suTJbkRE>, vídeo disponível no canal do Projeto Baleia Franca/ Instituto Australis. Mais sobre esta organização em <http://baleiafranca.org.br/>.

<sup>614</sup> FONTAINE, *Op. cit.*, 2007, p. 297. O denominado ‘repuxo’ é resultante do ar quente expelido dos pulmões das baleias, numa expiração, e da vaporização de uma pequena quantidade de água que se acumula na depressão dos dois espiráculos.



**Figura III.3.3.** Observação de baleia-franca austral a partir de costa, em Santa Catarina. Fonte da imagem: Arquivo Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/destaques/59-apa-da-baleia-franca-abre-prazo-para-cadastro-de-empresas-interessadas-no-tobe.html>, acessado a 12.09.2019.

Já no início do século XIX, quando o negociante francês Louis-François de Tollenare se instalou na Bahia de Todos os Santos, observou com curiosidade a baleação que ali se fazia, descrevendo que *“um dos espetáculos mais interessantes que oferece a residência na Bahia é o da pesca de baleias”*. O viajante registou que a ‘pesca’ se fazia no próprio ancoradouro e mesmo no meio dos navios fundeados diante da cidade, sendo possível apreciar tal espetáculo das janelas de casa, embora aconselhasse ser melhor a experiência de observar da praia. Afirmava ainda que *“todas as manhãs a baía se guarnece de 40 a 50 chalupas, que se fazem de vela em busca dos cetáceos; estes manifestam a sua presença na baía pelos seus jogos e pelos jatos d’água que lançam pelas narinas”*<sup>615</sup>.

---

<sup>615</sup> Louis-François de TOLLENARE, *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*, Salvador, Livraria Progresso Editora, 1956, p. 291.

### III. 3. 2. As lanchas e os apetrechos

Perante estes factos, a observação e, consequentemente, a captura dos animais podia ser realizada muito próximo de costa. Apenas em alturas em que, segundo os contratadores, os ventos não eram favoráveis, aqueles poderiam dar ordem para que as lanchas se aventurassem para fora da barra, no caso da Bahia de Todos os Santos<sup>616</sup>, sendo tal mencionado como prática excecional em momentos de necessidade, por não entrarem - ou não se avistarem - baleias no interior da baía.

De facto, as lanchas não tinham capacidade para enfrentar o alto mar. Estas pequenas embarcações eram *“lanchinhas, á similhaça das falúas, que naveção este Tejo apetrechadas de arpões presos em cabos ou delgadas amarras (...), indo todos os dias ao mar; e supposto algumas vezes saião para fóra da barra, nunca se apartando da terra, de forma que antes que chegue a noite, se ham de achar dentro da dita Bahia, para que não suceda de noite perderem-se no alto mar”*<sup>617</sup>. Estas lanchas seriam o tipo de embarcação utilizado nos vários núcleos baleeiros da costa do Brasil, da Bahia a Santa Catarina. Nas armações desta capitania e de São Paulo, *“as Embarcaçoens dos Contratadores das Baleas trazem no exercício da Pescaria, assim nas Armaçoens de Santos, Bertioga, e Sam Sebastião, como nas de Santa Catharina, sam humas pequenas lanchas abertas, em que só cabem os poucos remadores, e arpoadores de semelhante exercício, e que para as conduçoens dos Azeites, que mandam hir das sobreditas Armaçoens fazer vir do Rio de Janeyro algumas Sumacas, que ali tem, ou fretam, quando lhes hé preciso fazer conduzir os Azeytes”*<sup>618</sup>.

Tanto Louis-François Tollenare (1817), na Bahia, como Auguste Saint-Hilaire (1820), em Santa Catarina, fortuitamente as regiões baleeiras mais ao norte e mais a sul, respetivamente, deixaram registado com pormenor algumas características desta atividade bem como a estrutura e funcionamento das armações. A semelhança nas suas

---

<sup>616</sup> CARTA do provedor da Fazenda do Brasil, Francisco Lamberto ao rei [D. Pedro II], sobre o contrato da pesca das baleias, AHU\_CU\_005-02, Cx. 29, D. 3705 - 3706 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (4 de julho de 1692).

<sup>617</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (1771).

<sup>618</sup> OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a instrução militar referente as embarcações do contrato das baleias, AHU\_ACL\_CU\_023, Cx. 7, D. 413 (12 de dezembro de 1775).

descrições das armações pode ajudar-nos a adivinhar que os métodos não seriam muito distintos ao longo da costa. Como já referimos, apesar dos seus relatos serem já posteriores ao período da atividade enquanto monopólio, as características mencionadas são relevantes para compreendermos estas práticas baleeiras, que acreditamos não se terem transformado significativamente desde o período da contratação régia até à data das suas observações. Para aquelas duas regiões do Brasil, Bahia e Santa Catarina, escreveriam os autores que as embarcações tinham cerca de 36 pés de comprimento, eram esguias, com popa construída igual à proa para facilitar as manobras em todas as direções, com mastro e vela, com seus bancos para os remadores e uma tripulação composta por estes, patrão ou timoneiro, e arpoador<sup>619</sup>.

Algumas das obras consultadas intercalam vários períodos quando se dedicam ao assunto, sendo por vezes difícil de discernir quais as características da atividade nos séculos XVII e XVIII. São exemplos disso a própria obra de Myriam Ellis, a de Wellington Castellucci Junior ou de Antonio Álvares Camara. Segundo Ellis, as embarcações utilizadas eram lanchas de madeira leve, de 10 a 12 metros de comprimento, esguias e simétricas, com proa e popa afiladas para manobras ligeiras em todos os sentidos e velocidade que podia atingir as 10 a 12 milhas por hora. As lanchas tinham ainda mastro, verga e vela, por norma quadrangular, seis bancos e sete remos<sup>620</sup>.

Parecem, assim, ter sido estas embarcações muito semelhantes aos botes baleeiros bascos na sua configuração, bem como no número e composição dos seus tripulantes, como verificamos também pela comparação de ilustrações como o quadro de Leandro Joaquim (Figura III.3.4.) e, por exemplo, uma das doze aguarelas ilustrativas da baleação praticada em Spitzbergen pela Muscovy Company, igualmente com origem basca (Figura III.3.5.) Estas aguarelas encontram-se no diário de Robert Fotherby, navegador inglês, que serviu naquela companhia durante as viagens a Spitzbergen em 1612 e 1613<sup>621</sup> e representam as técnicas baleeiras transmitidas aos baleeiros ingleses pelas tripulações bascas contratadas, como vimos no capítulo I.

Outras tipologias de embarcações podiam ser utilizadas e, no século XIX, existia, pelo menos na Bahia, uma embarcação denominada baleeira. Mesmo que a embarcação

---

<sup>619</sup> SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, 1936; TOLLENARE, *Op. cit.*, 1956.

<sup>620</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 114.

<sup>621</sup> LAIST, *Op. cit.*, 2017, p. 157.

fosse adaptada ou ligeiramente diferente, as suas características principais mantiveram-se ao longo do tempo, nomeadamente a sua forma simétrica, no que a tornava uma embarcação de “duas proas”<sup>622</sup>. Por seu lado, as fontes consultadas variam na informação sobre o número de lanchas que podiam ser três, quatro, seis ou nove, o que muito provavelmente está relacionado com a dimensão da armação a que se referem. Estas lanchas de arpoar, acompanhadas pela lancha de socorro, deveriam estar preparadas para quando o momento certo chegasse.



**Figura III.3.4.** Pormenor da tela de Leandro Joaquim, onde se evidenciam as embarcações e a aproximação aos animais. Na extremidade à direita estão possivelmente representadas uma baleia adulta e uma cria.

<sup>622</sup> António Alves CAMARA, *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1888, p. 107.





**Figura III.3.5.** Cena de caça representada em aguarela no Diário de Robert Fotherby, Spitzbergen, 1613. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.

Um importante documento, que nos ajuda a adivinhar o investimento e a dimensão da atividade baleeira, ainda em Seiscentos, é o “Rol da fabrica que tem a armação das Baleas”<sup>623</sup>, onde se dão conta de todos os equipamentos e utensílios utilizados numa armação da Bahia. Na segunda metade do século XVII, mais concretamente cerca de 1678, os equipamentos e utensílios de uma armação na Bahia eram os seguintes:

4 lanchas com três velas; 1 batel para levar o azeite à cidade; 41 remos das lanchas e do batel; 1 amarreta (pequena amarra) de linho para virar a baleia; 1 amarreta nova; 1 amarra já usada que serve para puxar o animal até terra; 4 betas (eventualmente cordas), três novas e uma usada; 3 cabrestantes aparelhados; 1 espia (cabo) de linho usada; 1 estaca com duas peças de fio de barbante (guita ou cordel) nova; 12 vioneiras (cabo para prender os arpões) de arpão, das quais onze novas e uma usada; 11 vioneiras de lanchas, das quais dez novas e uma usada; 20 lanchas; 7 arpões; 3 fateixas novas, uma de cinco unhas; 11 facas de “*chatear*”; 12 facas de “*despir o peixe*”; 18 ganchos da praia; 27 ganchos de “*chacotear*”; 1 fateixa para rocegar; 4 ferros de fazer cordas; 1 grilhão com oito olhos, uma ferroeia e duas pegas; 2 raspadeiras e uma “*zangadeira de concertar remos*”; [?]; 2 ferros de cortar e 1 de calafetar, 1 verruma de encaibrar (assentar em caibros, varas), 1 verruma de encaixar uma balança de ferro, e 2 macetas de calafetar; 1 alavanca e 2 ganchos grandes de “*despir*”; 4 barris pequenos que servem para água ardente; 30 mãos

<sup>623</sup> APEB, Provisões Reais, n. 260, 1678, fls. 539v-541. Rol da fabrica que tem a armação das Baleas dado por o arrendador Francisco Vas Graces.

de estopa feita; 1 agulhão pequeno, e uma bala de ferro que serve de peso; 10 enxadas, 7 machados e 6 foices; 4 caldeiras concertadas, duas com fundos novos; 4 fornalhas concertadas e de tijolo; 3 pombas (vasilha de cobre) de lavar com azeite o toucinho, também concertadas, 2 escumadeiras *“da mesma sorte”*, 2 guindastes aparelhados com duas tinas e uma bica de tapinhoã (madeira de árvore da família das lauráceas) para deitar água fora; as casas do engenho com o alicerce de pedra e cal, os cantos, e três pilares em cada parede, e varanda sobre os pilares; 9 tinas, 4 penicos e 6 paviolas (padiolas); casa de receber o azeite em pedra e barros, cantos de pedra e cal e seis alicerces; 1 bica *“por onde vem o azeite de receber, e outra que serve de passar o azeite para os tanques”*; 2 canoas de receber, uma com capacidade para sete pipas e outra para nove; 1 tanque de pedra e cal emadeirado e forrado de tabuado; 1 canoa pequena que serve para deitar azeite; 3 tinas que servem para despejar a borra para tirar azeite limpo; a casa de tijuca de taipa de mão; 1 tanque feito na dita casa com parede de tijolo, pedra e cal emadeirado, e forrado de tabuado; 1 canoa grande designada *“nativica que serve de azeites”*; outra canoa que serve de azeites na casa de sapé; 1 tanque pequeno com paredes de tijolo; outra canoa na casa do tanque; outra canoa que serve *“de cortar, e dispir o peixe no mar”*; 50 pipas onde se encaixa o azeite; 2 barris que servem de levar a entrada à cidade: 7 baldes, três das lanchas e quatro para azeite; 14 tábuas de tapinhoã para as lanchas; 2 tábuas de cupaíba (madeira de árvore da família das leguminosas) para concerto dos penicos; 7 barcadas de lanchas *“postas na Bagaeira”*; 4 [?]; pedaços de cabo velho para estopa; a fazenda com suas senzalas de sapé e telha; 4 pipas que servem *“de farinha para a gente”*; 4 candeeiros, dois de ferro e dois de cobre; *“as piroleiras que se acharem”* [?]; as casas de vivenda com alicerces de pedra e cal<sup>624</sup>.

Este rol é uma peça fundamental na compreensão dos vários espaços de trabalho e vivência da armação e de toda a atividade, fornecendo informação de muito valor sobre os utensílios e todo o material necessário, bem como das técnicas associadas aos processos de captura e desmanche dos animais, e à produção e transporte do óleo.

---

<sup>624</sup> APEB, Provisões Reais, n. 260, 1678, fls. 539v-541. Rol da fabrica que tem a armação das Baleas dado por o arrendador Francisco Vas Graces.

### III. 3. 3. A captura da baleia

Estando então todos os apetrechos e utensílios preparados, as lanchas no mar e identificada a baleia, os baleeiros iam ao seu encontro.

Notamos, nas principais obras que consultámos, quer nas primeiras ‘Histórias do Brasil’ do século XVII, até às descrições dos viajantes já do século XIX, a referência à captura do par fêmea e cria enquanto fator central e caracterizante da atividade. Alguns autores poderão ter assistido a essa ligação pessoalmente, noutros casos poderão ter seguido a informação que retiravam de outras obras, mas não deixa de ser notável e de relevo para o assunto que aqui tratamos a menção, de cariz mais ou menos prático ou literário, a essa particularidade distintiva das baleias.

Desde logo, encontramos essa referência no relato de Frei Vicente do Salvador, inaugurando o evento de captura dos animais, que descreve de seguida:

*“a primeira cousa que fazem é arpoar o filho, a que chamam baleato, o qual anda sempre em cima da agoa brincando, dando saltos como golfinhos, e assim com facilidade o arpoão com hum arpéo de esgalhos posto em huma hastea, como de hum dardo, e em o ferindo e prendendo com os galhos puxão por elle com a corda do arpéo, e o amarrão, e atracão em huma das lanchas, que são três as que andão neste ministerio, e logo da outra arpoão a mãe, que não se aparta do filho, e como a balêa não tem ossos mais que no espinhaço, e o arpéo he pesado, e despedido de bom braço, entra-lhe athé o meio da hastea, sentudindo-se ella ferida corre, e foge huma legoa, ás vez mais, por cima da agoa, e o arpoador lhe larga a corda, e a vai seguindo athé que cance, e cheguem as duas lanchas, que chegadas se tornão todas tres a pôr em esquadrão, ficando a que traz o baleato no meio, o qual a mãe sentindo se vem pera elle, e neste tempo da outra lancha outro arpoador lhe despede com a mesma força o arpéo, e ella dá outra corrida como a primeira, da qual fica já tam cançada, que de todas as tres lanchas a lanceião com lanças de ferros agudos a modo de meias luas, e a ferem de maneira que dá muitos bramidos com a dor, e quando morre bota pelas ventas tanta quantidade*



*de sangue pera o ar, que cobre o sol, e faz huma nuvem vermelha, com que fica o mar vermelho, e este he o signal que acabou, e morreo*”<sup>625</sup>.

Sobre este processo pormenoriza também Britto Freyre:

*“Surgindo as Baleas em cima da agoa, as descobrem, & se lhes chegam três lanchas, que as pescão. Quando tornão a fundear, remando sem ruido, se poẽ sobre ellas; & quãdo tornão a apparecer, as ferem com os harpoẽs, largando hum cabo comprido a que os trazem atados. E assi como vai enfraquecendo a Baléa, se vay cobrando o cabo, sangrandoa cõ hũas lanças cõpridas ~q lhe atravessão dentro ao vão: porque fõra do espinhaço, tudo mais he hũ monte de peixe, & de toncinho, tam brando, ~q se deixa penetrar facilmẽte. De modo, que os harpoẽs a cansão, & as lanças a matão. Parecianos que acabasse de morrer a maior das feras que cria a terra, & o mar com os estrondos da outra que tragava Olimpia, como fabuliza Ariosto. Mas sò aberta a mōstruosa boca, deu alguns roncõs, hora sumergindose debaixo do mar, hora aboyandose sobre a agoa; onde sustentandose depois de morta, atracada às lãchas, a varão em terra*”<sup>626</sup>.

Neste trecho recuperamos a referência à ‘baleia-monstro’, a maior de todas as feras. Porém, este monstro, quando acompanhado pela sua cria comporta-se de outra forma, característica que vai, efetivamente, ser valorizada e aproveitada para o sucesso da atividade:

*“Havẽdo primeiro harpoandolhe o filho, se vio a mãy jũto delle receber as feridas, por não desẽparalo; antes cõ temor de ofẽdello, dizião morrèra taõ quieta, os homẽs exercitados naquella pescaria. Porque destes peixes contavão elles, tomarem os machos, ou as femeas, que não erãõ paridas, com perigo, & cõ trabalho, pellos arrãcos cõ ~q levão tras si furiosissimamente o barco dõde fica amarrado o cabo do harpão. Largamno muitas vezes para salvarse; & outras se perdem, espedaçados os homens, & as lanchas, se não fogem com destreza ao encontro das azas*”<sup>627</sup>.

Notamos aqui, mais uma vez, a sensação de perigo, inerente à baleação, e justifica-se aqui uma clara razão para o arpoamento de crias ou juvenis, já que os machos e as

---

<sup>625</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 171.

<sup>626</sup> Francisco de Britto FREYRE, *Relação da viagem que fez ao Estado do Brazil a Armada da Cõpanhia, anno 1655*, Lisboa, Na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1657, pp. 109-114.

<sup>627</sup> *Idem*, pp. 112-114.

fêmeas sem crias, como refere o autor, eram caçadas com mais perigo e mais trabalho, resistiam em fúria aos arpões, enquanto uma adulta com cria se aproxima da prole e ali se mantém, apesar de golpeada. Esta dualidade, entre a baleia monstro e baleia recurso, de facto, nunca será perdida em toda a História e em toda a relação das pessoas com as baleias. Já nas primeiras décadas do século seguinte, Sebastião da Rocha Pitta descreveria na sua *Historia da America Portuguesa*:

*“é a baleia estupendo parto das ondas, útil monstro do mar; (...) O amor, que este monstro tem aos filhos, é também monstruoso, por eles se deixam matar, pois segurando-os a este fim primeiro os arpoadores, os seguem elas até à última respiração dos seus alentos. A busca-las por toda a enseada da Bahia (aonde naquele tempo vêm de mais longe a parir) saem todos os dias seis lanchas, quatro de arpoação e duas de socorro, e metendo os arpões nos filhos, para as segurarem, lhos lançam depois, e logo alcançando-as com uns compridos dardos, lhes destilam a vida pelo sangue, conduzindo-as para a ponta de Itaparica, onde se beneficiam e estão as fábricas”*<sup>628</sup>.

No oitavo volume da versão portuguesa da *Historia de Brasil*, de Alphonse de Beauchamp, publicado em Lisboa, em 1820, e cuja autoria não está esclarecida, é apresentada uma descrição da caça de baleias no Brasil. A esta atividade foi dada significativa importância, tanto que justificasse a produção da ilustração “Methodo de pescar as Baléas, de as conduzir para terra, e dellas extrahir azeites”, logo no frontispício desse mesmo tomo. Conforme é explicado em nota, esta descrição ter por base o que foi “*affirmado por pessoas, que disseram terem-no, ou presenciado, ou indagado: e o que contámos relativamente á factura do azeite, não só nos consta por este fundamento, mas pelo asseverarem escriptores, que viajando por aquellas terras tiveram tempo, e curiosidade de o observarem*”<sup>629</sup>. Esta adenda é relevante para compreendermos a

---

<sup>628</sup> PITTA, *Op. cit.*, 1880, pp. 22-23.

<sup>629</sup> Alphonse de BEAUCHAMP, *Historia do Brazil...*, Tomo VIII Na Impressão de J.B. Morando, Lisboa, 1820, pp. 187-188. De notar que a obra original de Beauchamp foi publicada em 1815, em Paris, e, posteriormente, publicada em português, em onze volumes. Destes, os primeiros seis volumes são uma tradução da obra para português, com anotações, enquanto a autoria dos restantes cinco volumes não está esclarecida, já que foi escrita originalmente em português. Nesta medida, os trechos aqui analisados, bem como a ilustração apresentada (Figura III.3.7.) parecem ter sido resultantes do trabalho conjunto dos editores em Lisboa, nomeadamente do tipógrafo Desidério Marques Leão, de Pedro José Figueiredo, responsável pelas notas e correções, e de Pedro Cyriaco, um dos tradutores, empreitada financiada pelo governo português. Mais sobre este assunto pode ser consultado na dissertação de Bruno Franco MEDEIROS, *Plágio, à maneira de todos os historiadores. Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX*, Tese de mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011, 184 p.

relevância ou o interesse do tema para os editores, confirmando também que as notícias que chegavam a Portugal eram integradas nas obras a publicar sobre o Brasil. Mesmo para quem nunca observou uma baleia a ser caçada, a descrição podia ser confundida com um relato de viajante:

*“Para ellas se colherem, e trazerem a terra vão os homens em embarcações pequenas, que assim que as avistão a geito lanção-lhes huns arpéos, ou fateixas prezas a hum forte, e comprida linha, ou corda, que estando em braçadas, ou novelos, elles desenvolvem, e estendem logo, quanto o exige o rápido movimento das baleas atormetadas da ferida, e dôr; correndo tambem atraz dellas nas embarcações, se lhes he preciso, atéque ellas de sangradas, e enfraquecidas, e ás vezes já mortas, são puxadas á praia, ou como naturalmente, e sem muito custo vem ter a esta. Depois são conduzidas para as casas, em que se lhes faz o laboratório do azeite, que não ficão muito distantes da mesma praia”*<sup>630</sup>.

Na mesma obra podemos ainda identificar as questões do medo, do perigo e, sempre, do monstro reforçadas na alusão a como é *“he incrível o perigo de naufragarem, em que estes pescadores se põem, quando nas suas pequenas, e balanceadoras embarcações correm algumas vezes precipitadamente atraz daquelle monstro marinho. Mas o costume, e o bom sucesso, com que de ordinario contão, os faz perder o medo”*<sup>631</sup>.

Mais uma vez, o medo e a devoção religiosa tocam-se e é possível encontrar, também nesta história de baleias, elementos que compõem a cultura material marítima do Brasil. Um elemento de demonstração máxima de quem teme o mar e estes grandes animais marinhos é o ex-voto que se encontra na Igreja Nossa Senhora da Piedade, na Armação da Piedade em Santa Catarina (Figura III.3.6.). Pintado sobre madeira, este ex-voto retrata o naufrágio e o “milagre” ocorridos durante uma perseguição de baleias em 1765, com representação da imagem de Nossa Senhora da Piedade, santa padroeira daquela armação, surgindo no céu, entre as nuvens, e abaixo a seguinte inscrição:

*“Milagre que fêz Nossa Senhora da Piedade ao Timoneiro Antônio Cardoso e a Augusto Francisco de Oliveira que saindo ao mar em lancha de pesca deste ano de 1.765 tendo justamente uma baleia ao par de outra que lhe deu com tão grande pancada na lancha à quebrou lançando ao mar todos os que estavam nela os*

---

<sup>630</sup> *Idem*, pp.185-186.

<sup>631</sup> *Idem*, p. 186.

*quais nadando seis horas em cima d'agua sem esperanças de salvação chegaram [chamaram] pela padroeira a Nossa Senhora que lhe foi servidos depressa lhe a acudiu a lancha de que não tinham esperanças algumas e ela salvou tôda a gente menos um prêta que já tinha morrido afogado”<sup>632</sup>.*



**Figura III.3.6.** Ex-voto na Igreja Nossa Senhora da Piedade, Santa Catarina, ilustrando uma cena de naufrágio durante a caça de baleias na região, em 1765. Pintura sobre madeira policromada, de dimensões 43,2 x 42,8 x 1,3 cm. Agradecimento a Fabina Comerlato e Daniel Quiroz pela disponibilização da imagem. Arta Sacra, Patrimônio Catarinense. Inventário de Bens Móveis Sacros - Etapa III. Fotografia da autoria de Daniel Quiroz, 2019

<sup>632</sup> Fabiana COMERLATO, “Temor e devoção: A pesca da baleia em Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX”, *Revista Multitemática das Faculdades Energia*, n. 3, 2004, pp. 64-65. Neste artigo, a autora comenta ainda o depoimento de um pescador entrevistado por um jornal local, em 1998, onde afirmava que os pescadores de Santa Catarina temiam sair para o mar nos meses de ocorrência das baleias naquela região: “a gente tem medo; pois se ela levanta debaixo do barco, joga longe”, p. 62.

Esta luta até à morte da baleia, ou o “*espetáculo excitante dessa batalha marítima entre inteligência e força primitiva*”<sup>633</sup>, como viria a ser apelidada pelo Príncipe Maximiliano de Habsburgo, já em 1860, era muito demorada, arrastando-se durante horas de confronto entre a força de toneladas do animal e os ferros dos arpões dos homens. Da mesma data é a publicação da descrição de uma cena de caça na *Revista Popular*, referente à Bahia, que nos permite ir adivinhando a (aparente inexistente) evolução das práticas baleeiras ao longo do tempo e que retrata, também, o impacto visual e simbólico desta atividade e as percepções perante a baleia, eterno monstro:

*“É um bello e imponente espectáculo este - de seis ou oito homens, em um fragil lenho, arrostando a morte com a maior impavidez do mundo, e em luta com o mais gigantesco e monstruoso animal, que o oceano cria. E o arpoador, em pe, fixo o olhar, sem lhe tremer o braço, sem lhe pallidejar o rosto, sem lembrar-se sequer, que d’ahi a um momento, d’ahi a um instante, em um so abrir e fechar d’olhos, póde ser victima do inimigo, que ancioso procura ferir. N’esto combate mortífero, em que todos elles são actores, so tem por testemunhas o azul do ceo e a immensidade do oceano, que tambem lhe póde servir de sepultura. Semelha o genio do mar, impassivel, vibrando o dardo contra a mais gigantesca criação do mar!”*<sup>634</sup>.

O viajante Tollenare observou, na Bahia, um animal que “*tinha levado três arpoadas; um dos ferros curvou-se de encontro a uma costela; levou quase duas horas a morrer*”<sup>635</sup>. No seu diário de viagem, o mesmo autor escreveria na última linha referente ao dia 17 de agosto de 1817: “*há oito dias que três chalupas foram a pique, afogando-se os trinta homens que as tripulavam*”<sup>636</sup>.

O cenário de várias embarcações no mar arpoando baleias e o detalhe do sopro do animal, expelindo sangue, está igualmente patente no quadro de Leandro Joaquim, conferindo a esta obra um toque bastante realista e, arriscaríamos, humano (Figura III.3.7.).

---

<sup>633</sup> Maximiliano de Habsburgo, *Bahia 1860. Esboços de viagem*, Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982, p. 153, in CASTELLUCCI JUNIOR, *Op. cit.*, 2009, p. 73.

<sup>634</sup> Francisco Bernardino de SOUSA, “A Ilha de Itaparica”, *Revista Popular*, vol. 8, n. 3, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1860, p. 232.

<sup>635</sup> TOLLENARE, *Op. cit.*, 1956, p. 293.

<sup>636</sup> *Idem*, p. 294.

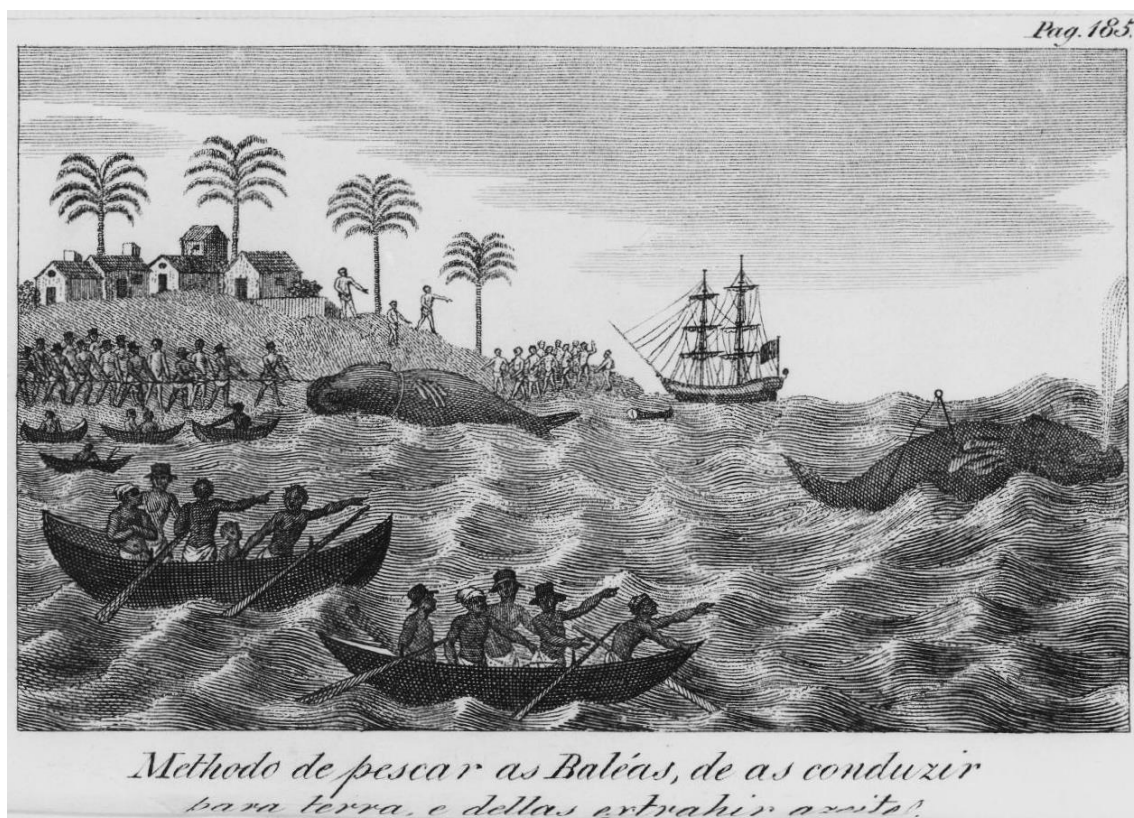


**Figura III.3.7.** Pormenor da obra de Leandro Joaquim, evidenciando a morte da baleia e o seu reboque até à costa.

Ao ser arpoada, a baleia ficava presa pelo arpão, cuja extremidade de ferro encaixava numa pesada haste de madeira. Ao arpão era atado um resistente e longo cabo - a vioneira, que consta do rol acima transcrito - ficando assim seguro à embarcação<sup>637</sup>. Na tentativa de fuga, a baleia nadava e rebocava consigo o bote, pelo que era necessário cansá-la e, por isso, era continuamente atingida com arpões e lanças, servindo talvez para este fim aquelas facas de ‘chatear’. No seu geral, as descrições de captura das baleias reportam técnicas e utensílios em tudo semelhantes aos da operação basca e as fontes iconográficas vão permitindo antever que as mesmas técnicas seriam praticadas, sem grandes alterações, por vários séculos (Figura III.3.8.).

---

<sup>637</sup> Não estando disponível uma caracterização pormenorizada de toda a palamenta utilizada para o período cronológico em análise, poderá recorrer-se ao artigo Antonio Alves CAMARA, “A pesca da balêa na provincia da Bahia”, *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Tomo V, 1º Boletim, 1889, pp. 18-43. Aqui é usada terminologia semelhante à que encontramos no rol de instrumentos mencionado e que também vamos encontrar na obra de Myriam Ellis, sendo que a autora consultou várias obras deste autor.



**Figura III.3.8.** “Methodo de pescar as Baléas, de as conduzir para terra, e dellas extrahir azeites”, ilustração original no frontispício da versão portuguesa da obra Alphonse de BEAUCHAMP, *Historia de Brazil...*, 1820, Tomo VIII, Na Impressão de J.B.Morando, Lisboa, 1820.

No momento de captura do animal, ainda no mar, era colocada uma “*bandeirinha na prôa*”<sup>638</sup>, quando o primeiro animal era arpoado, para que as lanchas “*que mais perto estiverem e virem o tal signal virem logo ao mesmo lugar ajudal-a a conduzir o dito peixe para o logar da feitoria, que navegando a dita que leva a bandeira adeante a seguem as duas com o peixe atraz o qual vae aboyado sobre a agoa*”<sup>639</sup>. A bandeira poderia ser também colocada no dorso do animal, embora não saibamos se era uma prática à época ou se teria surgido mais tarde, tendo em conta que apenas o verificamos numa ilustração já da segunda década do século XIX (Figura III.3.9.). Este aviso de que o animal tinha sido arpoado, através da sinalização com uma bandeira, pode também ser uma prática herdada dos métodos bascos. Segundo Reguart, quando os arpoadores precisavam de auxílio

<sup>638</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (1771).

<sup>639</sup> *Idem*.



chamavam outras embarcações que se encontravam próximas, com a colocação de uma pequena bandeira vermelha no bote baleeiro<sup>640</sup>.



**Figura III.3.9.** Cena de caça de baleia na Bahia in Hippolyte TAUNAY & Ferdinand DENIS, *Le Brésil...*, Tome Quatrième, Paris, De l'imprimerie de Pillet Aîné, 1822.

Uma outra prática, logo mencionada por Frei Vicente do Salvador, era o encerramento da boca do animal. Desta feita, para segurar a baleia junto à embarcação “logo com muita presteza se lanção ao mar cinco homens com cordas de linho grossas, e lhe apertão os queixos e a bocca, porque não lhe entre agoa, e a atracção, e amarrão a humo lancha, e todas tres vão vogando em fileira athé a ilha de Taparica, que está tres legoas fronteira a esta Cidade, onde a mettem em o porto chamado da Cruz, e a espotejão, e fazem azeite”<sup>641</sup>.

Parece-nos, de igual modo, que muito difficilmente esta prática terá sido herdada dos baleeiros bascos. Tendo em conta que a experiência basca aconteceu, à exceção

<sup>640</sup> REGUART, *Op. cit.*, Tomo Terceiro, 1792, pp. 383-384.

<sup>641</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 171.



precisamente do Brasil, nas águas frias do Atlântico Norte, entrar dentro de água e prender a boca do animal não era uma das suas técnicas. Não que nestas latitudes fosse mais simples já que, após o arpoamento da baleia, o mar se tingia de vermelho e acorriam tubarões ao festim proporcionado pela baleia morta. Mas, este poderá ser um caso particular de adaptação local às técnicas aprendidas com os estrangeiros. Esta técnica de selar a boca da baleia - levada a cabo pelos designados ‘moços d’armas’ - é aqui justificada por Frei Vicente do Salvador enquanto medida para que o animal não afundasse pelo peso da água que lhe entraria na boca, talvez para que o animal não ficasse demasiado pesado e facilitando assim o reboque até à praia. Esta prática pode também fornecer indicações sobre a espécie capturada. Sabemos que a baleia-franca, pela sua espessa cama de gordura, não afunda imediatamente depois de morrer, mas antes flutua, pelo que poderá estar Frei Vicente do Salvador a referir-se à captura de baleias-corcunda. No entanto, esta prática podia ser efetuada com qualquer espécie capturada com o objetivo de segurar e manter os animais junto à embarcação. Na obra de António Alves Camara, referindo-se à baleação que se mantinha na Bahia no final de Oitocentos, o moço de armas, já dentro de água, tinha como função furar a baleia no espiráculo e na mandíbula inferior e envolver a sua cabeça em cabos que se prendiam à embarcação<sup>642</sup>. O mesmo autor reporta o caso de uma baleeira pequena ter morto uma baleia muito grande e, por não suportar o seu peso de um só lado, ser necessário colocar a lancha por cima do animal, passando os cabos por baixo e assim a rebocar para costa. Não conseguimos dizer se tal é ou não possível, mas o que seriam as histórias do mar sem um toque de ficção?

A imagem de três embarcações remando em fila até à costa, rebocando uma baleia, como conta Frei Vicente do Salvador, reporta-nos também a mais uma das aguarelas ilustrativas da baleação basca em Spitzbergen<sup>643</sup> (Figura III.3.10.) ou a um pormenor de uma das ilustrações de Antonio Sañez Reguart, onde se destacam igualmente três botes transportando um animal (Figura III.3.11.). Em ambos os casos os animais estão a ser puxados pela sua barbatana caudal.

---

<sup>642</sup> CAMARA, *Op. cit.*, 1889, p. 39.

<sup>643</sup> Ver também Felipe Valdés HANSEN, “Balleneros del norte rumbo al sur: las primeras compañías balleneras en Sudamérica (siglos XVII y XVIII)”, in Daniel QUIROZ & Patricio TOLEDO (eds.), *Balleneros del Sur. Antropología e historia de la industria ballenera en las costas sudamericanas*, Santiago de Chile, Colección Mocha Dick, 2014, pp. 27-28.

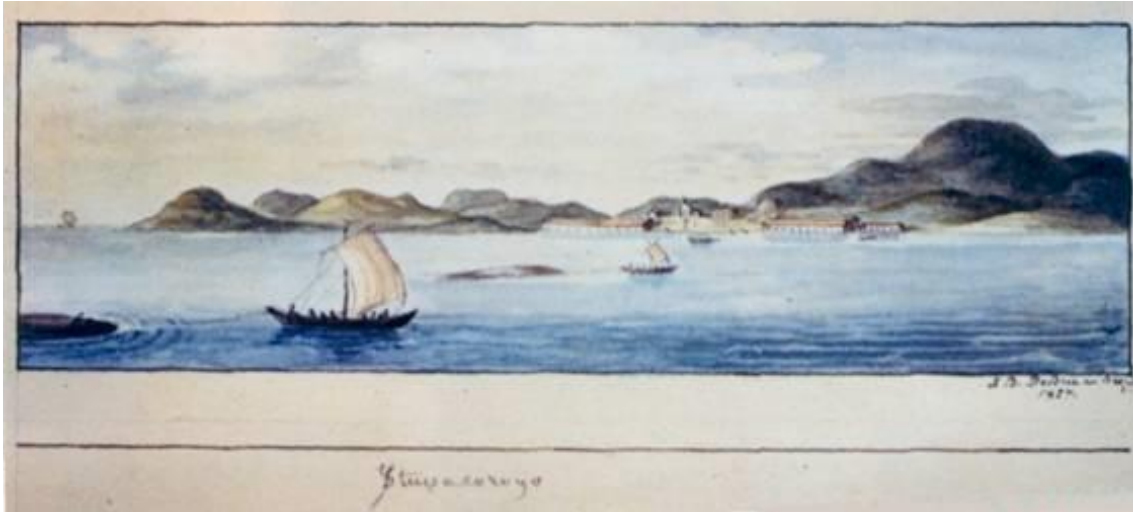


**Figura III.3.10.** Aguarela de Robert Fotherby ilustrativa do reboque de uma baleia por três botes baleeiros, em Spitzbergen, 1613. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.



**Figura III.3.11.** Pormenor da uma das ilustrações de Antonio Sáñez Reguart, com destaque para o reboque de um animal para terra, in *Diccionario histórico de los artes de la pesca nacional*, Tomo Tercero, Madrid, En la imprenta de la viuda de Don Joaquin Ibarra, 1791, Lam. XV, p. 410.

Uma outra cena do transporte de baleias para uma armação de Santa Catarina, onde se destaca a simétrica embarcação baleeira e a vela quadrangular, para além da armação e dos espaços envolventes, pode ser encontrada no quadro de 1827, do pintor francês Jean Baptiste Debret (Figura III.3.12.).



**Figura III.3.12.** Pintura de *Itapocoroya* por Jean Baptiste Debret, in COMERLATO, 2001.

#### **III. 3. 4. O desmanche da baleia**

*“Encalhado na praya lhe despem o toucinho; & o mais grosso tem quatro palmos de alto. Depois cortão o peixe, de ~q he hua asqueroza grandeza cada posta”*<sup>644</sup>, descreve Brito Freyre, ainda em meados do século XVII. Supomos que numa fase muito inicial, o desmanche dos animais tenha sido processado à semelhança das estações provisórias bascas (Figuras III.3.13. a) e b); Figura III.3.14.) e que se tenha vindo a desenvolver rapidamente, com a implementação do monopólio, de forma mais organizada, estruturada e de carácter permanente.

---

<sup>644</sup> FREYRE, *Op. cit.*, 1657, pp. 113-114.



**Figura III.3.13. a)** Aguarela de Robert Fotherby ilustrativa das operações nas estações baleeiras temporárias em Spitzbergen, 1613, com destaque para o funcionamento de cabrestante e do manuseamento das postas de carne e gordura de baleia. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.



**Figura III.3.13. b)** Aguarela de Robert Fotherby ilustrativa das operações nas estações baleeiras temporárias em Spitzbergen, 1613, com destaque para as caldeiras temporárias de derretimento de gordura e produção de óleo de baleia. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.



**Figura III.3.14.** Pormenor de uma das ilustrações de Antonio Sáñez Reguart, representative do desmanche da baleia e derretimento da gordura, in *Diccionario histórico de los artes de la pesca nacional*, Tomo Tercero, Madrid, En la imprenta de la viuda de Don Joaquin Ibarra, 1791, Lam. XV, p. 410.

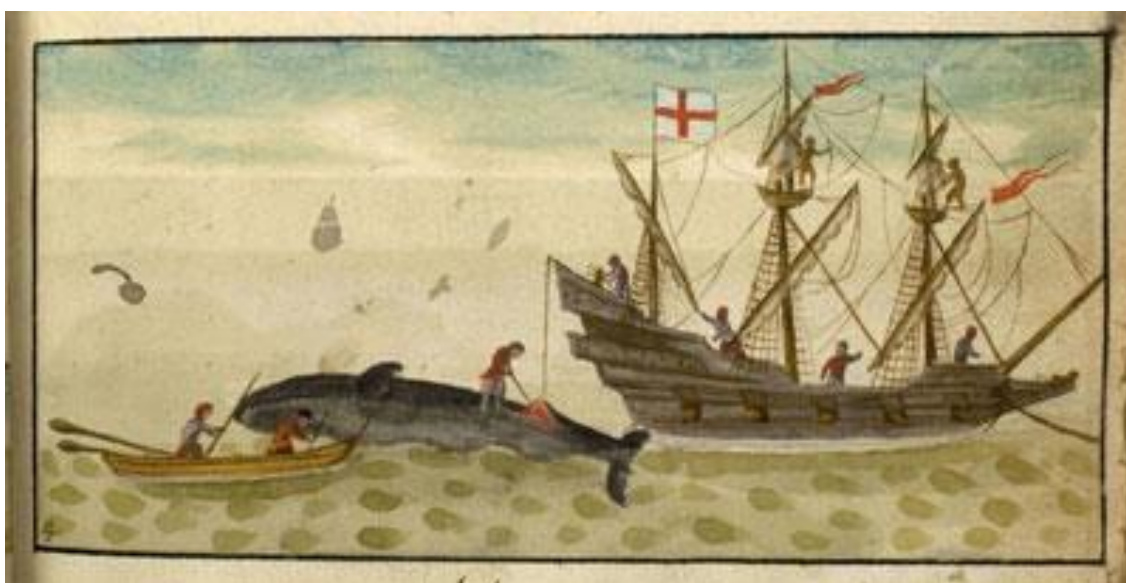
Morta a baleia e rebocada até à costa, cabrestantes e guindastes puxavam e arrastavam as baleias para terra e para a praia, onde se encontravam as casas de frigar. Os animais eram desmanchados na praia, na zona intertidal ou de marés, sendo necessário “*ao menos 18 palmos de agoa junto a terra, para poder chegar a Balea, e dar-lhe volta, para se lhe tirarem os toucinhos*”<sup>645</sup>. O animal era assim virado ao contrário para se proceder ao seu desmanche, o dito cortar e despir o peixe no mar, também ilustrado na tela de Leandro Joaquim (Figura III.3.15). Apesar da baleação basca em Spitzbergen ter o apoio de uma embarcação de grande porte e o desmanche do animal poder ser realizado junto a este, evitando que o animal fosse transportado inteiro até à zona costeira, verificamos, recorrendo a mais uma das aguarelas de Robert Fotherby (Figura III.3.16.), como as técnicas de esquartejar o animal são similares, nomeadamente através da representação de pessoas em cima do animal e do corte e desmanche a partir da zona ventral, daí a necessidade de o virar ao contrário.

<sup>645</sup> *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Matheus): 1765-1766*. Vol. LXXII, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1952, p. 76.





**Figura III.3.15.** Pormenor da obra de Leandro Joaquim, com destaque para o processo de desmanche das baleias junto a costa e vista da armação na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, final do século XVIII.



**Figura III.3.16.** Aguarela de Robert Fotherby ilustrativa do desmanche de uma baleia, em Spitzbergen, 1613. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.

Dada a escassez de documentos que descrevem estes processos no Brasil de Setecentos e Oitocentos, consideramos justificar-se transcrever aqui um dos raros trechos referente ao desmanche e processamento dos animais, na Bahia, na década de 1770’:

*“No fim da dita enseada e ponta da Ilha Itaparica, que fica defronte da Ilha dos Frades estão os cabrestantes e maquinas, que arrastam as baleias para terra e até mesmo junto á praia estão também as casas onde se fregem os toucinhos, feitos em meudos pedaços e se desmancham as banhas e mais gorduras e se cozinha o azeite, havendo para isso humas grandes caldeiras de cobre, assentadas sobre as fornalhas, em as quaes se accedende o lume e feitos assim os azeites, se passam para outras casas, que ficam debaixo do mesmo telhado onde estão huns grandes tanques, fabricados de pedra e cal, em os quaes se vão lançando os ditos azeites e n’esta fôrma se vem enchendo os ditos tanques, que leva cada hum grande números de pipas de azeite”*<sup>646</sup>.

Recorrendo mais uma vez à obra de Beauchamp e dos editores portugueses, verificamos como as descrições se vão mantendo semelhantes ao longo do tempo:

*“Levantão-se pavimentos fixos sobre grossos, e profundos pillares, que chegam até a agua, onde se lança por meio de cabrestantes, e guindastes o monstruoso peixe. Dahi he cortado em postas, e levado por pretos (que neste laboratório montão a hum número muito maior, que no dos engenhos de assucar) á casa denominada de ferver, que, como dissemos, fica perto, e onde se achão grandes tanques, e muitas caldeiras. Então ferve-se o peixe até dar o azeite, que se pretende; que depois he acarretado, e embarcado para varias partes do Brazil, assim como também de Portugal”*<sup>647</sup>.

Segundo observações do início do século XIX, os animais eram colocados em frente à armação *“entre dois estrados, sobre os trapiches solidamente construidos defronte do estabelecimento. Ali, viravam-no de costas e extrahiam-lhe o toucinho em tiras que eram levadas para o engenho de frigar e onde, reduzidas a pedaços menores, eram postas a derreter nas caldeiras”*<sup>648</sup>. Era feito um corte principal, longitudinalmente, desde a cabeça até à cauda, seguido de outros cortes transversais no sentido das costelas. Grandes talhas de gordura eram levadas até ao engenho de frigar, onde eram cortadas em pedaços menores e postas a derreter nas caldeiras. Os torresmos, fragmentos e resíduos

---

<sup>646</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (1771). Outras descrições originais deste processo podem ser encontradas nas obras de vários autores já citados neste subcapítulo, as quais estão transcritas na íntegra no Anexo C.

<sup>647</sup> BEAUCHAMP, *Op. cit.*, 1820, pp. 186-187.

<sup>648</sup> SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, 1936, p. 135.

resultantes do derretimento da gordura, que se depositavam no fundo das caldeiras, eram retirados e queimados posteriormente em fornalhas. O azeite era transportado para os tanques de onde se enchiam as pipas para transporte do produto. Recorrendo novamente a Saint-Hilaire, escreveu este que o azeite se fabricava num edifício “*com noventa e um passos de comprimentos, denominado engenho de frigar*”<sup>649</sup>. Este engenho teria na altura nove caldeiras com as respectivas fornalhas sendo que “*antes, o seu numero era maior; mas, ao tempo de minha viagem, bastavam aquellas para a pesca que então se fazia*”<sup>650</sup>. Saint-Hilaire descreve as caldeiras em forma de calota hemisférica, com cerca de 6 metros de circunferência. Por detrás do engenho de frigar existia um outro edifício, do mesmo comprimento que o anterior e altura pouco inferior a 4 metros, dividido em sete reservatórios de tijolo. Estes reservatórios recebiam o azeite que se escoava das caldeiras através de calhas, e cada um deles mediria “*cerca de treze passos de comprimento, calculando-se que o conteúdo de um palmo de altura de azeite equivalia a 10 pipas*”<sup>651</sup>.

De facto, pela sua dimensão, as armações de Santa Catarina impressionavam os viajantes do início século XIX. Sobre a sua visita a esta região, na primeira década de Oitocentos, o mineralogista inglês John Mawe descreveria que aquela vila era “*a fishing station for whales, which were formerly very numerous on this coast, and in the bays that indent it*”<sup>652</sup>. Na altura da sua estadia, estando já extinto o monopólio da caça da baleia, a armação era gerida por um capitão-mor e vários oficiais e nela operavam cerca de 150 negros. O autor afirmou que já não se capturavam os avultados números de animais do passado, mas dá conta de como a armação possuía ainda muitas e bem construídas estruturas para o processamento dos animais. Descreve a existência do que julgamos serem estruturas tipo embarcadouros (*piers*), onde se localizavam os cabrestantes e guindastes, e que se estendiam da costa até dezoito a vinte pés de profundidade no mar. Acrescenta ainda que “*the boiling-house, tanks, &c. are far superior to any thing of the kind at Greenland dock, and indeed to all similar establishments in Europe. To give an idea of their magnitude, it is sufficient to say, that in one range there are twenty-seven very large boilers, and places for three more. Their tanks are vast vaults, on some of which a boat might be rowed with ease*”<sup>653</sup>.

---

<sup>649</sup> *Idem*, p. 133.

<sup>650</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>651</sup> *Idem*, pp. 133-134.

<sup>652</sup> John MAWE, *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country*, Londres, Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1812, pp. 52-53.

<sup>653</sup> *Idem*, p. 53.



Esta imagem de tanques de depósito de azeite, onde se poderia navegar um pequeno bote, dá-nos uma ideia da grande dimensão das estruturas erigidas durante o período de baleação colonial no Brasil. Alias, o próprio autor, ocidental e letrado, vai fazendo frequentemente comparações com a caça de baleias nos mares do Norte e afirma, como verificámos, que as armações de Santa Catarina são em tudo semelhantes, ou mesmo superiores, às da Europa. Em Santa Catarina, os apetrechos e as construções superariam também em muito os das outras capitanias. O mesmo autor refere, por exemplo, que a armação de Bertioga, em São Paulo, seria bem construída e planeada, estando as casas de derretimento da gordura bem situadas, e no geral semelhante à que tinha observado em Santa Catarina, mas muito inferior em termos de extensão e capacidade<sup>654</sup>.

Sobre aquela armação em São Paulo, a sua estrutura foi sendo melhorada e desenvolvida já na segunda metade de Setecentos, com aumentos das instalações onde se processavam os animais e com a construção de um armazém, “*de que se carecia muito para nelle só recolher a barba*”<sup>655</sup>. Tanto em Santa Catarina como em São Paulo, segundo as observações do mineralogista inglês já citado, “*the most expert of the negroes are employed in dressing whalebone, which is a considerable article of commerce, though smaller and less valuable than that of the Greenland whale*”<sup>656</sup>. Apesar de não conseguirmos compreender exatamente qual o processo de preparação, tratamento e acondicionamento daquela matéria-prima fornecida pelas baleias, confirmamos que eram um género valorizado, como se verá adiante nas cargas de navios analisadas entre o Rio de Janeiro e Lisboa.

Já para a Bahia, afirmava Tollenare que a preparação do azeite era muito rudimentar e a construção das fornalhas não era muito engenhosa. A armação que visitara tinha vinte e quatro caldeiras, de capacidade de dez tonéis, onde se podia “*fundir uma baleia em menos de 24 horas*”<sup>657</sup>. Notou ainda que, naquela armação, não sabiam preparar as barbas. Sobre este tratamento, a única descrição que obtivemos desse processo, e ainda assim tardia, reporta para que as barbas fossem depositadas num tanque circular e, depois de permanecerem algum tempo em água, eram extraídas as suas lâminas<sup>658</sup>. Pelos dados de envio de barbas para Lisboa, que exploraremos em capítulo seguinte, verificamos que as

---

<sup>654</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>655</sup> OFÍCIO nº 5-III de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, *Op. cit.*, 1952 (1765), p. 76.

<sup>656</sup> MAWE, *Op. cit.*, p. 58.

<sup>657</sup> TOLLENARE, *Op. cit.*, 1956, p. 294.

<sup>658</sup> *Idem*, p. 35.

mesmas eram transportadas em fardos. Supomos assim que, após a extração das lâminas, as mesmas fossem cortadas em pedaços de menores dimensões para melhor acondicionamento, não tendo, no entanto, qualquer referência nas fontes que nos elucide sobre este processo.

### III. 3. 5. Os trabalhos e as pessoas

Para o desenrolar de tão complexa atividade era necessário um grupo alargado de pessoas, dedicadas a tarefas específicas e, eventualmente, especialistas em determinadas funções da operação. Entre estas pessoas, eram particularmente importantes aquelas que constituíam a companhia da embarcação baleeira, nomeadamente, remadores, timoneiro e o arpoador da baleia.

Recorrendo, novamente, ao documento “Rol da fabrica que tem a armação das Baleas” que se reporta à composição de uma armação na Bahia em 1678, detetamos algumas pistas que nos fornecem informação sobre quem seriam as pessoas que operavam na armação, entre as várias tarefas de terra e do mar. Aquela lista confirma a relação entre a atividade baleeira e a escravatura, por dela constar um grilhão e uma ferroeia e, mais ainda, porque ao rol dos aparelhos segue-se uma lista das pessoas pertencentes à armação e uma segunda lista com o seu valor. Os nomes que lemos no rol são de africanos escravizados, pessoas com um papel ativo e atores desta história:

*“Antonio Gomes arpoador, Seu Pai o velho Pedro, Marta Mulata mulher do arpoador, Pascoal, Juliana sua molher, Nataria sua filha, Pascoa com um bebé de (humã cria do) peito, Mandû cumprido, Maria piquena sua molher, Manoel Longo, Antonica sua molher com humã cria do peito, Garcia e sua mulher Maria moenga, Amaro, Pedro Monyolo, Bastião, João Barbeiro, Gaspar, Gaspar, Mandû crioulo moleque, Felipa, Joanna Cabo Verde, Maria piloto, e Simão Crioulo”*<sup>659</sup>.

O historiador brasileiro Wellington Castellucci Junior tem dedicado a sua temática de investigação ao trabalho de africanos escravizados nas armações baleeiras,

---

<sup>659</sup> APEB, Provisões Reais, n. 260, 1678, fls. 539v-541. Rol da fabrica que tem a armação das Baleas dado por o arrendador Francisco Vas Graces.

descentralizando a temática da escravidão no Brasil da produção açucareira e de outros engenhos agrícolas, e revelando como outras atividades dependeram deste trabalho forçado. Mais, o autor reforça como estes homens e mulheres escravizados foram, de facto, agentes ativos - ainda que muitas vezes silenciosos - na construção dos processos históricos e no desenvolvimento do Brasil<sup>660</sup>. Efetivamente, a baleação foi uma das atividades, extrativas e produtivas, desenvolvidas no litoral do Brasil colonial, que moldou formas de trabalho e de vida durante vários séculos. Também as armações baleeiras, enquanto unidades produtoras, eram equivalentes em estrutura e organização às fazendas das plantações, tendo as suas senzalas e casas-grandes, moradas dos administradores do contrato, seus familiares e funcionários<sup>661</sup>. Como escreveria Gilberto Freyre, na sua *Casa-grande & senzala*, “o suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que o de baleia ajudou a dar aos alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza”<sup>662</sup>.

Já Frei Vicente do Salvador, naquela que sabemos já ser uma das primeiras descrições da baleação no Brasil, ainda na primeira metade de Seiscentos, afirmava que estavam envolvidos na operação sessenta homens, entre brancos e negros, e que se gastava “*de soldadas com a gente que anda neste ministério, os dous mezes que dura a pescaria, oito mil cruzados, porque a cada arpoador se dá quinhentos cruzados, e a menor soldada que se paga aos outros he de trinta mil réis, fora comer, e beber de toda a gente*”<sup>663</sup>. Já na segunda metade do século XVIII (1774), brancos, pardos e pretos, fossem escravos, forros ou livres, faziam parte dos ofícios das armações baleeiras, ocupando vários cargos e funções, juntando trabalho escravo e livre, portanto, forçado e remunerado. Em certo momento, na Bahia, esta era a composição de uma armação: capelão, administrador, caixeiro, feitor-mor, despenseiro e sargento brancos; os feitores eram maioritariamente ‘pardos’; dos quatro oficiais três pessoas ‘pardas’ e um branco; o mestre da lancha do azeite, branco; entre os arpoadores, três eram ‘pardos’ e um crioulo; todos os timoneiros eram pardos; os moços de armas eram pardos, crioulos e escravos; os

---

<sup>660</sup> Algumas obras do autor sobre este tema, para além da que temos vindo a citar, CASTELLUCCI JUNIOR, *Op. cit.*, 2009; “Pescadores e Baleeiros: A atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos Itaparica: 1860-1888”, *Afro-Ásia*, vol. 33, 2005, pp. 133-168; “De cativos a baleeiros: uma amizade indissolúvel entre dois africanos no outro lado do Atlântico (Itaparica, 1616-1886)”, *Topoi (Rio J.)*, vol. 15, n. 29, pp. 444-472.

<sup>661</sup> Sobre a organização da casa-grande das armações ver Ellis, *Op. cit.*, 1969, pp. 76-84.

<sup>662</sup> Gilberto FREYRE, *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 48ª edição, São Paulo, Global, 2003, p. 38.

<sup>663</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 172.

36 remadores eram forros e escravos; dois membros, um preto forro e um escravo, tinham o título de Aventureiros, cuja função desconhecemos; entre os serventes de terra - os que tinham a duríssima tarefa de desmanchar baleias e frigar a gordura - encontravam-se 18 forros e 74 escravos<sup>664</sup>.

Num outro documento, o “Mappa geral de toda a qualidade de embarcações que ha na Capitania da Bahia”, encontramos também informação sobre os pescadores, sendo que *“quanto aos da pesca das Balêas não pasaõ de 80, onde se não vê um branco, e a maior parte cativos; q saem dese mesmo numero de pescadores que se vê no Mapa; por que de Junho até Outubro pescão na armasaõ das Baleas, e de Novembro até Fevereiro nas grandes redes das armasoens, onde se alugaõ para esse fim”*<sup>665</sup>. Ou ainda num outro documento avulso, já mencionado, percebemos que se poderiam ocupar *“neste trafico para cima de 300 pretos, mulatos e brancos; os pretos ganham conforme o lugar que ocupam; sei que o que descobre e mata a baleia parece que tem 4000 rs. cada hum além da sua posta de carne”*<sup>666</sup>.

Saint Hilaire afirmaria que *“no fabrico do azeite empregavam-se escravos; na pesca, porém, occupavam-se homens livres, por inspirarem mais confiança”*<sup>667</sup>. Myriam Ellis sugeriu uma distinção entre as tarefas praticadas no mar e em terra, e que esta divisão de trabalho poderia ainda ser distinta entre as armações da Bahia e as do Brasil meridional<sup>668</sup>. Notamos, no entanto, algumas diferenças em relação àquela proposta de Ellis, segundo a qual as tarefas no mar eram maioritariamente conduzidas por homens livres, mulatos ou negros forros, cabendo aos escravos os trabalhos em terra. Pelo menos na Bahia, segundo o documento anteriormente mencionado referente à lista de pessoas da armação da Bahia, observamos que homens escravos desempenhavam funções de moços de armas e remadores. E se recuarmos ao Rol da fábrica, referido nas páginas anteriores e que se encontra integralmente transcrito em anexo, verificamos que um escravo podia

---

<sup>664</sup> “Lista das pessoas que se applicarão na safra das Baleas na Fabrica de Itaparica na pesca do anno de 1774...”, documento anexo a AHU\_CU\_005-01, Cx. 47, D. 8789 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida). A composição da armação está também disponível para o ano de 1768 no mesmo documento.

<sup>665</sup> “Mappa geral de toda a qualidade de embarcações que ha na Capitania da Bahia...”, anexo ao documento AHU\_CU\_005-01, Cx. 47, D. 8789 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (27 de maio de 1775).

<sup>666</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (1771).

<sup>667</sup> SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, 1936 (1820), p. 136.

<sup>668</sup> Sobre este assunto Myriam Ellis ocupa bastante parte da sua obra, mas ver por exemplo ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 97.

ser arpoador, tendo um valor de cento e trinta mil reis, sendo assim o elemento com mais valor de toda a armação<sup>669</sup>. Já em Santa Catarina, no término do contrato vigente entre 1765 e 1777, através do inventário das fábricas verificamos que, naquelas armações, se totalizaram 819 escravos, dos quais 162 morreram durante aquele período e 12 haviam fugido. Dos que operavam, 30 eram tanoeiros, mais de 40 marinheiros e mais de 15 ferreiros, para além dos restantes ofícios<sup>670</sup>.

Verificamos uma óbvia distinção racial entre as funções administrativas e de poder e as tarefas diretamente relacionadas com a baleação, à semelhança da organização de outras atividades económicas, como a produção de cana de açúcar<sup>671</sup>. Contudo, nas tarefas práticas, mesmo que discriminadas entre as de terra e as do mar - participassem negros, mulatos e brancos.

Sobre o processamento da carne, Frei Vicente do Salvador refere que era feita em *“cobros, e tassalhos, e a salgão e põem a secar ao sol, e seca a mettem em pipas”*<sup>672</sup>, acrescentando que, para esta operação, *“se não occupa a gente do azeite”*<sup>673</sup>. Abre-se então aqui espaço para o papel desempenhado pelas mulheres - outro agente silencioso e esquecido da história - no quadro geral da atividade baleeira. Deveriam ser elas quem se ocupava de salgar e secar a carne que recebiam ou compravam em grandes pedaços, de *“pouco menos de covado de altura comprimento e largura”*<sup>674</sup>, assunto ao qual voltaremos a seu tempo.

Para além da mão de obra escravizada, também já vimos que estavam envolvidos outros homens nos trabalhos baleeiros, os quais, apesar de livres, podiam ser forçados a integrar as campanhas. De facto, eram *“obrigados e constrangidos como hé costume todas as pessoas que costumaõ andar nesta pesca que tenhaõ primeiro prestimo para timoneiros arpoadores e remeiros ainda que sejaõ soldados, ou por outra via obrigados a praça da qual sinaõ desócupados durante o tempo da Pesca, pagando-lhes elle lançador conforme for estillo, cos que lhe faltarem depoes de andar na pesca, seraõ*

---

<sup>669</sup> APEB, Provisões Reais, n. 260, 1678, fl. 542v. Escravos da dita fabrica.

<sup>670</sup> MAPA do resumo do que importaram as fábricas do Contrato das Baleias, entre 1765 e 1777. Anexo: contrato, mapas das despesas. AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 4, D. 265 (Acervo Santa Catarina).

<sup>671</sup> BOXER, *Op. cit.*, 1969, p. 298.

<sup>672</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 172.

<sup>673</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>674</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (1771). O côvado é uma antiga medida de comprimento que equivale a 66 cm.

*regurozamente castigados pello Sr. General, ou pello Senhor Provedor da fazenda Real*”<sup>675</sup>.

Dispomos, efetivamente, de pouca informação sobre as pessoas que laboravam nas armações e ainda menos sobre a aprendizagem das técnicas e tarefas da baleação, desde a perseguição e arpoamento dos animais do mar, até ao enchimento de barris de azeite. Não havendo evidência de ter existido algum tipo de especialização, encontramos ocasionalmente a referência de que o bom sucesso de uma armação dependia de “*homens peritos da dita pefca da Balleya*”<sup>676</sup>, mas não sabemos, realmente, como se aprendiam e transmitiam as competências à perícia baleeira. Quem eram e como se formavam os “*destros, e esforçados remeiros, o prudente timoneiro, e o experimentado harpoador [que] decidem quase sempre do feliz exito, e lucro desta pescaria*”<sup>677</sup>? Talvez a competência viesse da experiência e, consequentemente, o sucesso dependesse do labor de homens que, de forma frequente, participassem na caça destes animais.

Um dos sócios do contrato das baleias escreveria, já no final do século XVIII, contaria sobre a armação do Rio de Janeiro que, apesar da ‘pesca’ ali ser reduzida, a armação se mantinha “*como escola, para ocupar os homens que não cabem no lugar das mais armações; para no cazo de morrem alguns poderem aqueles suprir a falra dos outros, e por esta razão se dão aos arpoadores, e Timoneiros hua moeda de ouro de cada Balea que se pesca e da primeira se lhe paga dobrado; a este respeito os Remeiros, dantes era costume daremselhes hum Banquete no dia em que se benxiaõ as lanchas: abuliuise este abuzo pagandose a dinheiro*”<sup>678</sup>.

---

<sup>675</sup> CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Bartolomeu Sequeira Cordovil, ao rei [D. João V], sobre o fim do prazo de arrematação do contrato da pesca das baleias e do vintém do azeite de peixe, que pertencia ao coronel Miguel Aires Maldonado, e a sua transferência para Pedro Barreiros; e o novo lance de arrematação do mesmo contrato feito por Vicente Lopes Ferreira. Anexo: condições do contrato (traslado), AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 14, D. 1548 (7 de setembro de 1724).

<sup>676</sup> ASSENTO, que se faz com Domingos Gomes da Costa, Para eftabelecer á sua custa hua nova Armação, e Fabrica de pefca de Baleyas, 1729, anexo ao PARECER do Conselho Ultramarino favorável ao requerimento de Domingos Gomes da Costa, solicitando a faculdade de transporte de azeites para as Ilhas, conforme as condições do Contrato da Pesca das Baleias e licença para enviar dois navios do Rio de Janeiro para as ilhas e que estes retornem com a frota. Anexo: requerimentos, aviso, assento impresso, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 31, D. 3246 (30 de outubro de 1738).

<sup>677</sup> José Bonifácio de Andrada e SILVA, “Memoria sobre a Pesca das Baleas, e Extracção do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas Pescarias”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...* Tomo II, Lisboa, Na Officina da mesma academia, 1790, p. 400.

<sup>678</sup> “Informação que dá Balthazar dos Reys ao Estado em que se achão as Armaçoens da Pescaria das Balleas nas Costas do Brazil”, documento anexo a MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405 (Acervo Santa Catarina) (post. 1799).

Sendo esta a única fonte até à data, com informação sobre este tipo de instrução, não podemos concluir que este investimento tenha sido feito durante todo o período em vigor do monopólio real. Ainda assim, fornece algumas pistas sobre alguma forma de especialização e de transmissão de experiência e conhecimento sobre as baleias e os modos de as caçar. Os baleeiros que se instruíam nesta armação do Rio de Janeiro parecem, pelo menos em determinado período, ter aplicado a sua experiência noutras regiões do Brasil. Por exemplo, para as armações de Santa Catarina parece ter sido *“antigo costume hir annualmente gente do Rio de Janeiro, na occasiaõ da Pesca, gente quase toda veterana, e por hum salario certo”*<sup>679</sup>. Com isto, a deslocação de pessoas experientes e com conhecimento sobre o modo de caçar baleias pode ter sido chave, em alguns momentos, para o desenvolvimento de novas armações na costa do Brasil.

Os trabalhos que eram processados na zona intertidal e já em terra, foram narrados pormenorizadamente por Myriam Ellis. Num tom literário, mas de quem assistiu pessoalmente aos vários processos na década de 1960, o texto de Ellis funde as suas leituras das fontes com a sua experiência pessoal, aliadas ao seu interesse particular pelas questões sociais. Talvez por isso a obra de Ellis seja especial e única. Se, ao lermos sobre a perseguição e a “agonia e morte” das baleias, nos sentimos mareadas e com medo, nos capítulos dedicados ao retalhe dos animais e produção do óleo, não conseguimos sequer conceber o calor insuportável das fornalhas e os salpicos de óleo ardente nos braços<sup>680</sup>. Entre os trabalhos praticados em terra, incluíam-se o retalhe das baleias, a remoção de postas de gordura e carne, o tratamento das barbas, o derretimento da gordura, o transporte de óleo para os reservatórios e o seu acondicionamento, bem como o desmatamento em torno da fábrica, o corte e transporte de lenha, a manutenção do lume das fornalhas, a limpeza e manutenção dos apetrechos.

A ‘pescaria’ das baleias era então realizada sob grandes trabalhos, no mar, e ainda mais penosos em terra. As descrições de quem observou o funcionamento das armações não deixam esconder o seu ambiente e carga pesadíssimos. Regressando às palavras de Brito Freyre, observou o autor que à gordura das baleias, ou como à época se designava,

---

<sup>679</sup> “Noticia das Armações de Baleas que ate o fim de 1794 haviaõ na Ilha de Santa Catharina, e Terra firme a ella adjacente: das que acresceraõ depois de 1795 em diante; e estado da sua Pescaria ate ao anno proximo passado de 1798”, documento anexo a MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405 (Acervo Santa Catarina) (post. 1799).

<sup>680</sup> Sobre estes processos ver ELLIS, *Op. cit.*, 1969, pp. 119-123.

ao toucinho das baleias *“fregemno, & derretese nas caldeiras, que ardem todo o dia, & noite em hũa casa muito parecida à representação do inferno, pello fumo, fogo, mao cheiro, & negros nũs, que manchadas as carnes com hum lavor sem ordẽ de certo barro, para despegarem a grossura, em beneficio daquelle trabalho, cruzando a todas as partes com ganchos de ferro, & instrumentos differentes, fazem propria figura de ministros de Satanas, ou de almas danadas”*<sup>681</sup>.

Numa das obras mais emblemáticas sobre a caça de baleias no Brasil colonial, o ensaio dedicado a esta atividade publicado, em 1790, por José Bonifácio de Andrada e Silva, ao qual recorreremos amiúde daqui em diante, verificamos uma forte crítica a todas as práticas, métodos e utensílios baleeiros. Andrada e Silva culpa acerrimamente os feitores apelidando-os de *“estupidos, e inteiramente ignorantes da arte de pescar baleas, e modo de extrahir o azeite, e que teimosamente crêm não podêrem dirigir-se melhor estas manobras”*<sup>682</sup>, acrescentando que *“pela sua authoridade se portaõ deshumanos com os por ella desgraçados pretos do Contrato”*<sup>683</sup>.

À medida que vamos escrevendo esta história, notamos e reforçamos como baleias e pessoas se encontram lado a lado e são as protagonistas no desenrolar dos acontecimentos. Se a presença sazonal e altamente costeira das baleias condiciona todo o processo da atividade extrativa de baleação, são as pessoas, e a sua forma de perceber, utilizar, monopolizar e ainda de descrever e transmitir técnicas e conhecimento, que estabelecem e desenvolvem as práticas económicas, sociais e culturais associadas. A organização da estrutura social, que se foi desenvolvendo no Brasil, teve por base as necessidades económicas e mercantilistas típicas das grandes explorações da época moderna nas regiões colonizadas pelos europeus. Aqui, a baleação foi uma atividade com origem europeia, praticada na América do Sul, por escravos africanos, quase condensando em si a triangulação dos interesses comerciais da expansão portuguesa. O uso dos animais marinhos, e de seres humanos, revertia para o mesmo fim, resultando num uso continuado e exagerado de recursos e, conseqüentemente, em alterações nas populações naturais de baleias, como acabaremos por verificar.

---

<sup>681</sup> FREYRE, *Op. cit.*, 1657, pp. 116-118.

<sup>682</sup> SILVA, *Op. cit.*, 1790, p. 395.

<sup>683</sup> *Idem, ibidem*.



## **CAPÍTULO IV: OS PRODUTOS DA BALEIA, SEUS USOS E IMPORTÂNCIA**

### **IV. 1. O AZEITE DE PEIXE, OU ÓLEO DE BALEIA**

O óleo de baleia era o principal produto de toda esta atividade, designado à época azeite de baleia ou azeite de peixe, o qual resultava do derretimento da gordura do animal. Nos mamíferos marinhos, e nos cetáceos em particular, a camada de gordura abaixo da pele pode ter entre 20 a 50 cm, consoante a espécie, e pode corresponder até 50% da sua massa corporal. Representa, para estes animais, a sua mais importante reserva de energia, para além de ter ainda funções de termorregulação, flutuação ou locomoção<sup>684</sup>. No caso das baleias, a sua camada de gordura permite uma taxa de reserva de energia tão eficiente que são dos poucos animais com capacidade de aguentar praticamente todo o período de lactação das crias - que pode chegar a um ano - sem se alimentarem<sup>685</sup>.

Pela quantidade de óleo que de um único animal se produz, o investimento e o confronto com o mar justificavam caçar baleias. Este produto foi a base da baleação, desde o seu uso ancestral para subsistência até à descoberta do petróleo em 1859. “American whale oil lit the world”, escreveu Eric Jay Dolin<sup>686</sup>. Aqui veremos como o óleo de baleia iluminou o mundo moderno Português.

#### **IV. 1. 1. A produção e o desperdício dos azeites**

A produção de óleo de baleia, ou azeite de peixe, era feita a partir de métodos rudimentares, os quais não parecem ter evoluído significativamente ao longo dos dois séculos de monopólio da atividade. Os erros associados à exploração e as limitações da atividade baleeira e de toda a manufatura, de processamento dos animais e da sua utilização enquanto matéria-prima para a produção daquele combustível, eram recorrentemente contestadas e criticadas. Na “Memoria sobre a Pesca das Baleas” de

---

<sup>684</sup> Sara J. IVERSON, “Blubber”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 115-120.

<sup>685</sup> *Idem*, p. 118.

<sup>686</sup> Eric Jay DOLIN, *Leviathan: the history of whaling in America*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 2007, p. 52.

José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>687</sup>, que já anteriormente mencionámos, o autor abordou amplamente os defeitos que caracterizavam a caça de baleias e os danos que daí decorriam. Referiu vários erros praticados, incluindo a captura dos animais apenas dentro das barras ou próximo delas, não se explorando os animais que ocorriam mais longe de costa, a confeção inadequada dos utensílios, a incapacidade das lanchas ou a ineficaz construção das caldeiras e fornalhas, propondo medidas de melhoramento que se poderiam vir a refletir num maior sucesso da atividade e do seu lucro. Dedicou especial atenção à produção do azeite na *Secção II. Sobre os erros no fabrico do Azeite*, referindo aspetos desde o tamanho das talhas de gordura cortadas até à temperatura das chamas, argumentando com teorias da física e da química<sup>688</sup>, ou não fosse Andrada e Silva um letrado na sua época. Não deixaria de aludir com ênfase ao problema da captura de fêmeas e crias, tema de extrema relevância nesta dissertação e ao qual voltaremos. Para já, importa reter que esta indústria da Coroa Portuguesa, administrada e desenvolvida por homens de negócio com capital para investir no pagamento de um contrato dispendioso, assentava em mão de obra forçada e tinha na sua base uma operação descuidada e altamente danosa, a vários níveis.

Várias queixas às limitações das operações baleeiras surgiram muito antes dos pensamentos de Andrada e Silva, nomeadamente no que se referia à insuficiente capacidade de algumas armações para receber e processar a quantidade de baleias capturadas, como veremos já de seguida. Um dos grandes problemas em relação à principal mercadoria produzida – o óleo - era a quantidade produzida e o seu transporte.

Uma questão importante, detetada desde logo para a baleação, ainda no século XVII, era o facto de o azeite que sobejasse do período de um contrato de caça ter que passar para o contrato seguinte. Tal imposição, controlada pela Coroa, fazia com que em vários casos, houvesse dificuldade em arrematar um novo contrato “*em resão de se acharem os tanques cheios*”<sup>689</sup>. Havendo azeite excedente era pouco interessante e apelativo arrendar um contrato com sobras de produto do contrato anterior, que ocupavam os tanques, e impossibilitando assim a captura de mais baleias, que não podiam ser processadas por falta de espaço de armazenamento. Por outro lado, o azeite armazenado

---

<sup>687</sup> SILVA, *Op. cit.*, 1790.

<sup>688</sup> *Idem*, pp. 402-407.

<sup>689</sup> CARTAS (2) do Governador Sebastião de Castro e Caldas, sobre a arrematação do contrato das baleias. AHU\_CU\_017-01, Cx. 11, D. 2025-2026 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo Castro de Almeida) (1696-1697).

durante muito tempo perdia qualidades, tornava-se espesso e rançoso<sup>690</sup>, pois à medida que os “azeites forão ficando velhos, forão engrossando e apodrecendo de fôrma que se lançavam nas candeias e com muito polme e pé se apagavam logo as luzes”<sup>691</sup>.

Anos houve em que o azeite excedente era em tal quantidade que as armações tinham que ser fechadas e a atividade interrompida, ainda que nesse “tempo em que não laboravam ambas as armações, erão tantas as baleias dentro da enseada ou bahia, ainda por entre os navios que naquelle porto estavam ancorados, que me disse pessoa fidedigna, que se não falava da cidade em outra couza e que se podião matar mais de 300 ou 400 peixes”<sup>692</sup>. Para tentar colmatar esta situação, ainda em Seiscentos, uma cláusula dos próprios contratos da baleação, impunha aos contratadores a “condição de não terem mais que quatro tanques para lançarem o azeite, e cinco lanchas para a pesca das ditas Baleas”<sup>693</sup>. Esta norma impunha o “recolhimento pera os azeites”<sup>694</sup>, não sendo permitido que se acrescentassem tanques, vasilhas ou caldeiras para produção do azeite nas armações. Esta proibição funcionava, na prática, como um “impedimento para poderem matar mais baleas, porque em os tanques estando cheios paravam com a pescaria; e esta forma que se deu fora só a fim de que não sobejasse muito azeite de um contracto para outro”<sup>695</sup>. Uma das justificações apresentadas pelo governador do Rio de Janeiro, em 1697, assentava na perda de animais, pois já havia acontecido que “se tomando duas balleas juntas se perde huma”<sup>696</sup>. Esta imposição iria ser contestada várias vezes e acabaria por se dissolver mais tarde, sendo propostas pelos contratadores medidas de escoamento dos azeites, ou sugerindo novos locais para o estabelecimento de armações.

---

<sup>690</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 130

<sup>691</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, D. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (1771).

<sup>692</sup> *Idem*.

<sup>693</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca da informação que enviara o Governador do Rio de Janeiro, sobre a arrematação do contrato das baleias. AHU\_CU\_017-01, Cx. 11, D. 2122 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida) (29 de outubro de 1698).

<sup>694</sup> CARTA do Governador Sebastião de Castro Caldas, em que relata minuciosamente as fraudes que se tinham cometido na arrematação do contrato das baleias, AHU\_CU\_017-01, Cx. 11, D. 2065-2068 (Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida) (3 de novembro de 1697).

<sup>695</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca da informação que enviara o Governador do Rio de Janeiro, sobre a arrematação do contrato das baleias. AHU\_CU\_017-01, Cx. 11, D. 2122 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida) (29 de outubro de 1698).

<sup>696</sup> CARTA do Governador Sebastião de Castro Caldas, em que relata minuciosamente as fraudes que se tinham cometido na arrematação do contrato das baleias. AHU\_CU\_017-01, Cx. 11, D. 2065-2068 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida) (3 de novembro de 1697).

Ainda assim, em anos de maior captura de animais, as armações mais pequenas não tinham capacidade de resposta. Mais tarde, já nas décadas de 1760 e 1770, a armação existente na Ilha de Itaparica não podia processar mais do que três animais por dia, acontecendo estarem animais já mortos em terra e, em simultâneo, encontrarem-se baleias já caçadas ainda dentro de água sem estarem disponíveis os cabrestantes para as içar<sup>697</sup>. Estes casos de impossibilidade de aproveitamento da gordura de todas as baleias capturadas, instigaram também a que os animais não fossem aproveitados na sua totalidade. Alguns dos animais que se matavam acabavam por ficar despejados nas praias *“cujá desordem por vem de não haver tantas caldeiras quantas bastem para se dereter antes q’ apodreça este monstro”*<sup>698</sup>.

Em 1759, o governador do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais reportava ao secretário de estado da Marinha e Ultramar que, na Ilha de Anhatomirim em Santa Catarina, se haviam capturado mais de 150 animais que não tinham sido usados para o fabrico de azeite *“pois não há tanques na Armação para tanto, mas sim para as atirarem à costa do mar, e utilizarem unicamente da Barbatana”*<sup>699</sup>. A armação não tinha, portanto, capacidade para processar todas as baleias, não interrompendo com isso a sua captura, e o governador, desconhecendo as condições do contrato, solicitava esclarecimentos sobre a forma como se praticava esta operação. Apesar do seu aparente desconhecimento sobre a matéria, transmite neste documento a sua ideia de que *“esta exorbitante péscia fará, com que se afugentem as Baleias, e para os futuros anos se venha a experimentar falta delas, que é infalível por conta do presente desperdício, (...) e por consequência ficará deteriorado este Contrato, e a Real Fazenda”*<sup>700</sup>.

---

<sup>697</sup> OFFÍCIO no qual se dão notícias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (1771).

<sup>698</sup> CARTA do provedor interino da Fazenda Real do Rio de Janeiro, desembargador João Cardoso de Azevedo, ao rei [D. José], informando seu parecer sobre o requerimento de Lopes Loureiro, solicitando a atribuição de algum dinheiro para custear o contrato [da Pesca] das Baleias, bem como licença para se proceder à alteração de algumas condições desse contrato, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 62, D. 5931 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (9 março 1761).

<sup>699</sup> Barbatana, neste caso, refere-se às barbas da baleia cuja denominação será esclarecida em subcapítulo seguinte. OFÍCIO do governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando que os contratadores das Baleias pescam em demasia, aproveitando-se do pescado apenas as barbatanas, visto não haver na Ilha de Anhatomirim tanques para fabrico de azeite; solicitando que se tome medidas para evitar a falta de Baleias naqueles mares. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 55, D. 5423 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (4 de abril de 1759).

<sup>700</sup> *Idem*.

Em 1766, o atento governador de São Paulo, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, que neste estudo temos já referido pelo empenho que empregou no estabelecimento de armações baleeiras na costa que administrava, escreveria sobre a necessidade de se caçarem menos baleias e aproveitá-las melhor. Este governador explicou a determinada altura, como justificação para a construção de um novo posto baleeiro, que por serem as baleias transportadas em pedaços “*em canoas, e barcos remados por negros muito devagar, sucedia que matando-se 50, e mais Baleas todas a mayor parte se perdião (porque sucede isto em breve tempo) e só se aproveitavão as barbatanas*”<sup>701</sup>. D. Luís António de Sousa Botelho Mourão advertiu então o administrador do contrato para que não iniciasse a época de baleação “*sem dobrado numero de barcos de transporte para os toussinhos, e que em cada hum dia se não pesca-se mais baleas daquellas que comodamente se podessem transportar*”<sup>702</sup>, rematando que “*hé muito mais conveniente por exemplo matar duas em cada hum dia, e aproveitalas, de que matar quatro, e perdelas todas por falta de tempo*”<sup>703</sup>.

Como se compreende destes exemplos, as condições impostas às práticas baleeiras, por governadores e administradores de contrato tinham como principal propósito gerir e rentabilizar a atividade e o negócio. Mas, simultaneamente, estas condições promoviam uma extração com menor perda e desperdício, impedindo que se matassem mais baleias do que aquelas que as armações tinham capacidade de processar, acabando a administração do monopólio por resultar, de certa forma, numa medida de gestão do recurso.

#### IV. 1. 2. O consumo de óleo de baleia

Se recordarmos as descrições sobre a carência e necessidade de graxa de peixe, por exemplo em Gabriel Gaspar de Sousa ou mesmo em Frei Vicente do Salvador, percebemos como este era já utilizado no Brasil no período antecedente ao desenvolvimento da atividade baleeira. Frei Vicente do Salvador relatou que se importava

---

<sup>701</sup> “Sobre se pescarem menos balêas e aproveitarem-nas melhor”, in *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a Historia o Costumes do S. Paulo*. Vol. XXIII. Correspondencia do Capitão-General Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão 1766-1768 (1896), S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo, pp. 80-81.

<sup>702</sup> *Idem*, p. 81.

<sup>703</sup> *Idem*, *ibidem*.

óleo de baleia, inclusivamente de Biscaia e de Cabo Verde<sup>704</sup> pela sua necessidade para o “reboque dos barcos e navios, como pera se alumiar os engenhos, que trabalham toda a noite”<sup>705</sup>. Verificámos logo também, nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*<sup>706</sup>, de Ambrósio Fernandes Brandão, e na *Viagem* de Francisco Pyrard<sup>707</sup>, como este género foi a principal produção dos baleeiros bascos, que transportavam da Bahia para outras regiões do Brasil e para Espanha.

Instituído o monopólio régio da caça da baleia no Brasil, em 1614, tanto investimento e todos os trabalhos se justificavam porque “da immensa inundação de azeite que se tira d’este peixe, se allumiam todas as casas, fabricas e officinas do Brasil”<sup>708</sup>. O óleo de baleia foi o combustível que iluminou as cidades portuguesas da América, ou nas palavras de Britto Freyre, “este he o azeite ordinario, que servindo ao uso de outras cousas, alumia todo o Brazil”<sup>709</sup>. O mesmo autor rematava que “não sem misterio particular daquella eterna Providencia, que para conservação da natureza humana, assiste hũas cousas, à necessidade de outras, provêdo a America, na falta dos frutos de que abundou a Europa, cõ farinha de pão, vinho de mel, & azeite de peixe”<sup>710</sup>.

E de facto, na América Portuguesa, à exceção das casas de pessoas abastadas em que era utilizado azeite doce, proveniente de Portugal, “para as luzes da gente ordinaria se servem do de baleia”<sup>711</sup>. Este foi o combustível comum que permitia a iluminação dos engenhos e das habitações, promovendo atividades fora da escuridão e por maiores períodos de tempo. Talvez pontualmente, o óleo de baleia iluminasse igualmente algumas

---

<sup>704</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 170. Deixamos uma breve nota sobre a referência a Cabo Verde, região a que também dedicámos algum tempo da nossa pesquisa e para a qual, até ao momento, não encontrámos qualquer indicação do estabelecimento de uma atividade organizada de caça à baleia durante o século XVI ou XVII. Este será um tópico de análise futura, que poderá vir a fornecer contributos para a compreensão da baleação portuguesa no Atlântico moderno.

<sup>705</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 170.

<sup>706</sup> BRANDÃO, *Op. cit.*, 1943, p. 14.

<sup>707</sup> PYRARD, *Op. cit.*, 1862, p. 272.

<sup>708</sup> PITTA, *Op. cit.*, 1880, p. 23.

<sup>709</sup> FREYRE, *Op. cit.*, 1967, p. 118.

<sup>710</sup> *Idem*, pp. 118-119.

<sup>711</sup> OFFÍCIO DO Vice-Rei do Conde de Athouguia, para Diogo de Mendonça Côrte Real, referindo a pouca utilidade que produzem as palmeiras do Brazil, os serviços prestados pelos canarins que tinham ido de Gôa para a Bahia, destinados a ensinar o melhor aproveitamento d’aquellas plantas, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 2, Doc. 167-168 (12 de outubro de 1751) (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida).

casas nobres já que, uma única vez, encontramos referência a “azeite de peixe dos lampioens de Palacio”<sup>712</sup>.

Conseguimos adivinhar a importância deste produto, por exemplo, através da correspondência entre o vice-rei do Brasil, D. Vasco Fernandes César de Meneses (1720-1735), e D. João V neste caso referindo-se à Bahia, quando afirmava que “*para provimento desta Cidade, seus suburbios, e Reconcavo, sejam necefsarios de cento e vinte peixes pera sima em cada hũ anno pera produzirem o azeyte, que fe faz precizo, hé certo, que com a falta delle experimentaraõ estes Povos grande danno e com especialidade a pobreza porque senaõ acha com meynos para se aproveitar do azeyte do Reyno, em cazo que o haja em abundancia, nem do de mamona, dendê, e cação, porq’ como hé pouco, e vem de distancia grande, não pode chegar a todos, e tambem poderá a decadencia desta pescaria fazer mal ao Contrato futuro*”<sup>713</sup>.

De facto, o óleo de baleia não era o único combustível, utilizando-se também o óleo de mamona - planta da família das euforbiáceas, também conhecida como rícino - e de fígado de cação - peixe elasmobrânquio pertencente à família dos tubarões - que forneciam uma “*perfeita luz, porém por mais raros e artificiosos, não são tão comuns como o das baleias*”<sup>714</sup>.

Para a iluminação das casas, segundo Myriam Ellis utilizavam-se pequenas tigelas de barro, lamparinas e candeias de barro ou ferro, candeieiros e lampiões de cobre ou latão nos quais se depositava o óleo que ardia através de um pavio de algodão<sup>715</sup>. Em anos em que não se caçavam baleias suficientes, a falta do seu azeite era “*sentida dos moradores desta cidade, não só por ser huma couza nunca vista, mas porque gastavaõ os moradores ricos, gastando azeite doce, e experimentaraõ os pobres, estando as escuras*”<sup>716</sup>.

---

<sup>712</sup> José Antonio CALDAS, *Noticia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento ate o presente ano de 1759*, edição fac-similar, Salvador, Typographia Beneditina, 1951 (1759).

<sup>713</sup> CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses], conde de Sabugosa ao rei [D. João V] sobre a necessidade em caçar mais baleias para o fabrico de azeite, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 48, D. 4293 (Bahia Avulsos) (21 de julho de 1734).

<sup>714</sup> PITTA, *Op. cit.*, 1880, p. 23. Segundo Myriam Ellis, o óleo de mamona foi sempre utilizado principalmente no interior do país, enquanto o de baleia deveria ter maior uso no litoral, ver *Op. cit.*, 1969, p. 140.

<sup>715</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 139.

<sup>716</sup> AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3468 (1716).

A iluminação nas ruas, até ao final do século XVIII, foi feita por iniciativa dos habitantes que acendiam uma lanterna de azeite ou óleo de baleia junto a oratórios e nichos de santos. Apenas a partir de 1794 a iluminação das ruas passaria a ser uma despesa pública, quando foram colocados cem lampiões com candeeiros de óleo de baleia no Rio de Janeiro (Figura IV.1.1.). Quando a corte portuguesa se transferiu para o Brasil, em 1808, o número de candeeiros foi aumentado e uma maior área da cidade passou a estar iluminada à noite<sup>717</sup>.



**Figura IV.1.1.** “A iluminação de azeite de peixe”, aguarela de José dos Reis Carvalho ilustrando a iluminação das ruas do Rio de Janeiro, 1851. Disponível em <https://www.brasilianaiconografica.art.br> (acedido a 30.07.2015; última consulta a 19.11.2019)

As propriedades do óleo de baleia permitiam ainda o seu uso em reparações navais, tanto no Brasil como em Lisboa. Segundo Myriam Ellis as mesmas fábricas onde

---

<sup>717</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 141.



se processava o óleo de baleia eram também utilizadas para derreter ou adubar breu e alcatrão com que se untava a estopa utilizada na calafetagem de embarcações, sendo a mistura também utilizada para brear e impermeabilizá-las<sup>718</sup>. O óleo de baleia era utilizado como aglutinante sendo misturado com cal e assim usado como composto da argamassa para construções variadas como muros, fornos, casas, os cais das armações e os próprios engenhos, os do açúcar e os da baleia<sup>719</sup>. Deveria ser também utilizado como lubrificante das maquinarias anotando-se em certo momento sobre a necessidade “*de prover destes azeites (que he o remedio dos engenhos)*”<sup>720</sup>.

Possivelmente desde o início do estabelecimento do monopólio da baleação, por ordem régia, era enviado “*todos os anos azeite para as ribeiras das naus*”<sup>721</sup> que seria utilizado nas reparações das naus da Índia e em construções diversas. Também para a Colônia de Sacramento, atual região do Uruguai, eram enviados produtos da baleia. Em 1735, data em que aquela colônia se encontrava sob o domínio Português<sup>722</sup>, foi enviada para reparação da artilharia “*húa pipa de azeite de Balea para q’ misturadas com as tintas que se remetem deste Reyno, se possão beneficiar os ditos reparos*”<sup>723</sup>. Entre 1761 e 1762, da lista de mantimentos e materiais enviados para aquela Colônia constam 2.269 medidas de óleo de baleia em quinze pipas, para além de 8.000 arrobas de carne seca<sup>724</sup>, que não sabemos se seria de baleia, mas consideramos possível já que os dois itens se encontram listados seguidos.

---

<sup>718</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, pp. 137-138.

<sup>719</sup> *Idem*, p. 138.

<sup>720</sup> João Paulo SALVADO & Susana Münch MIRANDA (eds.), *Livro 2º do Governo do Brasil (1615-1634)*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses - Museu Paulista / USP, 2001b, p. 167.

<sup>721</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca da informação que enviara o Governador do Rio de Janeiro, sobre a arrematação do contrato das baleias. AHU\_CU\_017-01, Cx. 11, D. 2122 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida) (29 de outubro de 1698).

<sup>722</sup> Sobre as questões de disputa e domínio da Colônia de Sacramento consultar, entre outros, Jacques Marcadé, “O Brasil no século XVIII”, in MAURO, *Op. cit.*, 1991, pp. 47-51.

<sup>723</sup> PROVISÃO do rei D. João V, ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro [Gomes Freire de Andrade], ordenando que remeta, junto às armas e munições que vão para a Nova Colônia do Sacramento, madeira e azeite de baleia para o conserto das armas. Anexo: 2 docs. AHU\_ACL\_CU\_012, Cx. 3, D. 306 (18 de março de 1735).

<sup>724</sup> Relação dos mantimentos e materiais que se tem remetido para a praça da Colônia de Santíssimo Sacramento desde 20 de Agosto de 1761 até 26 de Maio de 1762, documento anexo a OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a licença concedida aos contratadores dos contratos da Pesca das Baleias para carregar os navios com produtos do contrato; remetendo as notícias enviadas pelo governador da [Nova] Colônia do Sacramento, Inácio Elói de Madureira, pelo coronel de Dragões, Tomás Luís de Osório, e pelo sargento-mor dos Dragões, Francisco Barreto Pereira Pinto. Anexo: ofícios (cópias), lista (cópia), instrução (cópia) e relações.

Durante os séculos XVII e XVIII, a venda e primeira distribuição deste produto era feita através de um entreposto ou armazém localizado na vila ou centro urbano mais próximo ou nas imediações da armação baleeira. Segundo Myriam Ellis, este armazém teria um reservatório ou tanque para armazenamento do produto e estruturas necessárias ao controle das entradas e saídas no processo de distribuição do mesmo<sup>725</sup>. Para além disto, em alguns casos o azeite podia ser vendido diretamente na praia, podendo o contratador armar um telheiro de pau-a-pique “*barreado, e cuberto p.<sup>a</sup> vender o azeite obrigandoce acabado o contrato a desfasello*”<sup>726</sup>.

Eventualmente pelo seu uso popular e por estes processos de venda informal, de características locais e provavelmente pouco controlados a nível central, encontrámos pouca informação sistematizada sobre as quantidades produzidas ou padrões de distribuição entre as várias capitánias. Na verdade, pouco mais sabemos sobre o consumo e transporte entre as regiões baleeiras produtoras e outras regiões consumidoras desta matéria-prima no Brasil de Seiscentos e Setecentos. Conseguimos, no entanto, compreender que a partir da terceira década do século XVIII - correspondendo, como já vimos, à implementação de núcleos baleeiros na costa de São Paulo e, na década seguinte, em Santa Catarina - a produção de azeite em quatro regiões distintas na costa brasileira originou inúmeros conflitos que, por sua vez, levaram a uma tentativa de organização da atividade. Logo em 1735, o azeite produzido no Rio de Janeiro era enviado para Pernambuco e Ilhas, ficando esta ligação condicionada caso a Coroa viesse a proibir a navegação direta do Brasil para as ditas ilhas<sup>727</sup>. Estas são as ilhas “*adjacentes ao Reyno*”, pelo que assumimos que se referem aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, nomeadamente às ilhas da Madeira, Terceira e São Miguel, referidas na lei de 1736 que estabelece o número de navios permitidos, por ano, a navegar para o Brasil, numa tentativa de controlo do transporte e contrabando de mercadorias<sup>728</sup>. Em 1736 o azeite do

---

<sup>725</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 129.

<sup>726</sup> Condições do rematante do contrato das baleias, anexas ao documento AHU\_ACL\_CU\_003, Cx. 6, D. 547 (16 de janeiro de 1735).

<sup>727</sup> PARECER do Conselho Ultramarino favorável ao requerimento do contratador da nova fábrica da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, Domingos Gomes da Costa, solicitando licença de navegação e transporte de azeite para as Ilhas e para a capitania de Pernambuco, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 27, D. 2849 (8 de janeiro de 1735).

<sup>728</sup> Esta lei pode ser encontrada no Anexo D desta dissertação e é um dos documentos anexos ao PARECER do Conselho Ultramarino favorável ao requerimento de Domingos Gomes da Costa, solicitando a faculdade de transporte de azeites para as Ilhas, conforme as condições do Contrato da Pesca das Baleias e licença para enviar dois navios do Rio de Janeiro para as ilhas e que estes retornem com a frota. Anexo: requerimentos, aviso, assento impresso, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 31, D. 3246. (30 de outubro de 1738).

contracto das baleias podia ser enviado, por conta do contratador, para “*onde lhe parecer fora da Terra, excepto p.<sup>a</sup> a Bahya, porq.<sup>e</sup> não faça damno ao Contracto q. ally há das Baleas*”<sup>729</sup>. De facto, o óleo podia ser transportado do Rio de Janeiro para fora do Brasil por “*dous Navios carregados dos d.<sup>tos</sup> Azeites p.<sup>a</sup> as Ilhas e que estes venhão em corpo de frota, com declaração que dos Portos das d.<sup>as</sup> ilhas não poderaõ voltar com direitura p.<sup>a</sup> os do Brazil, mas sim p.<sup>a</sup> os Portos deste Reyno, e sugeitandosse a todos os exames q. dijoem a ley de 20 de M.<sup>ço</sup> de 1736*”<sup>730</sup>.

Mesmo o óleo de baleia produzido noutras capitanias, por exemplo em São Paulo, podia ser enviado para “*as Ilhas, cidade de Lisboa, ou para donde quer que lhe parer mais conveniente*”<sup>731</sup>. Para este efeito, o contratador de São Paulo tinha um armazém no Rio de Janeiro para daqui tranportar a sua mercadoria para fora estando, no entanto, proibido de vender o seu produto nesta cidade. Em 1748 dá-se uma primeira união dos contratos, reunindo o arrendamento da baleação de todas as armações meridionais, ou seja, do Rio a Santa Catarina, estando excluídas as armações da Bahia. Naquele contrato uno, prevaleciam as condições contratuais anteriores, nomeadamente a permissão de envio de óleo de baleia para Ilhas e Lisboa, após ser fornecida a quantidade de produto necessária para o seu consumo e uso no Brasil. Em data incerta, mas por volta de 1759, foi construído no Rio de Janeiro um tanque reservatório com capacidade para quatro mil pipas de azeite, por forma a receber o produto de todas aquelas fábricas e dali o transportar para outras regiões, dentro ou fora do Brasil<sup>732</sup>.

Da Bahia deverião também partir anualmente navios para Lisboa transportando óleo e barbas de baleia, a par com outros produtos e mercadorias. Por exemplo, em 1757, partiu um frota comboiada que transportava óleo de baleia diretamente para Lisboa, como podemos ver no “Mapa geral da carga que levarão os Navios de que compos a Frota da Bahia...”<sup>733</sup>. Entre os vários géneros que compunham a carga transportada por 18 navios,

---

<sup>729</sup> INFORMAÇÃO do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, acerca da ordem régia que permitira aos contratadores da pesca das baleias o remeterem os azeites para todos os portos da América e para as Ilhas, AHU\_CU\_017-01, Cx. 40, D. 9477-9480 (30 de julho de 1736)

<sup>730</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 31, D. 3246 (30 de outubro de 1738)

<sup>731</sup> *Idem*.

<sup>732</sup> REQUERIMENTO do contratador do contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, Francisco Peres de Sousa, ao rei [D. José], solicitando autorização para construir um tanque necessário ao armazenamento do azeite de baleia produzido pelo suplicante do Rio de Janeiro. AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 55, D. 5427 (ant. 1759); ELLIS, *Op. cit.*, 1969, pp. 149-150.

<sup>733</sup> “Mapa geral da carga que levarão os Navios de que compos a Frota da Bahia que na munção de 19 de Novembro do anno de 1757 foraõ comboiados pela Capitania N. Sr<sup>a</sup> das Brotas de que era Comandante Antonio de Brito Freire...”, in CALDAS, *Op. cit.*, 1951. Disponível no Anexo D, Figura 2.

12 galeras e 3 curvetas desta frota, a curveta N. Sra. da Piedade carregava 4 feixes de açúcar, 508 couros em cabelo, 60 toros de jacarandá, 32 barris de mel e 30 “*pipas de az.te de peixe*”<sup>734</sup>, entre outros. A atividade baleeira e o escoamento dos produtos na Bahia tinha uma administração exclusiva, com as suas dinâmicas próprias, provavelmente também marcadas pela importância da própria cidade de Salvador, recordamos, capital e sede da administração do Brasil até 1763. Como vimos, durante o século XVII e a primeira metade do XVIII, foram instaladas inúmeras armações baleeiras na região do recôncavo baiano e costa adjacente. Segundo Ellis, só a cidade de Salvador consumia anualmente 800 a 1.000 pipas de óleo de baleia<sup>735</sup>.

Em 1765 com a inauguração do período baleeiro dos Quintela e a sua formalização com a criação da *Companhia da Pescaria das Baleas*, a baleação na Bahia é também incorporada no contrato único, onde se incluem agora todas as armações da costa norte e meridional do Brasil. No entanto, esta região foi quase sempre como um área distinta da baleação no Brasil colonial, quer por eventuais especificidades da sociedade baiana ou até pela espécie de baleias que aqui ocorria e que poderia ser diferente da espécie capturada nas armações da costa sul<sup>736</sup>.

A partir de 1765, como já verificámos, inicia-se um dos períodos mais lucrativos e bem sucedidos da caça à baleia no Brasil colonial, embora tenhamos alguma dificuldade em compreender totalmente o funcionamento das armações da Bahia nesta época. Quintela e os seus sócios tinham permissão para que os seus navios pudessem navegar da Bahia “*carregando quaisquer géneros, que se lhe oferecem, para voltar para a Cidade de Lisboa em direitura*”<sup>737</sup>. Mas notamos, simultaneamente, um decréscimo na importância das armações da Bahia e o encerramento de algumas armações já decadentes<sup>738</sup>. A armação de Itapoã erguida em 1761-1762 acabaria por fechar em 1769, e a de Itaparica em 1770, como se confirma através de um documento anónimo de 1771:

---

<sup>734</sup> *Idem*. A carga de óleo de baleia pode ler-se na tabela e na descrição em rodapé.

<sup>735</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 43. Para estes números apontados por Myriam Ellis não temos indicação sobre a fonte consultada, tornando-se difícil debater esta afirmação. No entanto não deixámos de incluir esta informação, mesmo que apenas ilustrativa do consumo de óleo de baleia no Bahia de Setecentos.

<sup>736</sup> COMERLATO, *Op. cit.*, 2010, p. 1125; PAZ, *Op. cit.*, 2015, p. 49.

<sup>737</sup> AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] ao [conselheiro] Alexandre Metelo de Sousa e Meneses referente à ordem de permissão, ao abrigo do alvará de 10/09/1765, para que Inácio Pedro Quintela e os contratadores da pesca da baleia, possam transportar quaisquer géneros da capitania da Bahia para Lisboa, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 156, D. 11895 (Bahia Avulsos) (7 de abril de 1766).

<sup>738</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 43.

*“(…) foi preciso no anno de 69 fechar-se esta caza e armação de Itapuã e não se trabalhar nella e no de 70 que foi o anno passado tambem se fechou a de Itaparica e creio o mesmo seria neste anno em que estamos de 71, havendo nisto hum gravíssimo prejuízo, que recebe todo aquelle povo, assim os pobres como os ricos: a pobreza porque lhe faltam o seu negocio e modo de ganhar a vida e ainda o sustento daquelle tempo, a que estava já costumada e todo o mais povo; porque como os azeites forão ficando velhos, forão engrossando e apodrecendo de fôrma que se lançavam nas candeias e com muito polme e pé se apagavam logo as luzes e eis aqui o Povo lançando maldições e pragas aos contratadores”<sup>739</sup>.*

Um dos administradores do contrato de 1765-1777 explicava as razões de se vender pouco azeite na cidade de Salvador desta forma:

*“Vendiasse pouco azeite, não por deixar de haver muito, mas porque no tempo da Pesca não se podião evitar alguns descaminhos e alem destes as gentes pobres levavão para suas casas a Carne das Balêas e os Negros aproveitavam os Torresmos do Toicinho, de que extrahião Azeite, que huns vendião, e com que outros se remediavão; isto tudo junto e em hum trafico tão grande, como o daquella Pescaria, occasionava hua grande falta de compradores dos Azeites do Contratto; porque em quanto a gente pobre sempre hé em mayor numero, se podia remediar com Azeite mais barato ainda que fosse inferior, não comprava mais caro ainda que fosse melhor: Tudo o refferido se acautelou e depois que se mandou parar com a pesca na Bahia: E por isso o Contratto vende por Anno vinte e cinco contos de Reis de Azeite, que manda vir do Rio de Janeiro, (...).*

*(...) O intento dos Contratadores não foi o de oprimir os pobres, nem de tirar o Pão aos Habitantes da Bahia; mas foi o da necessidade de mandar parar com hua Fabrica que lhe dava perda por não haver naquella cidade sufficiente consumo ao genero fabricado (...)”<sup>740</sup>.*

Esta falta de consumo podia dever-se ao número de armações que existiam em funcionamento durante a primeira metade do século XVIII, e que dificultavam o escoamento de todo o produto produzido. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar as próprias estratégias dos contratadores, eventualmente relacionadas com o

---

<sup>739</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (1771).

<sup>740</sup> Documento transcrito em ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 44.

contrabando de outros gêneros. O contrabando de produtos cujo transporte não era autorizado pela Coroa ou legal, mas sujeito a regulamentações ou pagamento de taxas, era potenciado pela navegação e movimentação de mercadorias<sup>741</sup>. O contrabando era, efetivamente, e como já vimos desde o início da implementação da atividade, facilitado pela baleação e várias medidas tinham que ser pensadas para tentar evitar, ou pelo menos reduzir, os negócios paralelos que eram facilitados pela navegação dos produtos da baleia. Por exemplo, em 1762, apesar de ter sido concedida autorização ao contratador das baleias para transportar os seus produtos do Rio de Janeiro para Lisboa, foi exigida uma “*exacta relação de carga*” e ordenada a aplicação das “*mesmas pennas, que se achaõ estebelecidas contra os contrabandistas*” caso fosse encontradas a bordo mercadorias que não provenientes do mesmo contrato<sup>742</sup>.

Assim, em alguns anos, as armações do sul providenciavam o óleo de baleia necessário ao consumo das regiões costeiras do norte do Brasil, como por exemplo a Bahia ou Pernambuco. Nesta última região, não existia nenhuma armação baleeira estabelecida a esta data, como sabemos, mas a necessidade de óleo de baleia justificava o seu transporte entre zonas de produção e zonas de consumo. Através do documento manuscrito “Mapa do q’ tem porduzido as 12 pescas de Baléas abaixo declaradas”<sup>743</sup> conseguimos obter vários números sobre a produção decorrente de doze anos de baleação no Brasil. Este é um de três mapas que compõe o documento AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 e, apesar de desconhecermos a sua autoria ou a intenção desta síntese, analisaremos esta fonte ao longo do nosso estudo pelas informações relevantes que apresenta relativas ao rendimento da atividade baleeira entre 1765 e 1776. Este mapa em concreto sintetiza os dados sobre números de animais capturados, os vários produtos e quantidades produzidas, e quantidades enviadas do Rio de Janeiro para outras regiões do Brasil e para Lisboa.

---

<sup>741</sup> RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, 2016, p. 184.

<sup>742</sup> OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que, apesar da autorização concedida ao contratador da Pesca das Baleias, Francisco Peres de Sousa, para viajar do Rio de Janeiro para Lisboa sem acompanhamento da frota quando realizar apenas o transporte de azeites, barbatanas e outros pequenos produtos, mandará revistar essas mercadorias de forma a evitar o seu contrabando. Anexo: certidão, (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (20 de abril de 1762).

<sup>743</sup> Documento anexo ao MAPA da demonstração do que produziu a pesca dos cachalotes ou espermecetes desde 11 de Outubro de 1773 até 30 de Junho de 1777 e do que produziu a pesca das baleias de 1765 a 1776, citando os navios que transportaram tais gêneros do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: mapas, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (post. 1777).

Sobre o consumo de óleo de baleia em território brasileiro, já percebemos que era no Rio de Janeiro que se encontrava o armazém que deveria receber o produto resultante da operação das várias armações meridionais - Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Este era um processo centralizador que permitia algum nível de controle do óleo que se enviava da cidade do Rio para outras zonas, dentro ou fora do Brasil. Não conhecemos a sazonalidade nem os pedidos que levavam às remessas de óleo para fora das regiões baleeiras, justificando-se uma pesquisa aprofundada da correspondência e de documentos administrativos com origem em potenciais locais de consumo do produto.

Entre 1765 e 1776, de um total de 57.500 pipas resultantes da atividade, 540 foram enviadas para as Ilhas - que não se encontram discriminadas no documento consultado -, representado menos de 1% da produção total. Segundo o mesmo documento, para Pernambuco foram enviadas 359 pipas e para a Bahia 6.076 pipas, naqueles doze anos, correspondendo estes valores a 0,6% e 10,6% do produto total, respetivamente (Tabela II). Estes números parecem-nos algo reduzidos mas, efetivamente, temos muito pouca informação de base para conseguir discuti-los com propriedade. Contudo, com base num outro documento<sup>744</sup>, conseguimos perceber que, décadas mais tarde, foram enviadas para Pernambuco, somente em três anos, mais de 800 pipas de óleo de baleia, provenientes na sua maioria do Rio de Janeiro, mas também de Santa Catarina e até da Bahia (Tabela III).

**Tabela II.** Quantidade, em número de pipas, de óleo de baleia (azeite de peixe) enviado das armações meridionais do Brasil para as Ilhas, Pernambuco e Bahia, entre 1765 e 1776. “Mapa do q’ tem porduzido as 12 pescas de Baléas abaixo declaradas”, anexo a AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos).

**Pipas de óleo enviadas das armações meridionais, para:**

Ano	Ilhas	Pernambuco	Bahia
1765	71	-	-
1766	192	-	-
1767	-	-	-
1768	66	-	-
1769	-	-	-

<sup>744</sup> PROCESSO sobre o contrato do azeite de peixe e sua distribuição no comércio da capitania de Pernambuco, AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 212, D. 14440 (Acervo Pernambuco) (post. 1799).

1770	-	24	135
1771	-	136	856
1772	63	72	644
1773	45	-	1429
1774	96	72	2350
1775	-	55	613
1776	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>540</b>	<b>359</b>	<b>6076</b>

**Tabela III.** Quantidade de óleo de baleia (azeite de peixe) em pipas, barris, cascos e quartolas, enviado do Rio de Janeiro (RJ), Bahia (BA) e Santa Catarina (SC) para Pernambuco nos anos de 1796, 1797 e 1798. Com base em PROCESSO sobre o contrato do azeite de peixe e sua distribuição no comércio da capitania de Pernambuco, AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 212, D. 14440 (Acervo Pernambuco).

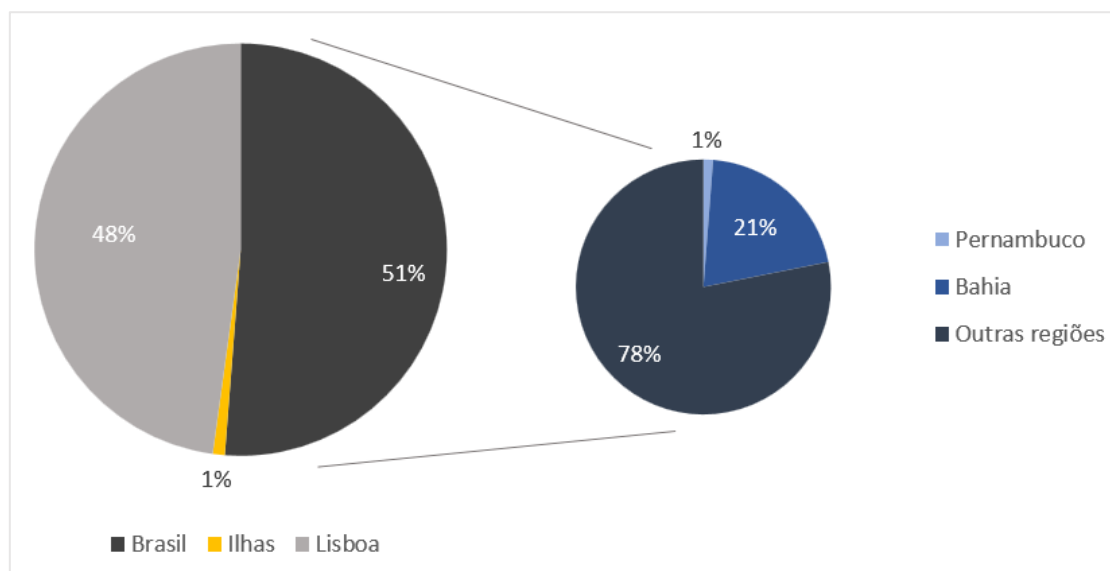
#### Quantidade de óleo enviada para Pernambuco proveniente de:

Ano	Rio de janeiro	Bahia	Santa catarina
1796	396 pipas	5 barris	-
1797	200 pipas	23 pipas 22 barris	200 pipas
1798	285 cascos 4 pipas	5 pipas 2 quartolas 15 barris	-
<b>Total</b>	<b>600 pipas + 285 cascos</b>	<b>28 pipas + 42 barris + 2 quartolas</b>	<b>200 pipas</b>

Descontando a produção que era distribuída para aquelas regiões do Brasil, Ilhas e Lisboa, concluímos que noutras regiões do território ficariam cerca de 23.024 pipas de óleo de baleia (Figura IV.1.2.). Os produtos da baleia entravam assim no comércio costeiro regional que se realizava entre diversos portos da costa do Brasil, fomentando também um conjunto de rotas costeiras e um ativo comércio intercapitanias, usando as



palavras de Stuart Schwartz, que permitiu a criação de redes de comércio interno e promoviam o desenvolvimento económico da colónia<sup>745</sup>. De Santa Catarina a Pernambuco, sustentando uma rede de distribuição e redistribuição do combustível que iluminava o espaço urbano, desde as maiores cidades às mais pequenas vilas brasileiras.



**Figura IV.1.2.** Percentagem de óleo de baleia para Lisboa e Ilhas, e para o Brasil, destacando-se as quantidades enviadas para Pernambuco, Bahia e outras regiões, entre 1765 e 1776, com base em PROCESSO sobre o contrato do azeite de peixe e sua distribuição no comércio da capitania de Pernambuco, AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 212, D. 14440 (Acervo Pernambuco).

Em 1799, o bispo de Pernambuco, D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, escrevia ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando conta dos preços demasiado altos a que se vendia óleo de baleia naquela cidade resultantes da revenda do produto *“por via dos Negociantes que o iaõ comprar aos Caixas das mesmas fabricas, e revendolo a este miseravel Povo, q. ’ se via na necessid.ª cauzada pelos mesmos Caixas, ou Amnistradores das fabricas, de o comprar por todo o preço”*<sup>746</sup>. As questões do preço do azeite eram efetivamente problemáticas para o povo

<sup>745</sup> Stuart SCHWARTZ, “De ouro a algodão: A economia brasileira no século XVIII”, in Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume III. O Brasil na Balança do Império (1697-1808), 1998, p. 86; RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, 2016, p. 75.

<sup>746</sup> OFÍCIO do Bispo de Pernambuco, [D.] José [Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a falta de azeite de baleia na cidade e os altos preços taxados pelo contratador..., AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 207, D. 14108 (23 de março de 1799) (Acervo Pernambuco).

e foram identificadas amiúde na nossa análise de fontes, abrindo também novas temáticas a explorar no futuro, nomeadamente por colegas da história económica.

Para o que aqui nos interessa compreender, será suficiente referir que, nos anos em que se capturavam muitos animais e, por isso, a oferta de óleo era maior, o preço do produto nem por isso se tornava mais reduzido. Na verdade, contrariando a lógica comum da oferta e da procura, e da redução do preço em momentos em que a oferta é maior, as fontes que consultámos parecem indicar que, pelo menos em algumas ocasiões de abundância, o preço do óleo de baleia se mantinha elevado. Tal decisão dos administradores dos contratos inibia a compra pelo povo e tinha como consequência uma acumulação do produto de um contrato para outro, como veremos adiante. Não compreendemos totalmente esta lógica por parte dos contratadores e quais as razões que condicionavam o preço do produto e o seu acesso aos habitantes, já que o principal fim do produto era a iluminação de uso quotidiano. Apesar das gentes comuns nem sempre terem voz nas fontes históricas, o que nesta temática não é exceção, conseguimos pontualmente compreender os efeitos da baleação e dos produtos da baleia nas vidas comuns, sendo *“certo e sabido que todos os moradores da Cidade da Bahia que, se o contratador se ha com a pobreza com humanidade e caridade christã, são nesse anno tantas as baleias, que lhes não póde dar vazam e pelo contrario se não favorece a pobreza e se ha com ambição e avareza e vilania, não apparecem baleias”*<sup>747</sup>.

No quadro geral da baleação no Brasil colonial, e de todo o período do monopólio baleeiro, não conseguimos, até à data, confirmar valores concretos sobre a quantidade de óleo de baleia consumida no Brasil. No decorrer deste estudo não encontrámos um registo sistemático das quantidades resultantes dos contratos ou dos processos de compra e venda deste produto. Como já referimos o óleo de baleia podia ser até vendido na praia, e só por este facto se antevia a extrema dificuldade de rastrear este produto, até os seus usos e o seu rendimento.

Por outro lado, foi também aqui nosso propósito aferir sobre as quantidades de óleo que se obtinham de cada baleia capturada. Com base na informação recolhida de diversas fontes escritas, verificamos uma grande disparidade nos números afirmados por cada autor analisado, sendo 10 pipas o valor mais baixo e 40 pipas o mais elevado (Tabela IV).

---

<sup>747</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (1771).

**Tabela IV.** Número de pipas resultantes do processamento de uma baleia adulta ou cria/ juvenil, com base em fontes escritas dos séculos XVII, XVIII e primórdios do XIX.

**Número de pipas / baleia**

Adulto	Cria/ juvenil	Autor
20	-	Frei Vicente do Salvador (1627)
30 – 40	-	Franciscoc de Britto Freyre (1657)
13 – 15	3 - 4	Provedor da Fazenda do Brasil, Francisco Lamberto, AHU_CU_005-02, Cx. 29, D. 3705 - 3706 (1692)
16	-	Sebastião da Rocha Pitta (1730)
18 – 20	-	Governador D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, in Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Vol. LXXII, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1952, p. 75 (1765)
14-15		José Bonifácio de Andrada e Silva (1790)
12	-	Anônimo, AHU_ACL_CU_005, Cx. 45, D. 8440 (1771)
20 – 30	-	Louis-François de Tollenare (1817)
10 - 25; “ <i>umas por outras a dezasseis pipas cada uma</i> ”	-	Jacinto Jorge dos Santos Correa (1820) in ARAUJO (1822)
12 - 20; “ <i>ou a medida de 15 pipas</i> ”	-	Auguste de Saint-Hilaire (1827)

As diferentes informações fornecidas pelas várias fontes aqui elencadas resultam de inúmeros fatores. Antes de mais, pelos próprios animais, cuja espécie desconhecemos. Consoante a espécie capturada, a idade e o tamanho do animal, assim a quantidade de óleo seria diferente. Como se verifica na tabela anterior, a maior parte dos autores deixa margem para essas variações, raramente arriscando um número exato mas antes um intervalo que se justifica quer pela espécie, quer pelo tamanho do animal.

Por exemplo Britto Freyre descreve que “*dà trinta até quarenta pipas cada Baléa; ou mais, ou menos, segundo a grandeza que tem*”. Jacinto Jorge dos Anjos Correa, administrador do contrato das baleias em Santa Catarina no final do século XVIII, considerava que “*sendo as Baleias de grandezas diferentes, rendem por isso umas dez pipas de azeite, e outras há que dão vinte e cinco pipas: portanto, quando elas se aproveitam bem, se podem regular umas por outras a dezasseis pipas cada uma, e às vezes mais*”<sup>748</sup>. Segundo este administrador, as baleias capturadas na Bahia eram de uma espécie

<sup>748</sup> *Idem, ibidem.*

diferente da espécie-alvo nas armações do sul<sup>749</sup>, apenas rendiam 8 a 12 pipas de azeite e as suas barbas eram inúteis, sendo que apenas ocasionalmente se capturava “*naqueles mares alguma Baleia do mar do Sul, mais rendosa em azeite, e de barbatana servível*”<sup>750</sup>.

As crias ou juvenis, nem sempre seriam utilizados para processamento e funcionavam em muitos casos, como descrevemos anteriormente, como ‘isco’ para atingir os animais adultos. Apesar de não termos informação robusta para compreendermos o total aproveitamento dos animais mais jovens, certo é que, mesmo que ocasionalmente, eram igualmente retalhados e transformados em óleo, embora com rendimento muitíssimo inferior. Por exemplo, na década de 1680, de vinte e cinco crias capturadas resultaram três ou quatro pipas de azeite<sup>751</sup>, demonstrando-se como o proveito destes animais era baixo e não justificaria todo o trabalho inerente ao seu processamento.

Também com base na produção resultante de óleo poderíamos tentar inferir sobre a quantidade obtida a partir de cada animal, como por exemplo, na descrição feita por Paulo Joze Miguel de Brito na sua *Memoria Politica sobre a capitania de Santa Catharina*<sup>752</sup>. Este autor dá conta que, em determinado momento, 750 baleias haviam produzido 11.250 pipas de azeite de 200 medidas cada uma, ou que de 34 baleias haviam resultados 510 pipas; daqui se calcula que de cada animal se extraíam 15 pipas de óleo. Mas, novamente, deparamo-nos com outra variável neste exercício que é a medida das pipas em particular, ou, se quisermos, as medidas de volume e capacidade em geral. Segundo o investigador Luís Seabra Lopes, durante a idade moderna portuguesa em todo o reino deveriam ser usados os padrões metrológicos de Lisboa, conforme determinado por Dom Manuel I (1495-1521) na sequência da sua reforma dos pesos e medidas<sup>753</sup>. Contudo, as medidas não estavam uniformizadas em todo o território português ultramarino e como bem notou José de Abreu Bacelar Chichorro, na sua *Memória sobre Pesos e Medidas*, “*he notável que sejam [os pesos e as medidas] diferentes nas diferentes terras, e que haja algumas aonde estejam em uso ao mesmo tempo duas*

---

<sup>749</sup> Questões relacionadas com as espécies-alvo serão aprofundadas em capítulo seguinte.

<sup>750</sup> Jacinto Jorge dos Santos Correa, 1820, in ARAUJO, *Op. cit.*, Tomo IX, 1822, p. 295.

<sup>751</sup> “Copia da Carta de 15 de Julho de 689 que acompanhou a inquisição de testemunhas sobre a pescaria das baleas do primeiro, e segundo ano do Contrato de António Pereira Barbosa”, anexa à CARTA do provedor da Fazenda do Brasil, Francisco Lamberto ao rei [D. Pedro II], sobre o contrato da pesca das baleias, AHU\_CU\_005-02, Cx. 29, D. 3705 - 3706 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (4 de julho de 1692).

<sup>752</sup> Paulo Joze Miguel de BRITO, *Memoria Politica sobre a capitania de Santa Catharina*, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829, p. 101.

<sup>753</sup> Luís Seabra LOPES, “A cultura da medição em Portugal ao longo da história”, Educação e Matemática, nº 84, Associação de Professores de Matemática, 2005, p. 46.

*medidas, o que motiva todos os dias mil desordens e embaraços ao giro do comercio”*

754.

Por exemplo, num inventário das armações do contrato das baleias datado de 1777, encontramos referência a 3.942 pipas, 876 meias pipas e 473 tonéis “*muito fôrtres arqueadas todas de ferro, feitas de madeira da nossa América, que a experiencia me tem mostrado durar com azeite mais de vinte e cinco annos*”<sup>755</sup>. Quer nos inventários, quer nas listas das cargas dos navios, poucas vezes encontramos a referência ao tamanho ou medidas das pipas, deixando assim indefinido o verdadeiro volume de óleo de baleia transportado e consumido. Exceção a esta regra é, por exemplo, uma “Lista dos efeitos do Contracto”<sup>756</sup>, referente a 1790, na qual é feita uma diferenciação dos diferentes tipos de vasilhas de transporte de óleo, a saber, tonéis diversos, toneletes, pipas grandes, pipas recortadas e pipas pequenas, barricas e barris. Verificamos também como o mesmo recipiente pode ter medidas diferentes de produto, como por exemplo, as pipas pequenas de 140 medidas ou 120 medidas, ou barricas cheias com 100 medidas ou 60 medidas de óleo. Esta disparidade nas capacidades do vasilhamente poderia dificultar o controle do produto, tal como nos dificulta hoje a contabilização precisa das quantidades de transporte e consumo deste azeite.

A tudo o que aqui temos exposto, acrescenta-se a percepção e a intenção dos próprios autores que, seja de forma mais descritiva, seja numa perspectiva mais de foro administrativo, podiam alterar os números. Poderia acontecer que os autores, propositadamente ou não, mascarassem os números reais de animais capturados. Podia acontecer também que assistissem apenas a uma parte do processo, ou ainda encontrar-se em armações de maior ou menor capacidade, o que influenciava as suas percepções e opiniões sobre a atividade baleeira e, consequente, o que sobre ela escreveram.

---

<sup>754</sup> José de Abreu Bacelar Chichorro, *Memória sobre Pesos e Medidas*, in Luís Seabra LOPES, “A metrologia em Portugal em finais do século XVIII e a “ Memória sobre Pesos e Medidas ” de José de Abreu Bacelar Chichorro (1795)”, *Revista Portuguesa de História*, XLIX, 2018, p. 174. Por exemplo, a canada da Bahia equivalia a 4 canadas e 1 quartilho em Portugal e no Rio de Janeiro a canada equivalia a 4 quartilhos - aproximadamente 2,66 litros, segundo ELLIS, *Op. cit.*, 1969, notas à tabela anexa entre as pp. 120-121.

<sup>755</sup> MAPA do resumo do que importaram as fábricas do Contrato das Baleias, entre 1765 e 1777. Anexo: contrato, mapas das despesas. AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 4, D. 265 (Acervo Santa Catarina).

<sup>756</sup> Lista dos efeitos do Contracto... anexa ao OFÍCIO do governador interino da ilha de Santa Catarina, José Teixeira Pinto, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre envio de mapas da ilha e do espaço de terreno pertencente a este governo, enviando listas da carga transportada pelo navio Diana à Corte e outra sobre a receita e despesa do senado da Câmara da vila do Desterro. Anexo: mapas, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 5, D. 330 (Acervo Santa Catarina). Documento disponível no Anexo C desta tese.

Eventualmente por se tratar de um produto que se destinou a “fins menos requintados, mais rústicos e mais populares”<sup>757</sup>, pelo uso popular e diversificado do óleo de baleia, bem como pelas características da sua produção e distribuição, tem sido difícil rastrear este produto desde o momento em que se caça o animal até à sua utilização final. Já compreendemos até que a própria extração é sazonal, variável e imprevisível, ao que se junta a própria natureza dos animais que, maiores ou menores, mais ou menos abundantes, originam um rendimento muito variável, e ainda a natureza dos autores que narraram as suas memórias e histórias da baleação.

#### IV. 1. 3. Cargas de óleo de baleia enviadas para Lisboa

Em 1760, D. José autoriza a navegação do Rio de Janeiro para Lisboa, “*em direitura, e fora da corporação das Frotas, hum Navio de seiscentas tonelladas, ou as embarcaçoens que completem o dito numero de tonelladas; com tanto que a sua carga se reduz sómente a azeites, barbas de Ballea, e os mais effeitos do referido contrato*”<sup>758</sup>. Todos os géneros que não pertencessem à atividade seriam confiscados e seriam aplicadas as penas estabelecidas ao contrabando. A esta medida associava-se ainda a necessidade de examinar os navios que partiam do Rio de Janeiro e a apresentação de uma Relação de Carga para posterior vistoria e confirmação no porto de Lisboa. Encontrámos em alguns documentos a referência ao alvará de 20 de setembro de 1765, que abolia a navegação em frotas e esquadras para o Brasil, permitindo, desta forma, o transporte livre de mercadorias<sup>759</sup>. Contudo, vamos encontrar relações de cargas das embarcações pertencentes aos contratos baleeiros a partir dessa data. E foi precisamente através listagens dos produtos da baleia transportados, que conseguimos compreender alguns

---

<sup>757</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 141.

<sup>758</sup> DECRETO do rei D. José autorizando aos contratadores da pesca das baleias a navegarem um navio de 600 toneladas ou embarcações que não excedam este número de tonelada, do Rio de Janeiro para Lisboa, fora da frota. Anexo: carta régia (cópia), AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 60, D. 5753 (Acervo Rio de Janeiro - Avulsos) (1 de setembro de 1760).

<sup>759</sup> Referência ao alvará de 20 de setembro de 1765 pode ser encontrado, por exemplo, no OFÍCIO da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acusando o recebimento do ofício que comunicava a abolição, pelo alvará de 20 de setembro de 1765 da navegação em frotas e esquadras para os portos do Brasil, podendo-se transportar livremente as mercadorias. Envia a relação da carga da galera Nossa Senhora do Porto Salvo, de que é capitão Isidoro Francisco Lopes que partia do Rio de Janeiro rumo à Lisboa, carregando pipas de azeite de peixe, barbatanas de baleia, couros e caixas de açúcar, AHU\_ACL\_CU\_, Cx. 79, D. 7092 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (18 de setembro de 1766).

aspectos sobre o seu transporte para Lisboa. Analisámos o período entre 1764 e 1785 para o qual encontrámos informação mais sistematizada sobre os ‘efeitos do contrato das baleias’ enviados para Lisboa. Relembramos que, neste período, a baleação no Brasil estava a cargo da Companhia da Pescaria das Baleias, administrada pela família Quintela e, como também já vimos, houve neste período de ministração pombalina um esforço de reorganização da atividade baleeira, com um investimento acrescido na reparação das armações existentes e construção de armações novas, bem como um maior controle das finanças. De ressaltar, no entanto, que esta informação é aqui exposta pelo seu carácter inédito no âmbito da nossa investigação sobre esta matéria, sendo que os números apresentados não podem ser tomados como definitivos e deverão ser interpretados como ilustrativos do tráfego de produtos da baleia entre a América Portuguesa e a metrópole, no século XVIII. Aproveitando a deixa de Jacques Marcadé de que “o quadro das exportações para a Metrópole não estaria completo se não lembrássemos o óleo e as barbas de baleia”<sup>760</sup> apresentam-se aqui finalmente alguns dados novos sobre essa exportação.

Nos documentos manuscritos em que nos baseamos, todos provenientes do acervo do AHU, uma lista de carga apresenta-se, regra geral, com o aspeto que vemos na figura seguinte (Figura IV.1.3.).

---

<sup>760</sup> Jacques Marcadé, “O Brasil e Portugal”, in SERRÃO & OLIVEIRA MARQUES, *Op. cit.*, 1991, p. 66.





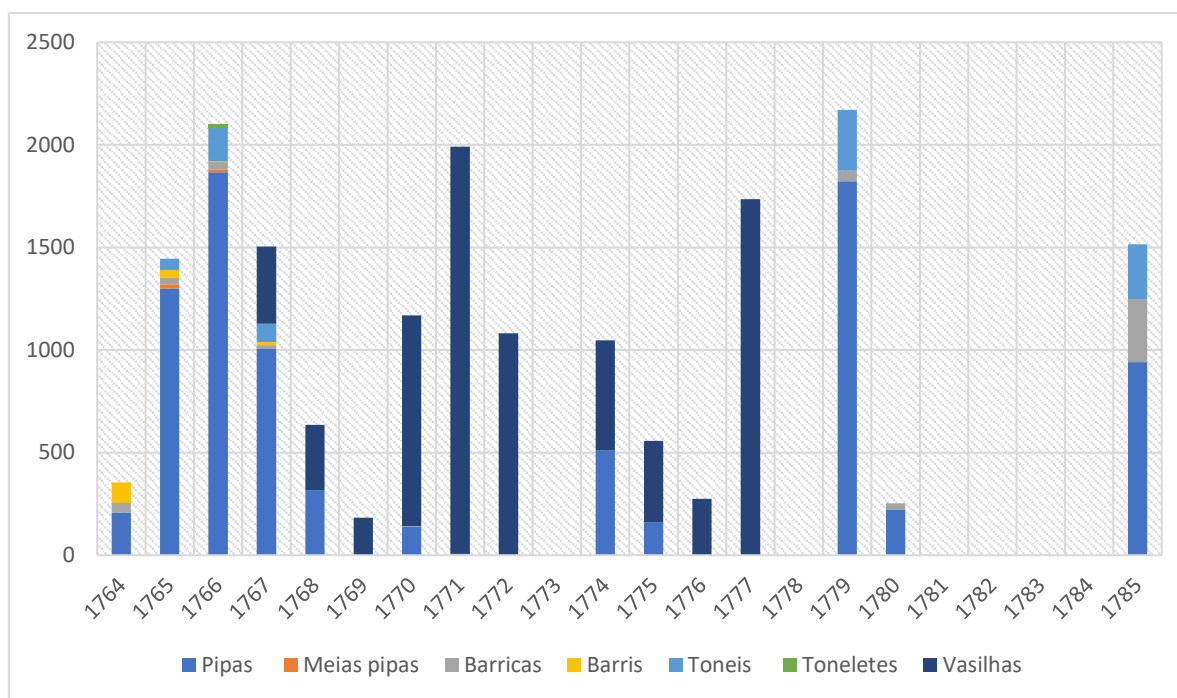
*Nossa Senhora da Conceição; Nossa Senhora da Conceição do Porto Salvo; Nossa Senhora da Conceição e São José; Nossa Senhora da Conceição, Atalaya e S. José; Nossa Senhora da Fé e São Vicente Ferreira; Nossa Senhora da Guia e Santa Rita; Nossa Senhora da Luz e Santa Ana; Nossa Senhora da Nazaré e Santa Anna; Nossa Senhora da Piedade das Chagas; Nossa Senhora da Purificação e Almas; Nossa Senhora da Vitória; Nossa Senhora da Vitória e Corpo Santo; Nossa Senhora de Nazaré; Nossa Senhora do Carmo e São João; Nossa Senhora do Carmo e Senhor da Cana Verde; Nossa Senhora do Livramento e São Frutuoso; Princesa do Brasil; S. José e Sta. Rita; Santa Ana e Almas; Santa Ana e Nossa Senhora da Lapa; Santa Ana e São Domingos; Santa Anna Bom Jesus da Boa Nova; Santa Isabel Rainha de Portugal; Santa Rosa e Senhor do Bonfim; Santa Rosa paquete da América; Santo Antônio de Pádua; São Pedro de Rates; São Zacarias Nossa Senhora da Conceição e Almas.*

Contabilizámos um total de 66 viagens, que se distribuíram ao longo do ano, com um maior número de embarcações a zarpar do Rio nos meses de abril (n=10), fevereiro (n=9), março (n=7), julho (n=7) e janeiro (n=6). Aparentemente, um navio que partisse do Rio de Janeiro em janeiro, por exemplo, chegava em maio, e um navio que partisse em abril chegava em julho, durando assim a travessia do Atlântico entre três a quatro meses<sup>761</sup>. Apesar destes dados parciais e limitados, estes resultados parecem estar de acordo com o proposto por Russell-Wood quando afirma que os navios procedentes do Rio de Janeiro chegavam a Lisboa maioritariamente em agosto e outubro, após uma viagem de cerca de 97 dias<sup>762</sup>. De todas as cargas analisadas, percebemos que o óleo de baleia podia ser transportado em diferentes tipos de recipientes, tais como pipas, meias pipas, barricas, barris, tonéis, toneletes, vasilhas e cascos (Figura IV.1.4.), e a quantidade podia ser contabilizada em medidas, almudes ou quartos.

---

<sup>761</sup> OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que o navio Nossa Senhora da Piedade das Chagas, de que é mestre Joaquim dos Santos, havia partido para Lisboa conduzindo pipas de azeite de peixe e fardos de barbatanas, carregamento referente ao contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro, aprovado pela Mesa de Inspeção. Anexo: ofício e relação, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 77, D. 6939; OFÍCIO do [juiz da Alfândega de Lisboa], Carlos Antônio da Silva Franco, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que havia efetuado a inspeção ao navio Nossa Senhora da Piedade das Chagas, de que é capitão Joaquim dos Santos, fundeado no porto de Lisboa vindo do Rio de Janeiro, transportando pipas de azeite de peixe e meios-fardos de barbatanas de baleias, além de alguma correspondência oficial e amostras de minério de ferro, encontradas na capitania de São Paulo. Anexo: lista, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 78, D. 7044 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos). Outros documentos podem ser identificados no Inventário AHU\_Baleias\_Brasil.

<sup>762</sup> RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, 2016, p. 65, 66.



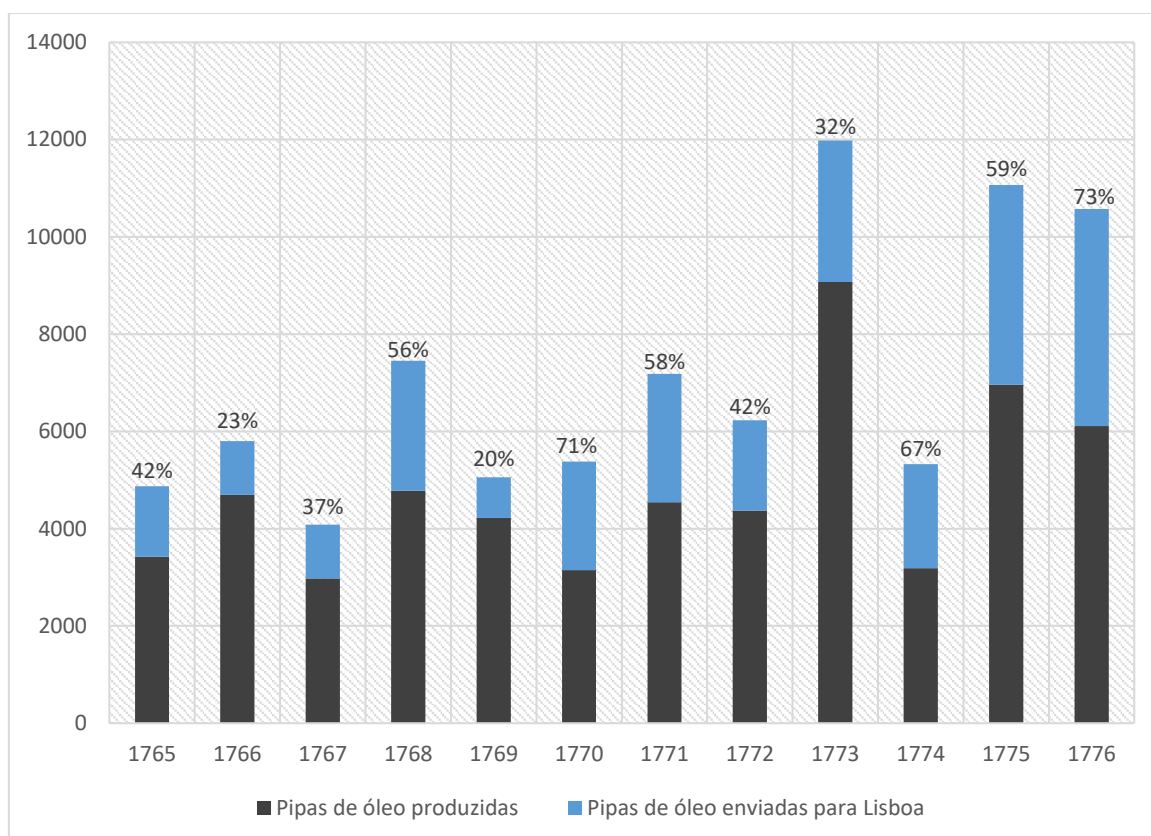
**Figura IV.1.4.** Quantidade de pipas, meias pipas, barricas, barris, toneis, tonelentes e vasilhas com óleo de baleia, enviada do Rio de Janeiro para Lisboa, com base na análise de relações de carga entre 1764 e 1785.

No decorrer na nossa investigação, identificámos o “Mapa do q’ tem produzido as 12 pescas de Baléas abaixo declaradas”<sup>763</sup>, documento que se veio a revelar de máxima importância para este estudo e cuja análise dos permitiu compreender, de forma mais completa, a produção da atividade baleeira no Brasil entre os anos de 1765 e 1776. Este Mapa inclui, como já referimos anteriormente, o número de animais capturados neste período - o qual exploraremos no subcapítulo V. 3. 1 -, a quantidade de óleo produzida e as quantidades expedidas para outras regiões do Brasil e para Lisboa. A este Mapa está também anexa a lista dos 62 navios que transportaram pipas de azeite para Lisboa durante o mesmo período, número superior em 20 embarcações relativamente ao que tínhamos identificado através das relações de carga.

Neste período de doze anos foi produzido um total de 57.500 pipas de óleo, recordamos, de onde se calcula uma média anual de produção de 4.792 pipas (sendo o

<sup>763</sup> MAPA da demonstração do que produziu a pesca dos cachalotes ou espermecetes desde 11 de Outubro de 1773 até 30 de Junho de 1777 e do que produziu a pesca das baleias de 1765 a 1776, citando os navios que transportaram tais gêneros do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: mapas, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (post. 1777).

valor mais baixo de 2.975 unidades, em 1767, e o mais alto de 9.075 unidades, em 1773). Para Lisboa, em todos os anos foram enviadas centenas e milhares de vasilhas com este produto, num total de 27.501 pipas, a uma média de 2.291 unidades por ano (sendo o valor mais baixo de 831 unidades, em 1769, e o mais alto de 4.462, em 1776). Resulta isto numa média aproximada de 47,8% da produção total enviada para a metrópole (Figura IV.1.5.).



**Figura IV.1.5.** Quantidade de óleo de baleia (em número de pipas) produzido no Brasil, entre 1765 e 1776, e quantidade do mesmo óleo (em número de pipas e percentagem) transportada para Lisboa no mesmo período, com base nas informações que constam do documento AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (post. 1777).

Através deste documento obtivemos assim valores totais da quantidade de óleo de baleia enviado para Portugal, que pudemos comparar com os dados extraídos apenas das relações de carga para Lisboa. Verificamos que, se nos fundamentássemos apenas naquelas relações, estaríamos somente a considerar cerca de 20% da quantidade de óleo total enviada para Lisboa. Teríamos também contagens a zero, como por exemplo no ano de 1773, aparentemente o ano de maior produção de óleo. Estas breves análises ajudam-

nos a compreender a fragilidade na utilização de apenas um *corpus* documental, e o potencial da análise de diferentes tipologias de fontes, que se tornam complementares no que diz respeito ao estudo da baleação, tendo em conta a sua larga escala temporal e as suas diferentes dinâmicas de consumo, local e externo ao Brasil.

Para o período em análise (1765-1776), verificamos uma quantidade elevada de produto navegado para Lisboa o qual, pelo menos em seis anos, foi superior a 50% da produção total. Esta clarificação sobre o fornecimento de óleo de baleia para Portugal permite questionar a importância da baleação que até aqui tem sido reconhecida como uma atividade de pouca relevância, com impacto reduzido e local e com utilidade apenas no Brasil. Propomos, com estes novos dados, que o consumo não se limitava ao território brasileiro e que os produtos da baleia, tal como tantos outros produtos do mar, eram direcionados a Portugal e à Europa, sendo descarregados em Lisboa e tendo um valor significativo no grande quadro da circulação de mercadorias das quais o Atlântico era a fonte.

Para além dos navios que saíam do Rio de Janeiro, também de outras regiões do Brasil podiam, mesmo que ocasionalmente, partir embarcações que transportavam mercadorias do contrato das baleias. De facto, a partir de 1765, o contrato de Inácio Pedro Quintela previa, na condição 22<sup>a</sup>, que se pudesse enviar o óleo de baleia “*da Ilha de Santa Catarina, ou de outra qualquer Armação em direitura*”<sup>764</sup>, como medida para evitar que no depósito do Rio de Janeiro o produto se acumulasse “*athé muitas vezes se perder, e arruinar*”<sup>765</sup>. Exemplo disso é o navio *Diana* que, em 1790, zarpou da ilha de Santa Catarina em direitura a Lisboa, transportando “*415 Vazilhas cheyas de Azeite de Bal.<sup>a</sup> com 106:390 [medidas]*”<sup>766</sup>.

Estes dados permitem levantar novas problemáticas de investigação sobre a relevância do ‘azeite de peixe’ na capital e quotidiano lisboeta, seus usos e importância, pontos de venda e consumo (Figura IV.1.6.) bem como a sua eventual exportação para outros países europeus. Para além dos produtos da baleia, os navios que saíam do Brasil transportavam muito mais, funcionando como via de ligação entre a América do Sul, ilhas Atlânticas e Europa. Entre correspondência, pessoas e géneros vários, inúmeros são os

---

<sup>764</sup> Condiçoens com que o S<sup>r</sup>. Ignacio Pedro Quintella e Comp.<sup>a</sup> tem arrematado o Contrato da Pescaria das Balêas nas Costas do Brazil, e Ilhas a ellas adjacentes, fl. 6v, AHU-Códice 412.

<sup>765</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>766</sup> Lista dos efeitos do Contracto..., AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 5, D. 330.

exemplos em que o óleo e as barbas de baleia partilharam a viagem com pedras de topázio, tábuas de jacarandá e tapinhoã, aves tropicais engaioladas, antas, entre outros<sup>767</sup>, ou ainda pés de café<sup>768</sup> e açúcar<sup>769</sup>. Sobre o transporte simultâneo de açúcar e óleo de baleia, parece ter havido alguma resistência já que “*ordinariam.te os navios da frota quando ha muita carga duvidaõ levar a de azeite, porq.<sup>to</sup> lhes perjudica aos assucares*”<sup>770</sup>. Mas para as cargas analisadas, amiúde os dois produtos constam das mesmas listas, nomeadamente em 1766, quando os navios *São Pedro de Rates e Santa Quitéria*, *Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Esperança*, e *Nossa Senhora da Atalaia e Almas* aportaram em Lisboa transportando, em conjunto, pipas de óleo de baleia e caixas de açúcar, entre barbas de baleia, madeiras várias e paus de canela<sup>771</sup>.

Deparando-nos com as listas de carga aqui recolhidas e analisadas, e suspeitando que mais documentos similares se encontram por identificar, acreditamos ser tempo de retirar o óleo de peixe e as barbas de baleias do rol das miscelâneas<sup>772</sup>. Justifica-se claramente uma análise aprofundada sobre a chegada destes produtos a Lisboa, nomeadamente através da pesquisa em fundos documentais que aqui não foram prescrutados<sup>773</sup> e que podem vir a fornecer novos esclarecimentos sobre a circulação de produtos de origem animal marinha no império Português, em períodos alargados e com

---

<sup>767</sup> Demonstrativa é a carga da Galera *Bom Jesus de Vilanova, Santo Antônio e Almas*, anexa ao documento AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 72, D. 6576 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (14 de julho de 1764), mas são vários os exemplos que podem ser identificados no Inventário AHU\_Baleias\_Brasil.

<sup>768</sup> OFÍCIO do governador interino da ilha de Santa Catarina, José Teixeira Pinto, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre envio de mapas da ilha e do espaço de terreno pertencente a este governo, enviando listas da carga transportada pelo navio *Diana* à Corte e outra sobre a receita e despesa do senado da Câmara da vila do Desterro. Anexo: mapas. AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 5, D. 330 (Acervo Santa Catarina).

<sup>769</sup> OFÍCIO do juiz corregedor do Bairro Alto de Lisboa, Manoel José de Faria e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que havia feito a visita do ouro aos navios precedentes do Rio de Janeiro, que transportavam azeite de peixe, toras de tapinhoã e de cedro, açúcar, barbatanas de baleia e paus de canela, de seu nome *São Pedro de Rates e Santa Quitéria*, de que é capitão José Pereira, *Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Esperança*, de que é capitão Manoel Pinto Franco, o qual também transportava preso frei Francisco das Mercês, e *Nossa Senhora da Atalaia e Almas*, de que é capitão Manoel Teixeira de Carvalho, transportando o preso francês Martinho José. Anexo: relações. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 78, D. 7060 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (13 de julho de 1766).

<sup>770</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca da informação que enviara o Governador do Rio de Janeiro, sobre a arrematação do contrato das baleias, AHU\_CU\_017-01, Cx. 11, D. 2122 (29 de outubro de 1698).

<sup>771</sup> AHU\_ACL\_CU\_, Cx. 78, D. 7060.

<sup>772</sup> Ver por exemplo RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, p. 177 referindo-se aos 47 itens na categoria de miscelâneas descarregadas em Lisboa provenientes do Brasil no final do século XVIII.

<sup>773</sup> Como por exemplo os fundos *Alfândega de Lisboa*, *Capitanias do Brasil* ou *Casa dos contos do reino e casa/ Erário régio* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ou ainda coleções do Arquivo Histórico da Secretaria-Geral da Economia.

base em atividades extrativas de longa duração, como foi a caça de baleias no Brasil colonial.

## NOTICIA A O P U B L I C O



Ace publico por este, que na presente frota que veyo do Rio de Janeyro veyo huma partida de azeite de peixe, cujo genoró tem mostrado a experiencia, he muito mais duravel nas luzes, que o azeite das Oliveiras, alem das mais utilidades particulares que resultarão a todas as pessoas que delle quizerem usár para luzes de escadas, estrebarias, cocheyras, e mais officinas, administradas por moços, e escravos, nas quais fervendo-se do dito azeite será menos a despeza, por muitos motivos, e pelo de ser mais barato, que se achará nos citios, que abaixo se declaraõ a sete vintéis cada canada fazendo-se medida até hum quatilho, e no citio da Junqueyra no Armazem a tres cruzados novos o almude.

Toda a pessoa que quizer usár do dito azeite virá no conhecimento, não só da sua utilidade, como da que resultará em bem commum, porque deixando de se gastar nas luzes o copiozo azeite das Oliveiras, que se gasta, virá a ter o preço racionavel, e não excessivo que conserva em prejuizo da pobreza, que he certo não pode passár sem este allimento

Em Arroyos, em caza de  
No Campo do curral, em caza de *Silvestre da Silva*,  
Na Mouraria, em caza de *João Nogueira da Costa*.  
No Rocio, em caza de *João Lopes*.  
Na Ribeira, em caza de *João Malheiros Lima*.  
No Caiz, em caza de *Jozé Pinto de Oliveira*.  
Na Boavista, em caza de *Gervazio de Freitas*.  
A Santos, em caza de *Manoel da Rocha Ribeiro*.  
Defronte do Correio, em caza de *André da Silva*.  
Ao Rato, em caza de *Diogo Soares*.  
A S. Jozé, em caza de *João de Magalbaens*.  
A São Sebastião da Pedreira, em caza de *Antonio Lopes Marques*.  
Ao Postigo de Santo André, em caza de *João Martins Moreira*.  
No Campo de Santa Clara, em caza de *Brás de Oliveira*.  
A São Roque, em caza de *Miguel Affonso de Mello*.  
Em Bellem, em caza de *Manoel de Alvarenga Braga*.  
Na Junqueyra, em caza de *Laurianno Antonio de Sá*.  
Na rua direita da Pampulha, em caza de *Manoel Francisco*.

**Figura IV.1.6.** Folheto dos benefícios e pontos de venda em Lisboa de azeite de baleia, in Marcelo de Oliveira PAZ, *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 48.

## IV. 2. AS BARBAS DA BALEIA E CARGAS PARA LISBOA

Sebastião da Rocha Pitta, na sua *História da America Portuguesa*, descreveu que a baleia “em cada um dos queixos traz um feixe de quarenta e mais barbatanas, compridas dezasseis palmos, negras, e de uns nervos incorruptíveis e mais rijos que a madeira, flexíveis, mas sem quebrarem”<sup>774</sup>.

A flexibilidade e resistência das barbas de baleia era efetivamente valorizada já na Europa medieval para a confecção de peças do vestuário tipicamente ocidental, para além de inúmeros utensílios e artefactos, uso que se prolongou por toda a época moderna. Impõe-se, no entanto, uma clarificação preliminar.

Como já referido anteriormente, designam-se por barbas as placas finas de queratina - substância que se encontra também no cabelo humano, unhas, penas e chifres de vários animais - e que compõem o aparato filtrador da boca das baleias (de barbas). Estas permitem a alimentação através da filtração de pequenos peixes e outras presas da água do mar e diferem em número, tamanho coloração consoante a espécie<sup>775</sup> (Figura IV.2.1a. e Figura IV.2.1b.).



**Figura IV.2.1.** Vista do aparato bucal com destaque para as diferenças de tamanho e coloração, de duas baleias de barbas **a)** baleia-franca do Atlântico Sul (*Eubalaena australis*) (<https://tonywu.photoshelter.com/image/I0000MkiQ.1MDmAI>); **b)** baleia-corcunda (*Megaptera novaeangliae*) (<https://us.whales.org/whales-dolphins/what-is-baleen/>).

<sup>774</sup> PITTA, *Op. cit.*, 1880, p. 23. De ressaltar que as barbas se encontram unicamente no maxilar superior dos animais.

<sup>775</sup> Dale W. RICE, “Baleen”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, p. 78.

Num dicionário de língua portuguesa podemos encontrar tanto a expressão “barba” como “barbatana” para a designação destes mesmos filamentos queratinosos<sup>776</sup>, apesar de no seio da comunidade científica portuguesa não se utilizar, por norma, a segunda expressão. No Brasil, utiliza-se a expressão “barbatana” para designação das barbas<sup>777</sup>, provavelmente por se encontrar em diferentes e inúmeras fontes documentais históricas. Também na historiografia portuguesa é possível encontrar, pontualmente a mesma denominação<sup>778</sup>.

No entanto, como estes animais têm barbas e obviamente também barbatanas - membros locomotores -, esta denominação tem causado alguns enganos e interpretações erróneas quando se conta a história desta atividade. Assim, continua a ser perpetuada a ideia de que as barbatanas (membros) eram o produto aproveitado dos animais e um dos resultados da baleação no Brasil colonial, nomeadamente em publicações dirigidas ao público geral<sup>779</sup>. Por outro lado, também a terminologia inglesa utilizada para designar as barbas de baleia pode originar algumas interpretações erróneas. As palavras em inglês para barbas são “baleen” ou “whalebone” sendo que esta última ao ser traduzida à letra para “osso de baleia” pode fazer crer que os ossos de baleia, e não as barbas, fossem utilizados na confecção de vestuário<sup>780</sup>. Também por estes motivos é importante compreender e esclarecer de que forma as baleias eram usadas e quais as partes e produtos resultantes destes animais com valor comercial e utilitário.

Tal como vimos anteriormente para o óleo de baleia, também a quantidade obtida de barbas de animal é variável, embora para este produto tenhamos ainda menos

---

<sup>776</sup> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/barbatana>.

<sup>777</sup> JUNIOR, *Op. cit.*, 2009, p. 65.

<sup>778</sup> SILVA, *Op. cit.*, 1986, p. 122. Nesta obra, a caça de baleias no Brasil colonial é referida enquanto produção extrativa de exportação, sendo sintetizada em cinco parágrafos. Aqui pode ler-se que, para além do óleo utilizado na iluminação também eram aproveitadas as “barbatanas”.

<sup>779</sup> Ver por exemplo a Figura 3 no Anexo D, onde claramente se indicam as barbatanas como produto da baleação no Brasil colonial.

<sup>780</sup> Ver Figura 4 no Anexo D. Exemplo de uma boa descrição das barbas de baleia enquanto produto utilizado para a confecção de um espartilho francês do final da década de 1760 pode ser encontrado no website do *The Metropolitan Museum of Art*, a saber, “The stays worn in the eighteenth century were a product of heavy labor. A male industry, staymaking was at a very high standard by the middle of the eighteenth century. Stays were made from baleen, which was harvested from the mouth of the Right Atlantic Whale and commonly referred to as whalebone. This material was firm but flexible and could be cut into very thin pieces without any loss of strength. Carefully measured strips of whalebone stitched between a lining and facing fabric created the stays of the eighteenth century. The rounded opening at the top of the stays was made through the innovation of inserting whalebone strips across the bustline as well as vertically. Stays could be fully boned or half-boned, but the latter was more common in the second half of the eighteenth century”, <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/82434> (consultado a 08.11.2019).



informação. O governador de São Paulo, D. Luís de Sousa Mourão Botelho, afiançava que segundo as informações mais exatas que tinha conseguido obter, de cada animal se costumavam extrair 30 quintais de barbas<sup>781</sup>. Um administrador do contrato baleeiro afirmava que cada baleia fornecia 14 a 16 arrobas do mesmo produto<sup>782</sup>. Se assumirmos que 1 quintal equivale a 4 arrobas e a cerca de 58,75 Kg, um animal fornecia em média 1.762,5 kg daquele produto, segundo o governador, e 881,25 kg, cerca de metade, segundo o contratador, valores absolutamente distintos. Se compararmos ainda com os dados fornecidos pela historiografia da baleação basca, encontramos ainda um distinto valor de 320 kg de barbas fornecidos por uma baleia-franca do Atlântico Norte<sup>783</sup>, demonstrando a extrema dificuldade em trabalhar esta informação.

Segundo algumas das parcas indicações que conseguimos retirar das fontes analisadas<sup>784</sup> e tendo também por base as práticas castelhanas, descritas por Reguart, e a pesquisa de Myriam Ellis, as barbas seriam extraídas do maxilar da baleia, colocadas em tanques onde permaneciam dentro de água durante algum tempo e, com uso de instrumentos próprios para o efeito, eram limpas, raspadas e por fim colocadas a secar ao sol<sup>785</sup>. Ellis acrescenta ainda que as placas eram separadas em lotes consoante o seu tamanho, fervidas em água ou mesmo em óleo de baleia, e depois de amolecidas eram recortadas no comprimento e na espessura. Eram ainda retiradas as cerdas, novamente secas e raspadas as barbas<sup>786</sup>.

Das relações de carga analisadas entre 1764 e 1785, verificamos que as barbas eram acondicionadas em fardos, meios fardos e fardinhos, cestos ou a granel, e assim enviadas para Lisboa. Para todas as cargas analisadas, calculámos que cada fardo tinha um peso fixo de exatamente 4 quintais, ou seja, 235 kg.

Dos anos de baleação compreendidos entre 1765 e 1776 resultaram 26.824 quintais de barba de baleia, dos quais 26.703 foram enviados para Lisboa, ou seja, 99,5%

---

<sup>781</sup> OFÍCIO nº 5-III (1765), in *Op. cit.*, 1952, p. 75.

<sup>782</sup> Correa, 1820, in ARAUJO, *Op. cit.*, 1822, p. 295.

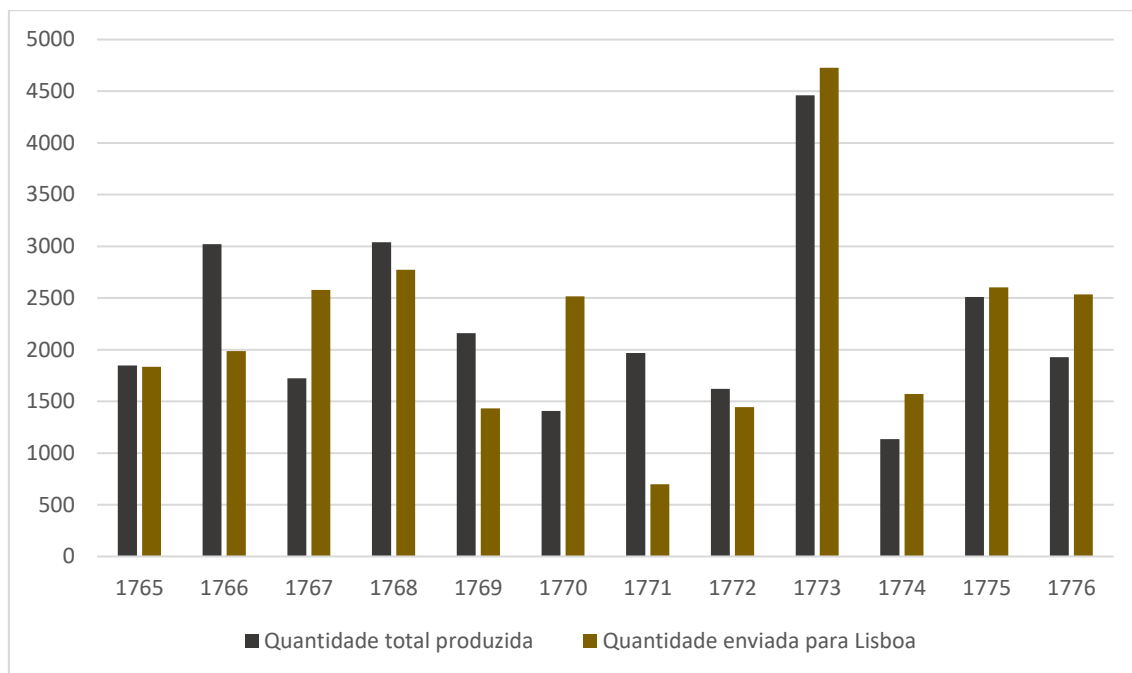
<sup>783</sup> CAZEILS, *Op. cit.*, 2000, p. 42.

<sup>784</sup> TOLLENARE, *Op. cit.*, 1956, p. 35 já referido no subcapítulo III. 3. onde abordamos o processamento dos animais nas armações baleeiras.

<sup>785</sup> REGUART, *Op. cit.*, 1792, p. 390; ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 121.

<sup>786</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 121. Por falta de referências bibliográficas ou indicações de fontes consultadas concretamente para este assunto, não sabemos se a autora se refere ao que presenciou, já que em parágrafos anteriores assume que a sua descrição das atividades se baseia no que observou.

do produto, no total daqueles doze anos<sup>787</sup>. Estes dados estão de acordo com o que afirmou Myram Ellis sobre o facto de não existir um mercado consumidor deste produto no Brasil<sup>788</sup>. De facto, a quantidade deste género comercializada localmente era residual e durante aquele período apenas foram contabilizados 120 quintais vendidos no Rio de Janeiro, menos de 0,5% da produção total. O produto era certamente armazenado e ia sendo escoado de forma mais ou menos regular, verificando-se que a quantidade enviada para Lisboa não corresponde à quantidade produzida em cada ano (Figura IV.2.2.)



**Figura IV.2.2.** Relação da quantidade de barbas de baleia (em quintais) produzida no Brasil e enviada para Lisboa entre 1765 e 1776, com base nas informações que constam do documento AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (post. 1777).

Através da análise das quantidades de barba produzida, e porque este documento é o único até à data a fornecer uma quantificação dos animais capturados de forma consistente, durante este período de doze anos, arriscámos calcular uma relação da quantidade de produto fornecida por cada animal. Com base exclusivamente neste documento (AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770) - reforçamos, sem conhecer o seu autor ou o contexto em que foi redigido - obtivemos uma média de 4,73 quintais de barba

<sup>787</sup> Com base na tabela do documento original em anexo AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (post. 1777).

<sup>788</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 135.

por baleia, i.e., cerca de 279 kg. A partir daqui poderíamos discutir as descrições dos animais e as medidas que apontámos acima de governadores e administradores, eventualmente exageradas, mas fugiremos a essa tentação. Sendo este mapa a nossa única fonte para esta matéria, deixaremos que pesquisas futuras possam enriquecer e dar corpo a esta análise crítica.

Para trabalhos futuros deverá ser realizada uma análise aprofundada de outras relações de cargas, inclusivamente de outras origens que não o Rio de Janeiro, que podem fornecer novos dados, sempre complementadas pelas fontes descritivas e qualitativas. Tal como referimos anteriormente sobre a navegação de óleo de baleia para Lisboa a partir de outras cidades, que não apenas o Rio de Janeiro, o mesmo sucedia com as barbas. Da mesma lista de carga do navio *Diana* com saída de Santa Catarina, em 1790, constavam ainda 344 quintais de barba de baleia, acondicionados em 65 fardos, 33 meios fardos e 18 cunhetes<sup>789</sup>.

Ao enviar este produto do Brasil para a metrópole, a Coroa Portuguesa pretendia muito provavelmente exportar para os mercados europeus. Myriam Ellis atesta que de Lisboa os fardos eram exportados para Castela, França, Génova, Veneza, Holanda ou Hamburgo<sup>790</sup>. Por exemplo, em 1777, “*De Lisboa levarão os Hamburg. 620 [arrobas] (...) e os Francez. 3377*”<sup>791</sup>.

Uma pesquisa aprofundada da eventual reexportação desta matéria prima de Lisboa para outros centros urbanos da Europa renascentista merece ser realizada no futuro. Como afirmou Russell-Wood, das mercadorias que chegavam ao porto de Lisboa poucas ficavam em Portugal, sendo a capital um ponto de chegada e comércio de produtos e mercadorias com interesse e valor em diferentes partes da Europa<sup>792</sup>. As barbas de baleia podem ter sido uma dessas mercadorias com origem na América Portuguesa, com valor significativo na balança de pagamentos de Portugal com outras nações europeias. Importa aqui consolidar a ideia de que este foi mais um produto com origem animal, marinha, produzido na América e com consumo praticamente exclusivo na Europa.

---

<sup>789</sup> Lista dos efeitos do Contracto..., AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 5, D. 330.

<sup>790</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, pp. 134-135.

<sup>791</sup> Bernardo de Lima e Mello BACELLAR, *Arte, e diccionario do commercio, e economia portugueza...*, Lisboa, Na Offic. de Domingos Gonsalves, 1784, p. 59.

<sup>792</sup> RUSSELL-WOOD, *Op. cit.*, 2016, p. 178.

#### IV. 3. PRODUTOS DE UTILIZAÇÃO ACESSÓRIA

Para além dos dois principais géneros já mencionados - óleo e barbas de baleia - outras partes do animal também eram utilizadas, embora com menor importância e valor.

Segundo Francisco Pyrard, a carne de baleia não se comia, “*salvo quando se apanham alguns pequenos, cuja carne é mui delicada*”<sup>793</sup>. Esta carne era, na verdade, considerada “*comida ordinária*”<sup>794</sup>, que apenas servia à gente pobre, dentro e fora das armações. Os moradores que possuíam muitos escravos armazenavam a carne de baleia em pipas e barris para que lhes servisse de alimento<sup>795</sup>, como se verifica também nas várias entradas de “*balea p.<sup>a</sup> os negros*” no *Livro de Contas do Engenho de Sergipe*<sup>796</sup>. Ainda neste mesmo *Livro de Contas* encontramos a notória distinção da carne de baleia como um produto de valor baixo, discriminando-se entre “*peixe ~q se gastou en caza cõ os offissiais e p.<sup>a</sup> os negros Sard.<sup>as</sup> e balea*”<sup>797</sup>.

Carne de qualidade inferior era assim utilizada como recurso alimentar dos escravos africanos, à semelhança do que parece ter sucedido noutros locais, com base na utilização de outras espécies marinhas. Por exemplo, o bacalhau de pior qualidade, que resultava das grandes pescarias do Atlântico Norte, era enviado para as Caraíbas para consumo exclusivo de comunidades escravizadas<sup>798</sup>.

A carne não era apreciada para consumo da população endinheirada, pelo que o seu valor deveria ser muito baixo e era vendida “*às pretas, que ali se ajuntam a este negocio em grande numero e á outra gente pobre de toda a casta*”<sup>799</sup>. Tal como acontecia em regiões caribenhas, a carne de baleia era o único tipo de carne fresca disponível para escravos e pobres, que assistiam ao processamento dos animais na costa e aos quais era permitido levar consigo pedaços de carne do animal<sup>800</sup>. De facto, uma baleia morta a ser desmanchada representava um espetáculo e um manancial de recurso (em proteína e em

---

<sup>793</sup> PYRARD, *Op. cit.*, 1862 p. 277.

<sup>794</sup> FREYRE, *Op. cit.*, 1657, pp. 113-116.

<sup>795</sup> PITTA, *Op. cit.*, 1880, p. 23; ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 141.

<sup>796</sup> *Documentos para a História do Açúcar*, Vol. II, Engenho de Sergipe do Conde, Livro de Contas (1622-1653), Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1956, p. 106, 107, 110, 111, 112 (entre outras). Ver também “Baleia” no índice da mesma obra, p. 544.

<sup>797</sup> *Idem*, p. 145.

<sup>798</sup> Poul Holm, *Com. pess.*, 2019.

<sup>799</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida) (1771).

<sup>800</sup> Kevin DAWSON, *Undercurrents of Power: Aquatic Culture in the African Diaspora*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2018, p. 186.

moeda). Durante a sua estadia na Bahia, na década de 1840, o missionário norte-americano Daniel Kidder descreveria uma dessas cenas referindo-se, neste caso, a um animal arrojado ou transportado ainda vivo para costa:

*“Notwithstanding the severe trial to the olfactories of some thousands of people, which is sure to result from the capture of a whale, yet such an event is a general occasion of triumph at Bahia. Hundreds of people, the colored especially, throng around to witness the monster’s dying struggles, and to procure portions of his flesh, which they cook and eat. Vast quantities of his flesh are cooked in the streets, and sold by Quitandeiras. Numbers of swine also feast upon the carcass of the whale; and all who are not specially discriminating in their selection of pork in the market, during the season of these fisheries, are liable to get a taste of the whale; and all who are not specially discriminating in their selection of pork in the market, during the season of these fisheries, are liable to get a taste of the whale, nolens volens. This whale-fishery was once the greatest in the world”*<sup>801</sup>.

Eram assim as mulheres escravas, ‘quitandeiras’ ou ‘ganhadeiras’, que circulavam pelas praças dos principais centros urbanos (Figura IV.3.1.) vendendo carne de baleia ‘moqueada’<sup>802</sup>, ou seja, carne seca em grelha designada moquém. Neste contexto, estas mulheres tomavam, de certa forma, o controlo de um mercado paralelo de venda de produtos da baleia, através de redes informais de comércio, também comuns noutras esferas coloniais, como por exemplo na região caribenha, numa sobreposição entre sistemas mercantis organizados e mercados informais <sup>803</sup>.

Frei Vicente do Salvador afirmava sobre os negros, que à baleia *“lhe são mais afeiçoados que a nenhum outro peixe, e dizem que os purga, e faz sarar de boubas, e de outras enfermidades, e frialdades, e os senhores, quando elles vêm feridos das brigas, que fazem em suas bebedices, com este azeite quente os curão, e serão melhor que com balsamos”*<sup>804</sup>. Sebastião da Rocha Pitta contava também que a carne de baleia era ainda incluída na matalotagem das tripulações que embarcavam para a costa de África e outros portos<sup>805</sup>. A carne do animal parece ter sido um subproduto ou um resultado acessório da

---

<sup>801</sup> Daniel P. KIDDER, *Sketches of residence and travels in Brazil, embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces*, Vol. II, Philadelphia, Sorin & Ball, 1845, p. 25.

<sup>802</sup> CASTELLUCCI JUNIOR, *Op. cit.*, 2009, p. 134.

<sup>803</sup> DAWSON, *Op. cit.*, 2018, p. 186.

<sup>804</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 172.

<sup>805</sup> PITTA, *Op. cit.*, 1880, p. 23.

atividade baleeira, sendo o seu valor baixo e o seu consumo dirigido apenas para uma franja da população do Brasil colonial.



**Figura IV.3.1.** Litografia de quitandeira do Rio de Janeiro, pelo pintor brasileiro Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive. Aguarela e lápis de cor sobre papel, 1840. Disponível em <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19167/n-9-quitandeira> (acedido a 27.12.2019).

O viajante francês Louis-François Tollenare, que aqui bastante temos citado, deixou registadas impressões interessantes sobre a carne de baleia. Tendo observado uma cena de caça e conversado com o feitor de uma armação em Santa Catarina, contava que *“a musculosa ou a carne é a recompensa dos negros da chalupa, que acham logo compradores para ela, pois a gente pobre não desdenha como alimento. É pouco atraente”*. Se este foi um dos seus primeiros registos, pouco tempo depois escreveria: *“Desejei provar a carne de baleia; o meu negro recusou-se a prepará-la, receando me*

*desmoralizar; fê-la cozer fora da casa; é um prato muito tolerável e pouco inferior à péssima carne de vaca cozida da terra. O sabor oleoso é difícil de perceber*”<sup>806</sup>.

Tollenare observou também que os habitantes da Bahia faziam “*assentos das vértebras e cercas com as costelas*”<sup>807</sup>. Já nos séculos XIX e XX - épocas pelas quais se estendeu a baleação no Brasil - os ossos de baleia eram usados como ornamentação de habitações de veraneio e utilizados na construção de cercas, bancos, cadeiras e, muito provavelmente, como suporte para construções maiores, e ainda como objetos de uso diário com pentes, pequenas caixas ou botões<sup>808</sup>. Em Santa Catarina, no início do século XX, “*das antigas armações para a pesca da baleia, (...) aproveitavam a ossada para cerca, e esse fosfato de cal, atacado pelos diversos agentes destructivos, iam, levados pelo vento e pelas enxurradas, fertilizar os areais (...)*”<sup>809</sup>, à semelhança do que acontecia em diversas partes do Brasil e do mundo. Os ossos de baleia têm sido historicamente usados para inúmeras finalidades, mais práticas e prosaicas como o uso direto de porções inalteradas do esqueleto, até utilizações decorativas como a exposição de partes ou da totalidade do esqueleto em habitações ou para exibição pública<sup>810</sup>. Os seus usos são transversais ao tempo e à geografia, surgindo desde as Ilhas Britânicas e toda a Europa, ao Brasil e diversas regiões do continente africano<sup>811</sup>.

Sobre a utilização dos ossos das baleias enquanto fonte de nutrientes e compostos inorgânicos, o aproveitamento dos cadáveres em decomposição das baleias para a produção de salitre foi proposto pelo químico João Manso Pereira, em 1799:

*“(...) vamos a Burityoca sepultar a carne, intestinos, torresmos, e ossos das baleias. Hum edifício feito de taipa ao modo do paiz, que tenha no interior somente 8 palmos de largura, 16 de altura, 400 de comprimento, pôde servir de sepultura a estes monstros. As cinzas, que subministrão as fornalhas, e se deitão fóra por cousa inutil, misturadas com terra vegetal, devem alternadamente ir cobrindo as camadas de carne; e, por meio de sobrados de páos atravessados, se*

---

<sup>806</sup> Louis-François TOLLENARE, *Notas Dominicais*, Tradução de Alfredo Carvalho, Recife, Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 256.

<sup>807</sup> TOLLENARE, *Op. cit.*, 1956 (1817), p. 293.

<sup>808</sup> COMERLATO, *Op. cit.*, 2010, p. 1129.

<sup>809</sup> Capitão Vieira da Rosa, 1916, in COMERLATO, *Op. cit.*, 2010, p. 1129.

<sup>810</sup> Nick REDMAN, *Whales' Bones of the British Isles*, Teddington, Redman Publishing, 2004.

<sup>811</sup> Nick REDMAN, *Whales' bones of France, Southern Europe, the Middle East and North Africa*, Teddington, Redman Publishing, 2014; Nick REDMAN, *Whales' bones of Africa and Asia*, Teddington, Redman Publishing, 2019.

*embaraçará a compressão da terra, e se conservará sempre solta. Pelos mesmos buracos das taipas circulará o ar: e as mesmas fornalhas, e caldeiras, que cozem o azeite, podem evaporar a agua do Salitre. V.... já vio, que para se gerar o Salitre bastão duas substancias, huma que apodreça, e dê origem ao acido nítrico, e outra, que lhe subministre a potassa”<sup>812</sup>.*

Apesar disso, como notou o próprio autor, à data da sua proposta apresentada à Coroa, o monopólio baleeiro apresentava-se já em decadência, queixando-se inclusive de não se ter capturado ainda naquele ano, na Vila de Santos, nenhum animal que servisse ao seu experimento. Sobre este assunto não temos mais informação.

Os usos da carne e ossos das baleias deverão ter sido marcados por utilizações populares e sem interesse económico e, por isso, com pouco reflexo nas fontes que consultámos. A baleia era consumida quase na sua totalidade, de uma forma ou de outra. As suas várias partes utilizadas e transformadas para as mais variadas finalidades e o seu uso prolongado conduziu ao desgaste de instrumentos ou objetos. O animal, elemento central na construção desta história, torna-se assim aparentemente efémero, ausente nos registos materiais e arqueológicos, visuais ou documentais. Mas se lhe concedermos um novo olhar veremos como, afinal, é possível resgatar as suas inúmeras histórias.

---

<sup>812</sup> João Manso PEREIRA, *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, da capitania de S. Paulo*, Lisboa, Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800 (1799), p. 15.



#### IV. 4. A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DA BALEAÇÃO DO BRASIL

Verificámos até aqui como se caçava uma baleia, quais as técnicas e as pessoas, que produtos resultavam do animal, os seus usos, destinos e eventuais locais de consumo. Uma questão que nos tem acompanhado ao longo da nossa investigação sobre a caça de baleias no Brasil colonial, que aqui expomos sem garantia de que a consigamos esclarecer, é a motivação para desenvolver esta atividade. Porquê o investimento financeiro e o esforço físico em caçar estes animais? Verificámos que estabelecer a atividade impunha custos elevados, desde logo a renda a pagar pelo contrato, para além do investimento na armação, incluindo-se aqui utensílios, palamenta, pessoas, e demais despesas. Sendo a atividade sazonal e relativamente imprevisível, de custos elevados e sem garantia de retorno - considerando todas as questões já abordadas relativas à perda dos animais e do próprio produto - o que levou a tal investimento? O que justificou enfrentar o medo do mar e das baleias? O que motivou ensinar uns homens a arpoar baleias e outros homens a retalhá-las e reduzi-las a combustível e lubrificante?

No cenário expansionista e colonial do Brasil, o comércio dos produtos da baleia dependeu da Coroa e das autoridades governativas e administrativas do Império e estava assente num quadro legal que promovia a exploração e a mercantilização da natureza. Neste caso, a captura de baleias e a transformação de matéria primas, como o óleo e as barbas de baleia, em produtos com valor e lucro. Antes de mais, pela instituição do monopólio baleeiro por parte da Coroa - primeiramente ibérica e depois portuguesa - e pelos contratos da ‘pesca’ de baleia que se foram promovendo ao longo dos dois séculos de arrendamento da atividade no Brasil.

Logo em 1617, Felipe II recebia a seguinte missiva:

*“E posto que a prençipio possa parecer de pouco rendim.<sup>to</sup> toda via menos prometeo a armasaõ das Balleas que com não serem fructos da terra que tenhaõ tanta saía e vazaõ, em breve cresçeo de man.<sup>ra</sup>, que comecando no primeiro arrendam.<sup>to</sup> em sincoenta mil rs. a arrendamos este anno em quinhentos e corenta e dous mil rs. E quando isto não pareça a V. Mag.<sup>de</sup> fora de parecer se lhe*

*alevantafse a dita Proibição pera que antes o queiraõ despaçar que arriscar a perdelo pous com ella o furtaõ todo*”<sup>813</sup>.

As baleias não eram ‘frutos da terra’. Estas palavras citadas, que interpretamos como um apelo ao monarca para que não ignorasse o lucro que se poderia retirar das baleias, apesar da sua irregular e imprevisível captura, contribuem também para a nossa análise. Efetivamente, explorar recursos marinhos não é o mesmo que explorar recursos terrestres; da mesma forma que explorar e transformar recursos e produtos animais não é semelhante à plantação e cultivo de produtos agrícolas. Mais ainda quando aqueles recursos, como as baleias, se movem e ocorrem segundo padrões migratórios e de distribuição que ainda hoje não são totalmente compreendidos. A impossibilidade de controlar a presença e frequência de baleias na costa brasileira e a sua consequente captura terá contribuído, eventualmente, para uma instabilidade neste negócio. Para além do seu carácter sazonal, a caça de baleias implementada no Brasil de Seiscentos e Setecentos tinha também graves lacunas, nomeadamente nas técnicas empregues para o processamento dos animais e fabricação do óleo, como já verificámos.

Contudo, de nenhuma forma nos parece que esta tenha sido uma atividade fortuita. Pelo contrário, como temos vindo a consolidar, a atividade baleeira no Brasil colónia foi marcada pelas dinâmicas administrativas e comerciais de um monopólio real, que promoveu processos de exploração do território, de apropriação da terra e de transformação da paisagem, suportada pelo sistema de navegação e de circuitos comerciais do Atlântico que marcaram a expansão e o comércio português a partir do território brasileiro, e com uma força de trabalho igualmente típica à época. A caça de baleias era uma atividade organizada, regular e que contribuiu para o controlo do espaço, do ambiente e da natureza. A montante de tudo, estaria certamente a importância económica da baleação para a Coroa, considerando desde logo o valor a pagar pelo contrato.

Como escreveu o historiador britânico Robert Southey, na sua *História do Brasil*, publicada em 1862, sobre o início do monopólio da ‘pesca’ da baleia nos primeiros anos de Seiscentos, “*o principio do governo n’esta epocha parece ter sido que todos os*

---

<sup>813</sup> CARTA do procurador dos feitos da Fazenda e Coroa da Relação da Bahia, Antão Mesquita de Oliveira, ao rei [D. Filipe II], sobre o gengibre, a pesca das baleias, dos dízimos, das moendas de três paus e do engenho de açúcar da viúva do conde D. Fernando de Noronha, AHU\_CU\_005-02, Cx. 2, D. 158 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (20 de agosto de 1617).

*generos de grande valor commercial produzidos pela natureza, erão realengos, pertencendo tanto á coroa em virtude de tal maxima tudo o que d'estes productos se podia converter em thesouro, como d'ella seria esse mesmo thesouro, se fosse achado em especie*”<sup>814</sup>.

O estabelecimento de monopólios reais permitia à Coroa, de facto, um controlo exclusivo dos recursos naturais e do lucro produzido da sua exploração. Robert Southey afirmava ainda que a ampliação deste princípio de domínio monopolista sobre os recursos do mar do Brasil se teria limitado à pesca das pérolas, caso não tivesse sido concedido o “*privilegio exclusivo de matar baleias*”<sup>815</sup>, uma medida impopular segundo o historiador, impedindo o acesso dos habitantes da Bahia ao recurso. A diferença entre o preço do primeiro contrato, em 1614, no valor de 50 mil-réis por ano, e o de 1622, no valor de 600 mil-réis, representou um aumento de doze vezes o preço inicial em oito anos.

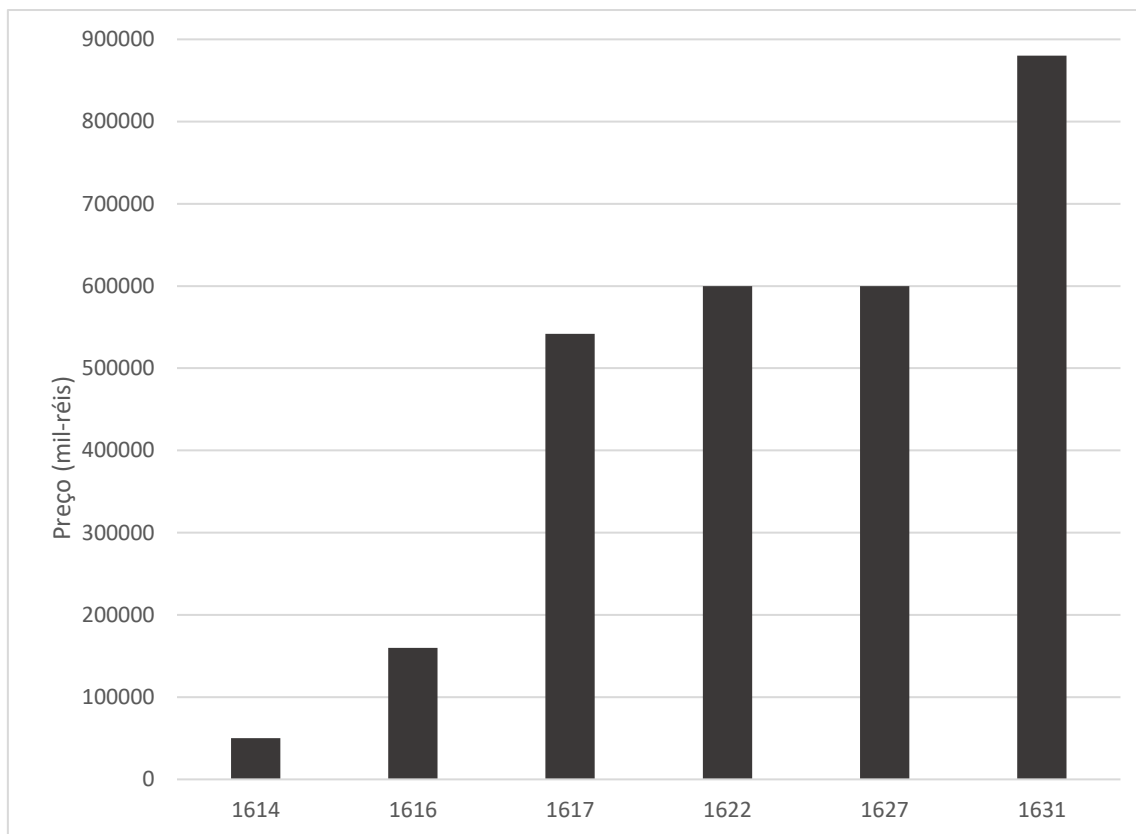
Para conseguirmos ter uma melhor ideia da evolução dos valores dos contratos da baleação no Brasil, compilámos o preço dos contratos estabelecidos na Bahia, com base nos dados fornecidos por Myriam Ellis, entre 1614 - data de início do monopólio - e 1631. Segundo a historiadora, durante este período foram celebrados seis contratos cujos preços foram marcadamente crescentes, sendo o primeiro no valor de 50\$000 (cinquenta mil-réis) e o último, volvidos dezassete anos, no valor de 880\$000 (oitocentos e oitenta mil-réis)<sup>816</sup> (Figura IV.4.1).

---

<sup>814</sup> Robert SOUTHEY, *Historia do Brazil*, Tomo Segundo. Traduzida do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1862, p. 131.

<sup>815</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>816</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 38.

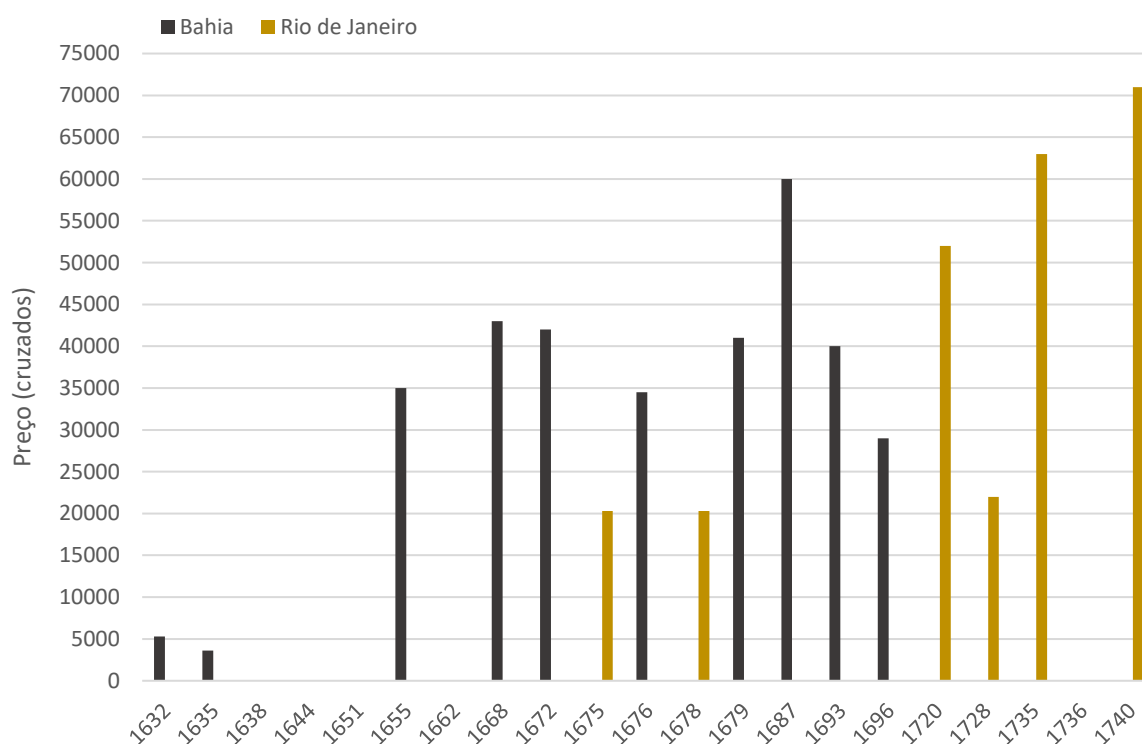


**Figura IV.4.1.** Preços (em mil-réis) correspondentes ao valor anual a pagar pelo contrato, num total de seis contratos da ‘pesca’ das baleias na Bahia, entre 1614 e 1631, com base em ELLIS, p. 38.

Com base na obra da mesma autora, compilámos também, em cruzados, os preços dos contratos celebrados para a caça de baleias na Bahia e no Rio de Janeiro, entre 1632 e 1740 (Figura IV.4.2.). Para este período de cerca de um século, estão contabilizados dezasseis contratos que terão tido duração variáveis, sendo que na sua maioria vigoravam por três anos, sendo o mais baixo de valor de 3.600 cruzados, em 1635, na Bahia, e o mais alto no valor de 71.000 cruzados para a contratação no Rio de Janeiro<sup>817</sup>. De notar que os números aqui apresentados devem ser observados como ilustrativos de um quadro geral, não sendo esta análise focada em história económica, referente ao valor atribuído à atividade baleeira. Neste gráfico, para os anos que surgem sem informação de valor, não pode ser assumido que não tivessem sido estabelecidos contratos da baleia sendo apenas casos para os quais não se conhecem os preços pelos quais foram arrematados. A

<sup>817</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, quadro anexo entre as pp. 136-157.

integração de diferentes tipologias de fontes - ainda que eventualmente dificultando uma comparação - poderá também aqui fornecer informação válida de futuro para que se possam ir completando estas lacunas de informação. Durante a nossa pesquisa verificámos pontualmente, com base nos documentos analisados do acervo do AHU, algumas informações diferentes daquelas fornecidas por Ellis, nomeadamente nomes de contratadores ou datas de início dos contratos. Aceitámos, todavia, trabalhar com os dados publicados pela autora por cobrirem uma época alargada e por crermos que a sua análise de cada um dos contratos e da transição entre contratadoras tenha sido exaustiva, algo que aqui não tivemos oportunidade de completar. Não deixa de ser importante ressaltar que uma revisão à sua obra, do ponto de vista da economia dos contratos, possa ser um passo importante para melhor compreender esta história complexa e ainda fragmentada.



**Figura IV.4.2.** Preços (em cruzados) correspondentes ao valor anual a pagar pelo contrato da ‘pesca’ das baleias na Bahia e no Rio de Janeiro, entre 1632 e 1740, com base em ELLIS, 1969 (quadro anexo entre as pp. 136-137).

Apesar da fragilidade dos dados, esta síntese dos valores dos contratos permite-nos identificar um investimento crescente por parte dos contratadores, ainda que bastante oscilante, bem como adivinhar o seu lucro para a Coroa que, através do pagamento anual dos contratos, assegurava um rendimento constante, mesmo que variável.

Em 1686, o contrato das baleias do Rio de Janeiro, no valor de 4.260\$000 réis, contribuía em cerca de 25% para o rendimento total da Fazenda Real naquela cidade (no valor total de 16.867\$000 réis), entre os inúmeros contratos que vigoravam à época, nomeadamente o dos dízimos (8.666\$666), o da aguardente da terra (430\$000) ou o do sal (500\$000)<sup>818</sup>.

Na sua tão bem conhecida obra *Cultura e Opulência do Brasil*, o padre André João Antonil não ignorou, entre as utilidades contínuas do Estado do Brasil à Fazenda Real, portos e reino de Portugal, “o que rende o Contrato das Baleas, que por seis annos se rematou ultimamente na Bahia por cento & dez mil cruzados: e no Rio de Janeiro por tres annos, por quarenta & cinco mil cruzados”<sup>819</sup>. Contas redondas, segundo Antonil, o contrato das baleias na primeira década de Setecentos rendia cerca de 37.000 cruzados por triénio ao reino.

Em 1756, o contrato das baleias na Bahia rendia, num triénio, 38:850000 cruzados ou mil-réis, o que resultava num rendimento anual de 12:950000 cruzados ou mil-réis<sup>820</sup>. Para além do valor dos próprios contratos, a baleação fornecia lucros à Coroa, através de propinas e direitos. Por exemplo, no triénio de 1753-1756, o contrato rendia de propina 400\$000, de onde resultavam 133\$333 em cada ano “do que tem mais S. Mag<sup>e</sup> alem do

---

<sup>818</sup> RELAÇÃO de todos os rendimentos da Fazenda Real na cidade do Rio de Janeiro, anexa à CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre a impossibilidade que tinha a Fazenda Real de ocorrer ás despesas dos dois novos patachos, destinados a guardar a costa da Capitania do Rio de Janeiro, AHU\_ACL\_CU\_017-1, Cx. 8, D. 1570 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida) (1686).

<sup>819</sup> André João ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas...*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana. 1711, p. 192.

<sup>820</sup> Mapa do Rendimento anual, co'q importaõ os Contratos da Fazenda Real desta Capitania da Bahia, e tambem o que rendem os ditos Contratos trienalmente, in CALDAS, *Op. cit.*, 1951. Por ausência de informação no documento consultado, não conseguimos identificar a moeda referida.

*preço Capital dos Contratos*”<sup>821</sup>. A ‘pescaria’ das baleias constava ainda do rol dos rendimentos incertos, pelos direitos que a Coroa auferia da atividade<sup>822</sup>.

Já em 1797, período para o qual se conhece pior a situação das armações da Bahia, quando quatro anos antecederiam ao fim do monopólio, o contrato das baleias era o terceiro item de rendimento daquela capitania, no valor de 12:800\$000. O valor deste contrato era somente ultrapassado pelo dos dízimos reais (80:000\$000) e do sal (16:000\$000), sendo os restantes contratos de valor inferior, tais como o da dízima do tabaco e mais géneros da terra, dos donativos das caixas e rolos de tabaco, das águas ardentes e vinhos de mel, da dízima da chancelaria, e das entradas da Jacobina e Rio das Contas<sup>823</sup>.

Estes vários rendimentos dos contratos das baleias tinham inúmeras aplicações. Administradores, oficiais dos Estados do Brasil e os vários monarcas governantes ao longo dos dois séculos de monopólio, deram inúmeros usos ao dinheiro resultante da atividade, que se revelava assim de significativa importância não só na manutenção das despesas do território como para benefício da metrópole.

Na colónia, os rendimentos da atividade eram utilizados como contribuição para as obras pias, logo a partir da década de 1630, senão antes. Encontramos essa informação, por exemplo, no registo de quitação do contratador Diogo Garcia, que havia operado entre 1631 e 1632<sup>824</sup>, ou dos herdeiros de Gonçalo de Morgado, também contratador, entre 1635 e 1638. O contracto estabelecido com este último, teria sido pago no valor de 3.600 cruzados, “*e assim mais ? hum por cento delles aplicado as Obras pias, e que se carregararaõ, na maneira seguinte, os primeiros mil, e duzentos cruzados do primeiro anno e quatro mil, e oito centos reis da Obra pia [sic] ao Thezoureiro Gerál (...), e outra tanta quantia do segundo anno (...), e outra tanta quantia do terceiro anno se vem*

---

<sup>821</sup> Mapa de todo o rendimento anual que tem S. Magestade de propinas... in CALDAS, *Op. cit.*, 1951. Mapa disponível na Figura 5 do Anexo D.

<sup>822</sup> Mapa de todo o rendimento incerto que mais tem S. Magestade dos Donativos dos Officios, Meias anatas, e novos direitos, e tersas partes deles, rendimentos de propriedades, e consinasaõ da tersa da Camara desta Capitania anualmente, in CALDAS, *Op. cit.*, 1951 (1759).

<sup>823</sup> OFFICIO do Provedor da Fazenda José Venancio de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as receitas da Capitania da Bahia e a representação da Junta da Real Fazenda em que propunha diversos alvitres para as augmentar, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 90, D. 17481 (Bahia Eduardo de Castro Almeida) (23 de outubro de 1797).

<sup>824</sup> APEB, Provisões Reais, nº 256, fl. 106. *Registo da quitação de Diogo Garcia do Contracto, que das Baleias do ano de 631, thé 632.*

*carregado (...)*”<sup>825</sup>. O pagamento de propinas para as obras pias, entre outras, estava refletido como condição do próprio contrato<sup>826</sup>.

O momento de restauração de independência de 1640 inaugurou uma nova dinastia, que teria ainda em braços um período de guerra e de invasão neerlandesa (desde 1624) no território brasileiro, mais especificamente em Pernambuco, até 1654. Numa conjuntura social e política frágil, interna e externa, a nova dinastia precisava de reforçar os laços com os seus vassallos e de atender aos pedidos de privilégios pelos homens que tinham servido e continuavam a servir Portugal e a América Portuguesa<sup>827</sup>. A principal benesse era o hábito de cavaleiro acompanhada pela tença, um rendimento monetário de valor variável. Também os dotes desempenharam um papel importante no Brasil colonial e entre os preferidos estavam, precisamente, os que incluíam hábitos das Ordens Militares, especialmente da Ordem de Cristo. Em muitos casos o hábito servia como dote, essencial para que as mulheres alcançassem um casamento considerado adequado<sup>828</sup>. Segundo Thiago Krause, na Bahia, o valor da tença era sempre detalhado nos pedidos e era normalmente muito elevado, revelando que esta ascensão social implicava também a aquisição de capital<sup>829</sup>. É aqui que entra a baleação, cujos rendimentos dos contratos vão ser aplicados neste processo de construção da sociedade e da elite brasileira. No decorrer deste trabalho encontrámos vários documentos com referência direta a este tema, sendo o primeiro datado de 1647, e que podem ser identificados no Inventário AHU\_Baleias\_Brasil.

Por exemplo, encontramos para a data de 1648, o requerimento de Manuel Martins Pinto, no qual solicita, em remuneração de seus serviços em Pernambuco, Tânger, na armada e na Bahia, a mercê do hábito de Cristo com tença efetiva na renda das baleias no

---

<sup>825</sup> APEB, Provisões Reais, nº 256, fl. 113. *Registo da Quitação dos herdeiros de Gonçalo de Morgado do Contracto da Pescaria das Baleias, que teve por três anos, e de seus Fiadores.*

<sup>826</sup> Ver por exemplo AHU\_CU\_005-02, Cx. 29, D. 3705-3706.

<sup>827</sup> Thiago KRAUSE, “Ordens Militares e Poder Local: elites coloniais, Câmaras municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista”, in João FRAGOSO & Antonio Carlos Jucá de SAMPAIO (orgs.), *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Mauad, 2012, p. 87.

<sup>828</sup> Thiago KRAUSE, “Em busca da honra: os pedidos de hábitos da Ordem de Cristo na Bahia e em Pernambuco, 1644-76”, XIII Encontro de História ANPUH-Rio, 2008, p. 5.

<sup>829</sup> Para além das obras já citadas do autor, ver também Thiago Nascimento KRAUSE, “Serviços e mercês: Os Braganças e seus vassallos ultramarinos (1641-1683)”, *Revista do IAHGP*, Recife, n. 68, 2016, pp.247-300.



valor de 50 mil reis<sup>830</sup>. São vários estes casos, dos quais destacamos apenas mais um, por curiosidade, relativo ao dote atribuído no casamento de D. Maria Azevedo, irmã do Padre António Vieira:

*“Faço saber aos que esta Minha Carta de Padraão virem que em concideração do cuidado, e zelo com que o Padre Antonio Vieira da Companhia de Jezus e Meu Pregador se empregou sempre nas couzas de meu ??? de que por varias vezes foi encarregado, e a satisfação com que em todas as ocasioens deu de que se encarregou, e afsim a vontade com que de prezente se dispos para melhor se ??? na jornada que hora he inviado Hei por bem, e me pras fazer mercê a sua Irmã Dona Maria de Azevedo de setenta mil Reynolds de renda com o habito de Cristo para quem com ela / cazar consignados no Contracto das Baleas da Bahia de todos os santos (...)”*<sup>831</sup>.

Assim, Jerónimo Sodré Pereira, comprovado cônjuge da irmã daquele célebre padre da Companhia de Jesus, recebeu 70\$000 (setenta mil reis) anuais dos efeitos dos contratos das baleias, se não antes pelo menos entre 1683 e 1711<sup>832</sup>.

Também outros pagamentos, como por exemplo despesas várias de edificação e manutenção do território brasileiro tinham suporte financeiro proveniente da baleação. Em 1664, Afonso VI ordena ao Provedor da Fazenda Real:

*“As neccefsidades destes Reinos, e o ser conviniête que nelle haja Armadas para segurança e cômércio das Conquistas, e que alguns Navios de Guerra vão a ellas comboiando os mercantes e os mais que for neccefsario, obrigada a procurar ~q os effeitos afsim deste Reino como das mesmas Conquistas se empreguem e dispendaõ no modo que for mais util ao bem commum. E porque o rendimento do Contrato das Baleas que estava aplicado a obra da Fortalesa do Surgidouro do Porto da Cidade da Bahia pelo estado em que hoje se acha a dicta Fortaleza se*

---

<sup>830</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre o requerimento de Manuel Martins Pinto em que solicita, em remuneração de seus serviços em Pernambuco, Tânger, na armada e na Bahia, a mercê do hábito de Cristo com tença efectiva na renda das baleias da Bahia, provisão para ter por libertas as casas que possui na cidade da Bahia, e o posto de tenente-general de Artilharia da mesma cidade, que vagou por morte de Paulo Barnola, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 1, D. 75.

<sup>831</sup> APEB, Provisões Reais, nº 260, 1650, fls. 504v-505. Registo de hum Padraão de Sua Alteza porque fas mercê a Jeronimo Sodre Pereira de setenta mil reis de renda com o Habito de Nofso Senhor Jezus Cristo confinados no Contrato das Baleas desta Cidade da Bahia.

<sup>832</sup> *Idem*, à margem entre os fólhos 504v e 507v.

*pode aplicar a outra despesa precisa: houve por bem resolver e afsim o ordeno que tudo o procedido do dito Contrato se separe logo e esteja reservado para se gastar e entregar por ordem minha especial no que eu for servido.*

*Tanto que recebendo ? esta carta o disporei ? afsim, fazendo-se conta do que se tem entregue e despendido, para que não haja confusão com o que para o diante se for entregando; e deste effeito não fareis pagamento, nem despesa alguma, sem a dicta especial ordem minha afsignada por mim ha mão; e se o fizerdes será preciso que o pagueis da vofsa fazenda, porque a ifso obrigaõ as rasoës que me moveraõ a tomar esta resolução, da qual para que melhor se execute, mando avifar ao Conde, Vice Rey desse Estado, e todavia a execuçaõ fica por vofsa conta como Ministro a que tocaõ as materias de minha Fazenda (...)”<sup>833</sup>.*

As despesas da Fortaleza do Surgidouro deviam ser agora cobertas pelo rendimento dos Dízimos “*em que se entende há sobejos bastantes*”<sup>834</sup>, e lucro da baleia devia assim ficar reservado e disponível para o que o monarca entendesse como despesa prioritária. Uma das suas demandas foi que “*deste dinheiro das Baleas se dispendão cada anno dous mil cruzados em madeiras*”<sup>835</sup>. Em 1665, o monarca viria a acusar a falta nos armazéns em Lisboa de vários materiais, nomeadamente “*???, calsezes, cabrestantes, e taboas para forrar*”<sup>836</sup> que mandava vir anualmente do Brasil e cuja despesa deveria ser paga pela “*renda das Baleas que tenho mandado separar*”<sup>837</sup>. Em 1668, o príncipe regente D. Pedro ordena que os serviços de administração da Fortaleza de Santo António da Barra, na Bahia, por Álvaro de Azevedo se façam “*pagar no rendimen.<sup>to</sup> das Balleas, ou no ~q se ficou devendo do dinheiro do cunho*”<sup>838</sup>. Também de 1668 é o parecer do Conselho Ultramarino de que “*a quantia do rendim.<sup>to</sup> do contrato das Baleas se deve aplicar as fortificações dos fortes da praça da B.<sup>a</sup>, reparos defsas foritificações, artilhar.<sup>a</sup>, e moniçoës, e juntamente a quantia que tambem deve vir empregada em cada frota*

---

<sup>833</sup> APEB, Provisões Reais, nº 258, 1664, fl. 30. Registo de huma Carta de S. M. escripta ao Prov.<sup>or</sup> mor, para que se não despenda de hoje em diante o rendimento do Contrato das Baleas, sem expreça ordem sua.

<sup>834</sup> *Idem*, fl. 30v.

<sup>835</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>836</sup> APEB, Provisões Reais, nº 258, 1665, fl. 115. Registo de huma Carta de S. Mag.<sup>e</sup> para que todos os annos se enviem desta Praça dous mil cruz.<sup>os</sup> de madeiras do dinheiro das Baleias.

<sup>837</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>838</sup> APEB, Provisões Reais, nº 258, fls. 281v-282, 1668, Reg.<sup>to</sup> de huma provisão p.<sup>r</sup> ~q. S. M. manda pagar ao M.<sup>e</sup> de Campo Alvaro de Asevedo no rendim.<sup>to</sup> das Balleas, ou no d.<sup>o</sup> do cunho, ou em q.<sup>l</sup> q.<sup>r</sup> outra consignaçon Real Rs. 207\$600.

*sincoenta da dita consignação do contrato das Baleas para se enviar feu procedido no que fe pedir do Brazil*”<sup>839</sup>.

Também do Rio de Janeiro chegavam pedidos para aplicar o rendimento do contracto das baleias. Exemplo disso foi o pedido do desembargador João de Goes, em 1668, para utilização daquele rendimento nas despesas da fábrica das fragatas e que foi recusado pela Coroa<sup>840</sup>.

Outros encargos locais eram igualmente suportados pela mesma atividade, como por exemplo o Hospício dos Capuchinhos franceses na Bahia, que por “*naõ terem esmola alguma para principiarem a obra (...) e pelo que obraõ na converção de todo o gentio do Estado do Brazil*”<sup>841</sup>, foi ordenada a “*mercê por esmola de cem mil Reis cada anno por tempo de dez annos pagos no rendimento das Baleas para poderem edificar o dito Ospicio*”<sup>842</sup>.

Outro exemplo de apoio e reforço das companhias religiosas foi a mercê concedida à missão dos Religiosos da Companhia no Estado do Maranhão para aumentar a sua força missionária. Em 1680, Afonso VI dita em alvará a contribuição de 250 mil-réis cada ano para as missões ao sertão, “*emquanto naquele Estado do Maranhão naõ tiverem outros bens suficientes para sua sustentação e gastos das Mifsoës*”<sup>843</sup>. O dinheiro para esta demanda deveria provir “*metade nas rendas das Baleas da Bahia e a outra metade nas mesmas rendas do Rio de Janeiro (...) tudo no Contracto das Baleas, com declaração que os começsaraõ a vencer do primeiro de Janeiro deste anno prezente de seis centos e oitenta*”<sup>844</sup>.

---

<sup>839</sup> PARECER do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a aplicação do rendimento das baleias no conserto dos fortes do Brasil, AHU\_CU\_005-02, Cx. 20, D. 2264 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700) (1 de junho de 1668).

<sup>840</sup> APEB, Provisões Reais, nº 258, 1668, Reg.<sup>to</sup> de outra carta escripta ao m.<sup>mo</sup> Dez.<sup>or</sup> sobre o ??? das Balleas. A Fábrica das Fragatas terá sido fundada em 1666 na Ponta do Galeão da Ilha do Governador, cf. João Lara MESQUITA, *Embarcações típicas da costa brasileira*, São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2009, p. 62.

<sup>841</sup> APEB, Provisões Reais, nº 260, fls. 557-557v., 1680, Registo da Provizaõ porque Sua Alteza fes mercê de cem mil Reis, por anno aos Religiozos Capuxinhos francezes pagos no rendimento das Baleas para poderem edificar o Ospicio nesta Cidade por tempo de dez annos.

<sup>842</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>843</sup> APEB, Provisões Reais, nº 260, fl. 566, 1680, Registo de hum Alvarâ de Sua Alteza por que fas mercê aos Religiozos da Companhia a quem tem encarregado pofsaõ hir somente ao Certaõ do Maranhão reduzir a fé aquele gentio de 250\$000 rs cada anno emquanto naõ tiverem naquele Estado bens suficientes para sua sustentação consignados a metade da renda das Baleas da Bahia, e a outra metade na mesma renda do Rio de Janeiro.

<sup>844</sup> *Idem, ibidem*.

O monarca exigia, no entanto, como contrapartida, a presença de “*de vinte sogeitos que sempre os Padres serãõ obrigados a ter no noviciado que tem no Maranhão*”<sup>845</sup>. A presença dos noviços deveria ser comprovada por certidão jurada pelo superior do dito noviciado, contra a qual se pagaria o correspondente ao número de missionários efetivamente em campo. As confirmações dos pagamentos efetuados encontram-se à margem dos fólhos, provando que este donativo foi efetivo, pelo menos, entre 1683 e 1695 e que se estenderia para o século seguinte. Desde os primeiros anos de Setecentos vamos encontrar também comprovativos de pagamentos à Companhia de Jesus, no valor de “*125\$<sup>r.</sup> da Congrua de hú anno dos dez Mifisionarios que os P.<sup>es</sup> saõ Obrigados a ter no Maranhão*”<sup>846</sup>. Registámos os anos entre 1721 e 1726, à exceção de 1724, e entre 1745 e 1751. A referência ao pagamento efetuado “*pella consignação do contrato das Baleas*”<sup>847</sup> diz respeito apenas aos anos de 1721 e 1747, acreditando-se, no entanto, que em vários anos essa possa ter sido a fonte da doação, como acontecera anteriormente. Verificamos ainda como também a missão de evangelização dos povos nativos do Brasil foi financiada pelas baleias, mesmo em locais do interior bem longe da costa onde os animais existiam e eram capturados. A caça das baleias contribuiu também para o pagamento de ordenados de bispos e padres, das propinas de ministros e oficiais do Conselho Ultramarino, a par com os rendimentos do tabaco, dízimos reais e direitos dos escravos<sup>848</sup>.

As taxas, rendas e outros rendimentos provenientes da atividade baleeira eram de significativa importância na gestão e desenvolvimento das capitanias, tanto para pagamento das propinas de cargos administrativos e oficiais, bem como enquanto contributos para os cofres locais e a sua falta era sentida. Por exemplo, a transição do pagamento de vários contratos de São Paulo serem pagos a outras capitanias suscitou queixas por parte do provedor da Fazenda Real de São Paulo e Santos, José Godoi Moreira. O provedor afirmava serem necessárias obras como a edificação da Sé da cidade de São Paulo e da Casa da Residência dos bispos diocesanas, bem como reparação da

---

<sup>845</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>846</sup> APEB, Provisões Reais, nº 260, 1720.

<sup>847</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>848</sup> Ver por exemplo a CARTA do [provedor interino da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Melo, ao rei [D. João V], remetendo a folha das propinas dos ministros e oficiais do Conselho Ultramarino provenientes dos contratos do tabaco, dízimos reais, pesca das baleias e direitos dos escravos do Rio de Janeiro, confirmando que os valores pagos estão corretos. Anexo: lista (cópia), AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 28, D. 3002 (20 de junho de 1736). Inúmeros documentos refletem este pagamento e podem ser encontrados no Inventário AHU\_Baleias\_Brasil.

capela-mor da matriz de São Vicente, entre outras, e que não podiam ser feitas sem o rendimento de contratos como o da baleação de São Sebastião, que em 1752 era pago no Rio de Janeiro e dez anos mais tarde ainda assim se mantinha<sup>849</sup>. Da mesma maneira, o atraso no pagamento devido pelos administradores dos contratos às provedorias das capitanias, provocava a falta de dinheiro para despesas locais, tais como obras necessárias, como acabámos de referir, ou o pagamento dos soldos às tropas<sup>850</sup>.

Um documento que bem apresenta as inúmeras aplicações do dinheiro das baleias, ainda no século XVII, é a “Relação do que tem rendido o contrato da Pescaria das Balleas desta Bahya desde Julho de 1671 ate Junho de 677 e de forma em q’ tem despendido”<sup>851</sup>. Aqui se encontram listados variados pagamentos, incluindo-se obras várias no forte de Santo António e forte de São Pedro, entre outros, peças e serviços de artilharia nomeadamente compra de pólvora ou o pagamento a um armeiro pelo “*conserto das Armas de fogo com que se armaraõ os soldados que desta praça foraõ de socorro p<sup>a</sup> o Reyno de Angolla, e outras dos deste prezidio*”<sup>852</sup>, compras diversas como tabuado, telhas ou cabos, serviços de frete e transporte de oficiais, ordenado de administradores e oficiais e tenças várias, totalizando vinte e dois contos setecentos e quarenta e seis mil oito centos e noventa e oito reis.

Outro resumo, já do século XVIII, das várias aplicações do “*Contrato das Baleas*” pode ser encontrado na listagem referente ao ano de 1756 (Figura IV.4.3.), em que o rendimento do contrato da Bahia foi utilizado nos reparos de artilharia, concertos dos fortes e, eventualmente, compra de pólvora, para os soldos da infantaria e para os missionários do Maranhão da Companhia de Jesus<sup>853</sup>.

---

<sup>849</sup> CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo e Santos, José de Godói Moreira a (D. José I) queixando-se da diminuição dos rendimentos da Provedoria daquela vila, AHU\_ACL\_CU\_023-01, Cx. 20, Doc. 1958 (Acervo São Paulo Alfredo Mendes Gouveia) (23 de agosto de 1752); CARTA do provedor da praça de Santos, José de Godoi Moreira, para o governador da mesma praça, Alexandre Luís de Sousa Meneses, expondo o estado de pobreza em que se encontrava a sua Provedoria, não só por não receber o que lhe competia do contrato da pesca das baleias e do contrato das entradas nas minas, mas ainda por não possuir rendimentos suficientes, para vencer as despesas normais (Acervo São Paulo Alfredo Mendes Gouveia) (26 de março de 1762).

<sup>850</sup> Ofício do Capitão General D. Luís António de Souza Botelho Mourão para o Vice-rei do Brasil, D. António Álvares da Cunha (28 de junho de 1766), in *Documentos Interessantes, Op. cit.*, 1952, p. 226.

<sup>851</sup> ANTT, “Relação do que tem rendido o contrato da pescaria das baleias desta Baía desde Julho de 1671 até Junho de 677 e de forma em que tem dispendido”, Manuscritos da Livraria, n.º 1122 (36), PT/TT/MSLIV/1122/00036, fls. 163-167.

<sup>852</sup> *Idem*, fl. 164.

<sup>853</sup> CALDAS, *Op. cit.*, 1951.

Para a despesa do reparo das Igrejas escur- za das novas . . . . .	0
Para o Viatico dos Penitenciadores 50000 a cada hum deles . . . . .	0
Para o Viatico dos Missionarios Capuxinhos a 20000 cada hum . . . . .	0
Para os do Agostinhos descalços a 20000 ca- da hum . . . . .	0
Para as ajudas de custo dos correios, e despesas mudas dos Subunias . . . . .	0
Para o ornate de peute dos lampiões de Palácio . . . . .	0
Para pagamento dos resaldos das contas dos Thezourarios Almozarifes, e Recebedores . . . . .	0
<b>Contrato das Baleas</b>	
Para os reparos de Artilharia, concertos dos Fortes, polveira, e munição . . . . .	1500000
Para as mesmas fortificações por ordem do Marques de Angeje . . . . .	3200000
Para os Soldos da Infantaria por de do mesmo . . . . .	2200000
Para os Missionarios do Maranhão da Comp. <sup>a</sup>	

de Jessos . . . . .	125000
<b>Chancelaria</b>	
Para pagamento do Portuário . . . . .	300000
Para as propinas do De <sup>o</sup> Chanceler, Escrivão e Portuário quando as vencem na Festividade . . . . .	0
<b>Dizima do tabaco asu- car, e mais gêneros que se embarcáo</b>	
Para pagamento dos soldos de Infantaria . . . . .	3000000
<b>Subsidio que pagaó as caixas de açúcar, e folhos de tabaco</b>	
Para o pagamento dos Soldos de Infantaria . . . . .	3400000
<b>Tres mil e quinhentos ce- is da entrada dos escravos na Alga</b>	
Para os Filhos da Folha de S <sup>o</sup> Home, e mais	

**Figura IV.4.3.** Lista das aplicações do rendimento do “Contrato das Baleas” na Bahia, em 1756, in José Antonio CALDAS, *Noticia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento ate o presente ano de 1759*, edição fac-similiar, Salvador, Typographia Beneditina, 1951 (1759).

Não só os rendimentos da atividade eram significativos para a gestão da economia local, como as pessoas envolvidas na armação podiam servir outros fins e desempenhar outras tarefas quando necessário, desde que não comprometessem a atividade baleeira. Com efeito, os escravos da armação, para além de desempenharem as tarefas diretamente relacionadas com o processamento dos animais, podiam ainda servir no corte da paliçada para defesa de fortalezas; e o capelão da armação dava missa todos os domingos e dias santos, não só à gente da armação como à guarnição da fortaleza adjacente<sup>854</sup>.

<sup>854</sup> Referimo-nos aqui ao caso concreto da armação e fortaleza da Barra da Bertioga, com base no Ofício do Capitão General D. Luís António de Souza Botelho Mourão para Francisco José da Fonseca, sócio do Contracto das Baleias (13 de abril de 1766), in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de*

Da mesma forma, também as embarcações do contrato podiam ser utilizadas para outros fins, nomeadamente para o transporte de militares. Quando necessário, as embarcações privadas dos contratadores das baleias eram postas a cargo do serviço público de *“facilitar os transportes de Mar desta Tropa”*<sup>855</sup>. Quando convocados, os administradores do contrato das baleias deviam tomar de imediato as *“medidas de sorte que as ditas embarcações se ponhão promptas logo que por Vossa Senhoria forem requeridas para o serviço de Sua Magestade, sem que sirva de embaraço o encommodo ou ainda algum prejuizo que o contracto possa ter, não só porque o mesmo contracto hé o que tem mayor intresse na prezervação e defença dos Dominios Meridionaes do Brazil, porque sem elles não pode a Pesca das Balêas subsistir de aguma sorte naquelles ferteis e abundantes sitios, mas porque o dito encommodo e prejuizo sendo de Particluares não devam ser attendidos quando se trata da cauza publica”*<sup>856</sup>.

A caça das baleias no Brasil ecoava também noutras regiões do Império.

Da Madeira chegou, pelo menos, um pedido para concessão da atividade baleeira na primeira metade do século XVII. Em 1741/1742, Nicolau Soares solicitou permissão para o estabelecimento de *“hûa fabrica de pescar Balêas na Ilha da Madeira”*<sup>857</sup>, por um período de vinte anos<sup>858</sup>. Depois de consultados os contratadores e procuradores da pesca das baleias de São Paulo, por parecer do próprio capitão-general D. Luiz Mascarenhas, e governadores da Bahia e o do Rio de Janeiro, num processo demorado até 1744, o pedido foi recusado pela corte em Lisboa. A principal justificação seria o desequilíbrio que se faria ao monopólio, com prejuízo dos contratos estabelecidos e da saída de óleo de baleia que se transportava para as ilhas anualmente<sup>859</sup>.

Nos Açores, em 1767, é estabelecido um contrato de exclusividade de importação de azeite de baleia do Brasil por Nicolau Maria Raposo de Amaral, assunto estudado a

---

São Paulo. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Matheus). 1765-1766. Vol. LXXIII, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1952, pp. 28-29.

<sup>855</sup> Instrucção Militar para Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania de S. Paulo, in *Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Volume XLIII. Correspondencia do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha. 1774- 1781, S. Paulo, Archivo do Estado de São Paulo, 1903, p. 48.

<sup>856</sup> *Idem*, pp. 48-49.

<sup>857</sup> Carta p.<sup>a</sup> o Gov. José Roiz de Oliveira, in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do Capitão-General D. Luiz Mascarenhas (Conde d’Alva), aos diversos funcionarios da Capitania. 1739-1748. Vol. LXVI, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1942, p. 62.

<sup>858</sup> João Adriano RIBEIRO, “A pesca da baleia na Madeira”, *Historia*, vol. 139, 1998b, p. 25.

<sup>859</sup> *Idem*, p. 26.

fundo pela historiadora Margarida do Rego Machado. Do contrato estabelecido entre aquele comerciante micaelense e o administrador geral do contrato da ‘pescaria’ das baleias à data, Inácio Pedro Quintela, ficou acordada a compra de “*Setecentas pipas de azeite de Baleya que ficão reguladas em cem mil medidas do Ryo de Janeyro cada hum anno pello presso de Noventa réis a medida à borda do Tanque*”<sup>860</sup>. Com a concretização deste negócio, Nicolau Maria Raposo garantiu a exclusividade da importação e comercialização de óleo de baleia do Brasil para os Açores por um período de nove anos, com início em 1768. Margarida Machado adivinha que a casa comercial de Nicolau Maria Raposo tenha tido como primeiro e principal pilar a dinâmica da importação daquele produto, que permitiu também o seu envolvimento noutros ramos de atividade como a exportação de panos de linho e de aguardente, bem como na decisão de se tornar armador<sup>861</sup>. Para o seu enriquecimento foi decisiva a sua passagem pelo Brasil, para que tomasse conhecimento da atividade baleeira e do negócio que poderia estabelecer em seu proveito<sup>862</sup>, e as baleias que lhe forneceram a matéria-prima da sua fortuna.

No contexto da expansão Portuguesa no Brasil, a mercantilização das baleias e dos seus produtos não só promoveu a produção de mercadorias úteis e valorizadas, como o seu rendimento e comércio permitiu a manutenção da colónia. Verificamos agora que este é um aspeto com grande significado e impacto no cenário expansionista e colonial do mundo ocidental. A baleação foi uma atividade comercial assente na transformação de um recurso do mar em matérias-primas lucrativas, que promoveu o enriquecimento das potências coloniais, das elites locais e centrais, e simultaneamente contribuiu para a subsistência dos territórios colonizados, num processo que ligava territórios e ambiente, ambiente e colonialismo através da mercantilização da natureza<sup>863</sup>.

Como aqui tentámos demonstrar, a exploração destes animais permitia a entrada de uma soma significativa nos cofres da Coroa portuguesa e deve, por isso, ser considerada quando se analisam as rendas que alicerçaram a economia do Império português. Em determinados momentos, como por exemplo em 1686, o valor a pagar pelo monopólio da baleação era superior ao do sal. A riqueza do reino parece ter sido, afinal

---

<sup>860</sup> Apêndice Nº 1 “Contrato de Baleyas”, in Margarida Vaz do Rego MACHADO, *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo de Amaral*, Cascais, Patrimonia Historica, 2005, p. 353.

<sup>861</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>862</sup> *Idem*, p. 43.

<sup>863</sup> Joseph MURPHY, *Environment and Imperialism: Why Colonialism Still Matters*, Leeds, SRI Papers, n. 20, 2009, pp. 8-9.



de contas, também erguida no dorso das baleias que suportavam um monopólio real. E nesta construção de novas narrativas históricas devemos finalmente incluir, entre os estancos mais importantes, como o sal, o tabaco, o ouro e pedrarias do Brasil<sup>864</sup>, o da baleia.

---

<sup>864</sup> Segundo o historiador António Manuel Hespanha, estes foram os monopólios mais relevantes nos meados do século XVII, conforme António Manuel HESPANHA, “As Finanças Portuguesas nos Séculos XVII e XVIII”, *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS*, vol. VIII, n. 2, 2013, p. 124.

#### IV. 5. DESPOJOS DE BALEIAS E OS ESPAÇOS LITORAIS

As baleias e as várias histórias da baleação encontram-se em fase de resgate, numa tentativa de as recuperar do esquecimento sistémico em que se encontravam, até agora, na história da expansão portuguesa e na história da construção de um espaço atlântico interligado e partilhado por pessoas e o mundo não-humano. Novas perspetivas historiográficas começam a criar espaço para estas novas narrativas<sup>865</sup>, confirmando o impacto sociocultural, económico e ecológico das práticas de exploração, uso e comércio destes grandes animais marinhos.

Neste contexto, as baleias e a baleação apresentam-se como um caso relevante para novas abordagens e construções historiográficas, permitindo trazer o mar e os seus animais para as temáticas de investigação das Ciências Sociais e Humanidades. De facto, durante os dois séculos de funcionamento do monopólio baleeiro, o impacto de toda a operação e as suas consequências, diretas e indiretas, foi, certamente, profundamente marcante para as pessoas que nela se envolviam. Eram várias as pessoas e diferentes as classes sociais envolvidas, como vimos, em todo o processo, desde a captura dos animais no mar, o ambiente de ocorrência da baleia, ao seu desmanche em terra na armação construída para esse fim, até à transformação das partes do animal em produtos e à transferência das mercadorias resultantes, à sua comercialização e suas aplicações em diferentes e distantes espaços. Este impacto da atividade nos diferentes grupos de pessoas, que compunham a população do Brasil nos séculos XVII e XVIII, e que viviam da produção das armações baleeiras ou nas áreas envolventes das mesmas armações, contribuiu para a formação e construção dos espaços costeiros e das suas múltiplas realidades sociais, culturais e ambientais. A ocupação da orla marítima, ao longo do tempo, resultou na transformação física do espaço geográfico, e também na transformação da composição social e da base económica das comunidades costeiras<sup>866</sup>.

---

<sup>865</sup> Ver por exemplo ANDERSON & PETERS, *Op. cit.*, 2014.

<sup>866</sup> RICHTER, *Op. cit.*, 2015, p. 156.

Em visita às ruínas da antiga armação de Porto Santo, na Ilha de Itaparica, em 2017<sup>867</sup>, deparamo-nos de imediato com ossos de baleias no areal, lembrando-nos que os últimos animais a serem caçados, legalmente, o foram há tão pouco tempo atrás como a década de 1980 (Figura IV.5.1.a) e Figura IV.5.1.b)). Aqui, as ruínas da armação de Porto de Santo e a Capela Nossa Senhora do Amparo compõem o cenário do núcleo baleeiro colonial, sendo possível o acesso à capela diretamente da praia através de uma rampa, reforçando a ligação entre as práticas religiosas e a atividade baleeira<sup>868</sup>.



**Figura IV.5.1.** Ossos de baleias encontrados na praia da armação de Porto Santo, Ilha de Itaparica, **a)** à esquerda, parte de vértebra de baleia, e **b)** à direita, disco intervertebral de baleia.

<sup>867</sup> A visita às ruínas da armação foi organizada no âmbito do II Simpósio de Antropologia e História da Indústria Baleeira nos Mares da América do Sul, coordenado por Fabiana Comerlato e Wellington Castellucci Junior e organizado pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Este encontro juntou investigadores do Brasil e do Chile, que colaboram na Rede Cultura Baleeira, aos quais me juntei, viajando de Portugal. No dia 25 de junho de 2017, estávamos reunidos em Cachoeira, Bahia, quando soubemos da notícia da morte de Myriam Ellis nesse mesmo dia. Pela obra de referência e pela sensibilidade na sua escrita sobre a 'pesca' de baleias, escrevemos em conjunto a nossa nota de pesar que pode ser consultada em <https://culturaballenera.wixsite.com/redinvestigadores/single-post/2017/05/25/Nota-de-Pesar-1>.

<sup>868</sup> Várias imagens de ruínas de armações baleeiras da Ilha de Itaparica, bem como entrevistas a baleeiros da região que operaram no século XX, podem ser consultadas em Fabiana COMERLATO, *As Armações da Pesca da Baleia em Itaparica - Bahia*, relatório final do "Projeto Armações Itaparica - Bahia", Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011, 35 p.

Autoria: Nina Vieira (fotografia da vértebra) e William Edmundson (fotografia do disco intervertebral), maio de 2017.

A baleação impôs, de facto, uma transformação na paisagem deixando a sua marca simultaneamente no tempo e nos espaços, nas pessoas e nas baleias, marcas da realidade brasileira dos dias de hoje, assim como o foi na construção histórica do espaço colónia e da nação.

As armações erguiam-se em terra, mas estavam viradas para o mar, dependendo o seu funcionamento da dinâmica do oceano e das baleias, numa atividade transformativa do espaço onde decorria. Em diferentes documentos que foram sendo analisados no decorrer deste estudo, quer administrativos quer em relatos de viajantes, evidenciaram-se questões relacionadas com uma envolvimento pesada, suja e de descaminho promovida pelo funcionamento das armações baleeiras, contruindo imagens e sensações que afetariam todos os sentidos, assim como as memórias das pessoas.

A morte demorada e agonizante do animal; a redução das suas 30 a 90 toneladas a dezenas de pipas de óleo; os processos de corte; desmembramento; remoção de vísceras; retalhe e separação da pele, da gordura, do músculo; derretimento da gordura e produção de óleo. Tudo isto originava um cheiro insuportável, um fumo espesso e uma acumulação de despojos<sup>869</sup>. Ao fumo, ao fogo e ao cheiro, referidos por Britto Freyre<sup>870</sup>, acrescentar-se-iam os restos em putrefação dos animais deixados nas praias. Esta situação causava à época grande desconforto às populações e levou, inclusivamente, à proposta de aplicação de uma coima para os contratadores que deixassem os animais a apodrecer na praia. Em 1750, o contratador Tomé Gomes Moreira era acusado de, em anos anteriores e nas barras da Bertioga e Santo Amaro em São Paulo, ter retirado apenas as barbas das baleias deixando “*os seus cadaveres encostados a praya em q’ faziam huã extraordinaria*

---

<sup>869</sup> Ana Catarina A. GARCIA, “Pollution And Marine Debris In Portuguese Atlantic Harbours During The Early Modern Age: Ad-Ministration and Functionality Problems”, in Ana Cristina ROQUE, Cristina BRITO & Cecilia VERACINI (eds.). *Peoples, Nature and Environments: Learning To Live Together*, Cambridge Scholars Publishing, Chapter eight, 2020.

<sup>870</sup> FREYRE, *Op. cit.*, 1657, p. 177.

*fedentina*”<sup>871</sup>. Para além do desaproveitamento da baleia, este caso veio a resultar numa sentença de prisão ao contratador que, aparentemente, não se viria a concretizar.

Mas os despojos resultantes do desmanche e processamento dos animais viriam a ser comentados principalmente por naturalistas e viajantes. Por exemplo, Manoel Ferreira da Camara escreveria, em 1789, numa publicação da Academia das Ciências, que os cadáveres dos animais eram deixados nas praias e formavam poças de azeite, prática que acontecia tanto em Santa Catarina como na Ilha de Itaparica, na Bahia<sup>872</sup>. Também Tollenare, já aqui sobejamente referido, deixaria no seu diário a nota de que “*a minha formosa baíasinha da Vitória vai cessar por algum tempo de me oferecer os seus banhos deliciosos. Os pescadores trouxeram para lá uma soberba baleia de 70 a 80 pés de comprimento. A água está emporcalhada com o seu sangue e o ar empestado com as exalações do seu cadáver*”<sup>873</sup>.

Na *História do Brasil*, escrita por Robert Southey, entre 1810 e 1819 o autor contava que “*da baleia fazia-se tão imperfeitamente a extracção, que onde se deixavão ficar os cadaveres formavão-se poças de azeite que d’elles escorria*”<sup>874</sup>.

Aos naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius não passou, igualmente, despercebida a atividade baleeira no Brasil de Oitocentos, notando que “*no porto, existem diversas fábricas de óleo de baleia e grande número de crânios e costelas, que empestam o ar com insuportável fedor, provam que ainda hoje os esforços dos baleeiros brasileiros dão bons resultados nestas costas*”<sup>875</sup>. O mesmo seria notado décadas mais tarde, já no final do século XIX pelo príncipe Maximiliano de Habsburgo em visita ao Brasil, quando observou que “*os monstros pescados são puxados imediatamente para a praia e utilizados para diversos fins.*

---

<sup>871</sup> REPRESENTAÇÃO dos vereadores da Câmara da vila de Santos, a (D. João V) dizendo que, como o contratador do real contrato das pescas Tomé Gomes Moreira, fazia a sua pesca à baleia nas barras da Bertioiga e Santo Amaro..., AHU\_ACL\_CU\_023-01, Cx. 19, D. 1894 (13 de março de 1750).

<sup>872</sup> Manoel Ferreira da CAMARA, “Ensaio de Descrição Física, e Economica da Comarca dos Ilheos na America”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...*, Tomo I, Na Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, p. 334.

<sup>873</sup> TOLLENARE, *Op. cit.*, 1956, pp. 339-341.

<sup>874</sup> Robert SOUTHEY, *Historia do Brazil*, Tomo Quinto, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1862, p. 444.

<sup>875</sup> Spix & Martius, *Viagem pelo Brasil*, 1818-1820, Vol. 2, in CASTELLUCCI JUNIOR, *Op. cit.*, 2008, p. 125.

*Encontramos, ainda, na cidadezinha de Itaparica e em volta dela, poderosos restos de ossada desses leviatãs tão úteis*”<sup>876</sup>.

Na sua obra, o pintor Jean Baptiste Debret, para além da cena ilustrativa do reboque das baleias em Santa Catarina, representou ainda a paisagem catarinense marcada pela atividade baleeira, incluindo um amontoado de ossos de baleias junto ao mar (Figura IV.5.2.). Estas questões da transformação da paisagem e dos despojos e resíduos das atividades humanas na paisagem marítima, começam agora a ser trabalhadas e requerem um aprofundamento no futuro<sup>877</sup>.



**Figuras IV.5.2.** Paisagem de Santa Catarina em obra intitulada “Vila-Nova” por Jean Baptiste Debret, aquarela, 8,2 x 23,2 cm, 1827/1828. Fotografado por Horst Merkel, Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya.

Para a cronologia em que nos focamos, o fim das carcaças e ossadas dos animais despojadas de gordura, assim como das barbas não utilizadas, seria amontoarem-se nas praias e zona intertidal das armações, compondo e marcando assim a paisagem costeira. No Brasil, desde o seu início e até aos dias de hoje, a caça de baleias contribuiu para a construção de uma paisagem cultural costeira, conservando-se ainda hoje as ruínas das armações baleeiras enquanto importantes elementos do património baleeiro edificado, algumas delas sob a tutela de órgãos do governo brasileiro<sup>878</sup>.

<sup>876</sup> Maximilano de Habsburgo, *Bahia 1860. Esboços de viagem*, in CASTELLUCCI JUNIOR, *Op. cit.*, 2009, p. 73.

<sup>877</sup> No decorrer deste estudo foi apresentada uma abordagem preliminar ao tema Catarina GARCIA & Nina VIEIRA, “The blood of the whale. Early modern age pollution related with waling activity”, Comunicação na *Oceans Past Conference VI*, October 2018, Bremerhaven; GARCIA, *Op. cit.*, 2020.

<sup>878</sup> COMERLATO, *Op. cit.*, 2012, p. 110.

Para além de serem locais sujos, as armações e zonas limítrofes eram também locais de distúrbio e descaminho dos baleeiros. Nas armações da Bahia, pelo menos, *“sempre fora estillo amigo, e inveterado o costume de terem os Sinhores da terra no simo da Ponta das Baleyas huma taverna, chamada venda, a q.<sup>l</sup> sempre esteve aberta, ainda durante o tempo da armasão das Baleias”*, podendo também os próprios administradores abrir os seus estabelecimentos - designados vendas, dispensas ou tavernas - decorrentes do contrato da baleação e frequentados pelo pessoal da armação<sup>879</sup>. Mas, noutros casos, os administradores das armações queixavam-se de *“que nas vizinhanças daquela fabrica havia Tavernas prejudiciais ao socego dos escravos e que alguns lhe sahião de noite fora de horas em Canoas que o transportavam para máos fins”*.

Por este motivo, não tardou que fosse decretada a proibição de *“ter Tavernas nas Vezinhanças das Armações com o mais que nelle se declara desde o principio da pesca the o fim della para ivitar que do preniciozo fomento dos vicios das pessoas que servem nas armaçoens poSsão rezultar as terríveis consequencias que de ordinario costumão produzir-se: Ordeno a Vm.<sup>ce</sup> que logo que receber esta faça notificar a todos os que tiverem Tavernas naquellas vizinhanças para que dentro no termo de 24 horas as mudem e transportem para outros Citios que não seja na vizinhança das sobre ditas Armaçoens com pena de prizião aos transgressores. E outro sim Vm.<sup>ce</sup> de noite fará algumas vezes ronda nos portos onde costumão vir canoas e achando-as fora de horas a transportar escravos ou a vender-lhes Agoas-ardentes ou outros generos prohibidos, prenda logo aos que estiverem nas ditas Canoas a minha ordem e me dará parte”*<sup>880</sup>.

Estes espaços de vivência que eram as armações, compõem o quadro de um espaço litoral fortemente marcado pela baleação, com características singulares e únicas, relacionadas com a atividade baleeira e os hábitos das pessoas envolvidas. que viriam a compor o significado cultural das regiões litorais. As zonas costeiras, enquanto produtos da construção e iniciativa humanas, segundo o historiador John R. Gillis, são zonas fractais e fragmentadas, dificilmente definidas, também pelas suas características

---

<sup>879</sup> REQUERIMENTO de Luíza de Queirós e Araújo ... solicitando ordens para que os contratadores da pesca das baleias na ilha de Itaparica não a obriguem a fechar a sua casa de venda de comestíveis e bebidas em alguma época do ano, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 73, D. 6088 (Bahia Avulsos) (17 de julho, 1741).

<sup>880</sup> Ofício do Capitão-general D. Luís António de Souza Botelho Mourão para o Alferes da Fortaleza de Bertioga (16 de agosto de 1765), in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Matheus): 1765-1766. Vol. LXXII, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1952, p. 33.

ecológicas, nomeadamente a dinâmica das marés<sup>881</sup>. Foram, no entanto, os primeiros espaços a ser ocupados pelos europeus no Novo Mundo, primeiramente para ancoragem e posteriormente para assentamento dos primeiros habitantes vindos do outro lado do Atlântico. Começaram por ser pontos dispersos de ocupação, que apenas mais tarde formariam verdadeiras linhas de costa, onde as pessoas se estabeleceram, em muitos casos, de costas voltadas para o continente e de frente para o mar permanecendo, de certa forma, mais ligadas à Europa do que à América<sup>882</sup>. É neste espaço litoral, definido por Virginia Richter como um espaço interconectado terrestre e marítimo, que se estabeleceram e estabelecem as complexas relações materiais e simbólicas entre humanos e cetáceos<sup>883</sup>.

No caso do Brasil e da baleação, estes espaços costeiros, que incluíam a praia, a zona intertidal, as tavernas e as habitações em terra, a zona interior adjacente e as águas costeiras onde habitavam os animais, foram construídos material e simbolicamente pelas interações entre as pessoas e as baleias. Apesar da operação baleeira no Brasil colonial ser uma atividade fortemente ligada a terra, pela sua dependência às estruturas fixadas de forma permanente, e pelos modos de trabalho que a caracterizaram, o recurso estava no mar. E esta relação entre pessoas e baleias ao longo da costa promoveu a criação de uma zona porosa, de fronteira entre a terra e o mar, e que faz do litoral um verdadeiro ecótono - zona de transição onde duas comunidades se encontram -, díspar das zonas interiores<sup>884</sup>. Aqui, de forma direta e ativa, os encontros com os animais tiveram um papel preponderante nas práticas humanas daqueles que ocupavam as zonas litorais baleeiras da colónia, cujos efeitos se estenderam no tempo e que permanecem na cultura material das populações que hoje ocupam os mesmos espaços, ainda que a relação com os animais seja agora diferente. O legado da baleação do Brasil encontra-se, por exemplo, na toponímia que se manteve em inúmeros locais na costa brasileira e que corresponde às zonas das antigas armações e praias de desmanche dos animais de outrora, como a Praia da Armação ou a Praia do Matadeiro, em Santa Catarina. Aqui, ossos de baleias continuam a fazer parte do quotidiano da população (Figura IV.5.3.).

---

<sup>881</sup> GILLIS, *Op. cit.*, 2012, pp. 99-101.

<sup>882</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>883</sup> RICHTER, *Op. cit.*, 2015, p. 155.

<sup>884</sup> John R. GILLIS & Franziska TORMA, "Introduction", in *Fluid Frontiers: New Currents in Marine Environmental History*, Cambridge, The White Horse Press, 2015, p. 6,





**Figura IV.5.3.** Ossos de baleia expostos em restaurante na Praia do Matadeiro em Florianópolis, Ilha de Santa Catarina. Autoria: Joana Gaspar de Freitas, julho de 2019.

Numa relação construída no tempo, para além das marcas físicas e materiais que a baleação deixou, esta atividade esteve na base da construção das percepções, valores e elementos da cultura imaterial brasileira e portuguesa. A época da caça da baleia do contrato era o tempo de “*muita fartura*”<sup>885</sup> e do grande espetáculo entre os homens<sup>886</sup> e as baleias, uma imagem que impactou os viajantes que nos deixaram os seus relatos e que impactava, certamente, qualquer erudito à época. A observação de diferentes fases deste encontro abrupto, entre pessoas e baleias, contribuiu para a construção de narrativas sobre o litoral, sobre os heróis arpoadores e os monstruosos animais. Aqui aproveitamos para apresentar dois poemas, a título ilustrativo e não com o objetivo de esmiuçar o seu contexto ou estética literária, que nos ajudam a compreender as múltiplas dimensões e construções em torno da baleia caçada no Brasil colonial.

A *Descrição da Ilha de Itaparica*, da autoria de frei Manuel de Santa Maria Itaparica<sup>887</sup>, é considerado um elogio da paisagem brasileira, mais concretamente daquela ilha do recôncavo da Bahia. Publicado em data incerta, não anterior a 1769, este poema descreve a Ilha de Itaparica contando sobre a arquitetura e os engenhos de açúcar, animais, flores e frutos que se criam, geografia da ilhas e praias, sempre com forte tónica

<sup>885</sup> AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440.

<sup>886</sup> Estamos aqui a considerar homens e não pessoas por assumirmos que, com base no que foi discutido no capítulo anterior, muito dificilmente tenham estado mulheres envolvidas nas práticas baleeiras propriamente ditas.

<sup>887</sup> Manuel de Santa Maria ITAPARICA, “Descrição da Ilha de Itaparica”, in BRAYNER, Sônia (org.), *A Poesia no Brasil 1*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

mitológica. No que à caça de baleias diz respeito, o autor dedicou 25 estrofes (XVI-XLI) de um total de 65, sendo esta uma parte importante e nuclear do poema<sup>888</sup>. Pela importância que lhe conferimos, aqui apresentamos esse trecho dedicado ao nosso objeto de estudo:

**XVI**

*Também pertence aqui dizer ousado  
Daquele peixe, que entre a fauce escura  
O Profeta tragou Jonas sagrado,  
Fazendo-lhe no ventre a sepultura;  
Porém sendo do Altíssimo mandado,  
O tornou a lançar são sem lesura  
(Conforme nos afirma a Antigüidade)  
Em as praias de Nínive Cidade.*

**XVII**

*Monstro do mar, Gigante do profundo,  
Uma torre nas ondas soçobrada,  
Que parece em todo o âmbito rotundo  
Jamais besta tão grande foi criada:  
Os mares despedaça furibundo  
Co'a barbatana às vezes levantada,  
Cujos membros tetérrimos e brancos  
Fazem a Tétis dar gemidos rancos.*

**XVIII**

*Baleia vulgarmente lhe chamamos,  
Que como só a esta Ilha se Sujeita,  
Por isso de direito a não deixamos,  
Por ser em tudo a descrição perfeita;  
E que para bem claro percebamos  
O como a pescaria dela é feita,  
Quero dar com estudo não ocioso  
Esta breve notícia ao curioso.*

**XIX**

*Tanto que chega o tempo decretado,  
Que este peixe do vento Austro é movido,  
Estando à vista de Terra já chegado,  
Cujos sinais Netuno dá ferido,  
Em um porto desta Ilha assinalado,  
E de todo o preciso prevenido,  
Estão umas lanchas leves e veleiras,  
Que fazem c'os remos mais ligeiras.*

**XX**

*Os Nautas são Etíopes robustos,  
E outros mais do sangue misturado,  
Alguns Mestiços em a cor adustos,  
Cada qual pelo esforço assinalado:  
Outro ali vai também, que sem ter sustos  
Leva o arpão da corda pendurado,*

*Também um, que no ofício a Glauco ofusca,  
E para isto Brásilo se busca.*

**XXI**

*Assim partem intrépidos sulcando  
Os palácios da linda Panopéia,  
Com cuidado solícito vigiando  
Onde ressurge a sólida Baleia.  
Ó gente, que furor tão execrando  
A um perigo tal se sentençaia?  
Como, pequeno bicho, és atrevido  
Contra o monstro do mar mais destemido?*

**XXII**

*Como não temes ser despedaçado  
De um animal tão feio e tão imundo?  
Por que queres ir ser precipitado  
Nas íntimas entranhas do profundo?  
Não temes, se é que vives em pecado,  
Que o Criador do Céu e deste Mundo,  
Que tem dos mares todos o governo,  
Desse lago te mande ao lago Averno?*

**XXIII**

*Lá intentaram fortes os Gigantes  
Subir soberbos ao Olimpo puro,  
Acometeram outros de ignorantes  
O Reino de Plutão horrendo e escuro;  
E se estes atrevidos e arrogantes  
O castigo tiveram grave e duro,  
Como não temes tu ser castigado  
Pelos monstros também do mar salgado?*

**XXIV**

*Mas enquanto com isto me detenho,  
O temerário risco admoestando,  
Eles de cima do ligeiro lenho  
Vão a Baleia horrível avistando:  
Pegam nos remos com forçoso empenho,  
E todos juntos com furor remando  
A seguem por detrás com tal cautela,  
Que imperceptíveis chegam junto dela.*

**XXV**

*O arpão farpado tem nas mãos suspenso  
Um, que da proa o vai arremessando,  
Todos os mais deixando o remo extenso*

---

<sup>888</sup> José Américo de Miranda BARROS & Grancinéa de OLIVEIRA, "A "Descrição da Ilha de Itaparica" da literatura brasileira", *Revista do CESP*, vol. 28, n. 40, 2008, p. 152.

*Se vão na lancha súbito deitando;  
E depois que ferido o peixe imenso  
O veloz curso vai continuando,  
Surge cad'um com fúria e força tanta,  
Que como um Anteu forte se levanta.*

**XXVI**

*Corre o monstro com tal ferocidade,  
Que vai partindo o úmido Elemento,  
E lá do pego na concavidade  
Parece mostrar Tétis sentimento:  
Leva a lancha com tal velocidade,  
E com tão apressado movimento,  
Que cá de longe apenas aparece,  
Sem que em alguma parte se escondesse.*

**XXVII**

*Qual o ligeiro pássaro amarrado  
Com um fio sutil, em cuja ponta  
Vai um papel pequeno pendurado,  
Voa veloz sentindo aquela afronta,  
E apenas o papel, que vai atado,  
Se vê pela presteza, com que monta,  
Tal o peixe afrentado vai correndo  
Em seus membros atada a lancha tendo.*

**XXVIII**

*Depois que com o curso dilatado  
Algum tanto já vai desfalecendo,  
Eles então com força e com cuidado  
A corda pouco a pouco vão colhendo;  
E tanto que se sente mais chegado,  
Ainda com fúria os mares combatendo,  
Nos membros moles lhe abre uma rotura  
Um novo Aquiles c'uma lança dura.*

**XXIX**

*De golpe sai de sangue uma espadana,  
Que vai tingindo o Oceano ambiente,  
Com o qual se quebranta a fúria insana  
Daquele horrível peixe, ou besta ingente;  
E sem que pela plaga Americana  
Passado tenha de Israel a gente,  
A experiência e vista certifica  
Que é o mar vermelho o mar de Itaparica.*

**XXX**

*Aos repetidos rasgos desta lança  
A vital aura vai desamparando,  
Té que fenece o monstro sem tardança,  
Que antes andava os mares açoitando:  
Eles puxando a corda com pujança  
O vão da lancha mais perto arrastando,  
Que se lhe fiou Cloto o longo fio,  
Agora o colhe Láquesis com brio.*

**XXXI**

*Eis agora também no mar saltando  
O que de Glauco tem a habilidade,  
Com um agudo ferro vai furando*

*Dos queixos a voraz monstruosidade:  
Com um cordel depois, grosso e não brando,  
Da boca cerra-lhe a concavidade,  
Que se o mar sorve no gasnate fundo  
Busca logo as entranhas do profundo.*

**XXXII**

*Tanto que a presa tem bem subjugada  
Um sinal branco lançam vitoriosos,  
E outra lancha para isto decretada  
Vem socorrer com cabos mais forçosos:  
Uma e outra se parte emparelhada,  
Indo à vela, ou c'os remos furiosos,  
E pelo mar serenas navegando  
Para terra se vão endireitando.*

**XXXIII**

*Cada um se mostra no remar constante,  
Se lhe não tem o Zéfiro assoprado,  
E com fadigas e suor bastante  
Vem a tomar o porto desjado.  
Deste em espaço não muito distante,  
Em o terreno mais acomodado  
Uma Trusátil máquina esta posta  
Só para esta função aqui deposta.*

**XXXIV**

*O pé surge da terra para fora  
Uma versátil roda sustentando,  
Em cujo âmbito longo se encoscara  
Uma amarra, que a vai arroteando:  
A esta mesma roda cá de fora  
Homens dez vezes cinco estão virando,  
E quanto mais a corda se repuxa,  
Tanto mais para a terra o peixe puxa.*

**XXXV**

*Assim com esta indústria vão fazendo  
Que se chegue ao lugar determinado,  
E as enchentes Netuno recolhendo,  
Vão subindo por um e outro lado:  
Outros em borbotão já vêm trazendo  
Facas luzidas e o braçal machado,  
E cada qual ligeiro se aparelha  
Para o que seu ofício lhe aconselha.*

**XXXVI**

*Assim dispostos uns, que África cria,  
Dos membros nus, o couro denegrado,  
Os quais queimou Faeton, quando descia  
Do terrífico raio submergido,  
Com algazarra muita e gritaria,  
Fazendo os instrumentos grão ruído,  
Uns aos outros em ordem vão seguindo,  
E os adiposos lombos dividindo.*

**XXXVII**

*O povo que se ajunta é infinito,  
E ali têm muitos sua dignidade,  
Os outros vêm do Comarcão distrito,*

*E despovoam parte da Cidade:  
Retumba o ar com o contínuo grito,  
Soa das penhas a concavidade,  
E entre eles todos tal furor se acende,  
Que às vezes um ao outro não se entende.*

**XXXVIII**

*Qual em Babel o povo, que atrevido  
Tentou subir ao Olimpo transparente,  
Cujo idioma próprio pervertido  
Foi uma confusão balbuciante,  
Tal nesta torre, ou monstro desmedido,  
Levanta as vozes a confusa gente,  
Que seguindo cad'um diverso dogma  
Falar parece então noutro idioma.*

**XXXIX**

*Desta maneira o peixe se reparte  
Por toda aquela cobiçosa gente,  
Cabendo a cada qual aquela parte,  
Que lhe foi consignada do regente:  
As banhas todas se depõem à parte,  
Que juntas formam um acervo ingente,  
Das quais se faz azeite em grande cópia,*

*Do que esta Terra não padece inópia.*

**XL**

*Em vasos de metal largos e fundos  
O estão com fortes chamas derretendo  
De uns pedaços pequenos e fecundos,  
Que o fluido licor vão escorrendo:  
São uns feios Etíopes e imundos,  
Os que estão este ofício vil fazendo,  
Cujos membros de azeite andam untados,  
Daquelas cirandagens salpicados.*

**XLI**

*Este peixe, este monstro agigantado  
Por ser tão grande tem valia tanta,  
Que o valor a que chega costumado  
Até quase mil áureos se levanta.  
Quem de ouvir tanto não sai admirado?  
Quem de um peixe tão grande não se espanta?  
Mas enquanto o Leitor fica pasmando,  
Eu vou diversas cousas relatando.*

Ainda que tardio para a nossa cronologia da análise, não podemos deixar de referir também o poema de João de Brito dedicado à ‘pesca’ da baleia, “*o colosso do oceano*”<sup>889</sup>. Antes de mais porque não o encontramos num jornal microfilmado de arquivo, mas afixado na marina de Itaparica<sup>890</sup>. Na mesma visita a esta ilha, ossos e poemas de baleias. Publicado em 1892, no Jornal da Bahia de 7 de setembro, este poema demonstra-nos como a caça de baleias se estendeu no território brasileiro muito além do domínio português. Do século XX, poderíamos elencar várias obras da literatura e da cultura brasileira, que tocam as baleias, a sua captura continuada, e inúmeras representações de paisagens marítimas, sociais e culturais: desde o livro *Viva o Povo Brasileiro*<sup>891</sup>, de João Ubaldo Ribeiro, publicado no Brasil em 1984 - um retrato do Brasil do século XIX com recuos e avanços entre 1647 e 1977 e onde as armações baleeiras não faltam -, até à canção “As baleias”<sup>892</sup>, gravada por Roberto Carlos em 1981 - já fortemente marcada por uma nova percepção sobre a natureza e por movimentos de conservação das baleias, em cuja letra heróis e monstros invertem papéis.

A marca das baleias e da baleação é comum a diferentes tempos, diferentes espaços geográficos, culturas e contextos. Sempre que populações humanas e de baleias se cruzam nas suas migrações, movimentos e na ocupação, temporária ou permanente, do espaço litoral acontece uma história interconectada de relações<sup>893</sup>. A paisagem física e a paisagem cultural e simbólica são, ambas, construídas pela ação comum e conjunta das pessoas e da baleia<sup>894</sup>. A presença e a agência dos animais marinhos, mesmo quando aparentemente silenciosa nas fontes históricas ou nos registos materiais e arqueológicos, pode influenciar as ações e as escolhas humanas, nomeadamente quando animais e pessoas ocupam e exploram os mesmos ambientes e se relacionam, num ecossistema partilhado, como presas e predadores<sup>895</sup>. No Brasil colonial, a caça da baleia esteve na base da construção de distintas relações entre humanos e animais. As baleias não eram apenas um recurso, um produto ou mercadoria, mas também um elemento do imaginário do mar.

---

<sup>889</sup> João de BRITO, “A Pesca da Baleia”, *Jornal de Noticias da Bahia*, 7 de setembro de 1892. Ver poema no Anexo D.

<sup>890</sup> Ver Figura 6 no Anexo D.

<sup>891</sup> João Ubaldo RIBEIRO, *Viva o Povo Brasileiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, 673 p.

<sup>892</sup> “As baleias”, canção de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, é a terceira e a mais longa música do álbum intitulado *Roberto Carlos*, de 1981. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JLFX5BTw5Wl>.

<sup>893</sup> RICHTER, *Op. cit.*, 2015, p. 155.

<sup>894</sup> *Ibidem*; BRITO, VIEIRA & FREITAS. *Op. cit.*, 2019.

<sup>895</sup> BRITO, *Op. cit.*, 2019a, p. 12.

A baleia deixou as suas marcas na história, economia e cultura enquanto fonte de combustível para iluminação e de produtos de uso quotidiano das comunidades costeiras que se foram estabelecendo ao longo da costa brasileira. A baleia, com todos os seus múltiplos subprodutos é, em si própria, um dos agentes até agora silenciosos ou esquecidos na história da expansão portuguesa. O animal e as práticas que lhes estão associadas contribuem para uma melhor compreensão da história do Atlântico e das várias relações – geográficas, económicas, socioculturais e ambientais – locais, regionais e transoceânicas, que se estabeleceram e foram fomentadas na época moderna, tendo por base interesses e regulamentações do poder local diretamente interdependente das orientações do poder centralizador da Coroa portuguesa. A baleia permite relacionar diferentes agentes e atores e, ainda, interligar de forma claríssima centros chave de extração do recurso com os locais de transformação e os de consumo através do espaço Atlântico. A baleação marcou a História de Portugal e do Brasil, enquanto atividade comercial, num continuado processo de apropriação dos recursos naturais e dos espaços, com a implementação de armações baleeiras que deram origem ao estabelecimento de novas povoações em pleno momento de descoberta e exploração do território pelos portugueses, e contribui para a transformação da paisagem costeira, quer pelo património edificado, quer pelas próprias características da atividade que impactavam as zonas envolventes.

Aqui, as baleias, enquanto ser vivo, e as suas partes, enquanto recursos naturais e produtos económicos, criaram uma paisagem costeira própria, marcaram uma época longa e criaram uma história que precisa ser constantemente revisitada e trazida para a ribalta da historiografia sobre as relações entre a Europa, os espaços ultramarinos que passa a conhecer e a controlar, e os seus animais. Da vida livre nas águas antárticas, as baleias eram arpoadas em águas tropicais da América, retalhadas por escravos africanos, iluminavam a noite brasileira, atravessavam em pipas e fardos o Atlântico, e aportavam, enfim, nos espartilhados salões europeus.

E chegam hoje, connosco, até aqui.

## V. A BALEAÇÃO NOS MARES DO SUL: IMPACTOS NAS POPULAÇÕES DE BALEIAS E NA ATIVIDADE BALEEIRA DO BRASIL

### V. 1. UMA ÉPOCA DE MUDANÇA NA ‘PESCARIA’ DE BALEIAS DO BRASIL COLONIAL

O impulso na atividade baleeira do Brasil a partir de 1765 foi notável. Nesse ano, todas as capitanias baleeiras passaram a ser regidas por um único contrato, administrado por uma mesma companhia, como já referido. Protegida pela ação governativa de Sebastião José de Carvalho e Melo e consolidada pelo pulso comercial do comerciante e empresário Inácio Pedro Quintela, foi criada nesse ano a Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil – ainda que com referência quase inexistente na historiografia<sup>896</sup>. Esta era uma das várias companhias mercantis implementadas no período pombalino e mais uma, entre várias, com a participação de Quintela<sup>897</sup>. O primeiro contrato estabelecido entre a Coroa e esta Companhia, também designada por Inácio Pedro Quintela e Companhia, teve duração de doze anos, entre 1765 e 1777, seguindo-se novo contrato entre 1777 e 1789 e o derradeiro, que coincidiria com o fim do monopólio baleeiro, entre 1789-1801.

Na costa norte-americana, simultaneamente, desenvolvia-se uma nova operação baleeira. Com início nas primeiras décadas de Setecentos, a captura de baleias na costa da região então designada por New England, contribuiu diretamente para o estabelecimento de populações e para a formação de algumas das primeiras comunidades locais<sup>898</sup>, e inaugurou a baleação americana costeira - *american-style shore*<sup>899</sup>. Pela pressão causada nas populações de baleias, que já sofriam o impacto de dois séculos de exploração nas águas circumpolares do Atlântico Norte, uma diminuição da sua ocorrência nas costas americanas, agora habitadas por europeus, levou-os a aventurarem-

---

<sup>896</sup> Marcelo Paz produziu, na sua tese de mestrado, um estudo aprofundado sobre o período baleeiro durante a vigência da Companhia da Pescaria das Baleias na Costa do Brasil, examinando em profundidade vários dos sócios envolvidos e as características comerciais e administrativas do contrato baleeiro estabelecido entre 1765-1801. A dissertação está disponível no Repositório da Universidade de Lisboa (<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24538>).

<sup>897</sup> BOXER, *Op. cit.*, 1969, p. 192.

<sup>898</sup> Para uma compreensão aprofundada sobre o início e desenvolvimento da baleação americana consultar Obed MACY, *The History of Nantucket*, Boston, Hilliard, Gray, & Co., 1835, p. 33; Alexander STARBUCK, *History of the American Whale Fishery*, Waltham, 1878.

<sup>899</sup> REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2006, p. 90.

se em mar aberto<sup>900</sup>. Em 1712, ou cerca dessa data, inaugurou-se a baleação americana pelágica - *american-style pelagic* - que, como o nome indica, assentou na mudança do ecossistema a explorar<sup>901</sup>. Das águas costeiras protegidas e do processamento dos animais em terra, esta nova operação originou novas técnicas de caçar e processar os animais, agora a bordo, possibilitando assim a exploração de todos os oceanos. A partir de 1750, os *tryworks*, ou à boa maneira açoriana *traíós*<sup>902</sup> - fornos compostos por uma base onde se inseriam os grandes potes metálicos de derretimento da gordura das baleias -, passaram a ser instalados nos próprios navios<sup>903</sup>. Pelas características que se introduziram e renovaram as práticas baleeiras, foi possível caçar várias espécies de baleias, desmanchá-las e processá-las a bordo, sem necessidade de recorrer a estações baleeiras em terra, permitindo, assim, viagens de longa duração em mar aberto que, em algum tempo, se tornaram transatlânticas.

Explorando o oceano, exploravam-se novos habitats e também uma nova espécie com distribuição pelágica, i.e., em mar aberto. O cachalote, a baleia imortalizada por Melville<sup>904</sup>, marcou a baleação americana, a baleação açoriana, a baleação no mundo, e iria também, por breves momentos, marcar a baleação no Brasil do século XVIII. Esta é uma espécie cosmopolita, distribuindo-se por todo o globo e com predominância em águas de grande profundidade. Não possui barbas no seu aparato bucal, mas sim dentes. Do seu corpo de 11 metros (fêmeas) a 15 metros (machos) extraíam-se vastas quantidades de óleo, mas o óleo da sua cabeça, sobre o qual falaremos já de seguida, e o âmbar-cinzento, extraído do seu aparelho digestivo, foram as matérias de alto valor que tornaram este animal um dos mais apetecíveis, valorizados e explorados da história humana.

Dada a sua ligação à baleação que analisamos neste estudo, expomos de seguida três pontos que nos parecem relevantes para compreender a ligação do cachalote com a caça de baleia no Brasil. Entre o conhecimento sobre os produtos e sobre a espécie, as notícias que circulavam entre as ilhas, o Brasil e Lisboa sobre o animal e os novos baleeiros nortenhos, e um breve momento de contato que levaria a uma transformação na

---

<sup>900</sup> LAIST, *Op. cit.*, 2017, p. 165;

<sup>901</sup> REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2006, p. 86, 90-91.

<sup>902</sup> Uma das heranças americanas na baleação açoriana é a gíria associada a todos os aspetos da atividade, desde as espécies às suas técnicas de desmanche, passando pelos utensílios e palamenta. As palavras inglesas foram adaptadas pelos açorianos que as empregavam no seu quotidiano baleeiro. Um glossário dos termos originais e correspondentes pode ser encontrado em CLARKE, *Op. cit.*, 2001, p. 13.

<sup>903</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1991, p. 143; REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2006, p. 90; DOLIN, *Op. cit.*, 2007, p. 146.

<sup>904</sup> Herman MELVILLE, *Moby-Dick; or, The Whale*, Nova Iorque, Harper & Brothers, Publishers, 1851.



atividade monopolista do Brasil, tentaremos aqui sintetizar a sua importância nesta história de baleias que temos vindo a contar.

### V. 1. 1. Em busca das ‘drogas’ do cachalote

Ao comparar o contrato firmado em 1765 com os contratos que haviam sido celebrados anteriormente, Marcelo Paz registou um aumento no número de cláusulas para o quádruplo, revelando um esforço notório em melhorar e desenvolver a atividade baleeira no Brasil<sup>905</sup>. Ao nosso olhar, focado nas questões relativas aos animais propriamente ditos e às formas de apropriação e extração dos seus produtos, destacou-se de imediato a 6ª Condição deste novo contrato:

*“Que elles Contratadores serão obrigados a procurar, e mandar vir donde bem lhes parecer Mestres peritos, q’ saibão purificar melhor o Azeite das Balêas, p.<sup>a</sup> servir nas Fabricas do Sabaõ, e nas das laãs, e para os cortumes dos couros; e q’ saibão separar o espremacete mais puro, e cristalino para o uso das boticas, e preparar o q’ ficar para a Fabrica das vellas; e tambem se extrahir o Ambar, e o modo de se conservar (...)”*<sup>906</sup>.

Naquelas Condições Gerais, que regulamentavam a atividade baleeira, pode também ler-se que, aquando do término do contrato, ficariam a pertencer a cada uma das fábricas seis escravos, *“q’ serão os melhores Mestres, q’ houver, pertencendo à Fazenda Real”*<sup>907</sup>. Propunha-se assim a obtenção e comercialização de dois novos produtos - âmbar e espremacete -, bem como uma renovação das técnicas e do conhecimento para processar baleias, que se estendia a todos os intervenientes desta operação, principalmente aos que nela laboravam.

As palavras “âmbar” e “espremacete” surgem aqui, pela primeira vez, num contrato baleeiro do Brasil colonial, denotando a intenção óbvia de obter esses produtos, de alto valor económico.

---

<sup>905</sup> PAZ, *Op. cit.*, 2015, p. 67.

<sup>906</sup> Condiçoens com que o S<sup>r</sup>. Ignacio Pedro Quintella e Comp.<sup>a</sup> tem arrematado o Contrato da Pescaria das Balêas nas Costas do Brazil, e Ilhas a ellas adjacentes, AHU-Códice 412.

<sup>907</sup> *Idem*.

O âmbar-cinzentos, ou âmbar-gris, é uma massa compacta que se forma (quase exclusivamente) nos intestinos dos cachalotes, possivelmente produzida como resultado da sua alimentação à base de cefalópodes, cuja mandíbula pode provocar uma irritação no trato digestivo dos animais, que produz uma concreção em redor do mesmo e, assim, o âmbar<sup>908</sup>. Na sua maioria, deverá ser expelida ficando retida no organismo de uma percentagem muito reduzida de indivíduos e, por este motivo, a sua raridade. Pelas características bioquímicas do âmbar-cinzentos, este produto teve inúmeros usos em perfumaria, medicina e até alimentação<sup>909</sup>. Reflexões sobre a origem do âmbar entraram nas mais clássicas discussões sobre o mundo natural, desde a Antiguidade aos tempos modernos<sup>910</sup>, tal como marcaram a literatura que resultou das viagens marítimas. Das ilhas atlânticas africanas ao Índico, passando pelo Brasil, descrições sobre este produto orgânico são inúmeras, bem como relatos de riqueza repentina de quem o recolhia da praia ou a partir de trocas por bugigangas com populações nativas<sup>911</sup>. Ideias sobre a fonte produtora do âmbar variaram entre o oceano profundo, aves marinhas ou as baleias, defecações e regurgitações. Não se conhecendo na época medieval e moderna a origem exata, ela estava claramente no mar<sup>912</sup>.

Logo nos primeiros anos de observação, descrição e permanência na costa do Brasil, Fernão Cardim (1540-1625), Pêro de Magalhães Gândavo (1550-1557), ou Gabriel Soares de Sousa, entre outros<sup>913</sup>, relataram sobre a abundância e recolha de âmbar nas praias. Quando Frei Vicente do Salvador (1627) escreveu sobre os primórdios da ‘pesca’ das baleias na Bahia afirmou que entre as várias baleias capturadas em nenhuma se encontrou âmbar. Pelo contrário, num animal arrojado na praia, que “*nem era do mesmo talho, e especie (...)*” das baleias que se caçavam, se tinham encontrado no “*bucho*

---

<sup>908</sup> Dale W. RICE, “Ambergris”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 28-29.

<sup>909</sup> Ver Thomas BEALE, *The Natural History of the Sperm Whale*, Londres, John Van Voorst, 1839, pp. 130-135.

<sup>910</sup> Sobre a construção do conhecimento sobre o âmbar-cinzentos consultar Cristina BRITO, Vera JORDÃO & Graham J. PIERCE, “Ambergris as an overlooked historical marine resource: its biology and role as a global economic commodity”, *Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom*, 2015, 12 p; AZZOLINI, *Op. cit.*, 2017, pp. 297-318. Ver também Garcia de ORTA, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, Reprodução em fac-símile da edição de 1891 dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, Volume I-II, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 1987, (1563).

<sup>911</sup> Consultar, por exemplo, a coletânea *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios Portuguezes, ou lhes são vizinhas, publicada pela Academia Real das Sciencias*, 7 tomos, Lisboa, Typografia da Academia real das Sciencias, 1812, na qual vários textos abordam a questão do âmbar-cinzentos.

<sup>912</sup> ORTA, *Op. cit.*, 1987, p. 123; MONARDES, *Op. cit.*, 1574, p. 76; PIGAFETTA & LOPES, *Op. cit.*, 1989, p. 22.

<sup>913</sup> CARDIM, *Op. cit.*, 1980; GÂNDAMO, *Op. cit.*, 1980; SOUSA, *Op. cit.*, 1879, pp. 254-255.

*e tripas (...) doze arrobas de ambar gris finissimo, fôra outro que tinha vomitado na praia*”<sup>914</sup>.

E, de facto, as espécies de baleias de barbas que se capturavam no Brasil, as quais forneciam o óleo e as barbas que suportavam o monopólio real, não produziam âmbar já que não eram cachalotes.

Quanto ao espermacete, esta é a designação dada ao líquido que se produz e se acumula num órgão existente na cabeça dos cachalotes - de onde resulta que a cabeça destes animais seja 1/3 do comprimento total do corpo - e que possui funções acústicas e de flutuabilidade destes animais de mergulho profundo<sup>915</sup>. O nome tem origem na suspeição inicial de que o espermacete seria o líquido seminal dos cachalotes, embora a experiência contrariasse esta primeira noção naturalista, já que este líquido flutuava e era inflamável<sup>916</sup>. Pela sua composição química, textura e cor, não era misturado com o óleo proveniente da gordura do corpo e os seus usos foram também diversificados, passando pela medicina, mas com particular valor para a produção de velas<sup>917</sup>.

Pelo valor destes dois produtos, também a Coroa portuguesa e os contratadores de baleias no Brasil os almejaram. Era agora claro que a origem destas substâncias se encontrava num determinado ‘tipo’ de baleias, mas os empresários baleeiros portugueses não sabiam quais as espécies que as produziam ou como as extrair. Não sabemos de quem, nem como surgiu a ideia de passar a incluir âmbar-cinzento e espermacete entre os produtos económicos a extrair desta colónia portuguesa na América. Numa época que coincidia com o início da expansão da baleação americana por todos os recantos do Atlântico, circulavam notícias, que apontaremos brevemente adiante, sobre baleias de onde se extraíam drogas valiosas. Os comerciantes e mercadores no Brasil teriam certamente acesso a informação sobre o que se produzia fora. Quer fosse através de textos, imagens ou objetos, nas formas de ofícios, relatórios ou correspondência oficial, memórias ou notícias de jornal, a informação circulava e contribuía para a construção e o

---

<sup>914</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889.

<sup>915</sup> FONTAINE, *Op. cit.*, 2007, pp. 346-347; Dale W. RICE, “Spermaceti”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 1098-1099.

<sup>916</sup> BEALE, *Op. cit.*, 1839, pp. 127-129.

<sup>917</sup> *Idem*, p. 128.

domínio dos territórios<sup>918</sup>. Neste sentido, vários esforços foram promovidos para que se cumprisse o objetivo de encontrar aquelas ‘drogas’ também no Brasil.

Com efeito, foram contratados Martins Dhiribarren, refinador de espermacete, e seu filho Augustin, provenientes de St. Jean de Luz, região basca francesa, para cumprirem esta missão. Em outubro de 1767 partiram de Baiona para Lisboa, onde assinaram um acordo com duração de quatro anos que estipulava o pagamento mensal de 40 mil-réis para ambos, acrescido de uma comissão de 5 por cento pela totalidade de espermacete produzido, e ainda 1/6 do âmbar encontrado nos animais. Os especialistas foram munidos com ferramentas próprias para refinar óleo de baleia compradas pelo próprio administrador do contrato, Inácio Pedro Quintela. Em fevereiro de 1768 viajaram para o Brasil, aportando na Bahia em abril, e iniciaram o seu périplo ao longo das várias armações baleeiras da costa brasileira, da Bahia a Santa Catarina, durante cerca de três anos<sup>919</sup>.

No Rio de Janeiro foram recebidos pelo caixa do contrato, Francisco José da Fonseca, e por um dos sócios, Baltazar dos Reis. Aparentemente, logo aí o administrador do contrato informou o mestre francês sobre a inexistência de cachalotes na costa do Brasil, pelo que era apenas seu desejo que o especialista demonstrasse como refinar o ‘azeite de peixe’. Para este processo foi construído uma espécie de lavadouro com capacidade para uma dezena de pipas de óleo e água em abundância, resumindo-se o método em lavar o óleo com água para que o seu aspeto fosse consideravelmente melhorado<sup>920</sup>. Este método foi repetido em várias outras fábricas baleeiras, de diferentes capitanias, e observado em cada um dos locais por contratadores, expetadores curiosos e, supomos, por aqueles que desempenhavam as tarefas de processamento do óleo, nas diferentes armações. Ficavam assim transmitidas novas técnicas de purificação do óleo de baleia, tornando-o assim de qualidade superior, tanto no seu aspeto, como na

---

<sup>918</sup> Ângela DOMINGUES, *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*, Lisboa, CHAM, 2012, p. 11-13.

<sup>919</sup> Estas informações são baseadas no documento manuscrito *Relation véridique* cujo texto não foi terminado, possivelmente da autoria de Martins Dhiribarren, anexo a OFÍCIO do contratador e administrador geral do contrato da pescaria das baleias na costa do Brasil, Joaquim Pedro Quintela, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro] sobre a administração do referido contrato que pertenceu ao seu falecido tio, Inácio Pedro Quintela..., AHU\_CU\_003, Cx. 23, D. 2004 (Acervo Avulsos BG) (ca. 1778).

<sup>920</sup> *Idem*; PAZ, *Op. cit.*, 2015, p. 145.

consistência e odor. Forneceram ainda indicações para que o derretimento da gordura e a queima provocasse menos fumo o que, conseqüentemente, tornaria o óleo mais luminoso.

Desta missão que visava aperfeiçoar os azeites das baleias e descobrir cachalotes nos mares do Brasil, para extrair espermacete e produzir velas, o primeiro propósito ficou executado desde a primeira armação visitada. Quanto ao segundo, continuava por ser cumprindo.

Na realidade, pouco antes da chegada dos especialistas, Baltazar dos Reis tinha já tomado a iniciativa, demonstrando a sua diligência em encontrar as baleias que davam o espermacete. Do seu documento manuscrito “Informação que dá Baltazar dos Reis ao Estado em que se achão as Armaçoens da Pescaria das Balleas nas Costas do Brazil”<sup>921</sup>, conseguimos compreender o envolvimento de um homem de negócios na recolha e partilha de informação sobre os produtos naturais que pretendia comercializar. Sem ser esse o seu principal objetivo, o seu relato poderá ter contribuído para a construção do que se conhecia sobre baleias e cetáceos no Brasil de Setecentos. No seu texto, entre várias constatações às quais voltaremos amiúde, afirmou que ocorriam nas águas da Bahia baleias com dentes, vulgarmente chamadas pelos pescadores de *“Golfins; estes peixes são do feitio, e do tamanho de hum que se se acha pintado na caza das ??? da Ribeira das Naus desta Cidade só com differença que os da America tem o focinho mais agudo a imitação de focinho de porco”*<sup>922</sup>. Em 1767, um ano antes da missão com os especialistas, suspeitando que estes animais poderiam ser *“da qualidade daqueles que se estrahem o expremacety”*<sup>923</sup>, resolveu o comerciante mandar matar três destes cetáceos, de onde concluiu:

*“fazendo neles todas as experiencias a que me conduzio o meu dezejo, vim no inteiro conhecim.<sup>10</sup> que em parte nenhua do Corpo tinhaõ couza donde se pudece extrahir aquela droga; e ainda o seu mesmo Toucinho he duro, e encortissado, e apenas se pode extrahir de cada hum hua pequena Quartola de az.<sup>e</sup>. Tem cada*

---

<sup>921</sup> Informação que dá Balthazar dos Reis ao Estado em que se achão as Armaçoens da Pescaria das Balleas nas Costas do Brazil, documento anexo a MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405 (Acervo Santa Catarina) (post. 1799).

<sup>922</sup> Informação que dá Balthazar dos Reis ao Estado em que se achão as Armaçoens da Pescaria das Balleas nas Costas do Brazil, documento anexo a MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405 (Acervo Santa Catarina) (post. 1799).

<sup>923</sup> *Idem*.

*peixe 22 dentes de cada banda; 11 debaixo e 11 decima; destes posso oferecer a V. Exc.<sup>ia</sup> hua duzia delles quando se queira servir de os ver*”<sup>924</sup>.

Com base na informação de Baltazar dos Reis, não conseguimos perceber de que espécie se tratou, entre os vários golfinhos que se distribuem nas águas costeiras do Brasil e mais concretamente na Bahia<sup>925</sup>. Claramente não eram cachalotes, não só pela reduzida quantidade de óleo que produziram mas também porque nesta espécie apenas a mandíbula inferior possui entre 20 a 26 pares de dentes<sup>926</sup>. De destacar também a participação de um contratador nestas “experiências” sobre os cetáceos e os seus produtos e que, por mais curta que tenha sido, lhe permitiu a seguinte conclusão:

*“Dizerse que na nossa America ha as balleas do expremacety, ou Cachalotes, pode ser que as haja, porem eu sempre eyde duvidar athé os mesmos apparecerem porque me parece que as pessoas que assim o affirmão são fundadas em alguma conveniencia propria como fazem outros enganadores (...); He verdade que dizem os pescadores das Balleas que no decurso de 10 ou 20 anos succede por acazo apparecer hum peuxe grande; a que eles chamaõ Sombreiros; Taobem consta que ao Norte da Capitania do Espirito Santo, e ao Sul da Barra de Santos, dera a Costa, ha bastantes anos hum destes peixes, e que tinha dentes; se outro azazo succedese no tempo do nosso Contracto ja a minha diligencia teria indagado se os ditos peixes eraõ Cachalotes; mas como afsim não succedeu, deixo tudo ao tempo que he a mostrador da verdade. Era tanto o desejo que eu tinha que se matasse algum destes peixes que da m.<sup>a</sup> algibeira promety des dobras que são 128\$000 r.a cada hua das lanchas que o matase; e outro tanto aos francezes pelo gosto que tinha de ver extrahir aquella droga, e nem assim o pude conseguir; por dizerem os pescadores os não havia*”<sup>927</sup>.

---

<sup>924</sup> Informação que dá Balthazar dos Reis ao Estado em que se achão as Armaçoens da Pescaria das Balleas nas Costas do Brazil, documento anexo a MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405 (Acervo Santa Catarina) (post. 1799).

<sup>925</sup> Nas águas costeiras do Sul da Bahia, mais concretamente junto ao Banco de Abrolhos, ocorrem com maior frequência três espécies de golfinhos, com bico relativamente agudo, nomeadamente golfinho-roaz (*Tursiops truncatus*), golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bradensis*) e a espécie estuarina boto-cinza (*Sotalia guianensis*) segundo Marcos ROSSI-SANTOS, Leonardo L. WEDEKIN & Renata S. SOUSA-LIMA, “Distribution and habitat use of small cetaceans off Abrolhos Bank, eastern Brazil”, *LAJAM*, vol. 5, n. 1, 2006, pp. 23-28.

<sup>926</sup> REEVES, STEWART, CLAPHAM & POWELL, *Op. cit.*, 2008, p. 240.

<sup>927</sup> Informação que dá Balthazar dos Reis ao Estado em que se achão as Armaçoens da Pescaria das Balleas nas Costas do Brazil, documento anexo a MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim

Confiando nos resultados da sua iniciativa, Baltazar dos Reis, já em 1768, escrevia com propriedade ao governador de São Paulo, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão:

*“Pertendo com brevidade e se V. Ex.<sup>a</sup> não mandar o contrario passar a Santa Catharina. Levo em minha companhia dous Francezes, Mestres do Espremacete, porem como entre vinte e sete castas de Baléas de que fazem menção os naturalistas só em huma destas hé que se acha o azeite de que se purifica aquella droga e nas mesmas hé que tãobem se acha o ambar grise, e como Deos não hé servido que nos nossos mares da America apareção mais que tres castas de Baléas, sem ser nenhuma das que dão as ditas drogas, julgo frustrada a nossa deligencia, e o grande dezejo que tinhamos de darmos nesta parte cumprimento a condição 6.<sup>a</sup> do dito contracto, apesar de oito mil cruzados que fazemos de despeza com os ditos Francezes; mas como não hé do agrado de Deos, faça-se em tudo a sua Santa Vontade. (...) Ficão os ditos Mestres clarificando o azeite, o que se pratica com muita facilidade, e por esta razão não perderemos de todo o tempo”<sup>928</sup>.*

Mas, na verdade, os mestres franceses tinham obtido confirmação da existência de cachalotes por baleeiros de São Paulo. Em julho de 1770, o mestre Martins Dhiribarren perguntou a um dos mestres da lancha de socorro da armação de Bertioga se nunca tinham visto cachalotes, o qual respondeu: *“ha! senhor, me disse ele, vimos hoje alguns deles, um dos quais saiu debaixo de água, quase tocando a chalupa, de onde lhe poderíamos ter tocado, disseram eles com uma pequena vara”<sup>929</sup>*. O francês perguntou também se esse animal que tinham visto era tão grande como a baleia de barbas que tinham caçado nesse dia, ao que o mestre da embarcação *“respondeu várias vezes que não havia comparação a ser feita, que quanto a ele, nunca tinha visto monstros de uma grandeza tão extraordinária”<sup>930</sup>*. Manifestando a sua surpresa pelos baleeiros não terem aproveitado essa oportunidade para capturar o animal, foi-lhe também dito que nunca

---

do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405 (Acervo Santa Catarina) (post. 1799).

<sup>928</sup> Cópia da carta letra A (1 de agosto de 1769), in *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Vol. XXXIX. Correspondencia do Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza 1770-1771. S. Paulo, Archivo do Estado de São Paulo, 1901, pp. 207-208.

<sup>929</sup> *Relation véridique* anexo a AHU\_CU\_003, Cx. 23, D. 2004.

<sup>930</sup> *Idem*.

tinham recebido ordens para caçar aquele ‘peixe’ e que os baleeiros não quiseram arriscar<sup>931</sup>.

Parece, assim, que o saber empírico dos homens do mar não estava a ser considerado nas estratégias comerciais dos empresários do contrato, apesar da sua proximidade aos animais, cujos comportamentos e padrões de ocorrência tinham necessariamente que conhecer. Contudo, por não se afastarem muito de costa, mesmo os mestres das embarcações deveriam observar esporadicamente cachalotes, como referia Francisco Baltazar dos Reis, ao afirmar que apenas em dez ou vinte anos se observava uma dessas baleias.

Face a este aparente fracasso, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão temia a conclusão dos peritos de que *“não temos peixe que deem as ditas drogas”*<sup>932</sup>. Relembramos que este governador teve um papel importante na promoção da baleação na capitania, essencial ao seu desenvolvimento, e que se deslocou com os contratadores ao longo da costa à procura do melhor local para o estabelecimento de novas armações baleeiras<sup>933</sup>. D. Luís António de Sousa Botelho Mourão solicitou acompanhar a viagem dos especialistas com o contratador a Santa Catarina, marcando claramente que queria *“ver fazer a experiência (...) pela razão de que me hé preciso ver ocularmente aquillo de que sou obrigado a dar conta”*<sup>934</sup>. Não tendo participado, por razões que não importam aqui aprofundar (e que se terão prendido com os regulares desentendimentos entre governadores e negociantes), D. Luís António de Sousa Botelho Mourão escreveu novamente, dando conta que não estaria apenas preocupado com o lucro que perderia o contracto das baleais e a Fazenda Real por uma *“droga que não temos”*<sup>935</sup> mas também as consequências *“de se ficar estabelecendo a openião de que a não podemos ter para se não fazerem as diligencias necessarias para o futuro”*<sup>936</sup>.

E na verdade, não encontrar cachalotes era, nesta fase, ficar para trás na corrida às baleias.

---

<sup>931</sup> *Idem*.

<sup>932</sup> Cópia da carta letra B (16 de agosto de 1769), in *Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Vol. XXXIX..., p. 209.

<sup>933</sup> Ver capítulo III.

<sup>934</sup> Cópia da carta letra B (16 de agosto de 1769), in *Op. cit.*, p. 209.

<sup>935</sup> Cópia da Carta letra D (21 de março de 1770), in *Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Vol. XXXIX..., pp. 211-213.

<sup>936</sup> *Idem, ibidem*.



Em 1770, as dúvidas e incertezas sobre o âmbar e o espermacete mantinham-se e parece-nos que existia uma vontade concreta em compreender a origem destes produtos. Aquele governador de São Paulo remeteu ao Marquês de Pombal, toda a sua troca de correspondência sobre este assunto com o contratador das baleias. No mesmo ano, escreveria também ao Juiz de Fora de Santos, propondo, eventualmente, a vinda de outros especialistas e as operações necessárias para extrair aqueles produtos dos cadáveres das baleias caçadas<sup>937</sup>. De destacar ainda aqui é o facto daquele governador argumentar sobre estas matérias, fazendo referência ao livro *Materia Medica*, da autoria do médico português Jacob de Castro Sarmiento, com indicação precisa sobre os fólhos, para justificar o que argumenta nas suas missivas<sup>938</sup>.

Na sua obra *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica*, publicada em 1735 em português<sup>939</sup>, o autor baseou parte do texto num ensaio de Paul Dudley<sup>940</sup>, publicado nas *Philosophical Transactions*, a revista oficial da prestigiada academia britânica Royal Society<sup>941</sup>.

Na secção sobre “Ambar gris”, o autor português revelava que a descoberta do produto tinha sido feita em 1724, quando baleeiros ingleses na América tinham encontrado aquela matéria no interior de baleias já grandes e velhas, macho, designadas “*Sperma*

---

<sup>937</sup> P.ª o Juiz de Fora de Santos, in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Vol. 92. Ofícios do General D. Luiz aos diversos funcionários da Capitania (1768- 1772), São Paulo, Divisão de Arquivo do Estado, 1978, pp. 127-128.

<sup>938</sup> *Idem*.

<sup>939</sup> Jacob de Castro Sarmiento, cristão-novo português, fugiu à Inquisição em 1721, mudando-se para Londres, altura em que alterou o seu nome de nascimento, Henrique de Castro Soromenho. Integrou o corpo docente da Universidade de Aberdeen, na Escócia, foi eleito membro do Colégio Real dos Médicos de Londres (*Royal College of Physicians*) e da Royal Society. Nesta cidade privou com o médio Ribeiro Sanches e com o Marquês de Pombal, quando este era ministro junto da corte inglesa (<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p15.html>).

<sup>940</sup> Paul DUDLEY, “An Essay upon the Natural History of Whales, with a Particular Account of Ambergris Found in the Sperma Ceti Whale. In a Letter to the Publisher, from the Honourable Paul Dudley”, *Philosophical Transactions*, vol. 33, 1724-1725, pp. 256-269. Paul Dudley (1675-1751) foi um procurador-geral de Massachusetts Bay cujas contribuições para a história natural de Nova Inglaterra foram significativas, nomeadamente através das suas publicações nas *Philosophical Transactions*. Neste caso concreto do seu ensaio sobre âmbar-cinzento, o autor deveria conviver de muito perto com a comunidade baleeira de Boston de onde recebia informação direta sobre os cetáceos que se observavam e caçavam no mar.

<sup>941</sup> Nas *Philosophical Transactions* eram publicados contributos não só da elite científica britânica, mas também de portugueses, diplomatas e particulares residentes em Londres, como era o caso de Jacob de Castro Sarmiento, ou noutras cidades do mundo, e onde foram também publicados textos que apresentavam novos conhecimentos sobre o que tivessem um conhecimento do Brasil, da sua geografia, produções naturais, habitantes, costumes e comportamentos, segundo DOMINGUES, *Op. cit.*, 2012, pp. 150-166, 220.

*Ceti*”<sup>942</sup>. Afirmava-se que estas baleias eram muito diferentes das outras por serem cinzentas e terem dentes de marfim. O médico fornecia ainda uma informação adicional de valor, indicando que da cabeça desta espécie se tiravam doze pipas do azeite, confirmando que “*estas Baleas que dam o Ambar gris, tambem do seu azeite se tira o mais puro, e melhor Sperma Ceti*”<sup>943</sup>.

Nota-se aqui que a informação sobre os animais proveniente da atividade baleeira americana, com a captura em massa de cachalotes, mas também de outras espécies, contribuiu para a construção do conhecimento sobre os animais, integrando-se o conhecimento empírico dos baleeiros em publicações de História Natural, Medicina, Física ou Química, como é exemplo a obra de Jacob de Castro Sarmiento. Com esta informação, dada pela observação e pelas práticas dos homens do mar, esclarecia-se a origem do âmbar e do espermacete, e a sua ligação exclusiva aos cachalotes.

Segundo esta obra, compreendia-se que as drogas que se procuravam tinham origem nas baleias e identificava-se a espécie as originava. Para a nossa narrativa, significa isto que um leitor da *Materia Medica* ficava esclarecido sobre os animais a caçar. Pelo menos um português que administrava a América Portuguesa tinha toda a informação diante de si para alcançar as drogas desejadas. Daqui se destacam ainda as ligações que marcavam esta época das Luzes, com estreitas relações entre o conhecimento empírico, a construção do conhecimento científico, as redes de informação entre a Europa e as colónias americanas, e o interesse económico das potências imperiais. A construção da História Natural e o saber científico, de carácter eminentemente prático, fundiam-se com o reconhecimento dos recursos e potencialidades naturais tendo em vista o desenvolvimento económico<sup>944</sup>. A informação circulava com fluidez, através de redes de contacto privilegiadas, e o papel de governantes e comerciantes era fulcral para os resultados práticos que daí advinham.

Pelas características ecológicas do cachalote, a sua ocorrência predominava em zonas de elevada profundidade batimétrica e, por isto, os encontros com estes animais, durante a perseguição de baleias nas zonas costeiras de baixa profundidade, deveriam ser pouco comuns. Ao largo passavam os navios baleeiros estrangeiros, só faltava aos baleeiros do Brasil enfrentar o mar aberto.

---

<sup>942</sup> Jacob de Castro SARMENTO, *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica*, Reyno Mineral. Parte I., Londres, 1735, p. 258.

<sup>943</sup> *Idem*, p. 262.

<sup>944</sup> DOMINGUES, *Op. cit.*, 2012, pp. 140-141.

### V. 1. 2. Notícias dos portos insulares portugueses sobre a baleação americana

Se não antes, pelo menos a partir de 1769, as ilhas atlânticas portuguesas, e não só, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da baleação americana. As ilhas, pontos de terra no meio do mar situadas nas rotas marítimas de várias histórias e que, segundo Braudel, “foram afectadas por todas as grandes convulsões, que normalmente têm reflexos no rumo da sua evolução”<sup>945</sup>, seriam também impactadas e teriam impacto na baleação americana e local.

Foram, desde logo, facilitadoras no trânsito dos navios baleeiros, para os quais o apoio dos portos insulares foi essencial face às necessidades das tripulações durante as viagens, que podiam durar de alguns meses a vários anos. Entre o transbordo de óleo e outros produtos da baleia, o provisionamento de água e alimentos, reparação de avarias e apoio dos serviços consulares, estas eram apenas algumas das necessidades que se supriam aquando da paragem em três principais grupos de ilhas do Atlântico Norte, a saber, Cabo Verde, Açores, e as ilhas Barbados, nas Antilhas, entre outras da região<sup>946</sup>. Durante as viagens baleeiras, de três ou quatro anos, na rota das ilhas atlânticas, os navios que saíam de Nova Inglaterra seguiam primeiramente para os Açores, conhecidos como “Western Islands”, desciam até às ilhas “Cape de Verds”, navegavam ainda mais a sul até Santa Helena ou Tristão da Cunha e daí dobravam um dos cabos, fosse de acesso ao Pacífico ou ao Índico<sup>947</sup>.

Navegando para norte e para sul no Atlântico, em busca de cachalotes e de outras espécies, a abundância de baleias em determinadas regiões criava novas áreas, bancos ou ‘grounds’ de baleação. E as águas que circundavam estas ilhas atlânticas estavam repletas de baleias. Nestes arquipélagos-porto, do Caribe e da Macaronésia, a caça de baleias não parece ter existido, pelo menos de forma organizada ou com cariz comercial, antes do contacto com as tripulações baleeiras estrangeiras que ali aportaram. Em alguns casos, a baleação foi promovida ou desenvolvida, localmente, de forma paralela ou posterior à

---

<sup>945</sup> BRAUDEL, *Op. cit.*, 1995, p.178.

<sup>946</sup> Michael P. DYER, “Expressly placed to facilitate navigation”: North Atlantic Islands, their advantages and impacts, 1769-1924”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 18, 2009, pp. 221-240; Aldemaro ROMERO, “Yankee Whaling in the Caribbean Basin: Its Impact in a Historical Context”, in Aldemaro ROMERO & Edward O. KEITH (eds.), *New Approaches to the Study of Marine Mammals*, IntechOpen, 2012, pp. 225-227.

<sup>947</sup> Nancy SHOEMAKER, *Native American Whalers and the World: Indigenous Encounters and the Contingency of Race*, The University of North Carolina Press, s.l., 2015, p. 16.

atuação americana. Algumas dessas populações tornaram-se baleeiras, fosse por períodos curtos ou até ao final do século XX, evoluindo num sentido próprio e singular<sup>948</sup>. Nestas ilhas atlânticas ocorreu uma interação entre diferentes culturas que, em conjunto com as suas características geográficas, contribuíram de forma extremamente significativa para a história desses mesmos locais relativamente à baleação<sup>949</sup>.

As ilhas de Cabo Verde já eram um importante ponto de escala e revelavam-se agora, também para a baleação, um importante ponto de paragem dos navios, logo a partir da primeira metade do século XVIII, sendo atrativo por várias razões. Situado a cerca de 500 quilómetros da costa do Senegal, estas ilhas vulcânicas posicionavam-se em localização estratégica, facilitando a navegação dos navios baleeiros entre o norte da América, outras ilhas atlânticas e as áreas de baleação e caça de focas do Atlântico Sul. Não só as condições climáticas do inverno austral eram suaves, como a paragem nas ilhas permitia um ponto de descanso e de provisionamento - de alimentos e de tripulação - essencial à continuação da viagem para sul<sup>950</sup>.

Por outro lado, e por se encontrarem rodeadas por uma plataforma profunda, as águas adjacentes aos arquipélagos são extremamente ricas em termos de produção primária, significando isto que providenciam uma grande quantidade de nutrientes ao ecossistema marinho e funcionam, assim, como *hot spots* de biodiversidade marinha. Cetáceos de mergulho profundo, como os cachalotes, bem como outras espécies ocorrem em torno do arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente várias espécies de delfínídeos, comumente designados nos *logbooks* americanos como *blackfish* e que incluem espécies de coloração cinzenta escura e preta, como baleia-piloto (*Globicephala* spp.) e orca (*Orcinus orca*), entre outras<sup>951</sup>. Baleias de barbas, como baleia-corcunda, utilizam também as águas do arquipélago enquanto zonas de reprodução. Esta grande diversidade

---

<sup>948</sup> Consultar, por exemplo, José J. CABRAL & Cornelis J. HAZEVOET, "The last whale: rise and demise of shore-based whaling in the Cape Verde Islands", *Zoologia Caboverdiana*, vol. 2, n. 1, 2011, pp. 30-36; Aldemaro ROMERO & Joel E. CRESWELL, "Deplete Locally, Impact Globally: Environmental History of Shore-Whaling in Barbados, W.I.", *The Open Conservation Biology Journal*, vol. 3, 2010, pp. 19-27.

<sup>949</sup> DYER, *Op. cit.*, 2009, p. 222.

<sup>950</sup> Randall R. REEVES, Phillip J. CLAPHAM & Sara E. WETMORE, "Humpback whale (*Megaptera novaengliae*) occurrence near the Cape Verde Islands, based on American 19<sup>th</sup> century whaling records", *Journal of Cetacean Research and Management*, vol. 4, n. 3, 2002, p. 235.

<sup>951</sup> Cristina BRITO & Inês CARVALHO, "Blackfish off Cape Verde Islands: the need for future effort to assess distribution, abundance and interactions with human activities", *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, 2013, p. 1.

e abundância de cetáceos, fez com que esta região fosse considerada um relevante banco ou *ground* de caça da baleação americana.

Por estas características do arquipélago parece que, logo em 1732, a produção de óleo de baleia e o pagamento de taxas associadas estivessem já legislados nas ilhas da Boavista, São Nicolau e Santo Antão. Os navios baleeiros ingleses tinham também permissão para ancorar no porto do Tarrafal, em São Nicolau<sup>952</sup>. A abundância de baleias em Cabo Verde já tinha sido considerada anteriormente, inclusivamente pensando-se o estabelecimento da ‘pesca’ da baleia, provavelmente à semelhança do que se fazia no Brasil.

Em 1761, em carta ao rei D. José I, o ouvidor-geral das ilhas de Cabo Verde, Custódio José de Sousa e Matos, lamentou que, dada a abundância de baleias nas águas que banhavam a ilha de Santiago, a sua exploração fosse deixada para estrangeiros. Em 1787, o governador das ilhas de Cabo Verde, António Machado de Faria e Maia, escreveria, da ilha de Santiago, para o secretário de Estado, D. Martinho de Mello e Castro, relatando:

*"Demais, deste artigo informo a V. Excelência que por estas Ilhas passam muitas baléas para o Sul. Eu as tenho visto muitas vezes dentro deste Porto á terra dos mesmos Navios: muitas vezes vão sahir pelas praias: o anno passado duas na do Fogo, hum Baleoto na do Maio, e outras muitas. Os Navios Estrangeiros, que passam para o Cabo d'Orne, e da Boa Esperança, primeiro se ensaíão nestas vizinhanças; e Eu que não desprezo todas as noticias soube, que o anno passado apanharão até 50 pelas ilhas de Sal , e Sam Vicente; e o Bergantim de Hallifax, (...) primeiro se entreteve quatro mezes pelas ilhas Barlavento, colhendo Baléas; pelo que julgo, que este artigo daria grande Lucro aos Enterprendores, que tinham o grande Porto na Ilha de Sam Vicente, para estabelecer a sua Armação, quando não quisessem derreter mesmo no Mar, ou nas mais Ilhas"*<sup>953</sup>.

---

<sup>952</sup> António CARREIRA, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, 2ª edição, Mem Martins, Instituto Caboverdeano do Livro, 1983, p. 66.

<sup>953</sup> MAIA, António Machado de Faria e, "Carta do governador das ilhas de Cabo Verde, António Machado de Faria e Maia para D. Martinho de Mello e Castro sobre as recolhas de peixe e sal que tem mandado realizar em vários locais das ilhas de Cabo Verde (7 de março de 1787)", in Ana Cristina ROQUE & Maria Manuel TORRÃO (coord.), *De Cabo Verde para Lisboa: Cartas e Remessas Científicas da Expedição Naturalista de João da Silva Feijó (1783-1796)*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013, p. 81.

E se numa fase inicial as ilhas de Cabo Verde funcionaram, essencialmente, como pontos de apoio e de caça, rapidamente se transformaram também em pontos de recrutamento de tripulação. Como analisou António Carreira, a baleação americana promoveu a emigração de muitos homens Cabo-verdianos que embarcavam em busca de aventura, mas, acima de tudo, de melhores condições, eventualmente sem terem a completa noção do que seria a vida de um baleeiro. A baleação deixaria a sua marca simultaneamente na população de Cabo Verde e dos Estados Unidos, como resultado de uma vaga de emigração das ilhas com início no século XVIII e que se acentuaria grandemente ao longo de todo o século XIX<sup>954</sup>.

Esta integração nas tripulações baleeiras de navios americanos, concorreu para que estes homens se tornassem experimentados e competentes baleeiros. No *Ensaio sobre a statistica das Ilhas de Cabo-Verde*, José Joaquim Lopes de Lima, explicaria sobre os habitantes da Brava que “os seus habitantes são todos ou mulatos, ou brancos, e destes ultimos, ha muitos, oriundos quasi todos da Ilha da Madeira, ou descendentes desses: é gente afável, laboriosa, e hospitaleira: o crioulo que falam é mais Portuguez, que o das Ilhas vizinhas: além de bons cultivadores da terra dão muito dados á vida do mar, e delles se fazem excellentes marinheiros, dos quaes andam muitos á pesca da Balêa com os Americanos, e com os Inglezes, que lhes pagam bem, e os estimam muito; e alguns passam até a servir em Navios de Guerra”<sup>955</sup>.

As ‘pescarias’ estrangeiras não deixavam também de suscitar o interesse por parte dos governos locais para que se promovesse, localmente, a atividade baleeira. Em 1796, o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, questionava se “*seria conveniente renovar ao governador de Cabo Verde a ordem de informar ???*”

---

<sup>954</sup> CARREIRA, *Op. cit.*, 1983, pp. 65-77. A ligação de Cabo Verde aos Estados Unidos da América, segundo este autor, teve efeito a partir dos navios baleeiros no final do século XVIII e das relações que aqui brevemente apontamos. Esta seria uma emigração continuada, que começou de forma pontual, reduzida a pequenas tripulações e que, com a forte expansão e atuação da baleação americana, levou a um grande aumento do número de homens baleeiros que abandonavam as ilhas no século XIX. Atualmente, uma das exposições permanentes do New Bedford Whaling Museum, intitulada “Cape Verdean Maritime Exhibit” mostra, precisamente, as relações entre o povo de Cabo Verde e New Bedford, laço que se mantém ainda hoje. Mais informação em <https://www.whalingmuseum.org/explore/exhibitions/current/cape-verdean-maritime> (consultado a 06.12.2019).

<sup>955</sup> José Joaquim Lopes de LIMA, *Ensaio sobre a statistica das Ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portuguesa ao norte do Equador*, Livro I, Parte II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 41-42.

*se poderia ali tentar para estabelecer Pescarias do Bacalhao e de Baleias de q' se diz haver ali quantid.<sup>e</sup> consideravel*"<sup>956</sup>.

Este “renovar” da informação está relacionado, provavelmente, com duas consultas anteriores sobre a abundância de baleias nas ilhas de Cabo Verde, uma em 1761<sup>957</sup> e outra em 1771<sup>958</sup>. Os poucos estudos sobre a baleação costeira em Cabo Verde não permitem datar com rigor o início da atividade, variando entre o final do século XVIII e meados do século XIX<sup>959</sup>, continuando assim em falta uma pesquisa aprofundada sobre esta matéria<sup>960</sup>. Para já, resta-nos a certeza que as baleias e a baleação tiveram impacto na sociedade cabo-verdiana, mais que não seja, através da baleação americana pelágica, que tocou o arquipélago e marcou a sua relação com o mar.

A importância de Cabo Verde na história da caça da baleia foi belissimamente ilustrada no *Panorama* intitulado *A Whaling Voyage Round the World*<sup>961</sup>, executado pelo

---

<sup>956</sup> OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] ao [oficial maior da secretaria de estado da Marinha e Ultramar], João Filipe da Fonseca, sobre os avisos que deveriam ser expedidos ao vice-rei [do estado do Brasil, conde Resende, D. José Luís de Castro] e aos governadores de São Paulo [Martinho de Melo Castro e Mendonça] e de Minas Gerais [visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado], sobre a viagem mineralógica de João Manso Pereira à aquelas capitanias, pesquisando sobretudo as minas de ferro, ouro e prata, além de outros avisos ao governador de Pernambuco sobre a pensão a ser dada a Manuel da Câmara Arruda, ao da Bahia, sobre cultura da pimenta; ao de Minas sobre o Serro Frio e sobre seu secretário; ao de Goiás sobre o cravo, noz-moscada e outros vegetais; ao de Angola, sobre a comunicação entre as duas costas africanas e ao de Cabo Verde sobre as pescas do bacalhau e da baleia, AHU\_CU\_ULTRAMAR, Cx. 11, D. 849 (Acervo CU-Conselho Ultramarino) (1796).

<sup>957</sup> CARTA do ouvidor-geral e provedor da Fazenda Real de Cabo Verde, Carlos José de Souto e Matos ao rei [D. José] (...) indicando a abundancia de peixes na ilha da Boavista, em especial a baleia, da qual poderia estabelecer-se a actividade da pesca e fabrica de azeites colmatando a falta às populações em tempo de esterilidade (...), AHU\_CU\_024, Cx. 27, D. 1997.

<sup>958</sup> OFÍCIO do governador das Ilhas de Cabo Verde, Joaquim Salema de Saldanha Lobo ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro comunicando sobre algumas vantagens que poderão ter a Fazenda Real e o povo daquelas Ilhas com o estabelecimento da pesca da baleia no canal entre as Ilhas de [Santiago] e Fogo entre os meses de Fevereiro e Maio (...), AHU\_CU\_CABO VERDE, Cx. 26, D. 2264.

<sup>959</sup> Cornelis J. HAZEVOET & Frederick W. WENZEL, “Whales and dolphins (Mammalia, Cetacea) of the Cape Verde Islands, with special reference to the Humpback Whale *Megaptera novaeangliae* (Borowski, 1781)”, *Contributions to Zoology*, vol. 69, n. 3, 2000, p. 198; CABRAL & HAZEVOET, *Op. cit.*, 2011, p. 30;

<sup>960</sup> No âmbito do projeto europeu CONCHA-The construction of early modern global Cities and oceanic networks in the Atlantic: An approach via Ocean’s Cultural Heritage (EU H2020-MSCA-RISE-2017, N. 777998) (<http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/concha/>) estão a ser desenvolvidas pesquisas que contribuirão para a colmatação desta lacuna e cujos resultados serão publicados no decorrer dos próximos anos.

<sup>961</sup> Esta magnífica obra iconográfica, ilustrativa da baleação americana pelágica e executada para mostrar todo o seu esplendor às audiências norte-americanas, está atualmente em exposição no New Bedford Whaling Museum. Pode também ser visualizada em pormenor na versão digital disponível em <https://nbwm.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=19513a5d13964a48aa9d00973c8a9674>.

pintor Caleb Purrington e pelo artista autodidata e baleeiro Benjamín Russel, em 1847-1848. Neste roteiro da baleação americana, os autores ilustraram as cenas mais notáveis de uma viagem baleeira por todo o mundo, onde não faltou a Ilha do Fogo (Figura V.1.1.)<sup>962</sup>, acentuando a importância do arquipélago.



**Figura V.1.1.** Ilustração do vulcão do Fogo em erupção no *Grand Panorama of a Whaling Voyage Round the World* de Caleb Purrington e Benjamín Russel, 1847-1848.

Conexão semelhante teriam os baleeiros americanos com o arquipélago dos Açores. Mais uma vez, a posição geográfica revelou-se estratégica para os baleeiros transatlânticos, numa viagem que demorava cerca de dez dias, dado o curso da corrente do Golfo, que se tornava “*more and more easterly as it advances, till it ceases to be any longer distinguishable near the Azores or Western Islands*”<sup>963</sup>. Na rota de navegação dos navios baleeiros, as primeiras ilhas açorianas que provocavam o “Land Ho!” eram as

---

<sup>962</sup> Os autores não assistiram à erupção do vulcão do Pico do Fogo, em 1847, mas quiseram representar este incrível cenário. À data, em alguns livros de navegação podia ler-se que a ilha do Fogo ardia continuamente o que podia ser visto a 34 léguas de distância, segundo Michael P. DYER, “Changing places: Some technical whaling highlights from Purrington & Russell’s Grand Panorama of a Whaling Voyage Round the World, 1848-1851”, *New Bedford Whaling Museum Blog*, <https://whalingmuseumblog.org/2016/04/11/changing-places-some-technical-whaling-highlights-from-purrington-russells-grand-panorama-of-a-whaling-voyage-round-the-world/> (consultado a 27.08.2018).

<sup>963</sup> J. Waller, *A Voyage in the West Indies: Containing Various Observations made During a Residence in Barbadoes...*, Londres, Sir Richard Philips & Co., 1820, in DYER, *Op. cit.*, 2009, p. 232.



Flores e o Corvo, mas, por não disporem de condições de abrigo seguro e por não assegurarem o apoio logístico adequado, seria o Faial a desenvolver-se como escala baleeira. Pelas qualidades da baía e pelo desenvolvimento económico e social daquela ilha, foi eleito o porto da Horta como local de ancoragem e provisionamento<sup>964</sup>.

Como já vimos pelo caso de Nicolau Maria Raposo de Amaral, cujo sucesso financeiro, na ilha de S. Miguel, a partir de 1767 se deveu, também, às baleias e à baleação do Brasil, o lucro que se poderia obter das baleias das águas dos Açores não passava despercebido, principalmente a partir do momento em que os navios baleeiros as capturavam em frente à costa. Como relembra, em 1768, D. Antão de Almada, governador das Ilhas dos Açores, ao então secretário de estado da Marinha e do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o óleo de baleia era um dos géneros quotidianos e de grande utilidade à população das ilhas e que, pela sua abundância, se poderia garantir o abastecimento do povo e o lucro da Fazenda Real<sup>965</sup>.

O governador acrescentava ainda:

*“a nação inglesa se tinha aproveitado o anno passado desta pescaria; e conhecendo bem a grande e avultada conveniencia que della se lhe seguiu, só com o numero de sessenta embarcações que armaram no referido anno; no presente se deliberaram a cruzar todo o verão á vista destas mesmas costas com duzentas embarcações pequenas de um mastro, fazendo regularmente a mesma pescaria de que extrahiram não só muita quantidade do dito genero, mas muito expermacette e algum ambar (...); para que sendo tudo prezente a Sua Magestade, o mesmo senhor sobre estas informações possa determinar e resolver o que mais conveniente for (...)”*<sup>966</sup>.

Até à data, não há qualquer indicação que nos leve a crer que se tenha estabelecido uma atividade organizada nos Açores até ou durante o século XVIII<sup>967</sup>. O estabelecimento

---

<sup>964</sup> DYER, *Op. cit.*, 2009, pp. 235-236; COSTA, *Op. cit.*, 2012, p. 41.

<sup>965</sup> D. Antão de ALMADA, “Officio a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 19 d’outubro de 1768, sobre a pesca das baleias”, in *Archivo dos Açores*, edição fac-similada da ed. 1884, vol. VI, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, pp. 7-8.

<sup>966</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>967</sup> A baleação açoriana é um caso paradigmático na história da baleação, sobre a qual inúmeras obras foram e continuam a ser publicadas. Destacamos, entre as leituras de referência, João AFONSO, *Mar de Baleias e de Baleeiros*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 1998, 241 p.; CLARKE, *Op. cit.*, 2001.

de armações baleeiras nas ilhas faria, obrigatoriamente, reduzir o consumo do azeite de baleia proveniente do Brasil. Eventualmente pelos mesmos motivos que levaram à rejeição do pedido do madeirense Nicolau Soares por parte da Coroa portuguesa, na década de 1740, como vimos no capítulo anterior, não tenha sido também promovida a atividade nos Açores, neste período. Para além disto, o contrato baleeiro era exclusivo, e o de 1765 assegurava, pela condição 4<sup>a</sup>, que ninguém, nem mesmo a Fazenda Real, pudesse estabelecer “*Fabrica algúa da Pescaria das Balêas na Costa do Brazil, ou em qualquer outra parte dos Dominios de Portugal*”<sup>968</sup>.

Mas, de facto, os Açores eram um verdadeiro ‘whaling ground’ - como são hoje um dos mais visitados lugares no mundo para a observação de cetáceos e de cachalotes, em particular, - que funcionaram também como um dos principais pontos de recrutamento. Para os baleeiros americanos, os Açores foram-se afirmando como paragem obrigatória para abastecimento de água, comida e de tripulantes. Jovens açorianos aproveitavam a presença das embarcações para “dar o salto”<sup>969</sup> e transformaram o tecido das tripulações baleeiras que passaram, em muitos casos, a ser compostas por “Portuguese shipped at the Azores”<sup>970</sup>. Ou como imortalizaria Herman Melville, “no small number of these whaling seamen belong to the Azores, where the outward bound Nantucket whalers frequently touch to augment their crews from the hardy peasants of those rocky shores (...). How it is, there is no telling, but Islanders seem to make the best whalemén”<sup>971</sup>. A participação dos açorianos na baleação americana e, mais tarde, na composição do tecido socioeconómico dos Estados Unidos da América, foi singular, quer através da constituição das tripulações e do suporte do comércio, facilitado no Faial pela família Dabney, no início do século XIX, quer através das famílias que emigraram para a costa americana nessa mesma centúria<sup>972</sup>.

Também as Ilhas do Faial e do Pico foram exemplarmente ilustradas no *Grand Panorama of a Whaling Voyage Round the World* (Figura V.1.2.).

---

<sup>968</sup> Condiçoens com que o S<sup>r</sup>. Ignacio Pedro Quintella e Comp.<sup>a</sup> tem arrematado o Contrato da Pescaria das Balêas nas Costas do Brazil, e Ilhas a ellas adjacentes, fl. 2, AHU-Códice 412.

<sup>969</sup> CYMBRON & DUTRA, *Op. cit.*, 2013, p.44, 47.

<sup>970</sup> STARBUCK, *Op. cit.*, 1878, p. 112.

<sup>971</sup> MELVILLE, *Op. cit.*, pp. 132-133.

<sup>972</sup> COSTA, *Op. cit.*, 2012; PRIETO, *Op. cit.*, 2015. A relevância da relação das comunidades açorianas com a baleação dos EUA está patente na exposição permanente “Azorean Whaleman Gallery” do New Bedford Whaling Museum (<https://www.whalingmuseum.org/explore/exhibitions/current/azorean-whaleman-gallery>).



**Figura V.1.2.** Ilustração do Faial e do Pico no *Grand Panorama of a Whaling Voyage Round the World* de Caleb Purrington e Benjamín Russel, 1847-1848.

Os baleeiros americanos recrutaram pessoas e caçaram baleias em praticamente todos os recantos do Atlântico, Índico e Pacífico, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XX, dizimando diferentes populações geográficas de sete espécies de baleias, consecutiva e sequencialmente. A baleação americana foi praticamente exclusiva ao Oceano Atlântico até cerca de 1824 e estendeu-se até aos 40° de latitude, ao norte, e os 50°, ao sul<sup>973</sup>.

Para além dos pontos de escala insulares, portos continentais ao longo do Atlântico eram igualmente essenciais à garantia de uma viagem segura e devidamente abastecida, ao mesmo tempo que se exploravam todos os recantos do Atlântico em perseguição de baleias. No final do século XVIII, os baleeiros americanos aventuravam-se da América do Norte ao Caribe, Cabo Verde e Açores, daqui às costas de África e ao Brasil, às Falklands e à costa da Patagónia, até à costa sul-americana do Pacífico<sup>974</sup>. E se em alguns espaços atlânticos a experiência baleeira era inédita e pessoas e baleias viam e sentiam os arpões pela primeira vez, esse não era o caso do Brasil, como agora sabemos.

<sup>973</sup> Tim D. SMITH, Randall R. REEVES, Elizabeth A. JOSEPHSON & Judith N. LUND, "Spatial and seasonal distribution of American whaling and whales in the age of sail", *PLoS ONE*, vol. 7, n. 4, 2012, p. 2, 7.

<sup>974</sup> STARBUCK, *Op. cit.*, 1878, p. 96; Granville Allen MAWER, *Ahab's Trade: The Saga of South Seas Whaling*, St. Leonards, Allen & Unwin, 2000, pp. 13-14; Daniel QUIROZ, *Balleneros en la Niebla. Etnografía Histórica de la Caza de Ballenas en Valdivia*, Santiago do Chile, Colección Mocha Dick, 2013, pp. 60-64.

### V. 1. 3. Um momento de contacto entre baleeiros e a breve caça de cachalotes no Brasil de Setecentos

Perante as notícias que chegavam a Portugal e ao Brasil sobre a baleação americana pelo Atlântico, uma eventual pressão estrangeira para a exploração das águas e das baleias pertencentes ao monopólio baleeiro da Coroa portuguesa era, efetivamente, uma preocupação. A expansão da operação americana pelágica parecia não tardar a tocar as águas da América do Sul e chegavam também notícias do Reino Unido sobre essa possibilidade iminente.

Em 1770, Francisco de Melo e Carvalho, enviado extraordinário da Embaixada de Portugal em Londres, alertava:

*“sei com certeza, que os Habitantes da Nova Inglaterra, associados com alguns desta Praça. formáráo hum novo projecto de Pesca de Balêas sobre as Costas do Brazil; que já deste Porto haviaõ partido dois Navios e na semana próxima deviaõ partir outros; álem dos mais que da mesma Nova Inglaterra tinhaõ hido em direitura, ao mesmo fim: Este novo projecto me parece da mayor consequencia para Nós outros, e em que devemos ter toda a vigilancia: Dizem que o seu destino he aos Máres Vizinhos da Bahia, por serem os mais bem providos desta Pesca: Esta sociedade me parece hum nova Companhia: eu informarei a V. Ex.a do mais que souber nesta materia”*<sup>975</sup>.

E, em setembro de 1773, o brigue *Leviathan*, de Rhode Island, Newport, chegou ao Rio de Janeiro. Este navio baleeiro pertencia a Aaron Lopez, um comerciante português judeu, e tinha iniciado viagem em dezembro de 1772, dirigido pelo capitão Thomas Lothrop<sup>976</sup>. Na sua viagem, que até então contava com nove meses de duração, este navio tinha já passado pelos Açores, Madeira e Cabo Verde, onde se ocupou vários meses a caçar baleias. Algures nesse percurso tinha sido perdido um dos botes baleeiros e o navio encontrava-se com poucas provisões para a tripulação, pelo que se viu forçado a aproximar-se de costa até um porto seguro. Após uma tentativa frustrada de entrada na

---

<sup>975</sup> BNP-Manuscritos-Ofícios diplomáticos de Londres 26, mf. F.4728. Cartas oficiais e particulares, documentos diplomáticos, publicado em PAZ, *Op. cit.*, 2015, p. 141.

<sup>976</sup> STARBUCK, *Op. cit.*, 1878, p. 56.

Baía de Guanabara, foi enviado um bote até terra que foi de imediato apreendido e o navio aportou no dia seguinte, já sob vigilância portuguesa<sup>977</sup>.

O capitão Lothrop parece ter tido instruções para se manter confinado ao navio e a tripulação foi enviada para a prisão militar da ilha das Cobras (Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, Baía de Guanabara), num processo demorado, sensível e com implicações diplomáticas<sup>978</sup>, sobre o qual não nos vamos debruçar.

A grande novidade aqui, no que toca às baleias e à baleação, foi este momento de contacto ter permitido, finalmente, conhecer as práticas baleeiras americanas e, claro, começar a caçar cachalotes.

Compreendendo, de imediato, esta oportunidade para ser cumprida a tal 6ª condição do contrato, logo Francisco José da Fonseca, sócio e caixa do contrato das baleias, que havia acompanhado a missão dos mestres franceses anos antes, promoveu a primeira viagem baleeira, com os baleeiros ingleses. Foi preparada uma embarcação do contrato, cuja tipologia desconhecemos, e foi coberta uma grande extensão ao largo do Rio de Janeiro à procura de cachalotes. Nesta primeira viagem, que poderá ter durado entre 11 de outubro de 1773<sup>979</sup> e 11 de janeiro de 1774, foram capturados seis animais<sup>980</sup>.

Na sequência do sucesso desta primeira iniciativa, foi pedida licença ao então vice-rei do Brasil para sair novamente à caça de cachalotes com o capitão estrangeiro para *“para cabalmente ficarem instruídos na sobre dita pesca, que pode ser de tanta utilidade ao mesmo Contrato”*<sup>981</sup>. Não demoraria uma resposta positiva, *“vista a grande utilidade, que da descoberta desta pesca, e de ficarem nela cientes os nossos pescadores”* e foi formalizado um acordo entre o capitão Lothrop e o contratador das baleias português. Neste acordo, o primeiro obrigava-se a revelar aos baleeiros do Brasil as técnicas de caça dos animais, a separação do âmbar e do espermacete, e o segundo comprometia-se com

---

<sup>977</sup> *Idem, ibidem*; Dauril ALDEN, "Yankee Sperm Whalers in Brazilian Waters, and the Decline of the Portuguese Whale Fishery (1773-1801)", *The Americas*, vol. 20, n. 3, 1964, pp. 277-278.

<sup>978</sup> *Idem*, pp. 278-282.

<sup>979</sup> MAPA da demonstração do que produziu a pesca dos cachalotes ou espermecetes desde 11 de Outubro de 1773..., AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770. Mapa disponível para consulta na Figura 1 do Anexo E.

<sup>980</sup> REQUERIMENTO de um dos sócios e caixa do contrato das Baleias, Francisco José da Fonseca, ao [vice-rei do Estado do Brasil, marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], solicitando licença para, junto com o capitão de uma embarcação inglesa Thomas Lothrop, sair a pesca de peixes [baleias espermacetes], AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 96, D. 8312 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (ant. 26 de janeiro de 1774).

<sup>981</sup> *Idem*.

o pagamento pela tarefa e por cada animal capturado, bem como a repartir os produtos resultantes. Pela sua relevância, aqui transcrevemos este documento:

*“Trato feito entre o Capitão Thomas Lothrop do Bergantim Inglês denominado Leviathan & o Caixa & Administrador da pesca das Baleas Francisco José da Fonseca para o dito Capitão ir fazer a pesca dos peixes Espermacete em a Corveta denominada Nossa Senhora da Conceição*

*Que a pesca que fizer a Embarcação Portuguesa será igualmente repartida tanto do azeite como do Espermacete, e Ambargris para o dono da Embarcação Inglesa.*

*Que ele dito Capitão Thomas Lothrop se obriga a ensinar a gente da Embarcação Portuguesa como se separa o Ambar, e se liquida o Espermacete, e se purifica o azeite, assistindo pessoalmente sem ocultar o que souber.*

*Que ele Caixa será obrigado em gratificação de todo o referido a fazer de um premio certo de trezentos mil r.<sup>es</sup>, e de cada peixe que ele dito Capitão arpoar terá oito mil r.<sup>es</sup>, e para a gente da sua lancha que há de levar, cinco mil r.<sup>es</sup> por cada peixe com a obrigação de ajudar a desfazer, e frigir dito peixe com a maior prontidão do que puder.*

*Que se lhe darão os mantimentos a bordo da dita Corveta que precisar, tanto para seu sustento, como da gente que leva para a sua lancha”<sup>982</sup>.*

De notar que, volvido século e meio da incorporação das técnicas baleeiras bascas no Brasil, que permitiram a exploração de baleias junto a costa, chegavam novamente baleeiros peritos para ensinar - e destaque seja dado à palavra que consta do acordo - a caçar baleias, agora técnicas americanas com vista a uma nova espécie, habitante de mar aberto. Este era, nas palavras de Alexander Starbuck, *“a business altogether new to the Portuguese, who had been, hitherto, ignorant of any but the right whale, and had never ventured even in the pursuit of them out of sight of land”<sup>983</sup>.*

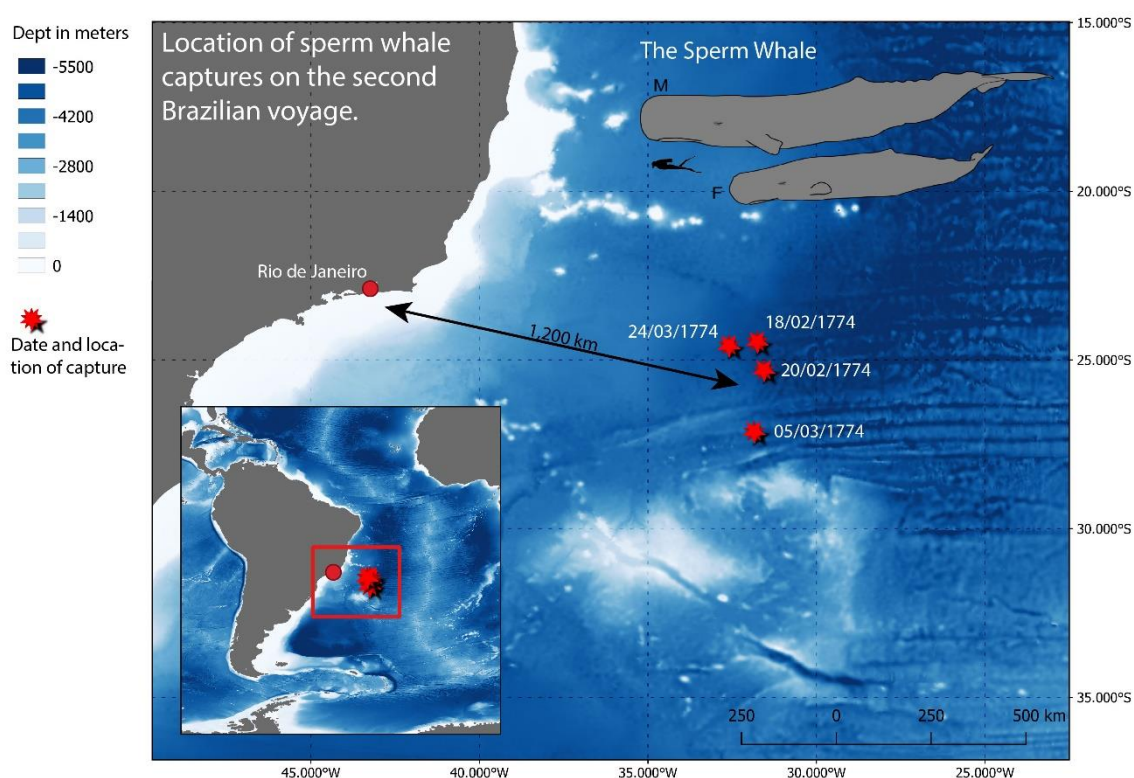
---

<sup>982</sup> Documento anexo a REQUERIMENTO de um dos sócios e caixa do contrato das Baleias, Francisco José da Fonseca, ao [vice-rei do Estado do Brasil, marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], solicitando licença para, junto com o capitão de uma embarcação inglesa Thomas Lothrop, sair a pesca de peixes [baleias espermacites], AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 96, D. 8312 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (ant. 26 de janeiro de 1774).

<sup>983</sup> STARBUCK, *Op. cit.*, 1878, p. 57.

Para esta segunda viagem, foi preparada e adaptada pelo menos uma embarcação do contrato, possivelmente a corveta *Nossa Senhora da Conceição do Porto Salvo*, apetrechada com arpões e outros utensílios baleeiros, feitos a partir dos modelos ingleses<sup>984</sup>. Sobre esta expedição, um facto inédito foi o registo da posição geográfica dos locais de captura de cachalotes. Esta era uma prática comum e característica da baleação americana, principalmente porque permitia mapear as zonas de maior ocorrência de baleias e, desta forma, definir as zonas de caça que suportavam as grandes viagens baleeiras<sup>985</sup>.

Assim, também nós conseguimos mapear agora esses locais de captura (Figura V.1.3.) e compreender o esforço necessário a esta nova operação baleeira.



**Figura V.1.3.** Localização das capturas de cachalotes na segunda viagem baleeira, entre 5 de fevereiro e 1 de abril de 1774, com base em com base em AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 96, D. 8312. Esta imagem foi produzida para a publicação Nina VIEIRA, Patrick HAYES & Al MATTHEWS, “Facing Changes, Changing Targets: Sperm Whale Hunting in Late Eighteenth-Century Brazil.”, Environment & Society Portal, *Arcadia* (Autumn 2019), no. 44. Rachel Carson Center for Environment and Society, disponível em <http://www.environmentandsociety.org/node/8798>.

<sup>984</sup> *Idem, ibidem*; ALDEN, *Op. cit.*, 1964, p. 280.

<sup>985</sup> Ver, por exemplo, SMITH, REEVES, JOSEPHSON & LUND, *Op. cit.*, 2012.

De uma baleação costeira, em que os baleeiros raramente perdiam a terra de vista, seguiam agora para uma navegação em que se afastavam mais de 1.200 quilómetros fora de costa (cerca de 647 milhas náuticas atuais). A esta distância atingiam uma área com características oceanográficas e topográficas completamente diferentes das que se conheciam até então. As posições registadas de captura de animais, correspondem a batimetrias entre os 4.900 e os 5.200 metros. Mais, caçavam uma espécie com características e comportamento muito distintos das baleias de barbas que conheciam e das quais resultavam outros produtos, os quais tinham que ser processados de maneira diferente.

Nesta segunda viagem, foram capturados 9 animais, dos quais resultaram 22 pipas e três barricas de azeite que foram divididas entre o capitão inglês e o contrato (Tabela V). Em dezembro de 1774, navegou para Lisboa uma galera carregada com 56 pipas grandes de “azeite de spermacete”, 5 barris de spermacete purificado, 158 velas de spermacete, entre outras medidas<sup>986</sup>.

**Tabela V.** Número de cachalotes capturados e quantidade de óleo e spermacete produzidos na segunda viagem do Contrato das Baleias no Brasil, entre fevereiro e abril de 1774, com a tripulação do navio *Leviathan*, ao largo do Rio de Janeiro, com base em AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 96, D. 8312.

Data (1774)	Nº cachalotes	Pipas / Barricas de óleo	Barris de spermacete
<b>18 Fev</b>	1	3 / 0	5
<b>20 Fev</b>	3	7 / 0	8
<b>5 Mar</b>	2	5 / 0	7
<b>24 Mar</b>	3	7 / 3	13

<sup>986</sup> Carregamento feito por mim Francisco Joseph da Fonseca, desta cidade p.<sup>a</sup> a de Lisboa, na Gallera Luzia Fortunata, cap.<sup>am</sup> Luis Moreira da Cunha, por conta e risco dos Interefsados no Contrato actual da pesca das balleas, a entregar na mesma Cid.<sup>e</sup> ao S.<sup>or</sup> Ignacio Pedro Quintella auzente a quem Admn.<sup>ar</sup> e for Caixa do mesmo Contrato na dita cidade (29 de dezembro de 1774), documento anexo a AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 96, D. 8312.



Sobre a produção de velas, Myriam Ellis refere somente que as primeiras velas de espermacete no Brasil foram fabricadas nas armações de S. Domingos (Rio de Janeiro) e de Nossa Senhora da Piedade (Santa Catarina)<sup>987</sup>. No nosso estudo não tivemos oportunidade de nos demorarmos sobre esta matéria, pelo que será interessante voltar a este assunto de futuro e compreender, de forma mais concreta, os métodos de processamento dos animais, extração dos diferentes óleos, fabricação das velas, acondicionamento, transporte para Portugal e regiões de consumo dos produtos, a nível local e global.

A partir deste ano e até 30 de junho de 1777, foram realizadas, pelo menos, 30 viagens de '*Pesca dos Caxelotes*'<sup>988</sup>. Nestes quatro anos de caça ao cachalote, ao largo do Brasil, foram capturados 186 animais, do quais resultou o envio para Lisboa de, aproximadamente, 177 arrobas e 13 arráteis (c. 125.300 kg) de velas de espermacete, 3.559 arrobas (c. 836.800 kg) de miolos ou óleo, referindo-se talvez ao espermacete, e 452 pipas de óleo, para além de outras medidas<sup>989</sup>.

Após 1777, não conseguimos, para já, assegurar se a caça de cachalotes continuou no Brasil ao abrigo do monopólio real. Através da nossa análise das relações de carga de produtos do contrato das baleias enviados para Portugal, identificámos o último transporte de espermacete para a metrópole precisamente em 1777. No entanto, vasilhas, pipas ou barricas de óleo desta espécie foram enviadas, no mínimo, em 1779, 1782 e 1785, em muito reduzidas quantidades. Estes dados podem referir-se a um excedente de óleo de cachalote que se foi acumulando e que foi enviado apesar de já não se caçarem os animais, ou que estes eram caçados de forma estritamente pontual.

Entretanto, a baleação americana ganhava força e maior dimensão geográfica e embarcações baleeiras começaram a chegar aos mares do Brasil, cada vez com maior frequência. Voltando ao navio *Leviathan*, o destino da sua tripulação é desconhecido<sup>990</sup>. Mas a sua presença no Brasil inaugurou o caminho de acesso às grandes áreas de baleação

---

<sup>987</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, pp. 127-128.

<sup>988</sup> Demonstração líquida do q' produzio a Pesca dos Caxelotes..., documento anexo AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770.

<sup>989</sup> *Idem*.

<sup>990</sup> ALDEN, *Op. cit.*, 1964, p. 282.

- *whaling grounds* - do Atlântico Sul<sup>991</sup>, tal como espoletou uma tentativa de caçar cachalotes nas águas do Brasil colonial.

A partir de 1774, navios baleeiros começaram a fazer aguada em vilas e cidades do Brasil colonial. Embarcações americanas, mas também inglesas e francesas, ainda nas últimas décadas de Setecentos, arribaram na ilha de Fernando Noronha<sup>992</sup>, no Recife<sup>993</sup> ou na ilha de Santa Catarina<sup>994</sup>, solicitando assistência ou abastecendo-se de água para as tripulações e lenhas para alimentar os *try-works* incorporados a bordo.

Em 1776, pelo menos seis navios partiram de Nantucket para a baleação nos ‘Brazil Banks’, sendo que um deles era proveniente de New Bedford, onde regressou em março de 1777, com a sua capacidade máxima de transporte de óleo de baleia completa<sup>995</sup>. Em 1778, por exemplo, saíram do porto de Londres para a “*Pesca do Sul da Baleia nos Mares do Brazil*”, as embarcações *O Experimento*, comandado pelo capitão Folgebs, *O Neptuno* pelo capitão Masey, *O Siadney* pelo capitão Loch, ou *O Egmont* pelo capitão Weeattey<sup>996</sup>.

Em 1785, Martinho de Mello e Casto escrevia ao vice-rei do Brasil, alertando sobre os recentes Estados Unidos da América que infestavam “*os Portos, e Costas do m.<sup>mo</sup> Brazil, principalm.<sup>te</sup> não lhes sendo desconhecidos, mas antes tendo sem interrupção frequentado aqueles Mares, onde faziam e fazem a Pesca das Baleas*”<sup>997</sup>. A presença de

---

<sup>991</sup> *Idem*, pp. 287-288; MAWER, *Op. cit.*, 2000, pp. 13-14.

<sup>992</sup> OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo] sobre três embarcações estrangeiras que arribaram da ilha de Fernando de Noronha, um bergantim e uma alandra ingleses que estavam à caça de baleias e um golete de Martinica, francês, à caça de tartarugas, AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 119, D. 9083 (Acervo Pernambuco) (4 de abril de 1775).

<sup>993</sup> OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a passagem de uma embarcação francesa empregada na pesca da baleia no porto do Recife, AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 163, D. 11656 (Acervo Pernambuco) (11 de abril de 1788).

<sup>994</sup> OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre um ofício do governador da Ilha de Santa Catarina, [António Carlos Furtado de Mendonça] à propósito da carta de u(Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (6 de setembro de 1776).

<sup>995</sup> STARBUCK, *Op. cit.*, 1878, pp. 178-179. Para além destes, muitos outros navios e viagens decorridas nos anos seguintes, podem ser encontradas nesta obra de Alexander Starbuck.

<sup>996</sup> Lista dos Navios, que tem sahido do Porto de Londres para a Pesca do Sul da Baleia nos Mares do Brazil, in *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do General Martim Lopes Lobo de Saldanha (Governador da Capitania). 1777-1780, volume LXXX, São Paulo, Departamento do Arquivo de Estado de São Paulo, 1955, pp. 77-78.

<sup>997</sup> Officio para Luis de Vasconcelos e Souza Vice Rey do Brazil sobre o objecto deste Alvará, in *Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Volume XLV.

estrangeiros nos portos do Brasil provocava um desconforto que se estendia a todos, desde os governadores aos contratadores das baleias, revelando, também assim, a importância da baleação no Brasil para a Coroa portuguesa, para os negociantes do monopólio e para oficiais do reino que administravam o território.

Estas eram viagens longas, demorando cerca de um ano até à costa do Brasil<sup>998</sup>, cujos portos começaram a integrar a rota baleeira, estreada pelo *Leviathan*, e onde “*the right whales were very numerous*”<sup>999</sup>.

O porto do Rio de Janeiro estava, segundo o mineralogista britânico John Mawe, convenientemente situado para fornecer apoio aos navios baleeiros que no seu percurso para a “*South Sea whale-fishery touch here, and lay in large stocks of spirituous liquors, wine, sugar, coffee, tobacco, soap, and live stock*”<sup>1000</sup>. E, pela sua relevância, também esta cidade do Brasil viria a ser representada no grande panorama da baleação (Figura V.1.4.).



**Figura V.1.4.** Fachada do porto do Rio de Janeiro na obra *Grand Panorama of a Whaling Voyage Round the World* de Caleb Purrington e Benjamín Russel, 1847-1848.

---

Correspondência recebida e expedida pelo General Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de S. Paulo, durante o seu Governo. 1788-1797 (1924). S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo, p. 424.

<sup>998</sup> MACY, *Op. cit.*, 1835, p. 134.

<sup>999</sup> *Idem*, p. 140.

<sup>1000</sup> MAWE, *Op. cit.*, 1812, p. 101.

## V. 2. BALEAS, GIBARTES E ESPERMACETES, PRINCIPAIS ESPÉCIES-ALVO

*Baleas* ou *Balleyas*, assim foram designados genericamente os indivíduos das espécies capturadas durante os dois séculos de ‘pesca’ de baleias no Brasil.

Com base nas obras de referências e estudos mais recentes, nas fontes históricas e nos poucos elementos iconográficos que ilustram, de forma mais ou menos detalhada, os animais capturados durante o monopólio baleeiro no Brasil colonial, é comumente aceite que as espécies de baleias de barbas caçadas extensivamente foram baleia-franca-austral (*Eubalaena australis* Desmoulins, 1822) (Figura V.2.1.) e baleia-corcunda (*Megaptera novaeangliae* Borowski, 1781) (Figura V.2.2.), às quais se junta, por um período curto de exploração, o cachalote (*Physeter macrocephalus* Linnaeus, 1758) (Figura V.2.3.)<sup>1001</sup>.

As duas primeiras espécies de baleias de barbas, com distribuição costeira, são também as que apresentam, ao longo da costa brasileira, uma distribuição relativamente frequente e, por isso, se assume que tenham sido também as espécies mais capturadas no passado.



**Figura V.2.1.** Baleia-franca-austral (*Eubalaena australis* Desmoulins, 1822). Ilustração de Uko Gorter.

---

<sup>1001</sup> COMERLATO, *Op. cit.*, 2010; EDMUNDSON & HART, *Op. cit.*, 2014.; e Igor Oliveira Braga de MORAIS, Daniel DANILEWICZ, Alexandre Novaes ZERBINI, William Edmundson, Ian B. Hart & Guilherme Augusto BORTOLOTO, “From the southern right whale hunting decline to the humpback whaling expansion: a review of whale catch records in the tropical western South Atlantic Ocean”, *Mammal Review*, vol. 47, 2017, p. 5; VIEIRA, *Op. cit.*, 2018, pp. 90-96.



**Figura V.2.2.** Baleia-corcunda (*Megaptera novaeangliae* Borowski, 1781). Ilustração de Uko Gorter.



**Figura V.2.3.** Cachalote (*Physeter macrocephalus* Linnaeus, 1758). Ilustração de Uko Gorter.

Interessou-nos aqui tentar compreender se, através das fontes documentais claramente relacionadas ou referentes a momentos associados à caça de baleias, conseguimos identificar com precisão as espécies a que se referem e se detetamos diferenças entre as espécies capturadas na Bahia e nas restantes armações. Em alguns casos socorremo-nos da iconografia que, não sendo vasta, permite-nos extrair informação complementar às fontes escritas. Não deixamos de ter em conta que os autores nem sempre estiveram em contacto direto com os animais, mas, ainda assim, os elementos iconográficos podem, em alguns casos, atuar como ferramentas de apoio à análise documental como substituto ou proxy do objetivo representado<sup>1002</sup>.

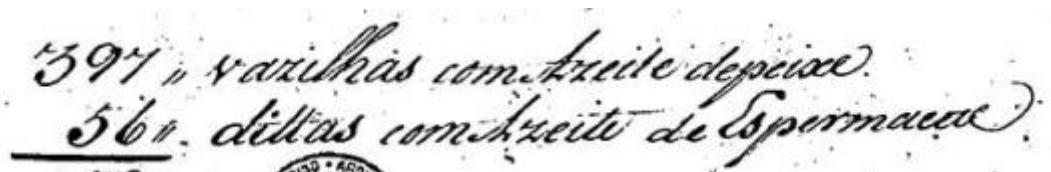
Assumindo que aquelas foram, de facto, as duas espécies mais impactadas, alguns trabalhos têm proposto uma discriminação daquelas espécies entre as armações da Bahia e as armações meridionais<sup>1003</sup>, como ilustrado no mapa inserido na *História Visual da*

<sup>1002</sup> Sachico KUSUKAWA. "The role of images in the development of Renaissance natural history", *Archives of natural history*, vol. 38, n. 2, 2011.

<sup>1003</sup> Entre os trabalhos que apoiam esta diferenciação, ver por exemplo COMERLATO, *Op. cit.*, 2010.

*Pesca da Baleia no Brasil*<sup>1004</sup>. Neste mapa, que corresponde à Prancha 1 deste conjunto de materiais fornecidos a escolas da Bahia, foi colocada uma figura de baleia-corcunda junto à Salvador e figuras de baleia-franca-austral junto às cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, reforçando a ideia de que a primeira terá sido a espécie-alvo na costa nordeste e a segunda na costa sudeste.

No caso dos cachalotes, como vimos, os animais eram identificados segundo o óleo especial que da sua cabeça se extraía - o espermacete -, e animal e produto tomaram o mesmo nome, facilitando assim o reconhecimento da espécie nas fontes analisadas, quando nos deparamos com a expressão *Espermecete* ou similares. Documentos como as relações de carga ou mapas do rendimento da ‘pescaria’ das baleias, no período em que esta espécie foi capturada, revelam uma clara distinção entre esta espécie e as restantes baleias, também pelos seus produtos que, como vimos, tinham diferentes características e valor e por isso são mencionados separadamente (Figura V.2.4.). Em eventual caso de observação direta, os cachalotes também seriam fáceis de identificar dadas as suas características anatómicas e morfológicas, e sendo esta a maior espécie da Ordem taxonómica *Odontoceti* (ou baleias de dentes).



597. varilhas com Azeite de peixe.  
56. dellas com Azeite de Espermacete.

**Figura V.2.4.** Distinção entre azeite de peixe (baleia) e azeite de espermacete (cachalote) na lista da carga pertencente ao Contrato das Baleias, transportada pelo navio Luzia Fortunata, do Rio de Janeiro para Lisboa, em 1777. Fonte: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8766.

Mas, como sabemos, a caça de cachalotes praticou-se durante um período curto no quadro geral do monopólio baleeiro que foi marcado, claramente, pela extração e transformação de baleias de barbas, como se compreende pelos produtos resultantes do

<sup>1004</sup> Fabiana COMERLATO, *História visual da pesca da baleia no Brasil. Material pedagógico para professores do ensino fundamental e médio*, Salvador, MAE/ UFBA, 2009. Este conjunto de material pedagógico resultou do projeto “As armações da pesca da baleia em Itaparica - Bahia”, coordenado por Fabiana Comerlato, em parceria com o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. Este conjunto é composto por 9 pranchas e um total de 14 imagens. O mapa a que nos referimos, correspondente à Prancha 1, pode ser consultado na Figura 2 do Anexo E.

seu processamento. Aquelas duas espécies de baleias da Ordem *Mysticeti* (baleias de barbas) têm, no entanto, inúmeras características que as distinguem e que sintetizamos na Tabela VI, de forma a facilitar as comparações que vamos tecendo ao longo desta discussão.

**Tabela VI.** Características gerais das espécies baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*) e baleia-corcunda (*Megaptera novaengliae*). Fonte: FONTAINE, 2007.

	Baleia-franca-austral ( <i>Eubalaena australis</i> )	Baleia-corcunda ( <i>Megaptera novaengliae</i> )
<i>Comprimento do corpo</i>	15 m	12-13 m
<i>Peso</i>	30-100 ton	25-30 ton
<i>Barbatana dorsal</i>	ausente	30 cm
<i>Comprimento das barbatanas peitorais</i>	- c. 20% do comprimento do corpo	4-5 m c. 30% comprimento do corpo
<i>Número de barbas (cada lado)</i>	205-270	270-400
<i>Comprimento das barbas</i>	2 m	85-104 cm
<i>Cor das barbas</i>	cinzento-claro	Cinzento-escuro

Logo aquando da experiência basca na Bahia, ainda antes do estabelecimento do monopólio régio da baleação, percebemos que os animais capturados nos primeiros anos de Seiscentos pertenciam àquela Ordem pela referência às barbas embarcadas por um navio basco, em 1609, do Brasil para a Europa. Felipe Valdés Hansen afirma terem sido seguramente barbas de baleia-franca, apresentando como único argumento o facto de ser esta a espécie que fornece esta melhor matéria-prima<sup>1005</sup>, não se suportando, no entanto, em nenhuma fonte da época que forneça qualquer característica anatómica distintiva da espécie. Efetivamente, era a baleia-franca do Atlântico Norte uma das espécies melhor conhecidas pelos baleeiros bascos, cujas características pouco diferem da espécie austral. A baleia-franca, cujo nome em inglês - *Right whale* - se acredita refletir a preferência que os baleeiros ingleses lhe tinham e por isso ser a baleia certa (*right*) para caçar, ocorrem

<sup>1005</sup> HANSEN, *Op. cit.*, 2016, p. 728.

muito próximo de costa, como já vimos, flutuam quando mortas, sendo por isso fáceis de rebocar, e produzem enormes quantidades de óleo e barbas<sup>1006</sup>.

Não significa isto, no entanto, que os baleeiros não capturassem outras baleias, aprendendo as suas características ecológicas e hábitos migratórios e adaptando-se a possíveis diferenças no seu comportamento.

Em 1655, estando já em vigor a baleação concessionada pela Coroa no Brasil, uma das raras descrições em que encontramos um maior detalhe na descrição dos animais encontra-se na *Relação da viagem que fez ao Brazil a Armada da Cōpanhia*, de Francisco de Britto Freyre, já aqui sobejamente citada. Julgamos que o autor se encontrava na Bahia, onde assistiu ao arpoamento de uma baleia que descreveu assim:

*“Porque destes peixes contavão elles, tomarem os machos, ou as femeas, que não erão paridas, com perigo, & cō trabalho, pellos arrácos cō ~q levão tras si furiosissimamente o barco dōde fica amarrado o cabo do harpão. Largamno muitas vezes para salvarse; & outras se perdem, espedaçados os homens, & as lanchas, se não fogem com destreza ao encontro das azas. Chamão azas, a duas parpatanas [sic] disformes, que servẽ como de remos porporcionados à maquina de todo aquelle corpo”*<sup>1007</sup>.

Esta referência a barbatanas muito longas remete-nos de imediato para a imagem da baleia-corcunda que possui, entre as baleias, as maiores barbatanas peitorais. Podendo chegar a 1/3 do comprimento do corpo, ou seja, entre 4 a 5 metros, esta característica está também refletida no seu Género taxonómico *Megaptera*, junção de *mega* (grande) e *pteron* (barbatana ou asa)<sup>1008</sup>.

Também descrevendo a baleação que se praticava na Bahia, nas primeiras décadas de Setecentos, Sebastião da Rocha Pitta, na *Historia da America Portuguesa*, descreveu as baleias da seguinte forma:

*“têm as verdadeiras setenta palmos de comprimento, vinte e seis de largura e dezoito de alto; sendo peixe, todo o seu corpo é toucinho e carne; todas as suas espinhas são ossos; cobre-a uma branda pele entre parda e negra, semeada em partes de miúdos búzios, que vivem do que lhe chupam; em poucas se vêm*

---

<sup>1006</sup> KENNEY, *Op. cit.*, 2009.

<sup>1007</sup> FREYRE, *Op. cit.*, 1657, pp. 114-115.

<sup>1008</sup> FONTAINE, *Op. cit.*, 2007, pp. 321-322.



*algumas manchas brancas; não mostra termo ou sinal que lhe difference a cabeça, mais que para o fim uma pequena diminuição, que faz à proporção do corpo: na parte inferior lhe ficam os medonhos olhos, entre as quais tem por nariz um largo canal, que lhe sai acima da cerviz, por onde expulsa com elevada respiração as grossas ondas que sorve ao mar mais tempestuoso. A boca é uma sensitiva gruta, em que acomoda a disforme e pesada língua, que tem de comprimento doze palmos, seis de grossura, e destila uma pipa de azeite; dezasseis a baleia toda: não tem dentes, porém em cada um dos queixos traz um feixe de quarenta e mais barbatanas, compridas dezasseis palmos, negras, e de uns nervos incorruptíveis e mais rijos que a madeira, flexíveis, mas sem quebrarem.*

*Do lugar dos ombros lhe saem por braços umas chamadas alas, que lhe acompanham os lados por espaço de vinte palmos, de carne nervosa, como a cauda, que traz sempre inclinada para uma parte; esta e as alas levanta, batendo os mares com estrondo formidável e perigo evidente de qualquer embarcação em que descarregar aqueles terríveis golpes. Do lugar do espinhaço se lhe levanta uma porção de carne curva, que em forma de arco lhe ocupa doze palmos do costado”<sup>1009</sup>.*

Nesta descrição, encontramos características de ambas as espécies. Logo de início, o autor usa a palavra “verdadeiras”, normalmente associada à espécie baleia-franca, a baleia verdadeira, a baleia certa. A pele negra com manchas brancas irregulares, as calosidades da cabeça cobertas por minúsculos crustáceos, conhecidos como piolhos da baleia, e cracas (os búzios referidos pelo autor), e a ausência de definição entre a cabeça e o resto do seu robusto corpo são também particularidades daquela espécie. Por outro lado, as barbas de cor escura e, novamente, as barbatanas descritas como alas, bem como a protuberância dorsal, são distintivas da baleia-corcunda.

De lembrar que Sebastião da Rocha Pitta (c. 1660-1738) nasceu e viveu na Bahia, onde terá tido a possibilidade de observar pessoalmente as atividades da baleação e os animais. Letrado, recebeu formação no Colégio dos Jesuítas da Bahia e na Universidade de Coimbra<sup>1010</sup>. No trecho em cima, e com o seu detalhe quase literário, o autor parece referir-se às duas espécies em simultâneo.

---

<sup>1009</sup> PITTA, *Op. cit.*, 1880, p. 23

<sup>1010</sup> Noticia Biographica, in PITTA, *Op. cit.*, 1880, pp. ix-xii.

De recordar também a descrição de Gabriel Soares de Sousa, decerto num momento prévio ao estabelecimento do monopólio baleeiro no Brasil, mas cuja descrição de duas baleias arrojadas em 1580 parece indicar a ocorrência de baleia-franca também na Bahia. O autor refere sobre um dos animais que “*tinha a boca tamanha que vi estar um negro mettido entre um queixo e outro, cortando com um machado no beijo debaixo com ambas as mãos, sem tocar no beijo de cima; e a borda do beijo era tão grossa como um barril de seis almudes; e o beijo de baixo sahia para fóra mais que o de cima, tanto que se podia arrumar de cada banda n’elle um quarto de meaço*”<sup>1011</sup>. O formato e a dimensão da boca são características distintivas da baleia-franca, cuja mandíbula inferior é arqueada formando uma curvatura muito pronunciada na configuração da sua boca<sup>1012</sup>.

Contudo, seria a partir da segunda metade do século XVIII que as informações sobre os animais ganhariam contornos mais definidos, numa Europa a iluminar-se na política, na economia, nas artes e nas ciências<sup>1013</sup>. Em Portugal, as reformas pombalinas promoveram uma ligação íntima e crescente entre os temas económicos, as estratégias comerciais e as disciplinas de História Natural e de Filosofia Natural. A observação sistemática e a recolha de informação através do contacto direto com o mundo natural, de onde se destacaram as viagens científicas ou filosóficas, foram peças cruciais no desenvolvimento do método e do conhecimento científicos, reforçadas pela mudança dos currículos programáticos e a reforma do ensino na Universidade de Coimbra<sup>1014</sup>. Surgiram dicionários económicos<sup>1015</sup>, quase como compêndios de História Natural e que contribuíam para a construção do conhecimento sobre o mundo natural ao serviço do Estado e das populações. Exemplo disso é o *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos*,

---

<sup>1011</sup> SOUSA, *Op. cit.*, 1879, pp. 254-255.

<sup>1012</sup> Ricardo BASTIDA, Diego RODRÍGUEZ, Eduardo SECCHI & Vera da SILVA, *Mamíferos acuáticos de Sudamérica y Antártida*, Buenos Aires, Vázquez Mazzini Editores, 2007, p. 150; REEVES, STEWART, CLAPHAM & POWELL, *Op. cit.*, 2008, p. 194.

<sup>1013</sup> Karl A.E. ENENKEL & Paul J. SMITH, “Introduction”, in Karl A.E. ENENKEL & Mark S. SMITH (eds.), *Early modern zoology: the construction of animals in science, literature and the visual arts*, Leiden/Boston, Brill, 2007, pp. 1-12.

<sup>1014</sup> Francisco António Lourenço VAZ, *Instrução e Economia. As Ideias Económicas no Discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)*, Lisboa, Colibri, 2002, p. 26; DOMINGUES, *Op. cit.*, 2012, p. pp. 136-141.

<sup>1015</sup> Ver, por exemplo, Alberto Jacqueri de SALES, *Diccionario Do Commercio*, 4 volumes, 1761-1773. Alberto Jacqueri de Sales foi segundo lente da Aula de Comércio, fundada pelo Marquês de Pombal em 1759. Esta sua obra trata-se de uma adaptação do *Dictionnaire universel de commerce*, de Jacques Savary des Bruslons (1657-1716), editada em Paris em 1723-1730. Sobre as baleias, para além de adaptar conteúdos do original francês, refere a obra de Sebastião da Rocha Pitta, numa miscelânea de informação sobre espécies do hemisfério norte e do sul, nomenclatura portuguesa e francesa.

*Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes*<sup>1016</sup>, que logo no seu título espelha o propósito a que se destinava. Aqui, sobre a baleia encontramos:

“*BALEA. Peixe do mar de extraordinaria grandeza: tem o couro negro, excepto a barriga, duro, e cuberto de pelo luzidio: gerão seus filhos como os animaes terrestres, e como elles lhe dão mama, e parem somente dous de cada ventre. Vive a Balea de huma agua, ou escuma, que sabe extrahir do mar. Ha varias castas, e com figura diferente: segue-a sempre hum peixinho, a que chamão Orca, ou Musculo, o qual dizem lhe serve de guia, e affirmão alguns que este peixinho anda sempre com a Balea só com o intento de a matar, e ferir pela parte mais fraca, que he o ventre, e dahi se aparta logo della. Da grandeza das Baleas ha varias opiniões: a maior, de que temos noticia que se matasse, tinha sessenta pés de comprido, outras sinquenta, outras, outras trinta, &c. Dão as Baleas hum azeite, que he util para muitas cousas, como v. gr. para a candeia, para fazer sabão, para preparar as lans, para os cortimentos de couros, e ainda para as tintas. Andão por todo o mar Oceano, principalmente pelo Ocidental. No Mediterraneo tambem ha muitas, porém são de menor grandeza*”<sup>1017</sup>.

Ainda considerada como peixe (tal como todos os seres aquáticos) e de nome genérico *Balea*, nesta obra confirmava-se a existência de várias espécies - ainda que não assim designadas - com características diferentes. E, claro, sobre a sua utilidade, referia-se principalmente o seu óleo para iluminação.

O conceito de espécie foi inaugurado no primeiro sistema de classificação do mundo natural, o *Sistema Naturae* do naturalista sueco, Carl Lineu, publicado em 1738<sup>1018</sup>. As baleias mantiveram-se, agora taxonomicamente, categorizadas junto com os peixes até à décima edição daquela obra, publicada em 1758 e 1759 em dois volumes. Nesta edição, Lineu considerou-as pertencentes à Classe dos mamíferos, pelas características do seu coração e pulmões, pelas pálpebras móveis, os orifícios auditivos e

---

<sup>1016</sup> José Monteiro de CARVALHO, *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes*, Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1765, 600 p.

<sup>1017</sup> CARVALHO, *Op. cit.*, 1765, pp. 72-73.

<sup>1018</sup> LAIST, *Op. cit.*, 2017, p. 19.

o facto de as fêmeas produzirem leite através de glândulas mamárias<sup>1019</sup>. A inserção das baleias naquela Classe era justificada por estes motivos e, afirmou o naturalista, “by virtue of the laws of nature it would be unjust to do otherwise”<sup>1020</sup>.

Este sistema de classificação procurava identificar plantas e animais com base nas suas características estruturais intrínsecas e impunha uma nova forma de organização da natureza, com base num princípio de identificação através do qual cada espécie podia ser reconhecida e nomeada, dentro de um quadro de classes taxonómicas, como Ordens, Géneros e Espécies<sup>1021</sup>. A concepção de ciência natural de Lineu propunha também um conceito de ‘economia da natureza’, na qual o mundo natural se apresentava como um sistema interdependente onde cada elemento desempenhava um papel na ordem coletiva<sup>1022</sup>.

*“All created things are proofs of the Divine power and wisdom, and fertile sources of human happiness; in their proper use and goodness of God is manifested to man; from their beauty and fitness the wisdom of the Creator shines forth; and, from the admirable economy which appears in their preservation, their just proportions to each other, and in the means employed for their perpetual renovation, the power of the Divine Majesty is most clearly shewn”*<sup>1023</sup>.

Como se nota, na classificação de Lineu não se perdia a perspetiva utilitária e antropocêntrica da natureza, que mantinha os seus propósitos à vida humana. Mas nesta nova concepção estariam as bases para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, do seu uso adequado, da sua preservação e da sua renovação, como refletido nas próprias palavras do naturalista.

Foi também neste contexto, em torno da construção da História Natural e do conhecimento sobre o mundo natural, que durante a administração do Marquês de Pombal se deu em Portugal uma reforma no ensino universitário. Na renovação do currículo da Universidade de Coimbra, orientada para um novo paradigma de ciência, com aplicação

---

<sup>1019</sup> LAIST, *Op. cit.*, 2017, p. 19.

<sup>1020</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>1021</sup> Alex Gonçalves VARELA, “A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase europeia” (1783-1800)”, *Tempo*, 2007, p. 45.

<sup>1022</sup> José Augusto PÁDUA, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2004, p. 15.

<sup>1023</sup> Carl LINEU, *The Animal Kingdom, Or, Zoological System, Class 1. Mammalia*, Londres, J. Murray, 1792, p. 23.

prática e tendo em vista o progresso da economia, o naturalista italiano Domingos Vandelli foi uma figura ímpar. Sob a sua orientação, de diferentes regiões do Império Português eram recolhidas amostras e descrições de produtos naturais que passaram a integrar inventários e catálogos que promovessem a classificação das espécies e eram verdadeiras fontes de conhecimento sobre as propriedades naturais, com vista ao desenvolvimento económico, ao aumento das indústrias, manufaturas e comércio, ou ainda ao desenvolvimento de produtos medicinais<sup>1024</sup>. Vandelli mantinha contacto com alguns dos maiores naturalistas da Europa, incluindo Lineu, tendo contribuído para que este último tivesse acesso a espécimes provenientes de territórios sob o domínio português, como o Brasil e África<sup>1025</sup>. Na sua troca de correspondência, é indispensável recordar que o próprio Lineu exclamou, sobre os recursos naturais portugueses: “*Oh bom Deos quam infelices seriaõ as outras gentes, se os Portuguezes conhecessem os bens, que a Natureza produz entre elles!*”<sup>1026</sup>.

Neste panorama científico, quando Vandelli escreveu os seus ensaios, nas Memórias Económicas da Academia das Ciências, a saber “Memoria sobre algumas producções das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitaõ”<sup>1027</sup> e “Memoria sobre as Produções Naturaes do Reino, e das Conquistas, primeiras materias de diferentes Fabricas, ou Manufacturas”<sup>1028</sup>, em 1789, não deixou de referir a baleação no Brasil:

*“A pesca das Baleas (b-Balena physalus), e Cazelote, (c-Physeter Cotodon) que se faz somente na barra da Ilha de Santa Catarina, e na da Bahia de todos os Santos, quanto mais abundante seria, se se estendesse em toda a Costa, e no alto*

---

<sup>1024</sup> DOMINGUES, *Op. cit.*, 2012, p. 141

<sup>1025</sup> William Joel SIMON, *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808): and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*, Lisboa, Instituto de Investigação Tropical, 1983, p. 5.

<sup>1026</sup> Lineu, in José Antonio de SÁ, *Compendio de observações que formam o plano da viagem politica, e filosófica, que se deve fazer dentro da Patria*, Lisboa, Na Officina de Francisco Borges de Sousa, 1783, pp. 25-26.

<sup>1027</sup> Domingos VANDELLI, “Memoria sobre algumas producções das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitaõ”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...*, Tomo I, Na Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1789a, pp. 187-206.

<sup>1028</sup> Domingos VANDELLI, “Memoria sobre as Produções Naturaes do Reino, e das Conquistas, primeiras materias de diferentes Fabricas, ou Manufacturas”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...*, Tomo I, Na Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1789b, pp. 223-236.

*mar do Brasil, e em Cabo Verde, das quais Baleas se aproveitam as outras Nações. Este género de pesca é de muita utilidade*”<sup>1029</sup>.

Vandelli identificava duas espécies, entre elas uma baleia de barbas e o cachalote, afirmando sobre este último que se capturava apenas na Bahia e em Santa Catarina<sup>1030</sup>. Pelo nome científico dado à primeira espécie referida pelo autor, parece tratar-se de baleia-comum (*Balaenoptera physalus*), que Lineu terá classificado como *Balaena Physalis*<sup>1031</sup>.

Também José Bonifácio de Andrada e Silva afirmou ser esta a espécie que se caçava no Brasil. Andrada e Silva, nascido na vila de Santos, São Paulo, em 1763, viveu no Brasil até aos 17 anos<sup>1032</sup>, onde terá observado a captura de baleias e, eventualmente, recebido inspiração para a sua célebre “Memoria sobre a Pesca das Baleas, e Extracção do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas Pescarias”, que já aqui temos citado pela sua importância à nossa problemática. Entre os vários temas que aborda sobre este assunto central, sobre as espécies de baleias, o naturalista escreveu:

*“Se eu pertendera descrever miudamente todo o genero inteiro das baleas, seria converter huma Memoria Economica em hum Tratado de Historia Natural: os mesmos Naturalistas quasi até hoje por falta de noticias, e descripções exactas, e de conhecimentos da sua economia não tem sido pela maior parte mui exactos na sua classificação; mas (graças aos trabalhos de Fabricio, Anderson, Hunter, Pennant, e Bonaterre) podemos vangloriar-nos que pouco resta de caminho para andar nesta materia. Porém entre as 8. especies conhecidas de baleas propriamente (...) difficultoso me he em verdade affirmar qual seja destas especies a que se pesca no Brazil; comtudo parece-me provavel ser a Balaena physalus de Linneo, porque, segundo minha lembrança, tem ella o ventre lizo, tres*

---

<sup>1029</sup> VANDELLI, *Op. cit.*, 1789a, p. 191. Sobre esta matéria ver também Nina VIEIRA, Cristina BRITO & Ana C. ROQUE, “Aquatic Animals, Now and Then: Appropriation of nature in Portuguese America and early notions of overexploitation and human impact”, in Ana C. ROQUE, Cristina BRITO & Cecilia VERACINI, Cecilia (eds.), *Peoples, Nature and Environments: Learning to live together*, Cambridge Scholar Publishing, 2020, pp. 68 - 82.

<sup>1030</sup> VANDELLI, *Op. cit.*, 1789a, p. 191; VANDELLI, *Op. cit.*, 1789b, p. 236.

<sup>1031</sup> LINEU, *Op. cit.*, 1792, p. 358.

<sup>1032</sup> Emilio Joaquim da Silva MAIA, *Elogio Historico do illustre Jose Bonifacio de Andrada e Silva*, Rio de Janeiro, Na Typographia Imparcial de F. de P. Brito, 1838, pp. 7-8.

*barbatanas, e as maxilas iguaes e agudas, sinaes que caracterizaõ esta especie*”<sup>1033</sup>.

Apesar de, como referimos, Andrada e Siva ter observado a atividade e os animais, parece-nos que muito dificilmente terá sido a baleia-comum a espécie preferencial da operação baleeira em estudo. Estes animais têm uma distribuição marcadamente oceânica, não se aproximando de costa, como outras espécies já referidas - nomeadamente a baleia-franca -, e não potenciando, assim, a baleação costeira que se praticava. Baleias como a comum, a baleia-azul (*Balaenoptera musculus* Linnaeus, 1758), baleia-de-Bryde (*Balaenoptera edeni* Anderson, 1879), entre outras, tornaram-se alvos da baleação industrial, já na segunda metade do século XIX, com a introdução do arpão mecânico e as embarcações baleeiras a vapor que conseguiam acompanhar a velocidade de deslocação destas baleias e suportar o seu enorme tamanho<sup>1034</sup>.

Mesmo Lineu, ao descrever esta espécie, num sistema de classificação provido de informações utilitárias, escreveu que esta baleia produzia muito menos gordura, que as suas barbas eram menores e a sua carne de melhor sabor, acrescentando ainda que esta espécie era negligenciada pelos baleeiros pela sua ferocidade e a baixa quantidade de gordura que providenciava<sup>1035</sup>.

Joseph Babosa de Sá ao descrever as baleias, em 1769, dava conta da enorme estatura dos animais que podia chegar aos 80 palmos de comprimento, da boca que “*estacada com hum espeque, cabe hum homem em pé com vão p<sup>a</sup> manear hum machado, com q’ a vai desfazendo*”<sup>1036</sup>, do seu modo de respirar, das crias que as progenitoras “*trazem as costas*”<sup>1037</sup> ou atrás de si. Refere ainda que as suas “*azas são de 9 palmos de cada lado*”<sup>1038</sup>, reportando-nos para a baleia-corcunda. Mas adiante no seu texto declara que da gordura se “*tira o espermacete de duas qualid<sup>es</sup>; hũa do figado frito ao fogo, e outra de huns bolsos q’ só se achão em certa especie deles, q’ não necessita de fogo p<sup>a</sup> o liquidar*”<sup>1039</sup>, assumindo que está a tratar de animais diferentes, de diferentes qualidades. Nesta sua entrada sobre a *Balea*, o autor finaliza afirmando que “*crião-se estes peixes no*

---

<sup>1033</sup> SILVA, *Op. cit.*, 1790, p. 396.

<sup>1034</sup> John L. BANNISTER, “Baleen Whales (*Mysticetes*)”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, p. 87.

<sup>1035</sup> LINEU, *Op. cit.*, 1792, p. 358.

<sup>1036</sup> PAPAVERO et al., *Op. cit.*, 2009, pp. 107-108.

<sup>1037</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>1038</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>1039</sup> *Idem*, pp. 107-108.

*Mares Austráes, e Setetrionáes, naq<sup>les</sup> maiores e nestes menores: saem a correr as costas da Americaças [sic] do sul em dilig<sup>ca</sup> do calor do sol, q' lá lhes falta*"<sup>1040</sup>, podendo estar a referir-se a qualquer baleia migradora no Atlântico Sul.

Barbosa de Sá acrescentou ainda, nesta obra, uma referência separada da anterior e que descreve como "*Gibalte - Hé especie de baleia, q' não passa de 30 palmos; cria-se p<sup>las</sup> mesmas Costas*"<sup>1041</sup>, podendo estar a mencionar a baleia-corcunda, pela semelhança com o nome que discutiremos já de seguida.

Para além da informação fornecida por letrados e naturalistas, encontrámos ocasionalmente informação proveniente dos homens que lidavam diretamente com a atividade e que, esporadicamente, também já na segunda metade de Setecentos, fazem menção aos animais capturados. Tal sucedeu, principalmente a partir do momento em que se procuraram cachalotes nos mares do Brasil e foi relevante, por esse motivo, distinguir as espécies existentes. Da missão dos especialistas franceses purificadores de óleo de baleia, que incluiu a observação dos animais em várias armações da costa brasileira, no final da década de 1760, Martins Dhiribarren relatou que, em Santa Catarina, se capturavam baleias "*Sardes*"<sup>1042</sup> e que, na Bahia, todas as baleias capturadas eram "*Gibars*"<sup>1043</sup>. Terá sido esta a informação de base em que se suportou o sócio do contrato das baleias, Baltazar dos Reis, que já vimos ter tido uma participação ativa nesta demanda, e que esclareceria mais tarde:

*"Nos Mares da Bahia não se pescaõ Balleas Sardas, que são as que tem barba, mas só sim Gibartes; porque as Baleas Sardas quando vem de Cabo de Horne vão se deixando ficar pelas mais inciadas da Costa do Brazil para parirem que he o fim que as conduzẽ a dita Costa*"<sup>1044</sup>.

As baleias *Sardes* ou *Sardas* eram as baleias-franca, assim apelidadas inicialmente pelos baleeiros bascos<sup>1045</sup>, e cuja nomenclatura era agora, e mais uma vez, legado para a baleação no Brasil. As observações de Martins Dhiribarren e Baltazar dos Reis corroboram que esta fosse a espécie capturada nas armações meridionais. Quanto às

---

<sup>1040</sup> *Idem*, p. 108.

<sup>1041</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>1042</sup> *Relation véridique* anexo, documento anexo a AHU\_CU\_003, Cx. 23, D. 2004.

<sup>1043</sup> *Idem*.

<sup>1044</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405.

<sup>1045</sup> *Dictionnaire des Sciences Naturelles*, Tomo XLVII, Paris, F. G. Levrault, 1827, p. 367; ELLIS, *Op. cit.*, 1991, p. 53; CAZEILS, *Op. cit.*, 2000, p. 16.



baleias *Gibars* ou *Gibartes*, da Bahia, estas deveriam ser as baleias-corcunda, referidas também como baleias-jubarte, em francês<sup>1046</sup>, e mantendo ainda hoje a mesma designação no Brasil.

Aqui notamos então uma clara diferenciação entre as armações da Bahia e as armações do Sul, na segunda metade do século XVIII. As baleias que se caçavam na Bahia, mesmo quando não identificadas, vão ser referidas por vários autores como uma espécie inferior, como encontramos, por exemplo, na obra sobre o Brasil, seus usos e costumes, de Hippolyte Taunay e Ferdinand Denis, quando afirmavam que as barbas das baleias da Bahia eram consideradas de qualidade muito inferior e abandonadas na praia, no meio de enormes ossos, de onde provinha o odor mais insuportável<sup>1047</sup>.

Também na memória sobre o Rio de Janeiro, de José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, em que o autor se refere ao período do monopólio baleeiro e aos motivos que levaram ao seu fim, podemos ler sobre as armações da Bahia:

*“na Bahia porém se venderam as duas Armações, que ali existiam, de Itaparica, e de Itapoan, e se fizeram outras, cujos lucros não podem ser tão felizes, por constar a pesca de Gibartes (uma das vinte e tantas espécies de Baleias) que apenas rendem de 8 a 12 pipas de azeite, ficando inútil a barbatana, e muito por acaso pescar-se naqueles mares alguma Baleia do mar do Sul, mais rendosa em azeite, e de barbatana servível”*<sup>1048</sup>.

A baleia do mar do Sul deveria ser então a baleia-franca que, no final de Setecentos, ocorreria apenas ocasionalmente na Bahia.

Para outras regiões da costa do Brasil, como por exemplo em São Paulo, recorrendo ao apoio das fontes iconográficas disponíveis, destacamos duas ilustrações de animais. Em concreto, a planta da fortaleza da Barra de Santos<sup>1049</sup>, na capitania de São

---

<sup>1046</sup> *Dictionnaire des Sciences Naturelles*, Tomo XXIV, Paris, F. G. Levrault, 1822, p. 255; CAZEILS, *Op. cit.*, 2000, p. 18.

<sup>1047</sup> TAUNAY & DENIS, *Op. cit.*, 1822, p. 55.

<sup>1048</sup> Jacinto Jorge dos Anjos Correa, 1820, in ARAUJO, *Op. cit.*, Tomo IX, 1822, p. 293.

<sup>1049</sup> Planta n. 19 “Obras novas da fortaleza da Barra de Santos” com representação de baleias capturadas e referência à armação baleeira da Barra Grande in *Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa...* Acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497>

Paulo, e o quadro de Leandro Joaquim<sup>1050</sup>, que retrata a baleação no Rio de Janeiro, ambas da segunda metade do século XVIII, apresentam animais semelhantes (Figura V.2.5.).



**Figura V.2.5.** Representações de baleias em **a) São Paulo** (à esquerda), detalhe da Planta n. 19 “Obras novas da fortaleza da Barra de Santos” com representação de baleias capturadas e referência à armação baleeira da Barra Grande in *Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa...* Acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497> e **b) no Rio de Janeiro** (à direita), detalhe do quadro “Pesca da Baleia na Baía de Guanabara” de Leandro Joaquim, século XVIII, Coleção do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em exposição online em <https://artsandculture.google.com/partner/museu-historico-nacional>.

Como podemos verificar, apesar das ilustrações não serem pormenorizadas nos detalhes característicos dos animais, as suas barbatanas aparentam ser curtas relativamente ao comprimento do corpo. Acreditamos que, estando os autores a fornecer informações sobre a atividade baleeira, caso se tratassem de baleias-corcunda, as suas enormes barbatanas, tantas vezes descritas como asas, teriam sido representadas. Assim, julgamos que estas são representações de baleias-franca e que esta seria a espécie preferencial nestas regiões. No entanto, ambas as espécies podiam distribuir-se com muito maior frequência e em maior abundância na costa do Brasil. Recordamos, por

<sup>1050</sup> “Pesca da Baleia na Baía de Guanabara” de Leandro Joaquim, século XVIII. Óleo sobre tela, 92 x 126 cm de formato oval. Coleção do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em exposição online em <https://artsandculture.google.com/partner/museu-historico-nacional>.

exemplo, o relato do padre Simão de Vasconcelos<sup>1051</sup>, em 1663, quando contava sobre a baleia que assombrou um batel de missionários jesuítas, “*batendo as asas com tão disformes gestos*”<sup>1052</sup>. A dimensão referida das suas barbatanas, assim como o comportamento típico de batimentos das barbatanas peitorais das baleias-corcunda, pode, mais uma vez, indicar-nos que se tratava de um indivíduo desta espécie que, neste episódio, se encontrava ao largo da costa de São Paulo e cuja espécie, nos dias de hoje, ocorre esporadicamente<sup>1053</sup>.

Nos documentos analisados até à data que se relacionam com a atividade de forma muito direta, como por exemplo as relações de carga, ou documentos administrativos, esta diferenciação não é detetada. Até ao momento, em apenas num documento, verificamos a captura de três baleias *Gibartes* na Armação de S. Sebastião, em São Paulo<sup>1054</sup> (Figura V.2.6.).

---

<sup>1051</sup> Ver Subcapítulo I.2.1. deste trabalho.

<sup>1052</sup> VASCONCELLOS, *Op. cit.*, 1663, p. 367.

<sup>1053</sup> Mais notícias sobre a <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,sp-entra-no-mapa-das-baleias-jubarte,70002414116>

<sup>1054</sup> OFÍCIO do deputado da Junta da Fazenda, conselheiro chanceler [da Relação do Rio de Janeiro], Luís Beltrão de Gouveia de Almeida, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo e Meneses e Souto Maior], sobre ser útil ou não a pesca das baleias por conta da Fazenda Real; remetendo informação acerca da pesca no ano de 1801, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 197, D. 14021 (Rio de Janeiro Avulsos) (29 de dezembro de 1801).

*Lista das Baleias que se pescaram por conta da Real Fazenda nas freguesias do Rio de Janeiro no presente anno de 1801*

<i>Armações.</i>	<i>Baleias.</i>	<i>Gibartes.</i>
<i>San. Sebastião</i>	<i>12</i>	<i>2</i>
<i>Bertioga</i>	<i>14</i>	<i>1</i>
<i>Tapaceroia</i>	<i>20</i>	<i>1</i>
<i>Santa Catarina</i>	<i>45</i>	<i>1</i>
<i>Lagoinha</i>	<i>26</i>	<i>1</i>
<i>Garçua e Jmbiluba</i>	<i>42</i>	<i>1</i>
<i>Total</i>	<i>160 Baleias.</i>	<i>6 Gibartes.</i>

**Figura V.2.6.** Lista das baleias que se pescaram no ano de 1801 em diferentes armações do Brasil, com distinção clara entre *Baleas* e *Gibartes*, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 197, D. 14021.

Pode, assim, dar-se o caso de uma espécie - neste caso baleia-franca - ser preferencial, não significando isso que, no encontro com outras espécies, estas não fossem igualmente caçadas.

Revela-se, de facto, extremamente difícil retirar informações precisas, das fontes históricas analisadas, que nos permitam identificar com segurança as espécies de baleias capturadas, nos séculos XVII e XVIII. Por um lado, algumas das fontes baseiam-se em relatos do que foi visto e ouvido, não tendo os seus autores observado diretamente os animais. Por outro, mesmo quem via diretamente os animais podia, em vários casos, deparar-se com animais já em decomposição ou apenas partes do corpo de um animal, o que leva igualmente ao enviesamento da informação recolhida e posteriormente transmitida. Juntam-se a estes fatores o conhecimento e a perceção própria de cada autor, quer fosse um viajante francês, um oficial do estado ou um naturalista luso-brasileiro.

Raramente encontramos uma descrição morfológica do animal que nos permita identificar com precisão a espécie. Como vimos, muitas das fontes consultadas tinham

um propósito administrativo e não científico, pelo que bastaria a referência aos animais como baleias para caçar. Mesmo nos textos de autores que se debruçam sobre a História Natural e poderiam ter um olhar mais rigoroso ou detalhado sobre os animais, a identificação pode ser dúbia. De extrema importância é o facto de estarmos a analisar também uma época de revolução científica na Europa, em que se formava uma elite letrada em vários domínios das ciências, tanto referentes ao dito continente como aos territórios coloniais, nomeadamente do Brasil.

Mas, por outro lado, fazendo o exercício de pensar os animais estritamente enquanto fornecedores de matérias-primas relevantes, ambas as espécies são enormes e com uma espessa camada de gordura, fornecendo óleo em quantidade significativa. A forma de aceder aos animais, de os perseguir, matar e processar é idêntica. E as duas espécies de baleias em debate têm barbas, apesar de diferentes tamanhos, que resultam na produção dos ‘fardos’ a enviar para Lisboa. Mais ainda, em algumas áreas, as duas espécies são simpátricas, ou seja, a sua ocorrência sobrepõe-se. Isto poderá significar que, em vários casos, ambas possam ter sido caçadas, processadas e, até, os seus óleos misturados. Desta forma, duas espécies distintas poderão ter-se tornado numa ‘única’ baleia.

Estas duas espécies são, atualmente, objetos centrais de projetos de investigação científica e educação histórica, bem como de eventos culturais ligados à presença sazonal destas baleias nas águas do Brasil e tornaram-se um marco para as comunidades costeiras, nos estados da Bahia e de Santa Catarina<sup>1055</sup>.

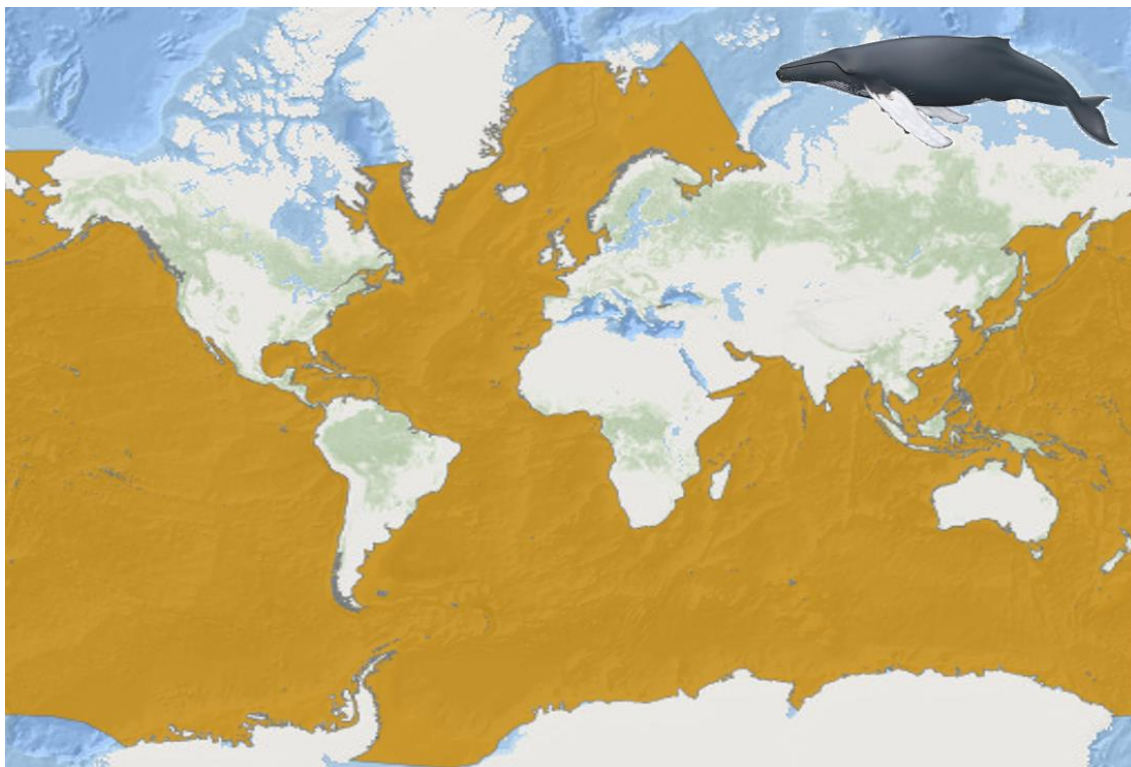
Estas iniciativas do presente estão relacionadas com a distribuição atual destes animais, assim como, julgamos nós, a perceção e ‘memória coletiva’ que hoje em dia se constrói sobre as populações do passado destas espécies na costa sul-americana. Ambas são migradoras, realizando deslocações anuais entre as zonas polares e circumpolares para águas tropicais e subtropicais, como já vimos, cuja utilização de habitat é influenciada por várias características temporais e ambientais.

A baleia-corcunda é uma espécie cosmopolita, ou seja, com distribuição global, por todos os oceanos. A atual distribuição de baleias-corcunda, na costa do Brasil,

---

<sup>1055</sup> Ugo Eichler VERCILLO et al., O Atlântico Sul: Um santuário para as baleias. Proposta apresentada pelos governos da Argentina, Brasil, Gabão, África do Sul e Uruguai no 66º Encontro Anual da Comissão Baleeira Internacional, Portoroz, Eslovénia, 2016, p. 37.

corresponde a uma das áreas de reprodução da espécie no Atlântico Sul, sendo a segunda área o Golfo da Guiné, na costa ocidental africana (Figura V.2.7).



**Figura V.2.7.** Distribuição de *Megaptera novaeangliae*. Fonte: IUCN (International Union for Conservation of Nature) 2012. *Megaptera novaeangliae*. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2019-3.

A espécie ocorre com elevada abundância no Banco de Abrolhos, uma área protegida ao abrigo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Bahia<sup>1056</sup>. Esta é uma zona preferencial para fêmeas, que vão dar à luz ou que se encontram acompanhadas por crias, devido às águas calmas e à baixa profundidade daquele Banco. Contudo, e apesar da sua distribuição ao longo da costa ser pouco conhecida, esta população parece estender-se ao longo da costa brasileira, entre a costa norte da Bahia, a norte, e as águas de São Paulo, a sul<sup>1057</sup>.

<sup>1056</sup> O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos foi criado em 1983, com o objetivo de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, segundo o Decreto Nº88.218, de 6 de abril de 1983 (<http://www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos/>). Imagem na Figura 4 do Anexo E.

<sup>1057</sup> Vaz Alexandre N. ZERBINI, Artur ANDRIOLO, Jesuina M. da ROCHA, et al., “Winter distribution and abundance of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) off the Northeastern Brazil”, *Journal of Cetacean Research and Management*, vol. 6, n. 1, 2004, pp. 104-105; C.C.A. MARTINS, A. ANDRIOLO, M.H.



Quanto à espécie baleia-franca-austral, de distribuição circunscrita ao Hemisfério Sul, a atual área de ocupação da população da costa atlântica sul-americana abrange as águas do Brasil e da Argentina, sendo a Península Valdés uma das suas principais áreas de reprodução (Figura V.2.8.).



**Figura V.2.8.** Distribuição de *Eubalaena australis*. Fonte: IUCN (International Union for Conservation of Nature) 2013. *Eubalaena australis*. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2019-3.

A ocorrência desta espécie no litoral do Brasil é muito pouco estudada, sendo baseada, maioritariamente, em informação proveniente de avistamentos ocasionais e arrojamentos. A região de Santa Catarina é considerada a região de maior concentração de animais na sua distribuição atual e também a área onde se têm desenvolvido os principais esforços de investigação sobre esta população<sup>1058</sup>. Nas áreas de reprodução, as baleias vêm dar à luz ou acompanham-se de juvenis e permanecem durante semanas ou vários meses. Em Santa Catarina, pares mãe-cria ocorrem com maior frequência (cerca de 45%) nestas águas, preferencialmente em baías e zonas abrigadas de ventos sudeste,

---

ENGEL, P.G. Kinas & C.H. SAITO, "Identifying priority areas for humpback whale conservation at Eastern Brazilian Coast", *Ocean & Coastal Management*, vol. 75, 2013, pp. 66-67.

<sup>1058</sup> Os estudos promovidos nesta região devem-se, em grande parte, à atuação do Projeto Baleia Franca / Instituto Australis (<http://baleiafranca.org.br/>).

na proximidade a estuários, área de fundo arenoso e declive pouco acentuado, preferencialmente em locais de muito baixa profundidade, até aos 10 metros de batimetria, e próximas da zona de rebentação<sup>1059</sup>. Com o intuito de preservar o ecossistema marinho, que suporta a população de baleia-franca-austral nas águas de Santa Catarina, foi criada, em 2010, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca<sup>1060</sup>. No entanto, e apesar do esforço de pesquisa ser reduzido noutras regiões da costa brasileira, a espécie parece ocorrer também, com menor abundância, nas águas costeiras dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, principalmente entre julho e outubro, com uma percentagem elevada na presença de pares mãe-cria<sup>1061</sup>. Nas águas da Bahia foram registadas baleias-franca em conjunto com baleias-corcunda, concretamente no Banco de Abrolhos, em 1991 e 1993, e mais recentemente, tanto nesta área como ao largo de Salvador, a espécie tem sido avistada nas últimas duas décadas<sup>1062</sup>. Um animal observado pela primeira vez em 2008 foi reavistado em 2012, desta feita acompanhado por uma cria<sup>1063</sup>.

Contudo, o conhecimento atual da ocorrência e distribuição das espécies de baleias não corresponde, necessariamente, a ocupações e ocorrências no passado. Com efeito, fixar taxativamente espécies a locais, com base na sua ocorrência atual, pode levar a interpretações erradas da sua ocorrência no passado e a uma síndrome de mudança de paradigma (ou *shifting baseline syndrome*). A identificação deste processo teve origem nos estudos sobre a exploração dos oceanos, nomeadamente em trabalhos de investigação sobre pescas e sobre-exploração de recursos marinhos e consequentes tentativas de

---

<sup>1059</sup> Paulo César SIMÕES-LOPES & Alfredo XIMENEZ, “Annotated list of the cetaceans of Santa Catarina coastal water, southern Brazil”, *Biotemas*, vol. 6, n. 1, 1993, pp. 82-83; Elise SEYBOTH, Karina R. GROCH, Eduardo R. SECCHI & Luciano Dalla ROSA, “Habitat use by southern right whales, *Eubalaena australis* (Desmoulins, 1822), in their main northernmost calving are in the western South Atlantic”, *Marine Mammal Science*, vol. 31, 2015, p. 13; Karina GROCH, “Conservation Advances for the Southern Right Whales in Brazil”, in Marcos R. ROSSI-SANTOS & Charles W. FINKL (eds.), *Advances in Marine Vertebrate Research in Latin America: Technological Innovation and Conservation*, Springer, s.l., 2018, p. 443.

<sup>1060</sup> GROCH, *Op. cit.*, 2018, p. 443. Mais informação sobre a APA da Baleia Franca pode ser consultada em <http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/>.

<sup>1061</sup> Marcos César de Oliveira SANTOS, Salvatore SICILIANO, Shirley Pacheco de SOUZA & Jose Luis Altmayer PIZZORNO, “Occurrence of southern right whales (*Eubalaena australis*) along southeastern Brazil”, *Journal of Cetacean Research and Management*, vol. 2, 2001, pp. 153-154; Liliane LODI & Marcelo Tardelli RODRIGUES, “Southern right whale on the coast of Rio de Janeiro State, Brazil: conflict between conservation and human activity”, *Journal of the Marine Biological Association of the UK*, vol. 87, 2007, p. 105.

<sup>1062</sup> Rhys RICHARDS, “Past and present distributions of Southern right whales (*Eubalaena australis*)”, *New Zealand Journal of Zoology*, vol. 36, 2009, p. 452.

<sup>1063</sup> Notícia publicada no Boletim eletrónico do Projeto Baleia Jubarte, edição n. 4, outubro de 2012 (<http://baleiajubarte.org.br/projetoBaleiaJubarte/noticia.php?id=161>).



aplicação de medidas de gestão dos stocks<sup>1064</sup>. A síndrome de mudança de paradigma significa que o conhecimento científico que se tem sobre o tamanho de uma população ou sobre a biodiversidade de um determinado ecossistema, no momento em que se inicia um estudo, torna-se, por norma, o valor e as características padrão dessas mesmas populações ou ecossistemas, antes do impacto humano em avaliação<sup>1065</sup>. No entanto, ao serem considerados dados históricos é possível detetar condições passadas dos ecossistemas em momentos anteriores à nossa capacidade de avaliação e medição e que alteram o que é assumido como padrão ou referência. Esta alteração dos valores de base altera, inevitavelmente, o nosso conhecimento de base, acrescentando informação sobre o estado dos ecossistemas em momentos prévios a eventos de exploração e sobre-exploração dos recursos naturais. Esta mudança na nossa definição de valores e condições de base, também se alteram à medida que mais informação e dados históricos são compilados e analisados. Significa ainda que os impactos e a sobre-exploração de recursos marinhos, ao que aqui nos interessam em particular as baleias, pode ter acontecido num passado mais distante do que aquele que conseguimos detetar<sup>1066</sup>. A ocorrência e distribuição atuais destas duas espécies nas águas costeiras do Brasil pode estar a interferir com a perceção do que foram os seus padrões de distribuição no passado<sup>1067</sup>. Nesta nossa discussão, é fundamental considerar que o facto de, atualmente, não ocorrerem baleias-franca, na região da Bahia, não significa que estivessem ausentes dessas águas no século XVII.

A documentação histórica e as continuadas publicações científicas sobre a distribuição e ocorrência destas baleias revelam que a espécie baleia-franca ocorria no passado ao longo da costa sudeste do Brasil. A exploração continuada e a consequente depleção das populações desta espécie ocorreram no Brasil durante quatro séculos - como vimos, desde os primórdios da colonização do território até ao final do século XX. Atualmente, novas observações destes animais no mar e que demonstram a ocorrência desta espécie não só em Santa Catarina, mas também no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia, sugerem que estes animais estão a reocupar áreas que habitavam antes da sua

---

<sup>1064</sup> Daniel PAULY, "Anecdotes and the shifting baseline syndrome of fisheries", *TREE*, vol. 10, n. 10, 1995, 1 p.

<sup>1065</sup> PAULY, *Op. cit.*, 1995; POULSEN, *Op. cit.*, 2012. Ver ainda os estudos de diferentes autores publicados em Jeremy B. C. JACKSON, Karen ALEXANDER & Enric SALA (eds), *Shifting baselines: the past and the future of ocean fisheries*, Washington/ Covelo/ Londres, Island Press, 2011, 296 p; SCHWERDTNER MÁÑEZ et al., *Op. cit.*, 2014, 7 p.

<sup>1066</sup> POULSEN, *Op. cit.*, 2012, p. 3.

<sup>1067</sup> VIEIRA, *Op. cit.*, 2018, p. 96.

exploração<sup>1068</sup>. Tal como a populações de baleia-corcunda começa também a ocupar regiões ao sul do Bahia. São vislumbres de uma lenta recuperação do tamanho das populações e de prévias áreas de distribuição e de ocupação, que seriam comuns em época pré-baleação comercial, ainda que certamente muito reduzidas em relação aos tamanhos populacionais de baleias no período pré-europeu.

No que diz respeito à identificação das espécies capturadas, a análise das fontes para a cronologia em estudo revela-se, até à data, insuficiente. Poderemos nunca conseguir conhecer com exatidão, a partir das fontes documentais e iconográficas, quais as espécie-alvo em cada momento da baleação e em cada uma das regiões baleeiras da costa brasileira. Para colmatar esta limitação, um projeto futuro que se dedique exclusivamente ao objetivo de identificar as espécies-alvo da baleação no Brasil, de Seiscentos e Setecentos, deverá incluir obrigatoriamente o envolvimento de uma equipa interdisciplinar, que reúna historiadores e zoo-arqueólogos e ainda investigadores das ciências naturais. A título de exemplo do aprofundamento sistemático desta questão, tendo por base uma aproximação de várias disciplinas e a análise integrada de diferentes tipologias de dados, a análise genética dos vestígios dos animais - como os ossos que se encontram na praia e que poderão permanecer submersos nas águas limítrofes às antigas zonas de desmanche dos animais - deverá fornecer contributos de extrema importância. Novas metodologias de investigação para perceber o passado das populações de baleias, antes e durante a baleação no Brasil, podem vir a par com os dados fornecidos pelas fontes históricas relacionadas com a baleação, como tem vindo já a ser feito<sup>1069</sup>. Estas questões são particularmente importantes quando analisamos, como é o nosso caso, uma atividade que aconteceu há mais de dois séculos e anterior a um intenso período de baleação moderna e industrial, como viria a acontecer já no século XX na costa do Brasil<sup>1070</sup>.

Mas é também com a análise na longa duração que conseguimos detetar padrões de mudança, trajetórias e respostas, tanto das populações humanas como das dos outros animais, aos impactos mutuamente causados. E será possível, com a utilização de

---

<sup>1068</sup> SANTOS et al., *Op. cit.*, 2001, p. 154.

<sup>1069</sup> Ver por exemplo Stephen R. PALUMBI, "Whales, Logbooks, and DNA", in Jeremy B. C. JACKSON, Karen ALEXANDER & Enric SALA (eds), *Shifting baselines: the past and the future of ocean fisheries*, Washington/ Covelo/ Londres, Island Press, 2011, pp. 163-191.

<sup>1070</sup> Para além da baleação costeira, com matriz neste monopólio real que abordamos neste estudo, e que permaneceu até ao final do século XX, também desde as primeiras décadas de Novecentos que se praticaram operações baleeiras modernas industriais. Sobre este assunto consultar EDMUNDSON & HART, *Op. cit.*, 2014.

diferentes tipos de dados e contributos, da ecologia histórica e da história ambiental marinha, estimar as alterações do passado dos oceanos - e neste caso das populações de baleias nas águas do Atlântico Sul - compreendendo essas mudanças históricas no contexto social, cultural, económico, administrativo e científico<sup>1071</sup>.

---

<sup>1071</sup> Jeremy B.C. JACKSON & Karen E. ALEXANDER, "Introduction: The Importance of Shifting Baselines", in JACKSON et al., *Op. cit.*, 2011, p. 3.

### V. 3. BALEIAS CAPTURADAS NOS MARES DO BRASIL E O IMPACTO DA BALEAÇÃO

#### V. 3. 1. Uma primeira estimativa do número de animais capturados

Frei Vicente Salvador, na sua *Historia do Brazil*, já aqui sobejamente referida, escreveu sobre os primeiros anos de baleação, na Bahia, que, ao longo dos dois meses que durava a época, “*de ordinario se matão trinta ou quarenta balêas*”<sup>1072</sup>. Frei Vicente do Salvador referia-se aqui apenas às armações da Bahia, cujo número, à data da sua observação na primeira vintena de Seiscentos, desconhecemos, e a uma época relativamente curta, de apenas dois meses, quando comparada com os períodos anuais de baleação posteriores, que podiam durar de maio a outubro.

O número de animais capturados dependia de inúmeros fatores, na sua maioria impossíveis de controlar, quer pelas pessoas que os caçavam, quer por aquelas que geriam a atividade. As baleias não eram animais domesticáveis, nem as dinâmicas destes grandes migradores marinhos puderam ser colonizadas, no sentido de as moldar em função dos interesses humanos. Era a existência das baleias e sua ecologia que condicionavam as escolhas humanas e as opções a tomar no desenvolvimento da atividade baleeira. Em certa medida, eram as baleias que controlavam a baleação.

Ao contrário de outros produtos, as baleias, como já mencionámos anteriormente, não sendo ‘produtos da terra’, não eram cultiváveis, não eram passíveis de ser reproduzidas ou condicionadas num espaço limitado e controlado. A atividade baleeira é marcada por uma inconsistência, primeiramente fruto da sua imprevisibilidade, associada aos próprios animais, e à sua ocorrência de difícil previsão e controlo, mesmo nas épocas que se conhecem como as de maior abundância. Mas também resulta do cariz costeiro e sedentário deste tipo de baleação a que nos dedicamos, na qual, de certa forma, se espera pelas baleias, ao contrário da operação pelágica que as persegue no mar, usando o seu próprio meio natural - o oceano - e as suas rotas migratórias para as encontrar e capturar.

Um dos fatores que influenciava o número de animais caçados numa época baleeira era, obviamente, a presença de baleias na costa que, por sua vez, é condicionada por inúmeros fatores ambientais - comportamentais e ecológicos - intrínsecos e

---

<sup>1072</sup> SALVADOR, *Op. cit.*, 1889, p. 172.

extrínsecos aos animais. De recordar que tratamos de animais migradores, que realizam viagens anuais, de milhares de quilómetros, entre áreas de alimentação polares e circumpolares e áreas de reprodução tropicais e subtropicais. Em cada um destes espaços onde vivem, as características ambientais e a dinâmica dos diferentes ecossistemas, principalmente a disponibilidade de presas nas primeiras áreas, ditam os movimentos e comportamentos das baleias. A decisão de dar início à migração para áreas de reprodução é uma resposta a condições ambientais, mas deve-se também à hierarquia sexual e a sinais sociais dentro de uma população, sendo altamente afetada pela plasticidade comportamental de cada animal<sup>1073</sup>.

Ainda hoje não se conhecem todos os condicionantes ecológicos (*drivers*, nas ciências naturais) que afetam as baleias. Mas os homens do mar, que as caçavam, e os da terra, que as relatavam ou delas faziam lucro, compreendiam que a sua presença ou ausência nas águas do Brasil eram causadas por condições do ambiente, “*acontecendo quando o ano é propício a este contrato, pescarem-se a três e quatro por dia*”<sup>1074</sup>.

O ano ser propício significa certamente ter condições que promovessem a ocorrência de baleias e permitissem a saída das lanchas para o mar. O tempo, significando aqui as condições meteorológicas, era apontado como determinante. De facto, “*a contingencia deste contrato he grande, porque depende não só de entrarem balleas, mas de tempo para se pescarem, e assim confere a perda que o suplicante teve caso insólito, e furtuito*”, escreveu-se a certa altura para justificar as grandes perdas de um contratador das baleias<sup>1075</sup>. Perante o prejuízo de um contratador, várias pessoas testemunharam que “*os tempos correrão no deste Contrato muyto diferentes do que costumavaõ correr nos outros*”<sup>1076</sup>. E já sabemos que a falta de baleias era muito sentida, antes de mais na vida quotidiana, porque sem baleias não havia ‘azeite de peixe’ e sem ele não havia luz.

---

<sup>1073</sup> Leena RIEKKOLA, Virginia ANDREWS-GOFF, Ari FRIEDLAENDER, Rochelle CONSTANTINE & Alexandre N. ZEBINI, “Environmental drivers of humpback whale foraging behavior in the remote Southern Ocean”, *Journal of Experimental Marine Biology and Ecology*, vol. 517, 2019, pp. 1-12.

<sup>1074</sup> PITTA, *Op. cit.*, 1880.

<sup>1075</sup> CARTA do desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio ao príncipe regente [D. Pedro], sobre as perdas que Domingos Ferreira teve como contratador das baleias, AHU\_CU\_005-02, Cx. 22, D. 2640 - 2641 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (16 de fevereiro de 1675).

<sup>1076</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre carta do desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio, acerca da quita que pretende Domingos Ferreira, contratador que foi das baleias, pela perda que teve naquele contrato, AHU\_CU\_005-02, Cx. 22, D. 2655 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (9 de julho de 1675).

Não foi, de todo, incomum que após um grande investimento em determinada armação, a época de caça fosse um fracasso e o prejuízo imenso. O valor do contrato e o investimento na capacidade de produção das armações, no início de cada período contratado, estavam intimamente ligados com o número de animais caçados e transformados no contrato anterior. Numa determinada armação, sobre a qual se dizia “*nunca se deixaraõ de mattar menos de vinte baleias hum anno por outro ao menos*”<sup>1077</sup>, o valor do contrato seguinte subiu, bem como o estímulo ao melhoramento das condições de toda a armação, tendo em vista um maior rendimento no aproveitamento dos animais. Mas, após todo o empenho “*na fabrica e aparelho della com grandifimas despesas*”<sup>1078</sup>, podia acontecer “*taõ má fortuna que logo no primeiro anno faltaraõ as baleyas; e matou na dita armação somente catorze baleyas, e na desta cidade vinte e huã no que logo se começou a experimentar grandifsima perda*”<sup>1079</sup>. Ainda sobre o mesmo fatídico caso reportado acima, se no primeiro ano a perda tinha sido grande por “*taõ inferior mortandade de baleyas, ainda no segundo anno foi muito mais concideravel, e nunca vista dos moradores, e antigos desta cidade*”<sup>1080</sup>.

Vários foram os casos em que os contratadores ou seus fiadores solicitavam que “*se lhes quitasse*”<sup>1081</sup> partes dos rendimentos do contrato, pela perda que tinham durante o período contratado. Neste tipo de documentação, que mais uma vez reflete a importância da atividade no panorama expansionista português, encontramos maioritariamente informação sobre números baixos de capturas. Era a ausência dos animais ou o insucesso na sua recolha e processamento que levavam ao baixo lucro de uma época de baleação, perante as várias despesas com as fábricas e armações e pessoas necessárias à atividade.

Ao longo do período do monopólio baleeiro, vamos encontrar este tipo de pedidos de isenção de pagamentos, com justificativa nos parcos rendimentos da baleação. Nestes

---

<sup>1077</sup> Autos de justificação a que se procedeu no Juízo da Provedoria da fazenda real do Rio de Janeiro, por parte do contractador das baleias Paulo Martins da Gama, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1710. Documento 3472 anexo a CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca da uma petição de Paulo Martins da Gama, contratador da pesca das baleias do Rio de Janeiro, relativa a observância das clausulas do seu contrato, AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3468.

<sup>1078</sup> *Idem.*

<sup>1079</sup> *Idem.*

<sup>1080</sup> *Idem.*

<sup>1081</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre carta do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Antônio Lopes de Ulhôa, acerca da informação que se lhe pediu relativa à quita que pretende o contratador das baleias da Bahia, capitão Diogo de Velasco, irmão de Inácio de Velasco, AHU\_CU\_005-02, Cx. 23, D. 2714 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (30 de abril de 1676).

mesmos pedidos, notamos que era feito - ou pelo menos era testemunhado que tinha sido feito - um enorme esforço para conseguir capturar os animais, mesmo perante as condições adversas das quais resultava a perda final. Esse esforço implicava uma grande mudança nas práticas baleeiras em curso e uma adaptação de remeiros e baleeiros que se viam forçados a enfrentar o mar. Como vimos anteriormente, a baleação desenvolvida no Brasil foi maioritariamente uma atividade costeira, sem se afastarem as embarcações para o largo. A impossibilidade de encontrar animais junto à costa e a necessidade de lucro exigiram que os baleeiros fossem forçados a aventurar-se para fora da proteção das baías e enseadas conhecidas. Em anos em que os animais não se observavam, nem eram encontrados junto a costa, era ordenado que as lanchas do contrato rumassem para “*fora da barra*”<sup>1082</sup>.

Mesmo quando este esforço era feito e não se encontravam animais, foram as condições do tempo, do mar, dos ventos que justificaram o fracasso das pescarias, em vários anos. Foi o que sucedeu no ano em que “*falta de ventos suis e a muito continuasaõ dos ventos nordestes foraõ a cauza de não entrarem baleas nesta Bahya como nos annos pafsados*”<sup>1083</sup>.

Estes eventos vão ser comentados amiúde, reforçando a dificuldade em caçar baleias, para todos os que nela estavam envolvidos, resultando em grandes exigências para os homens do mar e um maior esforço feito pelos contratadores que relatavam:

“[n]os annos do contracto se fizeraõ as maes exactas diligencias, q’ podiaõ vir à imaginação humana p.<sup>a</sup> nelles se pescarem as Baleas; porq’ sobre senaõ perdoar a despeza; nem ao continuo trabalho, esgotandose todas as diligencias possiveis p.<sup>a</sup> se acharem Baleas dentro da Barra e sitio aonde se costumaõ pescar, vendose q’ não entravaõ nella, e q’ continuava o tp.<sup>o</sup> e ventos contrários, excedendose tudo o q’ se pode chamar diligencia, se intentou qual esthupenda temeridade, q’ foi sahirem pela Barra fora com tempos e ventos contrarios com notório, e evidente perigo, e precipício de suas vidas a pescar Baleas no abysmo d.<sup>e</sup> aquelles mares em tanta distancia, que succedendo escaparem daquelles horrendos

---

<sup>1082</sup> CARTA do provedor da Fazenda do Brasil, Francisco Lamberto ao rei [D. Pedro II], sobre o contrato da pesca das baleias AHU\_CU\_005-02, Cx. 29, D. 3705 - 3706 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (4 de julho de 1692).

<sup>1083</sup> *Idem*.

*perigos, e pescarem duas Baleas, quando chegaraõ com ellas a praya vinhaõ ja podres*”<sup>1084</sup>.

A informação patente neste trecho é também de grande relevância, confirmando o que nos parece ter sido uma constante em toda a operação baleeira em análise - o desperdício ou desaproveitamento dos animais. Queremos dizer com isto que inúmeros animais eram mortos, mas não chegavam a ser retalhados nem a sua gordura transformada em óleo, aproveitando-se apenas as suas barbas, em alguns casos, como vimos em capítulo anterior, decompondo-se durante um reboque mais demorado, ou apodrecendo na zona intertidal adjacente a uma armação. Esta foi uma realidade comum a várias, senão todas, iniciativas baleeiras, em diferentes áreas geográficas e momentos distintos<sup>1085</sup>. Estas baleias capturadas e não transformadas não entraram nos relatos nem nas contabilizações de barris de óleo ou fardos de barbas, não deixando assim rasto na história da atividade e, conseqüentemente, perdendo expressão. Estas baleias nunca poderão ser contabilizadas, os seus números nunca serão conhecidos e este facto deve ser tido em consideração numa futura estimativa das populações de baleias nos mares do Brasil do passado. Qualquer estimativa que possamos fazer ficará, à partida, subestimada por este motivo.

Também, e mais uma vez, os oficiais da Coroa portuguesa notariam os anos de escassez de baleias e, conseqüentemente, dos seus produtos, como se verifica na carta do vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, a D. João V, em 1734:

*“Há muitos annos que nesta Capitania e seu continente corre o tempo com grande irregularidade, ??? ultimos dous annos com maes excefsso o que athé se experimenta na pescaria das Baleas porque na safra passada morreraõ só nove, e na presente, não tem athé agora tomado mais q’ sinco*”<sup>1086</sup>.

---

<sup>1084</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre requerimento de Francisco de Brito Gois, Manuel Domingues e Diogo Pizarro de Vargas, como fiadores de Diogo Velasco e Jerônimo Velasco que foram contratadores das baleias da Bahia, solicitando se lhes faça quita no preço porque arremataram aquele contrato, pela grande perda que nele tiveram, AHU\_CU\_005-02, Cx. 30, D. 3888 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (17 de dezembro de 1694).

<sup>1085</sup> Ver por exemplo Randall R. REEVES & Edward MITCHELL, “The Long Island, Nova Iorque, Right Whale Fishery: 1650-1924”, Rep. Int. Whal. Commn., Special Issue 10, 1986, pp. 201-220.

<sup>1086</sup> CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses], conde de Sabugosa ao rei [D. João V] sobre a necessidade em caçar mais baleias para o fabrico de azeite, AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 48, D. 4293 (21 de julho de 1734) (Acervo Bahia Avulsos).



Estes documentos revelam-se importantes porque, na falta de um registo sistematizado dos números de animais capturados, fornecem informação sobre quantidade de baleias capturadas em anos de baixo rendimento, permitindo-nos distinguir entre um número ideal de animais ou um número baixo que levava ao fracasso do contrato, em determinado ano ou período. Por outro lado, vamos encontrar também nesta documentação, entre os administradores dos contratos e o Conselho Ultramarino, a distinção entre animais - adultos e crias, fêmeas e machos - que é, nesta matéria, absolutamente relevante.

A primeira referência que encontrámos com designações diferentes para os animais, discriminando-os consoante a sua idade e género, e eventualmente espécie, data de 1675 e é a seguinte:

*“Ha de aver o ditto contrato ??? nove contos de reis p.<sup>lo</sup> rendim.<sup>to</sup> do azeite q’ podiaõ dar, os sincoenta peixes q’ dito contrato Domingos F.<sup>a</sup> matou nos tres annos de seu contrato, como p. o dos ??? onde afentou a dita pescaria, p.<sup>ro</sup> anno matou 19 Peixes a saber 3 verdadeiros 4 paridos 2 macharroës 10 seguilhotes seg.<sup>do</sup> ano matou 17 hum verdadeiro 13 paridos 3 seguilhotes 3º ano 14 um verdadeiro 8 paridos 5 seguilhotes que ao todo somam os dittos sincoenta peixes<sup>1087</sup>.*

Também num pedido de quitação de 1694, os seguilhotes são referidos:

*“com effeito preparada a armação com toda a despeza de seis lanchas com todo o apresto de gente e maes fabrica necefsaria continuando na pescaria todo o tempo em q’ se costuma fazer no pr.<sup>o</sup> anno sem perdoarem a custo, ou deligencia algua, e não foi possivel nelle matarem maes q’ seis seguilhotes, q’ assim se chamaõ os filhos das Baleas, couza nunca vista nem ouvida; porq’ o menos q’ se costuma mattar cada anno saõ 70, e 80 Baleas, e no ??? prez.<sup>te</sup> se mataõ maes de 100”<sup>1088</sup>.*

---

<sup>1087</sup> CARTA do desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio ao príncipe regente [D. Pedro], sobre as perdas que Domingos Ferreira teve como contratador das baleias. AHU\_CU\_005-02, Cx. 22, D. 2640 - 2641 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (16 de fevereiro de 1675).

<sup>1088</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre requerimento de Francisco de Brito Gois, Manuel Domingues e Diogo Pizarro de Vargas, como fiadores de Diogo Velasco e Jerônimo Velasco que foram contratadores das baleias da Bahia, solicitando se lhes faça quita no preço porque arremataram aquele contrato, pela grande perda que nele tiveram. AHU\_CU\_005-02, Cx. 30, D. 3888 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (17 de dezembro de 1694).

Identificamos aqui quatro categorias de animais: verdadeiros, paridos, macharrões e seguilhotes. Os seguilhotes seriam então os filhos das baleias adultas, que as seguiam. Ainda hoje, num dicionário informal de Português do Brasil se encontra a definição de seguilhote como o “filhote de baleia que ainda mama”<sup>1089</sup>.

Quanto às restantes categorias, suscitam-nos inúmeras dúvidas. Não foi possível, até ao momento, encontrarmos definições concretas sobre as restantes categorias na documentação da época, já que esta cumpre, maioritariamente, propósitos administrativos, sendo pouco dotada de informação de carácter natural ou sobre os animais propriamente ditos.

No entanto, tendemos a considerar, como referimos no ponto V. 2., que as baleias designadas verdadeiras eram baleias-franca. Recorrendo a um artigo do jornal *Musaico*, de 1845, reforçamos esta nossa ideia, através de algumas pistas sobre os animais:

*“N’esse mesmo tempo do contracto do rei appareceo o primeiro peixe verdadeiro, que foi morto pelo arpoador, o crioulo João Gonçalves, conhecido por João Branquinho, e depois appareceram outros, e ainda, já estando esta pesca em poder dos particulares; mas á muitos annos elles não aparecem. Estes peixes são Baléas de extraordinária grandeza, e mui superiores aos Madrijos, com a mesma configuração destes, tendo porém no alto da cabeça uã quantidade de botões ou lobinhos fóra, e quase em forma de circulo, que se chama corôa, os quaes as outras Baleas não tem, e pelo que elles são diferençados. Dão uã excessiva quantidade de azeite, mui bom”*<sup>1090</sup>.

No mesmo artigo, o autor refere que seguilhotes são os filhos do ano anterior e madrijos são as baleias fêmeas e que, entre estas, algumas podem estar prenhes e outras serem “*paridas de poucos dias, as quaes são pescadas com maior facilidade*”<sup>1091</sup>.

Quando recordamos a terminologia castelhana, por exemplo na obra de D. Mariano de La Paz Graells, quando comenta as capturas de baleias adultas fêmea e crias<sup>1092</sup>, é-nos sugerido questionar se ‘madrijo’ seria mais um legado da baleação basca

---

<sup>1089</sup> [www.dicionarioinformal.com.br](http://www.dicionarioinformal.com.br) consultado a 20.11.2017.

<sup>1090</sup> Manoel Braz Martins MOSCOSO, “A pesca das balêas na ilha de Itaparica”, *O Musaico. Periodico mensal da Sociedade Instructiva da Bahia*, vol. II, n. 13, p. 244.

<sup>1091</sup> *Idem*, p. 203.

<sup>1092</sup> Rever ponto I. 1.

no Brasil, com a junção das palavras “madre” (mãe) e “hijo” (filho), para a designação daquela parelha.

Também na “Lista das Pessoas que se aplicaraõ na safra das Baleas na Fabrica de Itaparica na pesca do anno de 1768, q contou ? de 179 peixes a ser 146 Madrigios, e 33 Sequilhotez”, identificada em documento do Acervo do AHU<sup>1093</sup>, encontramos terminologia semelhante, com mais uma distinção entre madrijos e sequilhotes.

Com base em fontes maioritariamente descritivas, e/ou de foro administrativo, temos informação algo dispersa, mas que, no seu conjunto, nos ajuda a compreender a quantidade de animais capturados, na Bahia, inclusivamente no século XVII, período para o qual a informação sobre a atividade é verdadeiramente escassa, e que sintetizámos na Tabela VII. De notar que, sempre que a fonte permite, discriminámos entre baleias adultas e crias ou juvenis, consoante encontramos referência ao tamanho dos animais ou uma menção clara e inequívoca da categoria de baleia.

**Tabela VII.** Número mínimo de baleias processadas nas armações da Bahia, entre 1663 e 1774.

Ano	Baleias (adultas)	Crias/ juvenis	TOTAL
1663	9	10	19
1664	14	3	17
1665 <sup>1094</sup>	9	5	14
1672	-	5, muito pequenos	5
1673	22	-	22
1674 <sup>1095</sup>	28, entrando m. <sup>tos</sup> filhos dellas		28
1687	6, pequenos e grandes		6
1688	17	-	17
1689 <sup>1096</sup>	15	10	25

<sup>1093</sup> “Lista das Pessoas que se applicaraõ na safra das Baleas na Fabrica de Itaparica na pesca do anno de 1768, q contou (?) de 179 peixes a ser 146 Madrigios, e 33 Sequilhotez”, documento *anexo ao* MAPA geral de toda a qualidade de embarcações que ha na Capitania da Bahia..., AHU\_CU\_005-01, Cx. 47, D. 8789-8796 (Bahia Eduardo de Castro Almeida) (27 de maio de 1775).

<sup>1094</sup> Dados referentes aos anos entre 1663 e 1665 provenientes de AHU\_CU\_005-02, Cx. 22, D. 2640-2641 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca). Contratador do triénio 1663-1666: Domingos Ferreira.

<sup>1095</sup> Dados referentes aos anos entre 1672 e 1674, provenientes de AHU\_CU\_005-02, Cx. 30, D. 3888 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca). Contratadores do triénio 1672-1675: Inácio de Velasco/Francisco de Brito Góis.

<sup>1096</sup> Dados referentes aos anos entre 1687 e 1689, provenientes de AHU\_CU\_005-02, Cx. 29, D. 3705-3706 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca). Contratador do triénio 1687-1690: António Pereira Barbosa.

<b>1733</b> <sup>1097</sup>	9	-	9
<b>1768</b> <sup>1098</sup>	146	33	179
<b>1774</b> <sup>1099</sup>	8	1	9

Com base nestes dados compilados para as armações baianas, e apesar da sua fragilidade, calculámos grosseiramente a taxa de crias capturadas, contabilizando apenas os casos em que há uma óbvia distinção entre adultos e crias. Obtivemos um valor médio de 40% de crias capturadas.

A corresponder à realidade, esta seria uma percentagem extremamente elevada de captura de animais com apenas semanas, meses ou poucos anos. As crias ou juvenis, senso lato, rendiam apenas entre três a quatro pipas de azeite<sup>1100</sup> tendo, portanto, um rendimento muito baixo e muitas vezes desconsiderado, não sendo sequer aproveitados estes animais. A captura das crias e juvenis funcionava como estratégia de captura. Estes animais eram o isco para atingir as baleias adultas, numa prática altamente destrutiva das naturais dinâmicas populacionais, que seria apontada, ainda no final de Setecentos, como uma das principais razões para o declínio deste monopólio, como se verá já no subcapítulo seguinte.

Quanto ao número de animais adultos referidos na tabela VI, os valores devem ser encarados como mínimos e numa visão conservadora, como se justifica pelo facto de alguns destes documentos, como explicámos, serem pedidos de isenção de pagamentos justificativos por fracas épocas de caça. Como nos asserta um documento anónimo referente à Bahia, de 1771, “*o comum he pescarem-se em cada anno 120 ou 130 baleias e haverão annos de 200, como tambem não duvido hajam annos em que só sem matem 50 e pelo que ouvi dizer bastava que morressem 60 até 70 por anno para os contratadores não perderem no contrato*”<sup>1101</sup>.

<sup>1097</sup> AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 48, D. 4293 (Acervo Bahia Avulsos) (21 de julho de 1734).

<sup>1098</sup> Dados referentes ao ano de 1768 proveniente de AHU\_CU\_005-01, Cx. 47, D. 8789-8796 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida).

<sup>1099</sup> Dados referentes ao ano de 1774 proveniente de AHU\_CU\_005-01, Cx. 47, D. 8789-8796 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida).

<sup>1100</sup> CARTA do provedor da Fazenda do Brasil, Francisco Lamberto ao rei [D. Pedro II], sobre o contrato da pesca das baleias AHU\_CU\_005-02, Cx. 29, D. 3705-3706 (Acervo Bahia Luísa da Fonseca) (4 de julho de 1692).

<sup>1101</sup> OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 45, Doc. 8440 (Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida).

À exceção do número no ano de 1768 que, como vemos na tabela VI é muito superior aos restantes - e, porque provém de duas fontes distintas, tem maior grau de fidelidade -, todas as outras quantidades de animais têm de ser observadas como números mínimos de animais capturados nas águas da Bahia. De notar que a temporada baleeira do ano de 1768 foi assistida pelos especialistas franceses, que ficaram alojados na Armação de Itaparica, na Bahia, onde permaneceram entre junho e outubro desse ano. No seu relato, o número de 179 animais foi também reportado, segundo o qual todos os animais eram baleias-corcundas, como já referimos<sup>1102</sup>.

A historiadora Myriam Ellis ditaria que a um triénio de ‘pesca’ na Bahia, correspondia uma média de 140 baleias<sup>1103</sup>, não explicando, contudo, se nesse número inclui todas as armações baianas, nem a que período se refere. Como sabemos, embora essa fosse a sua duração média, nem todos os contratos tiveram a duração de três anos. Por outro lado, na extensão total da atividade enquanto monopólio régio (1614-1801), o número de armações a operar não foi sempre o mesmo, ao longo das quatro capitánias baleeiras. Estas características da atividade complexificam de sobremaneira uma estimativa de contabilização dos animais, para a qual fazer cálculo médio com base numa fonte pode conduzir a perceção errónea da dimensão desta atividade.

O funcionamento das armações da Bahia necessitaria de um estudo exclusivo e aprofundado para que se conhecessem os seus períodos de funcionamento, nomeadamente a partir do momento em que as armações meridionais entram em funcionamento, nas décadas de 1730 e 1740, bem como a partir de 1765, quando se inicia o contrato da Companhia da Pescaria das Baleias, administrada pelos Quintela. De facto, a captura de baleias nas águas do Sul do Brasil foi ocasionalmente apontada como nefasta às ‘pescarias’ do Norte. Em determinada altura, teve-se a perceção de que as baleias se deslocavam ao longo da costa, de sul para norte, e tendo já sido alvo de tentativas de captura em Santa Catarina chegavam enfurecidas à Bahia, como podemos ver em carta do provedor-mor da Fazenda Real do Brasil a D. João V:

*“porq’ sendo costume principiar a pescaria em dia de S. Joaõ, e as vezes antes, está o contractador actual preparado, e as embarcaçoens circullaõ continuam.<sup>te</sup> estes mares, e athé hoje senaõ tem morto Balleya alguã, nem me consta, q’*

---

<sup>1102</sup> *Relation véridique*, anexa a AHU\_CU\_003, cx. 23, doc. 2004.

<sup>1103</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 37.

*aparecem: Conjecturaõ os praticos nesta pescaria, que esta falta de Balleyas, q' se tem experimentado, e experimentaõ, provem das novas pescarias, q' se tem estabelecido, p.<sup>a</sup> as partes do sul, em cabo frio, e mays partes donde V. Mag.<sup>de</sup> as prometeo fabricar, e nestas as mattaõ, e alguãs, que dela escapaõ, e correndo a costa entraõ nesta Bahia, chegaõ tam brabas, que se lhe não pode dar alcance, e a mayor parte dos peixes que aparecem saõ machos, dos quays sempre se desviaõ as embarcações receando o perigo pella sua natural brabeza ”<sup>1104</sup>.*

Como vimos, desde o início do estabelecimento da atividade baleeira no Brasil e da inauguração de armações ao longo da costa, as armações baleeiras tinham dimensões e capacidades distintas. Algumas serviam sobretudo como suporte a uma armação próxima maior, outras operavam continuamente, dia e noite, durante toda a época de caça. Os números que encontramos são, mais uma vez, esporádicos e fragmentados.

No Rio de Janeiro, em 1696, caçaram-se 22 baleias<sup>1105</sup>; na armação de Búzios em Cabo Frio, segundo um dos sócios do contrato, capturavam-se normalmente entre 7 a 15 animais<sup>1106</sup>. Podia sempre acontecer “*taõ má fortuna que logo no primeiro anno faltaraõ as baleyas; e matou na dita armação somente catorze baleyas, e na desta cidade vinte e huã no que logo se começou a experimentar grandifsima perda*”<sup>1107</sup>. Do mesmo contrato, o segundo ano não foi melhor, capturando-se em duas armações do Rio, um total de doze baleias<sup>1108</sup>, quando o comum seria, segundo o contratador, capturarem-se cerca de vinte baleias por ano<sup>1109</sup>. Estes números parecem-nos muitíssimo baixos para suportar um contrato apetecível, tanto para a Coroa como para os seus administradores. Mais uma vez, esta informação não deve ser considerada como esclarecedora dos números de baleias

---

<sup>1104</sup> CARTA do [provedor-mor da Fazenda Real do Estado do Brasil], Luís Lopes Pegado Serpes ao rei [D. João V], sobre os contratos arrematados na Provedoria da Fazenda Real e os valores de suas arrematações, entre eles, o contrato da renda dos direitos dos escravos que passam para as Minas Gerais, o contrato das Rendas das Dízimas da Chancelaria do Estado [do Brasil], o contrato da Pesca das Baleias. Anexo: termos (cópias), autos (cópias), certidões, despachos, AHU\_ACL\_CU\_003, Cx. 6, D. 547 (Projeto Resgate Avulsos) (27 de junho de 1735).

<sup>1105</sup> CARTA do Provedor da Fazenda Francisco de Brito Meirelles, em que participa ter-se arrematado o contrato das baleias a João Vieira Coelho, Luiz Antunes Vianna e Manuel Corrêa do Araujo por 29.000 cruzados e por tempo de três anos, AHU\_CU\_017-01, Cx. 11, D. 2023-2024 (Acervo Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida).

<sup>1106</sup> Informação que dá Baltazar dos Reis..., AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405.

<sup>1107</sup> AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3468 (1716).

<sup>1108</sup> *Idem*.

<sup>1109</sup> Autos de justificação a que se procedeu no Juízo da Provedoria da fazenda real do Rio de Janeiro, por parte do contractador das baleias Paulo Martins da Gama, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1710. Documento 3472 anexo a CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca da uma petição de Paulo Martins da Gama, contratador da pesca das baleias do Rio de Janeiro, relativa a observância das clausulas do seu contrato. AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3468.

capturadas normalmente, mas antes dos números mínimos de animais caçados. A tipologia de fontes aqui analisada revela-se inadequada para uma estimativa do esforço de captura.

Em São Paulo, só na armação de Bertioga, era comum caçar-se por ano “*secenta Baleyas, e dahi para sima*”<sup>1110</sup>. Na sua visita a esta armação, D. Luis de Sousa Mourão Botelho, governador de São Paulo, relatou que à data da sua chegada, a 3 de agosto, já tinham sido capturadas 51 baleias e que até ao dia 16 de agosto “*já tinham pescado sesenta e tantas*”. Significa isto que em treze dias se capturaram mais de 20 animais, ou seja, entre um a dois animais por dia<sup>1111</sup>.

Também para as armações de Santa Catarina são fornecidos alguns números de baleias capturadas embora, mais uma vez, de forma bastante dispersa. Apesar de ter sido a capitania com menos tempo de operação baleeira, com a primeira armação inaugurada em 1742/1743, as armações de Santa Catarina parecem ter sido as maiores e melhores apetrechadas o que, conseqüentemente, levou ao maior número de animais capturados durante o seu tempo de funcionamento. Por outro lado, no percurso migratório das baleias, de sul para norte, as águas de Santa Catarina são, entre as diferentes áreas costeiras do Brasil colónia, o território brasileiro mais austral das suas áreas de reprodução e a segunda maior área de reprodução desta espécie na América do Sul (antecedida pela Península Valdés na costa argentina)<sup>1112</sup>.

Já na década de 1760, a Armação da Ilha de Santa Catarina “*mata hum anno por outro a respeito de duzentas Baleas q’ hê o mayor numero d q. todas as mais Armaçoens no tempo prez.e*”<sup>1113</sup>. No ano de 1769, a época de caça foi observada pelos mestres franceses que relataram terem sido aprisionados 282 animais, dos quais 102 num único

---

<sup>1110</sup> CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José de Godói Moreira, para (D. José I), pedindo que, em virtude da quantidade de baleias pescadas pelas armações das canavieiras de São Sebastião e da barra da Bertioga ser muito maior e de mais interesse para os contratadores do que a armação do Rio de Janeiro, pertença o preço, por que se arremata o contrato da pesca das baleias, à provedoria da repartição de Santos e não à do Rio de Janeiro. AHU\_ACL\_CU\_023-01, Cx. 23, Doc. 2167 (São Paulo Alfredo Mendes Gouveia) (1 de maio de 1762).

<sup>1111</sup> OFÍCIO nº 5-III..., in *Documentos Interessantes...*, *Op. cit.*, 1952, p. 75.

<sup>1112</sup> BASTIDA et al., *Op. cit.*, 2007, pp. 146-160.

<sup>1113</sup> CARTA do provedor interino da Fazenda Real do Rio de Janeiro, desembargador João Cardoso de Azevedo, ao rei [D. José], informando seu parecer sobre o requerimento de Lopes Loureiro, solicitando a atribuição de algum dinheiro para custear o contrato [da Pesca] das Baleias, bem como licença para se proceder à alteração de algumas condições desse contrato, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 62, D. 5931 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (9 março 1761).

dia<sup>1114</sup>. Ano houve em que chegaram a ser capturadas mais de 500 baleias na Armação de Itapacorói, que se afirmava ser uma das melhores armações da região porque “*deita muito ao Mar, e por isso encostaõ ali as Baleas, quando na occasiaõ da passagem, procuraõ o abrigo da terra*”<sup>1115</sup>. Nas suas observações sobre a baleação em Santa Catarina, Auguste Saint-Hilaire diria que “*a pesca era tão abundante que só numa dessas armações apanharam 523 baleias*” e que, após a construção da armação de Itapacoróia, em 1777, nas suas proximidades tinham sido capturadas cerca de 300 animais<sup>1116</sup>. Em 1798 já só seriam capturados 88 animais<sup>1117</sup>.

No decorrer na nossa investigação encontrámos apenas um documento com registo das baleias de barbas capturadas, a saber o “Mapa do q’ tem porduzido as 12 pescas de Baléas abaixo declaradas” que se refere à captura de baleias de barba<sup>1118</sup>. Tal como referimos no capítulo IV, este documento reúne dados sobre o número de animais, quantidades de óleo e barbas resultantes, e quantidades destes produtos enviadas do Rio de Janeiro para outras regiões do Brasil e para Lisboa. Segundo esta fonte, para o período entre 1765 e 1776, foram processadas 5.668 baleias (Figura V.3.1.).

---

<sup>1114</sup> *Relation veridique*, anexa a AHU\_CU\_003, cx. 23, doc. 2004.

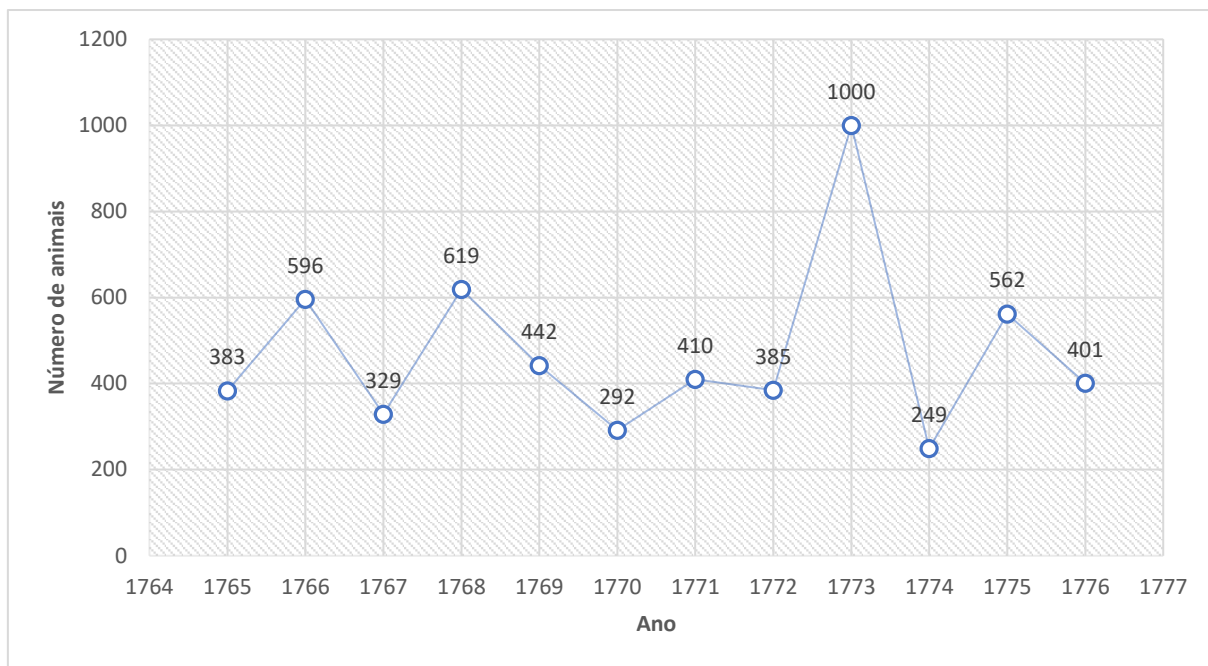
<sup>1115</sup> “Noticia das Armações de Baleas que ate o fim de 1794 haviaõ na Ilha de Santa Catharina, e Terra firme a ella adjacente: das que acresceraõ depois de 1795 em diante; e estado da sua Pescaria ate ao anno proximo passado de 1798”, documento anexo a MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405 (Acervo Santa Catarina) (post. 1799).

<sup>1116</sup> SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, 1936, p. 131. O autor está a referir-se ao período de 12 anos do contrato de).

<sup>1117</sup> MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405 (Acervo Santa Catarina) (post. 1799).

<sup>1118</sup> Documento anexo ao MAPA da demonstração do que produziu a pesca dos cachalotes ou espermecetes desde 11 de Outubro de 1773 até 30 de Junho de 1777 e do que produziu a pesca das baleias de 1765 a 1776, citando os navios que transportaram tais gêneros do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: mapas. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (post. 1777).





**Figura V.3.1.** Número de baleias processadas entre 1765 e 1776, período correspondente ao primeiro contrato da Companhia da Pescaria das Baleias, de Inácio Quintela & c. Fonte: “Mapa do q’. tem produzido as 12 pescas de Baléas abaixo declaradas”, documento anexo a AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos).

Aqui, o número mais baixo de animais capturados é de 249 animais num ano e o mais alto de 1.000 animais. Este último número parece-nos ser demasiado arredondado e elevado em relação aos outros anos do mesmo período, sendo ainda assim assumido nas contabilizações gerais das capturas costeiras do Brasil de Setecentos<sup>1119</sup>. Na falta de dados mais robustos até ao momento, teremos que assumir estes dados como *proxys* de animais processados para a produção de óleo, contribuindo para a compreensão global desta atividade no período em análise. Não colocamos de parte a hipótese dos contratadores declarem números diferentes daqueles que efetivamente tinham sido capturados. Quer fosse na tentativa de não sofrerem o aumento do preço do contrato ou serem desobrigados a rendas e impostos, quer fosse, pelo contrário, na tentativa de demonstrar o sucesso da operação e, por isso, renovar o contrato, vários motivos podiam certamente levar ao enviesamento da informação.

<sup>1119</sup> Rhys RICHARDS, *Into the South Seas: the southern whale fishery comes of age on the Brazil Banks 1765 to 1812*, Nova Zelândia, Paremata Press, s.d., p. 4; RICHARDS, *Op. cit.*, 2009, p. 453.

Assumindo estes valores, significa que durante aquele período caçaram-se, em média, 472 animais anualmente, número muito distinto daqueles que foram sendo reportados nos documentos de caráter qualitativo descritos em cima. De notar que, muito provavelmente, os 70 animais que os contratadores referem seriam suficientes para que o contrato fosse lucrativo, se a armação fosse pequena e o investimento baixo, como havia já sucedido na baleação basca do Atlântico Norte<sup>1120</sup>. Números de captura na ordem das dezenas foram frequentes em várias operações baleeiras dos séculos XVII, XVIII e até XIX<sup>1121</sup>.

Com base no que aqui analisámos, é praticamente impossível estimar um número de animais capturados no longo período entre 1614 e 1801. Desde logo, verificamos uma progressiva perda de informação (quantitativa e qualitativa) à medida que recuamos no tempo, sendo que, numa atividade que durou dois séculos, apenas encontramos um registo contínuo e organizado de animais processados para um período de doze anos. Esta é uma das maiores limitações das reconstruções históricas, nomeadamente na reconstrução história de populações de baleias; uma limitação que influencia fortemente os estudos de ecologia histórica e a modelação de populações biológicas do passado<sup>1122</sup>. Verificámos também como muitos animais eram capturados e não eram processados, portanto o desperdício e o número de animais não contabilizado é, muito provavelmente, significativo e um fator comum aos dois séculos de baleação.

Mas parece-nos certo que os números que até agora têm vindo a ser considerados nas obras sobre esta matéria estão significativamente subestimados e que a exploração destes animais foi mais intensa e com um maior impacto ambiental do que aquele que as fontes analisadas nos parecem agora indicar.

Sabemos que, a partir de 1765, houve um maior esforço de captura, com a criação de uma companhia dedicada à baleação, com o suporte da Coroa, de ministros e governadores, e uma grande capacidade de investimento por parte dos contratadores. Foram erigidas novas armações e foram empregues mais escravos. Foram procuradas novas espécies e novas técnicas para melhoramento dos produtos resultantes, como a

---

<sup>1120</sup> AGUILAR, *Op. cit.*, 1986, p. 194.

<sup>1121</sup> *Idem, ibidem*; ROMERO & CRESWELL, *Op. cit.*, 2010, pp. 22-23.

<sup>1122</sup> SWETNAM, ALLEN & BETANCOURT, *Op. cit.*, 1999, p. 1201.

melhor purificação do óleo de baleia, e foi promovido o acesso a novos produtos, como o espermacete.

Em simultâneo e em quatro áreas distintas da costa do Brasil, foram capturadas três espécies de baleias, o que significou que, entre 1774 e 1777, foram processados 186 cachalotes e 1.212 baleias de barbas, das espécies baleia-franca e baleia-corcunda. Mesmo que curto, o período a partir de 1765 e até aos últimos anos de vigência do monopólio, na viragem para o século XIX, poderão ter sido severamente impactantes para as populações de baleias de barbas. Este impacto era cumulativo com as capturas continuadas, mesmo que reduzidas, das duas centúrias anteriores. Mais ainda, acumulava com a captura indiscriminada de fêmeas e crias que pode ter sido muito superior à que suspeitávamos anteriormente, e que teria igualmente um impacto negativo determinante nas populações naturais. Estes factos, em conjunto com a pujança dos baleeiros americanos, nas suas atividades extrativas *offshore* por todo o Atlântico Sul, ditariam o início do fim da baleação costeira no Brasil.

### **V. 3. 2. Os primórdios da gestão de recursos naturais e das populações de baleias**

Independentemente da disponibilidade do recurso marinho em causa, ou seja, da abundância de baleias e do acesso a diferentes espécies, ou até do lucro previsto e o sucesso das armações, a baleação no Brasil tinha um fim antevisto. Ao abrigo das condições acordadas entre a Coroa e a “Companhia de Pesca de Baleias das Costas do Brasil”, as cláusulas contratualizadas em 1765 manter-se-iam por mais de trinta anos, regendo a baleação no Brasil até 1801.

Como vimos, o primeiro período contratado, entre 1765 e 1777, correspondeu a doze anos de estímulo e desenvolvimento da atividade baleeira na costa do Brasil, com um rendimento final de 1.066.797\$487<sup>1123</sup>. Durante a maior parte deste período, Inácio Pedro Quintela encabeçou o negócio baleeiro, entre vários outros também das Companhias de Comércio de Pernambuco e Paraíba, Grão-Pará e Maranhão, entre outros cargos administrativos que promoveram a sua ascensão social e a grande fortuna da sua

---

<sup>1123</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 157.

família. A sua morte, em 1775, levou a que o seu sobrinho, Joaquim Tibúrcio Quintela, o substituisse nas funções que exercia, nomeadamente na companhia baleeira. Em 1774, ainda no reinado de D. José I, um novo contrato foi aprovado por mais um período de doze anos, com início em abril de 1777 e término em março de 1785<sup>1124</sup>. Para além de Inácio Pedro Quintela, a morte de outros dois membros da companhia e o afastamento de um dos sócios levaram a alterações nas dinâmicas daquela empresa.

A este facto acresciam mudanças profundas no panorama político nacional, nomeadamente a morte de D. José I, em 1777, e o consequente afastamento de Sebastião José de Carvalho e Melo, potenciador dos assuntos mercantis e também da caça à baleia. Mais ainda, no mesmo ano de 1777, a invasão da Ilha de Santa Catarina pela armada espanhola obrigou a paralisação de duas armações<sup>1125</sup>. Para a substituição desta perda de capacidade para processar animais, num momento em que as capturas eram avultadas, foi estabelecida, em 1778, uma nova armação distante da ilha, na enseada de Itapocoróia<sup>1126</sup>.

De considerar o enorme investimento que vinha a ser feito pela Companhia Baleeira desde 1765, com gastos muito superiores a partir de 1774, com a inauguração da caça de cachalotes, que ficou *“descoberta, e quatro annos navegáda, criados muitos Marinheiros no conhecimento desta pesca, e igualmente muitos Escravos”*<sup>1127</sup>. Para esta nova operação foram também necessárias embarcações de maiores dimensões, diferentes das lanchas ou botes, agora adequadas para a baleação em mar aberto, e que chegaram a ser em número de seis. Para além disso, entrava também no rol de despesas as estruturas e instrumentos exigidos pelas novas técnicas de extração e purificação do espermacete e do óleo dos cachalotes e para a iluminação e produção de velas. Para isto, foi necessária a seguinte construção:

*“Ficou a Fabrica de refinar os miólos do Caxalóte para velas, e para as Boticas estabelecida, e em uso o seu consumo. Comprehende esta Fabrica dous grandes armazéns hum de cento e sessenta palmos, com sobrado e muitas parteleiras, em*

---

<sup>1124</sup> *Idem, ibidem*; PAZ, *Op. cit.*, 2015, pp. 161-162. Sobre vários negociantes com sociedade no Contrato das Baleias, ver também Tomás André Pinto de ALBUQUERQUE, *Qual o papel das redes na construção da carreira de um grande homem de negócios e sua relevância para o funcionamento do Império?*, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, 2016, 139 p.

<sup>1125</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 156.

<sup>1126</sup> ARAUJO, *Op. cit.*, 1822. Sobre o estabelecimento de armações baleeiras e a sua localização ao longo da costa, rever o subcapítulo III.2 do presente trabalho.

<sup>1127</sup> Documento da autoria de José da Fonseca, caixa e administrador do contrato das baleias entre 1765 e 1777, anexo a AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 4, D. 265.

*que se enxuga a mássa, outro de duzentos e vinte e tres palmos com tanques e dezasete emprensas muito fortes para expremmer, das quais paçaraõ para esta Cidade (...)”*<sup>1128</sup>.

Apesar de termos muito pouca informação sobre estas fábricas, é possível que uma tenha sido estabelecida no Rio de Janeiro e outra em Lisboa<sup>1129</sup>.

Portanto, desde o início do período baleeiro dos Quintela, como vimos, várias armações foram erguidas em Santa Catarina e São Paulo, consistindo num significativo investimento, não só pela construção dos edifícios e estruturas, mas também pela aquisição de instrumentos de trabalho e escravos, entre outros pagamentos diversos.

Perante tudo isto, a Companhia e os seus sócios encontravam-se numa fase de enormes despesas que necessitariam de grandes números de animais capturados para compensar todo o investimento. Ao qual se acrescentava uma época conturbada de acontecimentos e mudanças nas dinâmicas políticas e de administração do Império, bem como as populações de baleias que começavam a acusar o impacto de séculos de pressão. Mas, nos últimos anos de 1770, aparentemente, já se sentia “*grande prejuízo pela decadência da pesca do Sparmacete*”<sup>1130</sup>. Nas palavras de Jacinto Jorge dos Anjos Correa, a captura de cachalotes que se praticou durante aquele curto período deixou de se fazer “*por se ir espantando o peixe, e correndo tanto para o Sul; que chegaram algumas embarcações a andar quatro meses pelo mar até o Rio da Prata, sem colherem peixe algum*”<sup>1131</sup>.

De grande relevância para um trabalho futuro será compreender o número de animais capturados no período entre 1777 e 1789, para o qual acreditamos existir um registo sistematizado, como encontramos para o contrato anterior, que seria indispensável à contabilidade da Companhia<sup>1132</sup>.

---

<sup>1128</sup> Documento da autoria de José da Fonseca, caixa e administrador do contrato das baleias entre 1765 e 1777, anexo a AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 4, D. 265.

<sup>1129</sup> ARAUJO, *Op. cit.*, 1822; ELLIS, *Op. cit.*, p. 156. Estas despesas estão discriminadas no documento “Resumo de toda a Despeza q’ o Contracto de Balêas fes do 1º de Abril de 1765 té M.º de 1777, nos 12 an. abaixo declarados” anexo a AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 4, D. 265.

<sup>1130</sup> Jacinto Jorge dos Anjos Correa, 1820, in ARAUJO, *Op. cit.*, 1822.

<sup>1131</sup> *Idem*.

<sup>1132</sup> Segundo Myriam Ellis, a Companhia de Pesca de Baleias das Costas do Brasil teria um escritório em Lisboa, onde mantinha os livros de escrituração mercantil, para além de correspondência e faturas, e um outro no Rio de Janeiro de onde faria o controlo das cargas de produtos da baleia enviadas para a metrópole, ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 154.

Novamente de acordo com Anjos Correa, sobre o segundo período de arrematação e a reocupação das armações da Ilha de Santa Catarina, “*ainda se salvou alguma coisa depois de restituída a Ilha, e evacuada a 31 de Julho do mesmo ano, porque depois desse tempo se fez alguma pesca, e ano houve, em que por todas as Armações se mataram mais de mil baleias em uma só pesca*”<sup>1133</sup>. Na nova armação, segundo August de Saint-Hilaire, “*desde 1777, época em que foi instalado o estabelecimento em Itapocoroia, foram pescados, em suas vizinhanças, num só ano, até trezentas baleias*”<sup>1134</sup>.

Findo o contrato em 1789, é possível que a Companhia baleeira tenha sido extinta<sup>1135</sup>. Mas não a baleação no Brasil. Neste mesmo ano, o naturalista e político brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva ofereceu ao contratador das baleias Joaquim Pedro Quintela o seu rascunho manuscrito *Memória primeira sobre a pesca das baleas e extracção do seu azeite, com varias reflexões sobre as nossas pescarias em geral e sua decadencia*<sup>1136</sup> (Figura V.4.1.), que viria a publicar, no ano seguinte, com o novo título “*Memória sobre a Pesca das Baleas, e Extracção do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas Pescarias*”, no segundo tomo das *Memórias Económicas da Academia das Ciências*.

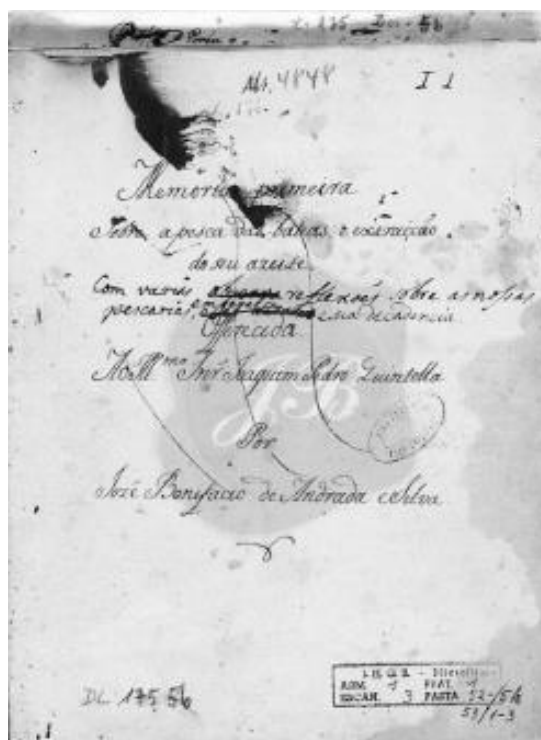
---

<sup>1133</sup> *Idem*.

<sup>1134</sup> Auguste de SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, 1940, pp. 340-341.

<sup>1135</sup> Sobre o funcionamento desta Companhia, consultar a tese de mestrado de Marcelo Paz que temos vindo a citar. Concretamente sobre a sua eventual extinção ver PAZ, *Op. cit.*, 2015, p. 218.

<sup>1136</sup> *Memória primeira sobre a pesca das baleas e extracção do seu azeite, com varias reflexões sobre as nossas pescarias em geral e sua decadencia. Oferecida ao Ill[ustrissi]mo Senhor Joaquim Pedro Quintella Por Jozê Bonifacio de Andrada e Silva*. Fonte: Arquivo do IHGB-Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, disponível para consulta em linha em <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1727/ficha/>.



**Figura V.4.1.** Página de rosto do manuscrito intitulado *Memória primeira sobre a pesca das baleas e extracção do seu azeite, com varias reflexões sobre as nossas pescarias em geral e sua decadencia. Oferecida ao Ill[ustríssi]mo Senhor Joaquim Pedro Quintella Por Jozê Bonifacio de Andrada e Silva*. Fonte: Arquivo do IHGB-Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, disponível para consulta em linha em <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1727/ficha/>.

A Academia das Ciências, mais tarde Academia Real das Ciências, foi criada em Lisboa, em 1779, já no reinado de D. Maria I. Em pleno Iluminismo, esta Academia na metrópole do Império Português, aliava-se à vontade e à necessidade de desenvolver o conhecimento em diversas áreas científicas em construção e à promoção da ciência e do ensino com visto ao progresso e à prosperidade. Ali se promoveu o encontro de uma elite de naturalistas, astrónomos, matemáticos, pensadores, altos funcionários coloniais, entre outros<sup>1137</sup>. Entendeu-se que a ciência não só era fonte de conhecimento, como também uma ferramenta ou forma para o domínio da natureza pelos humanos e dos recursos naturais pelo Estado<sup>1138</sup>. Apesar da agricultura ser a principal atividade entendida como base para a prosperidade e o desenvolvimento económico, a urgência da exploração de recursos naturais provenientes do mar era considerada como relevante. Vários territórios

<sup>1137</sup> DOMINGUES, *Op. cit.*, 2012, pp. 144-145.

<sup>1138</sup> *Idem*, p. 147.

sob o domínio português, nomeadamente africanos, eram trazidos à discussão, mas a América era considerada a mais importante fonte de poder, pois “*o Brasil é não somente o mais rico, mas também é aquele, que merece mais cuidado, e mais atenção*”<sup>1139</sup>. E dessa discussão, muitos discursos, reflexões e ensaios começaram a ser publicados nas *Memórias Económicas* da Academia.

No que diz respeito à caça de baleias, a atividade foi referida por Domingos Vandelli em duas das suas memórias, logo no tomo I em 1789. No mesmo volume, também Manuel Ferreira da Câmara, engenheiro e político brasileiro, publicou o “*Ensaio de Descrição Física, e Economica da Comarca dos Ilheos na America*”<sup>1140</sup>, no qual defendia a urgência de investigar e explorar não apenas produtos da terra, mas também do mar, nomeadamente baleias e tartarugas. Relativamente às baleias, Câmara aponta vários erros relacionadas com a forma de matar os animais e de processar o óleo, afirmando que a “*a pesca das Balêas em todo o Brasil, e ainda mais a manipulação do azeite, está sujeita a infinitos erros*”<sup>1141</sup>. Câmara enumerou as falhas que lhe pareceram mais graves e os tais erros que acreditava contribuir para o atraso no desenvolvimento da atividade baleeira e a sua ruína no futuro. Entre eles, apontou a remoção da gordura com grande quantidade de desperdício e o seu derretimento a altas temperaturas, resultando em óleo de baixa qualidade, mas também, e logo em primeiro plano, a captura de fêmeas e crias.

Este ponto interessa-nos particularmente, como temos vindo a referir ao longo do nosso trabalho, por implicar diretamente os animais e o equilíbrio das populações de baleias exploradas durante o período do monopólio baleeiro. Sobre este assunto, Manuel Ferreira da Câmara escreveu que “*princiando pelo ataque da Balêa, crê-se religiosamente que sem a destruição dos filhos não se pesca as mães*”<sup>1142</sup>. Como vimos, desde os primeiros anos da baleação na Bahia, logo nas primeiras décadas de Seiscentos, esta tinha sido uma das técnicas transmitidas pelos baleeiros bascos e que foi seguida durante todo o período em análise. Câmara apontou que esta prática fazia aumentar o número de fêmeas mortas e que este defeito devia ser corrigindo, “*procurando matar*

---

<sup>1139</sup> José Joaquim da Cunha Azeredo COUTINHO, *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*, Lisboa, Na oficina da Academia Real das Ciências, 1794, p. 89. 153 p.

<sup>1140</sup> CAMARA, *Op. cit.*, 1789, p. 304-350.

<sup>1141</sup> *Idem*, p. 344.

<sup>1142</sup> *Idem, ibidem*.



*uma soma maior de machos, e descobrir os meios de matar as fêmeas, sem contudo diminuir, e destruir a prole*”<sup>1143</sup>.

Esta noção de preservar a prole é, no fundo, a base do conceito de sustentabilidade. O que Manuel Ferreira da Câmara aqui propunha era a extração de um recurso de forma sustentável, ou seja, caçar baleias de forma a garantir a continuidade da sua exploração e consumo no futuro.

O autor escreveu também sobre as baleias e a baleação americana afirmando que:

*“todas as Nações, que pescam as Balêas, os Americanos Ingleses, por exemplo, tem sentido a falta d’estes mamais nas suas costas, falta que sempre cresce com o aumento da pesca, de maneira, que se vem forçados a vir fazer a sua pesca defronte dos nossos estabelecimentos no Brasil. Se a nossa pesca senão reformar, apesar da fertilidade, e bonança das nossas costas, sentiremos o mesmo dano, e então talvez não tenhamos a mesma industria que tem aqueles, que se aproveitam d’aquilo que nos sobra*”<sup>1144</sup>.

De facto, a expansão baleeira pelágica americana desenvolveu-se após a drástica diminuição das populações de baleias no Atlântico Norte e, se já antes causava impacto à atividade portuguesa no Atlântico Sul e era comentada pelos contratadores, era agora cada vez mais assumida como um confronto à baleação portuguesa no Brasil. Até porque os baleeiros estrangeiros nestas águas, cuja abundância de animais passou a ser conhecida após a viagem que relatámos do navio *Leviathan*, não caçavam apenas cachalotes, mas sim baleias-franca, a espécie preferencial da operação brasileira.

Como comentou Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos em França, nas suas observações sobre a ‘pescaria’ das baleias, de 1788, existiam três tipos de óleo: o da baleia *Spermaceti*, do cachalote, portanto; o da baleia-da-Gronelândia; e o da baleia do Brasil<sup>1145</sup>. Sobre a baleia do Brasil, Jefferson explicou que era originalmente encontrada na costa de Nantucket e que havia desaparecido - “*retired*”, nas palavras do autor - primeiro dos bancos da Terra Nova, depois das ilhas ocidentais, e que era então encontrada na costa do Brasil, entre os meses de dezembro a março. Ainda segundo este

---

<sup>1143</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>1144</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>1145</sup> Thomas JEFFERSON, “Observations on the whale fishery”, 1788, in *The Diplomatic Correspondence of the United States of America*, Vol. IV, Washington, Francis Preston Blair, 1833, p. 28.

diplomata, os habitantes do Brasil faziam pequenas expedições a partir da costa para caçar alguns cachalotes, não se comparando com a prática americana de os procurar e atacar em grandes números<sup>1146</sup>. Sobre estes animais, escreveu ainda: “*It must be added on the subject of this whale, that he is rare and shy, soon abandoning the grounds where he is hunted*”<sup>1147</sup>.

Voltando às Memórias Económicas da Academia das Ciências, em 1790 foi publicado o segundo tomo. É aqui que vamos então encontrar a impressão da Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva. Neste seu ensaio extenso de 25 páginas, o autor resume a história da caça de baleias em Portugal, desde o período medieval até ao momento em que se encontrava, elencando as principais características da atividade no Brasil, a precaridade dos seus métodos e sugerindo novas medidas de melhoramento e promoção do rendimento.

Andrada e Silva apontava como “*primeiro erro capital*”<sup>1148</sup> não estarem estabelecidas armações em “*todos os sitios proprios desde a Bahia até ao Rio Grande de S. Pedro*”<sup>1149</sup>, propondo assim a ampliação da atividade numa área contínua de baleação desde a costa nordeste até à mais austral porção de terra costeira da América Portuguesa. O autor afirmou que, à data do seu ensaio, as armações da Bahia e do Rio de Janeiro estavam abandonadas<sup>1150</sup> e reclamava que só existisse em São Paulo uma armação em funcionamento, a armação de Bertioiga, na vila de Santos, quando “*em perto de 80. leguas de costa, fertilissima toda ella de baleas*”<sup>1151</sup>.

Outra grande limitação da baleação, apontada por Andrada e Silva, foi a “*perniciosa pratica de matarem os baleotes de mamma para assim harpoarem as mãis com maior facilidade*”<sup>1152</sup>. Como está já bem claro, pelo que temos vindo a expor em vários pontos do nosso estudo, esta prática da cultura baleeira basca foi transferida para os baleeiros europeus no Brasil, integrando esta operação desde a sua génese, em 1602. O facto de as baleias serem mamíferos fez com que a sua exploração fosse diferente de

---

<sup>1146</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>1147</sup> *Idem*, pp. 29-30.

<sup>1148</sup> SILVA, *Op. cit.*, 1790, p. 397.

<sup>1149</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>1150</sup> *Idem*, p. 400.

<sup>1151</sup> *Idem, ibidem*

<sup>1152</sup> *Idem*, pp. 398-399.

todas as outras ‘pescarias’<sup>1153</sup>. A ligação - ecológica e emocional - entre fêmeas adultas e crias, notada por cronistas, baleeiros e naturalistas é exclusiva e distintiva dos mamíferos. O papel das mães no cuidado parental é criticamente relevante nas várias espécies de cetáceos, uma vez que as crias são amamentadas durante o primeiro ano de vida. No caso das baleias, o investimento das mães é longo e exclusivo a uma única cria, bem como determinante para o desenvolvimento comportamental e social das crias e juvenis, nomeadamente no desenvolvimento das capacidades de navegação, comunicação e alimentação<sup>1154</sup>.

O escritor britânico Robert Southey apelidaria esta prática dos baleeiros do Brasil como um sistema altamente exterminador<sup>1155</sup>. Sobre as baleias reforçaria:

*“É bem sabido distinguir-se de todos os outros peixes a baleia tanto pela força do affecto que liga mãe e cria, como por essa organização em atenção á qual a classificárão os naturalistas entre uma ordem mais elevada de entes. D’isto fazião cruel uso os harpoadores brasileiros, atacando o baleote certos de que a mãe o não abandonaria, podendo elles assim segurar a sua preza”*<sup>1156</sup>.

O arpoamento das crias para aceder mais facilmente aos adultos foi uma ação integrante da atividade, em toda a sua duração e em todas as capitânicas do Brasil, onde a caça de baleias se realizou. E que também se deveu, mais uma vez, às características naturais e ecológicas dos próprios animais. O destaque que o naturalista José Bonifácio dá a esta questão é muito significativo e, pela sua importância, destacamos o seguinte trecho:

---

<sup>1153</sup> Estamos aqui a comparar a captura de baleias com a pesca de outros animais marinhos não-mamíferos. Noutros casos de exploração de mamíferos aquáticos encontramos, igualmente, uma captura indiscriminada e a utilização da relação mãe-cria em favorecimento do rendimento da atividade. Um desses exemplos é a captura de manatins, também no Brasil, comentada por Alexandre Rodrigues Ferreira aquando da sua Viagem Filosófica. O naturalista notou que, também na exploração destes animais, as crias eram capturadas primeiro para mais facilmente acederem aos adultos, para além de fêmeas em período reprodutivo serem usadas como isco para os atingir os machos. O naturalista declarou ainda que por não existir qualquer tipo de regulamentação, sobre a captura dos animais pequenos, o número de animais se encontrava em diminuição, Alexandre Rodrigues FERREIRA, “Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no estado do Grão-Pará”, in J.C.M. CARVALHO (ed.), *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972 (1786), pp. 59-65. Sobre este assunto consultar BRITO & VIEIRA, *Op. cit.*, 2016; VIEIRA & BRITO, *Op. cit.*, 2017; VIEIRA, BRITO & ROQUE, *Op. cit.*, 2020.

<sup>1154</sup> MANN, *Op. cit.*, 2009, pp. 830-333.

<sup>1155</sup> SOUTHEY, *Op. cit.*, 1862, p. 444.

<sup>1156</sup> *Idem, ibidem*.

*“Tem estas tanto amor aos seus filhinhos, que quasi sempre os trazem entre as barbatanas para lhes darem leite; e se por ventura lhos mataõ, não desampáraõ o lugar, sem deixar igualmente a vida na ponta dos farpões: he seu amor tamanho, que podendo demorar-se no fundo da agua por mais de meia hora sem vir respirar assim, e escapar assim ao perigo, que as ameaça, folgaõ antes expôr a vida para salvarem a dos filhinhos, que não podem estar sem respirar por tanto tempo. Esta ternura das mãis facilita sem duvida a pesca: e o methodo de matar primeiro os baleotes pequenos para segurar as mãis, que enraivecidas muitas vezes viraõ as lanchas, parece visto a vulto excellente, mas olhando de perto he máo, e trará consigo, a não se prover nisto, a ruina total desta tão importante pescaria. He fóra de toda a duvida, que matando-se os baleotes de mamma, vem I. a diminuir-se a geração futura; poisque as baleas por huma dessas sabias leis da economia geral da Natureza só párem de dous em dous annos hum único filho; morto o qual perecem com elle todos os seus descendentes (...)”<sup>1157</sup>.*

Ao que acrescentaria ainda: *“causa isto o irreparavel prejuizo de irse annualmente diminuindo o numero de femeas, crescendo á proporção o dos machos, que assim de nada servem”<sup>1158</sup>.*

Quando Andrada e Silva escreveu esta memória era ainda um jovem académico, mas já empenhado no estudo da natureza e na compreensão das leis naturais com aplicação prática que fomentasse o aumento do lucro e do crescimento económico. Mas apesar da sua visão assentar em propósitos económicos, o seu texto parece refletir uma sensação de empatia por parte do autor em relação aos animais. Na sua escrita, em alguns momentos, abandona a sua análise objetiva, assumindo um tom literário e descrevendo as baleias como seres sencientes e com motivações como os humanos<sup>1159</sup>.

No seu texto encontramos a ideia de progresso, promovido pelo desenvolvimento do conhecimento científico e a aplicação de novas técnicas que o autor vai referindo sobre todos os aspetos práticos da baleação, desde as lenhas, os fornos, as lanchas, dando especial importância aos modos de processar os diferentes óleos, tanto das baleias de

---

<sup>1157</sup> *Idem*, pp. 399-400.

<sup>1158</sup> *Idem*, p. 400.

<sup>1159</sup> José Augusto PÁDUA, “A Profecia dos Desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional do pensamento de José Bonifácio”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 44, 2000, pp. 119-142; PÁDUA, *Op. cit.*, 2004, p. 124.

barbas como dos cachalotes<sup>1160</sup>. Mas encontramos, simultaneamente, criticismo em relação às práticas de exploração, que se manifestavam altamente destrutivas e que levavam ao desequilíbrio das condições naturais das populações de baleias, mesmo quando questiona “*e já que mataõ os baleotes, porque não aproveitaõ os de mamma, que fundem muito, e daõ excellente azeite?*”<sup>1161</sup>.

Na verdade, as questões levantadas, principalmente por José Bonifácio de Andrada e Silva, mas também por Manoel Ferreira da Camara, e a utilização de expressões como “destruir a prole”, “perecem com ele todos os seus descendentes” ou “diminuindo o número de fêmeas, crescendo à proporção o dos machos”, tocam em absoluto conceitos-base da Ecologia e problemáticas da Biologia da Conservação. Nas palavras destes pensadores estão patentes noções como sustentabilidade ou mesmo efetivo populacional<sup>1162</sup> das baleias do Atlântico Sul. Matar os filhos das baleias significava limitar a geração futura, isto é, reduzir o número de baleias no futuro. Caçar mais fêmeas do que machos significava um desequilíbrio no rácio fêmeas/machos e, consequente, no desequilíbrio na capacidade reprodutiva da população.

Mesmo que estas não fossem verdadeiras preocupações de conservação ambiental, no sentido do foco da preocupação não ser a valorização dos animais em si, não deixam de ser manifestações de preocupação com a gestão dos recursos naturais de forma a garantir a sua continuidade para exploração no futuro. Estas preocupações espelham uma reflexão sobre o valor intrínseco da natureza, potenciadas pela emergência da ciência moderna que, nas palavras de Keith Thomas, levou a uma verdadeira revolução na percepção dos humanos sobre o mundo natural<sup>1163</sup>.

O facto de o rascunho da Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva ter sido entregue ao administrador do contrato das baleias torna esta obra ainda mais singular e todo este tema mais interessante, enquanto caso de estudo que liga a economia, a ciência e as populações naturais, numa articulação entre o conhecimento empírico e científico<sup>1164</sup>.

---

<sup>1160</sup> SILVA, *Op. cit.*, 1790, p. 402 em diante.

<sup>1161</sup> *Idem*, p. 403.

<sup>1162</sup> O efetivo populacional é o número de indivíduos de uma população que contribui com descendência para a geração seguinte.

<sup>1163</sup> Keith THOMAS, *Man and the natural world. Changing attitudes in England 1500-1800*, Nova Iorque/Oxford, Oxford University Press.

<sup>1164</sup> VIEIRA, BRITO & ROQUE, *Op. cit.*, 2020.

Estas novas reflexões que aqui deixamos desafiam ainda a percepção de que não existiram preocupações com a gestão dos recursos marinhos, e com as baleias em particular, antes do século XIX. Esta ideia de que os recursos haliêuticos eram perçecionados como infinitos foi propaganda com a célebre frase do biólogo inglês Thomas Henry Huxley, quando afirmou acreditar que “*all the great sea fisheries, are inexhaustible: that is to say, that nothing we do seriously affects the number of fish. And any attempt to regulate these fisheries seems consequently, from the nature of the case, to be useless*”<sup>1165</sup>.

Concretamente sobre as baleias e a baleação, é comumente assumido que a ideia de controlar e regular a atividade é relativamente recente, geralmente associada à formação da Comissão Baleeira Internacional (IWC-*International Convention for the Regulation of Whaling*, mais tarde *International Whaling Commission*), em 1946. A propósito da baleação no Ártico, o historiador John F. Richards afirmou que não existiu qualquer tipo de iniciativa de conservação ou uso sustentável dos stocks de baleias, desde o início do século XVI até meados do século XIX<sup>1166</sup>. Estes e outros baleeiros encontraram uma solução mais prática quando se depararam com o decréscimo dos animais, a qual não comprometia a continuação da atividade. Quando uma população de animais começava a mostrar-se reduzida no seu número, os baleeiros deslocavam-se para outra área, mesmo que mais distante, mais perigosa ou de difícil acesso, e recomeçavam a caça<sup>1167</sup>. Ou, em alternativa, caçavam uma nova espécie de baleia<sup>1168</sup>, levando à depleção sequencial de várias populações de baleias.

Os recursos do mar não são inesgotáveis. A exploração de alguns recursos marinhos pode ser sustentável, se a capacidade de carga dos ecossistemas o permitir e se a atividade extrativa não for intensa e continuada. Como sabemos, a atividade baleeira que analisamos foi, sempre, vincadamente costeira e sedentária e executada de forma contínua desde 1602. Talvez por isto se tenham interessado os naturalistas por este tema, observando que o recurso - que todos os anos surgia do mar, sendo avistado de terra e caçado perto de costa - podia eventualmente desaparecer. Estes autores pareciam adivinhar o destino das populações que hoje se encontram, ainda, a recuperar os seus

---

<sup>1165</sup> Thomas Henry HUXLEY, *Inaugural Meeting of the Fishery Congress*, Londres, William Clowes and Sons, 1883, p. 16.

<sup>1166</sup> RICHARDS, *Op. cit.*, p. 610.

<sup>1167</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1991, p. 66; RICHARDS, *Op. cit.*, p. 610.

<sup>1168</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1991, p. 386.

efetivos populacionais, e a análise das suas obras reflete também a relevância das fontes portuguesas enquanto contributos para a construção da História da Ciência e da História da História Natural, mas também de uma História Ambiental Marinha, local e global.

Vamos também notar, nestas publicações das Memórias Académicas a proposta de se promover a caça de baleias noutras partes do Império Português, nomeadamente em Cabo Verde. Logo no ensaio de Domingos Vandelli, o naturalista questionava “*quanto mais abundante seria, se se estendesse em toda a Costa, e no alto mar do Brasil, e em Cabo Verde, das quais Baleas se aproveitam as outras Nações*”<sup>1169</sup>.

Também José Bonifácio de Andrada e Silva teria a dizer sobre esta matéria:

*“Nas Ilhas de Cabo Verde, onde numero grande de baleas dá á costa, utilizára tambem o Contrato em estabelecer Armações; que bem servidas podiaõ ser, e com mui pouca despeza, pelos naturaes, que assás são expertos e habeis nos trabalhos maritimos: principalmente se ao mesmo tempo se procurasse tirar conveniencia dos differentes pescados, que ha em todas ellas”*<sup>1170</sup>.

Aqui se reforça o que referíamos, em capítulo anterior, sobre a abundância de baleias nas águas arquipelágicas de Cabo Verde e a captura desses animais pelos baleeiros ingleses e americanos. No entanto, a baleação mantinha-se, exclusiva e contratualmente, ligada ao Brasil.

Apesar de, no novo contrato firmado em 1789 e com validade até 1801, a Companhia de Pescaria das Baleias das Costas do Brasil já não ser referida, a caça de baleias mantinha-se ali exclusiva de Joaquim Pedro Quintela e do novo sócio João Ferreira<sup>1171</sup>, que detinham também agora o contrato do sal<sup>1172</sup>. Neste novo período foram estabelecidas as novas armações de Garopaba e a de Imbituba, mais pequena e de apoio à primeira, em Santa Catarina<sup>1173</sup>. Nota-se, assim, um continuado investimento na atividade baleeira nestas águas do sul do Brasil que só se justificaria com a presença de baleias para caçar e com a importância dos lucros da atividade.

---

<sup>1169</sup> VANDELLI, *Op. cit.*, 1789, p. 191.

<sup>1170</sup> SILVA, *Op. cit.*, 1790, p. 397.

<sup>1171</sup> *Condições com que Joaquim Pedro Quintella, e Joaõ Ferreira tem arrematado o contrato da Pescaria das Baleias nas Costas do Brazil, e lhas a ellas adjacentes*, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 2 de dezembro de 1786.

<sup>1172</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 156.

<sup>1173</sup> Correa, 1820, in ARAUJO, *Op. cit.*, 1822.

A administração da nova dupla de sócios parece ter sido apontada como uma, entre várias razões, para o prejuízo do contrato celebrado. Entre as inúmeras queixas apontadas, em documento anónimo, constavam o pagamento reduzido ou mesmo a falta de pagamento a baleeiros, ato que levaria à ruína da ‘pesca’ já que, “*naõ ganhando os Baleeiros nada, das Baleas que matarem, escuzaõ de ter o trabalho, e de se porem no risco de as procurarem*”<sup>1174</sup>. Por outro lado, o novo contratador tinha cancelado as deslocções de baleeiros experientes para armações onde era necessária mão de obra e, porque “*nunca mais mandou gente, nem bastante, nem boa*”<sup>1175</sup>, resultava “*perder-se muita Balea, pela frouxidão dos remeiros, que vaõ em seu alcance, e outras, por naõ serem capazes os Arpoadores*”<sup>1176</sup>. Destas decisões administrativas, a par com a perceção de “*alguma falta de Peixes*”<sup>1177</sup>, resultavam anos muito pouco produtivos e sentia-se a decadência da atividade baleeira no Brasil. Se nas décadas de 1760 e 1770 se caçaram centenas de baleias por ano, já na década de 1790 “*tiveram pescas tão escassas, que pouco lhes deu de lucro*”<sup>1178</sup>.

Em 1798, o alvará de 18 de maio, de D. Maria I, tornava livre a baleação, anulando o arrendamento exclusivo do monopólio no Brasil<sup>1179</sup>. Com este documento a Rainha permitia que “*possão todos os Negociantes Portuguezes, cada hum per si, ou reunidos em sociedade, preparar, e armar Navios destinados a pescar as Balêas, e preparar o seu Azeite no Alto Mar, em toda, e qualquer parte desde as Costas destes Reinos até ás do Brasil, e nas de Moçambique, podendo depois vender o Azeite, e Barbas debaixo das mesmas Condições que os atuaes Contratadores, ou seja nos Meus Dominios, ou exporta-los para fora do Reino*”<sup>1180</sup>. Regulamentava ainda que “*em qualquer das Ilhas de Cabo Verde fica livre a todo o Negociante Portuguez poder fazer Pescarias sedentárias, e estabelecer Armazens para o mesmo fim*”<sup>1181</sup>.

---

<sup>1174</sup> “Noticia das Armações de Baleas que ate o fim de 1794 haviaõ na Ilha de Santa Catharina, e Terra firme a ella adjacente: das que acresceraõ depois de 1795 em diante; e estado da sua Pescaria ate ao anno proximo passado de 1798”, documento anexo a MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798, AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405 (Acervo Santa Catarina) (post. 1799).

<sup>1175</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 6, D. 405.

<sup>1176</sup> *Idem*.

<sup>1177</sup> *Idem*.

<sup>1178</sup> Correa, 1820, in ARAUJO, *Op. cit.*, 1822, p. 292.

<sup>1179</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 160.

<sup>1180</sup> *Collecção da legislação Portuguesa...*, Volume 4, Lisboa, Na Typografia Maignrense, 1828, p. 491.

<sup>1181</sup> *Idem, ibidem*.



Em maio de 1799, um projeto de alvará, formalizando o fim do monopólio, acompanhou as cartas régias enviadas para várias capitanias do Brasil. Aqui se pode ler:

*“(...) tendo chegado ao Meu Real Throno varias Representaçoes sobre os damnos que se seguiaõ á Minha Real Fazenda, e aos Meus Póvos, tanto neste Reino, como no Brazil, dos dois Contractos da Pescaria das Baleias, e do Estanco do Sal no Brazil, pela diminuição a que o primeiro tem deixado chegar a Pescaria das Baleias, limitando-se os Contratadores, somente atirar partido das que se aproximaõ das Costas dos Meus Dominios da America, de que tem resultado a grande falta de Azeite de Peixe, e consequentemente o seu alto preço (...) ficaraõ abolidos os mesmos Contractos, como se nunca tivessem existido, e será livre o commercio destes Generos a todos, e quaisquer dos Meus Vassalos em toda a parte dos Meus Dominios (...)”*<sup>1182</sup>.

Em 1801, findo o período contratualizado, o derradeiro alvará de 24 de abril, agora do príncipe regente, formalizava o fim deste secular monopólio<sup>1183</sup>.

A caça às baleias continuaria nas águas do Brasil, sob administração da Fazenda Real até 1816. A esta data, as armações baleeiras encontravam-se em *“miserável estado (...) tanto a respeito dos edificios, como dos escravos, oficinas, lanchas, e de mais utensílios da pesca”*<sup>1184</sup>.

As armações encontravam-se em ruína e a atividade em decadência, resultado de uma má gestão, ausência de incentivos e de interesse por parte de particulares. Mas também porque a baleação concorrente, nos agora designados *Brazil Banks* e *False Banks*<sup>1185</sup> do Atlântico Sul, capturava um número de baleias cada vez maior e cada vez

---

<sup>1182</sup> ALVARÁ (minuta) da rainha [D. Maria I] ordenando a abolição dos contratos da pescaria da baleia e do estanco do sal no Brasil; determinando aos governadores que procedam a uma severa devassa sobre o aprovisionamento do sal feitos pelos contratadores durante o tempo do seu contrato; e a um inventário do sal existente no termo do contrato e dos escravos do contrato da pesca das baleias; a criação de impostos sobre o sal exportado para o Brasil, lançando a décima sobre a renda anual das casas em todos os portos daquele Estado; regulando o transporte e o comércio do sal; reduzindo para metade os direitos dos vinhos exportados para o Brasil à saída do Reino e à entrada do Brasil; reduzindo também para a metade os direitos do ferro nos registros das entradas para Minas Gerais; estabelecendo que o ferro proveniente de Angola entre no Brasil livre de direitos durante dez anos e goze da mesma isenção quando for levado para o interior do Brasil e Minas Gerais; ordenando ao Governo de São Paulo o início dos trabalhos de escavação das minas de ferro da capitania e a venda por conta da Fazenda Real do ferro com 10% sobre o custo que o mesmo fizer, ficando livre de qualquer direito de entrada nas outras capitanias, AHU\_ACL\_CU\_003, Cx. 31, D. 2542 (Acervo Avulsos (BG)) (19 de maio de 1799).

<sup>1183</sup> ELLIS, *Op. cit.*, 1969, p. 160.

<sup>1184</sup> BRITO, *Op. cit.*, 1829, p. 103.

<sup>1185</sup> Assim foram referidos genericamente os grandes bancos de baleação pelágicos do Atlântico, ao largo da Argentina e do Brasil, respetivamente. Inicialmente identificados com base na obra de Charles Haskins TOWNSEND, “The distribution of certain whales as shown by logbook records of American whaleships”,

mais a sul. Como relembria Southey, “*mui productiva havia sido em S. Catharina a pesca da baleia, declinara porem desde que os baleeiros ingleses e americanos frequentavão as ilhas de Falklandia, sendo na verdade tão pertinaz e destruidora a guerra que se faz a estes animaes colossaes, porem inoffensivos, que ja raras vezes ou nunca se encontram tão grandes como outr’ora, sendo provavel que dentro em poucas gerações se extinguisse a raça, se o uso geral das luzes de gaz não tivesse vindo diminuir a demanda de azeite de peixe*”<sup>1186</sup>.

A chegada de navios britânicos e americanos à Patagônia e às ilhas Falkland para a caça de cetáceos e pinípedes, no final do século XVIII e que se intensificaria no século XIX<sup>1187</sup>, começou a remover baleias das suas áreas de alimentação, contribuindo também para uma drástica redução no número de animais que se deslocavam para norte. Consequentemente, menos baleias ocorriam nas águas de Santa Catarina.

Também o naturalista francês Saint-Hilaire, ao visitar as armações de Santa Catarina, não deixaria de notar que “*como esses animaes só têm um filho de cada vez, o seu numero, quando ali estive, já se achava em sensível decrescimento*”<sup>1188</sup>. Noutro relato acrescentou “*como já observou um ilustre zoólogo, os grandes cetáceos tornam-se cada vez mais raros*”<sup>1189</sup>.

Nas primeiras duas décadas do século XIX, o Brasil importava da América do Norte, velas de espermacete e óleo de cachalote (*train oil*), e exportava para a Europa pele de lontra em pequenas quantidades, óleo de baleia e barbas de baleia<sup>1190</sup>. Em 1820, entre os principais géneros de exportação de Santa Catarina, encontrava-se farinha de mandioca, arroz, cal, feijão, milho, entre outros, juntava-se ainda o azeite de baleia<sup>1191</sup>.

---

*Zoologica*, vol. XIX, n. 1, pp.1-50, têm vindo a ser debatidos com base em novos dados fornecidos pela investigação sobre operações baleeiras históricas, nomeadamente a do Brasil, como se pode verificar em RICHARDS, *Op. cit.*, 2009, pp. 452-454. Os mapas de Townsend encontram-se também disponíveis em <https://whalinghistory.org/townsend-whaling-charts/>.

<sup>1186</sup> SOUTHEY, *Op. cit.*, 1862, pp. 520-521.

<sup>1187</sup> STARBUCK, *Op. cit.*, 1878; JENKINS, *Op. cit.*, 1921, p. 208; Marcelo MAYORGA, “Actividad lobera temprana en la Patagonia Oriental: caza de mamíferos marinos”, *RIVAR*, vol. 4, n. 11, 2017, pp. 31-51.

<sup>1188</sup> SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, 1820, p. 132.

<sup>1189</sup> Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem à Provincia de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e Missões do Paraguai*. Livraria Martins, São Paulo, 1940, pp. 340-341.

<sup>1190</sup> Johann Baptist von SPIX and K. F. Phil. von MARTIUS, *Travels in Brazil, in the years 1817-1820*, Londres, LONGMAN, HURST, REES, ORME, BROWN, and GREEN, 1824, p. 184, 192.

<sup>1191</sup> SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, p. 158

Compreende-se assim como as baleias, mesmo que em reduzido número, nunca deixariam de ser perseguidas nas águas do Brasil. Quando comparada com as operações baleeiras continuadas ao largo e a partir da costa do Brasil, até 1986, nomeadamente a baleação americana, e as operações norueguesa (com início em 1911) e japonesa (com início em 1957)<sup>1192</sup>, a baleação costeira do período colonial poderá parecer a menos intensiva em esforço de captura. Mas os seus dois séculos de duração significaram que o seu impacto nas populações naturais de baleias representou uma remoção cumulativa total na ordem de milhares de animais<sup>1193</sup>. E ainda que os baleeiros que se seguiram estavam a operar um ecossistema profundamente já profundamente transformado e impactado. A predação humana das baleias, animais de capacidades cognitivas muito desenvolvidas e com complexas estruturas sociais, deve ter sido traumática, ao nível individual e populacional, e o impacto causado, também naqueles animais que sobreviveram, dificilmente pode ser estimado<sup>1194</sup>.

Com base nesta nossa história sobre baleias e baleação, cremos que a forma como os animais reagiram, em termos ecológicos e comportamentais, a eventos de caça e exploração continuada durante séculos pode ter sido uma força motora para a construção de um novo modo de perceber a natureza. As reações das baleias, individual e coletivamente, acabaram por ser consideradas na escrita das memórias, tanto económicas como naturalistas, cujos autores revelavam uma preocupação ou sentido de empatia para com os animais. Pelo grande esforço de captura de baleias a sul na sua rota de migração, o número de baleias que chegava a armações a norte de Santa Catarina deveria ser muito reduzido e alguns dos indivíduos que aí chegavam já tinham sido arpoados ou perdido um ou mais elementos do seu grupo, transportando consigo uma memória da experiência de caça. Por isto, deixariam de se aproximar de costa e das embarcações, demonstrando comportamentos agressivos no encontro com os baleeiros.

Mesmo que as preocupações referidas nestes trabalhos tivessem o seu foco no valor económico do animal-recurso, analisar estas fontes oferece novos contributos para detetar e interpretar uma trajetória de mudanças de atitudes e usos perante os animais marinhos<sup>1195</sup>. Este percurso na construção das relações entre as pessoas e a natureza, e os

---

<sup>1192</sup> Para uma visão global de toda as eras baleeiras que atravessaram as águas do Brasil consultar HART & EDMUNDSON, *Op. cit.*, 2014.

<sup>1193</sup> REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2003.

<sup>1194</sup> RICHARDS, *Op. cit.*, 2003, pp. 615-616.

<sup>1195</sup> PÁDUA, *Op. cit.*, 2004; VIEIRA, *Op. cit.*, 2018.

animais em particular, é um processo longo, constituído por avanços e retrocessos, e que, apesar de reconhecer o animal-ser, não inibiu a sua captura e valorização comercial até ao final do século XX.

Enfim, hoje, podemos ouvir um antigo baleeiro do Rio de Janeiro dizer que *“melhor é ver ela ali na natureza dela, porque ali [apontando para o mar] é dela”*<sup>1196</sup>.

---

<sup>1196</sup> Pescador José de Jesus, entrevistado no documentário *Baleia a Óleo* de Lísia Palombini, 2016. Mais informação em <http://www.festivaldorio.com.br/br/filmes/baleia-a-oleo> e documentário integral em <https://www.youtube.com/watch?v=rK8H5aKA0ok>.

## CONCLUSÃO: A TAXONOMIA DA BALEAÇÃO PORTUGUESA

A baleação no Brasil colonial, que aqui analisámos, foi a única operação baleeira de matriz ibérica organizada no Atlântico Sul. Emergiu da abundância de baleias observadas nas águas do Brasil e descritas pelos primeiros cronistas e colonos, e rapidamente se compreendeu que do mar se podia extrair um recurso com utilidade para a vida pública - o óleo de baleia.

O estabelecimento inicial da baleação basca no Brasil, mais concretamente na Bahia de Todos os Santos, foi potenciado pela união das Coroas ibéricas e pelas notícias, de incontáveis baleias, que chegaram a Filipe II, no final de Quinhentos. A quantidade elevada de baleias que se terão capturado logo nos primeiros anos de Seiscentos confirmou, certamente, o potencial da atividade e a importância das baleias, levando ao estabelecimento do monopólio régio em 1614, o qual duraria até 1801.

Ocorreu, assim, uma transferência de técnicas baleeiras seculares, implantadas e desenvolvidas no Atlântico Norte, para as águas do Atlântico Sul, que carregava também consigo um conhecimento prático sobre a baleia, esse útil monstro do mar. Este não era um conhecimento científico, nem sequer de carácter naturalista; era o conhecimento empírico dos homens do mar, transferido para os novos habitantes da América do Sul. Aos homens, brancos e mulatos, que remavam as lanchas e arpoavam as baleias, foi necessário que aprendessem a conhecer o animal, os seus padrões de distribuição, o seu comportamento e a sua ecologia, com fim à exploração bem sucedida do recurso marinho e, portanto, concretizar uma época de ‘pesca’ de sucesso e lucro. Exigiu também um contacto profundo dos escravos africanos com a baleia, que se alimentaram com a sua carne, que foram forçados a servir nas armações baleeiras e que retalhavam os animais, derretiam a sua gordura e encheram milhares de vasilhas de ‘azeite de peixe’.

O reconhecimento da presença e da abundância de baleias nas águas costeiras e a prospeção sobre a possibilidade de as caçar e transformar com lucro estiveram, como comprovámos, nas agendas da Coroa portuguesa e dos seus funcionários na América. O desenvolvimento sequencial das armações na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina esteve intimamente relacionado com o assentamento, de norte para sul, de colonos portugueses na costa sul-americana. A edificação de armações ao longo da costa brasileira, em quatro das suas principais capitanias, no contexto da Expansão Portuguesa,

contribuiu para o desenvolvimento dos espaços litorais, para a evolução de vilas e cidades e para a construção de relações entre pessoas e baleias. A apropriação do território e dos recursos, também do mar, esteve na base do assentamento humano, quer para garantir a subsistência quer para fomentar o comércio. E, simultaneamente, foram os recursos naturais, entre eles as baleias, que promoveram essa mesma apropriação do espaço.

Naqueles pontos centrais do Brasil colonial, a formação de núcleos baleeiros exigiu um grande investimento financeiro particular, com a edificação de estruturas, aquisição de embarcações, de instrumentos e de mão-de-obra. Em cada época baleeira contratualizada, o lucro dependeu da presença das baleias e do esforço de caça em cada momento, numa operação costeira fixa, ditada pela ocorrência e pelos padrões migratórios dos animais. A atividade operou sem concorrência com qualquer outra região do Império Português, de Seiscentos e Setecentos, e sem a competição por parte de outros poderes, até à inauguração da caça ao cachalote no Atlântico Sul, a partir da década de 1770. A procura por esta nova espécie de grandes baleias e dos seus produtos, já altamente valorizados pelas sociedades ocidentais - espermacete e âmbar-cinzentos - reforçou a ligação entre as produções no âmbito da História Natural e o progresso económico, isto é, entre a necessidade de conhecer os animais para deles extrair matérias-primas. Também aqui, contratadores da baleação e governadores de capitania estiveram ativamente envolvidos e empenhados. Em 1773, um momento de contacto entre baleeiros de Nova Inglaterra e do Brasil, permitiu a aprendizagem de técnicas específicas para a captura de cachalotes. Novamente, a transferência de técnicas e conhecimento foi crucial e levou a um novo investimento baleeiro português agora em mar aberto. Daqui resultou também a inauguração dos bancos de baleação ao largo do Brasil e da Argentina.

A nível financeiro, a baleação no Brasil constituiu uma importante fonte de receitas para a Coroa portuguesa através do pagamento pela concessão do monopólio. A renda do contrato teve inúmeras aplicações, desde o pagamento de salários, tenças, munições, edificações, entre outros, contribuindo assim para o progresso das cidades e das pessoas, desde o desenvolvimento militar, ao missionário e ao social. As baleias e a baleação serviram, também assim, para a construção da sociedade portuguesa e brasileira e vários dos propósitos expansionistas do Império.

Entre os usos dos produtos provenientes da atividade, dos quais o óleo foi o principal, a iluminação das casas e dos engenhos de açúcar alterou a vida quotidiana e

fomentou uma maior produtividade. O consumo de óleo de baleia no Brasil alargou-se a regiões onde a baleação não se praticava, incitando assim a navegação costeira e o comércio interno no Brasil. E ao contrário do que se suponha anteriormente, de que o óleo de baleia servia quase exclusivamente para o consumo na colónia, sendo escassas as remessas para Lisboa, os dados que aqui analisámos revelam outra realidade. Todos os anos, várias vezes por ano, do Rio de Janeiro, e de outros portos do Brasil, foi transportada uma quantidade muito significativa de óleo para a metrópole que, em alguns anos, se aproximou de metade da produção total. Estas não foram remessas pontuais e dispersas no tempo, mas antes envios constantes e organizados, como comprovam as relações de carga que aqui identificámos e contabilizámos. Para além do óleo, a produção compunha-se ainda de barbas de baleia que eram acondicionadas e enviadas, na sua totalidade, para Lisboa, integrando depois vários mercados europeus. Na demanda por este produto de luxo, Portugal poderá ter sido um dos seus fornecedores, principalmente no século XVIII.

Assim, quando se elencam os produtos que o Império Português fez circular no Atlântico ou que contribuíram para as finanças da Fazenda Real, não podemos continuar a colocar os produtos da baleia no item ‘outros’. Como analisado, torna-se clara a relação entre a baleação com o estabelecimento e desenvolvimento da colónia e, ainda, a importância crucial da baleação para a circulação de conhecimento, práticas, técnicas e produtos. Mais ainda, a baleação, pelo seu valor económico e por todas as questões administrativas associadas ao arrendamento dos contratos, fez com que a baleia fosse, ao longo destes dois séculos, um agente na construção da presença portuguesa no Brasil. A baleia foi assunto, entre monarcas, vice-reis, ministros e governadores de capitânias, naturalistas e diplomatas, e a sua exploração nas águas costeiras brasileiras não só esteve incluída nas estratégias de domínio e colonização do território brasileiro, dos séculos XVII e XVIII, como as facilitou e promoveu.

Da mesma forma, não é possível continuar a ignorar a importância das próprias baleias e do número de animais capturados durante o período de vigência deste monopólio baleeiro no Brasil moderno. Nesta nossa abordagem à baleação, que combina uma perspectiva da História da Expansão e do Império Português na época moderna com uma perspectiva da História Ambiental Marinha e dos estudos das relações sociedade-natureza, ressalta aqui o conceito de ‘colonização’ da natureza e dos processos naturais. Esta ‘colonização’ refere-se a uma transformação intencional e sustentada dos sistemas naturais, através de intervenções sociais organizadas com o propósito de melhorar a sua

utilidade para a sociedade e que requer, de alguma forma, uma transformação das condições biofísicas<sup>1197</sup>. Chegamos à conclusão que, no caso das baleias, este domínio e manipulação das condições biológicas dos animais ou, se preferirmos, a sua domesticação, não é possível. Porque as baleias não são suscetíveis de serem manipuladas, reproduzidas, mantidas ou acondicionadas num determinado local; pelos motivos óbvios inerentes às suas características ecológicas, não é possível controlar a sua ocorrência nem, conseqüentemente, o rendimento da sua captura. Talvez também por este motivo, não tenha sido dada, até aqui, a devida importância à caça de baleias na História da Expansão Portuguesa. Ao contrário de outros animais explorados no Brasil de Seiscentos e Setecentos, como exemplo; e ao contrário das plantas como o pau-brasil, a cana de açúcar ou o tabaco, as baleias não podiam ser ‘colonizadas’. Contudo, esta ausência de controlo sobre o recurso não altera o cariz da atividade como temos vindo a cimentar, desde o início deste estudo, sobre apropriação, exploração e domínio das pessoas sobre os ambientes naturais, ou mais concretamente dos portugueses no Brasil sobre as baleias.

O impacto da baleação no estado das populações do Atlântico Sul - pelo menos de baleia-franca e baleia-corcunda - foi severo. Mesmo não compreendendo viagens em mar aberto em perseguição dos animais, esta operação baleeira incidiu sobre grupos muito concretos e fragilizados, nas áreas de reprodução daquelas espécies. A captura indiscriminada de fêmeas e crias que aqui foi calculada, ainda que de forma grosseira, aponta para um desequilíbrio profundo dessas populações. Mesmo que uma perceção desse desequilíbrio e a antevisão da rutura dos *stocks* de baleias tenha sido profetizada pelos naturalistas da época das Luzes, a caça de baleias no Brasil, com génese nas dinâmicas da expansão portuguesa, aconteceu até 1986. Desde 2008, o estatuto de conservação das espécies baleia-franca-austral e baleia-corcunda, pela IUCN, é ‘Pouco preocupante’, tendo evoluído, desde 1965, de categorias ‘Em Perigo’ e ‘Vulnerável’<sup>1198</sup>. Esta reflexão importa, principalmente, quando se tentam calcular estimativas de

---

<sup>1197</sup> Marina FISCHER-KOWALSKI & Helga WEISZ, “Society as hybrid between material and symbolic realms: Towards a theoretical framework of society-nature interaction, *Advances in Human Ecology*, vol. 8, 1999, p. 234.

<sup>1198</sup> Toda a informação sobre os estatutos de conservação destas espécies pode ser consultado na página da Lista Vermelha da IUCN: Baleia-franca-austral <https://www.iucnredlist.org/species/8153/50354147#assessment-information>; Baleia-corcunda <https://www.iucnredlist.org/species/13006/50362794#assessment-information> (consultados pela última vez a 10.01.2020)



abundância históricas de baleias e avaliar o impacto da baleação no passado. É certo que a baleação americana pelágica e, posteriormente, a baleação industrial foram altamente impactantes em várias populações de baleias - de barbas e cachalotes - a nível global, mas atuavam sobre ecossistemas já impactados, ao longo de séculos, e sobre populações gravemente transformadas.

Propusemo-nos no início deste trabalho traçar uma taxonomia da baleação portuguesa, entre os séculos XV e XVIII, com base nas eras de baleação propostas por Randall Reeves e Tim Smith<sup>1199</sup>. Na sua taxonomia da baleação mundial, a operação baleeira no Brasil, a que nos referimos, é caracterizada como baleação de Estilo-basco<sup>1200</sup>, uma generalização feita pelos autores para o período entre 1603 e 1973.

Partindo da investigação que agora se apresenta, considerando a costa do Brasil e o período de monopólio da baleação, entre 1614 e 1801, estamos em posição de contribuir para a caracterização desta operação, de forma comparativa ao anteriormente publicado pelos autores acima referidos (Tabela VIII.).

Através do nosso estudo, delimitado cronologicamente e com análise integrada das diferentes capitanias baleeiras, identificámos que a baleação no Brasil se inclui efetivamente na era baleeira Estilo-basco durante todo o seu período, mas também na de Estilo-americano costeiro, pelo menos, entre 1774 e 1777.

Pretendeu-se, com esta caracterização atualizada e fundamentada em documentos históricos, criar uma base de construção histórica e científica onde possam vir a ser integrados mais dados à medida que novas informações venham a ser obtidas. Devemos enfatizar que inúmeros aspetos do monopólio baleeiro aqui estudado exigem trabalhos dedicados e equipas multi- e interdisciplinares. A informação e reflexão que aqui deixamos deverá servir como um relevante ponto de partida para motivar a análise destas e de outras fontes e para levantar novas problemáticas no âmbito de outras disciplinas que, em conjunto, contribuam para dar resposta às várias questões que este trabalho suscita.

---

<sup>1199</sup> REEVES & SMITH, *Op. cit.*, 2006.

<sup>1200</sup> *Idem*, p. 99.

**Tabela VIII.** Caracterização da operação baleeira do Brasil, durante o período de monopólio régio (1614-1801).

<b>Era</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>Onde</b>	<b>Aspetos característicos</b>	<b>Espécies-alvo</b>
<i>Segundo Reeves &amp; Smith 2006</i>					
<b>Estilo-Basco</b>  <i>(Basque-Style)</i>	1603	1973	Brasil	-	Cachalote  Baleia-corcunda  Baleia-franca-austral
<i>Segundo o presente trabalho</i>					
<b>Estilo-Basco</b>  <i>(Basque-Style)</i>	1614	1801	Bahia,  Rio de Janeiro,  São Paulo e  Santa Catarina  (águas costeiras)	Botes de madeira, a remos e com vela, partindo de terra, em zonas de baías e enseadas;  Arpoamento manual;  Processamento dos animais em terra;  Mão de obra paga e escravizada.	Baleia-franca-austral  Baleia-corcunda
<b>Estilo-Americano Costeiro</b>  <i>(American-Style Shore)</i>	1774	1777	Águas oceânicas frente à costa do Brasil, pelo menos a partir do Rio de Janeiro e	Embarcações (de tipologia desconhecida) partindo de terra;  Botes de madeira, a remos e com vela,	Cachalote

			Santa Catarina	para aproximação aos animais;  Arpoamento manual;  Processamento dos animais em terra;  Mão de obra paga e escravizada.	
--	--	--	----------------	---	--

A baleação, no geral, e a operação baleeira no Brasil da época moderna, em particular, têm estado absolutamente ausentes da historiografia nacional e internacional, pelo que esperamos ter contribuído de forma significativa para a diminuição desta lacuna. Os resultados desta tese apontam para uma relação entre a apropriação do território e o desenvolvimento de aglomerados urbanos litorais, através do estabelecimento das armações baleeiras. Dão ainda novas informações sobre o uso e comércio de produtos derivados da baleia, nomeadamente a sua exportação para Lisboa.

Esperamos, assim, que este nosso estudo incite à investigação continuada sobre esta matéria e que possa contribuir para a escrita de uma renovada história da Expansão Portuguesa, na qual a relação das pessoas com os outros animais seja incluída. A caça de baleias apresenta-se aqui como um importante caso de estudo que retrata processos de subjugação da natureza, mas, mais do que isso, ilustra o papel dos animais enquanto promotores e transformadores das práticas humanas, no espaço e no tempo. Assumir, assim, a agência dos animais torna-se fundamental para uma compreensão global e mais completa sobre o domínio dos espaços e dos seus recursos, na longa duração.

A exploração de recursos naturais e o conseqüente colapso de populações e espécies, não podem ser uma nota de rodapé na história. Muito menos no momento atual, quando a História, em particular, e as Humanidades, no geral, começam a ser chamadas à ação perante uma crise ambiental global. Neste caso, a História Ambiental tem o potencial de nos lembrar das transformações ambientais do passado e de transformá-las em novas narrativas, de esperança, sobre a evolução da nossa relação com a restante

natureza<sup>1201</sup>. Como escreveu José Bonifácio de Andrada e Silva, “*venhamos em fim a falar da pesca das baleias*”<sup>1202</sup>. Venhamos a trazer as baleias à discussão histórica, não só como elementos do imaginário marítimo ou do vazio dos mapas, mas enquanto animais que afetámos e pelos quais fomos afetados, e com os quais partilhamos o mundo natural e tantas histórias do mar.

“Now we know: If the ocean is in trouble, so are we. It is time to take care of the ocean as if our lives depend on it, because they do.”

Sylvia Earle, *Blue Legalities*, 2014

---

<sup>1201</sup> MAUCH, *Op. cit.*, 2019.

<sup>1202</sup> SILVA, *Op. cit.*, 1790, p. 394.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. FONTES MANUSCRITAS E CARTOGRÁFICAS

ADB. Cartório muito antigo do Convento de Nossa Senhora da Ínsua de Caminha, Sem data.

ANTT. *Rellação do que tem rendido o contrato da Pescaria das Balleas desta Bahya desde Julho de 1671 ate Junho de 1677 e de forma em q' tem despendido*. Manuscritos da Livraria, n.º 1122 (36), PT/TT/MSLIV/1122/00036, fls. 163-167.

APEB. Provisões Reais, n. 256. Vários documentos.

APEB. Provisões Reais, n. 260. Vários documentos.

BNP. *Atlas da costa do Brasil*, post. 1646, folha 17.

*Cartas topográficas do continente do Sul e parte meridional da América portuguesa com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. conde de Bobadela ganhou aos índios das missões do Paraguai*. Recompiladas pelo governador e capitão general de São Paulo, Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, 1775 (<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497> acessado a 30.07.2015).

MORENO, Diogo de Campos, *Rezão do Estado do Brasil no governo do Norte somente asi como o teve Dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612*, Cópia, c. 1616. Manuscrito disponível na Biblioteca Municipal do Porto ([http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/MS-126/MS-126.htm](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126.htm) consultado a 17.09.2019).

MORENO, Diogo de Campos, *Livro que dá razão do estado do Brasil*. Edição comemorativa do V centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral (Manuscrito do séc. XVII, conservado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cartografia atribuída a João Teixeira Albernaz I), Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968. Consultado na Biblioteca Nacional de Portugal.

TINOCO, Pedro Nunes, *Mapas e Planos Feitos a Mão do Recife em Pernambuco, da Baía de Todos Os Santos, e da Costa da Bahia para Gãmam...*, 1631-1633 (<https://www.wdl.org/pt/item/786/> acessado a 23.03.2017).

*Nota: Acrescem aqui todos os documentos manuscritos do AHU, cuja referência se remete para o Inventário AHU\_Baleias\_Brasil.*

## 2. FONTES IMPRESSAS

### 2.1. Coletâneas documentais

*A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts...* Vol. III, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704.

*Arquivo dos Açores*, edição fac-similada da ed. 1884, vol. VI, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.

*Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios Portuguezes, ou lhes são vizinhas, publicada pela Academia Real das Sciencias*, 7 tomos, Lisboa, Typografia da Academia real das Sciencias, 1812.

*Documentos para a História do Açúcar*, Vol. II, Engenho de Sergipe do Conde, Livro de Contas (1622-1653), Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1956, 587 p.

*Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo*. Vol. XVI, Avisos, Cartas Régias, Regulamentos e Ordens Diversas 1679-1761, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, s.d., 218 p.

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Volume XLV. Correspondencia recebida e expedida pelo General Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de S. Paolo, durante o seu Governo. 1788-1797, S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo, 1924, 496 p.

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Matheus): 1765-1766. Vol. LXXII, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1952.

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do Capitão-General D. Luiz Mascarenhas (Conde d'Alva), aos diversos funcionarios da Capitania. 1739-1748. Vol. LXVI, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1942.

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Matheus).

1765-1766. Vol. LXXIII, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1952.

*Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do General Martim Lopes Lobo de Saldanha (Governador da Capitania). 1777-1780. Volume LXXX, São Paulo, Departamento do Arquivo de Estado de São Paulo, 1955.

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Ofícios do General D. Luiz aos diversos funcionários da Capitania (1768- 1772). Volume 92, São Paulo, Divisão de Arquivo do Estado, 1978, 236 p.

*Monumenta Missionaria Africana*. África Ocidental (1611-1621), ed. Padre António Brásio, Vol. VI, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955.

*Monumenta Missionaria Africana*. Segunda série, vol. 3, África Ocidental (1570-1600), ed. Padre António Brásio, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964.

*Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Vol. XVIII. Avisos e Cartas Régias 1714-1729, S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo, 1896.

*Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Vol. XXXII. Correspondência e papeis avulsos de Rodrigo Cesar de Menezes. 1721-1728, São Paulo, Archivo do Estado de São Paulo, 1901.

*Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de S. Paulo*, vol. XXIV. Cartas Regias e Provisões 1730-1738, S. Paulo, Archivo do Estado de S. Paulo, s.d.

*Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Volume XLIII. Correspondencia do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha. 1774- 1781, S. Paulo, Archivo do Estado de São Paulo, 1903, 400 p.

## 2.2. Fontes

ACOSTA, Josef de, PINO-DÍAZ, Fermín del (ed.), *Historia natural y moral de las Indias*, Madrid, CSIC, Colección De acá y de allá. Fuentes etnográficas, n. 2, 2008 (1590).

ALMADA, D. Antão de, “Officio a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 19 d’outubro de 1768, sobre a pesca das baleias”, in *Archivo dos Açores*, edição fac-similada da ed. 1884, vol. VI, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, pp. 7-9.

ÁLVARES, Manuel (c. 1545), “Colecção de Roteiros”, in *Roteiros portugueses inéditos da carreira da Índia do século XVI*. Prefaciados e anotados por A. Fontoura da Costa. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

ANCHIETA, José de, *Carta fazendo a descripção das innumeras coisas naturaes, que se encontram na provincia de S. Vicente hoje S. Paulo...*, S. Paulo, Typ. da Casa Eclectica, 1900 (1560).

ANCHIETA, José de, “Informação da Província do Brasil para nosso padre”, in *Cartas, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J. (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933 (1558).

ANCHIETA, Joseph de “Ao Geral Diogo Lainez, de S. Vicente, Janeiro de 1565”, in *Cartas, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J. (1554-1594)*. Publicações da Academia Brasileira, II-Historia, Cartas Jesuiticas III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.A., 1933 (1565).

ANÓNIMO, “Relato da Viagem de Fernão de Magalhães” [Viagem de Fernão de Magalhães, escrita por um homem que foi na companhia], ed. Francisco Contente Domingues, in Luís de ALBUQUERQUE (dir.), *Grandes Viagens Marítimas*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989 (1519).

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Na Imprensa Nacional, 1820-1822, 461 p.

ARISTÓTELES, *História dos Animais*. Livros VII-X. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.



ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas...*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana. 1711, 205 p.

BACELLAR, Bernardo de Lima e Mello, *Arte, e dictionario do commercio, e economia portugueza...*, Lisboa, Na Offic. de Domingos Gonsalves, 1784, 215 p.

BARROS, João de, *Decada Primeira da Asia...*, Livro Quarto, Lisboa, Impressa por Iorge Rodriguez, 1628, 208 fls.

BEAUCHAMP, Alphonse de, *Historia de Brazil*: Originalmente composta em Portuguez para servir de continuação á que se publicou vertida do Francez. Offerecida a S.A.R. O Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, Principe de Portugal, Tomo VIII, Na Impressão de J.B.Morando, Lisboa, 1820, 330 p.

BEAUCHAMP, Alphonse de, *Historia do Brazil. Desde 1807 até ao presente*: Lisboa Occidental, Na Officina da Congregação do Oratorio, 1820.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das Grandezas do Brasil* (Segundo a edição da Academia Brasileira, corrigida e aumentada, com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão), Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos Editora, Lda., 1943.

BRITO, Bernardo Gomes de, *Historia Tragico-Maritima...*, Tomo Primeiro, Lisboa Occidental, Na Officina da Congregação do Oratorio. 1735, 479 p.

BRITO, Bernardo Gomes de, *Historia Tragico-Maritima...*, Tomo Segundo, Lisboa Occidental, Na Officina da Congregação do Oratorio, 1736, 538 p.

BRITO, João de, “A Pesca da Baleia”, *Jornal de Noticias da Bahia*, 7 de setembro de 1892.

BRITO, Paulo Joze Miguel de, *Memoria Politica sobre a capitania de Santa Catharina*, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829, 181 p.

CADORNEGA, António de Oliveira, *História Geral das Guerras Angolanas*, ed. Manuel Alves da Cunha, Tomo III, Lisboa, Divisão de Publicações e Bilbioteca. Agência Geral das Colónias, 1942 (1681).

CALDAS, José Antonio, *Noticia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento ate o presente ano de 1759*, edição fac-similiar, Salvador, Typographia Beneditina, 1951 (1759).

CAMARA, Manoel Ferreira da, “Ensaio de Descrição Fizica, e Economica da Comarca dos Ilheos na America”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...*, Tomo I, Na Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1789-1815, pp. 229-260.

CAMINHA, Pêro Vaz de, *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Estudo introdutório e notas de Maria Paula Caetano e Neves Águas, Mem Martins, Europa-América, 1987, 98 p.

CARDIM, Fernão, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Introdução de Rodolfo Garcia, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980 (1540?-1625).

CARVALHO, José Monteiro de, *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes*, Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1765.

CASTRO, D. João de, *Roteiro de Lisboa a Goa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1882 (ant. 1578?), 428 p.

COLÓN, Cristóbal, “Relación del primer viaje de D. Cristóbal Colón para el descubrimiento de Las Indias puesta sumariamente por Fray Bartolomé de Las Casas”, in *Relaciones y cartas de Cristóbal Colón*, Biblioteca Classica, Tomo CLXIV, Madrid, Librería de la viuda de Hernando y C.<sup>a</sup>, 1892, pp. 1-183.

CORDEIRO, Antonio, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal sugeitas no Oceano Occidental*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1717.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo, *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*, Lisboa, Na oficina da Academia Real das Ciências, 1794, p. 89. 153 p.

D'ABBEVILLE, Claudio, *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circumvizinhanças*, Traduzida e anotada pelo Dr. Cezar Augusto Marques. Maranhão, Typ. do Frias, 1874 (1614).

D'EVREUX, Ivo, *Viagem ao norte do Brasil feita nos annos de 1613 a 1614...*, introdução e notas de Mr. Ferdinand Diniz, Maranhão, Typ. do Frias, 1874.

DUDLEY, Paul, "An Essay upon the Natural History of Whales, with a Particular Account of Ambergris Found in the Sperma Ceti Whale. In a Letter to the Publisher, from the Honourable Paul Dudley", *Philosophical Transactions*, vol. 33, 1724-1725, pp. 256-269.

ELIANO, *On the characteristics of animals*, Books I-V, Londres, William Heinemann, 1958.

FERNANDES, Duarte, "Llyvro da Nãoo Bertoa que vai para a tera do Brazyll...", in *Diario da Navegação de Pedro Lopes de Souza... e Livro da Viagem da Nã "Breota" ao Cabo Frio...* Notas e prólogo de F. A. De Varnhagen, Rio de Janeiro, Typ. De D. L. dos Santos, 1867 (1511), pp. 97-111.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues, "Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no estado do Grão-Pará", in J.C.M. CARVALHO (ed.), *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972 (1786), pp. 59-65.

FIGUEROA, Garcia Silva y, *Comentários de D. Garcia de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del rey de España D. Felipe III hizo al rey xa abas de Persia*, Tomo I-II, Madrid, Los Publica La Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1624, p. 30-31.

FREYRE, Francisco de Britto, *Relação da viagem que fez ao Estado do Brazil a Armada da Cõpanhia, anno 1655*, Lisboa, Na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1657.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*. Livros I-IV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005 (1522-1591).

GALVÃO, António, *Tratado. Que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galvão, dos diuerdos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta*

& espesearia veyo da Indias ás nossas partes & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos..., Lisboa, Impressa em casa de Ioam da Barreira, 1563.

GÂNDAVO, Pêro Magalhães de, *Historia da provincia de sancta Cruz a qui vulgarmente chamamos Brasil*, Impresso em Lisboa, Oficina de António Gonçalves, 1576, 48 fls.

GÂNDAVO, Pêro Magalhães de, *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, ed. Sheila Mora Hue e Ronaldo Menegaz, Lisboa, Assírio e Alvim, 2004.

GIL, García, JOSÉ, Juan & HERNANDO, Pablo Molinero, (eds.), *Bestiario de D. Juan de Austria*, S. XVI, Estudios y transcripción de la edición facsimilar. Monasterio de Sta. Maria de la Vid. Siloé, Arte y Bibliofilia. Burgos, Juan José Vallejo Penedo, OSA, 2000.

GRAELLS, D. Mariano de La Paz, “Las Ballenas en las costas oceánicas de España. Noticias recogidas é investigaciones hechas”, in *Memorias de la Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Madrid*, Tomo XIII, Parte 3ª. Madrid, Imprenta de Don Luis Aguado, 1889.

GRAELLS, D. Mariano de La Paz, *Memorias de la Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Madrid*, Tomo XVII. Madrid, Imprenta de Don Luis Aguado, 1897.

GUERREIRO, Fernão, *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus...*, Tomo Segundo, 1604 a 1606, ed. Artur Viegas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

GUERREIRO, Fernão, *Relaçam annal das cousas que fezeram os padres da Companhia de Iesus nas partes da India Oriental, & em algũas outras da conquista deste reyno no anno de 606. & 607. & do processo da conversão, & Christandade daquelas partes... Vai dividida em quatro livros: O primeiro da Provincia de Japão, & China. O segundo da Provincia do Sul. O terceiro da Provincia do Norte. O quarto de Guiné, & Brasil*. Lisboa, Por Pedro Crasbeeck, 1609, fl. 198.

HAWKINS, Richard, *The observations of Sir Richard Hawkins, Knight, in his Voyage into the South Sea. Anno Domini 1593*, Londres, I.D. for John Jaggard, 1622.

HERNANDEZ, Francisco, *Quatro libros. De la naturaleza, y virtudes de las plantas, y animales... Muy vtil para todo genero de gente q[ue] viue en esta[n]cias y pueblos, de no ay medicos, ni botica*. Traduzido, y aumentados muchos simples por Fr. Francisco Ximenez. Mexico, En casa de la viuda de Diego Lopez Daualos, 1615.

HUXLEY, Thomas Henry, *Inaugural Meeting of the Fishery Congress*, Londres, William Clowes and Sons, 1883, 22 p.

ITAPARICA, Manuel de Santa Maria, “Descrição da Ilha de Itaparica”, in BRAYNER, Sônia (org.), *A Poesia no Brasil I*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, pp. 48-62.

JEFFERSON, Thomas, “Observations on the whale fishery”, 1788, in *The Diplomatic Correspondence of the United States of America*, Vol. IV, Washington, Francis Preston Blair, 1833, 21 p.

KIDDER, Daniel P., *Sketches of residence and travels in Brazil, embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces*, Vol. II, Philadelphia, Sorin & Ball, 1845, 404 p.

LÉRY, Jean de, *Historia de uma viagem feita á terra do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria J. Leite, 1889 (1578).

LIMA, José Joaquim Lopes de, *Ensaio sobre a statistica das Ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portuguesa ao norte do Equador*, Livro I, Parte II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, 119 p.

LINEU, Carl von, *The Animal Kingdom, or Zoological System*, Class I. Mammalia, Londres, J. Murray, 1792, p. 358.

LISBOA, Frei Cristóvão de, *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967 (1647).

MAIA, António Machado de Faria e, “Carta do governador das ilhas de Cabo Verde, António Machado de Faria e Maia para D.Martinho de Mello e Castro sobre as recolhas de peixe e sal que tem mandado realizar em vários locais das ilhas de Cabo Verde (7 de março de 1787)”, in Ana Cristina ROQUE & Maria Manuel TORRÃO (coord.), *De Cabo Verde para Lisboa: Cartas e Remessas Científicas da Expedição Naturalista de*

*João da Silva Feijó (1783-1796)*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013, 120 p.

MAIA, Emilio Joaquim da Silva, *Elogio Historico do illustre Jose Bonifacio de Andrada e Silva*, Rio de Janeiro, Na Typographia Imparcial de F. de P. Brito, 1838, 37 p.

MAWE, John, *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country*, Londres, Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1812, 366 p.

MONARDES, Nicolás, *Primera y segunda y tercera partes de la historia medicinal, de las cosas...*, Sevilha, En casa de Alonso Escrivano, 1574.

MONCH, John, “An Account of that Country commonly call’d Spitsbergen, being reckoned a part of Greenland. With the manner of its first discovery, and what method is used in catching the Whales on that Coast”, in *A Collection of Voyages and Travels*, Vol. I, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704 (1650).

MONSON, William, “Sir William Monson’s Naval Tracts. The Third Book”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts...*, Vol. III, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704a (1585-1602).

MONSON, William, “Sir William Monson’s Naval Tracts...The Sixth Book. Which Treats of a Fishery to be set up on the Coast of England, Scotland, and Ireland, with Benefit that will Accrue by it to all His Majesty’s Three Kingdoms: With many other Things concerning Fish, Fishing, and Matters of that Nature”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts...* Vol. III. Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704b (1585-1602).

MOSCOSO, Manoel Braz Martins, “A pesca das balêas na ilha de Itaparica”, *O Musaico. Periodico mensal da Sociedade Instructiva da Bahia*, vol. II, n. 13, p. 244.

NIEUHOFF, John, “Mr. John Nieuhoff’s Remarkable Voyages and Travels to the East-Indies”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts...* In Four Volumes. Vol. II. Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704 (1653).

ORTA, Garcia de, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, Reprodução em fac-símile da edição de 1891 dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, Volume I-II, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 1987 (1563).

OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo Fernández de, *Sumario de la natural historia de las Indias*, José Miranda (ed.), México, Fondo de Cultura Económica, 1950 (1526?).

OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo Fernández de, *Historia General y Natural das Las Indias, Islas y Tierra-firme del Mar Océano*. Primera Parte. Madrid, Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851.

PARÉ, Ambroise, *On Monsters and Marvels*. Translated with an Introduction and Notes by Janis L. Pallister, Londres, The University of Chicago Press, 1982 (1585).

PEREIRA, Duarte Pacheco, BASTO, Raphael Eduardo de Azevedo (dir.), *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

PEREIRA, João Manso, *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, da capitania de S. Paulo*, Lisboa, Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800 (1799), 19 p.

PELLHAM, Edward, “God’s Power and Providence, Shewed in the Miraculous Preservation and Deliverance of Eight English-Men, Left by Mischance in Greenland, Anno 1630”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts... In Four Volumes*. Vol. IV, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704, pp. 810-821.

PEYRERE, Isaac de La, “An Account of Greenland, to Monsieur de la Mothe le Vayer”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts... In Four Volumes*. Vol. II, Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704 (1646), pp. 449-477.

PIGAFETTA, Lopes & LOPES, Duarte, *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989 (1591).

PINTO, Fernão Mendes, *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, Volume II, dir. Jorge Santos Alves, Lisboa, Fundação Oriente / INCM, 2010 (1614).

PITTA, Sebastião da Rocha, *Historia da America Portuguesa desde o anno de mil quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro*, 2ª Edição, Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1880 (1ª edição de 1730), 404 p.

PLINY, the Elder, *The Natural History*., John Bostock, M.D., F.R.S. H.T. Riley, Esq., B.A. Londres, Taylor and Francis, 1855.

PYRARD, Francisco, *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval...* (1601 a 1611). Vertida do Francez em Portuguez sobre a edição de 1679. Correcta, e acrescentada com algumas notas, por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. Tomo I. Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1858.

PYRARD, Francisco. *Viagem de Francisco Pyrard, ás Indias Orientaes...* (1601 a 1611) Vertida do Francez em Portuguez por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Tomo II, Nova Goa, Na Imprensa Nacional, 1862.

SÁ, José Antonio de, *Compendio de observações que formam o plano da viagem politica, e filosófica, que se deve fazer dentro da Patria*, Lisboa, Na Officina de Francisco Borges de Sousa, 1783.

SAINT-HILAIRE, Auguste, *Viagem á Provincia de Santa Catharina*, Brasiliana, Bibliotheca Pedagogica Brasileira, série 5ª., vol. 58, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936 (1820).

SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Provincia de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo, Livraria Martins, 1940.

SALES, Alberto Jacqueri de, *Diccionario Do Commercio*, 4 volumes, 1761-1773.

SALVADO, João Paulo & MIRANDA, Susana Münch (ed.), *Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*, 1ª ed., s.l., CNCDP-Centro de História e Documentação Diplomática/MRE, 2001a.

SALVADO, João Paulo & MIRANDA, Susana Münch (eds.) *Livro 2º do Governo do Brasil (1615-1634)*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses - Museu Paulista / USP, 2001b.



SALVADOR, Frei Vicente do, *História do Brazil*, Publicação da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889 (1627).

SANTA CRUZ, Alonso de, *Alonso de Santa Cruz y su Obra Cosmographica*, Mariano Cuesta Domingo (ed.), Madrid, Instituto "Gonzalo Fernández de Oviedo", 1983 (1505-1567).

SANTOS, João dos, *Primeira Parte da Ethiopia Oriental...* Livro Terceiro, Imprensa no Convento de São Domingos de Évora, 1609.

SARMENTO, Jacob de Castro, *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica*, Reyno Mineral, Parte I, Londres, 1735, 538 p.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e, “Memoria sobre a Pesca das Baleas, e Extracção do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas Pescarias”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...* Tomo II, Lisboa, Na Officina da mesma academia, 1790, pp. 388-412.

SKUGGSJÁ, Konungs , *The King's Mirror*, Nova Iorque, The American-Scandinavian Foundation, 1917, 388 p.

SMITH, John, *A Description of New England: or the Observations, and Discoveries of Captain John Sith (Admirall of that Country) in the North America, in the year of our Lord 1614: with the successe of sixe Ships, that went the next year, 1615...*, Londres, Humfrey Lownes, for Robert Clerke, 1616.

SOLEDADE, Fernando, *Historia Serafica Cronológica da ordem de S. Francisco da Província de Portugal*, Tomo III. Lisboa, Na Officina de Manoel Joseph Lopes Ferreyra, 1705.

SORRENTO, Jerom Merolla da, “A Voyage to Congo, And several other Countries, Chiefly in Southern-Africk. By Father Jerom Merolla da Sorrento, a Capucin and Apostolick Missioner, in the Year 1682. Made English from the Italian ”, in A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts... In Four Volumes. Vol. I. Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704.

SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil*, ed. Francisco Adolpho de Varnhagen, Rio de Janeiro, Typographia de João Ignacio da Silva, 1879 (1587), 382 pp.

SOUSA, Francisco Bernardino de, “A Ilha de Itaparica”, *Revista Popular*, vol. 8, n. 3, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1860.

SOUTHEY, Robert, *Historia do Brazil*. Tomo Segundo. Traduzida do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo Cónego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SOUTHEY, Robert, *Historia do Brazil*, Tomo Quinto, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SOUZA, Pedro Lopes de, *Diario da Navegação de Pedro Lopes de Souza pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532)...*, Rio de Janeiro, Typ. de D.L. dos Santos, 1867, 111 p.

SPIX, Johann Baptist von and MARTIUS, K. F. Phil. von, *Travels in Brazil, in the years 1817-1820*, Londres, LONGMAN, HURST, REES, ORME, BROWN, and GREEN, 1824.

TAUNAY, Hippolyte & DENIS, Ferdinand, *Le Brésil, ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*, Tome Quatrième, Paris, De l'imprimerie de Pillet Aîné, 1822.

THEVET, Frei André, *Singularidades da França Antartica, a que outros chamam de America*, Prefácio, ed. Estevão Pinto, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1944 (1558).

THOMAS, Manoel, *Insulana*, Amberes, Em Caza de Ioam Mevrsio Impressor, 1635.

TOLLENARE, Louis-François de, *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*, Salvador, Livraria Progresso Editora, 1956.

TOLLENARE, Louis-François de, *Notas Dominicais*, Tradução de Alfredo Carvalho, Recife, Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1978, 270 p.

VANDELLI, Domingos, “Memoria sobre algumas produções das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitaõ”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...*, Tomo I, Na Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1789a, pp. 187-206.

VANDELLI, Domingos, “Memoria sobre as Produções Naturaes do Reino, e das Conquistas, primeiras materias de diferentes Fabricas, ou Manufacturas”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa...*, Tomo I, Na Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1789b, pp. 223-236

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, *História Geral do Brazil...* Tomo Primeiro, 1ª Edição, Madrid, Imprensa V. de Dominguez, 1854.

VASCONCELLOS, Simão de, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. Lisboa, Na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663, 528 p.

VELHO, Álvaro, *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, ed. A. Fontoura da Costa. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960 (1497-1499).

VILELA, António, “Viagem que fizemos, com ajuda de Deus, no ano de 1558, na nau "Rainha"; e íamos quatro naus, a saber, a "Garça", em que ia o viso-rei D. Constantino [de Bragança], e a nau "Castelo", e a "Tigre"; e partimos de Lisboa todas aos sete dias do mês de Abril, em quinta-feira de Endoenças”, in *Jornal de Bordo e Relação da Viagem da Nau "Rainha" (Carreira da Índia -1558)*, ed. Luís de Albuquerque. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991 (1558).

VV. AA., *Dictionnaire des Sciences Naturelles*, Tomo XLVII, Paris, F. G. Levrault, 1827, 562 p.

### 3. ESTUDOS

AFONSO, João, *Mar de Baleias e de Baleeiros*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 1998, 241 p.

AFONSO, Rui de Carvalho, *O percurso lírico do protagonista de Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, em Por Este Rio Acima, de Fausto Bordalo Dias*, Tese de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, 2010.

AGUILAR, Alex, "The Black Right Whale, *Eubalaena glacialis*, in the Cantabrian Sea", *Report of the International Whaling Commission*, 31, 1981, pp. 457-459.

AGUILAR, Alex, "A Review of Old Basque Whaling and its Effect on the Right Whales (*Eubalaena glacialis*) of the North Atlantic", *Report of the International Whaling Commission*, Special issue 10, 1986, pp. 191-199.

AGUIRRE SORONDO, Antxon, "Atalayas balleneras en la costa de Gipuzkoa. Una aproximación", *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, 7, 2012, pp. 389-409.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, 131 p.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Cristovão Colombo, A descoberta da América - Diário de bordo da 1ª viagem 1492-1493*, s.d..

ALBUQUERQUE, Tomás André Pinto de, *Qual o papel das redes na construção da carreira de um grande homem de negócios e sua relevância para o funcionamento do Império?*, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, 2016, 139p.

ALDEN, Dauril, "Yankee Sperm Whalers in Brazilian Waters, and the Decline of the Portuguese Whale Fishery (1773-1801)", *The Americas*, vol. 20, n. 3, 1964, pp. 267-288.

ALMAÇA, Carlos, *A zoologia pré-lineana no Brasil*, Lisboa, Museu Bocage, Museu de História Natural, 2002.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, “De Zurara a Francis Bacon: Conhecimento e poder, ciência e tecnologia - ou sobre as primícias do plano estratégico do domínio do globo”, in Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele Cristina da CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds.), *História e Ciência: Ciência e poder na primeira idade global*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, pp. 9-18.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *O Século dos Prodígios. A Ciência no Portugal da Expansão*, Lisboa, Quetzal, 2018.

AMARAL, Vitor Marilone Cidral da Costa do, SOUZA, João Pacheco de, BANDEIRA, Dione da Rocha & MEIRA, Roberta Barros, “O nosso mar é o nosso chão: as armações baleeiras de Santa Catarina e os desafios para a história e a arqueologia”, in Wellington CASTELLUCCI JUNIOR & Daniel QUIROZ (orgs.), *Baleeiros do Sul II. Antropologia e história da indústria baleeira nas costas sul-americanas*, Salvador, EDUNEB, 2018, pp. 185-198.

AMORIM, Inês, “A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal - entre a Ilustração e o Liberalismo”, in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 153-164.

AMORIM, Inês, “The evolution of Portuguese fisheries in the medieval and early modern period. A fiscal approach”, in Louis SICKING & Darlene ABREU-FERREIRA (EDS.), *Beyond the Catch. Fisheries of the North Atlantic, the North Sea and the Baltic, 900-1850*, Brill, 2009, pp. 246-279.

AMORIM, Inês, “Portuguese Fisheries, c.1100-1830”, in David J. STARKEY, Jón Th. THÓR & Ingo HEIDBRINK (eds.), *A History of the North Atlantic Fisheries. Vol 1: From Early Times to the Mid-Nineteenth Century*, Bremen, Verlag H. M. Hauschild GmbH, 2010, pp. 279-298.

ANDERSON, Jon & PETERS, Kimberley, *Water Worlds: Human Geographies of the Ocean*, Surrey, Ashgate, 2014, 196 p.

ARCH, Jakobina K., *Bringing Whales Ashore: Oceans and the Environment in Early Modern Japan*, Seattle, University of Washington Press, 2018, 247 p.

ASHELFORD, Jane, *The Art of Dress. Clothes and Society, 1500-1914*, Londres, National Trust Enterprises Limited, 1996.

AZZOLINI, Monica, “Talking of animals: whales, ambergris, and the circulation of knowledge in seventeenth-century Rome”, *Renaissance Studies*, vol. 31, n. 2, 2017, pp. 297-318.

BAILYN, Bernard, *Atlantic History. Concepts and Contours*, Cambridge/Londres, Harvard University Press, 2005, 149 p.

BALLESTER, Benjamín, “La caza de cetáceos en la costa del Desierto de Atacama: relatos escritos, pinturas rupestres, artefactos y restos óseos”, in Wellington Castellucci JUNIOR & Daniel QUIROZ (orgs.), *Baleeiros do sul II. Antropologia e história da indústria baleeira nas costas sul-americanas*, Salvador, Eduneb, 2018a, pp. 59-84.

BALLESTER, Benjamín, “El Médano rock art style: Izcuña paintings and the marine hunter-gatherers of the Atacama Desert”, *Antiquity Publications*, vol. 92, n. 361, 2018b, pp.132-148.

BANNISTER, John L., “Baleen Whales (*Mysticetes*)”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009.

BARENDSE, J., BEST, P.B., THORNTON, POMILLA, M., C., CARVALHO, I. & ROSENBAUM, H.C., “Migration redefined? Seasonality, movements and group composition of humpback whales *Megaptera novaeangliae* off the west coast of South Africa”, *African Journal of Marine Science*, vol. 32, n. 1, 2010, pp-1-22.

BARKHAM, Selma Huxley, “The Basque Whaling Establishments in Labrador 1536-1632 - A Summary”, *Arctic*, vol. 37, n. 4, 1984, pp. 515-519.

BARKHAM, Selma Huxley & BARKHAM, Michael M., “Una nota acerca de cinco pecios vascos documentados del siglo XVI en puertos del sur de Labrador”, *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, vol. 5, 2006, pp. 771-776.

BARRERA, Antonio, “Local Herbs, Global Medicines. Commerce, Knowledge, and Commodities in Spanish America”, in Pamela H. SMITH & Paula FINDLEN (eds.),

*Merchants & Marvels: Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*, Nova Iorque/Londres, Routledge, 2002, pp. 163-181.

BARRERA-OSORIO, Antonio, *Experiencing nature: the Spanish American empire and the early scientific revolution*, Austin, University of Texas Press, 2006.

BARRETT, James H. & HORTON, David C., *The Archaeology and History of Medieval Sea Fishing*, Oxbow Books, 2016, 272 p.

BARROS, José Américo de Miranda & OLIVEIRA, Gracinéa de, “A “Descrição da Ilha de Itaparica” da literatura brasileira”, *Revista do CESP*, vol. 28, n. 40, 2008, pp. 145-166.

BARTHELMESS, Klaus, Basque whaling in pictures, 16th-18th century, *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, vol. 6, 2009, pp. 643-667.

BASTIDA, Ricardo, RODRÍGUEZ, Diego, SECCHI, Eduardo & SILVA, Vera da, *Mamíferos acuáticos de Sudamérica y Antártida*, Buenos Aires, Vázquez Mazzini Editores, 2007.

BEALE, Thomas, *The Natural History of the Sperm Whale*, Londres, John Van Voorst, 1839, 393 p.

BEINART, William & HUGHES, Lotte, *Environment and Empire*, Oxford, Oxford University Press, 2007, 395 p.

BERNAL-CASASOLA, Darío, GARDEISEN, Armelle, MORGENSTERN, Peggy, HORWITZ, Liora Kolska, PIQUÉS, Gäel, THEODOROPOULOU, Tatiana & WILKENS, Barbara, “Ancient whale exploitation in the Mediterranean: the archaeological record”, *Antiquity*, 90, 2016, pp. 914-927.

BITENCOURT, Fernando, *Armações Baleeiras da Costa Basca a Garopaba*, Garopaba, s.e., 2005, 199 p.

BLEICHMAR, Daniela, VOS, Paula De, HUFFINE, Kristin & SHEEHA, Kevin (eds.), *Science in the Spanish and Portuguese Empires 1500-1800*, Stanford, Stanford University Press, 2009.

BOLSTER, W. Jeffrey, “Opportunities in Marine Environmental History”, *Environmental History*, vol. 11, n. 3, 2006, pp. 567-597.

BOLSTER, W. Jeffrey, “Putting the Ocean in Atlantic History”, *The American Historical Review*, vol. 113, n. 1, 2008, pp. 19-47.

BOLSTER, W. Jeffrey, *The Mortal Sea. Fishing the Atlantic in the Age of Sail*, Cambridge, Massachusetts/ Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 2012.

BOSCHMAN, Robert & TRONO, Mario (eds.) *On Active Grounds: Agency and Time in the Environmental Humanities*, Wilfrid Laurier University Press, 2019.

BOXER, Charles R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1969.

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. 1º volume. 2ª edição. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995 (1946).

BREEN, Colin & LANE, Paul J., “Archaeological Approaches to East Africa’s Changing Seascapes”, *World Archaeology*, vol. 35, n. 3, 2003, pp. 469-489.

BRITO, Cristina, *Os Mamíferos Marinhos nas Viagens Marítimas pelo Atlântico entre os Séculos XV e XVIII. A Evolução da Ciência e do Conhecimento*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humana, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

BRITO, Cristina, “Medieval and early modern whaling in Portugal”, *Anthrozoos*, vol. 3, n. 24, 2011, pp. 287-300.

BRITO, Cristina, “The monstrous in Aldrovandi and the natural order of marine animals in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries”, in Adelino CARDOSO, Manuel Silvério Marques & Marta MENDONÇA (orgs.), *Natureza, causalidade e formas de corpreidade*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus/ CHAM, 2016a, pp. 177-192.

BRITO, Cristina, *New Science from Old News. Sea monsters in the early modern Portuguese production and transfer of knowledge about the natural world*, Lisboa, Escola de Mar, 2016b, 119 p.



BRITO, Cristina, “Connected margins and disconnected knowledge: Exotic marine mammals in the making of early modern European natural history”, Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele C. CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds.), *Cross-cultural Exchange and the Circulation of Knowledge in the First Global Age*, Porto, CICTEM, 2018, pp. 103-124.

BRITO, Cristina, “The Voice of Skogula in ‘Beasts Royal’ and a Story of the Tagus Estuary (Lisbon, Portugal) as Seen through a Whale’s-Eye View”, *Humanities*, vol. 8, n. 47, 2019a, 16 p.

BRITO, Cristina, “Pessoas, manatins e o ambiente aquático na América moderna: Confluência e divergência nas interações históricas entre humanos e animais”, Dossier Especial Sociedades e Rios, José Augusto PÁDUA & Rafael CHAMBOULEYRON (eds.), *Revista Brasileira de História*, vol. 39, n. 81, 2019b, 22 pp.

BRITO, Cristina & CARVALHO, Inês, “Blackfish off Cape Verde Islands: the need for future effort to assess distribution, abundance and interactions with human activities”, *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, 2013, pp. 1-8.

BRITO, Cristina & JORDÃO, Vera, “A Baleação medieval e no início da era moderna em Portugal: Que nos din as fontes históricas?”, *Eubalaena*, vol. 14, 2014, pp. 28-40.

BRITO, Cristina, JORDÃO, Vera & PIERCE, Graham J., “Ambergris as an overlooked historical marine resource: its biology and role as a global economic commodity”, *Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom*, 2015, 12 p.

BRITO, Cristina & VIEIRA, Nina, “A Sea-Change in the Sea? Perceptions and Practices Towards Sea Turtles and Manatees in Portugal’s Atlantic Ocean Legacy”, In Kathleen Schwerdtner MANEZ & Bo POULSEN (eds). *Perspectives on Oceans Past. A Handbook on Marine Environmental History*, Dordrecht, Springer Science + Media, 2016, pp. 175-191.

BRITO, Cristina, VIEIRA, Nina, JORDÃO, Vera & TEIXEIRA, António, “Digging into our whaling past: Addressing the Portuguese influence in the early modern

exploitation of whales in the Atlantic”, in Cristina Joanaz de MELO, Estelita VAZ & Lígia M. Costa PINTO (eds), *Environmental History in the Making*. Volume II: Acting, Springer International Publishing, 2017, pp. 33-47.

BRITO, Cristina, VIEIRA, Nina & FREITAS, Joana Gaspar, “The Wonder Whale: A commodity, a monster, a show and an icon”, *Anthropozoologica*, vol. 54, n. 3, 2019, pp. 13-27.

BRITO, Cristina, GARCIA, Catarina, VIEIRA, Nina, FERREIRA, Tânia & PINTO, Celso Aleixo, “Coastal geomorphological environmental changes as drivers of historical shifts in maritime activities”, in Ana Cristina ROQUE, Cristina Joanaz de MELO, Inês AMORIM, Joana Gaspar de FREITAS & Maria Manuel TORRÃO (coord.), *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*, Porto, CITCEM, 2019, pp. 209-225.

CABRAL, José J. & HAZEVOET, Cornelis J., “The last whale: rise and demise of shore-based whaling in the Cape Verde Islands”, *Zoologia Caboverdiana*, vol. 2, n. 1, 2011, pp. 30-36.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, “Aprender os Trópicos: Plantações e Trabalho Escravo na Ilha de São Tomé”, in Magarida Vaz do Rego MACHADO, Rute Dias GREGÓRIO & Susana Serpa SILVA (coord.), *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX*, Ponta Delgada, CHAM, 2013, pp. 27-56.

CAMARA, António Alves, *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1888.

CAMARA, Antonio Alves, “A pesca da balêa na provincia da Bahia”, *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Tomo V, 1º Boletim, 1889, pp. 18-43.

CARREIRA, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, 2ª edição, Mem Martins, Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.

CARSON, Rachel, *The Sea Around Us*, Unicorn Publishing Group, Londres, 2014, 256 p.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington, “Pescadores e Baleeiros: A atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos Itaparica: 1860-1888”, *Afro-Ásia*, vol. 33, 2005, pp. 133-168.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington, *Caçadores de baleia: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil*, São Paulo, Annablume, 2009, 201 p.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington, “De cativos a baleeiros: uma amizade indissolúvel entre dois africanos no outro lado do Atlântico (Itaparica, 1616-1886), *Topoi (Rio J.)*, vol. 15, n. 29, 2014, pp. 444-472.

CASTILHO, Pedro Volkmer de, “Utilization of cetaceans in shell mounds from the southern coast of Brazil”, *Quaternary International*, vol. 180, 2008, pp. 107-114.

CASTILHO, Pedro Volkmer de & SIMÕES-LOPES, Paulo César, “Sea mammals in archaeological sites on the southern coast of Brazil”, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 18, 2008, pp. 101-113.

CASTRO, Armando, *A evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*, Volume IV, Lisboa, Portugália, 1966.

CAZEILS, Nelson, *Dix siècles de pêche à la baleine*. Rennes, Éditions Ouest-France, 2000, 127 p.

CHEW, Sing, *World ecological degradation: accumulation, urbanization, and deforestation, 3000 B.C.-2000 A.D.* Oxford, AltaMira Press, 2001.

CLARKE, Robert, *Baleação em Botes de Boca Aberta nos Mares dos Açores. História e Métodos Actuais de uma Indústria-Relíquia*, Ponta Delgada, 2001 (1954), 84 p.

COENEN, Adriaen, *The Whale Book: Whales and other marine animals as described by Adriaen Coenen in 1585*, Introdução e comentários de Florike Egmond e Peter Mason, Londres, Reaktion Books, 2003 (1585), 208 p.

COLTEN, Roger H. & ARNOLD, Jeanne E., “Prehistoric Marine Mammal Hunting on California’s Northern Channel Islands”, *American Antiquity*, vol. 63, n. 4, 1998, pp. 679-701.

COMERLATO, Fabiana, “Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica”, *Anais da SAB 2001: a Arqueologia no Novo Milênio*, 2001, pp. 1-11.

COMERLATO, Fabiana, “Temor e devoção: A pesca da baleia em Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX”, *Revista Multitemática das Faculdades Energia*, n. 3, 2004, pp. 59-67.

COMERLATO, Fabiana, *As representações rupestres do litoral de Santa Catarina*, Tese para obtenção do grau de Doutor, Ilha de Santa Catarina, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

COMERLATO, Fabiana, *História visual da pesca da baleia no Brasil. Material pedagógico para professores do ensino fundamental e médio*, Salvador, MAE/ UFBA, 2009.

COMERLATO, Fabiana, “A baleia como recurso energético no Brasil”, *Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações*, 2010, pp. 1119-1138.

COMERLATO, Fabiana, “As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais”, *Tempos Históricos*, vol. 15, 2011, pp. 481-501.

COMERLATO, Fabiana, *As Armações da Pesca da Baleia em Itaparica - Bahia*, relatório final do “Projeto Armações Itaparica - Bahia”, Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011, 35 p.

COMERLATO, Fabiana, “Arqueologia e patrimônio nas armações baleeiras catarinenses”, *Tempos Acadêmicos*, vol. 10, 2012, pp. 101-115.

COMERLATO, Fabiana, “Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: Um estudo através da arqueologia histórica”, *IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*, s.d., pp. 1-15.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *Mare Nostrum, Em Busca de Honra e Riqueza*, Lisboa, Temas & Debates, 2013, 300 p.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Os Primórdios”, in COSTA (coord.), *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 15-98.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “A Posse do Mar Oceano”, in João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES & Pedro Aires OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 46-61.

COSTA, Palmira Fontes da & LEITÃO, Henrique, “Portuguese Imperial Science, 1450-1800: A Historiographical Review”, in Daniela BLEICHMAR, Paula De VOS, Kristin HUFFINE & Kevin SHEEHA, *Science in the Spanish and Portuguese Empires 1500-1800*, Stanford, Stanford University Press, 2009, pp. 35-53.

COSTA, Ricardo Manuel Madruga da, *A Ilha do Faial na logística da frota baleeira americana no “século Dabney”*, CHAM/OMA, Faial, 2012, 338 p.

COUTO, Jorge, *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1997.

CROSBY, Alfred, *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 319 p.

CROSBY, Alfred, *The Columbian Exchange. Biological and Cultural Consequences of 1492*, Westport, Praeger Publishers, 2003, 283 p.

CROWTHER-HEYCK, Kathleen, “Wonderful Secrets of Nature. Natural Knowledge and Religious Piety in Reformation Germany”, *Isis*, vol. 94, n. 2, 2014, pp. 253-273.

CYMBRON, Albano & DUTRA, Márcia, *As Baleias nos Açores. Da caça ao turismo*, Ponta Delgada, OMA, 2017, 95 p.

DAVIS, Simon J.M., GONÇALVES, Maria José & GABRIEL, Sónia, “Animal remains from a Moslem period (12th/13<sup>th</sup> century AD) *lixreira* (garbage dump) in Silves, Algarve, Portugal”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, n. 1, 2008, pp. 183-258.

DAWSON, Kevin, *Undercurrents of Power: Aquatic Culture in the African Diaspora*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2018, 360 p.

DEAN, Warren, *With Broadax and Firebrand: The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest*, Berkeley- Los Angeles-Londres, University of California Press, 1995.

DELOUGHREY, Elizabeth & HANDLEY, George B., “Towards an Aesthetics of the Earth”, in Elizabeth DELOUGHREY & George B. HANDLEY (eds.), *Postcolonial Ecologies: Literatures of the Environment*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2011, pp. 3-39.

DIAS, José Sebastião da Silva, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, Presença, 1988, 306 p.

DODMAN, Maria João, “Portuguese Environmental Perceptions of Brazil in the Sixteenth Century”, in Victor K. MENDES & Patrícia VIEIRA (eds.), *Portuguese Literature and the Environment*, Londres, Lexington Books, 2019.

DOLIN, Eric Jay, *Leviathan: the history of whaling in America*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 2007, 541 p.

DOMINGUES, Ângela, *Monarcas, Minsitros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*, Lisboa, CHAM, 2012, 301 p.

DOMINGUES, Francisco Contente & GUERREIRO, Inácio, “A vida a bodo na Carreira da Índia (século XVI)”, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXIV, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, pp. 185-225.

DUARTE, Regina Horta, “Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil”, *Luso-Brazilian Review*, vol. 41, n. 2, 2005, pp. 144-161.

DURAN, Leandro Domingues, *Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo*, tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2008, 338 p.

DYER, Michael P., “Expressly placed to facilitate navigation”: North Atlantic Islands, their advantages and impacts, 1769-1924”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 18, 2009, pp. 221-240.

DYER, Michael P., “Changing places: Some technical whaling highlights from Purrington & Russell’s Grand Panorama of a Whaling Voyage Round the World, 1848-1851”, *New Bedford Whaling Museum Blog*, <https://whalingmuseumblog.org/2016/04/11/changing-places-some-technical-whaling-highlights-from-purrington-russells-grand-panorama-of-a-whaling-voyage-round-the-world/> (consultado a 27.08.2018).

EDMUNSON, William & HART, Ian, *A história da caça das baleias no Brasil: de peixe real a iguaria japonesa*, Barueri, Disal, 2014, 311 p.

ELLIS, Myriam, *A baleia no Brasil colonial: feitorias, baleeiros, técnicas, monopólio, comércio, iluminação*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1969, 235 p.

ELLIS, Myriam, “São Paulo, de capitania a província. Pontos de partida para uma História político-administrativa da Capitania de São Paulo”, *Primeiro Congresso de História de São Paulo*, Campinas, 1972, pp. 147-216.

ELLIS, Richard, *Men & Whales*, Nova Iorque, The Lyons Press, 1991.

ENENKEL, Karl A.E. & SMITH, Paul J., “Introduction”, in Karl A.E. ENENKEL & Mark S. SMITH (eds.), *Early modern zoology: the construction of animals in science, literature and the visual arts*, Leiden/Boston, Brill, 2007, pp. 1-12.

ESCRIBANO-RUIZ, Sergio, “Olor a sangre. La pesca Vasca del Atlántico Norte en época moderna interpelada desde una posición colonial y sensorial”, *Arqueología Iberoamericana*, vol. 41, 2019, pp. 52-61.

FERNÁNDEZ, Alfredo López, “Historia Ambiental Antiga das Baleas do Atlântico Norte”, *Eubalaena*, 2014, vol. 14, pp. 3-17.

FERREIRA, Jessica, BANDEIRA, Dione da Rocha, COMERLATO, Fabiana & GARCIA, Jefferson Batista, “Cetáceos do Litoral Sul Brasileiro: uso e representações simbólicas entre sambaquianos e ceramistas proto-jê da baía da babitonga”, in Wellington CASTELLUCCI JUNIOR & Daniel QUIROZ (orgs.), *Baleeiros do Sul II. Antropologia e história da indústria baleeira nas costas sul-americana*, Salvador, EDUNEB, 2018, pp. 39-58.

FILHO, Wellington Bernardelli Silva, “Terapêutica e flora brasílica no contexto da farmácia portuguesa do século XVIII”, in Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele Cristina da CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds.), *História e Ciência. Ciência e Poder na Primeira Idade Global*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2016, pp. 122-141.

FISCHER-KOWALSKI, Marina & WEISZ, Helga, “Society as hybrid between material and symbolic realms: Towards a theoretical framework of society-nature interaction”, *Advances in Human Ecology*, vol. 8, 1999, pp. 215-254.

FLORES, Jorge, “The Iberian Empires, 1400 to 1800”, in Jerry H. BENTELEY, Sanjay SUBRAHMANYAM & Merry E. WIESNER-HANKS (eds.) *The Cambridge World History, Volume VI, The Construction of a Global World, 1400–1800 CE, Part 1: Foundations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015, 509 p.

FOLTZ, Richard C., “Does Nature Have Historical Agency? World History, Environmental History, and How Historians Can Help Save the Planet”, *The History Teacher*, vol. 37, n. 1, 2003, pp. 9-28.

FONTAINE, Pierre-Henry, *Whales and Seals: Biology and Ecology*, Schiffer, Atglen, 2007, 448 p.

FOSSARI, Teresa Domitila, *A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina*, Tese de doutoramento, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

FREYRE, Gilberto, *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 48ª edição, São Paulo, Global, 2003.

GARCIA, Ana Catarina A., “Angra, Funchal e Baía. Contributo para uma análise comparativa da génese dos novos portos atlânticos do império Português”, in Luís Cancela da FONSECA, Ana Catarina GARCIA, Sílvia Dias PEREIRA & Maria Antonieta C. RODRIGUES (eds.), *Entre Rios e Mares: um Património de Ambientes, História e Saberes, Tomo V da Rede BrasPor*, Rio de Janeiro, 2016, pp. 109-127.

GARCIA, Ana Catarina A., “Pollution And Marine Debris In Portuguese Atlantic Harbours During The Early Modern Age: Ad-Ministration and Functionality Problems”, in Ana Cristina ROQUE, Cristina BRITO & Cecilia VERACINI (eds.), *Peoples, Nature and Environments: Learning To Live Together*, Cambridge Scholars Publishing, Chapter eight, 2020.

GARCIA, Catarina & VIEIRA, Nina, “The blood of the whale. Early modern age pollution related with waling activity”, Comunicação na *Oceans Past Conference VI*, October 2018, Bremerhaven.

GERBI, Antonello, *Nature in the New World. From Christopher Columbus to Gonzalo Fernández de Oviedo*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2010.

GILLIS, John R., “Islands in the Making of an Atlantic Oceania, 1500-1800”, in Jerry H. BENTLEY, Renate BRIDENTHAL & Karen WIGEN (eds.), *Seascapes: Maritime histories, littoral cultures, and transoceanic exchanges*, Honolulu, University of Hawai'i Press, 2007, pp. 21-37.



GILLIS, John R., *The Human Shore: Seacoasts in History*, The University of Chicago Press, Chicago/ Londres, 2012, 241 p.

GILLIS, John R. & TORMA, Franziska, “Introduction”, in *Fluid Frontiers: New Currents in Marine Environmental History*, Cambridge, The White Horse Press, 2015.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Volume I. Lisboa, Editorial Presença, 1981.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Volume IV. Lisboa, Editorial Presença, 1983.

GONÇALVES, Iria, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

GROCH, Karina, “Conservation Advances for the Southern Right Whales in Brazil”, in Marcos R. ROSSI-SANTOS & Charles W. FINKL (eds.), *Advances in Marine Vertebrate Research in Latin America: Technological Innovation and Conservation*, s.l., Springer, 2018, pp. 443-476.

GROESEN, Michiel van, *The Representations of the Over World in the De Bry Collection of Voyages (1590-1634)*, Leiden, Brill, 2008, 563 p.

GSCHWEND, Annemarie Jordan, “A Procura Portuguesa por Animais Exóticos”, in *Cortejo Triunfal com Girafas – Animais exóticos ao serviço de poder*, Lisboa, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva /CHAM, pp. 33-77.

GUIMARÃES, Paulo & AMORIM, Inês, “A História Ambiental em Portugal: A emergência de um novo campo historiográfico”, *Revista Internacional de Ciências Sociais*, vol. 35, 2016, pp. 47-58.

HANSEN, Felipe Valdés, *Los Balleneros en Galicia (Siglos XIII al XX)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2010.

HANSEN, Felipe Valdés, “Balleneros del norte rumbo al sur: Las primeras compañías balleneras en Sudamérica (Siglos XVII y XVIII)”, in Daniel QUIROZ & Patricio TOLEDO (eds.), *Balleneros del Sur. Antropología e historia de la industria ballenera en las costas sudamericanas*. Colección Mocha Dick, Santiago de Chile, 2014, pp. 17-54.

HANSEN, Felipe Valdés, “Balleneros vascos en Brasil”, *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, 8, Untzi Museoa-Museo Naval, Donostia-San Sebastián, 2016, pp. 725-740.

HAZEVOET, Cornelis J. & WENZEL, Frederick W., “Whales and dolphins (Mammalia, Cetacea) of the Cape Verde Islands, with special reference to the Humpback Whale *Megaptera novaeangliae* (Borowski, 1781)”, *Contributions to Zoology*, vol. 69, n. 3, 2000, pp. 197-211.

HENRIQUES, Francisco, *A Baleação e o Estado Novo. Industrialização e organização corporativa*, Secretaria Regional da Educação e Cultura/ Direção Regional da Cultura do Governo dos Açores, 2014, 285 p.

HESPANHA, António Manuel, “As Finanças Portuguesas nos Séculos XVII e XVIII”, *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS*, vol. VIII, n. 2, 2013, pp. 79-132.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, Brasiliense/Publifolha, 2000.

HOLM, Poul, “History of marine populations: a global research program of the Census of marine life”, *Oceanologica Acta*, vol. 25, 2003, pp. 207-211.

HOLM, Poul, STARKEY, David J. & SMITH, Tim, “Introduction”, in Poul HOLM, Tim D. SMITH & David J. STARKEY (eds.), *The Exploited Seas: New Directions for Marine Environmental History*. International Maritime Economic History Association, St. John's, 2001.

HOLM, Poul, MARBOE, Anne Husum, POULSEN, Bo & MACKENZIE, Brian R., “Marine Animal Populations: A new look back in time”, in Alasdair D. MCINTYRE (ed.), *Life in the World's Oceans: Diversity, Distribution, and Abundance*, Blackwell Publishing, 2010.

HOLM, Poul, ADAMSON, Joni, HUANG, Hsinya, et al., “Humanities for the Environment-A Manifesto for Research and Action”, *Humanities*, vol. 4, 2015, pp. 977-992.

HOLM, Poul & BRENNAN, Ruth, “Humanities for the Environment 2018 Report-Ways to Here, Ways Forward”, *Humanities*, vol. 7, 2018, 3 p.

HOLM, Poul, *et al.*, The North Atlantic Fish Revolution (ca. AD 1500), *Quaternary Research*, 2019, pp. 1-15.

HOARE, Philip, *Leviatã - Em busca dos gigantes do mar*, Lisboa, Cavalo de Ferro, 2015, 412 p.

HORTA, José da Silva, “A coleção De Bry e a expansão portuguesa”, in João MEDINA (org.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol 4, Lisboa, Ediclube, 1995.

HUGHES, J. Donald, *What is environmental history?* Cambridge, Polity Press, 2006, 180 pp.

HUDSON, Benjamin, “Prologue”, in Benjamin HUDSON (ed.), *Studies in the medieval Atlantic*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan, 2012, pp. 1-32.

INGOLD, Tim, “From trust to domination: an alternative history of human-animal relations”, in *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*, Routledge, Londres, 2000.

IRIA, Alberto, *Os Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1944.

IVERSON, Sara J., “Blubber”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009.

JACKSON, Jeremy B. C., ALEXANDER, Karen & SALA, Enric (eds), *Shifting baselines: the past and the future of ocean fisheries*, Washington/ Covelo/ Londres, Island Press, 2011, 296 p.

JENKINS, J. T., *A History of the Whale Fisheries*, Londres, H.F.&G. Whiterby, 1921.

JOHNSON, S., “Publisher’s Introduction”, in S. JOHNSON (pubs.), *Animals (Themes in Environmental History)*, Cambridge, The White Horse Press, 2014, 14 pp.

JOHNSON, Harold & SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), Joel SERRÃO & A.H. de Oliveira MARQUES (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Luso-Brasileiro (1500-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

JONES, Ryan Tucker, “Running into whales: The history of the North Pacific from below the waves”, *American Historical Review*, vol. 118, n. 2, 2013, pp. 349-377.

JONES, Ryan Tucker & WANHALLA, Angela (eds), *New Histories of Pacific Whaling*, RCC Perspectives. Transformations in Environment and Society, 2019, 121 p.

KENNEY, Robert D., “Right Whales”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 962-972.

KOISO, Kioko, *Mar, medo e morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História Trágico-Marítima, nos testemunhos inéditos e noutras fontes*, Cascais, Patromonia, Dissertações, 2004.

KRAUSE, Thiago, “Em busca da honra: os pedidos de hábitos da Ordem de Cristo na Bahia e em Pernambuco, 1644-76”, XIII Encontro de História ANPUH-Rio, 2008, pp. 1-10.

KRAUSE, Thiago, “Ordens Militares e Poder Local: elites coloniais, Câmaras municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista”, in João FRAGOSO & Antonio Carlos Jucá de SAMPAIO (orgs.), *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Mauad, 2012, pp. 87-111.

KRAUSE, Thiago Nascimento, “Serviços e mercês: Os Braganças e seus vassalos ultramarinos (1641-1683)”, *Revista do IAHGP*, Recife, n. 68, 2016, pp. 247-300.

KUSUKAWA, Sachico. “The role of images in the development of Renaissance natural history”, *Archives of natural history*, vol. 38, n. 2, 2011, pp. 189-213.

LAIST, David W., *North Atlantic right whales: from hunted leviathan to conservation icon*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2017, 432 p.

LEITE, Bruno Martins Boto, “Animalia, exotica & mirabilia. Os animais brasileiros na cultura europeia da época moderna de Thevet a Redi”, in *Representações*

*da fauna no Brasil: séculos XVI-XX*, Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editora, 2014, pp. 40-81.

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda, “Memoria sobre a decadência das pescarias em Portugal”, in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal, e suas conquistas*, Tomo IV, Lisboa, Na Typografia da mesma Academia, 1812, pp. 312-383.

LODI, Liliane & RODRIGUES, Marcelo Tardelli, “Southern right whale on the coast of Rio de Janeiro State, Brazil: conflict between conservation and human activity”, *Journal of the Marine Biological Association of the UK*, vol. 87, 2007, pp. 105-107.

LOPES, Luís Seabra, “A cultura da medição em Portugal ao longo da história”, *Educação e Matemática*, nº 84, *Associação de Professores de Matemática*, 2005, pp. 42-48.

LOPES, Luís Seabra, “A metrologia em Portugal em finais do século XVIII e a “Memória sobre Pesos e Medidas” de José de Abreu Bacelar Chichorro (1795)”, *Revista Portuguesa de História*, XLIX, 2018, pp. 151-173.

LOPES, Marília dos Santos, *Coisas Maravilhosas e Até Agora Nunca Vistas: Para uma iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal, 1998.

LOPES, Marília dos Santos, “Os Descobrimentos Portugueses e a Europa”, *Máthesis*, vol. 9, 2000, pp. 233-241.

LOPES, Marília dos Santos, *Da descoberta ao Saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. 1ª edição. Viseu, Passagem, 2002.

LOPES, Paulo, *O Medo do Mar nos Descobrimentos - Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média*, Lisboa, Tribuna da História, 2009.

MACHADO, Margarida Vaz do Rego, *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo de Amaral*, Cascais, Patrimonia Historica, 2005, 411 p.

MACY, Obed, *The History of Nantucket*, Boston, Hilliard, Gray, & Co., 1835, 300 p.

MACK, John, *Sea: A cultural history*, Reaktion Books, 2001, 272 p.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A construção do espaço brasileiro”, in Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume II. Do Índico ao Atlântico (1570-1697), Navarra, Círculo de Leitores e Autores, 1998a.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “As novas fronteiras do Brasil”, in Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume 3, Navarra, Círculo de Leitores e Autores, 1998b.

MANCALL, Peter C., *Nature and Culture in the Early Modern Atlantic*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2018.

MANN, Janet, “Parental Behavior”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 830-333.

MARKS, Robert B., “Exhausting the Earth”: environmental and history in the early modern world”, in Jerry H. BENTELEY, Sanjay SUBRAHMANYAM & Merry E. WIESNER-HANKS (eds.) *The Cambridge World History, Volume VI, The Construction of a Global World, 1400–1800 CE, Part 1: Foundations*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015, pp. 29-53.

MARTINS, C.C.A., ANDRIOLO, A., ENGEL, M.H., KINAS, P.G. & SAITO, C.H., “Identifying priority areas for humpback whale conservation at Eastern Brazilian Coast”, *Ocean & Coastal Management*, vol. 75, 2013, pp. 63-71.

MASON, Peter, *Infelicities. Representations of the Exotic*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press, 1998, 255 p.

MAUCH, Christoph, *Slow Hope. Rethinking Ecologies of Crisis and Fear*. RCC Perspectives. Transformation in Environment and Society, 2019, 48 p.

MAURO, Frédéric (coord.), SERRÃO, Joel & OLIVEIRA MARQUES, A.H. de (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-brasileiro (1620-1750)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, 516 p.

MAWE, John, *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country*, Londres, Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1812, 366 p.

MAWER, Granville Allen, *Ahab's Trade: The Saga of South Seas Whaling*, St. Leonards, Allen & Unwin, 2000, 416 p.

MAYORGA, Marcelo, “Actividad lobera temprana en la Patagonia Oriental: caza de mamíferos marinos”, *RIVAR*, vol. 4, n. 11, 2017, pp. 31-51.

MEDEIROS, Bruno Franco, *Plágio, à maneira de todos os historiadores. Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX*, Tese de mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011, 184 p.

MELO, Cristina Joanaz de, VAZ, Estelita & PINTO, Lígia M. Costa (eds), *Environmental History in the Making*. Volume I: Explaining, Springer International Publishing, 2017, 357 p.

MELO, Cristina Joanaz de, VAZ, Estelita & PINTO, Lígia M. Costa (eds), *Environmental History in the Making*. Volume II: Acting, Springer International Publishing, 2017, 376 p.

MELVILLE, Herman, *Moby-Dick; or, The Whale*, Nova Iorque, Harper & Brothers, Publishers, 1851, 634 p.

MENDONÇA, Luís Alberto Teixeira, “Os comerciantes de grosso trato e as possibilidades de nobilitação numa capitania de mineração”, *Varia Historia*, vol. 34, n. 65, 2018, pp. 507-535.

MENESES, Avelino de Freitas de & COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *O reino, as ilhas e o mar oceano*, II Volume, Lisboa/Ponta Delgada, CHAM/Universidade dos Açores.

MESQUITA, João Lara, *Embarcações típicas da costa brasileira*, São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2009.

MOORE, Jason W., “Capitalism as world-ecology. Braudel and Marx on Environmental History”, *Organization & Environment*, vol. 16, n. 4, 2003, pp. 431-458.

MORAIS, Igor Oliveira Braga de, DANILEWICZ, Daniel, ZERBINI, Alexandre Novaes, EDMUNDSON, William, HART, Ian B. & BORTOLOTTTO, Guilherme Augusto, “From the southern right whale hunting decline to the humpback whaling expansion: a review of whale catch records in the tropical western South Atlantic Ocean”, *Mammal Review*, vol. 47, 2017 , pp. 11-23.

MORGAN, Philip D. & GREENE, Jack P., “Introduction: The present state of Atlantic history”, in Jack P. GREENE & Philip D. MORGAN (eds.), *Atlantic history: a critical appraisal*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2009.

MOWAT, Farley, *A Whale for the Killing*, Maryland, Penguin Books, 1973.

MURPHY, Joseph, *Environment and Imperialism: Why Colonialism Still Matters*, Leeds, SRI Papers, n. 20, 2009, 27 p.

NASH, Linda, “The Agency of Nature or the Nature of Agency?”, *Environmental History*, vol. 10, 2005, pp. 67-69.

NICKEL, Helmut, “Presents to Princes: A Bestiary of Strange and Wondrous Beasts, Once Known, for a Time Forgotten, and Rediscovered”, *Metropolitan Museum Journal*, vol. 26, 1991, pp. 129-138.

OJEDA SAN MIGUEL, Ramón, “Pescadores de Castro Urdiales: precedentes, mundo medieval, grandes pesquerías atlánticas y ballenas”, *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, n. 5, 2006, pp. 653-676.

OLIVEIRA MARQUES, A.H. de, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971.

OLIVEIRA MARQUES, A.H. de, *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Veja, 1980.

OMURA, Hideo, “History of Gray Whales in Japan”, in Mary Lou JONES, Steven L. SWARTZ & Stephen LEATHERWOOD (eds.) *The Gray Whale: Eschritius Robustus*, Orlando, FL, Academic Press, 1984, pp. 57-77.

OMURA, Hideo, “History of Right Whale Catches in the Waters around Japan”, *Rep. Int. Whal. Commn*, Special Issue 10, 1986, pp. 35-41.



PÁDUA, José Augusto, “A Profecia dos Desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional do pensamento de José Bonifácio”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 44, 2000, pp. 119-142.

PÁDUA, José Augusto, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2004.

PAIVA, Melquíades Pinto, “Uma hipótese histórica - A caça do cachalote por indígenas Cearenses”, *Revista do Instituto do Ceará*, t. LXXXII, 1968, p. 95-98.

PALUMBI, Stephen R., “Whales, Logbooks, and DNA”, JACKSON, Jeremy B. C., ALEXANDER, Karen & SALA, Enric (eds), *Shifting baselines: the past and the future of ocean fisheries*, Washington/ Covelo/ Londres, Island Press, 2011, pp. 163-191.

PAPAVERO, Nelson & TEIXEIRA, Dante Martins, “Joseph Barboza de Saa: autor de um manuscrito do século XVIII sobre os produtos naturais do Brasil”, *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*, vol. 17, n.1, 2001, pp. 101-118.

PAPAVERO, Nelson & TEIXEIRA, Dante Martins, “Remessa de animais de Santa Catarina (1791) para a "Casa dos Pássaros" no Rio de Janeiro e para o Real Museu da Ajuda (Portugal)”, *Arquivos de Zoologia*, vol. 44, n. 4, 2013, pp. 185-209.

PAPAVERO, Nelson & TEIXEIRA, Dante, *Zoonímia tupi nos escritos quinhentistas europeus*, São Paulo, NEHiLP/FFLCH/USP, 2014, 329 p.

PAPAVERO, Nelson, TEIXEIRA, Dante Martins, FIGUEIREDO, José Lima de & PUJOL-LUZ, José Roberto, “Os capítulos sobre animais dos "Dialogos geograficos, chronologicos, politicos, e naturaes" (1769) de Joseph Barboza de Saa e a primeira monografia sobre a fauna de Mato Grosso”, *Arquivos de Zoologia*, vol. 40, n. 2, 2009, pp. 75-154.

PAPAVERO, Nelson, TEIXEIRA, Dante Martins, FIGUEIREDO, José Lima de, SANTOS, Christian Fausto Moraes dos & CAMPOS, Rafael Dias da Silva, *Fauna e Flora do Brasil (especialmente de Mato Grosso) segundo Joseph Barbosa de Saa (1769) (Dialogos geográficos, coronologicos, políticos, e naturais, escriptos [sic] por Joseph Barbosa de Saa nesta Villa Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba*, São Paulo, FFLCH/USP, 2013, 203 p.

PARDO-TOMÁS, José, “Making Natural History in New Spain, 1525-1590”, in Helge WENDT (ed.), *The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World*, Berlin, Max Planck Institute for the History of Science, 2016.

PAULY, Daniel, “Anecdotes and the shifting baseline syndrome of fisheries”, *TREE*, vol. 10, n. 10, 1995, 1 p.

PAZ, Marcelo de Oliveira, *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015, 296 p.

PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem*, Lisboa, CHAM, 2009, 391 p.

PEREIRA, Vera, “Evidências zooarqueológicas do mundo rural islâmico - O caso de Portela 3 (S.B. de Messines)”, *VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aroche-Serpa, 29 de novembro-1 de dezembro, 2013, pp. 1097-1113.

PINHO, Leandro Garcia, “A imagética jesuítica em zona de contato: textos jesuíticos sobre a flora e a fauna brasileiras no século XVI”, *Revista de história, Juiz de Fora*, vol. 17, n. 1, 2011, pp. 189-215.

POLÓNIA, Amélia, BRACHT, Fabiano, CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da & PALMA, Monique (eds.), *História e Ciência: Ciência e poder na primeira idade global*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, 211 p.

POLÓNIA, Amélia & MEDINA, Ana María Rivera (eds.), *La gobernanza de los puertos atlánticos, Siglos XVI-XX. Políticas y Estructuras Portuarias*, Casa de Velázquez, 2016.

POULSEN, Bo, “Marine Environmental History”, in Mauro AGNOLETTI, Elizabeth JOHANN & Simone Neri SERNER (eds.), *World Environmental History*, Oxford, EOLSS, 2012.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski, *A investigação da natureza no Brasil colônia*, São Paulo, Annablume / Fapesp, 2000.

PRIETO, Rui, “A relação do Homem com os cetáceos nos Açores”, in J. PENJON & C. PEREIRA (eds.), *L'animal dans le monde lusophone. Du réel à l'imaginaire*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2015, pp. 49-60.

QUIROZ, Daniel, *Balleneros en la Niebla. Etnografía Histórica de la Caza de Ballenas en Valdivia*, Santiago do Chile, Colección Mocha Dick, 2013.

REDMAN, Nick, *Whales' Bones of the British Isles*, Teddington, Redman Publishing, 2004.

REDMAN, Nick, *Whales' bones of France, Southern Europe, the Middle East and North Africa*, Teddington, Redman Publishing, 2014.

REDMAN, Nick, *Whales' bones of Africa and Asia*, Teddington, Redman Publishing, 2019.

REEVES, Randall R., “The origins and character of ‘aboriginal subsistence’ whaling: a global review”, *Mammal Review*, vol. 2, n. 32, 2002, pp. 71-106.

REEVES, Randall R. & MITCHELL, Edward, “The Long Island, Nova Iorque, Right Whale Fishery: 1650-1924”, *Rep. Int. Whal. Commn.*, Special Issue 10, 1986, pp. 201-220.

REEVES, Randall R. & SMITH, Tim D., “A taxonomy of world whaling: operations, eras, and data sources”, *Northeast Fish. Sci. Cent. Ref. Doc.* 03-12, 2003.

REEVES, Randall R. & SMITH, Tim D., “A taxonomy of world whaling: Operations and eras”, in James A. ESTEES, Douglas P. DEMASTER, Daniel F. DOAK, Terrie M. WILLIAMS & Robert L. BROWNELL, JR. (eds.) *Whales, whaling, and ocean ecosystems*. University of California Press, Londres, 2006.

REEVES, Randall R., CLAPHAM, Phillip J. & WETMORE, Sara E., “Humpback whale (*Megaptera novaengliae*) occurrence near the Cape Verde Islands, based on American 19<sup>th</sup> century whaling records”, *Journal of Cetacean Research and Management*, vol. 4, n. 3, 2002, pp. 235-253.

REEVES, Randall R., STEWART, Brent S., CLAPHAM, Phillip J. & POWELL, James A., *Guide to Marine Mammals of the World*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 2008, 527 p.

REGUART, Antonio Sañez, *Diccionario histórico de los artes de la pesca nacional*, Madrid, En la imprenta de la viuda de Don Joaquin Ibarra, 1791-1795.

RIBEIRO, João Adriano, “A pesca da baleia nos Açores”, Separata da *Revista Islenha*, n. 22, 1998a, pp. 97-116.

RIBEIRO, João Adriano, “A pesca da baleia na Madeira”, *Historia*, vol. 139, 1998b, pp. 22-27.

RIBEIRO, João Ubaldo, *Viva o Povo Brasileiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, 673 p.

RICE, Dale W., “Ambergris”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 28-29.

RICE, Dale W., “Baleen”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 78-80.

RICE, Dale W., “Spermaceti”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 1098-1099.

RICHARDS, John F., *The Unending Frontier: An Environmental History of the Early Modern World*, Berkley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 2003, 682 p.

RICHARDS, Rhys, *Into the South Seas: the southern whale fishery comes of age on the Brazil Banks 1765 to 1812*, Nova Zelândia, Paremata Press, s.d.,

RICHARDS, Rhys, “Past and present distributions of Southern right whales (*Eubalaena australis*)”, *New Zealand Journal of Zoology*, vol. 36, 2009, pp. 447-459. doi: [10.1080/03014223.2009.9651477](https://doi.org/10.1080/03014223.2009.9651477).

RICHTER, Virginia, “‘Where things meet in the world between sea and land’: Human-Whale encounters in Littoral Space”, in Ursula KLUWICK & Virginia RICHTER (eds.), *The beach in Anglophone literatures and cultures*, Ashgate, 2015, pp. 155-173.

RIEKKOLA, Leena, ANDREWS-GOFF, Virginia, FRIEDLAENDER, Ari, CONSTANTINE, Rochelle & ZERBINI, Alexandre N., “Environmental drivers of humpback whale foraging behavior in the remote Southern Ocean”, *Journal of Experimental Marine Biology and Ecology*, vol. 517, 2019, pp. 1-12.

RINGMAR, Erik “Audience for a Giraffe: European Expansionism and the Quest for the Exotic”, *Journal of World History*, vol. 17, n. 4, 2006, pp. 376-377.

ROBOTTI, Frances Diane, *Whaling and Old Salem. (A Chronicle of the Sea)*, Nova Iorque, Fountainhead Publishers, 1962.

RODRIGUES, Jaime, “Deus é o dono do navio: Religiosidades marítimas no Atlântico moderno”, *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, vol. 46, n. 2, 2019, pp. 295-316.

RODRIGUES, José Damião, “Sob o signo do ouro (c. 1696-1750)”, in *História da Expansão e do Império Português*, João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES & Pedro Aires OLIVEIRA, A Esfera do Livros, Lisboa, 2014a, pp. 235-263.

RODRIGUES, José Damião, “Um tempo de ruptura?”, in *História da Expansão e do Império Português*, João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), José Damião RODRIGUES & Pedro Aires OLIVEIRA, A Esfera do Livros, Lisboa, 2014b, pp. 264-295.

ROMAN, Joe, ESTES, James, MORISSETTE, Lyne et al., “Whales as marine ecosystem engineers”, *Frontiers in Ecology and the Environment*, vol. 12, n. 7, 2014, doi: 10.1890/130220.

ROMERO, Aldemaro, “More private gain than public good: whale and ambergris exploitation in 17th century Bermuda”, *Bermuda Journal of Archaeology and maritime History*, vol. 17, 2006, pp. 5-27.

ROMERO, Aldemaro, “Yankee Whaling in the Caribbean Basin: Its Impact in a Historical Context”, in Aldemaro ROMERO & Edward O. KEITH (eds.), *New Approaches to the Study of Marine Mammals*, IntechOpen, 2012, pp. 223-232.

ROMERO, Aldemaro & CRESWELL, Joel E., “Deplete Locally, Impact Globally: Environmental History of Shore-Whaling in Barbados, W.I.”, *The Open Conservation Biology Journal*, vol. 3, 2010; pp. 19-27.

ROQUE, Ana Cristina, “A costa sul oriental de África e o conhecimento da natureza no século XVI: saberes, experiência e ciência”, in Inês AMORIM & Stefania BARCA, *Atas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona*, Coimbra, CES, 2013, pp. 145-174.

ROQUE, Ana Cristina, “Towards a scientific approach of nature: Looking at South Africa biodiversity through the 16<sup>th</sup> century Portuguese records on marine fauna”, in Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele Cristina da CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds.), *Cross-cultural Exchange and the Circulation of Knowledge in the First Global Age*, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento, 2018, pp. 75-102.

ROQUE, Ana Cristina, MELO, Cristina Joanaz de, AMORIM, Inês, FREITAS, Joana Gaspar de & TORRÃO, Maria Manuel (coord.), *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*, Porto, CITCEM, 2019, 225 p.

ROQUE, Ana Cristina, BRITO, Cristina & VERACINI, Cecilia (eds.), *Peoples, Nature and Environments: Learning to live together*, Cambridge Scholar Publishing, 2020, 304 p.

ROSSI-SANTOS, Marcos, WEDEKIN, Leonardo L. & SOUSA-LIMA, Renata S., “Distribution and habitat use of small cetaceans off Abrolhos Bank, eastern Brazil”, *LAJAM*, vol. 5, n. 1, 2006, pp. 23-28.

RUSSELL-WOOD, A.J.R., “Governantes e Agentes”, Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume 3, Navarra, Círculo de Leitores e Autores, 1998.

RUSSELL-WOOD, A.J.R., “The Portuguese Atlantic, 1415-1808”, in Jack P. GREENE & Philip D. MORGAN (eds.), *Atlantic history: a critical appraisal*, Oxford University Press, Nova Iorque, 2009.

RUSSELL-WOOD, A.J.R., *O Império Português, 1415-1808 - O mundo em movimento*, Lisboa, Clube do Autor, 2016, 348 p.

SANTANA-PÉREZ, Juan Manuel, “The African Atlantic islands in maritime history during the Ancient Régime”, *The International Journal of Maritime History*, vol. 30, n. 4, 2018, pp. 634-648.

SANTOS, Marcos César de Oliveira, SICILIANO, Salvatore, SOUZA, Shirley Pacheco de & PIZZORNO, Jose Luis Altmayer, “Occurrence of southern right whales (*Eubalaena australis*) along southeastern Brazil”, *Journal of Cetacean Research and Management*, vol. 2, 2001, pp. 153-156.

SANTOS, Maria José Azevedo, “O Azeite e a vida do homem medieval”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras, 2006, pp. 139-158.

SCHWARTZ, Stuart, “De ouro a algodão: A economia brasileira no século XVIII”, in Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume III. O Brasil na Balança do Império (1697-1808), 1998, pp. 86-103.

SCHWARTZ, Stuart B. & LOCKHART, James, *A América Latina na época colonial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SCHWERDTNER MÁÑEZ Kathleen, HOLM, Poul, BLIGHT, Louise, COLL, Marta, MACDIARMID, Alison, OJAVEER, Henn, POULSEN, Bo & TULL, Malcolm., “The future of the oceans past: towards a global marine historical research initiative”, *PloS ONE*, vol. 9, n. 7, 2014, 7 p.

SEIXAS, Maria Lucília Barbosa, *A Natureza Brasileira nas Fontes Portuguesas do Século XVI. Para uma tipologia das grandezas do Brasil*, Viseu, Passagem editores, 2003.

SEYBOTH, Elise, GROCH, Karina R., SECCHI, Eduardo R. & ROSA, Luciano Dalla, “Habitat use by southern right whales, *Eubalaena australis* (Desmoulins, 1822), in their main northernmost calving are in the western South Atlantic”, *Marine Mammal Science*, vol. 31, 2015, pp. 1521-1537. [doi.org/10.1111/mms.12241](https://doi.org/10.1111/mms.12241)

SHOEMAKER, Nancy, *Native American Whalemen and the World: Indigenous Encounters and the Contingency of Race*, The University of North Carolina Press, s.l., 2015, 320 p.

SILVA, José Pinheiro da, *A Capitania da Baía (Subsídios para a história da sua colonização na segunda metade do século XVII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1964.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), Joel SERRÃO & A.H. Oliveira MARQUES (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, 63 p.

SILVA, Maria Fernanda Espinosa Gomes da, “BALEIA, PESCA DA”, Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Volume I, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d, p. 282.

SILVA, Mónica A., BRITO, Cristina, SANTOS, Sara V. & BARREIROS, João Pedro, “Historic and recent occurrences of pinnipeds in the Archipelago of the Azores”, *Mammalia*, vol. 73, 2009, pp. 60-62.

SIMÕES, Catarina, “The Symbolic Importance of the “Exotic” in the Portuguese Court in the Late Middle Ages”, *Anales de Historia del Arte*, vol. 24, 2014, pp. 517-525.

SIMÕES, Catarina Santana & FERREIRA, José Moura, “Troféus e Iguarias: O Exótico no Discurso dos Primórdios dos Descobrimentos”, in A.T. MATOS & J.P.O. COSTA (coord.), *A Herança do Infante*. Lisboa, CEPCEP/ CHAM/ C.M. Lagos, 2011, pp. 207-216.

SIMÕES-LOPES, Paulo César & XIMENEZ, Alfredo, “Annotated list of the cetaceans of Santa Catarina coastal water, southern Brazil”, *Biotemas*, vol. 6, n. 1, 1993, pp. 67-92.

SIMON, William Joel, *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808): and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*, Lisboa, Instituto de Investigação Tropical, 1983, 193 p.

SIVASUNDARAM, Sujit, BASHFORD, Alison & ARMITAGE, David, “Introduction: Writing World Oceans Histories”, in David ARMITAGE, Alison BASHFORD & Sujit SIVASUNDARAM (eds.), *Oceanic Histories*. Cambridge University Press, Cambridge, 2017.



SMITH, Pamela H. & FINDLEN, Paula, “Introduction. Commerce and the Representation of Nature in Art and Science”, in Pamela H. SMITH & Paula FINDLEN (eds.), *Merchants and Marvels: Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*, Nova Iorque / Londres, Routledge, 2002.

SMITH, Tim D., REEVES, Randall R., JOSEPHSON, Elizabeth A. & LUND, Judith N., “Spatial and seasonal distribution of American whaling and whales in the age of sail”, *PLoS ONE*, vol. 7, n. 4, 2012, 25 p.

SOLURI, John, LEAL, Claudia & PÁDUA José Augusto (eds.), *A Living Past: Environmental Histories of Modern Latin America*, Environment in History: International Perspectives Series. Nova Iorque, Berghahn Books, 2018.

SOUZA, Evergton Sales, MARQUES, Guida & SILVA, Hugo R., “Apresentação”, in *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*, Salvador/Lisboa, EDUFBA/ CHAM, 2016.

STARBUCK, Alexander, *History of the American Whale Fishery*, Waltham, 1878, 767 p.

STEINBRECHER, Alice & KRÜGER, Gesine, “Animals” in *European History Online* (EGO), published by the Leibniz Institute of European History (IEG), Mainz 2016-09-06. URL: <http://www.ieg-ego.eu/steinbrechera-kruegerg-2015-en> URN: urn:nbn:de:0159-2016082501.

STERN, S. Jonathan, “Migration and Movement Patterns”, in William F. PERRIN, Bernd WÜRSIG & J.G.M. THEWISSEN (eds.), *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2ª edição, Oxford, Academic Press, 2009, pp. 962-972.

SWETNAM, Thomas W., ALLEN, Craig D. & BETANCOURT, Julio L., “Applied historical ecology: Using the past to manage for the future”, *Ecological Applications*, vol. 9, n. 4, 1999, pp. 1189-1206.

SZABO, Vicky, *Monstrous Fishes and the Mead-Dark Sea. Whaling in the Medieval North Atlantic*, Leiden/ Boston, Brill, 2008.

SZABO, Vicky, “Subsistence whaling and the Norse diaspora: Norsemen, Basques, and whale use in the Western North Atlantic, ca. AD 900-1640”, in Benjamin

HUDSON (ed.) *Studies in the medieval Atlantic*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan, 2012, pp. 65-99.

TAUNAY, Affonso de E., *Zoologia Fantástica do Brasil (Séculos XVI e XVII)*, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1934.

TAVARES, Alice, “La fauna marinha en Portugal (siglos XIII-XVI): Aportación para su estudio a través de la documentación jurídica y de la literatura”, *INTUS-LEGERE HISTORIA*, vol. 12, n. 2, 2018, pp. 341-366.

TEIXEIRA, António, VENÂNCIO, Rui & BRITO Cristina, “Archaeological remains accounting for the presence and exploitation of the North Atlantic right whale *Eubalaena glacialis* on the Portuguese coast (Peniche, West Iberia), 16th to 17th century”, *PLoS ONE*, vol. 9, n. 2, 2014.

THE ANIMAL STUDIES GROUP (ed.), *Killing Animals*, Urbana/Chicago, University of Illinois Press, 2006, 215 p.

THOMAS, Keith, *Man and the natural world. Changing attitudes in England 1500-1800*. Oxford University Press, Nova Iorque/ Oxford, 1996.

TOWNSEND, Charles Haskins, “The distribution of certain whales as shown by logbook records of American whaleships”, *Zoologica*, vol. XIX, n. 1, pp.1-50.

TUDELA, Almudena Pérez & GSCHWEND, Annemarie Jordan, “Renaissance Menageries. Exotic Animals and Pets at the Habsburg Courts in Iberia and Central Europe”, in Karl A.E. ENENKEL & Mark S. SMITH (eds.), *Early Modern Zoology: The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*, Leiden, Brill, 2007, pp. 418-447.

VARELA, Alex Gonçalves, “A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase européia” (1783-1800)”, *Tempo*, 2007, pp. 150-175.

VAZ, Francisco António Lourenço, *Instrução e Economia. As Ideias Económicas no Discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)*, Lisboa, Colibri, 2002.

VERCILLO, Ugo Eichler, et al., *O Atlântico Sul: Um santuário para as baleias*, Proposta apresentada pelos governos da Argentina, Brasil, Gabão, África do Sul e Uruguai no 66º Encontro Anual da Comissão Baleeira Internacional, 2016, 97 p.

VIEIRA, Alberto, “As ilhas, as rotas oceânicas, os descobrimentos e o Brasil”, *Centro de Estudos de História do Atlântico*, s.d., pp. 1-73.

VIEIRA, Nina, “A Comparative Approach to Historical Whaling Techniques: Transfer of Knowledge in the 17th century from the Biscay to Brazil”, in Amélia POLÓNIA, Fabiano BRACHT, Gisele C. CONCEIÇÃO & Monique PALMA (eds./coord.), *Cross-cultural Exchange and the Circulation of Knowledge in the First Global Age*, Porto, CITCEM/ Edições Afrontamento, 2018, pp. 133-156.

VIEIRA, Nina & AFONSO, Rui de Carvalho, “Animais aquáticos na trilogia de Fausto Bordalo Dias”, in Carlos F. Clamote CARRETO, Joana Gaspar de FREITAS, Clara SARMENTO & Luís Sousa MARTINS (eds.), *Imaginários do Mar. Uma antologia crítica*. Vol. 1. Lisboa, IELT, Coleção Editar a Memória, 2020 pp. 231-241.

VIEIRA, Nina & BRITO, Cristina, “Brazilian manatees (re)discovered: Early modern accounts reflecting the overexploitation of aquatic resources and the emergence of conservation concerns”, *The International Journal of Maritime History*, vol. 29, n. 3, 2017, pp. 513-528.

VIEIRA, Nina, HAYES, Patrick & MATTHEWS, Al, “Facing Changes, Changing Targets: Sperm Whale Hunting in Late Eighteenth-Century Brazil”, *Environment & Society Portal, Arcadia* (Autumn 2019), n. 44, Rachel Carson Center for Environment and Society (<http://www.environmentandsociety.org/node/8798>).

VIEIRA, Nina, BRITO, Cristina & ROQUE, Ana C., “Aquatic Animals, Now and Then: Appropriation of nature in Portuguese America and early notions of overexploitation and human impact”, in Ana C. ROQUE, Cristina BRITO & Cecilia VERACINI, Cecilia (eds.), *Peoples, Nature and Environments: Learning to live together*, Cambridge Scholar Publishing, 2020, pp. 68 - 82.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...*, Tomo I, Lisboa, A .J. Fernandes Lopes, 1865.

WEDEKIN, Leonardo L., NEVES, Mariana C., MARCONDES, Milton C.C., BARACHO, Clarêncio, ROSSI-SANTOS, Marcos R. & ENGEL, Márcia H., “Site fidelity and movements of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) on the Brazilian

breeding ground, southwestern Atlantic”, *Marine Mammal Science*, vol. 26, n. 4, pp. 787-802.

WENDT, Helge (ed.), *The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World*, Berlin, Max Planck Institute for the History of Science, 2016, 314 p.

WICKBERG, Adam, “Plus ultra: Coloniality and the mapping of American natureculture in the empire of Philip II”, *Necsus, European Journal of Media Studies*, 2018, 14 p.

WINIWARTER, Verena “Approaches to Environmental History: A Field Guide to its concepts”, in Péter SZABÓ & József LASZLOVSKY (eds.) *People and Nature in Historical Perspective*. Budapest, Central European University, 2003, pp.3-22.

WORSTER, Donald, *Shrinking the Earth. The Rise & Decline of Natural Abundance*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2019, 265 p.

WORSTER, Donald, *The Ends of the Earth*, Cambridge University Press, Cambridge, 2012.

ZERBINI, Alexandre N., ANDRIOLO, Artur, ROCHA, Jesuina M. da, et el., “Winter distribution and abundance of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) off the Northeastern Brazil”, *Journal of Cetacean Research and Management*, vol. 6, n. 1, 2004, pp. 101-107.

#### **4. RECURSOS EM LINHA**

- Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (ICMBIO-MMA)  
<http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/> (acedido pela última vez a 18.12.2019)
- Biblioteca Nacional do Brasil <http://bdlb.bn.gov.br/>
- Biodiversity Heritage Library <https://www.biodiversitylibrary.org/>
- Brasiliana Iconográfica <https://www.brasilianaiconografica.art.br>
- *Carta Marina* de Olaus Magnus, 1539  
[https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Carta\\_marina](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Carta_marina)

- Environment & Society Portal, Rachel Carson Center for Environment and Society  
<http://www.environmentandsociety.org/node/8798>
- Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina  
[http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/pages/glossario\\_visconde\\_lagoa.htm](http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/pages/glossario_visconde_lagoa.htm)
- Infopédia Porto Editora <https://www.infopedia.pt/>
- Instituto Australis <http://baleiafranca.org.br/> (acedido pela última vez a 18.12.2019)
- Instituto Camões <http://cvc.instituto-camoes.pt/>
- Instituto Histórico e Geográfico do Brasil <https://www.ihgb.org.br/>
- IUCN Red List <https://www.iucnredlist.org/>
- Leibniz Institute of European History <http://www.ieg-ego.eu/>
- “Mapa da Bahia de Todos os Santos de João Teixeira Albernaz I”, in Diogo de Campos MORENO, *Rezão do Estado do Brasil...*, c. 1616 [http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/MS-126/MS-126.htm](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126.htm)
- Mapa da Bahia de Todos os Santos, in *Atlas da costa do Brasil*, post. 1646, fl. 17. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota do exemplar digitalizado: ca-107-r.  
<http://purl.pt/23778>
- *Mapas e Planos Feitos a Mão do Recife em Pernambuco, da Baía de Todos Os Santos, e da Costa da Bahia para Gãmam...*, 1631-1633, de Pedro Nunes TINOCO  
<https://www.wdl.org/pt/item/786/>
- Mapa interativo da baleação basca no Atlântico Norte  
<https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/08/basque-whalers-san-juan-art-interactive/>
- Museu da Baleia da Madeira <http://www.museudabaleia.org/pt/>
- National Geographic <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/08/basque-whalers-san-juan-art-interactive/>.
- New Bedford Whaling Museum (Blogue) <https://whalingmuseumblog.org/>

- New Bedford Whaling Museum <https://www.whalingmuseum.org>
- “Obra da Estacada que D. Luis mandou fazer na Bertioga” in *Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa...*  
<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497>
- “Obras novas da fortaleza da Barra de Santos” in *Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa...*, 1775  
<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497>
- Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (ICMBIO-MMA)  
<http://www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos/>
- “Pesca da Baleia na Baía de Guanabara” de Leandro Joaquim, Coleção do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. <https://artsandculture.google.com/partner/museu-historico-nacional>
- Projeto Baleia Franca / Instituto Australis (<http://baleiafranca.org.br/>).
- Projeto Baleia Jubarte <http://baleiajubarte.org.br/>
- Projeto CONCHA-The construction of early modern global Cities and oceanic networks in the Atlantic: An approach via Ocean’s Cultural Heritage (EU H2020- MSCA-RISE-2017, N. 777998) <http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/concha/>
- Rede Cultura Baleeira <http://culturaballenera.wixsite.com/>
- REPORT(H)A - Rede Portuguesa de História Ambiental <http://www.reportha.org/pt/>
- Ric O’ Barri’s Dolphin Project <https://dolphinproject.com/>
- *The Natural History* de Plínio, o Velho  
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D9%3Achapter%3D5>
- The Public Domain Review, Coleções <https://publicdomainreview.org/collections/>

## LISTA DE FIGURAS

**Figura I.1.1.** Vértebra de baleia com marcas de corte, proveniente da Quinta do Lago/ Tejo do Praio, Almancil, datada entre os séculos XI e XII. Peça do Museu Municipal de Loulé, em exposição no Museu Nacional de Arqueologia, integrada na exposição “Loulé. Territórios, Memórias, Identidades”, Lisboa. Fotografia da autora a 29 de novembro de 2018.

**Figura I.1.2.** Recriação ilustrativa do porto de Caión, Laracha, Museo de pesca de Caión. Fonte: Alfredo López FERNÁNDEZ, “Historia Ambiental Antiga das Baleas do Atlântico Norte”, *Eubalaena*, 14, 2014, p. 16.

**Figura I.1.3.** Ilustração de duas baleias, mãe e cria, no livro *Visboek* (Fish Book) de Adriaen Coenen. Fonte: <https://publicdomainreview.org/collections/adriaen-coenens-fish-book-1580/>, consultado a 25.06.2019.

**Figura I.1.4.** “La sarda de los Vascos (*Balena biscayensis* de Eschricht) y su cria perseguida por arponeros”, in D. Mariano de La Paz GRAELLS, *Memorias de la Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Madrid*, Tomo XVII, Lamina IV. Madrid, Imprenta de Don Luis Aguado, 1897.

**Figura I.1.5.** Cena de caça ilustrativa da baleação basca nas águas na Terra Nova, no século XVI. Pode ser explorada em <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/08/basque-whalers-san-juan-art-interactive/>.

**Figura I.1.6.** Página do diário de Robert Fotherby, com aguarela do autor ilustrando o desmanche de uma baleia de barbas em Spitzbergen, em 1613. Fonte: American Antiquarian Society, Worcester, Massachusetts.

**Figura I.1.7.** Ilustração dos métodos de caça de baleias, morsas e ursos na Gronelândia, in Edward PELLHAM, “God’s Power and Providence, Shewed in the Miraculous Preservation and Deliverance of Eight English-Men, Left by Mischance in Greenland, Anno 1630”, in *A collection of Voyages and Travels, Some now first Printed from Original Manuscripts... In Four Volumes*. Vol. IV. Londres, H.C. for Awnsham and John Churchill, 1704.

**Figura I.1.8.** Pormenor da *Carta Marina* de Olaus Magnus, 1539. Fonte: Commons Wikipedia ([https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Carta\\_marina](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Carta_marina)).

**Figura II.2.1.** Cena de caça de golfinhos e baleias. Pormenor das pinturas rupestres de Izcuña, Chile. Fonte: Benjamín BALLESTER, *El Médano rock art style: Izcuña paintings and the marine hunter-gatherers of the Atacama Desert*, *Antiquity Publications*, vol. 92, n. 361, 2018b, p. 141.

**Figura II.2.2.** Gravura de Utagawa Kuniyoshi ilustrando o samurai japonês Miyamoto Musashi no dorso de uma Baleia-Franca (1797-1861). Fonte: Commons Wikimedia consultado a 10.05.2019.

**Figura II.2.3.** Caça de baleias ilustrada na coleção *Indias Occidentalis*, parte XI de Theodoro de Bry.

**Figura III.1.1.** Ilha de Itaparica onde se pode ler “*Biscainho*” na extremidade norte da ilha (à esquerda), o possível local para o assentamento temporário dos baleeiros bascos a partir de 1603. Pormenor do “Mapa da Bahia de Todos os Santos de João Teixeira Albernaz I”, in Diogo de Campos MORENO, *Reção do Estado do Brasil...*, c. 1616. Disponível na Biblioteca Municipal do Porto ([http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/MS-126/MS-126.htm](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126.htm) consultado a 17.09.2019). Mapa completo no Anexo C.

**Figura III.1.2.** Ilha de Itaparica onde se destaca a “*Ponta de Biscaya*” (à esquerda). Pormenor do “Mapa da Bahia de Todos os Santos de João Teixeira Albernaz I (c. 1626)”, in Diogo de Campos MORENO, *Livro que dá razão do estado do Brasil*. Edição comemorativa do V centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral (Manuscrito do séc. XVII, conservado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cartografia atribuída a João Teixeira Albernaz I), Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968. Consultado na Biblioteca Nacional de Portugal. Mapa completo no Anexo C.

**Figura III.1.3.** Pormenor da Ilha de Itaparica, onde se pode ler “*Ponta (?) onde (?) se faz a Armação das Baleas ~q se ??? por se entender a pretendia o enemigo (?)*”. Desenho da Bahia de Todos os Santos, in Pedro Nunes TINOCO, *Mapas e Planos Feitos a Mão do Recife em Pernambuco, da Baía de Todos Os Santos, e da Costa da Bahia para Gãmam...*, 1631-1633. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/786/>, acedido a 23.03.2017. Imagem completa no Anexo C, Figura 3.

**Figura III.1.4.** Pormenor da Ilha de Itaparica com indicação do local “*Ponta das Baleas*”. Mapa da Bahia de Todos os Santos, in *Atlas da costa do Brasil*, post. 1646, fl.



17. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota do exemplar digitalizado: ca-107-r. Disponível online em <http://purl.pt/23778>, consultado a 04.06.2017.

**Figura III.2.1.** Mapa das armações baleeiras na região da Bahia, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

**Figura III.2.2.** Mapa das armações baleeiras na região do Rio de Janeiro, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

**Figura III.2.3.** Mapa das armações baleeiras na região de São Paulo, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

**Figura III.2.4.** Mapa das armações baleeiras na região de Santa Catarina, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

**Figura III.2.5.** Planta n. 19 “Obras novas da fortaleza da Barra de Santos” com representação de baleias capturadas e referência à armação baleeira da Barra Grande in *Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa...*, 1775. Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497>.

**Figura III.2.6.** Reconstituição 3D da armação da Ilha do Bom Abrigo, Cananeia, São Paulo, in Leandro Domingues DURAN, *Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo*, tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, 338 p.

**Figura III.2.7.** Mapa de todas as armações identificadas entre 1614 e 1801, estabelecidas na costa do Brasil, ao longo dos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, com base em Myriam Ellis, 1969. Autoria: Nina Vieira e Patrick Hayes, 2019.

**Figura III.3.1.** “Pesca da Baleia na Baía de Guanabara” de Leandro Joaquim, século XVIII. Óleo sobre tela, 92 x 126 cm de formato oval. Coleção do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em exposição online em <https://artsandculture.google.com/partner/museu-historico-nacional>.

**Figura III.3.2.** Planta n. 17 “Obra da Estacada que D. Luis mandou fazer na Bertioiga” onde se sinaliza com seta azul a localização da armação e com seta verde o caminho da vigia (ícones de destaque inseridos pela autora), in *Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa...*, Acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497>.

**Figura III.3.3.** Observação de baleia-franca austral a partir de costa, em Santa Catarina. Fonte da imagem: Arquivo Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/destaques/59-apa-da-baleia-franca-abre-prazo-para-cadastro-de-empresas-interessadas-no-tobe.html>, acessado a 12.09.2019.

**Figura III.3.4.** Pormenor da tela de Leandro Joaquim, onde se evidenciam as embarcações e a aproximação aos animais. Na extremidade à direita estão possivelmente representadas uma baleia adulta e uma cria.

**Figura III.3.5.** Cena de caça representada em aguarela no Diário de Robert Fotherby, Spitzbergen, 1613. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.

**Figura III.3.6.** Ex-voto na Igreja Nossa Senhora da Piedade, Santa Catarina, ilustrando uma cena de naufrágio durante a caça de baleias na região, em 1765. Pintura sobre madeira policromada, de dimensões 43,2 x 42,8 x 1,3 cm. Agradecimento a Fabina Comerlato e Daniel Quiroz pela disponibilização da imagem. Arta Sacra, Património Catarinense. Inventário de Bens Móveis Sacros - Etapa III. Fotografia da autoria de Daniel Quiroz, 2019.

**Figura III.3.7.** Pormenor da obra de Leandro Joaquim, evidenciando a morte da baleia e o seu reboque até à costa.

**Figura III.3.8.** “Methodo de pescar as Baléas, de as conduzir para terra, e dellas extrahir azeites”, ilustração original no frontispício da versão portuguesa da obra Alphonse de BEAUCHAMP, *Historia de Brazil...*, 1820, Tomo VIII, Na Impressão de J.B.Morando, Lisboa, 1820.

**Figura III.3.9.** Cena de caça de baleia na Bahia in Hippolyte TAUNAY & Ferdinand DENIS, *Le Brésil...*, Tome Quatrième, Paris, De l'imprimerie de Pillet Aîné, 1822.

**Figura III.3.10.** Aguarela de Robert Fotherby ilustrativa do reboque de uma baleia por três botes baleeiros, em Spitzbergen, 1613. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.

**Figura III.3.11.** Pormenor da uma das ilustrações de Antonio Sáñez Reguart, com destaque para o reboque de um animal para terra, in *Diccionario histórico de los artes de la pesca nacional*, Tomo Tercero, Madrid, En la imprenta de la viuda de Don Joaquin Ibarra, 1791, Lam. XV, p. 410.

**Figura III.3.12.** Pintura de *Itapocoroya* por Jean Baptiste Debret, in COMERLATO, 2001.

**Figura III.3.13. a)** Aguarela de Robert Fotherby ilustrativa das operações nas estações baleeiras temporárias em Spitzbergen, 1613, com destaque para o funcionamento de cabrestante e do manuseamento das postas de carne e gordura de baleia. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.

**Figura III.3.13. b)** Aguarela de Robert Fotherby ilustrativa das operações nas estações baleeiras temporárias em Spitzbergen, 1613, com destaque para as caldeiras temporárias de derretimento de gordura e produção de óleo de baleia. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.

**Figura III.3.14.** Pormenor de uma das ilustrações de Antonio Sañez Reguart, representativa do desmanche da baleia e derretimento da gordura, in *Diccionario histórico de los artes de la pesca nacional*, Tomo Tercero, Madrid, En la imprenta de la viuda de Don Joaquin Ibarra, 1791, Lam. XV, p. 410.

**Figura III.3.15.** Pormenor da obra de Leandro Joaquim, com destaque para o processo de desmanche das baleias junto a costa e vista da armação na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, final do século XVIII.

**Figura III.3.16.** Aguarela de Robert Fotherby ilustrativa do desmanche de uma baleia, em Spitzbergen, 1613. Imagem disponibilizada por American Antiquarian Society.

**Figura IV.1.1.** “A iluminação de azeite de peixe”, aguarela de José dos Reis Carvalho ilustrando a iluminação das ruas do Rio de Janeiro, 1851. Disponível em <https://www.brasilianaiconografica.art.br> (acedido a 30.07.2015; última consulta a 19.11.2019)

**Figura IV.1.2.** Percentagem de óleo de baleia para Lisboa e Ilhas, e para o Brasil, destacando-se as quantidades enviadas para Pernambuco, Bahia e outras regiões, entre 1765 e 1776, com base em PROCESSO sobre o contrato do azeite de peixe e sua distribuição no comércio da capitania de Pernambuco, AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 212, D. 14440 (Acervo Pernambuco).

**Figura IV.1.3.** Lista da carga da galera Bom Jesus de Vilanova, Santo Antônio e Almas, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 72, D. 6576 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (14 de julho de 1764).

**Figura IV.1.4.** Quantidade de pipas, meias pipas, barricas, barris, tonéis, tonelentes e vasilhas com óleo de baleia, enviada do Rio de Janeiro para Lisboa, com base na análise de relações de carga entre 1764 e 1785.

**Figura IV.1.5.** Quantidade de óleo de baleia (em número de pipas) produzido no Brasil, entre 1765 e 1776, e quantidade do mesmo óleo (em número de pipas e percentagem) transportada para Lisboa no mesmo período, com base nas informações que constam do documento AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (post. 1777).

**Figura IV.1.6.** Folheto dos benefícios e pontos de venda em Lisboa de azeite de baleia, in Marcelo de Oliveira PAZ, *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 48.

**Figura IV.2.1.** Vista do aparato bucal com destaque para as diferenças de tamanho e coloração, de duas baleias de barbas **a)** baleia-franca do Atlântico Sul (*Eubalaena australis*) (<https://tonywu.photoshelter.com/image/I0000MkiQ.1MDmAI>); **b)** baleia-corcunda (*Megaptera novaeangliae*) (<https://us.whales.org/whales-dolphins/what-is-baleen/>).

**Figura IV.2.2.** Legenda de imagem de espartilho do século XVII, com referência a “whalebone”, in Jane ASHELFORD, *The Art of Dress. Clothes and Society, 1500-1914*, London, National Trust Enterprises Limited, 1996, p. 96.

**Figura IV.2.3.** Relação da quantidade de barbas de baleia (em quintais) produzida no Brasil e enviada para Lisboa entre 1765 e 1776, com base nas informações que constam do documento AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (post. 1777).

**Figura IV.3.1.** Litografia de quitandeira do Rio de Janeiro, pelo pintor brasileiro Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive. Aguarela e lápis de cor sobre papel, 1840. Disponível em <http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19167/n-9-quitandeira> (acedido a 27.12.2019).

**Figura IV.4.1.** Preços (em mil-réis) correspondentes ao valor anual a pagar pelo contrato, num total de seis contratos da ‘pesca’ das baleias na Bahia, entre 1614 e 1631, com base em ELLIS, p. 38.

**Figura IV.4.2.** Preços (em cruzados) correspondentes ao valor anual a pagar pelo contrato da ‘pesca’ das baleias na Bahia e no Rio de Janeiro, entre 1632 e 1740, com base em ELLIS, 1969 (quadro anexo entre as pp. 136-137).

**Figura IV.4.3.** Lista das aplicações do rendimento do “Contrato das Baleas” na Bahia, em 1756, in José Antonio CALDAS, *Noticia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento ate o presente ano de 1759*, edição fac-similiar, Salvador, Typographia Beneditina, 1951 (1759).

**Figura IV.5.1.** Ossos de baleias encontrados na praia da armação de Porto Santo, Ilha de Itaparica, **a)** à esquerda, parte de vértebra de baleia, e **b)** à direita, disco intervertebral de baleia. Autoria: Nina Vieira (fotografia da vértebra) e William Edmundson (fotografia do disco intervertebral), maio de 2017.

**Figura IV.5.2.** Paisagem de Santa Catarina em obra intitulada “Vila-Nova” por Jean Baptiste Debret, aquarela, 8,2 x 23,2 cm, 1827/1828. Fotografado por Horst Merkel, Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya.

**Figura IV.5.3.** Ossos de baleia expostos em restaurante na Praia do Matadeiro em Florianópolis, Ilha de Santa Catarina. Autoria: Joana Gaspar de Freitas, julho de 2019.

**Figura V.1.1.** Ilustração do vulcão do Fogo em erupção no *Grand Panorama of a Whaling Voyage Round the World* de Caleb Purrington e Benjamín Russel, 1847-1848.

**Figura V.1.2.** Ilustração do Faial e do Pico no *Grand Panorama of a Whaling Voyage Round the World* de Caleb Purrington e Benjamín Russel, 1847-1848.

**Figura V.1.3.** Localização das capturas de cachalotes na segunda viagem baleeira, entre 5 de fevereiro e 1 de abril de 1774, com base em com base em AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 96, D. 8312. Esta imagem foi produzida para a publicação Nina VIEIRA, Patrick HAYES & Al MATTHEWS, “Facing Changes, Changing Targets: Sperm Whale Hunting in Late Eighteenth-Century Brazil.”, *Environment & Society Portal, Arcadia* (Autumn 2019), no. 44. Rachel Carson Center for Environment and Society, disponível em <http://www.environmentandsociety.org/node/8798>.

**Figura V.1.4.** Fachada do porto do Rio de Janeiro na obra *Grand Panorama of a Whaling Voyage Round the World* de Caleb Purrington e Benjamín Russel, 1847-1848.

**Figura V.2.1.** Baleia-franca-austral (*Eubalaena australis* Desmoulins, 1822). Ilustração de Uko Gorter.

**Figura V.2.2.** Baleia-corcunda (*Megaptera novaeangliae* Borowski, 1781). Ilustração de Uko Gorter.

**Figura V.2.3.** Cachalote (*Physeter macrocephalus* Linnaeus, 1758). Ilustração de Uko Gorter.

**Figura V.2.4.** Distinção entre azeite de peixe (baleia) e azeite de espermacete (cachalote) na lista da carga pertencente ao Contrato das Baleias, transportada pelo navio Luzia Fortunata, do Rio de Janeiro para Lisboa, em 1777. Fonte: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8766.

**Figura V.2.5.** Representações de baleias em **a) São Paulo** (à esquerda), detalhe da Planta n. 19 “Obras novas da fortaleza da Barra de Santos” com representação de baleias capturadas e referência à armação baleeira da Barra Grande in *Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa...* Acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427497>

e **b) no Rio de Janeiro** (à direita), detalhe do quadro “Pesca da Baleia na Baía de Guanabara” de Leandro Joaquim, século XVIII, Coleção do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em exposição online em <https://artsandculture.google.com/partner/museu-historico-nacional>.

**Figura V.2.6.** Lista das baleias que se pescaram no ano de 1801 em diferentes armações do Brasil, com distinção clara entre *Baleas* e *Gibartes*, AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 197, D. 14021.

**Figura V.2.7.** Distribuição de *Megaptera novaeangliae*. Fonte: IUCN (International Union for Conservation of Nature) 2012. *Megaptera novaeangliae*. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2019-3.

**Figura V.2.8.** Distribuição de *Eubalaena australis*. Fonte: IUCN (International Union for Conservation of Nature) 2013. *Eubalaena australis*. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2019-3.

**Figura V.3.1.** Número de baleias processadas entre 1765 e 1776, período correspondente ao primeiro contrato da Companhia da Pescaria das Baleias, de Inácio Quintela & c. Fonte: “Mapa

do q'. tem produzido as 12 pescas de Baléas abaixo declaradas", documento anexo a AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos).

## LISTA DE TABELAS

**Tabela I.** Referências a animais marinhos, incluindo aves e mamíferos, em Diários de Bordo e Roteiros dos séculos XV e XVI.

**Tabela II.** Quantidade, em número de pipas, de óleo de baleia (azeite de peixe) enviado das armações meridionais do Brasil para as Ilhas, Pernambuco e Bahia, entre 1765 e 1776. "Mapa do q' tem porduzido as 12 pescas de Baléas abaixo declaradas", anexo a AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos).

**Tabela III.** Quantidade de óleo de baleia (azeite de peixe) em pipas, barris, cascos e quartolas, enviado do Rio de Janeiro (RJ), Bahia (BA) e Santa Catarina (SC) para Pernambuco nos anos de 1796, 1797 e 1798. Com base em PROCESSO sobre o contrato do azeite de peixe e sua distribuição no comércio da capitania de Pernambuco, AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 212, D. 14440 (Acervo Pernambuco).

**Tabela IV.** Número de pipas resultantes do processamento de uma baleia adulta ou cria/juvenil, com base em fontes escritas dos séculos XVII, XVIII e primórdios do XIX.

**Tabela V.** Número de cachalotes capturados e quantidade de óleo e espermacete produzidos na segunda viagem do Contrato das Baleias no Brasil, entre fevereiro e abril de 1774, com a tripulação do navio *Leviathan*, ao largo do Rio de Janeiro, com base em AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 96, D. 8312.

**Tabela VI.** Características gerais das espécies baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*) e baleia-corcunda (*Megaptera novaengliae*). Fonte: FONTAINE, 2007.

**Tabela VII.** Número mínimo de baleias processadas nas armações da Bahia, entre 1663 e 1774.

## Anexo A

Manoel THOMAS, *Insulana*, Livro III, Amberes, Em Caza de Ioam Mevrsio Impressor, 1635, pp. 174-175.

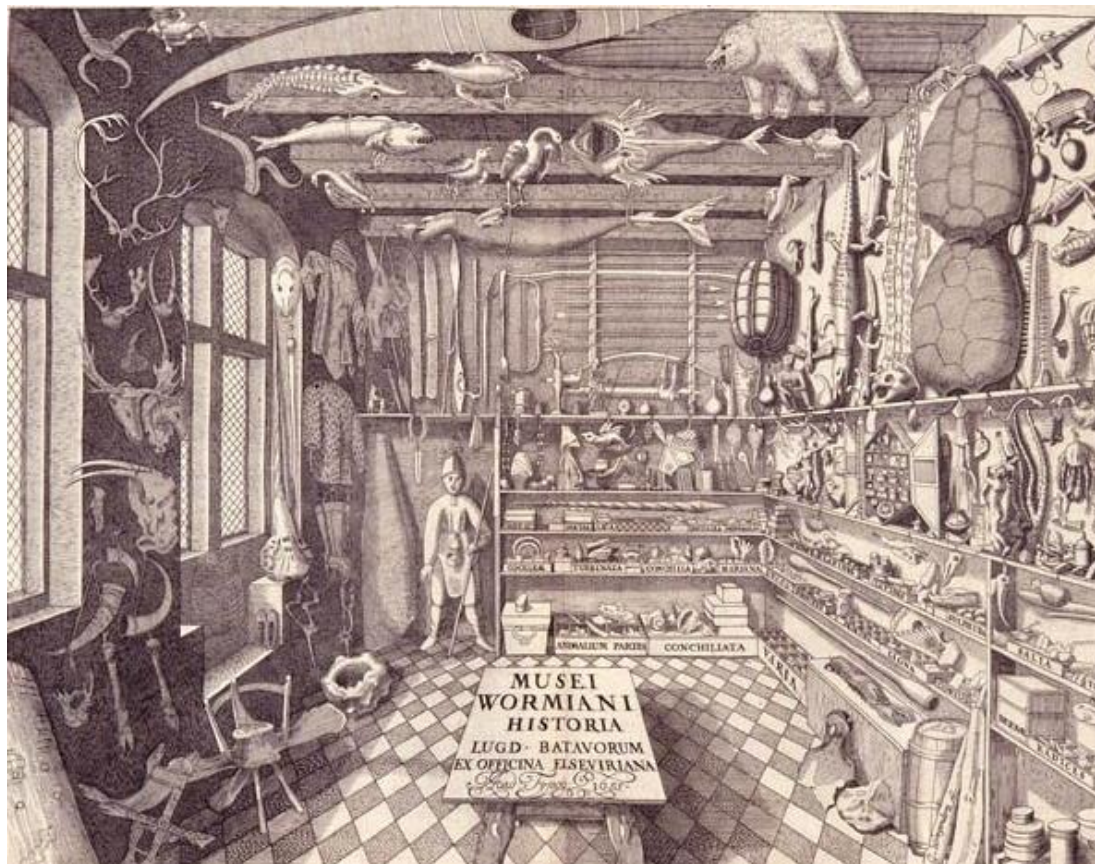
*“90. Dentro de seus penedos escondidos, / Que com as próas dos bateis entraraõ / Do gado de Proteo, Lobos dormidos / Quantidade na Camara encontraraõ; / Os mais de grave sono suspendidos, / Com as cabeças fóra d’agoa acharaõ, / Natural com que o sono melhor domaõ / Pois respirando, alento, & vida tomaõ. / 91. Dentro da grúttá opacca, outros acharaõ / Pellos duros feixinhos recostados, / De que aos Luzos algũs juguaraõ, / Vendose de repente saltéados; / Das patinhas que tem, se aproveitaraõ, / Os que faltos de acordo, & descuidados, / Naõ puderaõ na fuga achar guarida, / Para salvar no Már, nadando a vida. / 92. A Industria natural a arte, ou medo, / Que mil modos lhe dá, pera escaparse / Naõ lhes valéo, entre hum & outro penedo, / Pera do Luseo braço aquy livrarse, / Que cada qual, comessa alegre, & ledó, / Com pãos, & com espadas, a ensayárse, / Em as timidás phocas deshumanos, / Como outro tempo, em corpos Africanos. / 93. He da marinha Loba natureza / Parir em terra os filhos, que apartados / Se tornaõ logo ó Már, com tal presteza / Que bem mostraõ, no Már serem gerádos; / Porem tem do princípio esta viveza / De também buscar terra fatiguados, / Onde vaõ, a descanso conduzidos, / Como quando primeiro saõ nascidos. / 94. Destes, parte no Már, & parte em terra / Foraõ mortos muy grande quantidade, / Sendolhes o repouzo dura guerra / Que descanso lhes foy em outra idade, / Assim o engenho humano, as causas erra, / Tal véz, na fida guarda da verdade, / Segurança ostentando no futuro, / Sem ter em Terra, ou Már, lugar seguro. / 95. Em tanto o Zárgo Illustre, aquém tocava / O juizo do bem que pretendia, / Mil grandezas na Camara notava / E no çitio, mil glorias descobria; / A Camara de lobos lhe chamava, / Vendo que em singular genealogia, / Ally seu nome cobra preminência, / Diltada com larga descendência”.*



## Anexo B

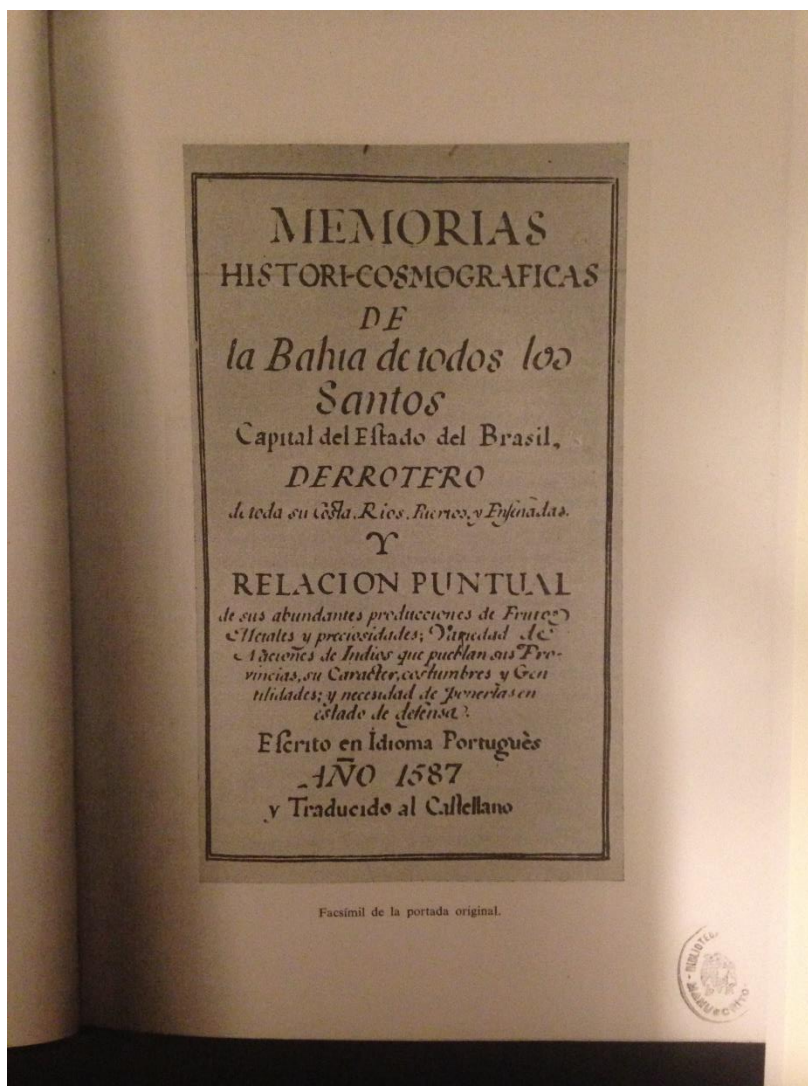


**Figura 1.** Fotografia de uma cena de baleação em Lamalera, Indonésia. Fonte: BBC a 14.06.2019.



**Figura 2.** Vértebra de baleia assente em cadeira no canto inferior esquerdo e presa de narval junto à segunda janela. Alguns instrumentos de pesca e/ou caça podem ainda ser observados na parede de fundo, como arpões, lanças e objetos de corte. "Musei Wormiani Historia", the frontispiece from the *Museum Wormianum* depicting Ole Worm's cabinet of curiosities.

Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Cabinet\\_of\\_curiosities#/media/File:Musei\\_Wormiani\\_Historia.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Cabinet_of_curiosities#/media/File:Musei_Wormiani_Historia.jpg) (consultado a 19.06.2019)



**Figura 3.** Frontispicio de Gabriel Soares de Sousa, *Memorias Histori-cosmograficas de la Bahia de todos los Santos...*, 1587.



## Anexo C



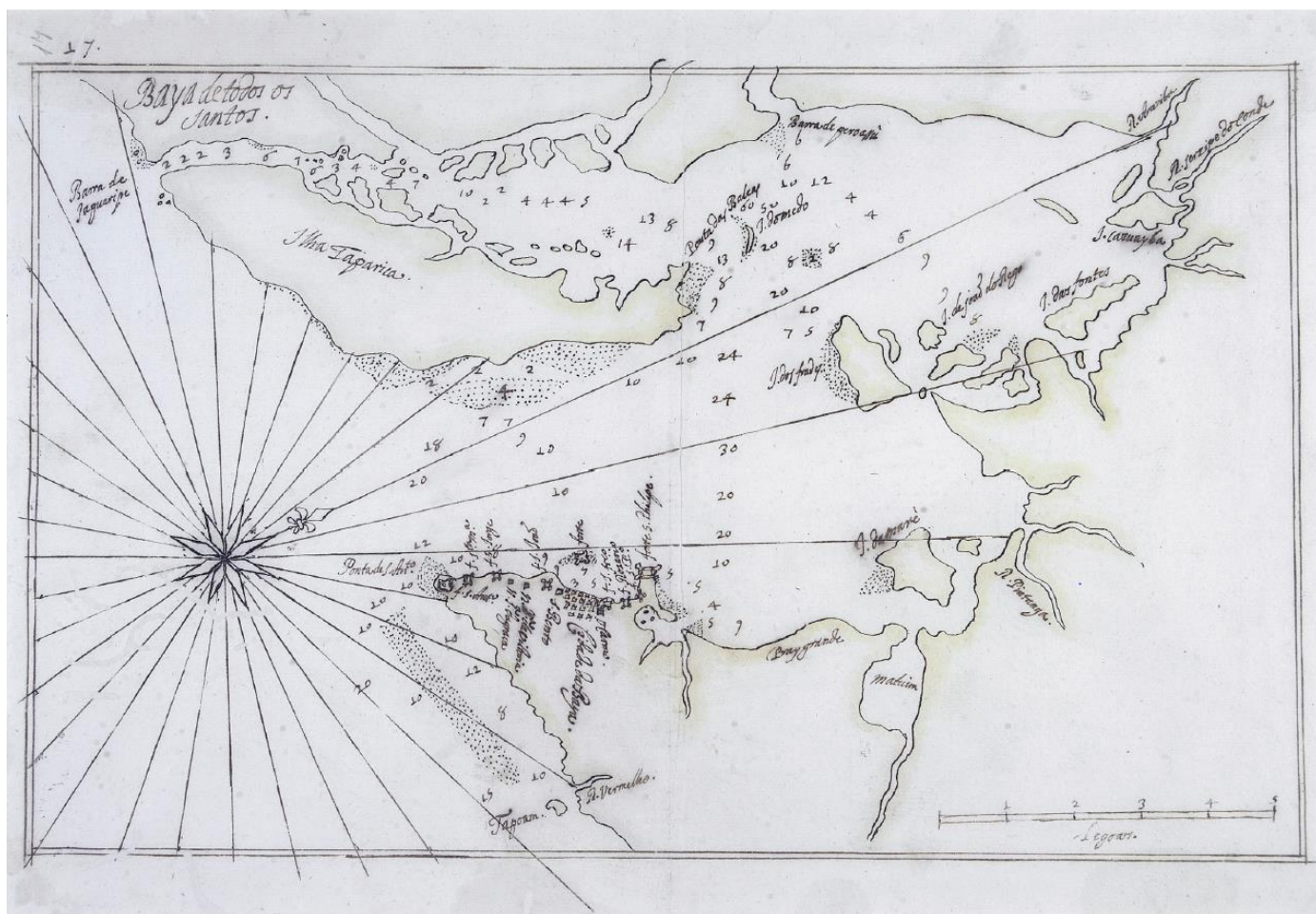
**Figura 1.** Mapa da Bahia de Todos os Santos, in *Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somente asi como o teve Dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612*, c. 1616. Disponível na Biblioteca Municipal do Porto ([http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos\\_BPMP/MS-126/MS-126.htm](http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126.htm) consultado a 17.09.2019).





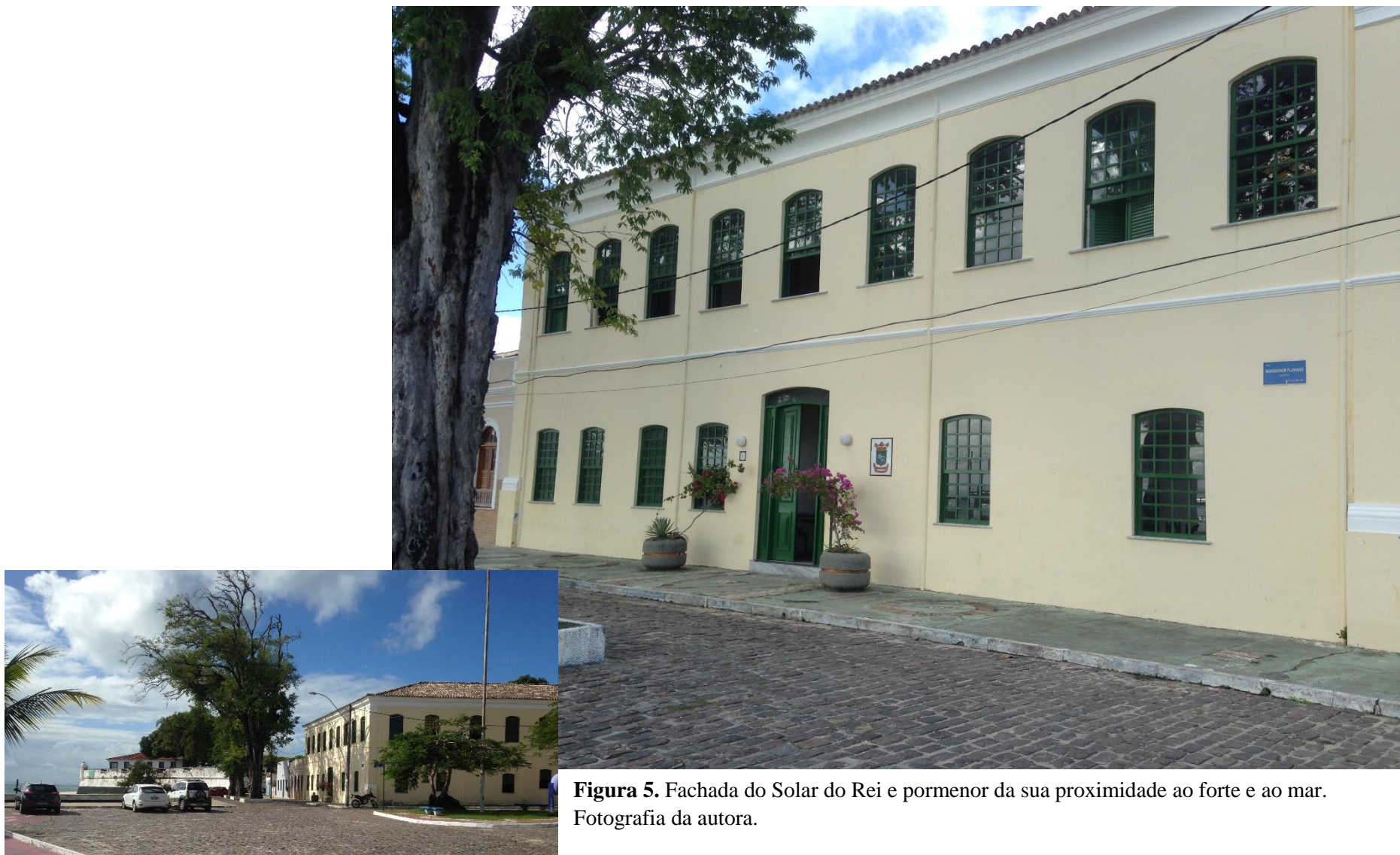


**Figura 3.** Desenho da Bahia de Todos os Santos, in Pedro Nunes TINOCO, *Mapas e Planos Feitos a Mão do Recife em Pernambuco, da Baía de Todos Os Santos, e da Costa da Bahia para Gãmam...*, 1631-1633. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/786/>, acedido a 23.03.2017.



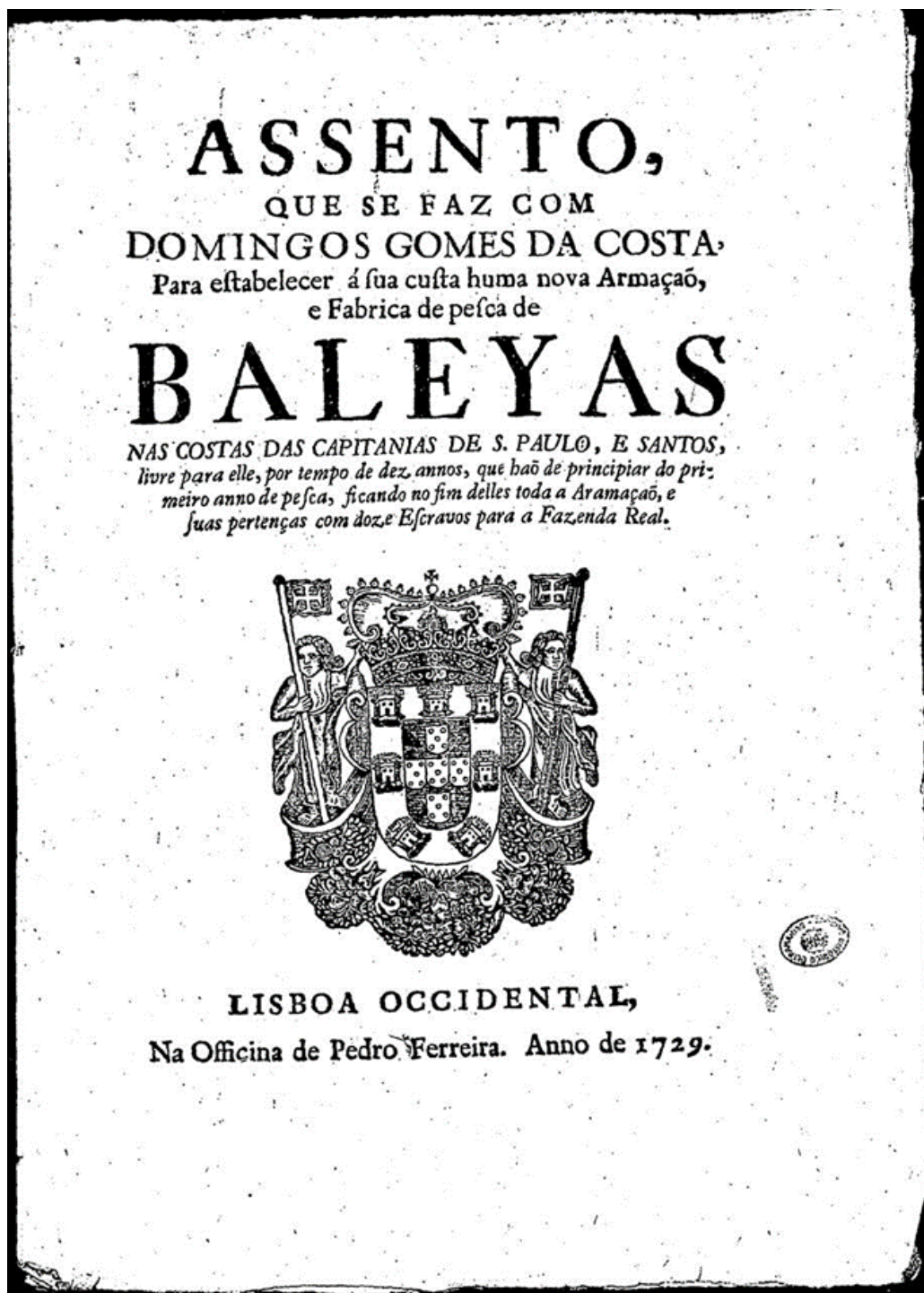
**Figura 4.** Mapa da Baía de Todos os Santos, in *Atlas da costa do Brasil*, post. 1646, folha 17. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota do exemplar digitalizado: ca-107-r. Disponível online em <http://purl.pt/23778>, consultado a 04.06.2017.





**Figura 5.** Fachada do Solar do Rei e pormenor da sua proximidade ao forte e ao mar.  
Fotografia da autora.

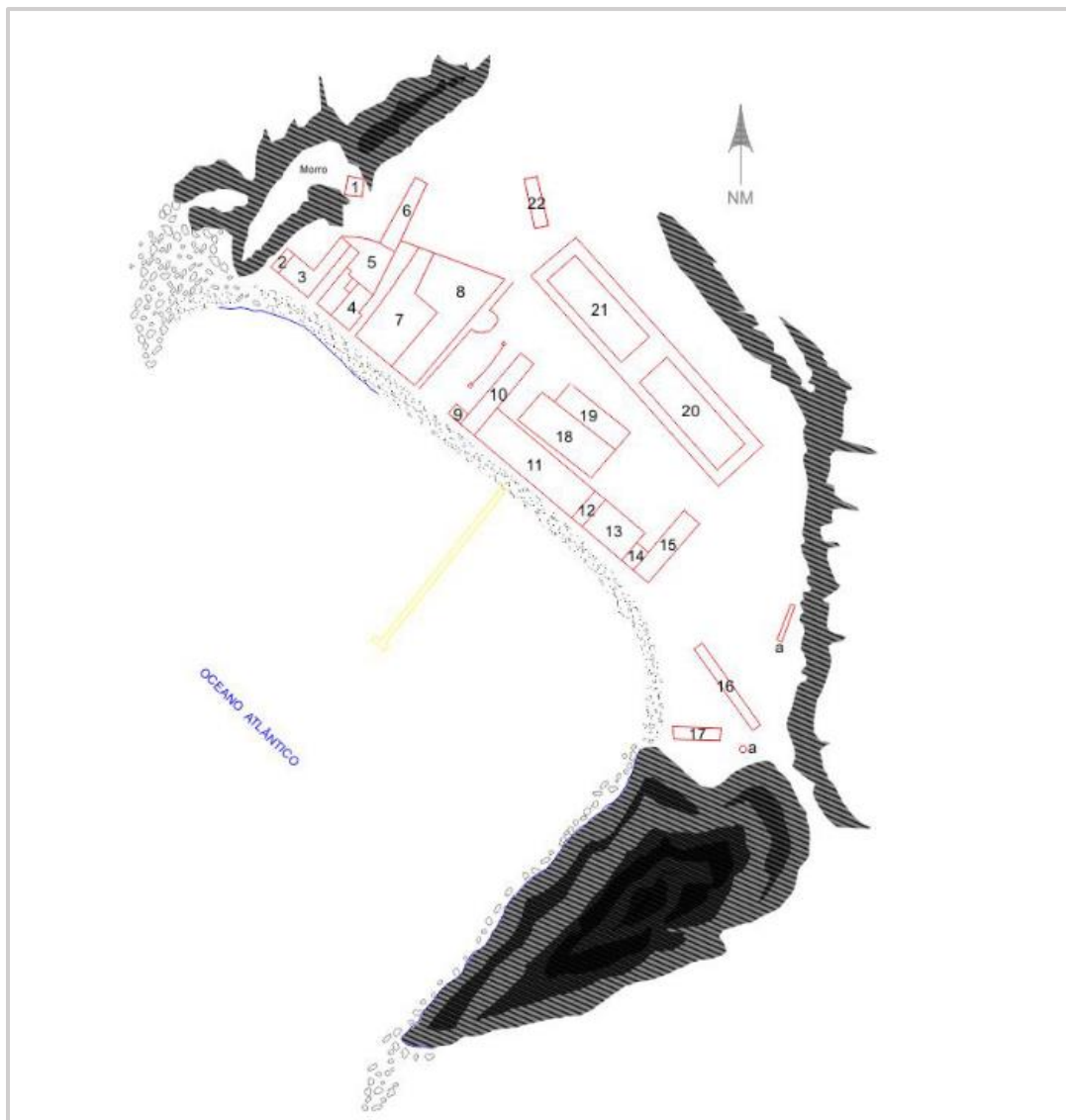




**Figura 6.** Primeira página do Assento, que se faz com Domingos Gomes da Costa, para estabelecer á sua custa uma nova armação, e Fabrica de pesca de baleyas..., 1729. Documento anexo ao PARECER do Conselho Ultramarino favorável ao requerimento de Domingos Gomes da Costa, solicitando a faculdade de transporte de azeites para as Ilhas, conforme as condições do Contrato da Pesca das Baleias e licença para enviar dois navios do Rio de Janeiro para as ilhas e que estes retornem com a frota. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 31, D. 3246 (30 de outubro de 1738).



**Figura 7.** Prancha 24 - Armação do Bom Abrigo - Engenho de Frigir, in Leandro Domingues DURAN, *Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo*, tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, 338 p.



**Figura 8.** Digitalização da planta do levantamento topográfico das edificações da Armação da Piedade pelo Intendente da Marinha José Mario Pinto (1829), in COMERLATO, pp. 486-487. Legenda: 1) casa do cirurgião, 2) Telheiro, 3) casa de ferragem e ferraria, 4) igreja, 5) hospital e botica, 6) casa dos feitores, 7) casa-grande e armazéns, 8) jardim e quintal, 9) sótão, 10) grande telheiro para construção, 11) casa de frigar, 12) grande sótão, 13) casa de depósito de lenha, 14) casa dos cabos, 15) casa dos panos, 16) e 17) companhas dos baleeiros, 18) casa dos tanques, 19) quartéis para tropa assoalhado, 20) senzala, 21) quartéis para tropa, 22) casa dos oficiais, a) fontes d'agua.



*Mapa doq. tem produzido as 12 pescas das Balias abaixo declaradas*

<i>Anos</i>	<i>Balias</i>	<i>Q. de baleas</i>	<i>Q. de cachalotes</i>	<i>Q. de espermacetes</i>	<i>Q. de baleas</i>	<i>Q. de cachalotes</i>	<i>Q. de espermacetes</i>	<i>Q. de baleas</i>	<i>Q. de cachalotes</i>	<i>Q. de espermacetes</i>	<i>Q. de baleas</i>	<i>Q. de cachalotes</i>	<i>Q. de espermacetes</i>
1765	535	1848	3425	229	1447	71				1836	8	2	28
1766	596	3022	4695	1726	1105	192				1938	4		
1767	520	1722	2975	1574	1110					2578	7	2	12
1768	619	3010	4730	1527	2672	66				2772	9	5	12
1769	442	2160	4224	1626	834					1432	3	1	5
1770	292	1108	3150	1666	2231		24	155	2546	12	1	12	
1771	410	1904	4510	1795	2643		135	856	700	11			22
1772	385	1620	4375	2425	1352	69	72	644	1442	10	1	16	
1773	1000	4462	2075	1661	2907	45		1129	1726	9			12
1774	219	1136	3120	1079	2138	96	72	2357	1372	9			15
1775	532	2511	6060	1843	1105		55	642	2603	11	2		
1776	401	1928	6171	3035	4162				2535	15			2
<hr/>													
	5668	26821	57500	21206	27501	540	359	6076	26703	120	3	26	

**Figura 9.** In MAPA da demonstração do que produziu a pesca dos cachalotes ou espermecetes desde 11 de Outubro de 1773 até 30 de Junho de 1777 e do que produziu a pesca das baleias de 1765 a 1776, citando os navios que transportaram tais gêneros do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: mapas. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 103, D. 8770 (Acervo Rio de Janeiro Avulsos) (post. 1777).



**SALVADOR, Frei Vicente do, *Historia do Brazil*. (1627), pp. 170-172**

“De como o Governador veio de Pernambuco pera a Bahia, e mandou o Zorobabe, que se tornava com os seus Potiguares pera Parahyba, desse de caminho nos negros de Guiné fugidos, que estavam nos palmares do rio Itapucurú, e de como se começarão as pescarias das balêas”

p. 170

*Era grande a falta que em todo o Estado do Brasil havia de graxa ou azeite de peixe, assim pera reboque dos barcos e navios, como pera se alumiar os engenhos, que trabalham toda a noite, e se houverão de alumiar-se com azeite doce, conforme o que se gasto, e os negros lhe são muito affeiçãoados, não bastara todo o azeite do mundo. Algum vinha do Cabo vender [sic], e de Biscaia por via de Vianna, mas era tam caro, e tam pouco, que muitas vezes era necessario usarem do azeite doce, misturando-lhe destoutro amargoso, e / fedorento, pera que os negros não lambessem os candeeiros, e era huma pena como a de Tantalos padecer esta falta, vendo andar as balêas, que são a mesma graxas, por toda esta Bahia, sem haver quem as pescasse, ao*

*que acudio Deus, que tudo rege, e provê, movendo a vontade a hum Pedro de Orecha, Biscainho, que quizesse vir fazer esta pescaria; este veio com o Governador Diogo Botelho do Reyno no anno de mil seiscentos e tres, trazendo duas náus a seu cargo de Biscainhos, com os quaes começou a pescar, e ensinados os Portuguezes, se tornou com ellas carregadas, sem da pescaria pagar direito algum, mas já hoje se paga, e se arrenda cada anno por parte de S. Magestade a huma só pessoa, por seiscentos mil réis pouco mais ou menos, pera lustro de Ministros: e porque o modo desta pescaria he pera ver mais que as justas todas e torneiros, a quero aqui descrever por extenso.*

*Em o mez de Junho entra nesta Bahia grande multidão de balêas, nella parem, e cada balêa pare hum só, tam grande como hum cavallo, em o fim de Agosto se tornão pera o mar largo, e em o dia de S. João Baptista começa a pescaria, dizendo primeiro huma missa em a Ermida de Nossa Senhora de Montserrate, na ponta de Tapuippe, a qual acabada o Padre revestido benze as lanchas, e todos os instrumentos, que nesta pescaria servem, e com isto se vão em busca das balêas, e a **primeira cousa que fazem é arpoar o filho**, a que chamam baleato, o qual anda sempre em cima da agoa brincando, dando saltos como golfinhos, e assim com facilidade o*

arpoão com hum arpéo de esgalhos posto em huma hastea, como de hum dardo, e em o ferindo e prendendo com os galhos puxão por elle com a corda do arpéo, e o amarrão, e atracão em huma das lanchas, que são três as que andão neste ministerio, e **logo da outra arpoão a mãe, que não se aparta do filho**, e como a balêa não tem ossos mais que no espinhaço, e o arpéo he pesado, e despedido de bom braço, entra-lhe até o meio da hastea, sentudindo-se ella ferida corre, e foge huma legoa, ás vez mais, por cima da agoa, e o arpoador lhe larga a corda, e a vai seguindo até que cance, e cheguem as duas lanchas, que chegadas se tornão todas tres a pôr em esquadrão, ficando a que traz o baleato no meio, o qual a mãe sentindo se vem pera elle, e neste tempo da outra lancha outro arpoador lhe despede com a mesma força o arpéo, e ella dá outra corrida como a primeira, da qual fica já tam cançada, que de todas as tres lanchas a lanceião com lanças de ferros agudos a modo de meias luas, e a ferem de maneira que dá muitos bramidos com a dor, e quando morre bota pelas ventas tanta quantidade de sangue pera o ar, que cobre o sol, e faz huma nuvem vermelha, com que fica o mar vermelho, e este he o signal que acabou, e morreo, logo com muita presteza se lanção ao mar cinco homens com cordas de linho grossas, e lhe apertão os

queixos e a bocca, porque não lhe entre agoa, e a atracão, e amarrão a huma lancha, e todas tres vão vogando em fileira até a ilha de Taparica, que está tres legoas fronteira a esta Cidade, onde a mettem em o porto chamado da Cruz, e a espotejão, e fazem azeite. /

Gasta-se de soldadas com a gente que anda neste ministério, os dous mezes que dura a pescaria, oito mil cruzados, porque a cada arpoador se dá quinhentos cruzados, e a menor soldada que se paga aos outros he de trinta mil rési, fora comer, e beber de toda a gente; porém tambem he muito o proveito, que se tira, porque de ordinario se matão **trinta ou quarenta balêas, e cada huma dá vinte pipas de azeite pouco mais ou menos**, conforme he a sua grandeza, e se vende cada huma das pipas a dezoito ou vinte mil réis, além do proveito que se tira da carne magra da balêa, a qual fazem em cobros, e tassalhos, e a salgão e põem a secar ao sol, e seca a mettem em pipas, e vendem cada huma por doze ou quinze cruzados, e nisto se não occupa a gente do azeite, que são de ordinario sessenta homens entre brancos e negros, os quaes lhe são mais affeiçãoados que a nenhum outro peixe, e dizem que os purga, e faz sarar de boubas, e de outras enfermidades, e frialdades, e os senhores, quando elles vêm feridos das brigas, que

*fazem em suas bebedices, com este azeite quente os curão, e serão melhor que com balsamos.*

*Mas com se haver morto tanta multidão de balêas, em nenhuma se achou ambar, que dizem ser o seu mantimento, nem era do mesmo talho, e especie, outra que sahio morta ha poucos annos nesta Bahia, em cujo bucho e tripas se acharão doze arrobas de ambar gris finissimo, fóra outro que tinha vomitado na praia.*



**FREYRE, Francisco de Britto, *Relação da viagem que fez ao Estado do Brazil a Armada da Cõpanhia, anno 1655, Lisboa, Na Officina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa, 1657, 323 p.***  
pp. 108-119

*Em quãto vai navegando digna he de saberse a pescaria / das Baleas nos portos do Brazil, ~q como vi matar hũa jũto da Capitania, sustanciando brevemente o mais notavel, sem parecer largo à occupação Real, divertirei o genio curioso de V. Magestade.*

*Surgindo as Baleas em cima da agoa, as descobrem, & se lhes chegão três lanchas, que as pescão. / Quando tornão a fundear, remando sem ruido, se poẽ sobre ellas; & quãdo tornão a apparecer, as ferem com os harpoẽs, largando hum cabo comprido a que os trazem atados. E assi como vai enfraquecendo a Baléa, se vay cobrando o cabo, sangrandoa cõ hũas lanças cõpridas ~q lhe atravessaõ dentro ao vão: / porque fõra do espinhaço, tudo mais he hũ monte de peixe, & de toncinho, tam brando, ~q se deixa penetrar facilmete. De modo, que os harpoẽs a cansão, & as lanças a matão. Parecianos que acabasse de morrer a maior das feras que cria a terra, & o mar com os estrondos da outra que tragava Olimpia, como / fabuliza Ariosto. Mas sò aberta a mõstruosa boca, deu alguns roncos, hora sumergindose*

*debaixo do mar, hora aboyandose sobre a agoa; onde sustentandose depois de morta, atracada às lãchas, a varão em terra.*

*Havẽdo primeiro harpoandolhe o filho, se vio a mãy jũto delle receber as feridas, / por não desẽparalo; antes cõ temor de ofẽdello, dizião morrèra taõ quieta, os homẽs exercitados naquella pescaria. Porque destes peixes contavão elles, tomarem os machos, ou as femeas, que não erão paridas, com perigo, & cõ trabalho, pellos arrácos cõ ~q levão tras si furiosissimamente o barco dõde fica amarrado o cabo / do harpão. Largamno muitas vezes para salvarse; & outras se perdem, espedaçados os homens, & as lanchas, se não fogem com destreza ao encontro das azas. Chamão azas, a duas parpatanas disformes, que servẽ como de remos porporcionados à maquina de todo aquelle corpo.*

*Encalhado na praya / lhe despem o toucinho; & o mais grosso tem quatro palmos de alto. Depois cortão o peixe, de ~q he hua asqueroza grandeza cada posta. Não serve menos a monstrosidade deste animal de spectaculo extraordinario à vista, que de lucro grande ao interesse, por~q passando de cento as q matão cada anno, / antes a falta de bastimento, & ja agora o uso, tem feito no Brazil comida ordinaria o peixe de Balea. Hũas por outras, renderà cada qual mil*

*cruzados; & o avanço maior se tira do toucinho. Fregemno, & derrete-se nas caldeiras, que ardem todo o dia, & noite em hũa casa muito parecida à representação / do inferno, pello fumo, fogo, mao cheiro, & negros nùs, que manchadas as carnes com hum lavor sem ordẽ de certo barro, para despegarem a grossura, em beneficio daquelle trabalho, cruzando a todas as partes com ganchos de ferro, & instrumentos differentes, fazem propria figura / de ministros de Satanas, ou de almas danadas. Distillada a sustância do toucinho, se conserva liquida, & dà trinta até quarenta pipas cada Baléa; ou mais, ou menos, segundo a grandeza que tem. Este he o azeite ordinario, que servindo ao uso de outras cousas, alumia todo o Brazil: não sem misterio particular / daquella eterna Providencia, que para conservação da natureza humana, assiste hũas cousas, à necessidade de outras, provêdo a America, na falta dos frutos de que abundou a Europa, cõ farinha de pão, vinho de mel, & azeite de peixe”.*

## **TOLLENARE (1816-1818)**

*As chalupas têm cerca de 36 pés de comprimento, são muito esguias e têm a popa construída igual à proa, afim de poderem mais facilmente manobrar em todos os sentidos.*

*Trazem um mastro com uma vela a 2/3 de verga.*

*A tripulação consiste de dez homens, oito dos quais remadores, um patrão e um arpoador.*

*A armação compõe-se de várias chalupas, pois é preciso cercar a baleia que, evitando uma, vai sair ao alcance da outra.*

*Esta a persegue à vela até poder feri-la.*

*O arpoador está colocado de pé na proa, tendo ao lado diversos ferros de prontidão; leva um deles em riste e lança-o com vigor à distância de 15 a 18 braças.*

*Não se pode julgar da força deste movimento, senão considerando que para ferir os músculos do animal é preciso atravessar uma camada de toucinho de 12 polegadas de espessura.*

*Logo que a baleia é ferida colhe-se a vela.*

*O arco desprende-se da haste e fica preso à chalupa por uma corda, que se deixa correr até à distância de umas 20 braças; cada um dos movimentos do animal ferido e furioso arrasta a chalupa, e, visto a*

*irregularidade destes movimentos, urge uma grande destreza para evitar que se soçobre.*

*O arpoador, sempre de pé na proa, indica ao patrão todos estes movimentos e este governa de acordo; a luta perigosa entre o poderoso monstro e a frágil embarcação dura de 30 minutos até 3 e 4 horas, e apresenta um espetáculo aterrador.*

*O arpoador repete os seus golpes, a baleia avermelha as águas com o seu sangue, dá pancadas com a sua formidável cauda, arrasta a chalupa até duas e três léguas mar em fora, e morre sem ter podido desembaraçar-se dos terríveis ferros que a prendem.*

*Assim que morre o animal uma bandeira dá o sinal aos interessados que estão na praia; prendem um forte cabo à baleia, arrastam-na a reboque depois de ter içado a vela, e vão encalhá-la na bacia do estabelecimento em meio das aclamações da vizinhança.*

*A baleia que vi pescar foi reputada pequena e como tendo apenas um ano de idade.*

*Tinha um pouco mais de quarenta pés de comprimento; as suas enormes mandíbulas também mais de oito.*

*Infelizmente a maré enchia, e, conquanto a houvessem içado para terra com dois cabrestantes, não conseguiram pô-la inteiramente em*

*seco, o que me impediu de bem examiná-la toda. Tinha levado três arpoadas; um dos ferros curvou-se de encontro a uma costela; levou quase duas horas a morrer. Apanhei no seu corpo alguns destes moluscos chamados “piolho de baleia”.*

*O corte principal é bastante rápido. Um negro armado de uma faca encabada numa haste de 3 a 4 pés faz um talho longitudinal da cabeça à cauda; e depois outros transversais no sentido das costelas; levanta pedaços de toucinho de 200 a 300 libras, que outros negros retiram com croques- Todas as partes graxas pertencem ao senhor; a musculosa ou a carne é a recompensa dos negros da chalupa, que acham logo compradores para ela, pois a gente pobre não desdenha como alimento. É pouco atraente.*

*Não pude assistir ao corte até ao fim porque a maré subia; parece que o levam até o desossamento, porque vi carcaças de baleias anteriormente pescadas, completamente desconjuntadas sobre a praia.*

*Os habitantes fazem assentos das vértebras e cercas com as costelas. O ferro do arpão produz um ferimento de umas cinco polegadas e pesa quase duas libras; é preso à madeira da haste por meio de um simples alvado.*

*A preparação do azeite é muito rudimentar; corta-se a gordura em pedaços de cerca de duas libras e coloca-nos em caldeiras de ferro; a ação do fogo as faz fundir em menos de uma hora. O estabelecimento que visitei tinha 24 caldeiras da capacidade de dez tonéis; nele pode-se fundir uma baleia em menos de 24 horas. A construção das fornalhas não é muito engenhosa; cada caldeira tem a sua fornalha e um conduto comum serve a todas para o escapamento da fumaça. Não sabem preparar aqui, nem o espermacete nem as barbas.*

*Demasiado ocupado com a captura desta baleia o chefe do estabelecimento não pode responder com regularidade as perguntas que lhe fiz. As informações que me deu sobre o conjunto das operações da pesca e sobre os seus detalhes, são tão vagas e incoerentes que me dispensei de consigná-las, aqui. Procurarei ulteriormente outras mais exatas e fidedignas.*

*No dia em que vi esta pesca haviam arpado sete baleias na Bahia, e na véspera quatro. Foram dias muito felizes, porque, mesmo durante a estação própria, passam-se semanas sem pescar uma só.*

*Há oito dias que três chalupas foram a pique, afogando-se os trinta homens que as tripulavam.”*

**SAINT-HILAIRE, Auguste, Viagem á Provincia de Santa Catharina, Brasiliana, Bibliotheca Pedagogica Brasileira, série 5ª, vol. 58. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936 (1820).**

pp. 130-138

*No fundo da enseada, situadas a menor distancia do morro da Vigia que do morro do Cambri, vêem-se, á borda do mar, junto de um outeiro, as vastas construcções da armação de Itapocoroia.*

*Ao chegar a esse estabelecimento fui muito bem recebido pelo seu administrador, que já estava prevenido de minha visita. Elle tinha sido capitão da marinha mercante e era um velho jovial, cortez e de conversação interessante.*

*Foi na provincia da Bahia que os portuguezes pela primeira vez estabeleceram armações, termo que se póde traduzir por pêcheries e se dá aos estabelecimentos de onde partem os barcos que vão á pesca e para onde conduzem em seguida as baleias, afim de ser extrahido o azeite.*

*Já se achavam em actividades as armações da Bahia quando fundara outras tres na provincia do Rio de Janeiro, e logo depois as de S. Paulo e Santa Catharina. A principio, a pesca era livre; depois,*

*passou para o dominio exclusivo do governo que a confiava a arrendatarios. Os que della se encarregaram em 1765, arrendaram-na pelo prazo de doze annos, mediante o pagamento annual de 80.000 cruzados, ou 20.000 francos, e durante / esse periodo tiveram o lucro de 4.000.000 de cruzados, ou 1.000.000 de francos (13). Por esse tempo a pesca era tão abundante que só numa dessas armações apanharam 523 baleias; mas, a fortuna não lhes sorria por muito tempo. O governo acabou não encontrando novos arrendatarios e, em 1801, renunciou o monopolio.*

*Quando de minha viagem, só na provincia de Santa Catharina existiam seis armações, a saber, começando do norte: - a da ilha da Grala, na entrada septentrional do Rio de S. Francisco, que era a mais recente, datando de 1807; a de Itapocoroia, estabelecida em 1777 ou 1778; a Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade, á barra do norte da ilha de Santa Catharina, no continente, a primeira que se fundou na provincia, datando de 1746 (15); a da Lagoinha, fundada em 1772; a de Garopaba, em 1795, e a de Embituba, em 1796. / A pesca começava no mez de junho e terminava em meados de agosto. Nessa quadra do anno, as baleias, provavelmente acoissadas dos mares do Sul pelos rigores do inverno, vinham*

*procriar na costa do Brasil. Como esses animaes só têm um filho de cada vez, o seu numero, quando ali estive, já se achava em sensivel decrescimento. Nos primeiros annos do estabelecimento das armações, isto é, por volta de 1748 a 1750, só pela Armação Grande foram apanhadas cerca de 500 baleias e desde 1777, anno em que foi construida a armação de Itapocoroia, tinham sido pescadas, nas suas proximidades, cerca de 300; mas, em 1819, todas as armações reunidas haviam conseguido apanhar apenas 59. Notara-se que a pesca era mais abundante nos annos em que predominava o vento sul. De cada baleia retiravam-se 12 a 20 pipas de azeite, ou a medida de 15 pipas (17).*

*Uma parte das construcções da armação de Itapocoroia ficava situada á beira-mar. A casa do administrador chamada Casa Grande, a capella, a / residencia do capellão e o alojamento dos empregados haviam sido edificados em terreno mais elevado e revestido de grama, junto de um morro.*

*Da casa do administrador descortinava-se um magnifico panorama. Dali não se via a entrada da enseada; a praia da Piçarra parecia fechada. Dir-se-ia estar-se á margem de um grande tanque semicircular cercado de montanhas e florestas. Afastados do litoral*

*elevavam-se outros morros, dentre os quaes se distinguia o do Bahú, cuja summidade, ponteaguda e inclinada, servia de ponto de referencia aos navegantes.*

*A primeira das construcções acima alludidas, e que ficava situada á beira-mar, destinava-se ao alojamento dos homens empregados na pesca. Nas occasiões propicias elles ali se installavam com suas mulheres, encontrando um agradável refrigerante nas laranjas que havia em abundancia nos arredores do estabelecimento.*

*A esse edificio seguia-se outro com noventa e um passos de comprimentos, denominado engenho de frigar, onde se fabricava o azeite. Existiam ali nove caldeiras com as respectivas fornalhas. Antes, o seu numero era maior; mas, ao tempo de minha viagem, bastavam aquellas para a pesca que então se fazia. As caldeiras, em forma de calota hemispherica, mediam cerca de 15 1/2 pés / ingleses (6 m.09) de circumferencia. Por traz do engenho de frigar encontrava-se outra edificação do mesmo comprimento, dividida, na altura de 16 palmos (3 m.52), em sete reservatorios para onde se escoava, por meio de calhas, o azeite retirado das caldeiras. Esses reservatorios eram solidamente construidos de tijolos e media cada um cerca de*

*treze passos de comprimento, calculando-se que o conteúdo de um palmo (0 m.22) de altura de azeite equivalia a 10 pipas.*

*Ao lado do engenho de frigar ficava na praia um espaço correspondente á Casa Grande e á capella, construidas, como dissemos, em plano mais elevado. Além desse espaço achavam-se, fazendo frente para um pateo quadrado, os armazens e os alojamentos dos negros.*

*As lanchas empregadas na pesca, pontudas nas duas extremidades, em fôrma de lançadeira, - eram velozes e tinham seis bancos para os remadores. Da armação de Itapocoroia sahiam para a pesca, todos os annos, seis dessas embarcações, cada qual acompanhada de outra a que chamavam lancha de socorro, afim de, quando necessario, auxiliar a primeira. No momento da partida, o capellão vinha á praia abençoar as embarcações e davam-se propinas aos que as tripulavam. Quando avistavam o /jacto d'agua que a baleia lança ao respirar, aproximavam-se della, sem o menor ruido, e arremessavam-lhe o arpão. O cetaceo mergulhava; em seguida, puxavam-no pouco a pouco, traspassavam-no a golpes de lança e a lancha de socorro rebocava-o para a armação, onde o collocavam entre dois estrados, sobre os trapiches solidamente construidos defronte do*

*estabelecimento. Ali, viravam-no de costas e extrahiam-lhe o toucinho em tiras que eram levadas para o engenho de frigar e onde, reduzidas a pedaços menores, eram postas a derreter nas caldeiras. Após sobrenadar por algum tempo, esses fragmentos precipitavam-se no fundo da caldeira, e, desprendida a gordura, retiravam-n'os dali e passavam-n'os pela prenda, sendo os residuos, ou torresmos, queimados nas fomalhas. O azeite era posto em pipas e remettido para o Rio de Janeiro. As barbas eram lançadas num tanque circular e, depois de permancerem algum tempo n'agua, extrahiam-se-lhes as laminas que as constituíam. /*

*No fabrico do azeite empregavam-se escravos; na pesca, porém, occupavam-se homens livres, por inspirarem mais confiança. Estes eram pagos na proporção do numero de baleias apanhadas, recebendo as guarnições de todas as embarcações, embora fosse morto apenas um cetaceo, a mesma soma que recebiam os da lancha que arpoara. Assim, de cada baleia, tocava aos arpoadores 3\$000; aos patrões dos barcos de pesca, 1\$000; aos das lanchas de socorro, \$800, e aos remadores, na mesma proporção.*

*Os homens que trabalhavam nesse mistér eram geralmente lavradores pobres; elles, em vez de, terminada a pesca, voltarem a*

*cultivar suas terras, economizando o dinheiro ganho, entregavam-se á indolencia e passavam o tempo a beber cachaça, a cantar e a tocar viola, até gastarem o ultimo vintem.*

*Descrevi minuciosamente a armação de Itapocoroia, tal como era em 1820, e demonstrei tambem quanto diminuira a producção da pesca no periodo de 1777 a 1819. Desde então, era facil prevêr que esse estabelecimento e os demais do mesmo genero não poderiam subsistir por muito tempo. Assim mesmo, parece que ainda puderam manter-se por / alguns annos após minha viagem; actualmente, porém, da armação de Itapocoroia só restam vestigios. Como a pesca foi diminuindo gradativamente, não deveria ter causado surpresa nem abalos a suppressão total das armações, sendo de acreditar que, quando isso se deu, os habitantes de Itapocoroia pouco teriam soffrido. Aliás, o dinheiro por elles ganho não ficava no lugar; terminada a pesca, repousavam, descuidando-se de suas terras. Agora, porém, são forçados a trabalhar na lavoura. Desse ponto de vista, o que ocorreu não foi uma infelicidade. Confirma o que acabo de dizer relativamente á pouca influencia que teria tido em Itapocoroia a diminuição da pesca e consequente suppressão da armação, - o facto de, em 1829, ter-se julgado esse lugar bastante*

*povoado para eleval-o á categoria de freguezia, com limites, / ao norte, pelo Itapicú, e, ao sul, pelo rio Gravatá (...).*



**BEAUCHAMP, Alphonse de, *Historia do Brazil*. Desde 1807 até ao presente: Originalmente composta em Portuguez para servir de continuação á que se publicou vertida do Francez. Offerecida a S.A.R. O Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, Principe de Portugal, Tomo VIII, Na Impressão de J.B.Morando, Lisboa, 1820, 330 p.**

pp. 184-187

*“Quanto ao commercio interno, e em que pouca parte podião ter os estrangeiros, estendendo-se este quando muito, aos moradores de Portugal, havia o das baleas, peixe do maior volume, que se conhece em animaes aquaticos, e de que se tira hum azeite, o qual apezar do seu máo cheiro, e luz mais escassa, que a do extrahido da azeitona, coco, e carrapato, comtudo supre por estes quanto á utilidade de allumiar. Ellas se pescão nas costas do sul, principiando pela Bahia. Antes de descrevermos o modo de reduzillas ao dito azeite falemos de outros peixes, que salgados, e / seccos ao sol servem para se comerem em dias de abstinencia de carne, principalmente em terras distantes de beiramar, como sertões, e campos mais remotos, e entranhados. Taes são a carapeba, o peixe gallo, a tainha, a curimán, a garoupa, e o camorim, que em outra parte apontámos.*

*Depois de beneficiados, como se disse, são conduzidos em cavallos, para os lugares, que por falta de peixe fresco tem delles necessidade; onde se vendem pelas portas, feiras, ou nas tendas.*

*Tornemos agora ás baleas. O systema, e exercícios, que se praticão para apanhallas, e depois convertellas em azeite, são os seguintes. Para ellas se colherem, e trazerem a terra vão os homens em embarcações pequenas, que assim que as avistão a geito lanção-lhes huns arpéos, ou fateixas prezas a huma forte, e comprida linha, ou corda, que estando em braçadas, ou novelos, elles desenvolvem, e estendem logo, / quanto o exige o rápido movimento das baleas atormentadas da ferida, e dôr; correndo tambem atraz dellas nas embarcações, se lhes he preciso, atéque ellas de sangradas, e enfraquecidas, e ás vezes já mortas, são puxadas á praia, ou como naturalmente, e sem muito custo vem ter a esta. Depois são conduzidas para as casas, em que se lhes faz o laboratório do azeite, que não ficão muito distantes da mesma praia.*

*He incrivel o perigo de naufragarem, em que estes pescadores se põem, quando nas suas pequenas, e balanceadoras embarcações correm algumas vezes precipitadamente atraz daquelle monstro marinho. Mas o costume, e o bom successo, com que de ordinario*

*contão, os faz perder o medo. Accrescentaremos sobre a conducção antes da conversão em azeite, que na povoação chamada Armação não excessivamente distante da Ilha, e Villa de Santha Catharina, e em outras terras do sul.*

*Levantão-se pavimentos fixos sobre / grossos, e profundos pillares, que chegam até a agua, onde se lança por meio de cabrestantes, e guindastes o monstruoso peixe. Dahi he cortado em postas, e levado por pretos (que neste laboratório montão a hum número muito maior, que no dos engenhos de assucar) á casa denominada de ferver, que, como dissemos, fica perto, e onde se achão grandes tanques, e muitas caldeiras. Então ferve-se o peixe até dar o azeite, que se pretende; que depois he acarretado, e embarcado para varias partes do Brazil, assim como tambem de Portugal.*

*Ha annos a esta parte, que a pesca das baleas já não he tão abundante, como era antigamente; rendendo consequentemente menos ao estado, e aos particulares, que arrendão este fabrico, e occupação, hum ramo de commercio, que fôra tão vantajoso. (a) /*

*(a) O que referimos sobre a pesca das baleas foi-nos affirmado por pessoas, que disseram terem-no, ou presenciado, ou indagado: e o*

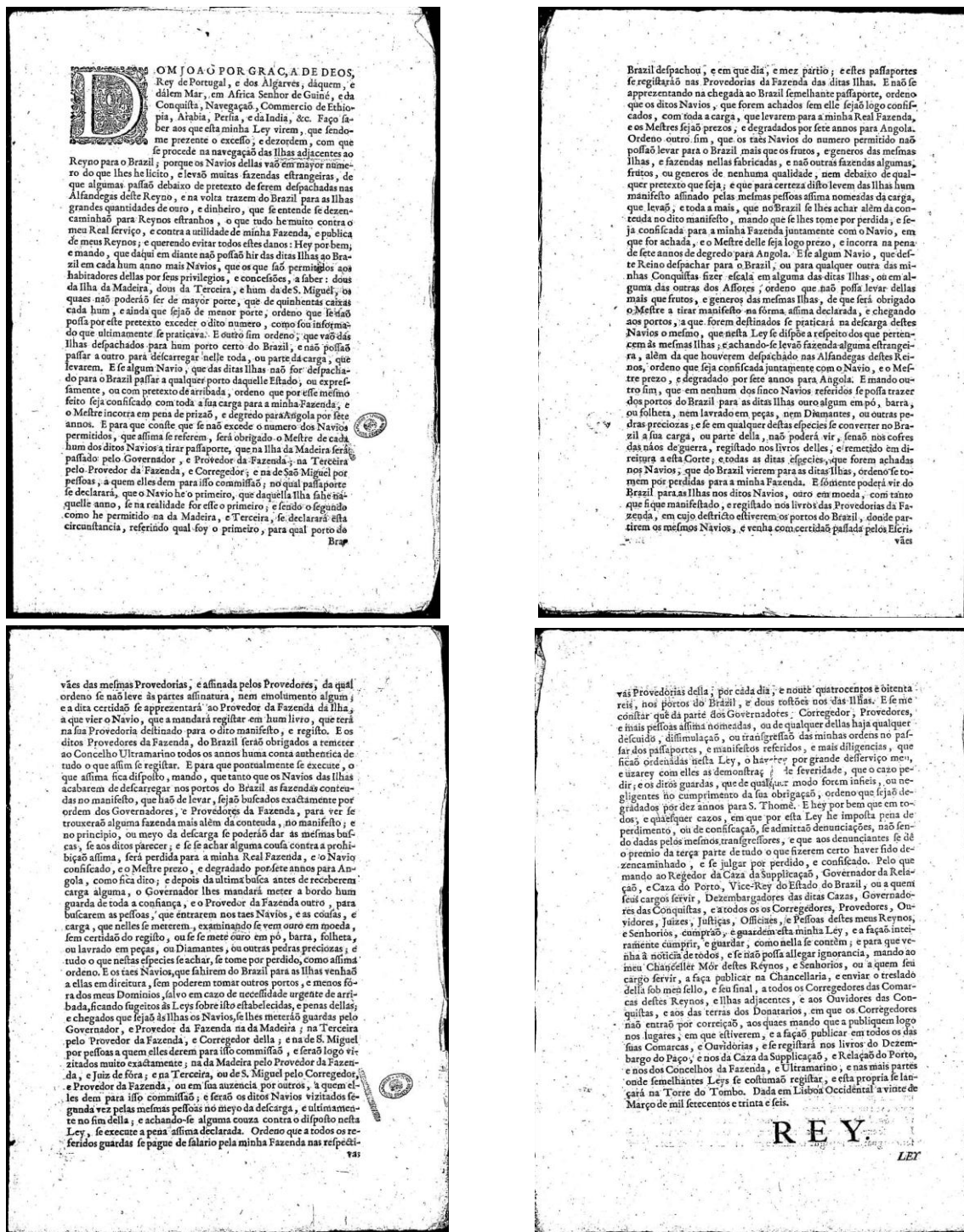
*que contámos relativamente á factura do azeite, não só nos consta por este fundamento, mas pelo asseverarem escriptores, que viajando por aquellas terras tiveram tempo, e curiosidade de o observarem. O Inglês Mawe em huma relação de viagens feitas por elle pelo Brazil, que deo á luz, louva muito a magnificencia das officinais, e instrumentos relativos a se extrahir este azeite, que elle vio na dita povoação da Armação, tendo partido de Santa Catharina a observar as suas vizinhanças. Pouca he a differença de fabricas semelhantes na Bahia, e em outras terras daquela costa do sul, onde tambem as ha”.*

## Anexo D

**CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre carta do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Antônio Lopes de Ulhôa, acerca da informação que se lhe pediu relativa à quita que pretende o contratador das baleias da Bahia, capitão Diogo de Velasco, irmão de Inácio de Velasco. AHU\_CU\_005-02, Cx. 23, D. 2714 (30 de abril de 1676) (Bahia Luísa da Fonseca)**

*“Capitão Diogo de Vellasco, Irmão de Ignacio de Vellasco, que foi Contratador das Balleas três anos que começaram por São João de 672 e haviam de acabar por São João de 675, por preço de quarenta e dois mil cruzados, em que pedia se lhe quitasse as duas partes do rendimento, que ele Procurador mor informasse com seu parecer, e enviasse a cópia do Contrato (...) e do instrumento (?) de testemunhas que perguntou sobre a perda que tiveram nos dois anos, que foi muito considerável, pelo que dela constava; porque no primeiro pescaram somente **cinco** peixes muito pequenos, e perderam o custo do fornecimento, com que se fabricam para a pescaria, que se estimava em mais de oito mil cruzados, além da renda do ano, que importava catorze mil cruzados: e só tiveram para desconto desta perda, o rendimento daqueles cinco peixes, que tendera mil e quinhentos cruzados as (ou?) mais. E que no segundo ano mataram **vinte e duas** Balleas, que renderiam onze mil cruzados, com que também tiveram grande perda, a respeito do fornecimento, e isto era certo, e sabido, e se colhia dois ditos das testemunhas. E que o que podia informar a V. A. em razão dos exemplos, que sobre a quita podia haver: era que se não achava nenhum de quita, que se houvesse feito até agora a Contratador das Balleas, porque também não houvera exemplo em que faltasse Balleas mais que um, sendo Contratador Domingos Pereira, nos anos de 662, até 666, o qual, pela grande perda que teve, também pretendia alcançar quita de V. A. que até agora se lhe não tinha concedido (...) E quanto ao parecer que V. A. era servido mandar-lhe que ele desse sobre este particular: que das condições do Contrato se via claramente, que se não esperava a falta das Balleas, por ser cousa costumada entrarem na Bahia nos tempos do sul, ??? faltou naqueles anos, em que cursaram ventos contrários, que as lançavam fora da baía onde pescam, e assim senão preveniu este caso fortuito; (...)*

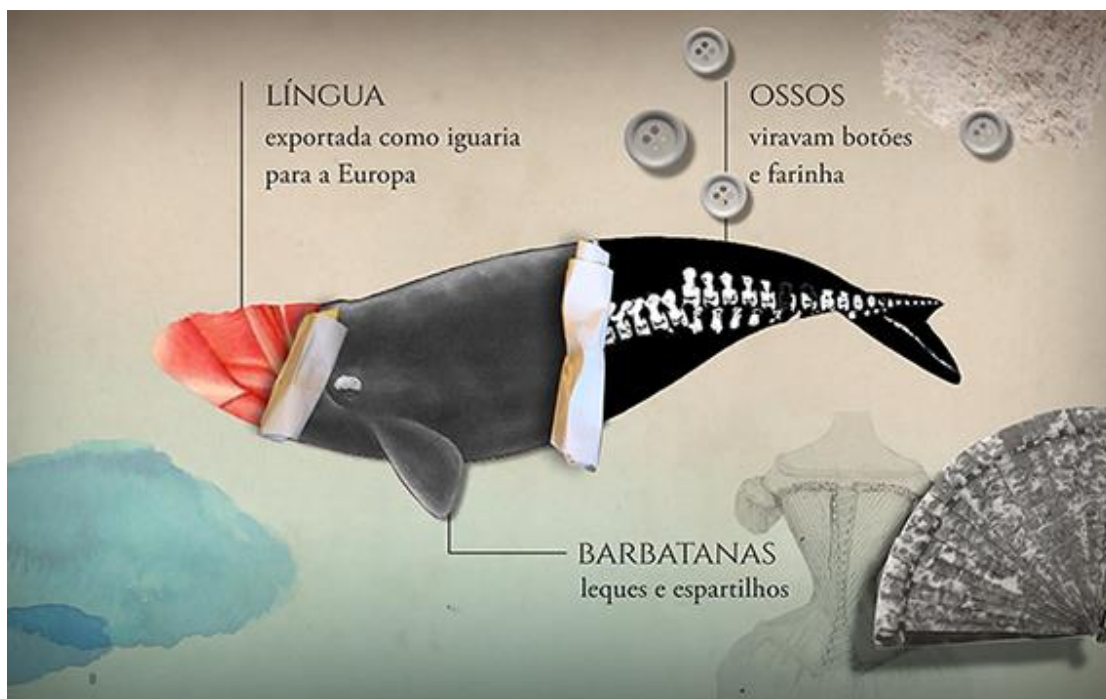
*Ao Concelho parece que V. A. mande escrever ao Procurador mor da fazenda do Brasil, que torne a informar de todo o rendimento que os ??? Contratadores tiveram nos três nos de seu contrato, porquanto do terceiro ano não consta, que Balleas entrassem, para assim se compensar a perda, que se declara; (...).”*



**Figura 1.** Lei de 20 de março de 1736, documento anexo ao PARECER do Conselho Ultramarino favorável ao requerimento de Domingos Gomes da Costa, solicitando a faculdade de transporte de azeites para as Ilhas, conforme as condições do Contrato da Pesca das Baleias e licença para enviar dois navios do Rio de Janeiro para as ilhas e que estes retornem com a frota. Anexo: requerimentos, aviso, assento impresso. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 31, D. 3246. (30 de outubro de 1738).







**Figura 3.** Infografia do documentário *Baleia a Óleo* de Lísia Palombini, 2016. Mais informação em <http://www.festivaldorio.com.br/br/filmes/baleia-a-oleo> e documentário integral em <https://www.youtube.com/watch?v=rK8H5aKA0ok>.



**Figura 4.** Referência a “whalebone” na legenda de espartilho do século XVII, in Jane ASHELFORD, *The Art of Dress. Clothes and Society, 1500-1914*, London, National Trust Enterprises Limited, 1996, p. 96.

499

Mapa de todo o rendimento  
anual que tem S. Magestade de propinas alem  
dos presos Capitães dos Contratos de toda esta  
Capitania da Bahia, e tambem o que rendem  
as ditas propinas trienalmente

Bahia 15 de Julho de 1756	Rendimento anual	Rendimento trienal
Dizimos de Propina p <sup>as</sup> muniço <sup>es</sup> de guerra	2660666	8000000
No Contrato das Balças de propina	1230333	4000000
No Contrato da Dizima da C <sup>anc</sup> el <sup>aria</sup> d <sup>os</sup> propina	130333	400000
Na Dizima do tabaco e açúcar de propina	130333	400000
No Donativo dos mesmos de propina	830333	2500000
No Contr <sup>to</sup> dos d <sup>itos</sup> de <sup>es</sup> Thome de propina	130333	400000
No novo imposto de ajuda de propina	130333	400000
Na D <sup>ai</sup> da dos escravos p <sup>as</sup> Almas de propina	660666	2000000
Na Dizima da Al <sup>ga</sup> ndega de propina	830333	2500000
No Subsídio do vinho aguçado e az <sup>u</sup> do de propina	5000000	3000000
Nas aguas ard <sup>idas</sup> de vinho de mel da terra de propina	430333	2500000
Soma total de todas as propinas	8700000	26500000

**Figura 5.** Mapa de todo o rendimento anual que tem S. Magestade de propinas... in José Antonio CALDAS, Noticia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento ate o presente ano de 1759. Edição Fac-similiar, Typographia Beneditina, 1951 (1759).

**João de BRITO, “A Pesca da Baleia”, *Jornal de Noticias da Bahia*, 7 de setembro de 1892.**

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=222216&pagfis=795>

“A Pesca da Baleia”

Clara e fresca manhã. No mar, lampeira  
Ao leste, pandas as rizadas velas,  
Vão e vêm, bordejando, as baleeiras  
E um sonho alveja na passagem delas.

Do largo arpão a folha açacalada  
Brilha em todas à proa; os tripulantes  
Lobos do mar afeitos à rajada,  
Trazem, sentados, joviais semblantes.

No mais belo dos golfos, embebida,  
Se espraia a vista; azul o firmamento.  
Verde e cavado o mar, onde insofrida  
Cachoa a vaga; sopra rijo o vento.

Num dos baixeis da frente, ao timoneiro  
O moço d’armas fala e estende o braço  
Na direção precisa. O olhar certo  
Não se iludira, esquadrinhando o espaço.

Descobrimo seu dorso denegrado,  
Como ilha flutuante, surge, imensa,  
Uma baleia ao longe, e com ruído  
Arroja d’água no ar coluna densa.

Vem ao lado do filho que estremece,  
Que acaricia cheia de ternura;  
Desde aos antros sem luz, onde desce  
E, se acaso o não vê, doida o procura.

O cachalote é seu terror constante;  
Traz na lembrança o bárbaro inimigo,  
E, por isso, não quer que um só instante  
O filho a deixe sem a ter consigo.

Naquele seio um coração palpita  
Com desvelos de mãe; a natureza,  
Que nos caprichos mostra-se infinita,  
Quis num monstro provar toda a grandeza.



No entanto, os lenhos já navegam perto  
E cada qual demanda o baleato  
Que imerge, surfa, bufa, salta esperto  
Mas, foge tímido, ao menor contato.  
Como se dum sifão internamente  
Dispusesse, evitando o choque à vaga,  
Jorra-lhe a mãe, na fauce, leite quente  
Que, com sofreguidão, ligeiro traga.

Por braço hercúleo e destro sacudida,  
Crava-se nele a lâmina farpada;  
Apenas sente o mísero a ferida,  
Geme e, partindo, solta a rabanada.

Não o segue um vapor nessa carreira  
Do corcel de Mazzepa enfurecido,  
Transportando, sem vela, a baleeira,  
Que ostenta o arpoador da proa erguido.

Vai côm filho a baleia juntamente  
E, sem estorvo achar de si diante.  
Agora espanca o mar côm cauda ingente.  
Agora se ergue, cai, tomba ofegante.

Para não se inflamar, roçando à borda  
Da embarcação, que voa de tal sorte,  
Tem-se a cautela de aumentar a corda  
Onde, prendido, o arpão resiste forte.

Uma tromba marinha que passasse,  
Tudo arrastando em sua fúria insana,  
Não sublevava mais aquórea face  
Do que os cetos co'a cauda e a barbatana.

As vezes, o baixel, na desfilada,  
De cada lado um arco representa.  
Feito dá água por ele deslocada,  
Num estrépito horrível de tormenta.

Do curso impetuoso o filho cansa  
E, enquanto a mãe aflita, ao peito o cinge,  
No flanco embebem-lhe a acerada lança;  
Rompe em jatos o sangue e as ondas tinge.

Foge a desventurada enlouquecida,  
A bramar, sem parar, vai longe, volta,

Quer morrer pelo filho e, expondo a vida,  
Esbraveja, reluta a ver se o solta.

Impossível!... O golpe repetido  
Põe-na de novo em fuga. É santo o intento  
Mas o vigor se esgota... Atro gemido  
Próximo indica seu final momento.

Faz-se preciso então tê-la segura.  
Arpoam-na também; já pouco sente  
O arpão tenaz; a mágoa que a tortura  
Por não livrar o filha é mais pungente.

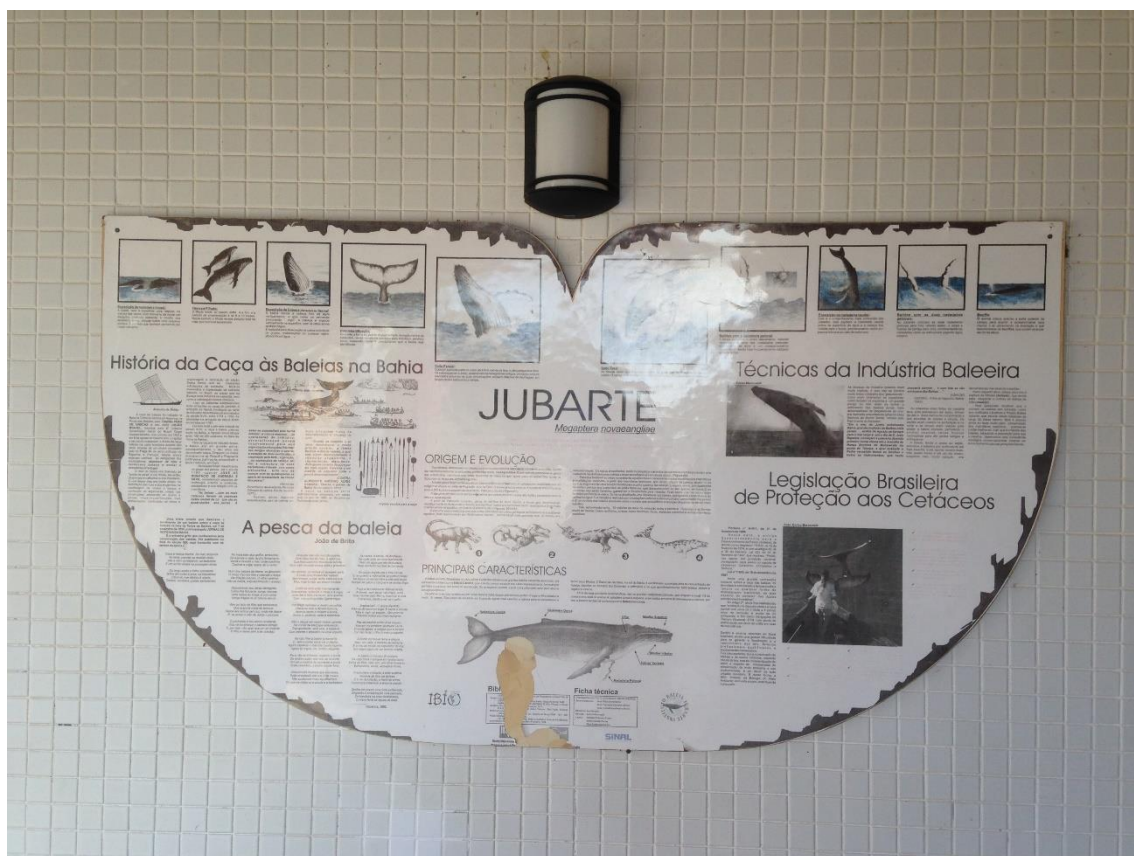
A bordo do baixel reina a alegria  
Mas, em volta, a tristeza se derrama  
E o mar se muda, no esplendor do dia,  
Em negro palco de um terrível drama.

A baleia, o colosso do oceano,  
De cuja boca o sangue em ondas corre,  
Volve ao filho, inda vivo, um olhar humano...  
Estrebucha, vacila, arqueja e morre.

Preenchera a missão a mãe sublime  
Imolada do filho na defesa;  
E o rei da criação, o herói do crime,  
Contempla extasiado a enorme presa!...

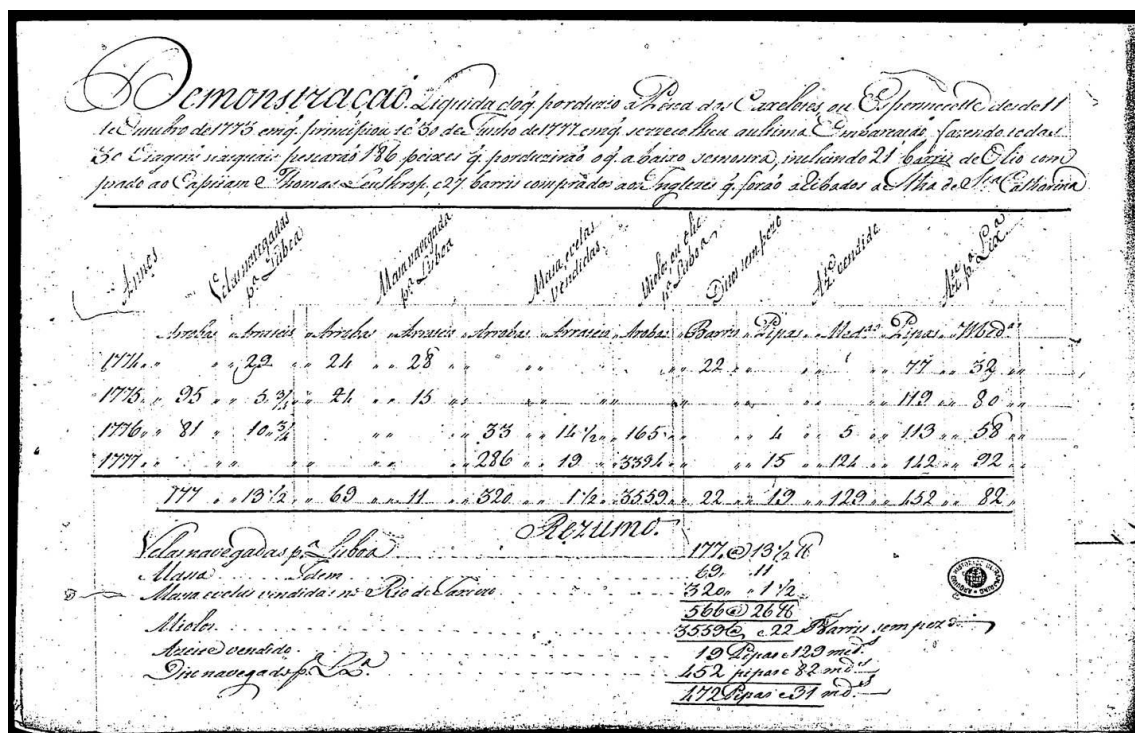
Dentro em pouco uma frota enfileirada,  
Sirgando a embarcação co'a pescaria,  
De bandeira na proa desfraldada,  
Cortava lenta as águas da baía.

Itaparica, 1892.



**Figura 6.** Poema de João de Brito “A pesca da baleia” afixado na marina de Itaparica, em cartaz de divulgação científica e consciencialização ambiental, produzido pelo Projeto Baleia Jubarte. Fotografia da autora, maio de 2017.

## Anexo E



**Figura 1.** MAPA da demonstração do que produziu a pesca dos cachalotes ou espermecetes desde 11 de Outubro de 1773..., AHU ACL CU 017, Cx. 103, D. 8770



**Figura 2.** Prancha 1, in Fabiana COMERLATO, *História visual da pesca da baleia no Brasil. Material pedagógico para professores do ensino fundamental e médio*, Salvador, MAE/ UFBA, 2009.



# Inventário

# AHU\_Baleias\_Brasil

Nina Vieira, 2020



PROJETO RESGATE - BAHIA				
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_LF">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_LF</a>			
Bahia Avulsos (1604-1828)	<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV</a>			
Bahia Castro de Almeida (1613-1807)	<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA</a>			
ACERVO	ANO	Mês, Dia	COTA	DESCRIÇÃO
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1613	Novembro, 16	AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 51.	CONSULTA (minuta) do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe II], sobre o contrato das pescarias das baleias, dos direitos dos navios que vão para Buenos Aires, e do comércio de escravos de Angola para o Rio da Prata.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1613	-	AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 53.	Requerimento do desembargador Pedro de Cascais de Abreu; refere-se a questões com várias pessoas e à pescaria das baleias; pede que S. Magde se mande informar do seu procedimento e que não proceda contra Lourenço Mendes.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	ant. 1614	Agosto, 1	AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D.72.	Requerimento de Aleixo Pais, procurador do Conselho, pedindo traslado de uns autos que correram no juízo da Provedoria-mor entre António Fernandes da Mata e Pedro de Urecha, sobre a pescaria das baleias. (9 de Agosto de 1614) Tem anexo o traslado dos autos.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1614	Setembro, 5	AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 77.	Carta de Afonso Garcia Tinoco para S. Magde., sobre a pescaria das baleias, o comércio de escravos, e os direitos que devem pagar os navios.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1614	Setembro, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 83.	Precatorio do provedor da fazenda Sebastião Borges, acerca da pescaria das baleias. (Cópia)



Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1614	Setembro, 20	AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 84.	Requerimento de Aleixo Pais, procurador da cidade da Bahia pedindo cópia de um capítulo do regimento do governador Diogo Botelho, no qual S. Magde. o encarrega de levar consigo biscainhos para a pesca das baleias.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1614	Setembro, 28	AHU_CU_005-02, Cx. 1, D. 85.	PRECATÓRIO do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Sebastião Borges, apresentado ao desembargador Pedro de Cascais de Abreu, acerca da pescaria das baleias.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1614	Outubro, 1	AHU_CU_005-02, Cx. 1, D. 86 - 87.	INFORMAÇÃO sobre carta da Câmara da Bahia ao rei [D. Filipe II], relativa à pesca das baleias. Anexo: instrumento
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1614	Outubro, 1	AHU_CU_005-02, Cx. 1, D. 88-89.	CERTIDÕES relativas à pescaria das baleias, solicitadas por Lourenço Mendes Pinheiro.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1614	Outubro, 3	AHU_CU_005-02, Cx. 1, D. 90.	CARTA do [desembargador da Relação da Bahia], Pero de Cascais de Abreu ao rei [D. Filipe II], sobre a pescaria das baleias.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1614	Novembro, 15	AHU_CU_005-02, Cx. 1, D. 94.	CERTIDÃO do escrivão da chancelaria, Álvaro Sanches, em como o chanceler-mor lhe ordenou não passasse carta testemunhavel com o teor dos autos relativos à pescaria das baleias.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1614	Dezembro, 1	AHU_CU_005-02, Cx. 2, D. 98.	CARTA do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Sebastião Borges, ao rei [D. Filipe II], acerca da arrecadação dos dízimos, açúcar e pesca das baleias.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1615	Fevereiro, 5	AHU_CU_005-02, Cx. 2, D. 103.	CARTA (sumário) do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Sebastião Borges, sobre o comércio do pau-brasil, pescaria das baleias e terras de pastos e currais.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1616	Janeiro, 13	AHU_CU_005-02, Cx. 2, D. 134.	CARTA RÉGIA (cópia de capítulo) do rei [D. Filipe II], sobre a pescaria das baleias.

Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1617	Agosto, 20	AHU_CU_005-02, Cx. 2, D. 158.	CARTA do procurador dos feitos da Fazenda e Coroa da Relação da Bahia, Antão Mesquita de Oliveira, ao rei [D. Filipe II], sobre o gengibre, a pesca das baleias, dos dízimos, das moendas de três paus e do engenho de açúcar da viúva do conde D. Fernando de Noronha.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1647	Janeiro, 29	AHU_ACL_CU_017, Cx. 10, D. 1234	Minuta de consulta do Conselho Ultramarino sobre as tenças que se dão na Bahia do rendimento das baleias.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1648	Agosto, 3	AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 75.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre o requerimento de Manuel Martins Pinto em que solicita, em remuneração de seus serviços em Pernambuco, Tânger, na armada e na Bahia, a mercê do hábito de Cristo com tença efectiva na renda das baleias da Bahia, provisão para ter por libertas as casas que possui na cidade da Bahia, e o posto de tenente-general de Artilharia da mesma cidade, que vagou por morte de Paulo Barnola.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1649	Outubro, 22	AHU_ACL_CU_017, Cx. 11, D. 1354.	Consulta do Conselho Ultramarino sobre o capitão João Tinôco, nomeado sargento-mor do terço da Bahia, que pede verba no contrato das baleias, para servir S. Magde. com mais luzimento ou para remédio de suas irmãs, no reino.

Bahia Avulsos (1604-1828)	1655	Janeiro, 22	AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 91.	CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do Brasil Mateus Ferreira Vilas Boas ao rei [D. João IV] informando sobre as rendas reais obtidas com os dízimos, o estanque da pesca da baleia, as dízimas da chancelaria, as dízimas da Alfândega, o estanque do sal, os vinténs por caixa de açúcar, e as armas e munições da capitania da Bahia.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1660	Dezembro, 3	AHU_ACL_CU_017, Cx. 15, D. 1786.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Afonso VI], sobre requerimento do capitão João Ribeiro Vila Franca, solicitando se lhe mandem nas rendas das baleias da Bahia, os 40\$000 réis que tem com o hábito de Cristo.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1664	Maio, 7	AHU_CU_005-02, Cx. 18, D. 2013.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Afonso VI], sobre requerimento de Ascenso da Silva, solicitando se lhe assentem nas rendas dos dízimos da Bahia, ou das baleias, 30\$000 réis com que está despachado com o hábito de Santiago.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	ant. 1666	Janeiro, 29	AHU_ACL_CU_017, Cx. 18, D. 2123.	Requerimento de Diogo Lobato Leitão que serviu mais de 27 anos no Brasil e reino, e pede mercê no contrato das baleias.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1666	Julho, 7	AHU_CU_005-02, Cx. 19, D. 2137.	CARTA do procurador da cidade da Bahia, licenciado João de Gois de Araújo, ao rei [D. Afonso VI], sobre as rendas para a fábrica das fragatas; arrecadação dos contratos passados; folha eclesiástica; renda das casas que os holandeses fabricaram no Recife e contrato das baleias.

Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1668	Junho, 1	AHU_CU_005-02, Cx. 20, D. 2264.	PARECER do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a aplicação do rendimento das baleias no conserto dos fortes do Brasil.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1669	Abril, 12	AHU_CU_005-02, Cx. 20, D. 2304.	CARTA do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Lourenço de Brito de Figueiredo ao príncipe regente [D. Pedro], sobre o rendimento dos contratos das baleias e dos dízimos.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1670	Setembro, 25	AHU_CU_005-02, Cx. 21, D. 2380.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre requerimento de João Furtado de Mendonça, filho de Afonso Furtado, solicitando mercê no contrato das baleias.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1672	Outubro, 7	AHU_CU_005-02, Cx. 21, D. 2505.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a conta que dá o procurador da Fazenda do Brasil, do agravo que interpos na causa entre partes Antônio Simões de Castro e Domingos Ferreira, que foi contratador dos dízimos e baleias.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1675	Fevereiro, 16	AHU_CU_005-02, Cx. 22, D. 2640 - 2641.	CARTA do desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio ao príncipe regente [D. Pedro], sobre as perdas que Domingos Ferreira teve como contratador das baleias. Anexo: conta corrente.

Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1675	Julho, 9	AHU_CU_005-02, Cx. 22, D. 2655.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre carta do desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio, acerca da quita que pretende Domingos Ferreira, contratador que foi das baleias, pela perda que teve naquele contrato.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1675	Julho, 22	AHU_CU_005-02, Cx. 22, D. 2665.	CARTA do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Antônio Lopes de Ulhôa ao príncipe regente [D. Pedro], sobre o contrato das baleias que se arrematou a Diogo de Velasco, e quita que pretende, pela perda que teve nos três anos em que o trouxe arrendado.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1676	Abril, 30	AHU_CU_005-02, Cx. 23, D. 2714.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre carta do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Antônio Lopes de Ulhôa, acerca da informação que se lhe pediu relativa à quita que pretende o contratador das baleias da Bahia, capitão Diogo de Velasco, irmão de Inácio de Velasco.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1678	Junho, 20	AHU_CU_005-02, Cx. 24, D. 2834.	CARTA do governador-geral do Brasil, Roque da Costa Barreto ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a aplicação da renda do contrato das baleias na construção do forte do surgidouro Nossa Senhora do Pópulo de que remete planta; uma letra de dinheiro para compra de armas e munições e relação das que há nos armazéns da Bahia.

Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1684	Julho, 24	AHU_CU_005-02, Cx. 27, D. 3238.	CARTA do governador-geral do Brasil, marquês das Minas, [Antônio Luís de Sousa Telo de Meneses, ao rei [D. Pedro II], sobre o que se lhe encomendou acerca da verba do contrato das baleias para as fortificações da Bahia.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1684	Dezembro, 2	AHU_CU_005-02, Cx. 27, D. 3269.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro II], sobre requerimento do contratador da pescaria das baleias, Francisco Mendes Neto, solicitando o pagamento do que deve Fazenda Real, pelos eleitos, do que lhe deverem.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1685	Março, 29	AHU_CU_005-02, Cx. 27, D. 3286 - 3287.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre requerimento do padre Manuel Coelho Gato, vigário da igreja de São Bartolomeu de Maragogipe, solicitando que os 400\$000 réis que recebe do contrato das baleias, para reedificação da mesma igreja, se acrescentem de um conto de réis para acabar a obra. Anexo: aviso.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1688	Março, 9	AHU_CU_005-02, Cx. 28, D. 3464.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a dúvida que se lhe oferece em consignar verba do contrato do sal e das baleias do Brasil, para fortificar a cidade da Bahia.

Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1688	Dezembro, 2	AHU_CU_005-02, Cx. 28, D. 3488 - 3489.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre requerimento de Francisco Mendes Neto, solicitando provisão para o pagamento de sua dívida à Fazenda Real, do tempo que foi contratador das baleias na Bahia. Anexo: aviso.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1692	Julho, 4	AHU_CU_005-02, Cx. 29, D. 3705 - 3706.	CARTA do provedor da Fazenda do Brasil, Francisco Lamberto ao rei [D. Pedro II], sobre o contrato da pesca das baleias. Anexo: carta (cópia).
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1693	Abril, 8	AHU_CU_005-02, Cx. 30, D. 3768.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre requerimento do contratador da pescaria das baleias da cidade da Bahia, Antônio Pereira Barbosa, solicitando quita, de três anos que trouxe o contrato da pesca das baleias da Bahia.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1694	Janeiro, 26	AHU_CU_005-02, Cx. 30, D. 3826.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre requerimento de João de Vila Lobos da Câmara, solicitando que do rendimento dos dízimos da Bahia, cobrados aos contratadores João Rodrigues dos Reis e João Ribeiro da Costa, se paguem as despesas que seu sogro Antônio de Almeida Pinto, fez dos contratos do sal e baleias.

Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1694	Dezembro, 17	AHU_CU_005-02, Cx. 30, D. 3888.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre requerimento de Francisco de Brito Gois, Manuel Domingues e Diogo Pizarro de Vargas, como fiadores de Diogo Velasco e Jerônimo Velasco que foram contratadores das baleias da Bahia, solicitando se lhes faça quita no preço porque arremataram aquele contrato, pela grande perda que nele tiveram.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1695	Março, 22	AHU_CU_005-02, Cx. 31, D. 3906.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre requerimento do mestre-de-campo, Antônio Guedes de Brito, como fiador de Antônio Pereira Barbosa, que foi contratador das baleias no Brasil, solicitando que se lhe limite o pagamento anual da dívida.
Bahia Luísa da Fonseca (1599-1700)	1695	Julho, 7	AHU_CU_005-02, Cx. 31, D. 3912.	CARTA do governador-geral do Brasil, D. João de Lencastre ao rei [D. Pedro II], sobre se pagar a David Godefroy pelo contrato das baleias, o fretamento da sua nau Nossa Senhora do Livramento, em que D. Manuel Lobo foi estabelecer a Nova Colônia do Sacramento.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1712	Junho, 13	AHU_ACL_CU_005, Cx. 8, D. 658	CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do Brasil Luís Lopes Pegado em resposta a provisão sobre a arrematação do contrato da baleia.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1723	Junho, 8	AHU_ACL_CU_005, Cx. 17, D. 1533	TERMO (traslado) da arrematação do contrato da pescaria das baleias passado por José dos Reis Oliveira a Cristóvão Soares Nogueira, que o arrematou por tempo de seis anos.



Bahia Avulsos (1604-1828)	1723	Junho, 10	AHU_ACL_CU_005, Cx. 17, D. 1540	CARTA do [procurador da Fazenda Real] José de Caminha Falcão ao rei [D. João V] informando sobre o processo da arrematação do contrato da pescaria das baleias.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1725	Junho, 18	AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D. 2005	CARTA do [provedor-mor da Fazenda Real da Bahia] Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] informando sobre a arrematação do contrato das baleias feita por Cristóvão Soares Nogueira. Anexo: 2 docs.
Bahia Avulsos (1604-1828)	ant. 1729	Julho, 28	AHU_ACL_CU_005, Cx. 34, D. 3073.	REQUERIMENTO de Simão Lobo Guimarães ao rei [D. João V] solicitando que o corretor se informe da verdade do contrato das baleias. Anexo: 12 docs.
Bahia Avulsos (1604-1828)	ant. 1732	Abril, 18	AHU_ACL_CU_005, Cx. 41, D. 3733.	REQUERIMENTO do contratador da pescaria das baleias da cidade da Bahia Cristóvão Soares Nogueira ao rei [D. João V] solicitando providências para que os oficiais e almotacés da Câmara não interfiram nas vendas das carnes e azeites do referido contrato, por ser género da Fazenda Real e tocar a esta a jurisdição privativa. Anexo: autos de agravo.

Bahia Avulsos (1604-1828)	ant. 1732	Novembro, 23	AHU_ACL_CU_005, Cx. 44, D. 3928.	REQUERIMENTO de dona Inácia Pereira de Macedo, viuva do Coronel José de Araújo Rocha ao rei [D. João V] solicitando que se paguem a dívida proveniente do contrato da pescaria das baleias de foi contratador o seu marido por nome de José de Araújo Rocha. Anexo: 4 documentos
Bahia Avulsos (1604-1828)	1734	Julho, 21	AHU_ACL_CU_005, Cx. 48, D. 4293.	CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses], conde de Sabugosa ao rei [D. João V] sobre a necessidade em caçar mais baleias para o fabrico de azeite. Anexo: carta
Bahia Avulsos (1604-1828)	1737	Fevereiro, 19	AHU_ACL_CU_005, Cx. 58, D. 4982.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a pena para os provedores da Fazenda Real que não cumprirem as ordens sobre as arrematações dos contratos serem feitas na Corte e não nas capitanias, como ocorreu na Bahia e Rio de Janeiro, como acusa a consulta inclusa acerca das explicações do provedor da Fazenda do Rio de Janeiro e do provedor-mor da Fazenda Real da Bahia que informam como naquelas capitanias foram arrematados os vários contratos de azeite doce, subsídio pequeno dos vinhos e aguardente da terra, pesca das baleias e dos direitos dos escravos despachados para as Minas. Anexo: consulta

Bahia Avulsos (1604-1828)	1738	Julho, 31	AHU_ACL_CU_005, Cx. 62, D. 5305.	CARTA dos oficiais da câmara da cidade da Bahia ao rei [D. João V] sobre a ordem passada aos contratadores das Baleias de que sejam obrigados a trazer os seus livros de rendimento a esta câmara para que possa ser averiguada.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1738	Julho, 31	AHU_ACL_CU_005, Cx. 62, D. 5306.	CARTA dos oficiais da câmara da cidade da Bahia ao rei [D. João V] sobre o prejuízo no procedimento do contrato do azeite de peixe. Anexo: 4 documentos
Bahia Avulsos (1604-1828)	ant. 1742	Junho, 1	AHU_ACL_CU_005, Cx. 73, D. 6088	REQUERIMENTO de Luíza de Queirós e Araújo ao rei [D. João V] solicitando ordens para que os contratadores da pesca das baleias na ilha de Itaparica não a obriguem a fechar sua casa de venda de comestíveis e bebidas em alguma época do ano. Anexo: 4 docs.
Bahia Avulsos (1604-1828)	ant. 1743	Março, 4	AHU_ACL_CU_005, Cx. 75, D. 6230.	REQUERIMENTO do tenente de mestre de campo da cidade da Bahia Lourenço Monteiro ao rei [D. João V] solicitando assentamento na consignação do contrato das baleias da mesma cidade.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1747	Junho, 12	AHU_ACL_CU_005, Cx. 89, D. 7291	CARTA do provedor-mor da Fazenda Real Manuel António da Cunha de Souto Maior ao rei [D. João V] dando conta do descaminho de noventa e um mil cruzados que descobriu na revista feita a dez contratos dos dízimos reais, particularmente na dízima do tabaco e no contrato das baleias. Anexo: 2 docs.

Bahia Avulsos (1604-1828)	1748	Abril, 27	AHU_ACL_CU_005, Cx. 94, D. 7525.	PARECER do procurador da Fazenda Real sobre os preços por que foram arrematados os dízimos do Pará, o subsídio dos molhados da Bahia, os dízimos e os subsídios das carnes da Paraíba, o contrato do sal do Brasil e o contrato das baleias do Rio de Janeiro. Anexo: 5 docs.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1751	Outubro, 12	AHU_ACL_CU_005, Cx. 2, Doc. 167-168	OFFICIO DO Vice-Rei do Conde de Athouguia, para Diogo de Mendonça Côrte Real, referindo a pouca utilidade que produzem as palmeiras do Brazil, os serviços prestados pelos canarins que tinham ido de Gôa para a Bahia, destinados a ensinar o melhor aproveitamento d'aquellas plantas.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1752-1767	-	AHU_ACL_CU_005, Cx. 112, D. 8792.	LIVRO DE CONTRATADOS do Dízimo da Alfândega da cidade da Bahia, Dízimos Reais, das Baleias, dos Escravos da Costa da Mina, dos Aguardentes e Vinho de Mel da Bahia, do Dízimo do Tabaco, dos donativos das caixas de açúcares, dos molhados, Chacelaria da Relação da Bahia e das Entradas da Jacobina.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1758	Setembro, 27	AHU_ACL_CU_005, Cx. 137, D. 10619	OFÍCIO do conselheiro Alexandre Metelo de Sousa Menezes ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Tomé Joaquim da Costa Corte Real sobre a arrematação dos contratos da pesca de baleia na Bahia.

Bahia Avulsos (1604-1828)	1759	Fevereiro, 9	AHU_ACL_CU_005, Cx. 140, D. 10781	CERTIDÃO do escrivão António José de Queirós Correia atestando os ganhos do tesoureiro Manuel de Brito e Silva pela arrematação do contrato da pesca da baleia. Anexo: 3 docs.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1759	Junho, 21	AHU_ACL_CU_005, Cx. 23, D. 4285	Offício do provedor mór da Fazenda Manuel de Mattos Pegado Serpa para Thomé J. da Costa Côrte Real, remetendo a relação dos contratos celebrados com os arrematantes dos diversos impostos.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1761	Março, 6	AHU_ACL_CU_005, Cx. 146, D. 11188.	DECRETO do rei D. José concedendo licença ao contratador da pesca das baleias, Francisco Peres de Sousa, para enviar um navio para a Bahia a serviço do referido contrato.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1761	Maior, 23 /Junho	AHU_CU_005-01, Cx. 29, D. 5524-5532.	OFÍCIO do provedor mor da Fazenda ao Francisco Xavier de Mendonça, sobre a arrematação do contrato de pesca das baleias. Anexo: 5 documentos, entre os quais, termos de arrematações e editais. ASSENTO tomado no Conselho da Fazenda do Estado da Bahia, sobre a administração do contrato das baleias, por conta da Fazenda Real. TERMO DE ENTREGA a José Vieira Torres, dos bens da Fazenda Real, na feitoria da pescaria das baleias, na Ilha de Itaparica. AUTOS DE DEVASSA do provedor mor da Fazenda, Manuel de Matos Pegado Serpa, para averiguar se houve irregularidade na arrematação do contrato dos dízimos reais, dado a Manuel Dias Filgueira.

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1764	Maio, 31	AHU_CU_005-01, Cx. 38, D. 7011-7017.	CARTA dos governadores interinos da Bahia ao [Francisco Xavier de Mendonça Furtado] sobre a execução do contrato das baleias arrematado por Inácio Pedro Quintela, e o sequestro do antigo arrematante Francisco Peres de Souza.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1764	Junho, 16	AHU_ACL_CU_005, Cx. 35, D. 6508.	OFFICIO do Ouvidor de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu (para o Ministro dos Negocios do Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado), no qual transmite muitas e interessantes informações, sobre as povoações, rios, população e madeiras da sua Capitania.

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1764	Julho, 1	AHU_CU_005-01, Cx. 35, D. 6557-6564.	<p>OFÍCIO do provedor mor da Fazenda, Manuel de Matos Pegado Serpa, ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a arrematação dos contratos dos dízimos reais, tabacos, açúcares, e saídas dos escravos para as Minas, e o alcance que o arrematante do contrato das baleias fez. EDITAIS (2) anunciando a arrematação do contrato dos dízimos reais, um deles por um ano. CERTIDÃO dos pregões feitos para anunciar a arrematação do contrato dos dízimos reais. PROVISÕES (2) régias, a 1ª, ordenando que fossem postos em arrematação, os contratos cujos prazos das arrematações em Lisboa tivessem terminado, a 2ª, determinando que as arrematações dos contratos fossem feitos um mês antes de terminado o prazo da última arrematação.</p> <p>AUTOS DEARREMATAÇÃO do contrato dos dízimos reais e da resolução tomada pelo Conselho da Fazenda, por não ter existido quem o tomasse.</p> <p>AUTOS DA REUNIÃO da Mesa da Fazenda, presidida pelo arcebispo e governador geral do Estado do Brasil, dom frei Manuel da Ressureição, pela qual foi resolvida a forma de cobrança dos direitos do açúcar, por ter ficado deserta a arrematação.</p>
---	------	----------	--------------------------------------	--

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1764	Julho, 26	AHU_CU_005-01, Cx. 36, D. 6734-6735.	<p>OFÍCIO do provedor mor, Manuel de Matos Pegado Serpa, ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a execução movida pela Junta da Fazenda contra o arrematante do contrato da pesca das baleias, Francisco Peres de Souza.</p> <p>ORDENS (teor) passadas para que se sequestrassem as fábricas, azeites e mais pertences do contrato da pesca das baleias, do contratador Francisco Peres de Souza, dos requerimentos feitos por José Vieira Torres e Joaquim Caetano do Couto, e do protesto lavrado pelo provedor mor da Fazenda.</p>
---	------	-----------	--------------------------------------	---



Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1765	Fevereiro, 11	AHU_CU_005-01, Cx. 37, D. 6880-6888.	<p>OFÍCIOS (3) o 1º, do provedor mor da Fazenda, ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, consultando sobre a entrega das fábricas e utensílios da pesca das baleias ao procurador do arrematante do contrato, Inácio Pedro Quintela, o 2º, do provedor mor da Fazenda ao Governo Interino, sobre a posse de Inácio Pedro Quintela, dessa fábrica e desses utensílios, e o sequestro feito no antigo contratador da pesca das baleias, o 3º, do Governo Interino ao provedor mor, em resposta ao ofício antecedente.</p> <p>PORTARIAS (2) a 1ª, do Governo Interino, mandando dar posse a Inácio Pedro Quintela, da fábrica e dos utensílios da pesca das baleias, a 2ª, do provedor mor da Fazenda ao escrivão da Fazenda Real, ordenando que se entregasse ao Inácio Pedro Quintela, a fábrica e os utensílios da pesca das baleias, com a declaração de ficarem onerados com a penhora feita por causa do alcance do ex-contratador Francisco Peres de Souza.</p> <p>REQUERIMENTO do procurador de Inácio Pedro Quintela, Joaquim Caetano do Couto, solicitando a posse da fábrica e dos utensílios da pesca das baleias.</p> <p>INFORMAÇÃO do escrivão da Fazenda sobre o uso nas avaliações e indenizações das fábricas e</p>
---	------	---------------	--------------------------------------	--

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1765	Fevereiro, 21	AHU_CU_005-01, Cx. 37, D. 6982-6987.	CARTA do provedor mor da Fazenda, Manuel de Matos Pegado Serpa, ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o contrato da pesca das baleias, arrematado por Inácio Pedro Quintela, e a denúncia que o administrador Joaquim Caetano do Couto fez do caixeiro da venda dos azeites, José da Silva Faria, azeites esses, sequestrados pela Junta do Tesouro para garantir o alcance devido pelo excontratador Francisco Perez de Souza.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1765	Fevereiro, 22	AHU_ACL_CU_005, Cx. 154, D. 11769.	DECRETO do rei [D. José] ao Conselho Ultramarino ordenando que se mande arrematar na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, o Contrato da pescaria das baleias, a Inácio Pedro Quintela e Companhia.

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1765	Junho, 22	AHU_CU_005-01, Cx. 37, D. 6916-6919.	<p>OFÍCIO do provedor Manuel de Matos Pegado Serpa ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a entrega da fábrica e utensílios do contrato da pesca das baleias ao procurador do novo arrendamento, Inácio Pedro Quintela, e a dívida do antigo contratador Francisco Peres de Souza.</p> <p>INFORMAÇÃO do provedor mor da Fazenda, Manuel de Matos Pegado Serpa, ao rei, sobre a entrega da fábrica e utensílios do contrato da pesca das baleias.</p> <p>PORTARIA ordenando ao contador geral da Fazenda, que certificasse a importância da dívida do antigo contratador da pesca das baleias, Francisco Peres de Souza.</p> <p>CONTA corrente do arrendamento do contrato da pesca das baleias, Francisco Peres de Souza, pela qual se vê seu alcance.</p>
Bahia Avulsos (1604-1828)	1765	Junho, 22	AHU_ACL_CU_005, Cx. 155, D. 11803.	<p>CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do Estado do Brasil, Manuel de Matos Pegado Serpa, ao rei [D. José] referente à entrega do contrato das baleias a Inácio Pedro Quintela.</p> <p>Anexo: carta</p>

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1765	Dezembro, 2	AHU_CU_005-01, Cx. 37, D. 6942.	OFÍCIO do Governo Interino ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o auxílio garantido ao contratador da pescaria das baleias, Inácio Pedro Quintela e ao seu procurador e administrador, Joaquim Caetano do Couto, para a execução do seu contrato.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1765-1768	Fevereiro, 25	AHU_CU_005-01, Cx. 43, D. 7934-7953.	OFÍCIOS (5) o 1º, do governador, marquês do Lavradio, ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a suspensão de propinas que os contratos das baleias, do subsídio e molhados, costumavam pagar ao governador, ao secretário de Estado, ao provedor mor e ao procurador da Fazenda, o 2º, do governador da Bahia, conde de Azambuja, ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o mesmo assunto, o 3º, do provedor mor, Manuel de Matos Pegado Serpa, ao governador, conde de Azambuja, sobre uma portaria, o 4º, do procurador e administrador dos contratos da pesca das baleias e do subsídio, sobre essa mesma portaria, o 5º, do provedor Manuel de Matos Pegado Serpa, sobre o pagamento de propinas de contratos.

Bahia Avulsos (1604-1828)	1766	Abril, 7	AHU_ACL_CU_005, Cx. 156, D. 11895	AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] ao [conselheiro] Alexandre Metelo de Sousa e Meneses referente à ordem de permissão, ao abrigo do alvará de 10/09/1765, para que Inácio Pedro Quintela e os contratadores da pesca da baleia, possam transportar quaisquer géneros da capitania da Bahia para Lisboa.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1767	Março, 27	AHU_ACL_CU_005, Cx. 158, D. 12060.	LISTA dos contratos da Bahia relacionados ao dízimos da alfândega, dízimos Reais, Baleias, escravos da Costa da Mina, escravos da Bahia que vão para Costa da Mina, aguardentes e vinho de mel, dízimo do tabaco e mais géneros da Bahia, donativos do tabaco e açúcar, subsídio dos molhados, chancelaria da Relação da Bahia, entradas da Jacobina e rio das Contas.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1768	Setembro, 12	AHU_CU_005-01, Cx. 43, D. 7931.	CARTA do marquês do Lavradio, ao conde de Oeiras, sobre a arrematação de contratos, gados e baleias, produção de algodão, etc.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1771	-	AHU_ACL_CU_005, Cx. 45, Doc. 8440.	OFFICIO no qual se dão noticias muito interessantes sobre a pesca das baleias nas proximidades da Bahia.

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1775	Maio, 27	AHU_CU_005-01, Cx. 47, D. 8789-8796.	<p>OFÍCIO do governador Manuel da Cunha Menezes ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa de documentos.</p> <p>MAPA dos tipos de embarcações que havia na capitania da Bahia, e que navegavam para a Costa da Mina, Angola, e outros portos da África, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará, e outros portos do Brasil, dos barcos, lanchas e pequenas embarcações que navegavam pelos rios e ribeiras dessa capitania, conduzindo viveiros e pescados para sua manutenção, com o número de marinheiros, pescadores forros e cativos que haviam na capitania, e freguesias onde moravam.</p> <p>LISTA das pessoas que trabalharam na safra das baleias na Fábrica de Itaparica, e na pesca de 1774, que pescou 9 peixes (8 madrígios, 1 seguilhote).</p> <p>LISTA das pessoas que trabalharam na safra das baleias na Fábrica de Itaparica, e na pesca de 1768, que pescou 179 peixes (146 madrígios, 33 seguilhote).</p> <p>DUPLICATAS dos documentos números 8789 a 8792 (2ª via).</p>
Bahia Avulsos (1604-1828)	ant. 1777	Setembro, 27	AHU_ACL_CU_005, Cx. 173, D. 13058.	<p>REQUERIMENTO de Domingos Lopes Loureiro à rainha [D. Maria I] em que solicita as certidões dos preços dos contratos das Baleias.</p> <p>Anexo: requerimento.</p>

Bahia Avulsos (1604-1828)	1777	Outubro, 21	AHU_ACL_CU_005, Cx. 173, D. 13063.	ASSENTO tomado pelo Senado da Câmara da Bahia, sobre o requerimento do contratador do Contrato das Baleias, capitão Joaquim Caetano do Coito, no qual pretendia que se aumentasse o preço do azeite.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1778	Maior, 15	AHU_ACL_CU_005, Cx. 51, Doc. 9681	OFFICIO do Vice-Rei Marquez do Lavradio para o Governador da Bahia, em que o previne de ter sido apresado um navio portuguez nas costas da Terra Nova por um corsario americano e lhe diz que para defesa dos navios mercantes seria conveniente que estes fossem sempre comboiados pelos navios de guerra; informa-o tambem de que em breve deveriam chegar ao Brasil diversas embarcações inglesas, com o pretexto da pesca das baleias mas que sabia virem carregadas de contrabando. + LISTA dos navios que sahiram dos portos de Londres, Bristol e Liverpool, para a pesca das baleias, nos mares do Brasil.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1792	Julho, 17	AHU_ACL_CU_005, Cx. 195, D. 14172.	CARTA do [contador geral] Inácio António Ribeiro à rainha [D. Maria I] sobre o requerimento de Joaquim Pedro Quintela e Jacinto Fernandes Bandeira, solicitando a prorrogação da propriedade do Contrato de arrematação da pesca das baleias. Anexo: 8 docs.

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1798	Agosto, 2	AHU_CU_005-01, Cx. 95, D. 18538-18542.	<p>OFÍCIOS (2) do governador D. Fernando José de Portugal ao [ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos] D. Rodrigo de Souza Coutinho, o primeiro, informando a recepção do alvará de 18 de maio de 1798, que permitia que os negociantes portugueses pudessem armar e preparar navios destinados à pesca das baleias e preparar o azeite em alto mar, livres para fazerem pescarias sedentárias em Cabo Verde, o segundo, sobre o requerimento do professor de Primeiras Letras, Bernardo Pereira Guimarães, que solicitava aposentadoria com ordenado inteiro.</p> <p>Anexo: 2 ofícios (2ª via) requerimento</p>
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1797	Outubro, 23	AHU_ACL_CU_005, Cx. 90, D. 17481	<p>OFFICIO do Provedor da Fazenda José Venancio de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as receitas da Capitania da Bahia e a representação da Junta da Real Fazenda em que propunha diversos alvitres para as aumentar.</p>



Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1799	Janeiro, 8	AHU_CU_005-01, Cx. 97, D. 19054-19056	OFÍCIOS (3) do governador D. Fernando José de Portugal ao [ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos] D. Rodrigo de Souza Coutinho, o primeiro, informando sobre o requerimento do tenente de infantaria, José da Silva Machado, que solicitava promoção ao posto de capitão, o segundo, sobre a exportação de Tabaco à Índia, o terceiro, a execução do alvará de 18 de Maio de 1798, que permitia que os negociantes portugueses preparassem e armassem navios para a pesca das baleias e preparassem o azeite em alto mar.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1799	Maio, 19	AHU_ACL_CU_005, Cx. 213, D. 15018	CARTA RÉGIA (cópia) da rainha [D. Maria I] ao governador e capitão geral da capitania da Bahia D. Fernando José de Portugal sobre a abolição dos contratos sobre o sal e pesca das baleias.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1800	Março, 21	AHU_ACL_CU_005, Cx. 105, D. 20459	CARTA regia em que se dirigem diversas instrucções ao Capitão General da Capitania na Bahia, Francisco da Cunha Menezes.
Bahia Avulsos (1604-1828)	1802	Agosto, 19	AHU_ACL_CU_005, Cx. 226, D. 15664	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. João] sobre a adopção do novo método de pesca da baleia na Bahia. Anexo: 14 docs.

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1805	Março, 15	AHU_CU_005-01, Cx. 136, D. 27090-27094	OFÍCIOS (2) do governador [da Bahia], Francisco da Cunha Menezes ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Melo e Meneses Souto Maior], o primeiro, informando sobre a chegada do bergantim real, Condessa de Resende, do capitão-tenente da armada Tomás Passi, que fiscalizaria a Costa, o segundo, remetendo três mapas, o primeiro, dos navios que tinham entrado e saído do Porto da capitania da Bahia no ano de 1804, o segundo, dos produtos da capitania exportados para Portugal e mais portos, em 1804, o terceiro, da importação feita por Portugal, feitorias da Costa da África e portos do Brasil “sobre a Bahia”, em 1804. Anexo: 3 mapas.
Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	1805	Março, 15	AHU_ACL_CU_005, Cx. 136, D. 27108	Vários documentos

Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)	ant. 1805	Outubro, 16	AHU_CU_005-01, Cx. 139, D. 27788-27804	<p>REQUERIMENTOS (5) do sargento-mor [governador do presídio ilha de S.Paulo do Morro, na capitania da Bahia], Domingos Alves Branco Muniz Barreto ao príncipe regente [D. João], nos dois primeiros, solicita que lhe seja passado provisão de comissão à Mesa de Inspeção, com o objetivo de analisar os pleitos e questões relacionadas à sociedade que tinha com Manuel José Machado nas armações das baleias; nos outros três documentos solicita o pagamento de soldos e a sua patente de governador.</p> <p>Anexos: aviso régio, portarias, certidão, provisões, carta patente.</p>

PROJETO RESGATE - RIO DE JANEIRO				
Avulsos (1614-1830)		<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017_RJ_AV">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017_RJ_AV</a>		
Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)		<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017-1_RJ">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017-1_RJ</a>		
ACERVO	ANO	Mês, Dia	COTA	DESCRIÇÃO
Rio de Janeiro Avulsos	1644	Maio, 19	AHU_ACL_CU_017, Cx, 2. D. 120	CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Francisco da Costa Barros, ao rei [D. João IV] sobre não haver efeitos para as despesas necessárias desta cidade, devido ao pouco rendimento do vinho, dos vinténs por cada caixa de açúcar e da falta de renda proveniente da graxa de baleia (...)
Rio de Janeiro Avulsos	[ant. 1644]	Outubro, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 2, D. 125.	REQUERIMENTO do capitão Félix Madeira de Gusmão ao rei [D. João IV] solicitando o hábito de Cristo com comenda ou uma tença sobre a renda das baleias da Bahia (...)
Rio de Janeiro Avulsos	1676	Setembro, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 4, D. 415	CONSULTA (minuta) do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro] sobre a carta do governador do Rio de Janeiro, Matias da Cunha, acerca das irregularidades na arrematação do contrato das baleias desta capitania.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1676	Setembro, 9	AHU_CU_017-01, Cx. 7, D. 1286.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca da informação que dera o Governador Mathias da Cunha sobre os grandes prejuízos que sofrera a Fazenda Real com a arrematação do contrato da pesca das Baleias. [Anexos: CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre a denuncia de descaminhos de rendimentos da Fazenda Real, de que era acusado o Provedor da Fazenda Thomé de Sousa Corrêa. AHU_CU_017-01, Cx. 7, D. 1287. ; PARECERES (2) do Conde de Val de Reis, Presidente do Conselho Ultramarino, sobre o contrato da licença da pesca das Baleias e a arrematação do contrato dos dízimos do Rio de Janeiro. AHU_CU_017-01, Cx. 7, D. 1288-1289.]
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1686	-	AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 8, D. 1570	RELAÇÃO de todos os rendimentos da Fazenda Real na cidade do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1687	Novembro, 2	AHU_CU_017-01, Cx. 9, D. 1683./ AHU_CU_017	ALVARÁ régio pelo qual se determinou que nenhum impedimento ou verba se pusesse no pagamento do ordenado do Bispo do Rio de Janeiro, cabido, mais ministros eclesiásticos, fabrica da Sé e das mais igrejas, e que lhes fosse pago aos quartéis, primeiro que outras despesas, sem diminuição, posto que a houvesse no rendimento das Baleias, que lhe estava consignado. Anexo ao n.º 1683.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1684	-	AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 491.	CARTA do [conselheiro do Conselho Ultramarino] Salvador Correia de Sá Benevides ao oficial-maior da Secretaria do mesmo Conselho, Pascoal de Azevedo, sobre os seus serviços (...) e as mercês que pede de acrescentamento da tença do hábito de Cristo paga no Almocharifado do Rio de Janeiro do rendimento das baleias.

Rio de Janeiro Avulsos	1684	Julho, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 499	CARTA do governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, ao rei [d. Pedro II] sobre a arrematação do contrato das baleias por três anos.
Rio de Janeiro Avulsos	1693	Dezembro, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 572.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a carta do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Luís Lopes Pegado, acerca das disposições contidas no regimento desta Provedoria no que concerne à arrematação dos contratos desta capitania, não podendo ser arrematados por um valor inferior aos dos anos anteriores, e que o contrato das baleias será posto em praça em Janeiro próximo. Anexo: carta e parecer.

Rio de Janeiro Avulsos	1694	Junho, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 587	CARTA RÉGIA (minuta) do rei [D. Pedro II] ao provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, [Franisco de Brito Meireles] sobre a sentença da Casa da Suplicação favorável a João Franco Viegas contra o procurador da Fazenda, para que observe a condição com aquele que arrematou o contrato das baleias do Rio de Janeiro, no período de 1690 a 1692.
------------------------	------	-----------	-------------------------------	---



Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1696	Maio, 30	AHU_CU_017-01, Cx. 11, D. 2023-2024	CARTA do Provedor da Fazenda Francisco de Brito Meirelles, em que participa ter-se arrematado o contrato das baleias a João Vieira Coelho, Luiz Antunes Vianna e Manuel Corrêa do Araujo por 29.000 cruzados e por tempo de três anos. [Anexo: REQUERIMENTO de João Vieira Coelho e outros, arrematantes do contrato das baleias, no qual pedem para serem restituídos a posse do mesmo contrato de que tinham sido violentamente espoliados pelo Governador do Rio de Janeiro. Anexo ao n.º 2023.]
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1696	Junho, 4	AHU_CU_017-01, Cx. 11, D. 2025-2026.	CARTAS (2) do Governador Sebastião de Castro e Caldas, sobre a arrematação do contrato das baleias.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1697	Fevereiro, 25	AHU_CU_017-01, Cx. 11, D. 2050.	CARTA do Governador Sebastião de Castro e Caldas, sobre a arrematação do contrato das baleias e as graves irregularidades cometidas pelo Provedor da Fazenda Francisco de Brito de Meirelles e o Escrivão Ignacio da Silveira Villalobos.
Rio de Janeiro Avulsos	1697	Junho, 14	AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 620.	CARTA do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, ao rei [D. Pedro II] sobre o cumprimento da ordem para averiguar a devassa que seu antecessor, Sebastião de Castro e Caldas, tirou acerca das irregularidades na arrematação do contrato das baleias pelo provedor e mais oficiais da Fazenda Real desta praça. Anexo: carta, pareceres; m. est.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1697	Junho, 18	AHU_CU_017-01, Cx. 11, D. 2055.	CARTA do Provedor da Fazenda Luiz Lopes Pegado, acerca das irregularidades que tinha havido na arrematação do contrato das baleias e da devassa a que se procedera e em que se tinham provado as responsabilidades do provedor Francisco de Brito de Meirelles e Escrivão Ignacio Silveira Villalobos.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1697	Novembro, 3	AHU_CU_017-01, Cx. 11, D. 2065-2068	CARTA do Governador Sebastião de Castro Caldas, em que relata minuciosamente as fraudes que se tinham cometido na arrematação do contrato das baleias.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1697	Dezembro, 17	AHU_CU_017-01, Cx. 11, D. 2091.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca da informação que enviara o Governador do Rio do Janeiro Arthur de Sá e Menezes sobre diversos... que tinha havido nas arrematações do contrato das baleias.

Rio de Janeiro Avulsos	1698	Maio, 22	AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 635.	CARTA do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, ao rei [D. Pedro II] sobre a forma de arrematação do contrato das baleias, solicitando que se reveja a proibição de número limitado de tanques para o azeite e de lanchas para a pesca das baleias. Anexo: parecer; m. est.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1698	Outubro, 29	AHU_CU_017-01, Cx. 11, D. 2122.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca da informação que enviara o Governador do Rio de Janeiro, sobre a arrematação do contrato das baleias.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1699	Junho, 6	AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2215.	CARTA do Provedor da Fazenda Luiz Lopes Pegado, na qual informa acerca da devassa que tirara do suborno e conluio que houvera na arrematação do contrato da pesca das baleias.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1699	Outubro, 8	AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2247.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca da devassa que se tirara sobre o conluio que houvera na arrematação do contrato das baleias.

Rio de Janeiro Avulsos	1699	Outubro, 8	AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 676.	PARECER do Conselho Ultramarino sobre a carta do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Luís Lopes Pegado, acerca da devassa que tirou do conluio que houve na arrematação do contrato das baleias, pessoas culpadas e suas sentenças.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1699	Outubro, 9	AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2255-2257.	CONSULTA do Conselho Ultramarino favorável a fiança que solicitara Ignacio da Silveira Villa Lobos, Escrivão da fazenda do Rio de Janeiro, que fora preso, como implicado nas fraudes da arrematação do contrato das baleias.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1699	Outubro, 9	AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2259-2260.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, favorável a fiança que requerera Manuel Corrêa de Araujo, por se achar preso como implicado na devassa que se tirara sobre a arrematação do contrato das baleias.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1699	Outubro, 9	AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2265-2266.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, favorável a fiança que requerera João Vieira Coelho, que fora preso como implicado na devassa a que se procedera sobre a arrematação do contrato das baleias.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1699	Novembro, 7	AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2313-2315.	CONSULTA do Conselho Ultramarino favorável a fiança que solicitara Luiz Antunes Vianna, que fora preso no Rio de Janeiro, como implicado nas fraudes da arrematação do contrato das baleias.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1699	Dezembro, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 690.	REQUERIMENTO de Francisco de Brito Meireles ao rei [D. Pedro II] solicitando alvará de fiança, por ter sido condenado a 6 anos degredo para a Nova Colónia do Sacramento, após a devassa tirada das irregularidades cometidas na arrematação do contrato das baleias. Obs.: m. est.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1669	Dezembro, 9	AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2337-2339.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, favorável a concessão da fiança que requerera Francisco de Brito Meirelles, para se livrar, depois de solto, da acusação que lhe moveram por causa da arrematação do contrato das baleias.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1700	-	AHU_ACL_CU_017, Cx. 7, D. 698.	CARTA RÉGIA (fragmento) do rei [D. Pedro II] ao provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, [Luís Lopes Pegado], sobre o azeite da baleia.
Rio de Janeiro Avulsos	1711	Outubro, 6	AHU_ACL_CU_017, Cx. 9, D. 943.	CARTA RÉGIA (minuta) do rei [D. João V] ao provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, [Luís de Almeida Correia de Albuquerque], ordenando a forma e os cuidados que se deve ter com as arrematações dos contratos das pescarias das baleias e do subsídio pequeno dos vinhos e aguardentes.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1711	-	AHU_CU_017-01, Cx. 17, D. 3542-3543.	REQUERIMENTO de Antonio Borges Teixeira, residente no Rio de Janeiro, antigo arrematante do contrato das baleias, relativa a liquidação do seu contrato e a execução que lhe movera o Provedor da Fazenda dessa cidade.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1716	Fevereiro, 19	AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3468-3472.	CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca da uma petição de Paulo Martins da Gama, contratador da pesca das baleias do Rio de Janeiro, relativa a observância das cláusulas do seu contrato.
Rio de Janeiro Avulsos	1718	Maior, 18	AHU_ACL_CU_017, Cx. 10, D. 1080.	CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Bartolomeu de Sequeira Cordovil ao rei [D. João V], remetendo as condições do contrato da pesca das baleias arrematado pelo capitão Domingos Francisco de Araújo no triênio passado. Obs.:m. est.



Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1720	Fevereiro, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 11, D. 1173.	REQUERIMENTO do ex-contratador do Contrato das Baleias e do vintém do Azeite, Antônio Borges Teixeira, ao rei [D. João V], solicitando que se ordene a Provedoria da Fazenda Real da Bahia, que conceda um abatimento no preço dos contratos, visto os prejuízos que teve com os mesmos quando da invasão dos franceses, da mesma forma como foi concedido ao contratador do tabaco, Manoel Fernandes de Carvalho. Anexo: requerimento, provisões (cópias).
Rio de Janeiro Avulsos	1720	Novembro, 27	AHU_ACL_CU_017, Cx. 11, D. 1263.	DESPACHO do Conselho Ultramarino recomendando que se escreva ao provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, [Manoel Correia Vasques, no impedimento de Bartolomeu de Siqueira Cordovil] para que informe as condições em que foi arrematado o Contrato da Pesca das Baleias. Obs.: m. est.

Rio de Janeiro Avulsos	1724	Setembro, 7	AHU_ACL_CU_017, Cx. 14, D. 1548.	CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Bartolomeu Sequeira Cordovil, ao rei [D. João V], sobre o fim do prazo de arrematação do contrato da pesca das baleias e do vintém do azeite de peixe, que pertencia ao coronel Miguel Aires Maldonado, e a sua transferência para Pedro Barreiros; e o novo lance de arrematação do mesmo contrato feito por Vicente Lopes Ferreira. Anexo: condições do contrato (traslado).
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1726	-	AHU_CU_017-01, Cx. 23, D. 5269.	REQUERIMENTO do Christovão Corrêa Leitão, filho de Manuel Cardoso Leitão, no qual pede uma certidão do contrato das baleias, que ele e seu falecido pai haviam arrematado.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1727	Março, 11	AHU_ACL_CU_017, Cx. 17, D. 1920.	LISTA de contratos da dízima da Alfândega, dos Dízimos Reais, da Pesca das Baleias, do estanco do Tabaco, Resgate dos Escarvos, arrematados no Conselho Ultramarino, referentes ao Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro Avulsos	1727	Agosto, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 18, D. 1983.	CARTA dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, ao rei [D. João V], sobre a forma como são arrematados os contratos da Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro e as dúvidas ocorridas com as condições do contrato do tabaco, pesca das baleias e sal, solicitando que pessoa alguma possa arrematar os contratos, sem que primeiro apresente as condições do mesmo ao senado da referida Câmara.
Rio de Janeiro Avulsos	1727	Agosto, 16	AHU_ACL_CU_017, Cx. 18, D. 2005.	CARTA do [governador do Rio de Janeiro], Luís Vaía Monteiro, ao rei [D. João V], informando ter mandado realizar as obras na armação do contrato das baleias, com exceção da casa do administrador, indicando as despesas das mesmas; bem como, a continuação dos trabalhos dos quartéis da fortaleza de Santa Cruz.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1727	-	AHU_CU_017-01, Cx. 25, D. 5723-5725.	REQUERIMENTO de Manuel Coelho dos Santos, residente no Rio de Janeiro, em que perto uma provisão para a prova do traspasse e sociedade que fizera com Pedro Barreiros sobre o contrato da pesca das baleias.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1728	-	AHU_CU_017-01, Cx. 26, D. 5849-5851.	REQUERIMENTO do Sargento mor Domingos Pinto de Magalhães, arrematante do contrato da pesca das baleias, na capitania do Rio de Janeiro, em que pede certa aclaração as condições do seu contrato.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1728	-	AHU_CU_017-01, Cx. 26, D. 5922.	REQUERIMENTO de Helena da Cruz, viúva de Antonio Borges Teixeira, relativo a uma ação de liquidação de contas do contrato da pesca das baleias.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1728	-	AHU_CU_017-01, Cx. 26, D. 5973-5974.	REQUERIMENTO de Manuel Coelho dos Santos, residente no Rio de Janeiro, relativo a uma ação que movera contra Pedro Barreiros, sobre a sua sociedade no contrato da pesca das baleias.

Rio de Janeiro Avulsos	1729	Agosto, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 20, D. 2202.	CARTA do administrador da nova armação da Ponta dos Búzios do distrito de Cabo Frio, João de Almeida, ao rei [D. João V], sobre o arrendamento de terras pelos oficiais da Câmara, para estabelecimento do Contrato da Pesca das Baleias, pertencente ao sargento-mor Domingos Pinto, solicitando confirmação da administração da nova armação, mesmo tendo se oposto ao suplicante um religioso da companhia superior da aldeia de São Pedro. Obs.: contém motivo iconográfico; anexo contrato (cópia).
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1730	-	AHU_CU_017-01, Cx. 29, D. 6640-6641.	REQUERIMENTO de Manuel Coelho do Prado, arrematante dos contratos do dízimos reais e da pesca das baleias da Capitania do Rio de Janeiro, em que pede a confirmação da concordata que fizera com os seus credores.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1730	-	AHU_CU_017-01, Cx. 29, D. 6642.	REQUERIMENTO de Manuel Coelho dos Santos, residente no Rio de Janeiro, relativo à prova, em juízo, da sociedade que tivera com Pedro Barreiros no contrato da pesca das baleias.
Rio de Janeiro Avulsos	1731	Janeiro, 29	AHU_ACL_CU_017, Cx. 22, D. 2398.	CARTA do [corretor da Fazenda Real] Eusébio Peres da Silva, ao rei [D. João V], sobre as perdas nos valores da arrematação do Contrato das Baleias por Manoel Gomes de Brito, Francisco de Araújo e José dos Santos, e no Contrato dos Dízimos do Rio de Janeiro, por Bernardo Ribeiro Pereira, Estevão Martins Torres e Eugênio da Silva. Anexo: lembrete.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1731	Fevereiro, 27	AHU_CU_017-01, Cx. 32, D. 7483-7484.	TERMO da arrematação do contrato das Baleias do Rio de Janeiro, adjudicada a Manuel Gomes de Brito, como procurador de José Vieira Souto, por 3 anos e pela renda anual de 20.500 cruzados.

Rio de Janeiro Avulsos	1734	Novembro, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 27, D. 2829.	PARECER do Conselho Ultramarino, recomendando que se ponha em arrematação na Corte o contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro [e de São Paulo]. Anexo: requerimentos.
Rio de Janeiro Avulsos	1735	Janeiro, 3	AHU_ACL_CU_017, Cx. 27, D. 2847.	PARECER do Conselho Ultramarino recomendando que a arrematação do contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro seja feita na Corte. Anexo: carta, aviso, consulta (cópia), requerimentos (cópias), termo (cópia) e despachos.
Rio de Janeiro Avulsos	1735	Janeiro, 8	AHU_ACL_CU_017, Cx. 27, D. 2849.	PARECER do Conselho Ultramarino favorável ao requerimento do contratdor da nova fábrica da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, Domingos Gomes da Costa, solicitando licença de navegação e transporte de azeite para as Ilhas e para a capitania de Pernambuco.

Rio de Janeiro Avulsos	1735	Abril, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 27, D. 2880.	CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Bartolomeu de Sequeira Cordovil, ao rei [D. João V], sobre a ordem régia para remeter ao Reino as cópias das condições da arrematação dos contratos do azeite doce, do subsídio pequeno dos vinhos e aguardentes do Reino e da terra, do tabaco, dos dízimos reais e da pesca das baleias, arrematados no Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro Avulsos	1735	Abril, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 27, D. 2887.	CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Bartolomeu de Sequeira Cordovil, ao rei [D. João V], sobre o cumprimento da ordem régia para cobrar as propinas dos contratos do tabaco, dízimos reais e pesca das baleias arrematados no Rio de Janeiro; remetendo ao Reino a importância arrecada pela Fazenda Real nas naus de guerra.



Rio de Janeiro Avulsos	1735	Outubro, 27	AHU_ACL_CU_017, Cx. 28, D. 2951.	PARECER do Conselho Ultramarino sobre a arrematação do contrato da Pescaria das Baleias no Rio de Janeiro e a recusa de Domingos Gomes da Costa em assinar os lances do dito contrato para uma arrematação futura, por não ter sido aceita sua proposta. Anexo: cartas e provisão (cópia).
Rio de Janeiro Avulsos	1736	Março, 23	AHU_ACL_CU_017, Cx. 27, D. 2895. - deve estar	PARECER do Conselho Ultramarino sobre a conveniência de se continuar a arrematação do contrato da pesca das baleias no Rio de Janeiro, naquela capitania, sem embargo das condições com que foi estabelecido.
Rio de Janeiro Avulsos	1736	Março, 23	AHU_CU_017-01, Cx. 39, D. 9063-9070.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre a arrematação do contrato da pesca das baleias da capitania do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro Avulsos	1736	Junho, 20	AHU_ACL_CU_017, Cx. 28, D. 3002.	CARTA do [provedor interino da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Melo, ao rei [D. João V], remetendo a folha das propinas dos ministros e oficiais do Conselho Ultramarino provenientes dos contratos do tabaco, dízimos reais, pesca das baleias e direitos dos escravos do Rio de Janeiro, confirmando que os valores pagos estão corretos. Anexo: lista (cópia).
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1736	Julho, 30	AHU_CU_017-01, Cx. 40, D. 9477-9480.	INFORMAÇÃO do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, acerca da ordem régia que permitira aos contratadores da pesca das baleias o remeterem os azeites para todos os portos da América e para as Ilhas.

Rio de Janeiro Avulsos	1738	Setembro, 2	AHU_ACL_CU_017, Cx. 31, D. 3233.	CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Melo, ao rei [D. João V], sobre a arrematação de cinco contratos naquela provedoria, o dos dízimos, da pesca das baleias, do subsídio pequeno dos vinhos e aguardentes do Reino e Ilhas, das aguardentes da terra e o do Azeite doce. Anexo: autos de arrematação (cópias), carta e relações (cópias).
Rio de Janeiro Avulsos	1738	Outubro, 30	AHU_ACL_CU_017, Cx. 31, D. 3246.	PARECER do Conselho Ultramarino favorável ao requerimento de Domingos Gomes da Costa, solicitando a faculdade de transporte de azeites para as Ilhas, conforme as condições do Contrato da Pesca das Baleias e licença para enviar dois navios do Rio de Janeiro para as ilhas e que estes retornem com a frota. Anexo: requerimentos, aviso, assento impresso.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1739	Setembro, 4	AHU_CU_017-01, Cx. 44, D. 10420-10425.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre o requerimento de Thomé Gomes Moreira e Pedro Gomes Moreira, em que pedem licença para fazerem a sua custa uma armação de baleias e estabelecerem uma nova fábrica de azeites na Ilha de Santa Catarina.
Rio de Janeiro Avulsos	1740	Maio, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 33, D. 3424.	CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Melo, ao rei [D. João V], informando o valor dos rendimentos auferidos com a cobrança das propinas dos contratos arrematados naquela Provedoria, nomeadamente o contrato das Baleias. Anexo: conhecimento, provisão (cópia), relações (cópias).

Rio de Janeiro Avulsos	1742	Abril, 3	AHU_ACL_CU_017, Cx. 34, D. 3593.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre o requerimento do contratdor da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, Tomás Gomes Moreira, solicitando que ordens para que o Conselho Ultramarino avaliasse a possibilidade do transporte de famílias açorianas para a Ilha de Santa Catarina à custa do suplicante. Obs.: resolução da rainha D. Mariana de Áustria; m. est.; anexos requerimenos, bilhete, despachos, contrato e lei impressos.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	ant. 1742	Dezembro, 13	AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 49, Doc. 11514.	REQUERIMENTO de Thomé Gomes Moreira arrematante do contrato dos azeites de baleia da capitania do Rio de Janeiro, relativo á execução do seu contrato. Tem anexas a informação do corretor da Fazenda e a cópia de algumas condições do contrato. 11.514-11.516

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	ant. 1742	Dezembro, 22	AHU_CU_017-01, Cx. 51, D. 12023-12024.	REQUERIMENTOS (2) de Manuel de Sousa Ribeiro, residente na cidade do Rio de Janeiro, em que pede a entrega de documentos e licença para estabelecer uma armação para a pesca das baleias.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1743	Setembro, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 36, D. 3734.	REQUERIMENTO do ex-contratador do Contrato da Pesca das Baleias de São Paulo, Brás de Pina, ao [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Francisco de Sequeira Cordovil e Melo], solicitando a concessão das sobras de azeite e barbatanas que foram confiscados do atual contratador, a fim de enviar na presente frota, bem como para evitar prejuízos com a corrupção dos gêneros e o empate das embarcações. Obs.: m. est.; anexo requerimentos, requerimentos, certidões e ofício (cópia).

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1744	Maio, 27	AHU_CU_017-01, Cx. 52, D. 12203-12204.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre a pretensão de Thomé Gomes Moreira, contratador do contrato das Baleias da capitania do Rio de Janeiro, relativa a concessão que se lhe fizera de enviar anualmente 2 navios carregados de azeites, para as Ilhas dos Açores.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	ant. 1744	Julho, 13	AHU_CU_017-01, Cx. 53, D. 12423-12432.	REQUERIMENTOS (10) de Thomé Gomes Moreira, arrematante do contrato da Pesca das Baleias nas capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, relativos a execução do seu contrato.

Rio de Janeiro Avulsos	1744	Outubro, 5	AHU_ACL_CU_017, Cx. 37, D. 3825.	CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Melo, ao rei [D. João V], sobre a ordem régia para pagar aos ministros da Sé na data prevista, justificando que o atraso ocorrido no pagamento das cõngruas dos cônegos e mais ministros da Sé do Rio de Janeiro, ficara a dever-se pela pouca liquidez de moeda no almoxarifado, tendo sido necessário recorrer ao rendimento do contrato da Pesca das Baleias para realizar esses pagamentos. AHU-Rio de Janeiro, cx. 43 ,
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1746	Outubro, 14	AHU_CU_017-01, Cx. 55, D. 12756.	CONSULTA do Conselho ultramarino (reformada) relativa a licença que Manuel de Sousa Ribeiro e João Esteves Roballo tinham pedido para estabelecerem uma fábrica e armação de pescar as baleias no Rio de Janeiro e para mandarem anualmente um navio do Rio de Janeiro para as Ilhas, carregado dos azeites da pesca.



Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1747	Janeiro, 24	AHU_CU_017-01, Cx. 56, D. 13033.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, desfavorável a pretensão de Manuel de Sousa Ribeiro e João Esteves Robalo, relativa ao contrato da pesca das baleias.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1749	Outubro, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 42, D. 4352.	REQUERIMENTO do homem de negócio da cidade do Rio de Janeiro, Tomé Gomes Moreira, ao rei D. João V solicitando prorrogação por mais oito anos do direito de manter uma fábrica de pesca de baleias, com as mesmas condições e obrigações contribuindo para o aumento da Fazenda Real na Ilha de Santa Catarina. Obs.: inserido decreto; m. est.; anexo certidões, termo (cópia), procuração, condições do contrato.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	1749	Novembro, 7	AHU_CU_017-01, Cx. 60, D. 14163.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, desfavorável a prorrogação que requerera Thomé Gomes Moreira, negociante da praça do Rio de Janeiro, da concessão da fábrica de pesca das baleias, que estabelecera, a sua custa na Ilha de Santa Catarina.

Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1750	-	AHU_ACL_CU_017, Cx. 42, D. 4370.	CONSULTA (minuta) do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre a arrematação do contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro Avulsos	1753	Maio, 7	AHU_ACL_CU_017, Cx. 46, D. 4675.	PARECER do Conselho Ultramarino, sobre as condições de arrematação dos contratos [da Pesca] das Baleias no Rio de Janeiro, Ilha de São Sebastião e Ilha de Santa Catarina; recomendando que a arrematação seja feita sempre pelo maior lance.
Rio de Janeiro Avulsos	1754	Setembro, 19	AHU_ACL_CU_017, Cx. 48, D. 4801.	PARECER do Conselho Ultramarino, sobre os requerimentos de Tomé Gomes Moreira e Francisco Peres de Sousa, solicitando que se verifique as condições de administração do contrato da Pesca das Baleias no Rio de Janeiro, em virtude do falecimento do arrematante, Pedro Gomes Moreira. Anexo: processo.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	ant. 1754	Outubro, 14	AHU_CU_017-01, Cx. 76, D. 17703-17705.	REQUERIMENTOS (2) de Francisco Peres de Sousa, arrematante do contrato da pesca das baleias da Capitania do Rio de Janeiro, nos quais pede que se lhe passem as ordens necessárias para a execução do seu contrato.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1754	Novembro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 48, D. 4824.	REQUERIMENTO do contratador do contrato das baleias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Santos e São Paulo, Francisco Peres de Sousa, ao rei [D. José], solicitando declaração da forma como deve proceder à tomada das fianças da décima do referido contrato. Anexo: requerimentos.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	ant. 1754	Dezembro, 11	AHU_CU_017-01, Cx. 78, D. 18019-18025.	REQUERIMENTOS (6) de Thomé Gomes Moreira, comerciante da Praça do Rio de Janeiro e arrematante do contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Santos e Ilha de Santa Catarina, relativos a execução do seu contrato.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	ant. 1755	Janeiro, 21	AHU_CU_017-01, Cx. 82, D. 18974-18976.	REQUERIMENTOS (2) de Thomé Gomes Moreira contratador da pesca das baleias, em que pede a suspensão de uma execução e licença para citar o Procurador da Fazenda.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1755	Novembro, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 49, D. 4936.	REQUERIMENTO do contratador da Pesca das Baleias da cidade do Rio de Janeiro, Ilha de São Sebastião, Santos, São Paulo e Ilha de Santa Catarina, Francisco Peres de Sousa, ao rei [D. José], solicitando ordens para que se construam mais tanques para a armazenagem do azeite de peixe, viabilizando a continuidade da referida pesca e consequente comercialização do produto, conforme as condições do contrato. Anexo: carta, certidões, contrato impresso.

Rio de Janeiro Avulsos	1756	Janeiro, 31	AHU_ACL_CU_017, Cx. 50, D. 4976.	CARTA dos oficiais da Câmara de Cabo Frio ao rei [D. José], solicitando concessão de terras para a subsistência dos moradores daquela e da região circunvizinha, alegando que a maioria das sesmarias concedidas aos padres Jesuítas em Araruama, aos índios da aldeia de São Pedro e aos padres carmelitas em Saquarema estavam devolutas; denunciando também a intenção dos Jesuítas em tomar posse da Ponta de Búzios, local em que existia a armação das Baleias; solicitando providências para a promoção da justiça.
Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	ant. 1756	Fevereiro, 23	AHU_CU_017-01, Cx. 82, D. 19026-19027.	REQUERIMENTOS (2) de Francisco Peres de Sousa, contratador da pesca das baleias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, S. Sebastião, Santos e S. Paulo, relativos a execução do seu contrato.

Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)	ant. 1756	Março, 9	AHU_CU_017-01, Cx. 83, D. 19161-19166.	REQUERIMENTOS (3) de Thomé Gomes Moreira arrematante do contrato da pesca das baleias da Capitania do Rio de Janeiro, Ilhas de Santa Catarina e S. Sebastião, Santos e S. Paulo sobre a execução do seu contrato e as suas fianças e a entrega de certos documentos.
Rio de Janeiro Avulsos	1759	Fevereiro, 21	AHU_ACL_CU_017, Cx. 55, D. 5406.	OFÍCIO da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o requerimento do contratador das Baleias, [Francisco Peres de Sousa], solicitando ordens para se suspendam as novas medidas referentes ao seu contrato, decretadas em 10 de Janeiro de 1757.

Rio de Janeiro Avulsos	1759	Abril, 4	AHU_ACL_CU_17, Cx. 55, D. 5423.	OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo]... informando que os contratadores das Baleias pescam em demasia, aproveitando-se do pescado apenas as barbatanas, visto não haver na Ilha de Anhatomirim tanques para o fabrico de azeite; solicitando que se tome medidas para evitar a falta de Baleias naqueles mares.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1759	Abril, 24	AHU_ACL_CU_17, Cx. 55, D. 5427.	REQUERIMENTO do contratador do contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, Francisco Peres de Sousa, ao rei [D. José], solicitando autorização para construir um tanque necessário ao armazenamento do azeite de baleia produzido pelo suplicante do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro Avulsos	1759	Junho, 18	AHU_ACL_CU_017, Cx. 56, D. 5475.	<p>OFÍCIO do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando que seria útil e necessário que se utilizasse o produto obtido no contrato da Pesca das Baleias pela Provedoria da Fazenda Real da Ilha de Santa Catarina, [Manoel Rodrigues de Araújo], como complemento dos rendimentos anuais da mesma Ilha, cobrindo-se com este as despesas das folhas eclesiástica, civil e militar, conforme os precatórios expedidos pelo provedor da Fazenda Real daquela Ilga, e remetendo-se logo que possível as relações e conhecimentos das despesas e receitas para análise na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, conforme o praticado na vila de Santos no caso do pagament das cõngruas</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---



Rio de Janeiro Avulsos	1759	Julho, 7	AHU_ACL_CU_017, Cx. 56, D. 5487.	<p>OFÍCIO dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando com seu parecer sobre o requerimento do atual contratador da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, das Ilhas de Santa Catarina e São Sebastião, de Santos e São Paulo, queixando-se dos prejuízos obtidos com o aumento do imposto cobrado por cada pipa de azeite de peixe, segundo deliberação daquele Senado e da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro; justificando os motivos que tiveram para tomar essa medida, em prol do bem comum e da Fazenda Real, tendo sido aplicado a outros gêneros e não apenas ao azeite de peixe. Anexo: lista de ordens, ofícios (cópias) e ofício (minuta).</p>
------------------------	------	----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1760	Abril, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 59, D. 5691.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre o requerimento do contratador da Pesca das baleias do Rio de Janeiro, Feliciano Gomes Neves, solicitando autorização para proceder ao pagamento repartido da sua dívida, atendendo aos prejuízos obtidos com a arrematação do contrato entre 1750 e 1755. Anexo: requerimento (cópia), bilhete, ofício (cópia) e certidão (cópia), requerimento, carta.
Rio de Janeiro Avulsos	1760	Junho, 21	AHU_ACL_CU_17, Cx. 59, D. 5715.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José ... solicitando a nomeação de juiz comissário para executar os compradores da barba da baleia enviada pelo contratador da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, Tomé Gomes Moreira.

Rio de Janeiro Avulsos	1760	Setembro, 1	AHU_ACL_CU_017, Cx. 60, D. 5753.	DECRETO do rei D. José autorizando aos contratadores da pesca das baleias a navegarem um navio de 600 toneladas ou embarcações que não excedam este número de tonelada, do Rio de Janeiro para Lisboa, fora da frota. Anexo: carta régia (cópia).
Rio de Janeiro Avulsos	1760	Dezembro, 2	AHU_ACL_CU_017, Cx. 60, D. 5768.	OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando a partida de uma sumaca para Pernambuco levando alguma correspondência do Rio de Janeiro para ser entregue em Lisboa, a chegada da frota e as datas de sua possível saída, bem como a partida de outro navio do Rio de Janeiro para Lisboa, com um carregamento de azeite de peixe e barbatana [de Baleias]. Anexo: ofício.

Rio de Janeiro Avulsos	1760	Dezembro, 2	AHU_ACL_CU_017, Cx. 60, D. 5769.	<p>OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando a partida de uma sumaca para Pernambuco levando alguma correspondência do Rio de Janeiro para ser entregue em Lisboa, e a partida de outro navio do Rio de Janeiro para Lisboa, com um carregamento de azeite de peixe e barbatana [de Baleias]. Anexo: ofício.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1760	Dezembro, 2	AHU_ACL_CU_017, Cx. 60, D. 5770.	<p>OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando a partida de uma sumaca para Pernambuco levando alguma correspondência do Rio de Janeiro para ser entregue em Lisboa;</p> <p>agradecendo a confiança depositada e sua disposição em cumprir as ordens do dito secretário, e informando a partida de outro navio do Rio de Janeiro para Lisboa, com um carregamento de azeite de peixe e barbatana [de Baleias].</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1760	Dezembro, 4	AHU_ACL_CU_017, Cx. 60, D. 5773.	<p>OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre o envio de cartas pela frota de Pernambuco; agradecendo os benefícios recebidos, bem como as honrarias feitas a seu irmão; e, informando que remeterá ao Reino as respostas à correspondência oficial pelo navio dos contratadores do contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1761	Fevereiro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 61, D. 5886.	<p>OFÍCIO do intendente-geral do ouro [do Rio de Janeiro], João Tavares de Abreu, ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando o cumprimento da ordem régia, que determinava o envio do rendimento anual do direito senhorial do ouro das Minas Gerais, Goiás e São Paulo; remetendo conhecimento e mapa dos rendimentos desse ano de 1761, a bordo de um dos navios pertencentes aos contratadores da Pesca das Baleias que se prepara para deixar o porto do Rio de Janeiro com destino ao Reino.</p>
------------------------	------	---------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1761	Março, 1	AHU_ACL_CU_017, Cx. 62, D. 5906.	OFÍCIO de João da Costa de Ataíde ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando o atraso na partida do navio do contrato das baleias devido às reparações que necessita num dos mastros; solicitando o envio de fardamento para os marinheiros, bem como de materiais para a reparação da referida embarcação.
Rio de Janeiro Avulsos	1761	Março, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 62, D. 5931.	CARTA do provedor interino da Fazenda Real do Rio de Janeiro, desembargador João Cardoso de Azevedo, ao rei [D. José], informando seu parecer sobre o requerimento de Lopes Loureiro, solicitando a atribuição de algum dinheiro para custear o contrato [da Pesca] das Baleias, bem como licença para se proceder à alteração de algumas condições desse contrato. Anexo: requerimento.



Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1762	Março, 3	AHU_ACL_CU_017, Cx. 64, D. 6073.	REQUERIMENTO do contratador da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, Ilha de Santa Catarina, São Sebastião, Santos e São Paulo, Pedro Pinto da Costa, ao rei [D. José], solicitando a revisão do contrato por si arrematado, visto discordar com as disposições do decreto de 26 de Agosto de 1760, no qual se ordena que o suplicante deveria continuar com preço igual ao estabelecido nas condições do seu contrato, até ordem em contrário. Anexo: requerimento e certidões.
------------------------	-----------	----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1762	Abril, 20	AHU_ACL_CU_017, Cx. 64, D. 6104.	OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que, apesar da autorização concedida ao contratador da Pesca das Baleias, Francisco Peres de Sousa, para viajar do Rio de Janeiro para Lisboa sem acompanhamento da frota quando realizar apenas o transporte de azeites, barbatanas e outros pequenos produtos, mandará revistar essas mercadorias de forma a evitar o seu contrabando. Anexo: certidão.
Rio de Janeiro Avulsos	1762	Abril, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 64, D. 6115.	OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo]... informando a partida de um navio carregado de azeite de peixe e outros gêneros pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro Avulsos	1762	Abril, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 64, D. 6117.	<p>OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando a partida do porto do Rio de Janeiro do navio dos contratadores da Pesca das baleias daquela capitania; comentando que os desentendimentos entre espanhóis e portugueses, provocaram a assinatura de um tratado com o rei de Espanha tão prejudicial a Portugal; referindo as possibilidades de defesa do Rio de Janeiro e da Bahia. Anexo: ofício.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1762	Maio, 26	AHU_ACL_CU_017, Cx. 65, D. 6126.	<p>OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a licença concedida aos contratadores dos contratos da Pesca das Baleias para carregar os navios com produtos do contrato; remetendo as notícias enviadas pelo governador da [Nova] Colônia do Sacramento, Inácio Elói de Madureira, pelo coronel de Dragões, Tomás Luís de Osório, e pelo sargento-mor dos Dragões, Francisco Barreto Pereira Pinto. Anexo: ofícios (cópias), lista (cópia), instrução (cópia) e relações.</p>
------------------------	------	----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1763	Abril, 6	AHU_ACL_CU_017, Cx. 67, D. 6259.	OFÍCIO de José do Couto Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo memorial que contém as acusações proferidas contra o desembargador Agostinho Luís Ribeiro Vieira, do tempo em que serviu como ouvidor em Vila Boa de Goiás, e da forma indigna como executou o testamento do contratador das baleias João do Couto Pereira. Anexo: instrumento de justificação e lembrete.
Rio de Janeiro Avulsos	1763	Abril, 8	AHU_ACL_CU_017, Cx. 67, D. 6270.	CARTA do corregedor do Cível da Relação do Rio de Janeiro, Gonçalo José Brito Barros, ao rei [D. José], remetendo auto do processo de prisão e seqüestro dos bens feito a Manoel Luís Vieira, testamenteiro do administrador do contrato da Pesca das Baleias, João do Couto Pereira. Obs.: m. est.; anexo auto de prisão e seqüestro (traslado).

Rio de Janeiro Avulsos	1763	Abril, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 67, D. 6273.	CARTA PRECATÓRIA (traslado) do desembargador dos Agravos, Apelações Cíveis e Crimes da Relação do Rio de Janeiro, João Cardoso de Azevedo, determinando a realização de diligências a respeito do pedido de Luísa Maria de Figueiredo, viúva de Tomé Gomes Moreira, devedor de uma quantia correspondente à arrematação dos contratos da Pesca das Baleias e dos Dízimos reais da cidade do Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro Avulsos	1763	Junho, 20	AHU_ACL_CU_017, Cx. 68, D. 6308	DECRETO do rei D. José, concedendo licença ao contratador da Pesca das Baleias do Estado do Brasil, Francisco Peres de Sousa, para passar ao Rio de Janeiro a fim de levar alguns gêneros necessários ao transporte do azeite de baleia. Anexo: aviso (minuta).

Rio de Janeiro Avulsos	1764	Junho, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 71, D. 6542.	<p>OFÍCIO do intendente-geral do ouro do Rio de Janeiro, João Tavares de Abreu, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo a lista da tripulação da galera Bom Jesus de Vila Nova e Almas, comandada pelo capitão Manoel dos Santos, que havia partido do Rio de Janeiro com destino à Lisboa, fretada pelos contratadores da pesca das baleias para transportar os gêneros do mesmo contrato. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1764	Julho, 14	AHU_ACL_CU_017, Cx. 72, D. 6576.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, encaminhando as relações e recibos referentes à remessa, para Lisboa, pela charrua Nossa Senhora da Purificação, de que é mestre o capitão Manoel Monteiro, das madeiras para a Ribeira das Naus e, pela galera Bom Jesus de Vilanova, Santo Antônio e Almas, de que é mestre o capitão Manoel dos Santos, [das pipas de azeite de peixe e barbatanas de baleia do Contrato das Baleias, além de viveiros com pássaros e de duas antas]. Anexo: ofício, recibos, relações.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---



Rio de Janeiro Avulsos	1765	Março, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 74, D. 6744.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que a galera Nossa Senhora do Porto e São José, comandada pelo capitão José Antônio Lima, estava de partida para Lisboa, conduzindo um carregamento de pipas e barricas de azeite de peixe e fardos de barbatanas, pertencente aos sócios José do Couto Pereira, João Carneiro da Silva e João Hopman, do contrato da pesca das baleias no Rio de Janeiro, estando a dita carga sujeita à inspeção para a apreensão de possíveis contrabandos. Anexo: relações.</p>
------------------------	------	----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1765	Março, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 74, D. 6748.	<p>OFÍCIO do [intendente geral do ouro do Rio de Janeiro], João Tavares de Abreu, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando a partida para Lisboa da galera Nossa Senhora do Porto, de que é mestre José António Lima, transportando os gêneros pertencentes ao contrato da pesca das baleias.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1765	Junho, 18	AHU_ACL_CU_017, Cx. 75, D. 6774.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando que o retardamento da partida do navio com a carga do contrato das baleias para Lisboa, era devido à possibilidade da chegada de embarcações com notícias sobre o bloqueio da Nova Colônia do Sacramento; mencionando a movimentação na fronteira do Rio Grande de São Pedro, afirmando ter enviado tropas para reforçar as guarnições de Viamão e Rio Pardo, registrando ainda a desconfiança pelo fato de terem arribado, no Rio de Janeiro, navios espanhóis carregados de tropas e armamentos sob o pretexto de irem para o Chile e para Manilha, sabendo-se que o mar, na altura do Cabo Horn, se</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1765	Setembro, 5	AHU_ACL_CU_017, Cx. 75, D. 6824.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a ordem real que permitia aos navios do contrato da baleia carregarem 600 toneladas de cada vez, contanto que fossem só gêneros do contrato (azeite e barbatanas), sendo proibidos outros, que seria confiscados, tendo em cumprimento desta ordem, mandando examinar as galeras Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Lapa, de que é mestre José Batista, e Santa Ana e Bom Jesus das Boa Nova, de que é mestre Manoel de Paiva Garrido, anexando os respectivos conhecimentos, que comprovavam o conteúdo de sua carga, a primeira do contrato de Francisco Perez de Sousa e a segunda, do de José de Sousa Abreu. Anexo:</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1765	Setembro, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 75, D. 6825.	<p>OFÍCIO do intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo relações da equipagem e da carga da galera Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Lapa, de que é capitão José Batista e da corveta Nossa Senhora da Oliveira e São José, de que é capitão Francisco Manoel Rebelo, de partida para Lisboa, transportando, a primeira, azeite e barbatanas pertencentes ao contrato da pesca das baleias, administrado por Francisco Perez de Sousa. Anexo: relações.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	post. 1765	Setembro, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 75, D. 6842.	EXTRATO dos ofícios do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datados entre 5 e 17 de setembro de 1965, tratando da carga que levam os navios do contrato das baleias; sobre a cobrança das propinas de vice-reis; presença dos castelhanos no Rio Grande de São Pedro, Nova Colônia do Sacramento e Ilha de Santa Catarina; chegada de novos oficiais e promoções de militares.
------------------------	------------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1765	Novembro, 4	AHU_ACL_CU_017, Cx. 76, D. 6875.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que em atendimento à ordem régia de 26 de agosto de 1760, havia despachado para Lisboa a corveta São José e Santa Rita, de que é mestre Antônio José Rodrigues e a galera Nossa Senhora do Carmo, Santo Antônio e Almas, de que é mestre João Ventura da Silva, conduzindo pipas de azeite de peixe e fardos de barbatanas de baleias, referentes a carga do contrato da pesca da baleia do Rio de Janeiro, conforme relações em anexo. Anexo: ofício, listas e relação.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1765	Novembro, 7	AHU_ACL_CU_017, Cx. 76, D. 6879.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que, em obediência à ordem régia relativa aos desertores e traidores que colaboravam com os castelhanos, remetera preso para Lisboa, pelo navio do contrato das baleias, de que é mestre José Batista, o vigário de Viamão, padre José Carlos da Silva, tendo dificuldades em prender outros, porque se espalharam pelas serras do sul; mencionando ainda que o assentamento das famílias açoreanas e a criação dos aldeamentos indígenas na Rio Grande de São Pedro seriam efetuados após a solução dos conflitos militares.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	---



Rio de Janeiro Avulsos	1765	Novembro, 4	AHU_ACL_CU_017, Cx. 76, D. 6889.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que, em atendimento à ordem régia de 26 de agosto de 1760, havia despachado para Lisboa a galera Nossa Senhora do Porto Salvo, de que é mestre Isidoro Francisco Lopes, conduzindo pipas de azeite de peixe, da carga do contrato da pesca da baleia do Rio de Janeiro, conforme lista em anexo. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1765	Novembro, 12	AHU_ACL_CU_017, Cx. 76, D. 6902.	CARTA da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro ao rei [D. José], remetendo o mapa das cargas embarcadas nos navios da frota de 1765, que partiria em breve para Lisboa, composta de 20 navios, conduzindo paus de tapinhoã e de jacarandá, caixas de açúcar, além de couros e madeiras diversas, e mais 4, conduzindo os gêneros do contrato das baleias. Anexo: mapa.
------------------------	------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Janeiro, 21	AHU_ACL_CU_017, Cx. 77, D. 6938.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que a corveta Nossa Senhora da Conceição, Atalaia e São José, de que é mestre Antônio Monteiro Neves, havia partido para Lisboa conduzindo pipas de azeite de peixe e fardos de barbatanas, carregamento referente ao contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro, aprovado pela Mesa de Inspeção. Anexo: ofício e relação.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Janeiro, 21	AHU_ACL_CU_017, Cx. 77, D. 6939.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que o navio Nossa Senhora da Piedade das Chagas, de que é mestre Joaquim dos Santos, havia partido para Lisboa conduzindo pipas de azeite de peixe e fardos de barbatanas, carregamento referente ao contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro, aprovado pela Mesa de Inspeção. Anexo: ofício e relação.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Janeiro, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 77, D. 6942.	<p>OFÍCIO do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a partida para Lisboa do corsário Nossa Senhora da Piedade das Chagas, de que é capitão Joaquim dos Santos, conduzindo pipas de azeite de peixe e fardos de barbatanas, referente ao contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro, anexando sua listagem, assim como a da tripulação. Anexo: manifesto (cópia), relação e lembrete.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Abril, 11	AHU_ACL_CU_017, Cx. 77, D. 6998.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que, em atendimento à ordem régia de 26 de agosto de 1760, permitindo que navios conduzissem para Lisboa, fora das frotas, exclusivamente as cargas referentes ao contrato da pesca das baleias, havia partido do Rio de Janeiro o navio Nossa Senhora da Atalaia, de que é mestre Manoel Teixeira de Carvalho, transportando tonéis e pipas de azeite de peixe, além de fardos de barbatanas de baleias. Anexo: relação.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Abril, 11	AHU_ACL_CU_017, Cx. 77, D. 6999.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que em atendimento à ordem régia de 26 de agosto de 1760, permitindo que navios conduzissem para Lisboa, fora das frotas, exclusivamente as cargas referentes ao contrato da pesca das baleias, havia partido do Rio de Janeiro a galera Bom Jesus do Além, de que é mestre Manoel Pinto Franco, transportando toneletes e pipas de azeite de peixe. Anexo: relação.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Abril, 11	AHU_ACL_CU_017, Cx. 77, D. 7000.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que em atendimento à ordem régia de 26 de agosto de 1760, permitindo que navios conduzissem para Lisboa, fora das frotas, exclusivamente as cargas referentes ao contrato da pesca das baleias, havia partido do Rio de Janeiro o navio São Pedro de Rates, de que é mestre José Pereira de Miranda, transportando tonéis e pipas de azeite de peixe, além de fardos de barbatanas de baleias. Anexo: relação.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	--



Rio de Janeiro Avulsos	1766	Abril, 14	AHU_ACL_CU_017, Cx. 78, D. 7010.	<p>OFÍCIO do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo relações das cargas de azeite de peixe e barbatanas pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, transportadas para Lisboa nos navios Nossa Senhora da Atalaia, de que é capitão Manoel Ferreira de Carvalho, São Pedro de Rates, de que é mestre José Pereira de Miranda, e na galera Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Esperança, de que é mestre Manoel Pinto Franco. Anexo: relações.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Abril, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 78, D. 7011.	<p>OFÍCIO do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo listas da tripulação, dos passageiros e da carga de azeite de peixe e barbatanas pertencentes ao contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro, transportados no navio Nossa Senhora da Atalaia e Almas, de que é capitão Manoel Teixeira de Carvalho, para Lisboa. Anexo: lista e lista (cópia).</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Abril, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 78, D. 7012.	<p>OFÍCIO do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo listas da tripulação, dos passageiros e da carga de azeite de peixe e barbatanas pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, transportados no navio São Pedro de Rates, de que é capitão José Pereira de Miranda, para Lisboa.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Abril, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 78, D. 7013.	<p>OFÍCIO do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo listas da tripulação, dos passageiros e da carga de azeite de peixe e barbatanas pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, transportados na galera Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Esperança, de que é capitão Manoel Pinto Franco, para Lisboa. Anexo: lista e lista (cópia).</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Abril, 21	AHU_ACL_CU_017, Cx. 78, D. 7034.	<p>OFÍCIO do [juiz da Alfândega de Lisboa], Carlos Antônio da Silva Franco, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], informando que havia efetuado a vistoria do navio São José e Princesa Real, de que á capitão Antônio José Ribeiro, fundeado no porto de Lisboa, procedente do Rio de Janeiro, tendo passado pela Bahia, transportando pipas de azeite de peixe, fardos de barbatanas de baleia, couros em cabelo, toras de jacarandá, e levando também um frei franciscano da Província da Piedade que havia sido preso na Bahia. Anexo: mapa.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Maio, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 78, D. 7044.	<p>OFÍCIO do [juiz da Alfândega de Lisboa], Carlos Antônio da Silva Franco, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que havia efetuado a inspeção ao navio Nossa Senhora da Piedade das Chagas, de que é capitão Joaquim dos Santos, fundeado no porto de Lisboa vindo do Rio de Janeiro, transportando pipas de azeite de peixe e meios-fardos de barbatanas de baleias, além de alguma correspondência oficial e amostras de minério de ferro, encontradas na capitania de São Paulo. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	---------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Julho, 13	AHU_ACL_CU_017, Cx. 78, D. 7060.	<p>OFÍCIO do juiz corregedor do Bairro Alto de Lisboa, Manoel José de Faria e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que havia feito a visita do ouro aos navios precedentes do Rio de Janeiro, que transportavam azeite de peixe, toras de tapinhoã e de cedro, açúcar, barbatanas de baleia e paus de canela, de seu nome São Pedro de Rates e Santa Quitéria, de que é capitão José Pereira, Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Esperança, de que é capitão Manoel Pinto Franco, o qual também transportava preso frei Francisco das Mercês, e Nossa Senhora da Atalaia e Almas, de que é capitão Manoel Teixeira de Carvalho, transportando o preso francês Martinho José. Anexo: relações.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Setembro, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 78, D. 7084.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que dos quatro navios saídos de Lisboa a 27 de abril, apenas três haviam chegado ao Rio de Janeiro, faltando uma galera do abril, apenas três haviam chegado ao Rio de Janeiro, faltando uma galera do Pedro, que deixara a Nova Colônia do Sacramento há seis meses, conduzindo o tenente-coronel Vasco Fernandes Pinto Alpoim ao Rio de Janeiro; ressaltando que seriam necessários navios mais robustos para o percurso entre Laguna e o estuário do Rio da Prata, por ser muito perigoso no Inverno; declarando que aguarda a chegada de seu sucessor, visto o seu triênio de governo já estar terminando.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	--



Rio de Janeiro Avulsos	1766	Setembro, 18	AHU_ACL_CU_017,Cx. 79, D. 7092.	<p>OFÍCIO da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acusando o recebimento do ofício que comunicava a abolição, pelo alvará de 20 de setembro de 1765 da navegação em frotas e esquadras para os portos do Brasil, podendo-se transportar livremente as mercadorias. Envia a relação da carga da galera Nossa Senhora do Porto Salvo, de que é capitão Isidoro Francisco Lopes que partia do Rio de Janeiro rumo à Lisboa, carregando pipas de azeite de peixe, barbatanas de baleia, couros e caixas de açúcar. Anexo: relações (cópias).</p>
------------------------	------	--------------	---------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Setembro, 18	AHU_ACL_CU_017, Cx. 79, D. 7093.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo a relação da carga do navio Nossa Senhora do Porto Salvo, de que é capitão Isidoro Francisco Lopes, de partida para Lisboa, conduzindo pipas de azeite de peixe e fardos de barbatanas, pertencentes ao contrato da pesca das baleias. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Setembro, 19	AHU_ACL_CU_017, Cx. 79, D. 7094.	<p>OFÍCIO do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo relação da carga da galera Nossa Senhora do Porto Salvo, de que é capitão Isidoro Francisco Lopes que partia do Rio de Janeiro rumo à Lisboa, carregada com pipas de azeite de peixe e fardos de barbatanas, pertencentes ao contrato da pesca das baleias. Anexo: lista (cópia).</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Novembro, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 79, D. 7117.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo a relação da carga do navio Nossa Senhora da Piedade das Chagas, de que é capitão Antônio José de Lima, de partida para Lisboa, conduzindo pipas de azeite de peixe e fardos de barbatanas, pertencentes ao contrato da pesca das baleias. Anexo: relação.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Novembro, 16	AHU_ACL_CU_017, Cx. 79, D. 7119.	<p>OFÍCIO do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo a relação demonstrativa da carga de azeite de peixe e barbatanas pertencentes ao contrato da pesca das baleias e dos cabedais que foram embarcados, para Lisboa, no navio Nossa Senhora do Porto Salvo, mas, por este ter tido problemas e arribado ao porto do Rio de Janeiro foram transferidos para o navio Nossa Senhora da Piedade das Chagas, de que é capitão Antônio José de Lima. Anexo: relação.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1766	Dezembro, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 79, D. 7136.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo a relação da carga da galera Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Lapa, comandado pelo mestre José Batista, de partida para Lisboa, conduzindo 265 pipas de azeite de peixe e 11 fardos de barbatanas, pertencentes ao contrato da pesca das baleias, de acordo com a lei de 10 de setembro de 1765. Anexo: relação.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1767	Janeiro, 8	AHU_ACL_CU_017, Cx. 79, D. 7139.	<p>OFÍCIO do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo listas dos gêneros pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, administrado por Francisco José da Fonseca, transportadas na galera Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Lapa, de que era capitão José Batista, bem como da tripulação que compunha a embarcação. Anexo: lista (cópia) e lista.</p>
------------------------	------	------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1767	Janeiro, 8	AHU_ACL_CU_017, Cx. 79, D. 7140.	<p>OFÍCIO do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo listas dos gêneros pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, administrado por Francisco</p> <p>José da Fonseca, transportadas na galera Bom Jesus do Além e Nossa Senhora da Lapa, de que era capitão José Batista, bem como da tripulação que compunha a embarcação.</p> <p>Anexo: lista (cópia) e lista.</p>
------------------------	------	------------	----------------------------------	--



Rio de Janeiro Avulsos	1767	Fevereiro, 21	AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7171.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de</p> <p>Mendonça Furtado, remetendo lista das 245 pipas de azeite de peixe e 70 fardos de barbatanas, pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, transportadas no navio Nossa Senhora do Carmo, Santo Antônio e Almas, de que era mestre João Ventura da Silva, com licença de partida para Lisboa.</p> <p>Anexo: lista.</p>
------------------------	------	---------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1767	Fevereiro, 21	AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7172.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista das 260 pipas de azeite de peixe e 56 fardos de barbatanas, pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, transportadas no navio Nossa Senhora de Nazaré, de que era mestre Nicolau dos Santos, com licença de partida para Lisboa.</p> <p>Anexo: lista.</p>
------------------------	------	---------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1767	Abril, 11	AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7220.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo a lista das 234 pipas de azeite de peixe e 446 quintais de barbatanas, pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias no Rio de Janeiro, transportadas a bordo da galera Nossa Senhora da Conceição e São José, comandada pelo mestre Antônio da Silva Regelo, com licença de partida para Lisboa. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1767	Abril, 13	AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7222.	<p>OFÍCIO do [desembargador] e intendente-geral do ouro do Rio de Janeiro, José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo listas da carga pertencente ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, da equipagem e tripulação</p> <p>embarcadas na galera Nossa Senhora da Conceição e São José, comandada pelo mestre Antônio da Silva Regelo, levando como capelão o padre João de Castro Ramalho, com licença de partida para Lisboa. Anexo: lista (cópia) e lista.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1767	Julho, 7	AHU_ACL_CU_017, Cx. 81, D. 7270.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista das 376 pipas de azeite de peixe e 30 fardos de barbatanas, pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias no Rio de Janeiro, transportadas no navio Nossa Senhora da Luz e Santa Ana, do mestre Manoel da Costa Bastos, com licença de partida para Lisboa.</p> <p>Anexo: lista.</p>
------------------------	------	----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1767	Novembro, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 83, D. 7407.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares] a [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista do azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias no Rio de Janeiro, transportadas no navio Nossa Senhora [do Monte] do Carmo e Senhora da Cana Verde, de que é mestre José Gomes da Cunha, com destino à Corte.</p> <p>Anexo: lista.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1768	Março, 5	AHU_ACL_CU_017, Cx. 84, D. 7464.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista do azeite pertencente ao Contrato da Pesca das Baleias, transportado a bordo da galera Santa Ana e São Domingos, de que era mestre Antônio Luís da Piedade, bem como dos passageiros particulares que nesta embarcaram com destino à Corte. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1768	Março, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 84, D. 7473.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista do azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias daquela capitania, transportados a bordo do navio Nossa Senhora da Boa Viagem e São Lourenço, de que é mestre Antônio de Abreu Marques, bem como dos passageiros particulares nele embarcados com destino ao Reino. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---



Rio de Janeiro Avulsos	1768	Abril, 21	AHU_ACL_CU_017, Cx. 84, D. 7494.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares] a [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista do azeite pertencente ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, transportado na corveta Nossa Senhora da Vitória e Corpo Santo, de que é mestre Manoel da Luz, bem como dos passageiros particulares que nela embarcaram com destino ao Reino.</p> <p>Anexo: lista.</p>
------------------------	------	-----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1768	Agosto, 6	AHU_ACL_CU_017, Cx. 86, D. 7565.	REQUERIMENTO de Tomé de Castro ao rei [D. José], solicitando ordens para que o procurador da Fazenda Real mande examinar os autos da execução dos embargos feitos pelo Juízo da Fazenda ao suplicante enquanto testamenteiro do arrematador do Contrato das Baleias, de Tomé Gomes Moreira. Anexo: requerimentos, certidões e carta.
------------------------	-----------	-----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1768	Setembro, 26	AHU_ACL_CU_017, Cx. 86, D. 7593.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista do azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, transportados no navio São Pedro de Rates, de que é mestre José Pereira de Miranda, bem como dos passageiros particulares nele embarcados com destino à Corte. Anexo: lista.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1768	Novembro, 16	AHU_ACL_CU_017, Cx. 87, D. 7641.	REQUERIMENTO de Tomé de Castro, como testamenteiro de Tomé Gomes Moreira, ao rei [D. José], solicitando a restituição da propina paga na primeira arrematação do contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, por ter sido considerada inválida. Anexo: requerimento e bilhete.

Rio de Janeiro Avulsos	1768	Novembro, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 87, D. 7648.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista das pipas de azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, transportadas no navio Nossa Senhora [do Monte] do Carmo e Senhor da Cana Verde, de que é mestre José Batista, com destino à Corte, bem como dos passageiros particulares nele embarcados. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1768	Novembro, 29	AHU_ACL_CU_017, Cx. 87, D. 7651.	<p>OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista da tripulação do navio Nossa Senhora do Monte do Carmo e Senhor da Cana Verde, [de que é mestre José Batista], e relação da carga transportada, pertencente ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro. Anexo: relação e lista.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1768	Dezembro, 1	AHU_ACL_CU_017, Cx. 87, D. 7652.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista das pipas de azeite pertencente ao contrato da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro, transportadas no navio Santo Antônio de Pádua, de que é mestre Antônio Leonardo de Mendonça, bem como dos passageiros particulares nele embarcados com destino à Corte. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1769	Fevereiro, 20	AHU_ACL_CU_017, Cx. 87, D. 7675.	<p>OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a visita de averiguação feita ao navio Nossa Senhora da Piedade das Chagas, de que é capitão Antônio José de Lima, e que vai carregado de gêneros pertencentes ao contrato das baleias e envia a relação da carga dos nomes seus dos passageiros e tripulantes. Anexo: lista e relação.</p>
------------------------	------	---------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1770	Fevereiro, 14	AHU_ACL_CU_017, Cx. 89, D. 7795.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês de Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o envio para o Reino da lista do azeite pertencente ao contrato da pesca das baleias pela corveta Nossa Senhora da Vitória, do mestre Antônio da Silva Regelo; informando também que a dita embarcação leva cargas de particulares. Obs.: Martinho de Melo e Castro assumiu a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar a 4 de Janeiro de 1770, por falecimento de Francisco Xavier de Mendonça Furtado; anexo lista.</p>
------------------------	------	---------------	----------------------------------	---



Rio de Janeiro Avulsos	1770	Fevereiro, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 89, D. 7801.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês de Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo ao Reino a lista do azeite e demais efeitos pertencentes ao contrato da pesca das baleias, enviada pelo navio por invocação Nossa Senhora do Carmo e Senhor da Cana Verde, capitão José Batista; informa também que a dita embarcação leva cargas de particulares.</p> <p>Anexo: lista.</p>
------------------------	------	---------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1770	Fevereiro, 23	AHU_ACL_CU_017, Cx. 89, D. 7817.	<p>OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], enviando relação em que consta a tripulação, equipagem do navio por invocação Nossa Senhora do Carmo e Nosso Senhor da Cana Verde, de que é capitão José Batista, que vai carregado dos efeitos pertencentes ao contrato das baleias com destino à Lisboa. Anexo: lista, relação.</p>
------------------------	------	---------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1770	Julho, 6	AHU_ACL_CU_017, Cx. 90, D. 7898.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês de Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo ao Reino a lista do azeite e efeitos pertencentes ao contrato da pesca das baleias, através do bergantim Santa Ana e Almas, de que é mestre Joaquim Antônio Lopes.</p> <p>Anexo: lista.</p>
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1770	Agosto, 18	AHU_ACL_CU_017, Cx. 90, D. 7920.	<p>REQUERIMENTO de Feliciano Gomes Neves, ao rei [D. José], solicitando o ofício ou a serventia do ofício de carcereiro, servindo os ordenados do mesmo para pagar sua dívida para com a Fazenda Real, do tempo em que foi contratador do contrato das Baleias do Rio de Janeiro.</p> <p>Anexo: requerimento.</p>

Rio de Janeiro Avulsos	1770	Dezembro, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 92, D. 7989.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês de Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, encaminhando a relação do azeite e efeitos pertencentes ao contrato da pesca das baleias, que vão pela corveta Nossa Senhora da Guia e Santa Rita, de que é mestre Manoel Nogueira, lembrando que a dita embarcação também leva carga de particulares. Anexo: relação.
Rio de Janeiro Avulsos	1771	Fevereiro, 18	AHU_ACL_CU_017, Cx. 92, D. 8024.	OFÍCIO (cópia de capítulo) do administrador do contrato das baleias, Francisco José da Fonseca, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], referindo-se á dívida do contrato e remetendo o balanço da conta pendente entre a Fazenda Real e a administração daquele contrato. Anexo: relação.

Rio de Janeiro Avulsos	1771	Março, 30	AHU_ACL_CU_017, Cx. 92, D. 8034.	OFÍCIO do [vice-rei do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação dos produtos relativos ao contrato da pesca da baleia azeite de peixe e barbatanas, transportadas para Lisboa pelo navio Princesa do Brasil, de que é capitão Antônio José de Lima. Anexo: relação.
------------------------	------	-----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1771	Maio, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 92, D. 8047.	<p>OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação dos oficiais e tripulação do navio por invocação de Nossa Senhora do Livramento e São Frutuoso, de que é capitão José Lopes da Costa, e enviando relação das mercadorias do contrato das baleias transportadas pelo dito navio, que segue viagem para Lisboa.</p> <p>Anexo: requerimento, listas.</p>
------------------------	------	----------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1771	Maio, 21	AHU_ACL_CU_017, Cx. 92, D. 8048.	OFÍCIO do [auditor-geral da Marinha] José Roberto Vidal da Gama, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], relatando a inspeção à corveta Nossa Senhora da Vitória, de que é capitão José Pereira Fincão, e à corveta Nossa Senhora da Nazaré e São José, de que é capitão José Garcia Duarte, remetendo relações dos produtos transportados pelas duas corvetas do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: listas.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1771	Maio, 27	AHU_ACL_CU_017, Cx. 92, D. 8049.	REQUERIMENTO de Manoel Francisco de Araújo ao rei [D. José], solicitando certidão do capítulo 13 das condições do contrato das baleias do Rio de Janeiro, arrematado no ano de 1765, por Inácio Pedro Quintela e outros.

Rio de Janeiro Avulsos	1771	Junho, 13	AHU_ACL_CU_017, Cx. 93, D. 8056.	OFÍCIO do [auditor-geral da Marinha], desembargador José Roberto Vidal da Gama, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], comunicando a inspeção ao navio Nossa Senhora do Carmo e Senhor da Cana Verde, [de que é capitão José Batista], remetendo a relação de açúcar, azeite de baleia, couro e outros gêneros transportados do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: relação.
Rio de Janeiro Avulsos	1771	Junho, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 93, D. 8061.	OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relações dos oficiais e tripulação do bergantim Santa Ana e Almas, de que é capitão Antônio Lopes, e do azeite de baleia transportado pelo dito navio, para Lisboa. Anexo: relações.



Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1771	Julho, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 93. D. 8073.	REQUERIMENTO de Tomé de Castro Moreira Correia de Sá, testamenteiro e neto do contratador dos dízimos do Rio de Janeiro, Tomé Gomes Moreira, ao rei [D. José], solicitando, por certidão, o teor do termo da arrematação que se fez a Pedro Gomes Moreira do contrato da pesca da baleia do Rio de Janeiro e suas capitanias subordinadas São Paulo e Ilha de Santa Catarina, no ano de 1753.
Rio de Janeiro Avulsos	1771	Julho, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 93, D. 8075.	OFÍCIO do [auditor-geral da Marinha], desembargador José Roberto Vidal da Gama, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], comunicando a inspeção ao navio São Pedro de Rates, de que é capitão José Pereira de Miranda, remetendo relação do azeite de baleia, couros, aguardente de cana e açúcar transportados pelo dito navio do Rio de Janeiro para as cidades de Lisboa e Porto. Anexo: relação.

Rio de Janeiro Avulsos	1771	Agosto, 3	AHU_ACL_CU_017, Cx. 93, D. 8077.	OFÍCIO do [auditor-geral da Marinha], desembargador José Roberto Vidal da Gama, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], comunicando a inspeção ao navio Nossa Senhora do Livramento de que é capitão José Lopes da Costa, remetendo relação de azeite de baleia, açúcar, couro e madeira transportados pela dita corveta do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: relação.
Rio de Janeiro Avulsos	1772	Maio, 1	AHU_ACL_CU_017, Cx. 94, D. 8144.	OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação da carga de azeite de baleia, assim como a tripulação da galera Nossa Senhora da Nazaré, de que é capitão, José Francisco de Macedo, que segue viagem do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: relação, lista.

Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1772	Julho, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 94, D. 8163.	REQUERIMENTO de Tomé de Castro Moreira Correia de Sá, testamenteiro de [seu avô] Tomé Gomes Moreira, ao rei [D. José], solicitando nova provisão para continuar na causa do libelo cível contra o procurador da Fazenda do Ultramar, [José da Costa Ribeiro] por causa dos problemas que teve seu avô com a arrematação do contrato das baleias. Anexo: requerimentos.
Rio de Janeiro Avulsos	1772	Julho, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 94, D. 8169.	OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a relação dos oficiais e tripulação do navio Princesa do Brasil, de que é capitão Antônio José de Lima, e relação da carga de azeite de baleia e de barbatanas, transportada pelo dito navio do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: relação, lista.

Rio de Janeiro Avulsos	1772	Dezembro, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 95, D. 8205.	OFÍCIO do [auditor-geral da Marinha e desembargador] José Roberto Vidal da Gama, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], remetendo a relação da carga de azeite de baleia, barbatanas, madeira e tapioca que transportou, do Rio de Janeiro para Lisboa, o bergantim Santa Ana e Almas, de que é capitão Joaquim António Lopes. Anexo: relação.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1774	Janeiro, 26	AHU_ACL_CU_017, Cx. 96, D. 8312.	REQUERIMENTO de um dos sócios e caixa do contrato das Baleias, Francisco José da Fonseca, ao [vice-rei do Estado do Brasil, marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], solicitando licença para, junto com o capitão de uma embarcação inglesa Thomas Lothrop, sair a pesca de peixes [baleias espermacites]. Anexo: informações.

Rio de Janeiro Avulsos	1774	Fevereiro, 7	AHU_ACL_CU_017, Cx. 96, D. 8318.	<p>OFÍCIO do [cirurgião-mor do hospital real militar], Idelfonso José da Costa Abreu ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando que o ajudante das ordens do vice-rei do Estado do Brasil, Pedro da Gama lhe apresentou um capitão inglês que viera à costa do Brasil pescar baleias ensinando todas as técnicas de pesca, mostrando todos os seus instrumentos; pretendendo autorização para pescar na costa da América do Sul.</p>
------------------------	------	--------------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1774	Abril, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 96, D. 8341.	OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação dos oficiais e mais tripulação do navio São Zacarias Nossa Senhora da Conceição e Almas, de que é capitão Joaquim Bernardo Dias, bem como lista da carga que transporta, referente ao contrato da pesca das baleias. Anexo: relação, lista.
Rio de Janeiro Avulsos	1774	Maior, 8	AHU_ACL_CU_017, Cx. 96, D. 8348.	OFÍCIO do [cirurgião-mor do hospital real militar], Ildefonso José da Costa e Abreu ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, relatando o sucesso com a expedição para a Índia e informando que no Rio de Janeiro os pescadores portugueses foram a bordo de um navio de pesca inglês para aprenderem novas técnicas para a pesca das baleias.

Rio de Janeiro Avulsos	1774	Julho, 22	AHU_ACL_CU_017, Cx. 97, D. 8366.	OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação da tripulação da corveta Santa Isabel Rainha de Portugal, de que é capitão Joaquim Pereira Pederneira, bem como a lista da carga do contrato da pesca da baleia.
Rio de Janeiro Avulsos	1775	Janeiro, 14	AHU_ACL_CU_017, Cx. 97, D. 8404.	OFÍCIO do desembargador e intendente-geral [do ouro do Rio de Janeiro], José Maurício da Gama e Freitas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação da tripulação do navio Luzia Fortunata, de que é capitão Luís da Cunha Moreira e lista da carga transportada, relativa ao contrato das baleias. Anexo: sobrescrito, relação, lista.

Rio de Janeiro Avulsos	1775	Fevereiro, 27	AHU_ACL_CU_017, Cx. 97, D. 8418.	<p>OFÍCIO do [intendente-geral do ouro e presidente da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro], desembargador Manoel Pinto da Cunha e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação dos oficiais e mais tripulação do bergantim Santa Ana e Almas, de que é capitão José Joaquim da Costa, que segue para a Corte, bem como, a lista da carga transportada relativa ao contrato das baleias. Anexo: relação, lista.</p>
------------------------	------	---------------	----------------------------------	--



Rio de Janeiro Avulsos	1776	Janeiro, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 98, D. 8497.	<p>OFÍCIO do [intendente-geral do ouro e presidente da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro], desembargador Manoel Pinto da Cunha e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a relação dos oficiais e mais tripulação da corveta Nossa Senhora da Guia e Santa Rita, de que é capitão José Antunes, assim como a relação da carga de azeite e barbatanas transportada por conta do contrato das baleias. Anexo: relação, lista.</p>
------------------------	------	-------------	----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1776	Maio, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 99, D. 8557.	<p>OFÍCIO de [administrador do contrato das baleias], Francisco José da Fonseca, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo] sobre a sua parcela na arrematação do contrato da pesca das baleias do Brasil desde 1765, comentando que, na nova arrematação, fora prejudicado em suas parcelas pelos novos sócios e, para resolver esta situação, solicita o apoio do destinatário.</p>
------------------------	------	----------	----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1776	Junho, 1	AHU_ACL_CU_017, Cx. 100, D. 8568.	OFÍCIO de [desembargador] Francisco Antônio Gravito ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], comunicando a inspeção feita ao navio Nossa Senhora da Guia e Santa Rita, de que é capitão José Antunes, vindo do Rio de Janeiro para Lisboa, e remetendo lista das pedras de topázio e carga de azeite e barbatanas [do contrato da Pesca das Baleias] transportadas na referida embarcação. Anexo: lista.
Rio de Janeiro Avulsos	1776	Julho, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 100, D. 8601.	OFÍCIO do [desembargador e auditor-geral da Marinha] José Roberto Vidal da Gama ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], comunicando a inspeção feita ao navio São Pedro de Rates, e remetendo a relação da sua carga de azeite de baleia, barbatanas, couro e tábuas de jacarandá e tapinhoã, transportada do Rio de Janeiro. Anexo: relação.

Rio de Janeiro Avulsos	1776	Setembro, 6	AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8629.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre um ofício do governador da Ilha de Santa Catarina, [António Carlos Furtado de Mendonça] à propósito da carta de um comandante inglês, [George Smith] reclamando que sua embarcação, que se dedicava à pesca da baleia, não recebera assistência na Ilha de Santa Catarina. Anexo: ofícios (cópia), ofício. Obs.: doc. em inglês.</p>
------------------------	------	-------------	-----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1777	Janeiro, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8703.	DECRETO do rei D. José anulando o contrato das baleias do Rio de Janeiro e mais partes do sul, arrematado por Francisco José da Fonseca, que teria inicio a 1 de Abril de 1777 e anulando igualmente o contrato do estanco do sal do Brasil a ele anexo, e nomeando Domingos Mendes Viana administrador do dito contrato.
Rio de Janeiro Avulsos	1777	Abril, 21	AHU_ACL_CU_017, Cx. 102, D. 8740.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação do azeite de baleia e das barbatanas, pertencentes ao contrato da pesca da baleia, que vão embarcados no navio Santa Rosa, de que é capitão Manoel Gomes da Silva. Anexo: relação.

Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1777	Maio, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 102, D. 8749.	REQUERIMENTO de Florêncio Teixeira de Azevedo como procurador do contratador das baleias e estanco do sal da América e Reino, Francisco José da Fonseca, à rainha [D. Maria I], solicitando que se anulasse as ordens dadas no sentido de excluir o contratador do exercício do contrato, por ele não ter se manifestado na ocasião da nova arrematação. Anexo: decreto (cópia), ordens (cópias), termo (cópia), atestado.
Rio de Janeiro Avulsos	post. 1777	Maio, 14	AHU_ACL_CU_017, Cx. 102, D. 8751.	REQUERIMENTO de Ana Ferreira de Sousa viúva de Antônio de Freitas à rainha [D. Maria I], solicitando auxílio para se livrar da vexação que fez Tomé de Castro Moreira [Tomé de Castro Correia de Sá], herdeiro e testamenteiro do contratador das baleias, Tomé Gomes Moreira, alegando que a suplicante lhe devia dinheiro. Anexo: relação, autos, requerimento.

Rio de Janeiro Avulsos	1777	Junho, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 103, D. 8762.	CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I] sobre o requerimento de Tomé de Castro Correia de Sá, herdeiro de seu avô, Tomé Gomes Moreira, em que solicitava boa arrematação do contrato das baleias do Rio de Janeiro, Santos e São Paulo e sobre o requerimento de Domingos Lopes Loureiro que solicitava fosse retirado o contrato das baleias dos atuais contratadores, pelo dolo com que o obtiveram. Anexo: lembretes, informações, requerimentos, cartas, escrito, despachos, condições do contrato (cópia).
------------------------	------	-----------	-----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1777	Junho, 23	AHU_ACL_CU_017, Cx. 103, D. 8766.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação da carga do azeite de peixe e de espermacete assim como a carga de barbatana, pertencentes ao contrato da pesca das baleias. Anexo: lista.
Rio de Janeiro Avulsos	post. 1777	Junho, 30	AHU_ACL_CU_017, Cx. 103, D. 8770.	MAPA da demonstração do que produziu a pesca dos cachalotes ou espermecetes desde 11 de Outubro de 1773 até 30 de Junho de 1777 e do que produziu a pesca das baleias de 1765 a 1776, citando os navios que transportaram tais gêneros do Rio de Janeiro para Lisboa. Anexo: mapas.



Rio de Janeiro Avulsos	1777	Setembro, 3	AHU_ACL_CU_017, Cx. 104, D. 8797.	CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I] sobre o requerimento de Tomé de Castro Correia de Sá, solicitando para si a concessão do contrato das baleias do Rio de Janeiro, sem embargo das arrematações já feitas por Joaquim Pedro Quintela, por julgá-las irregulares. Anexo: requerimentos, lembrete, requerimento (cópia).
Rio de Janeiro Avulsos	1777	Setembro, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 104, D. 8805.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a atribuição do contrato das pescas da baleia a Domingos Mendes Viana, que se recusava a ficar com o contrato, uma vez que se perdera um dos pontos chaves da pesca, que era a Ilha de Santa Catarina. Anexo: ofício, autos (traslados).

Rio de Janeiro Avulsos	1777	Outubro, 6	AHU_ACL_CU_017, Cx. 104, D. 8810.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a lista do azeite de peixe do contrato de pesca das baleias, que transporta o navio madre de Deus Augusta, de que é capitão Félix Pereira dos Santos. Anexo: lista.
Rio de Janeiro Avulsos	1777	Outubro, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 104, D. 8811.	CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I] sobre o requerimento de Tomé de Castro Correia de Sá, em que o suplicante oferece uma elevada quantia pelo contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro e mais capitánias relacionadas, superior aquela dada por Domingos Lopes Loureiro. Anexo: requerimento.

Rio de Janeiro Avulsos	1777	Dezembro, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 105, D. 8847.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo lista da carga de azeite de peixe e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias, transportada pelo navio Princesa do Brasil, de que é capitão Antônio Vicente Portela. Anexo: lista, mapa e conhecimento (cópia).</p>
------------------------	------	--------------	-----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1779	Janeiro, 12	AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9073.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês de Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça Melo Silva Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a lista da carga de azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias [do Rio de Janeiro], transportada na corveta Nossa Senhora da Guia e Santa Rita, de que é mestre Francisco Caetano Rego, que segue viagem para [Lisboa], levando ainda alguma correspondência de particulares. Anexo: lista.
Rio de Janeiro Avulsos	1779	Abril, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9097.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do

Rio de Janeiro Avulsos	1779	Abril, 10	AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9098.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a lista da carga de azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias [do Rio de Janeiro], transportada na galera Santa Ana e Nossa Senhora da Lapa, de que é mestre Felipe Damásio de Aguiar, que segue viagem para [Lisboa], levando ainda a bordo alguns particulares.</p> <p>Anexo: lista.</p>
------------------------	------	-----------	-----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1779	Abril, 13	AHU_ACL_CU_017, Cx. 109, D. 9100.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a lista da carga de azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias [do Rio de Janeiro], transportada no iate Nossa Senhora da Purificação e Almas, de que é mestre Manoel da Silva Amado, que segue viagem para [Lisboa], levando ainda a bordo alguns particulares. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	-----------	-----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1779	Junho, 7	AHU_ACL_CU_017, Cx. 110, D. 9141.	<p>OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro ao vice-rei do Estado do Brasil, [Luís de Vasconcelos e Sousa], determinando que não seja permitida a venda de tapinhoã armazenada no Arsenal Real aos particulares, pela muita necessidade que desta madeira têm os arsenais da capitania [do Rio de Janeiro]e da Corte, não atendendo esta forma ao pedido feito pelos contratadores do contrato da Pesca das Baleias [do Rio de Janeiro]para abastecimento das suas embarcações, salvo se houver nos armazéns porções suficientes dessa madeira para provimento dos Arsenais.</p> <p>Anexo: condições do contrato(cópia), informação (minuta).</p>
------------------------	------	----------	-----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1779	Junho, 23	AHU_ACL_CU_017, Cx. 110, D. 9147.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a lista da carga de azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias [do Rio de Janeiro], transportada no navio Diana, de que é mestre Luís da Cunha Moreira, que segue viagem para [Lisboa], levando ainda alguns particulares. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	-----------	-----------------------------------	--



Rio de Janeiro Avulsos	1779	Julho, 14	AHU_ACL_CU_017, Cx. 110, D. 9156.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo lista da carga de azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias [do Rio de Janeiro], transportada no navio Nossa Senhora da Fé e São Vicente Ferreira, de que é mestre João dos Banhos Souto, que segue viagem para [Lisboa], levando ainda alguns particulares.</p> <p>Anexo: lista.</p>
Rio de Janeiro Avulsos	1779	Outubro, 20	AHU_ACL_CU_017, Cx. 111, D. 9227.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do

Rio de Janeiro Avulsos	1779	Dezembro, 20	AHU_ACL_CU_017, Cx. 111, D. 9254.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo lista da carga de azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias [do Rio de Janeiro], transportadas na corveta Santa Rosa paquete da América, de que é mestre José Joaquim da Costa, com destino a [Lisboa], levando ainda alguns particulares.</p> <p>Anexo: lista.</p>
------------------------	------	--------------	-----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1780	Julho, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 113, D. 9337.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo cópias dos ofícios dirigidos ao vice-rei das províncias do Rio da Prata [e Buenos Aires, D. João] José de Vertiz, em que reclama a restituição dos escravos da Colônia do Sacramento, que tinham fugido das terras de seus senhores, conforme as informações recolhidas pelo comissário Vicente José de Velasco Molina, bem como a restituição dos bens deixados naquela Colônia pelos portugueses ali estabelecidos; mencionando já terem sido repostos os escravos do contrato das baleias e as dúvidas daquele vice-rei acerca de outras devoluções.</p> <p>Anexo: ofícios (cópias), relações (cópias); Obs.: doc. em espanhol.</p>
------------------------	------	-----------	-----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1780	Dezembro, 11	AHU_ACL_CU_017, Cx. 114, D. 9422.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo lista da carga de azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias [do Rio de Janeiro], transportada no bergantim Nossa Senhora do Carmo e São João, de que é mestre José da Silva, e que segue para [Lisboa], levando ainda alguns particulares. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	--------------	-----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1781	Novembro, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 117, D. 9555.	CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I], sobre o requerimentos do herdeiro e testamenteiro de Tomé Gomes Moreira, Tomé deCastro Correia de Sá, solicitando assegurar seus direitos na Real Fazenda sobre a arrematação do contrato das baleias do Rio de Janeiro que pertenceu ao seu avô, em detrimento de Francisco Peres de Sousa. Anexo: requerimentos (cópias), carta (cópia), portaria (cópia), pareceres, requerimentos, certidões, informações, contratos impressos, cartas.
------------------------	------	--------------	-----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1782	Abril, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 118, D. 9618.	<p>REQUERIMENTO de Tomé de Castro Corrêa de Sá, e mais herdeiros de Tomé Gomes Moreira, à rainha [D. Maria I], solicitando que o desembargador juiz da causa que move contra Francisco Peres de Sousa, sócio de seu falecido avô, na arrematação dos contratos da Pesca das Baleias do Rio de Janeiro e capitanias a ela ligadas, tome providências para segurar os bens e ações pertencentes ao suplicado, para que não disponha de coisa alguma sem pagamento de fiança, visto as dívidas que têm para com o suplicante.</p> <p>Anexo: requerimentos, certidão e lembrete.</p>
------------------------	-----------	-----------	-----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1782	Abril, 20	AHU_ACL_CU_017, Cx. 118, D. 9622.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando o cumprimento da ordem para receber com toda a presteza possível os quatro comissários espanhóis vindos no navio Santíssimo Sacramento; referindo que os mesmos comissários haviam fretado uma embarcação ao administrador do contrato da Pesca das Baleias, Domingos Mendes Viana, a [corveta Nossa Senhora das Chagas e São João Baptista], para continuarem a sua viagem com destino a Montevideu, levando ainda os passageiros da fragata espanhola Carlota, que havia sido apresada por corsários ingleses nas proximidades da Ilha da Madeira.</p> <p>Anexo: relação.</p>
------------------------	------	-----------	-----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1782	Maio, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 119, D. 9650.	<p>REQUERIMENTO de Joaquim Pereira de Sousa Peres e José Pereira de Sousa Peres, como herdeiros de Francisco Peres de Sousa, à rainha D. Maria I, solicitando que se ordene a suspensão do confisco dos bens dos suplicantes, comprometendo-se estes, individualmente e em conjunto, a indenizar a Fazenda Real, caso seja favorável a sentença da causa intentada por Tomé Gomes Moreira, referente ao contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro.</p> <p>Obs.: inserido decreto; anexo requerimentos, cartas, certidões, termo (cópia).</p>
------------------------	-----------	----------	-----------------------------------	--



Rio de Janeiro Avulsos	1782	Julho, 3	AHU_ACL_CU_017, Cx. 119, D. 9663.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo lista do azeite e efeitos pertencentes ao contrato da Pesca das Baleias [do Rio de Janeiro], transportados a bordo do navio Graça Divina, de que é capitão Antônio José de Sá, que segue para [Lisboa], levando ainda</p> <p>alguns particulares. Anexo: lista.</p>
------------------------	------	----------	-----------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1782	Agosto, 26	AHU_ACL_CU_017, Cx. 119, D. 9697.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a partida de uma embarcação pertencente ao contrato da Pesca das Baleias no Rio de Janeiro, indo em missão secreta para o Rio da Prata, aos cuidados do sargento-mor de Auxiliares do Terço de São Gonçalo, João de Abreu Pereira, e sob identidade falsa, visto as qualificações do dito oficial.</p> <p>Anexo: ofício (cópia).</p>
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1783	Setembro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 122, D. 9864.	<p>REQUERIMENTO de Tomé de Castro Correia de Sá à rainha [D. Maria I], solicitando, como herdeiro e testamenteiro de seu avô Tomé Gomes Moreira, certidão com teor do despacho relativo ao preço da arrematação do contrato das baleias do Rio de Janeiro e Ilha de Santa Catarina.</p> <p>Anexo: requerimento.</p>

Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1783	Outubro, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 122, D. 9872.	REQUERIMENTO de Tomé de Castro Correia de Sá, herdeiro e testamenteiro do seu avô Tomé Gomes Moreira, à rainha [D. Maria I], solicitando certidão sobre o teor de procuração que o seu avô fez a Pedro Gomes Moreira, que está em anexo a um requerimento de 1777 referente ao contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro Avulsos	1785	Fevereiro, 18	AHU_ACL_CU_017, Cx. 125, D. 10027.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo uma carga de azeite e barbatana de baleia no navio Santa Rosa e Senhor do Bonfim, de que é mestre Manoel Correia Santiago. Anexo: lista.

Rio de Janeiro Avulsos	1785	Março, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 125, D. 10034.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo azeite e efeitos pertencentes ao contrato da pesca das baleias para Lisboa no navio Nossa Senhora da Conceição, São José e São Frutuoso. Anexo: lista.
Rio de Janeiro Avulsos	1785	Setembro, 9	AHU_ACL_CU_017, Cx. 126, D. 10113.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo lista do azeite e efeitos relativos ao contrato da pesca das baleias, transportados pelo navio Diana, de que é mestre Luís Cipriano Rebelo. Anexo: lista

Rio de Janeiro Avulsos	1787	Julho, 31	AHU_ACL_CU_017, Cx. 130, D. 10340.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar],</p> <p>Martinho de Melo e Castro,</p> <p>sobre o envio dos autos de exame feito a um navio inglês Diana de Londres, de que é capitão Mattheus Morois, pertencente a Jayme Montgomery, o referido navio pescava baleias nas ilhas Malvinas e, no regresso a Londres, começou a meter água depois de um temporal.</p> <p>Anexo: auto de exame (cópia).</p>
------------------------	------	-----------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1795	Julho, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 155, D. 11714.	OFÍCIO (cópia) do [vice-rei de Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro] ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e interino da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa [Coutinho], informando os motivos da permissão que foi dada à entrada de navios estrangeiros de guerra, de transporte e da Pesca das Baleias e espermacete no porto do Rio de Janeiro, indicando que manda sempre averiguar as causas da necessidade de entrada dos mesmos naquele porto; referindo as medidas tomadas para a construção de navios de patrulhamento e de repressão das atividades de contrabando de ouro em pó, pau-brasil, e o transporte ilegal de escravos para Montevideu, suspeitando de alguns navios ingleses; comunicando as alterações feitas por si à
------------------------	------	-----------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1796	Fevereiro, 29	AHU_ACL_CU_017, Cx. 157, D. 11852.	OFÍCIO do desembargador que serve de intendente-geral do Ouro [do Rio de Janeiro], Francisco Luís Álvares da Rocha, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra e interino da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa [Coutinho], remetendo a relação da tripulação e dos oficiais do navio do contrato das baleias denominado Jacaré, do qual é capitão Valério Coelho Pereira. Anexo: relação.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1797	Outubro, 23	AHU_ACL_CU_017, Cx. 162, D. 12159.	REQUERIMENTO dos herdeiros de Pedro Gomes Moreira à rainha [D. Maria I], solicitando certidão com o teor do decreto de 26 de agosto de 1760 no qual foram concedidos aos contratadores do contrato das baleias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Sebastião, Santos e São Paulo mais seis anos de atividades.

Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1797	Outubro, 23	AHU_ACL_CU_017, Cx. 162, D. 12160.	REQUERIMENTO dos herdeiros de Pedro Gomes Moreira à rainha [D. Maria I], solicitando certidão com o teor do decreto que precedeu a arrematação que Tomé Gomes Moreira fez do contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Sebastião e São Paulo por tempo de seis anos.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1797	Outubro, 23	AHU_ACL_CU_017, Cx. 162, D. 12161.	REQUERIMENTO dos herdeiros de Pedro Gomes Moreira à rainha [D. Maria I], solicitando certidão do preço pelo qual arrematou Tomé Gomes Moreira o contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Sebastião, Santos e São Paulo.



Rio de Janeiro Avulsos	1798	Novembro, 19	AHU_ACL_CU_017, Cx. 168, D. 12474.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo as cópias dos ofícios enviados ao [antigo secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, e ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Luís Pinto de Sousa, desde a data de sua posse em 1790, relativos à criação de um correio público, aos motivos da demora dos comboios do Rio de Janeiro para o Reino, ao cumprimento das ordens referentes aos pagamentos de soldos, à comutação da pena de João Rodrigues de Carvalho, ao envio de pareceres acerca dos requerimentos militares, à administração do contrato das baleias na Ilha de Santa Catarina, à transferência de uma</p>
------------------------	------	--------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1799	Maio, 19	AHU_ACL_CU_017, Cx. 171, D. 12683.	CARTA RÉGIA (minuta) da rainha [D. Maria I] ao [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ordenando que fossem convocadas a Mesa da Inspeção e as Câmaras da capitania para que se inteirassem das medidas para colmatar as despesas com a guerra; supressão dos contratos do sal e da baleia, instituição o imposto da décima nas Casas Marítimas, e a extensão do tributo do papel selado.
------------------------	------	----------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1799	Setembro, 12	AHU_ACL_CU_017, Cx. 174, D. 12836.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a chegada do brigue inglês Eufrosina, comandado pelo tenente Shirley, com carta de recomendação do agente dos negócios da Companhia Inglesa das Índias no Cabo da Boa Esperança; sobre não ter dado autorização para a embarcação cruzar a costa; e ter o brigue inglês apreendido ao bergantim São João Batista, do contrato das baleias, sacos de pesos espanhóis e jóias.</p> <p>Anexo: ofícios (cópias); Obs.: doc. em francês.</p>
------------------------	------	--------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1799	Setembro, 19	AHU_ACL_CU_017, Cx. 174, D. 12865.	<p>OFÍCIO de Francisco José de Lima ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho], sobre ter visto nos portos da Inglaterra, principalmente Londres e Liverpool, onde esteve para reclamar o navio Nossa Senhora do Patrocínio, grande quantidade de ouro, pedras preciosas e madeira contrabandeados dos portos do Brasil, como Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina; informando que muitos navios ingleses saem sob o pretexto de irem contra os franceses ou para a pesca da baleia, mas que na verdade levam fazendas de algodão, pólvora e outros para os seus correspondentes no Brasil.</p>
------------------------	------	--------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1799	Novembro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 177, D. 13000.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a ordem para informar as câmaras e a Mesa da Inspeção da futura abolição dos contratos do sal e da pesca da baleia e dos novos impostos. Anexo: discurso (cópia).
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1799	Dezembro, 19	AHU_ACL_CU_017, Cx. 178, D. 13061.	REQUERIMENTO de Antônia Helena Guitierrez ao príncipe regente [D. João], solicitando ordem ao chanceler [da Relação do Rio de Janeiro] para o pagamento das letras protestadas que são devidas pelos contratadores do contrato da baleia.

Rio de Janeiro Avulsos	1800	Agosto, 3	AHU_ACL_CU_017, Cx. 183, D. 13371.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o cumprimento das ordens para a substituição do administrador do contrato do sal, Luís Antônio Ferreira, pelo administrador do contrato da Pesca das baleias, João Marcos Vieira; e informando as providências tomadas para a venda do sal, tendo nomeado um juiz conservador acompanhado com guarda militar para presidir a distribuição do sal pelas populações.</p>
------------------------	------	-----------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1800	Agosto, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 184, D. 13401.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo auto de exame feito, por ordem do Governo da Ilha de Santa Catarina, à galera inglesa Charmens, do qual é capitão John Malhar, que saíra do porto de Londres com destino ao mar do Pacífico para a pesca das baleias, e fôra forçado a arribar naquela Ilha para reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1800	Agosto, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 184, D. 13402.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo auto de exame feito, por ordem do Governo da Ilha de Santa Catarina, ao navio inglês Henry, do qual é capitão Dab Fratsor, que saíra do porto de Londres com destino [ao mar do Pacífico] para a pesca das baleias, e fôra forçado a arribar naquela Ilha para reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	------------	------------------------------------	---



Rio de Janeiro Avulsos	1800	Setembro, 3	AHU_ACL_CU_017, Cx. 185, D. 13427.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo o auto de exame feito, por sua ordem, ao navio inglês African Queen, pertencente ao negociante de Bristol, Charles Anderson, e do qual é capitão Benjamim Cook, que saíra daquele porto para o da Irlanda, acompanhando o comboio marítimo até à Ilha da Madeira, e dali seguiria para a Ilha de São Jorge, para a pesca das baleias, e fôra forçado a fazer escala no Rio de Janeiro devido à falta de dois botes e cinco marinheiros que perdera, aproveitando a arribada para se reabastecer.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1800	Setembro, 4	AHU_ACL_CU_017, Cx. 185, D. 13429.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo o auto de exame feito, por sua ordem, ao navio inglês Salamander, pertencente ao negociante Londrino, Pedro Mellich e Companhia, e do qual é capitão Thomas Hopper, que saíra do porto de Londres com destino à pesca das baleias no mar do Pacífico, com a missão de apresar os navios inimigos que encontrasse no decurso da viagem, e fôra forçado a arribar no Rio de Janeiro para realizar algumas reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1800	Setembro, 13	AHU_ACL_CU_017, Cx. 185, D. 13455.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo o auto de exame feito, por sua ordem, ao navio inglês Britânica, pertencente ao negociante de Londres, João Hile, e do qual é capitão James Miles, que saíra daquele porto com destino à costa do Peru para a pesca das baleias e lobos marinhos, bem como fazer corso a embarcações inimigas, e fôra forçado a arribar no Rio de Janeiro para realizar algumas reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	--------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1800	Setembro, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 185, D. 13460.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa</p> <p>Coutinho, remetendo o auto de exame feito, por sua ordem, ao navio inglês Novo Eufrates, pertencente ao negociante de Londres, Jaime Malhar e Companhia, e do qual é capitão Lourenço Fruzier, que saíra daquele porto com destino à pesca das baleias e ao curso de embarcações inimigas, e fôra forçado</p> <p>a arribar no Rio de Janeiro para reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	--------------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1800	Setembro, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 185, D. 13461.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa</p> <p>Coutinho, remetendo o auto de exame feito, por sua ordem, ao navio inglês Redbridge, pertencente ao negociante de Londres, João Hill, e do qual é capitão</p> <p>Redbridge Thomas Burrous, que saíra daquele porto com destino ao mar do Pacífico para a pesca das baleias e corso de navios inimigos, e fôra forçado a arribar no Rio de Janeiro para realizar algumas reparações de calafetagem e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	--------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1800	Outubro, 2	AHU_ACL_CU_017, Cx. 186, D. 13505.	<p>OFÍCIO do chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Luís Beltrão de Gouveia de Almeida ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa</p> <p>Coutinho, sobre a demora no cumprimento da carta régia que manda vender a Fazenda Santa Cruz; informando os embaraços da recém-criada Junta para coordenar o corte das madeiras; referindo não ter recebido o numerário destinado ao pagamento das despesas do Estado; apresentando algumas considerações a respeito da boa administração dos contratos do sal e da Pesca das Baleias; e notificando a importância da venda dos bens de raiz e de mão morta, bem como as brigas existentes no seio das várias religiões quanto a esta matéria. Anexo: ofício (cópia), relações, mapa, memória (minuta).</p>
------------------------	------	------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1800	Outubro, 4	AHU_ACL_CU_017, Cx. 186, D. 13516.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa</p> <p>Coutinho, remetendo o auto de exame feito, por sua ordem, no navio inglês Deckhent, pertencente ao negociante Milford Daniel Sturbreck e Companhia, e do qual é capitão Eduardo Clark, que saíra Londres com destino ao mar do Sul para a pesca das baleias, e fôra forçado a arribar naquela Ilha para realizar algumas reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1801	Março, 29	AHU_ACL_CU_017, Cx. 191, D. 13737.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Fazenda e presidente do Real Erário], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando ter concedido a João Marcos Vieira a administração do contrato das baleias, apesar das notícias de que tal contrato tinha sido abolido, e do contrato do sal por mais um ano.</p>
------------------------	------	-----------	------------------------------------	---



Rio de Janeiro Avulsos	1801	Dezembro, 29	AHU_ACL_CU_017, Cx. 197, D. 14021.	<p>OFÍCIO do deputado da Junta da Fazenda, conselheiro chanceler [da Relação do Rio de Janeiro], Luís Beltrão de Gouveia de Almeida, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo e Meneses e Souto Maior], sobre ser útil ou não a pesca das baleias por conta da Fazenda Real; remetendo informação acerca da pesca no ano de 1801. Anexo: ofício (cópia), lista, informação.</p>
------------------------	------	--------------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1802	Junho, 16	AHU_ACL_CU_017, Cx. 201, D 14207.	<p>OFÍCIO do comandante da nau Maria I, capitão de mar e guerra, Manoel de Jesus Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], informando a partida daquela embarcação com destino a Lisboa, carregando quatro cofres, três da praça e um da Fazenda Real, bem como alguns carregamentos de marfim e pipas de azeite de baleia, e remetendo relações da carga transportada e dos passageiros embarcados no Rio de Janeiro. Anexo: relação, informação sobre a rota do navio.</p>
------------------------	------	-----------	-----------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1802	Agosto, 19	AHU_ACL_CU_017, Cx. 203, D. 14309.	<p>PARECER do Conselho Ultramarino, sobre um ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], remetendo a conta da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro relativo aos rendimentos do ano de 1801, bem como dois planos dos diversos comerciantes daquela praça a respeito da aplicação do novo método da Pesca das Baleias, com pareceres do desembargador procurador da Coroa e Fazenda e do conselheiro chanceler da Relação daquela cidade, com muito interesse para o Bem Público e Real Fazenda.</p> <p>Anexo: ofício, ofício (cópia), cartas (cópias), lembrete, plano.</p>
------------------------	------	------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1803	Janeiro, 24	AHU_ACL_CU_017, Cx. 207, D. 14497.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia,</p> <p>[João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo auto de exame feito ao navio inglês Duque de Kent, do qual é capitão, Ammiel Hussay, e</p> <p>pertencente a Daniel Strubeak, que saíra de Milford com destino à pesca das baleias, e que entrou no porto do Rio de Janeiro.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1803	Janeiro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 207, D. 14503.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo auto de exame feito ao navio inglês Mayland, do qual é capitão Eduard Clark, que saíra de Londres com destino à pesca das Baleias na Costa do Perú, e fora forçado a arribar no Rio de Janeiro para realizar algumas reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1803	Janeiro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 207, D. 14505.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo auto de exame feito à galera americana Eleonora, do qual é capitão Eduard Cole, pertencentes aos negociantes Ebanes e Thomas Tompson, que saíra do porto de Providence com destino às Ilhas de Samdoik para a pesca das Baleias e lobos marinhos, e fora forçado a arribar no Rio de Janeiro para realizar algumas reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1803	Janeiro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 207, D. 14507.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo auto de exame feito à escuna inglesa Whim, do qual é capitão Fraser Smtih, e pertencente ao negociante de Londres, Roberto Ckarnock, que saíra daquela cidade com destino ao mar do Pacífico para a pesca das baleias, e fora forçado a arribar no Rio de Janeiro para realizar algumas reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1803	Janeiro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 207, D. 14508.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia,</p> <p>[João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo auto de exame feito ao navio inglês Guilherme, do qual é capitão Obed Cottle, e pertencente ao negociante de Londres Carlos Endurby, que saíra daquela cidade com destino à pesca das baleias, e fora forçado a arribar no Rio de Janeiro devido ao elevado número de tripulantes contagiados com escorbuto, aproveitando o tempo de espera para realizar algumas reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	--



Rio de Janeiro Avulsos	1803	Janeiro, 26	AHU_ACL_CU_017, Cx. 207, D. 14512.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia,</p> <p>[João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo auto de exame feito ao navio inglês Tom, do qual é capitão João Mudie, e pertencente</p> <p>aos negociantes de Londres, João Badduck e Companhia, que saíra daquela cidade com destino ao mar do Sul para a pesca das baleias, e que devido a um</p> <p>temporal e fora forçado a arribar no Rio de Janeiro para realizar algumas reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1803	Janeiro, 26	AHU_ACL_CU_017, Cx. 207, D. 14514.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia,</p> <p>[João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo auto de exame feito ao navio inglês Brook Waton, do qual é capitão Benjamim Swift, e pertencente aos negociantes de Londres, Guilherme Goodok e João Turner, que saíra daquela cidade com destino à pesca das baleias no mar do Pacífico, e fora</p> <p>forçado a arribar no Rio de Janeiro para reparações e reabastecer-se de água e víveres.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1805	Setembro, 12	AHU_ACL_CU_017, Cx. 230, D. 15740.	CARTA da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro ao príncipe regente [D. João], remetendo a conta do administrador da pescaria das baleias constando os motivos da diminuição da dita pesca devido ao grande número de embarcações estrangeiras desde a costa de Santa Catarina até o rio da Prata. Anexo: ofício, carta (cópia), lembrete.
Rio de Janeiro Avulsos	ant. 1805	Setembro, 18	AHU_ACL_CU_017, Cx. 230, D. 15755.	REQUERIMENTO do padre Lourenço Nascentes Pinto, por seu procurador Alexandre Pereira Diniz, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação no lugar de capelão da Armação das Baleias de São Domingos da outra banda da cidade do Rio de Janeiro Anexo: provisão.

Rio de Janeiro Avulsos	1806	Janeiro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 233, D. 15948.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo o auto de exame feito ao navio inglês Ana, do qual é capitão [Isak] Hullock, e a licença de um mês concedida para permanecer no porto do Rio de Janeiro, para reabastecimento e reparação da embarcação, a qual sofrera algumas avarias durante a viagem que fazia de Londres para o porto da Conceição, e dali retornando a Londres, de onde saíra para a pesca da Baleia. Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1806	Janeiro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 233, D. 15950.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo o auto de exame feito à galera inglesa americana Ship Hop, do qual é capitão Obed Joy, e</p> <p>a licença de 20 dias concedida para permanecer para porto do Rio de Janeiro, para reabastecimento de lenha e mantimentos e a reparação da embarcação, a qual sofrera algumas perdas durante a viagem que fazia pela costa da Patagônia para a pesca das Baleias.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1806	Janeiro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 233, D. 15952.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo o auto de exame feito à galera inglesa [Union of Nantuckol], do qual é capitão Silas Sevail,</p> <p>e a licença de 20 dias concedida para permanecer no porto do Rio de Janeiro, para reabastecimento de lenha e mantimentos e reparação da embarcação, a qual sofrera algumas perdas durante a viagem que fazia da Costa da Patagônia, para a pesca das baleias.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1806	Janeiro, 25	AHU_ACL_CU_017, Cx. 233, D. 15957.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo o auto de exame feito ao navio inglês Luzia, do qual é mestre John Nicol, bem como a</p> <p>licença de 8 dias para reparação das avarias ocorridas durante a viagem das Dunas com destino à pesca das Baleias no mar do Pacífico.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
------------------------	------	-------------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1806	Abril, 23	AHU_ACL_CU_017, Cx. 235, D. 16110.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo o auto de exame da galera inglesa Tames, da qual é capitão Charles Gardner, e a concessão de uma licença de permanência no Rio de Janeiro por 20 dias para reparação dos estragos sofridos durante a viagem de Londres com destino à</p> <p>Pesca das Baleias na costa do Peru.</p> <p>Anexo: auto de exame.</p>
Rio de Janeiro Avulsos	1806	Maio, 2	AHU_ACL_CU_017, Cx. 236, D. 16129.	<p>AUTO DE EXAME realizado no Rio de Janeiro ao navio inglês Scorpion, do qual é capitão Tristan Bunker, vindo de Londres com destino à Costa do Peru, para a</p> <p>Pesca das Baleias, por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, D. Fernando José de Portugal e Castro.</p>



Rio de Janeiro Avulsos	1806	Julho, 5	AHU_ACL_CU_017, Cx. 237, D. 16228.	AUTO DE EXAME realizado no Rio de Janeiro ao navio inglês Cambridge, do qual é capitão Thomas Beeves, [propriedade de Lord Greenville, e que saíra de Londres com destino à Pesca das Baleias em Cape Horn], por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, D. Fernando José de Portugal e Castro.
Rio de Janeiro Avulsos	1806	Setembro, 12	AHU_ACL_CU_017, Cx. 239, D. 16359.	AUTO DE EXAME realizado no Rio de Janeiro ao navio inglês Aventura, [do qual é mestre João Page, vindo de Falmouth com destino à costa do Peru, para a pesca das Baleias], por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, [conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito].

Rio de Janeiro Avulsos	1806	Setembro, 15	AHU_ACL_CU_017, Cx. 239, D. 16361.	AUTO DE EXAME realizado no Rio de Janeiro ao navio inglês Seringapatam, [do qual é mestre Eduardo Clarck, vindo de Falmouth com destino ao mar do Sul e à costa do Peru, para a pesca das Baleias], por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, [conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito].
Rio de Janeiro Avulsos	1806	Novembro, 30	AHU_ACL_CU_017, Cx. 241, D. 16469.	AUTO DE EXAME realizado no Rio de Janeiro ao navio inglês Aventura, [do qual é capitão John Page, que saíra de Londres com destino aos mares do Sul para a pesca das Baleias], por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, [conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito].

Rio de Janeiro Avulsos	1807	Fevereiro, 28	AHU_ACL_CU_017, Cx. 243, D. 16584.	<p>OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde dos Arcos, [D. Marcos de Noronha e Brito], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de</p> <p>Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], informando que expediu ordens para o comandante do bergantim Balão, o capitão tenente Pedro Antônio Nunes sair com destino ao rio da Prata a fim de afastar navios estrangeiros empregados na pesca das baleias; notificando que suspendeu as ordens para prender os comissários desta embarcação e do bergantim Gaivota por falta de provas; solicitando que substitua estes bergantins por outros e que tais embarcações não se demorem mais que um ano neste porto, sendo substituídas ao final deste período.</p>
------------------------	------	---------------	------------------------------------	--

Rio de Janeiro Avulsos	1816	Maio, 17	AHU_ACL_CU_017, Cx. 275, D. 19083.	<p>OFÍCIO do [vice-almirante, Manoel] Inácio da Costa Quintela, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar no Rio de Janeiro], conde da Barca, [Antônio de Araújo de Azevedo], informando a compra de duas saveiras, as melhores encontradas, tendo-se retirado toda a madeira inútil a fim de ficarem mais leves, e a má qualidade das canoas da armação das Baleias existentes nos armazéns da Marinha do Rio de Janeiro; e referindo ter recebido as partes diárias das embarcações da Expedição.</p> <p>Anexo: ofícios, partes de navios e informações.</p>
------------------------	------	----------	------------------------------------	---

Rio de Janeiro Avulsos	1821	Outubro, 30	AHU_ACL_CU_017, Cx. 288, D. 20360.	PORTARIA (cópia) do [secretário de estado da Fazenda do Brasil e mordomo-mordomomor da princesa D. Maria Leopoldina], conde da Lousã, D. Diogo [de Meneses de Eça], ordenando que os administradores da Pesca das Baleias entreguem ao administrador da iluminação desta cidade todo o azeite que for necessário.

PROJETO RESGATE - SÃO PAULO				
Avulsos (1644-1830)	<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023_SP_AV">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023_SP_AV</a>			
Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG</a>			
ACERVO	ANO	Mês, Dia	COTA	DESCRIÇÃO
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1722	Setembro, 20	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 3, D. 265	CARTA do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), Rodrigo César de Meneses, informando D. João V) da conveniência que adviria à Fazenda Real em se fundar uma feitoria na ilha de Santa Catarina, onde se aproveitasse o azeite de baleias, visto ali haver bastantes.

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	ant. 1724	Agosto, 17	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 4, D. 401.	CARTA do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), Rodrigo César de Meneses, para (D. João V). em que dá conta de ter já mandado ordem ao provedor da fazenda real para que ponha editais sobre a arrematação do contrato das baleias, à qual se candidatava Manuel Ribeiro de Araujo. (São Paulo, 1724 Agosto 17) Tem à margem: PROVISÃO (Cópia da) de D. João V, pela qual manda que se ponham editais para arrematação do contrato das baleias, da feitoria a criar na Ilha de Santa Catarina, apesar de Manuel Ribeiro de Araujo se candidatar à já citada arrematação com a condição de só se poder vender azeite de baleia em Santos, via do Rio de São Francisco e Paranaguá. (Lisboa Ocidental, 1723 Junho 16)
São Paulo Avulsos (1644-1830)	post. 1727		AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 71	PARECER (minuta) do Conselho Ultramarino, para que o governador da capitania de São Paulo, António da Silva Caldeira Pimentel, cumpra as condições do contrato das baleias que foi arrematado por [Domingos] Gomes.

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	ant. 1729	Janeiro, 8	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 6, D. 658	REQUERIMENTO de Domingos Gomes da Costa a (D. João V), pedindo que ordene ao governador do Rio de Janeiro, para mandar dois navios à Ilha de São Lourenço a fim de transportarem escravos em número suficiente para trabalharem numa fábrica "e armação de pesca" de baleias. Essa fábrica seria montada à custa do requerente nas costas da capitania de São Paulo. (S.l., ant. a 1729 Janeiro 8). Sobre êste requerimento recaiu um parecer do produtor da Fazenda e dois despachos do Conselho Ultramarino, um dos quais declarando que seria de grande utilidade a dita fábrica. (Lisboa Ocidental, 1729, Janeiro 17)
São Paulo Avulsos (1644-1830)	1729	Setembro, 6	AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 88.	ASSENTO (impresso) entre o Conselho Ultramarino e Domingos Gomes da Costa, para que este estabeleça à sua custa, armação e pesca da baleia no litoral da capitania de São Paulo. Anexo: contrato e cópia do assento.



São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	post. 1727	Setembro, 16	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 66, D. 5039.	REQUERIMENTO de Domingos Gomes da Costa a (D. João V), pedindo que lhe mande passar ordens aos governadores do Rio de Janeiro e de São Paulo e aos provedores daquelas capitanias para cumprirem o que constava do assento sobre as condições para a construção da sua fábrica de pesca de baleias; nas costas das capitanias de Santos e de São Paulo. Sobre este requerimento recaiu um despacho do Conselho Ultramarino, pelo qual manda dar as ordens necessárias para o cumprimento das condições estabelecidas no referido assento.
São Paulo Avulsos (1644-1830)	1733	Maio, 9	AHU_ACL_CU_023, Cx. 2, D. 105.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o oferecimento que fez o contratador da Pesca da Baleia da capitania de São Paulo, Domingos Gomes da Costa, para instalar armações no Rio de Janeiro ou Bahia, pois em São Paulo aquela pesca já não se realizava.

São Paulo Avulsos (1644-1830)	1733	Maio, 23	AHU_ACL_CU_023, Cx. 2, D. 106.	DESPACHO do Conselho Ultramarino sobre a questão entre o contratador da Pesca da Baleia da capitania de São Paulo, Domingos Gomes da Costa, e o ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, em torno da armação da baleia, que seria instalada em São Sebastião. Anexo: parecer do procurador da Coroa, parecer do Conselho Ultramarino (minuta), despacho do Conselho Ultramarino.
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1733	Agosto, 15	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 8, D. 917	CARTA do provedor da praça de Santos, Antônio Francisco Lustosa, a (D. João V), informando-o de que, na capitania de (São Paulo), na ilha de São Sebastião, se tem estabelecido a pesca da baleia, concedido ao armador Domingos Gomes da Costa, livre de tributos reais durante dez anos. Querendo o dito Domingos Gomes da Costa também isenção dos dízimos e, nada constando sobre isso nas condições, está em dúvida se há de fazer pagar ou não. // Sobre este documento recaíram dois despachos do Conselho Ultramarino, um parecer do procurador da Fazenda pelo qual se estabelece que dízimos não são tributos, mas sim uma obrigação à qual todos estão sujeitos e, portanto, devem-se cobrar os dízimos ao dito armador. // Contém: 1) Condições (Cópia das) do contrato da pesca da baleia feita com o armador Domigos Gomes da Costa, nas quais se estabelece

São Paulo Avulsos (1644-1830)	1733	Novembro, 13	AHU_ACL_CU_023, Cx. 2, D. 111.	CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Antônio Luís de Távora, ao rei [D. João V] sobre os problemas com o contrato da Pesca da Baleia no concernente à instalação da armação na Ilha de São Sebastião.
São Paulo Avulsos (1644-1830)	1734	Janeiro, 26	AHU_ACL_CU_023, Cx. 2, D. 112	CARTA do ouvidor geral da capitania de São Paulo, Gregório Dias da Silva, ao rei [D. João V], respondendo à Provisão Real que lhe ordenou explicar porque o então governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, impediu a instalação da armação da baleia na Ilha de São Sebastião, por parte de Domingos Gomes da Costa, contratador da Pesca da Baleia.
São Paulo Avulsos (1644-1830)	1734	Janeiro, 29	AHU_ACL_CU_023, Cx. 2, D. 113	TERMO DE OBRIGAÇÃO de Antônio Batista de Siqueira como procurador de Domingos Gomes da Costa, contratador da Pesca da Baleia.

São Paulo Avulsos (1644-1830)	1734	Outubro, 29	AHU_ACL_CU_023, Cx. 2, D. 123	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o estabelecimento da armação da pesca da baleia na costa de Santos, arrematada por Domingos Gomes da Costa, cuja situação deve ser examinada, como foi ordenado por Provisão Real pelo governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Antônio Luís de Távora. Ao Conselho parece que se deve dar as mesmas oportunidades e prerrogativas dos contratadores do Rio de Janeiro e da Bahia. Anexo: consulta, 3 provisões (cópia), 3 requerimentos, 2 avisos, 4 cartas, aviso.
São Paulo Avulsos (1644-1830)	1734	Novembro, 5	AHU_ACL_CU_023, Cx. 2, D. 126	PARECER do Conselho Ultramarino, mandando que o governador do Rio de Janeiro e o provedor da Fazenda Real da mesma capitania coloquem em pregão o lance do contrato da baleia arrematado por Domingos Gomes da Costa nas capitanias de São Paulo e Santos. Anexo: 2 avisos, 5 cartas, 5 requerimentos, auto de petição, 2 ofícios, exórdio do contrato das baleias (cópia), condições do contrato das baleias, despacho do Conselho Ultramarino, provisão (minuta).

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1735	Janeiro, 8	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 10, D. 1056	<p>CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o requerimento de Domingos Gomes da Costa, referente ao contrato da nova fábrica da pesca das baleias, de Santos e São Paulo, cuja primeira condição era o transporte de azeite; e visto o governador ter posto várias dúvidas , ficou só o transporte do ouro para portos estrangeiros, de que resultou a restrição da referida condição, só se podendo transportar o azeite para as Ilhas, com escala por Lisboa, e para o Rio de Janeiro, para dêle virem para êste Reino; tudo para</p> <p>evitar a extração do ouro, de que o dito governador suspeitou, embora infundadamente, porque da ilha de São Sebastião, onde está situada a fábrica, não há caminho para as minas. Afinal, no Rio de Janeiro, seria mais fácil o descaminho do ouro. Em virtude da primeira condição, o requerente estabeleceu a fábrica, com grande despesa, mas ficou muito prejudicado com essas escalas, sendo-lhe impossível continuar com a fábrica, por lhe faltar o lucro. O requerente pede a mesma liberdade que têm os contratadores do Rio e Bahia.</p>
--	------	------------	------------------------------------	---

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1737	Outubro, 7	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 12, D. 1166	CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o aviso do Secretário de Estado, Antônio Gades Pereira, de 5 de Setembro de 1737, ao presidente do Conselho Ultramarino, conselheiro José de Carvalho Abreu. Com este aviso foi apresentado ao Conselho requerimento de Domingos Gomes da Costa, contratador da Armação da pesca da baleia, da capitania de São Paulo, pedindo ao Rei, que o isente de impostos, durante dez anos, a findar em 1740, ficando a fábrica, seus pertences e doze escravos, para a Fazenda Real. Por requerimento posterior, pediu que aquele monarca lhe concedesse o contrato do Rio de Janeiro, pelo prazo de cinco anos, para melhor desenvolvimento, e que devia ter sido arrematado em 1734, para o qual o requerente ofereceu setenta e dois mil
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	c.a. 1738	Fevereiro, 29	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 12, D. 1196	PARECER (Minuta do) do Conselho Ultramarino, apresentando a (D. João V), uma Lei de 20 de Março de 1736, sobre a navegação das ilhas, onde não existia cláusula alguma que impedisse a 1ª condição do contrato do requerente; de conduzir o azeite das suas fábricas para as ilhas, contanto que o embarque fosse feito no porto do Rio de Janeiro e não na Ilha de São Sebastião, onde se encontrava estabelecida a dita fábrica, em virtude daquela não ter condições para fiscalização e arrecadação. Assim, só podia sair azeite do

São Paulo Avulsos (1644-1830)	1738	Outubro, 30	AHU_ACL_CU_023_Cx. 2, D. 151	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o requerimento do Contratador da nova fábrica da pesca das baleias da capitania de São Paulo, Domingos da Costa da Costa, que solicita provisão para oder mandar dois navios carrgeados de azeite para as Ilhas daí voltarem com os rendimentos dos referidos azeites. Anexo: bilhete, consulta, requerimento.
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1745	Setembro, 9	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 16, D. 1554	CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo e Santos, José de Godói Moreira a (D. João V), pedindo que tomasse as suas providências sôbre as desordenadas e excessivas pescas que fazia em tôda a costa e vizinhança de Santos, o contratador de Baleias (Tomé Gomes Moreira) da capitania do Rio de Janeiro, de São Sebastião e de Santa Catarina.
São Paulo Avulsos (1644-1830)	1748	Dezembro, 24	AHU_ACL_CU_023, Cx. 3, D. 234	CARTA dos oficiais da Câmara de Santos, ao rei [D. João V], queixando-se do contratador das Pesca das Baleias, Tomé Gomés Moreira, pelo facto de deixar os restos dos corpos das baleias, após a extração das barbatanas, junto às barras dos rios, causando danos à população, em desobediência às determinações da Câmara.

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1750	Março, 13	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 19, D. 1894	<p>REPRESENTAÇÃO dos vereadores da Câmara da vila de Santos, a (D. João V) dizendo que, como o contratador do real contrato das pescas Tomé Gomes Moreira, fazia a sua pesca à baleia nas barras da Bertioga e Santo Amaro, distrito da dita vila, para lhes tirar as barbas, e depois deixava os cadáveres na praia cheirando muito mal, o juiz de fora, João Vieira de Andrade, os obrigara a assinar uma postura em que se proibisse que os administradores do dito contrato encostassem à praia as baleias mortas, mas que as desfizessem em azeite ou as levassem ao largo, sob pena, em caso contrário de 4.000 cruzados e 30 dias de cadeia. No entanto não se executara a dita postura, pois naquele ano de 1747, já terminara a pesca. Mas, no ano seguinte, de 1748, o dito contratador mandara continuar a pesca nas ditas barras, pelo seu administrador, Albano de Sousa e Azevedo e que ele matara 20 baleias, lhes tirara as barbas, e encostara os cadáveres à praia, por isso lhe fora enviado um mandado para comparecer em Câmara e que, logo que ele chegara, o juiz de fora, por seu moto próprio, o mandara prender e o retivera</p>
--	------	-----------	------------------------------------	--



São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1752	Agosto, 23	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 20, D. 1958	CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo e Santos, José de Godói Moreira a (D. José I) queixando-se da diminuição dos rendimentos da Provedoria daquela vila. Diz que vários contratos a ela pertencentes passaram para outras Provedorias (...) as despesas da Sé [entre outras, ver para trás] não podem ser feitas por aquela Provedoria visto que vários contratos se pagam indevidamente a outras capitanias como o da pesca das baleias de São Sebastião que é pago no Rio de Janeiro.
São Paulo Avulsos (1644-1830)	1753	Outubro, 15	AHU_ACL_CU_023,Cx, 4, D. 269	CARTA do governador da praça de Santos, Inácio Eloi de Madureira, ao rei [D. José I] informando sobre irregularidades que averiguou ao examinar as contas da Provedoria de São Paulo. A despesa estava ultrapassando a receita e, para aumentá-la, sugeria que passasse à São Paulo, a renda da pesca da baleia. Anexo: representação, provisões (cópias).

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1762	Março, 26	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 22, D. 2162.	CARTA do provedor da praça de Santos, José de Godoi Moreira, para o governador da mesma praça, Alexandre Luís de Sousa Meneses, expondo o estado de pobreza em que se encontrava a sua Provedoria, não só por não receber o que lhe competia do contrato da pesca das baleias e do contrato das entradas nas minas, mas ainda por não possuir rendimentos suficientes, para vencer as despesas normais.
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1762	Maio, 1	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 23, D. 2167	CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José de Godói Moreira, para (D. José I), pedindo que, em virtude da quantidade de baleias pescadas pelas armações das canavieiras de São Sebastião e da barra da Bertioga ser muito maior e de mais interesse para os contratadores do que a armação do Rio de Janeiro, pertença o preço, por que se arremata o contrato da pesca das baleias, à provedoria da repartição de Santos e não à do Rio de Janeiro.

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1765	Agosto, 21	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 23, D. 2243	OFÍCIO nº 5-III do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D, Luís António de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus) para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino), conde de Oeiras, (Sebastião José de Carvalho e Melo), dando-lhe conta dos aumentos da fábrica das baleias na barra de Bertioga (Vertioga), que distava cinco léguas da vila de Santos e mostrando a insuficiência ainda da dita fábrica e as suas diligências junto dos contratadores para erigir outra fábrica na praia chamada de Góis, local apropriado.
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1767	Dezembro, 14	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 24, D. 2334	INSTRUMENTO (traslado em pública forma do) duns autos de averiguação do aumento que houve na armação de Bertioga, passado a requerimento do administrador geral do contrato da pesca das baleias na costa do Brasil, Francisco José da Fon(se)ca, pelo tabelião José Nunes de Carvalho.

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1768	Julho, 7	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 25, D. 2419.	OFÍCIO nº 7 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luís António de Sousa (...) para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo), (...) as rendas da Fazenda Real da provedoria de São Paulo são diminutas e porque também os contratadores da pesca da baleia não têm pago as suas consignações. (...)
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1768	Julho, 10	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 25, D. 2422	OFÍCIO n.º 10 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luís António de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus), para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo), conde de Oeiras, rebatendo as acusações, feitas pelos contratadores da pesca de baleias, de deter as suas embarcações e lhes favorecer o contrato. Para se justificar, e mostrar a sem razão das queixas, remete as certidões do provedor da Fazenda Real, e conservador do contrato (José Honório de Valadares e Alvim) e do procurador dos administradores do contrato, António Fernandes do Vale. Anexo: 2 certidões, carta.

São Paulo Avulsos (1644-1830)	post. 1768	Setembro	AHU_ACL_CU_023,Cx, 5, D. 340	RELAÇÃO das cartas de serviço do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do reino], conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, relativa a 27 ofícios, classificados em: 1. Estado Político (ofícios sobre congratulações pelo nascimento do Infante, a questão dos jesuítas espanhóis, negociações com Espanha, o Viamão, o estado da lavoura, a pobreza de São Paulo); em 2ª via Finanças (ofícios sobre receita e/ou gastos com o porto de Santos, o fabrico do ferro, os novos impostos, o contrato da pesca da baleia etc.
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1770	Março, 28	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 26, D. 2490	OFÍCIO do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luís António de Sousa (Botelho Mourão) para o conde de Oeiras (Sebastião José de Carvalho e Melo), dizendo enviar cópias da correspondência trocada com o arrematador do contracto das baleias, não concordando com a 6ª condição desse contrato.
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1770	Dezembro, 4	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 27, D. 2529	[...] 3) CERTIDÃO do mesmo escrivão, com os termos do Contrato das baleias [...]

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1771	Outubro, 1	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 27, D. 2573	OFÍCIO n.º 10 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luís Antônio de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus), para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo), conde de Oeiras, rebatendo as acusações, feitas pelos contratadores da pesca de baleias, de deter as suas embarcações e lhes favorecer o contrato. Para se justificar, e mostrar a sem razão das queixas, remete as certidões do provedor da Fazenda Real, e conservador do contrato (José Honório de Valadares e Alvim) e do procurador dos administradores do contrato, Antônio Fernandes do Vale. Anexo: 2 certidões, carta.
--	------	------------	------------------------------------	--

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1773	Fevereiro, 27	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 29, D. 2621	OFÍCIO do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luís António de Sousa (Botelho Mourão) para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) Martinho de Melo e Castro, expondo-lhe que há falta de dinheiro na capitania e que, para supri-lo sem grande detrimento da Fazenda Real, seria conveniente mandar ordem ao administrador do contrato das baleias, Francisco José da Fonseca para remeter à Corte uma letra de dez mil cruzados que tem de pagar todos os anos naquela Provedoria, com o fim de que, mediante essa consignação, se lhe possam comprar, pela Casa da Moeda da dita Côrte, quatrocentos quintais de cobre, ou o mais que der o dinheiro, para cunhar moedas de 5, 10, 20 e 40 réis, que devem vir em cartuchos com conteúdo igual. [...]
São Paulo Avulsos (1644-1830)	1775	Dezembro, 12	AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 413	OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a instrução militar referente as embarcações do contrato das baleias. Anexo: ofício. obs: ofício nº41 do ano de

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	ant. 1778	Junho	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 32, D. 2839	REQUERIMENTO do Bispo de São Paulo (D. Frei Manuel da Ressurreição) a (D. Maria I), no qual pede que mande juntar os documentos inclusos a duas cartas, uma dêle, outra do Cabido, da Sé de São Paulo, sobre o auxilio requerido para a reedificação do frontespício da Sé de São Paulo, e às informações pedidas ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, S. Luís António de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus), e ao procurador da Fazenda. [...] Contém: 1) REQUERIMENTO do mesmo Bispo, a (D. Maria I), pedindo que mande passar por certidão o têrmo da arrematação do contrato de pesca das baleias do Rio de Janeiro e mais anexos feitos no ano de 1754 a Francisco Peres de Sousa [...]
--	-----------	-------	------------------------------------	---



São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1782	Agosto, 9	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 36, D. 3026	CONSULTA do Conselho Ultramarino em que se satisfaz ao que (D. Maria I) ordena por Aviso [...] Contém: [...] g. REQUERIMENTO de José Honório de Valadares e Aboim a D. José (I) queixando-se de que, tendo sido impedido do exercício do cargo de provedor da Fazenda Real, pelo tribunal da Junta da Fazenda Real, a administrador do contrato do sal e da pesca das baleias e recusara a continuar pagarlhes os ordenados e propinas que recebia pelo seu cargo de juiz conservador dos ditos contratos. [...]
--	------	-----------	------------------------------------	---

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1786	Fevereiro, 22	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 38, D. 3132.	<p>CARTA do ouvidor da comarca de Vila Real, António José Dias Mourão Mosqueira, para (D. Maria I) Segue-se uma lista enumerando as cópias que são remetidas e que constam do seguinte:</p> <p>a) OFÍCIO (cópia do) do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luís António de Sousa Botelho Mourão para (o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino), conde de Oeiras (Sebastião José Carvalho e Melo), dizendo que, embora houvesse fortes razões para ele ir tomar posse do seu cargo à cidade de São Paulo, não o fez, prescindindo das formalidades usuais por causa da situação alarmante em que foi encontrar a vila de Santos: e deixou-se ficar nessa vila, para, pessoalmente, inquirir sobre as causas dessa situação e dar-lhe imediato remédio, colocando, assim, isso acima de quaisquer formalidades. E seguidamente relata os trabalhos que o prenderam à referida vila, respeitantes à organização das tropas, às fortificações, às contas e à formação da Junta para a arrecadação da Fazenda Real, ao início da construção das fábricas de algodões e louça e ao estabelecimento de</p>
--	------	---------------	-------------------------------------	--

São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1800	Julho, 7	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 48, D. 3824.	CARTA (Cópia da) do Príncipe Regente (D. João) para o governador e capitão-general de São Paulo, Bernardim Freire de Andrada, contendo instruções. (...) Recomenda-lhe seguidamente o maior interesse pelas culturas de pimenta, canela, linho, cânhamo, milho, feijões, legumes e hortaliças, devendo ser criado um Jardim Botânico onde se experimentassem as ditas culturas. Também o comércio e a navegação lhe devem merecer desvelado interesse, mandando construir navios mercantes, favorecendo não só os armadores que se dediquem à pesca da baleia, mas todos aqueles que pretendam fazer comércio entre os nossos Domínios Ultramarinos.
São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823)	1804	Abril, 6	AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 54, D. 4144	e) REPRESENTAÇÃO (Cópia da) da referida Junta ao (Príncipe Regente D. João) (...) Este contrato tem tido ainda mais um artigo de rendimento, que é o do tributo que se paga de dizimo por cada baleia que se pesca nas armações situadas nas vilas de São Sebastião e Santos. (...)

**PROJETO RESGATE - SANTA CATARINA**

Santa Catarina (1717-1827)

[http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=021\\_SC](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=021_SC)

ACERVO	ANO	Mês, Dia	COTA	DESCRIÇÃO
Santa Catarina (1717-1827)	1761	Fevereiro, 20	AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 162	CARTA do provedor da Fazenda Real, Manuel Rodrigues de Araújo, ao rei [D. José] sobre a consignação e pagamento das três folhas: eclesiástica, civil e militar, tanto pelo rendimento do contrato das baleias quanto da aplicação da Provedoria do Rio de Janeiro.
Santa Catarina (1717-1827)	post. 1777	Março	AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 265	MAPA do resumo do que importaram as fábricas do Contrato das Baleias, entre 1765 e 1777. Anexo: contrato, mapas das despesas.
Santa Catarina (1717-1827)	1790	Janeiro, 29	AHU_ACL_CU_021, Cx. 5, D. 330	OFÍCIO do governador interino da ilha de Santa Catarina, José Teixeira Pinto, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre envio de mapas da ilha e do espaço de terreno pertencente a este governo, enviando listas da carga transportada pelo navio Diana à Corte e outra sobre a receita e despesa do senado da Câmara da vila do Desterro. Anexo: mapas.

Santa Catarina (1717-1827)	post. 1799	Novembro, 6	AHU_ACL_CU_021, Cx. 6, D. 405	MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798. Anexo: provisão, informações.
Santa Catarina (1717-1827)	1815	Outubro, 16	AHU_ACL_CU_021, Cx. 10, D. 563	DECRETO do príncipe regente D. João mandando entregar ao administrador da pescaria geral das baleias, João Rodrigues da Costa, o bergantim Vigilante, para que o dito administrador proceda aos consertos que forem convenientes para ordenar a condução do azeite produzido na ilha de Santa Catarina.

PROJETO RESGATE - PERNAMBUCO				
Pernambuco (1590-1826)		<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE</a>		
ACERVO	ANO	Mês, Dia	COTA	DESCRIÇÃO
Pernambuco (1590-1826)	1775	Abril, 4	AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9083	OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo] sobre três embarcações estrangeiras que arribaram da ilha de Fernando de Noronha, um bergantim e uma alandra ingleses que estavam à caça de baleias e um golete de Martinica, francês, à caça de tartarugas. Anexo: 9 docs.
Pernambuco (1590-1826)	1775	Abril, 4	AHU_ACL_CU_015, Cx. 119, D. 9084	* A descrição parece exatamente igual à anterior mas tem apenas 3 docs em anexo *
Pernambuco (1590-1826)	1788	Abril, 11	AHU_ACL_CU_015, Cx. 163, D. 11656.	OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a passagem de uma embarcação francesa empregada na pesca da baleia no porto do Recife. Anexo: 1 doc.

Pernambuco (1590-1826)	1793	Junho, 25	AHU_ACL_CU_015, Cx. 184, D. 12770	OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a saída de duas embarcações inglesas que arribaram no Recife, necessitadas de consertos e mantimentos e, que praticavam a pesca das baleias. Anexo: 1 doc.
Pernambuco (1590-1826)	1795	Outubro, 17	AHU_ACL_CU_015, Cx. 190, D. 13136	OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e interinamente da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa [Coutinho], informando a arribada no porto do Recife, da corveta inglesa Salli, vinda dos mares do sul, da pesca das baleias, trazendo azeite, remetendo o auto do exame da dita embarcação.
Pernambuco (1590-1826)	1795	Novembro, 28	AHU_ACL_CU_015, Cx. 191, D. 13165	OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e interinamente da Marinha e Ultramar], remetendo o sumário da arribada do navio inglês Spy, no Presídio de Fernando de Noronha, licenciado para a pesca das baleias, saído de Londres. Anexos: 5 docs.

Pernambuco (1590-1826)	1798	Agosto, 8	AHU_ACL_CU_015, Cx. 203, D. 13856	OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a publicação do alvará referente a permissão concedida aos negociantes portugueses para armar navios para pescar baleias e preparar o seu azeite no alto mar. Anexo: 1 doc.
Pernambuco (1590-1826)	1799	Fevereiro, 9	AHU_ACL_CU_015, Cx. 205, D. 14029	OFÍCIO (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a divulgação feita da ordem recebida referente a permissão da pesca volante das baleias em alto mar. Anexo: 1 doc.
Pernambuco (1590-1826)	1799	Março, 23	AHU_ACL_CU_015, Cx. 207, D. 14108.	OFÍCIO do Bispo de Pernambuco, [D.] José [Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a falta de azeite de baleia na cidade e os altos preços taxados pelo contratador; os problemas de abastecimento; as medidas tomadas contra os roubos de cavalos; os problemas tidos com os direitos dos índios (...)



Pernambuco (1590-1826)	1799	Maio, 19	AHU_ACL_CU_015, Cx. 207, D. 14125.	CARTA RÉGIA (cópia) do príncipe regente D. João à Junta Governativa da capitania de Pernambuco, estabelecendo novas decisões a respeito de pagamento de impostos, contratos da pesca da baleia e peixe, e as novas medidas relacionadas a economia da capitania devido aos gastos militares na Corte. Anexo: 1 doc.
Pernambuco (1590-1826)	1799	Novembro, 10	AHU_ACL_CU_015, Cx. 211, D. 14350.	OFÍCIO (cópia) do desembargador e presidente da Mesa de Inspeção, José Joaquim Nabuco de Araújo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], sobre a reunião tida com os proprietários e negociantes daquela praça para lhes propor o estabelecimento das caixas de crédito, circulação, desconto, criação das companhias de seguro e da pescaria da baleia e os trabalhos das minas de ferro. Anexo: 4 docs.
Pernambuco (1590-1826)	post. 1799	-	AHU_ACL_CU_015, Cx. 212, D. 14440	PROCESSO sobre o contrato do azeite de peixe e sua distribuição no comércio da capitania de Pernambuco.

Pernambuco (1590-1826)	1800	Janeiro, 22	AHU_ACL_CU_015, Cx. 214, D. 14523	OFÍCIO do [desembargador presidente da Mesa da Inspeção], José Joaquim Nabuco de Araújo ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a substituição do azeite pelo óleo de mamona para iluminação; a plantação de mandioca e o fabrico de farinha; a construção de uma ponte no rio Doce e a reprovação da ponte da vila de Igaraçu. Anexos: 2 docs.
Pernambuco (1590-1826)	1800	Maior, 4	AHU_ACL_CU_015, Cx. 216, D. 14621	OFÍCIO (2ª via) do Bispo de Pernambuco, D. José [da Cunha de Azeredo Coutinho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre sua contenda com o ouvidor Antônio Luís Pereira da Cunha, envolvendo questões com a Iramandade do Santíssimo Sacramento, o monopólio da pólvora, e o contrato do sal e do azeite de baleia. Anexos: 4 docs.
Pernambuco (1590-1826)	1800	Julho, 23	AHU_ACL_CU_015, Cx. 218, D. 14794	CARTA da Junta Governativa (...) acerca da extinção dos contratos do sal e da pesca das baleias (...) Anexos: 11 docs.

Pernambuco (1590-1826)	1800	Outubro, 8	AHU_ACL_CU_015, Cx. 220, D. 14890.	OFÍCIO (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a proibição da venda do azeite de baleia fora do armazém do contrato e outras medidas para regularizar o comércio deste gênero na dita capitania. Anexo: 2 docs.
Pernambuco (1590-1826)	1801	Fevereiro, 28	AHU_ACL_CU_015, Cx. 224, D. 15174	OFÍCIO (1ª via) da [Junta Governativa da capitania de Pernambuco] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a representação dos almotacés da vila do Recife, em que se queixam dos abusos cometidos pelos monopolistas de alguns gêneros como o azeite e o sal. Anexo: 22 docs.

Pernambuco (1590-1826)	1807	Abril, 16	AHU_ACL_CU_015, Cx. 266, D. 17800	OFÍCIO (a <sup>a</sup> via) do [governador da capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], sobre uma galera anglo-americana, denominada Neutralidade, que encalhou na comarca de Alagoas, informando ter recebido cartas do ministro da dita comarca e ter respondido a este e ao capitão americano acerca da forma como deveriam proceder, pedindo explicações sobre a venda do azeite que estava na dita embarcação. Anexos: 13 docs.
------------------------	------	-----------	-----------------------------------	---

PROJETO RESGATE - Vários					
Colônia de Sacramento e Rio da Prata (1618-1826)	<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=012_CSRP">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=012_CSRP</a>				
Avulsos (BG)	<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV</a>				
Códices (1548-1821) e (1671-1833)	<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=CODICES">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=CODICES</a>				
ACERVO	ANO	Mês, Dia	COTA 1	COTA 2	DESCRIÇÃO
Colônia de Sacramento e Rio da Prata (1618-1826)	1735	Março, 18	AHU-Nova Colônia de Sacramento,cx. 4, doc. 34, 29.	AHU_ACL_CU_012, Cx. 3, D. 306.	PROVISÃO do rei D. João V, ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro [Gomes Freire de Andrade], ordenando que remeta, junto às armas e munições que vão para a Nova Colônia do Sacramento, madeira e azeite de baleia para o conserto das armas. Anexo: 2 docs.

Avulsos (BG)	1735	Junho, 27	AHU-Rio de Janeiro, cx. 60, D. 547	AHU_ACL_CU_003, Cx. 6, D. 547	CARTA do [provedor-mor da Fazenda Real do Estado do Brasil], Luís Lopes Pegado Serpes ao rei [D. João V], sobre os contratos arrematados na Provedoria da Fazenda Real e os valores de suas arrematações, entre eles, o contrato da renda dos direitos dos escravos que passam para as Minas Gerais, o contrato das Rendas das Dízimas da Chancelaria do Estado [do Brasil], o contrato da Pesca das Baleias. Anexo: termos (cópias), autos (cópias), certidões, despachos.
--------------	------	-----------	------------------------------------	-------------------------------	---

Avulsos (BG)	post. 1754	-	AHU_Brasil-Geral, doc. 6	AHU_ACL_CU_003, Cx. 14, D. 1225.	INFORMAÇÃO (minuta) sobre arrematações dos contratos da baleia do Rio de Janeiro, Bahia, Ilha de Santa Catarina, Santos e São Paulo.
Códices (1548-1821) e (1671-1833)	1765-1777	-	Código Nº 412	-	REGIMENTO para as frotas de Brasil em 1752 a 1758. // CONSULTAS da Junta da Administração da Companhia do Pará, 1758-1777. // Condições dos Contratadores da Pesca das Baleias, 1765 a 1777.
Avulsos (BG)	post. 1770	-	AHU-Maranhão, n.v. 929.	AHU_ACL_CU_003, Cx. 21, D. 1837.	REGULAMENTO (minutas de parágrafo), escrito pelo [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o valor da gratificação dos navios ingleses da pesca da baleia.

Avulsos (BG)	ca. 1778	-	-	AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 2004	OFÍCIO do contratador e administrador geral do contrato da pescaria das baleias na costa do Brasil....
Avulsos (BG)	1780	Abril, 29	AHU-Bahia, cx. 186, doc. 39.	AHU_ACL_CU_003, Cx. 24, D. 2048.	OFÍCIO (cópia) do vice-rei de Buenos Aires, Juan José de Vertiz, a José de Galvez, sobre os vassalos da Coroa portuguesa que se achavam nos domínios espanhóis na América desde 1762, e que deveriam ser desenvolvidos às suas terras; informando acerca das embarcações, artilharia e escravos [da Armação da Baleia de Santa Catarina], igualmente a serem devolvidos.



Avulsos (BG)	1793	-	AHU-Nova Colônia de Sacramento.	AHU_ACL_CU_003, Cx. 28, D. 2342.	LISTA da carga do navio Diana, de que é capitão Manuel José do Nascimento, em sua viagem de Santa Catarina para Lisboa em 1793, transportando azeite de baleia, barbatanas, cola, goma, aguardente, couro e farinha. Obs.: ver ofício em AHU_ACL_CU_021, Cx. 5, D. 330.
--------------	------	---	---------------------------------	----------------------------------	---

Avulsos (BG)	1799	Maio, 19	AHU-Brasil-Geral, doc. 46.	AHU_ACL_CU_003, Cx. 31, D. 2542.	ALVARÁ (minuta) da rainha [D. Maria I] ordenando a abolição dos contratos da pescaria da baleia e do estanco do sal no Brasil; determinando aos governadores que procedam a uma severa devassa sobre o aprovisionamento do sal feitos pelos contratadores durante o tempo do seu contrato; e a um inventário do sal existente no termo do contrato e dos escravos do contrato da pesca das baleias; a criação de impostos sobre o sal exportado para o Brasil, lançando a décima sobre a renda anual das casas em todos os portos daquele Estado;